

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH

Departamento de Ciências Geográficas – DCG

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo

Curso de Doutorado em Geografia – CDG

AUGUSTO ANTONIO CAMPELO CABRAL

**REASSENTAMENTOS DE MORADIAS POPULARES:
CONTROLE SOCIAL, JUSTIÇA SOCIAL-TERRITORIAL OU PRODUÇÃO
DO ESPAÇO DE CIDADANIA (1980 A 2012).**

O Caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)



RECIFE – PE

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH

Departamento de Ciências Geográficas – DCG

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO

AUGUSTO ANTONIO CAMPELO CABRAL

**REASSENTAMENTOS DE MORADIAS POPULARES:
CONTROLE SOCIAL, JUSTIÇA SOCIAL-TERRITORIAL OU PRODUÇÃO
DO ESPAÇO DE CIDADANIA (1980 A 2012).**

O Caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: **Regionalização e Análise Regional**

ORIENTADOR: Prof^o. Dr. **Jan Bitoun**

COORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. **Monique Nuijten**

RECIFE – PE

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

- C117r Cabral, Augusto Antonio Campelo.
Reassentamentos de moradias populares: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012). O caso da comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE. (Brasil) / Augusto Antonio Campelo Cabral. – Recife: O autor, 2013.
359 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun
Coorientador: Prof.^a Dr.^a Monique Nuijten.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.
Inclui bibliografia, anexos e apêndices.
1. Geografia. 2. Espaços urbanos – Produção. 3. Moradias populares – Justiça social. 4. Cidadania. 5. Controle social. I. Bitoun, Jan. (Orientador. II. Nuijten, Monique. Coorientador). III. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2013-19)

AUGUSTO ANTONIO CAMPELO CABRAL

**REASSENTAMENTOS DE MORADIAS POPULARES:
CONTROLE SOCIAL, JUSTIÇA SOCIAL-TERRITORIAL OU PRODUÇÃO
DO ESPAÇO DE CIDADANIA (1980 A 2012).**

O Caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)

Tese submetida à banca Examinadora do Programa Pós-Graduação em Geografia da UFPE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: **Regionalização e Análise Regional**

Aprovada em: 06 / 03 / 2013.

Pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof^o. Dr. Jan Bitoun — UFPE/Geografia
Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Ângela de Almeida Souza — UFPE/MDU
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Cortês de Lima — UFPE/Serviço Social
Examinador Externo

Prof^o. Dr. Anselmo Cesar Vasconcelos Bezerra — UFPE-PE (Recife)
Examinador Externo

Prof^o. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel — UFPE/Geografia
Examinador Interno

Prof^o. Dr. Alcindo José de Sá — UFPE/Geografia
Suplente Interno

Prof^a. Dr^a. Suely Maria Ribeiro Leal — UFPE/MDU
Suplente Externo

RECIFE - PE

2013

Dedico este trabalho às minhas três mulheres, lado feminino de Deus. A companheira e esposa **Mônica Valéria dos Santos Cabral**, que tem me acompanhado em todas as jornadas de luta da vida; a minha mãe **Maria da Soledade Campelo Cabral**, que mesmo com o seu pouco estudo, mas com sua dedicação e amor foi a responsável pela minha formação educacional e a minha mãe preta, **Antonia Pereira Farias** (in memoriam), que com sua fé tem me protegido nos caminhos por onde eu passo.

A **Augusto da Costa Cabral**, “meu pai”, que mesmo sem estudo nos deixou muitos ensinamentos de vida e saudades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero esclarecer algumas questões de ordem metodológica. Uma pesquisa retrata um determinado momento do processo de desenvolvimento intelectual de um pesquisador. Desse modo, ela carrega suas ambiguidades, limites, potencialidades e angústias, mas também, certezas provisórias, conhecimentos mais amplos do objeto investigado e felicidades pelos sonhos realizados.

Bom, é sempre difícil fazer justiça a todos que contribuíram direta ou indiretamente para concretização desta pesquisa, como também, seria impossível nomear a todos e a todas, mas agradeço àqueles e àquelas que mais intimamente nos acompanharam no dia-a-dia desta reflexão.

Em primeiro lugar agradeço, à Virgem da Conceição, minha mãe e guardiã (mais uma mulher na minha vida). À minha mãe Maria da Soledade Campelo Cabral, pela dedicação, preocupação e apoio à minha formação educacional (apesar de possui apenas a 3ª Série Primária – final década de 1930). Aos meus irmãos e irmãs Cândido José, Heloisa Lúcia, Maria Goretti (que sempre podemos contar de alguma forma), especialmente ao irmão Eurico Jorge e ao amigo Arlindo Pinho, pelas leituras atentas, e pelas inúmeras observações e sugestões. À minha companheira Mônica Valéria, cuja compreensão, amor, carinho e apoio nunca faltaram (minha outra metade, meu lado feminino), e aos meus filhos Alvaro Manoel e Augusto César (que são pedaços de mim) e a minha neta Maria Eduarda (a mais nova mulher na minha vida) pela compreensão da minha pouca atenção dada aos mesmos durante a pesquisa e ao amigo Roberto Souza pelo apoio e ajuda na elaboração dos mapas e na nossa caminhada desde a graduação na FUNESO; também agradeço a professora Dona Alina Josefa de Melo (in memoriam), minha primeira professora na Escola Djalma Trindade – 1971.

Agradeço também, **EM ESPECIAL**, ao professor **Jan Bitoun** e a Professora **Monique Nuijten**, que foram mais do que orientadores, foram um amigo e uma amiga,

orientando, respeitando e colaborando com suas observações em todos os momentos, inclusive nos momentos de maiores angústias e aflições; MEU MUITO OBRIGADO, MEU ABRAÇO, MINHA ADMIRAÇÃO E MINHA GRATIDÃO – é impossível de expressar com palavras e gestos. A vocês dedico o poema “Amigos” de Vinícius de Moraes, logo abaixo. Sendo assim, é desnecessário dizer que essas pessoas que tornaram a caminhada menos árdua, não são responsáveis pelos possíveis equívocos aqui contidos.

Quero lembrar e agradecer ainda àqueles que gentilmente me acolheram em suas casas ou seus ambientes de trabalho (aos moradores e moradoras, aos líderes e as líderes comunitárias e aos representantes e as representantes do gestor públicos entrevistados). Todos abriram a possibilidade de realizar a pesquisa de campo indispensável ao meu trabalho. O meu muito obrigado.

Agradeço ainda ao departamento de Geografia e ao PPGEIO do curso de mestrado e doutorado em Geografia da UFPE, aos coordenadores, professores e a secretária, além dos colegas de turma, especialmente a banca de qualificação pelas ricas observações sugeridas na defesa de qualificação do projeto, e aos companheiros do grupo de filosofia pela compreensão nestes anos pelo meu quase total afastamento.

Amigos

Tenho amigos que não sabem o
quanto são meus amigos.
Não percebem o amor que lhes
devoto e a absoluta
necessidade que tenho deles.
A amizade é um sentimento mais
nobre do que o amor,
eis que permite que o objeto dela
se divida em outros afetos,
enquanto o amor tem intrínseco o ciúme,
que não admite a rivalidade.
E eu poderia suportar,
embora não sem dor,
que tivessem morrido todos os
meus amores, mas enlouqueceria
se morressem todos os meus amigos!

Até mesmo aqueles que não percebem
o quanto são meus amigos e o quanto
minha vida depende de suas existências
A alguns deles não procuro, basta-me
saber que eles existem.
Esta mera condição me encoraja a seguir
em frente pela vida.

Mas, porque não os procuro com
assiduidade, não posso lhes dizer o
quanto gosto deles.
Eles não iriam acreditar.
Muitos deles estão ouvindo esta crônica
e não sabem que estão incluídos na
sagrada relação de meus amigos.

Mas é delicioso que eu saiba e sinta
que os adoro, embora não declare e
não os procure.

E às vezes, quando os procuro,
noto que eles não tem
noção de como me são necessários,
de como são indispensáveis
ao meu equilíbrio vital,
porque eles fazem parte
do mundo que eu, tremulamente,
construí e se tornaram alicerces do
meu encanto pela vida.

Se um deles morrer,
eu ficarei torto para um lado.
Se todos eles morrerem, eu desabo!
Por isso é que, sem que eles saibam,
eu rezo pela vida deles.
E me envergonho,
porque essa minha prece é,
em síntese, dirigida ao meu bem estar.
Ela é, talvez, fruto do meu egoísmo.
Por vezes, mergulho em pensamentos
sobre alguns deles.

Quando viajo e fico diante de
lugares maravilhosos, cai-me alguma
lágrima por não estarem junto de mim,
compartilhando daquele prazer ...
Se alguma coisa me consome
e me envelhece é que a
roda furiosa da vida não me permite
ter sempre ao meu lado, morando
comigo, andando comigo,
falando comigo, vivendo comigo,
todos os meus amigos, e,
principalmente os que só desconfiam
ou talvez nunca vão saber
que são meus amigos!

A gente não faz amigos, reconhece-os.

Vinícius de Moraes¹

¹ Voz: Anna Müller <http://www.cantodapoesia.net/vinicius_de_morais_amigos.htm> Acessado:
14/12/011.

“A FAVELA NUMA CIDADE GRANDE

A situação do país, em que existem regiões que são verdadeiros bolsões de pobreza, se repete nas capitais e nas grandes cidades, bolsões da miséria.

As favelas são os retratos de brasileiros vítimas de um sistema de políticas econômicas e sociais excludentes.

As fábricas se fecham, os operários vagueiam em busca de trabalho, a fome e a violência tomam conta na vida das cidades, os governos procuram paliativos mais do que as soluções que a sociedade exige.

O que se precisa fazer é aglutinar todos aqueles que sonham e lutam por uma sociedade igualitária. É preciso que façamos uma opção de vida em defesa de uma sociedade que todos tenham os seus direitos garantidos. É preciso que surjam homens, mulheres, jovens e crianças que pensem e sonhem que os direitos de moradia, saneamento básico, escola, trabalho e, sobretudo, o direito de alimentação sejam garantidos a todos.

Acredito e vejo os movimentos dos sem-terra, sem-teto e sem-alimento como uma resposta aos poderosos, ao poder econômico, internacional, nacional, resistindo, lutando por essa sociedade igualitária e sustentável, que há de vencer, de triunfar em nossa Pátria.”

(Ovídio Ferreira de Paula, 2002. p. 24)

RESUMO

O estudo trata dos reassentamentos de moradias populares, ocorridos no período de 1980 a 2012 por meio de ações do poder estatal e de reivindicações de políticas públicas de habitação popular, na Comunidade Chão de Estrelas, localizada nos bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos – Recife. Esse estudo de caso tem por objetivo compreender como o Estado brasileiro através de políticas habitacionais para reassentamentos de moradias, num contexto de lutas populares, lança mão, numa relação assimétrica de poder, de um discurso de cidadania e justiça social-territorial que se constitui num meio de controle social do cotidiano dos pobres na produção do espaço urbano da referida comunidade. A tese central é que o reassentamento de moradias populares praticado pelo Estado brasileiro, com fins de saneamento ambiental, foi acompanhado por dotação de equipamentos e infraestruturas que gerou uma redução da injustiça socioespacial afetando os moradores da Comunidade Chão de Estrelas, fruto de um longo processo reivindicatório. Mas, ao mesmo tempo, fomentou um arrefecimento das organizações políticas, socioculturais e reivindicatórias locais, a um formato cada vez mais imposto, institucionalizado, normatizado e configurou um cotidiano controlado e de uma cidadania inacabada. A pesquisa tem como categorias norteadoras as de justiça social-territorial, cidadania e controle social, seguindo autores como Marcelo Lopes de SOUZA, Maria da Glória GOHN e Milton SANTOS entre outros, e se desenvolve em uma concepção interdisciplinar das ciências geográfica e antropológica, seguindo uma metodologia oriunda desta última, perscrutando “informantes-chaves”, que ajudam a compreender como se dão as lutas e as conquistas da comunidade. As investigações realizadas com esses informantes em conjuntos de reassentados revelam uma modalidade de participação sociopolítica que articula moradores, lideranças locais, membros do poder público e privado em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. O território em estudo é organizado por diferentes atores sociais que tentam controlá-lo, observando-se que o governo é o ator mais forte. É nesse contexto de lenta conquista de mais justiça social-territorial e de uma cidadania inacabada, que se desenvolve o cotidiano, fruto das lutas, dos esforços e dos trabalhos dos moradores e moradoras locais. Como resultado, espera-se contribuir na elaboração, planejamento e execução de políticas públicas de habitação popular.

Palavras – chave: Produção do espaço urbano periférico. Reassentamentos de moradias populares. Justiça social-territorial. Cidadania. Controle social. Recife.

RÉSUMÉ

Cette recherche a pour objet le relogement en ensembles populaires d'habitants de bidonvilles dans la période de 1980 à 2012, résultant des actions du pouvoir d'État et des revendications de politique publique de logements populaires dans la communauté *Chão de Estrelas*, située dans les quartiers de *Campina do Barreto* et *Peixinhos*, à *Recife* (capitale de Pernambuco – Brésil). Cette étude de cas a pour but de comprendre comment l'État brésilien, par des politiques de relogement, dans le contexte des luttes populaires, s'utilise, dans une relation asymétrique de pouvoir, d'un discours de citoyenneté et de justice sociale et territoriale qui s'est constitué comme une modalité de contrôle social de la vie quotidienne des pauvres dans la production de l'espace urbain de cette communauté. La thèse centrale affirme que le relogement en maisons populaires pratiqué par l'État brésilien, dans le but d'assainissement environnemental, a été accompagné par la disponibilité de l'équipement et de l'infrastructure qui a généré une réduction de l'injustice sociospatiale concernant les habitants de la communauté *Chão de Estrelas*, en conséquence d'un long processus revendicateur. Mais, en même temps, a stimulé la transformation des organisations politiques, socioculturelles et revendicatrices en une forme de plus en plus imposée, institutionnalisée, soumise aux normes et a caractérisé un quotidien contrôlé et une citoyenneté inachevée. La recherche a eu comme catégories d'analyse celles de la justice sociale et territoriale, de la citoyenneté et du contrôle social, selon quelques auteurs tels que Marcelo Lopes de SOUZA, Maria da Gloria GOHN et Milton SANTOS, parmi d'autres. Elle s'est développée dans une conception interdisciplinaire de la géographie et de l'anthropologie, avec une méthodologie qui s'est basée sur la science anthropologique. On a eu recours à des «informateurs clés», pour aider à comprendre les efforts pour surmonter les problèmes et les réalisations de la communauté. Les enquêtes réalisées auprès des informateurs, divisés en plusieurs ensembles d'individus relogés, révèlent un mode de participation socio-politique qui articule les habitants, les autorités locales, les membres du gouvernement et l'initiative privée autour de pratiques qui concernent la gestion des biens publics. Le territoire d'étude est organisé par différents acteurs sociaux qui tentent de le contrôler, dans un rapport de forces où le gouvernement est le principal acteur. C'est dans ce contexte de lente conquête de plus de justice sociale et territoriale et d'une citoyenneté inachevée, que la vie quotidienne se développe, en conséquence des luttes, des efforts et des travaux des habitants locaux. Par cette étude, on prétend contribuer à l'élaboration, la planification et la mise en œuvre des politiques publiques en matière d'accès au logement pour les personnes à faibles revenus.

Mots clés: Production de l'espace urbain périphérique. Relogements de personnes à faibles revenus. Justice social et territoriale. Citoyenneté. Contrôle social. Recife.

ABSTRACT

The study deals with the resettlement of affordable housing, which occurred from 1980 to 2012, through actions of state power and public policy claims of housing, the Community of Chão de Estrelas, located in the neighborhoods of Campina do Barreto and Peixinhos - Recife. This aim of this case study is to understand how the Brazilian state through housing policies for housing resettlement in the context of popular struggles, makes use of an asymmetrical power relationship, a discourse of citizenship and social justice-that constitutes a territorial means of social control of daily life of the poor in the production of urban space of that community. The central thesis is that the housing resettlement practiced by the Brazilian state with the purpose of environmental sanitation, was accompanied by availability of equipment and infrastructure that generated a reduction of socio injustice affecting the residents of the Community of Chão de Estrelas, fruit of a long process of claims. But at the same time fostered a cooling of political organizations, socio-cultural and claimed sites, a format increasingly imposed, institutionalized, standardized and configured a daily controlled and citizenship unfinished. The research is guiding the categories of social-territorial justice, citizenship and social control, following authors such as Marcelo Lopes de Souza, Maria da Gloria GOHN and Milton SANTOS among others, and is developed in an interdisciplinary conception of geographical and anthropological sciences, following a methodology derived latter, peering "key informants", to help you understand how to give the struggles and achievements of the community. Investigations with these informants sets resettled reveal a mode of social and political participation that articulates residents, local leaders, members of government and private practices that relates to the management of public goods. The area under study is organized by different social actors who try to control it, noting that the government is the strongest actor. It is in this context of slow conquest of social justice-territorial and unfinished citizenship , which develops the everyday struggles of the fruit of the efforts and the work of residents and local residents. As a result, we expect to contribute in the development, planning and implementation of public housing policies.

Key - words: Peripheral production of urban space. Resettlement of affordable Housing. Social justice-territorial. Citizenship. Social control. Recife.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1 – Localização da Cidade do Recife	26
2 – Hino da Comunidade Chão de Estrelas	99
3 – Capa do Livro: “O Direito de Mora, o Direito de Viver do Cabo Gato à Chão de Estrelas: a história de luta de um povo pela conquista da moradia”	100
4 – Bilhete Autorizando o Espaço da Escola para Reunião	155
5 – Mapa das Unidades de Esgotamento Sanitário das UE’s no Recife	155
6 – Mapa das UE’s 20 e 21 e seus Setores Focos de Intervenções	157
7 – Perímetro da Área de Intervenção: Comunidade Canal do Jacarezinho	158
8 – Sínteses do Relatório de Acompanhamento Social das Casas do Conjunto Habitacional do Jacarezinho – Julho / 2011	183
9 – Panfleto das Ações do OP do Recife (MR 2.1)	207

QUADROS

1 – Procedimentos Metodológicos Utilizados na Pesquisa	69
2 – Relação dos Produtos Específicos do Programa PROMETRÓPOLE (nota de rodapé n. 28 – Anexo “A” p. 357)	144
3 – Atribuições por Instituições Envolvidas no PROMETRÓPOLE	152
4 – Organizações Sociais Existentes na UE 21 (nota de rodapé n. 36)	162

5 – Critérios de Avaliação dos Impactos (nota de rodapé n. 37)	165
6 – Critérios de Prioridade e Tratamento Específico para Famílias Relocadas e / ou Reassentadas	169
7 – Resumo da Situação dos Imóveis do Conjunto Habitacional do Jacarezinho — 2008 a 2012 (nota de rodapé n. 63)	182
8 – Amostragem de Algumas Ruas que as Casas Permanecem com o Primeiro Morador-Proprietário – jan./2013 (nota de rodapé n. 65)	183
9 – Quadro Elaborado Por Antonio Sérgio de Araújo FERNANDES — 2004, p. 64: Prefeitos do Recife e Governadores de Pernambuco – 1947-2000 (nota de Rodapé n. 17)	217
10 - Estrutura de Gestão do PREZEIS	226
11 - Quadro Cronológico do PREZEIS do Recife	227

FOTOS

1 – Maquete do Conjunto Habitacional do Jacarezinho – 2008 (Foto da Capa Fonte: do Autor, 2005)	
2 – Construção da Primeira Ponte da Amizade	90
3 – Atual Ponte da Amizade	90
4 – Viela na Vila Redenção no Mercado Velho da Campina do Barreto	111
5 – Nascedouro de Peixinhos	151
6 – Ocupação Sobre o Canal do Jacarezinho – 2006	161
7 – Terreno do Antigo Curtume Carioca: Hoje Conjunto Habitacional do Jacarezinho	161
8 – Vista Parcial do Canal do Jacarezinho Revestido	165
9 – Casa na Comunidade Chão de Estrelas	176
10 - Casas no Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema / Vila Jorge Pimenta	178

11 - Casas do Conjunto Habitacional do Jacarezinho	181
12 - Casa na Margem do Canal do Jacarezinho	185
13 - Casa (Barraco) do Irmão Aldecir na Margem do Riacho Jacarezinho	189
14 - Casas no Estilo Duplex Conjugadas no Conjunto Habitacional do Jacarezinho que Sofreram Reformas	190

MAPAS

1 – Campina do Barreto e Peixinhos: Localização no Município do Recife – 1997	27
2 – Comunidade Chão de Estrelas: Localização nos Bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos (Recife)	28
3 – Comunidade Chão de Estrelas: Localização de Conjuntos Residenciais	30

FILMES (ANEXO “C”, p. 359):

DVD-ROM 1

A nossa História é a História de Cabo Gato. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Recife: Espia Vídeo, setembro de 1988. (Duração: 00h26min: 07). DVD-ROM.

Organização Popular. Recife: CENTER Produções, 1991. (Duração: 00h34min: 21). DVD-ROM.

O Pão Nosso de Cada Dia. Recife: Realização TV VIVA, s/d. (Duração: 00h15min:15). DVD-ROM.

Saúde. Recife: CENTER Produções, 1988. (Duração: 00h27min: 53). DVD-ROM.

Daruê Malungo. Recife: Etapas Vídeo, s/d. (Duração: 00h22min: 23). DVD-ROM.

DVD-ROM 2

O Anel de Tucum. São Paulo: Verbo Filmes, 1994. (Duração: 01h09min: 03). DVD-ROM.

LISTA DE SIGLAS

AB – Associação de Bairros

ACQUAPLAN – ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda.

ADEMI-PE – Associação das Empresas de Mercado Imobiliário de Pernambuco

ARENA – Aliança Revolucionária Nacional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDG – Curso de Doutorado em Geografia

CDI – Comitê para Democratização da Informática

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEF – Caixa Econômica Federal

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CGPAC – Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento

CIIP – Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz

CISAM – Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros

CJP – Comissão Justiça e Paz

COHAB-PE – Companhia de Habitação Popular de Pernambuco

COHAB's – Companhias de Habitação

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

COMUL – Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

COREMPE – Conselho de Recurso ao Menor de Pernambuco

CPRH – Companhia Pernambucana do Meio Ambiente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CSU – Centro Social Urbano

CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
DCG – Departamento de Ciências Geográficas
DEM – Partido Democrata
DIAGONAL – Diagonal Urbana Consultoria Ltda.
DIRCON – Diretoria de Controle Urbano
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DGZ – Divisão de Gestão de ZEIS
EMHAPE – Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco
ESUDA – Espírito Santo União de Dois Amigos (Faculdade de Ciências Humanas)
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
ETEPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
EUA – Estados Unidos da América
FABEP – Federação dos Bairros do Estado de Pernambuco
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FECOPE – Federação Comunitária de Pernambuco
FEMACOHAB – Federação das Associações de Moradores dos Núcleos de COHAB
(Companhias de Habitação) Similares
FEMEB – Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife
FGHAB – Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FICAN – Financiamento da Construção
FINASA – Programa de Financiamento para Saneamento
FINSOCIAL – Fundo Nacional de Assistência Social
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUNESO – Fundação de Ensino Superior de Olinda
GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GEOSISTEMAS – GEOSISTEMA Engenharia e Planejamento LTDA
GEPAC – Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e de Comunicações

IMIP – Instituto Materno Infantil de Pernambuco
IPSEP – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco
ISS – Imposto Sobre Serviço
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
JC – Jornal do Commercio
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano
MDF – Movimento de Defesa dos Favelados
MDU – Mestrado em Desenvolvimento Urbano
MEEI – Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos
MP – Medida Provisória
MR – Microrregião
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NL – Holanda (Países Baixos)
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OLMP – Organização de Luta dos Movimentos Populares de Pernambuco
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PAT-PROSANEAR – Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento para
Populações em Áreas de Baixa Renda
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PEAG-PE – Programa Estadual de Água de Pernambuco
PECON – Programa Estadual de Controle da Poluição
PEDU – Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCR – Prefeitura da Cidade do Recife
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da frente Liberal

PGA – Plano de Gestão Ambiental
PIS – Plano de Intervenções Sociais
PLANASA – Plano Nacional de Saneamento
PLANHAP – Plano de Habitação Popular
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMO – Prefeitura Municipal de Olinda
PMOL – Programa de Mão de obra local
PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PQA – Programa Qualidade das Águas
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMETRÓPOLE – Programa de Infraestrutura em Área de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife
PROMORAR – Programa de Erradicação de Sub-Habitação
PS – Partido Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSF – Programa Saúde da Família
PSI – Projeto de Saneamento Integrado
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RC – Resolução do Conselho
RD – Resolução da Diretoria
RMR – Região Metropolitana do Recife
RPA – Região Político Administrativa
SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária
SEPLANDES – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESAN – Secretaria de Saneamento do Recife

SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SH – Secretaria de Habitação
SHIS – Subsistema de Habitação de Interesse Social
SINDUSCON – Sindicato das Indústrias da Construção Civil
SM – Salário Mínimo
SNH – Sistema Nacional de Habitação
SSO – Secretaria de Saneamento e Obras
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UBR – União dos Bairros do Recife
UDN – União Democrática Nacional
UE – Unidade de Esgotamento (Sanitário)
UEP – União dos Estudantes de Pernambuco
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UGP – Unidade de Gestão do Projeto
URB-Recife – Empresa de Urbanização do Recife
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO

RESUMO

RÉSUMÉ

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	22
 CAPÍTULO I A EPISTEMOLOGIA DOS POBRES: ALGUNS CONCEITOS PRODUZIDOS NO COTIDIANO DOS DE BAIXO	 35
1.1 A PRODUÇÃO LOCAL: Revisão da Literatura Sobre o Espaço em Estudo	37
1.2 ESBOÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO DA MORADIA LOCAL: Especificidades dos de Baixo e dos de Cima	42
1.2.1 O Caminho Metodológico Utilizado na Pesquisa	66
 CAPÍTULO II A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DOS POBRES: o ESPAÇO DA INJUSTIÇA	 71
2.1 O ESTADO	72
2.2 OS GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS	76
2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS	79
2.3.1 O Movimento Social na Comunidade Chão de Estrelas	85
2.4. OS POBRES-FAVELADOS: Favela, Pobreza ou Exclusão da Cidadania?	102

2.4.1	Os Pobres-Favelados (Favela, Pobreza ou Exclusão da Cidadania?) Apontado Pelo Programa PROMETRÓPOLE	122
2.5	CONCLUSÃO	127
CAPÍTULO III	POLÍTICAS HABITACIONAIS: PODER LOCAL E CONTROLE SOCIAL	130
3.1	A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR NO BRASIL E NO RECIFE	132
3.1.1	Programa PROMETRÓPOLE	144
3.1.1.1	<i>Programa PROMETRÓPOLE na UE 21 (Campina do Barreto)</i>	154
3.2	A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR NA LOCALIDADE EM ESTUDO	169
3.2.1	Características Físico-Arquitetônicas dos Conjuntos Habitacionais	172
3.3	CONCLUSÃO	194
CAPÍTULO IV	A COMUNIDADE E A POLÍTICA MUNICIPAL: AS AÇÕES DOS DE CIMA NA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS	198
4.1	O COTIDIANO: As Ações do Poder Público (Prefeitura) na Comunidade Chão de Estrelas – Os de Cima	206
4.2	AS ENTIDADES EXTERNAS: ONGs, Partidos Políticos, Igrejas, Entidades Filantrópicas e da Sociedade Civil na Comunidade – As Entidades da Negociação	212
4.3	MUDANÇAS POLÍTICAS E INTERVENÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA URBANA: O PREZEIS e a Comunidade ZEIS no Processo – Os de Baixo	215
4.4	AS ORGANIZAÇÕES SOCIOCULTURAIS E REIVINDICATÓRIAS CRIADAS PELOS DE BAIXO	231
4.4.1	As Organizações Socioculturais dos de Baixo	233
4.4.2	As Entidades de Representações (Reivindicação) Criadas pelos de Baixo	236
4.4.3	O Desenvolvimento das Entidades e das Lideranças Comunitárias: Mais Destacadas nas Conquistas das Melhorias Locais	237
4.4.4	As Relações dos Moradores com: a COMUL, o OP e as Lideranças / Associações	246
4.5	CONCLUSÃO	249
CAPÍTULO V	O COTIDIANO LOCAL: AS MINÚCIAS DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS – Os de Baixo	251

5.1 O COTIDIANO: As Práticas dos Moradores – Os de Baixo ..	252
5.1.1 Análises dos Eventos ou das Dinâmicas dos(as) Indivíduos/Famílias no seu Dia-a-dia – Os de Baixo	253
5.1.1.1 <i>A Mudança na Vida dos Moradores com as Novas Moradias</i>	255
5.1.1.2 <i>As Relações dos Moradores com seus Vizinhos</i>	256
5.1.1.3 <i>O Lazer</i>	258
5.1.1.4 <i>A Violência</i>	261
5.1.1.5 <i>A Segurança</i>	270
5.2 CONCLUSÃO	275
CAPÍTULO VI ESPERANÇAS E LUTAS: AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS MORADORES E MORADORAS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS — RECIFE (Conclusão)	277
6.1 QUAIS AS PERSPECTIVAS DE FUTURO?	285
REFERÊNCIAS	293
APÊNDICES	321
“A” — Exemplar do roteiro de entrevistas aplicadas a liderança/representação local (os de Baixo)	322
“B” — Exemplar do roteiro de entrevistas realizadas com os moradores dos conjuntos (os de Baixo)	325
“C” — Exemplar do roteiro de entrevistas realizadas com as representações do gestor ou da empresa que executa as obras, hoje (os de Cima)	328
“D” — Exemplar da relação de todos os entrevistados	331
“E” — Exemplar do Memorial Descritivo do Autor	333
ANEXOS	356
“A” — Quadro 2 – Relação dos Produtos Específicos do Programa PROMETRÓPOLE	357
“B” — Exemplar do Questionário de Solicitação da Linha de Ônibus Complementar para a Comunidade Via Shopping Center Tacaruna	358
“C” — Exemplos dos DVDs-ROM dos filmes citados na tese.	359

INTRODUÇÃO

“Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus...
Ó mar! Por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto êste borrão?...
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!

Quem são êstes desgraçados,
Que não encontram em vós,
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a fúria do algoz?...
Quem são? Se a estrêla se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa Musa!
Musa libérrima, audaz!”

(ALVES, 1966, p. 184)

INTRODUÇÃO

Vários autores expõem na introdução de seus trabalhos (teses, artigos, livros etc.) que eles se formaram antes de suas produções e são frutos dos momentos de reflexões que nasceram de gestações de anos e às vezes décadas de estudo e pesquisa, ou seja, antes de suas realizações, frutos de leituras e de pequenos rabiscos que foram evoluindo, avolumando-se, adquirindo densidade e amadurecendo (HISSA, 2002). Em nosso caso, esse e outros trabalhos se deram de maneira diferente, quase oposta, pois nossa vida está toda ocupada no magistério básico (ensino fundamental e médio)¹. Sendo assim, não sobra muito tempo ou tempo suficiente para um maior amadurecimento dos nossos questionamentos.

Este obstáculo acompanha nossa formação acadêmica desde as séries iniciais, quando ainda jovem, cursando o ensino fundamental e médio tivemos de estudar e trabalhar, e continuou nos cursos superiores (na graduação, especialização, mestrado e agora no doutorado).

Mas, com teimosia e apoio dos meus orientadores enfrentamos mais essa empreitada de luta, de desafio, de obstáculos, de sonhos e desejos, a custa de muitas dores.

Esclarecida as dificuldades de ordens políticas e pessoais, vamos à apresentação da tese. A questão da moradia, não só dela, mas a da falta de lazer, emprego, educação de qualidade, segurança, saúde, saneamento, transportes, entre outros problemas sociais; tem levado a população a uma necessidade de organização e luta para conquistas de tais necessidades. Isto levou o Movimento Popular — Reivindicatório — a ser uma força expressiva da nossa sociedade, principalmente, em determinados momentos da história política e socioeconômica do País.

Sendo assim, estes movimentos populares de bairro nascem nos centros urbanos e decorrem das contradições sociais vivenciadas cotidianamente pelas populações pobres, sendo uma fração dos movimentos sociais no Brasil. Os estudos

¹ Com 24 turmas de duas aulas de 00h50min semanais em regência (350 horas/aulas/mensais).

destes últimos têm abordado, em sua maioria, as formações históricas dos referidos movimentos, que se originaram nos segmentos das classes trabalhadoras com caráter reivindicatório (JACCOUD, 1990; GOHN, 1991), surgida após 1930, no bojo das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil (RAICHELIS, 1988).

Nos movimentos populares de bairros, as Associações de Moradores de Bairros têm sido objetos de estudos (CABRAL, 2004; FONTES, 1996; AMMANN, 1991; GOHN, 1982, 1985; ARAÚJO et al. 1993), e as mudanças nos modelos a que visam democratizar a gestão pública lançando mão da participação popular (LEAL, 1996, 2003; FERNANDES, 2004; MOURA, 1996; MORA, 1996). Entretanto, o foco aqui não é o movimento social em si, contudo, as habitações em estudo são frutos das mobilizações e das lutas (reivindicações) de seus moradores e moradoras através de modalidades não institucionais de tais movimentos.

Diante destas constatações, como veremos ao longo da pesquisa, paradoxalmente os moradores pobres dos conjuntos em estudos quando moravam nas favelas, nas margens do rio e canais que limitam a área em apreço, não estavam preocupados com moradias, não reivindicavam e nem pediam novas casas para morar. O Estado ao implementar projetos/programas destinados a redes de drenagens, saneamento ambiental com diversos objetivos, entre eles: melhorar a qualidade de vida da população, a infraestrutura da cidade etc., necessita mexer com estes pobres. Como não apresenta nenhuma proposta consistente de solução, isto levou os ocupantes das referidas áreas a se mobilizarem, reivindicarem e conquistarem as moradias.

Sobre esses projetos, em particular os que envolvem a construção e doação de moradias populares, podemos destacar que, de um lado, possibilita a melhoria de vida dos pobres e produzem mais justiça social-territorial. Por outro lado, nem todos os pobres beneficiados sentem-se satisfeitos com as novas casas, chegando alguns até se desfazer, vendendo-as, alugando-as etc., talvez porque estas vieram com aumento de despesas, para quem já tem a renda tão ínfima entre outros motivos, como veremos (no capítulo II).

Desta forma, o tema em estudo “REASSENTAMENTOS DE MORADIAS POPULARES: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012). O Caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)”; tem como objetivo central compreender como o Estado brasileiro através de políticas habitacionais para reassentamentos de moradias, num contexto de lutas populares, lança mão, numa relação assimétrica de poder, de um discurso de cidadania

e justiça social-territorial que se constitui num meio de controle social do cotidiano dos pobres na produção do espaço urbano da referida comunidade. Em outras palavras, entender como se apresenta a produção do espaço urbano local, da moradia dos pobres, dos projetos governamentais de reassentamentos, dos processos de exclusão/inclusão política e social na dialética entre os de baixo e os de cima² na comunidade. Este último conceito representa o hegemônico, já os “de baixo”: as pessoas comuns, os excluídos do “poder”, os moradores pobres e marginalizados das periferias³ urbanas, os dominados, as classes subordinadas, os abandonados, os excluídos⁴ etc. esse processo é dialético, pois, mesmo quando estão envolvidos em aspectos especificamente políticos de suas existências, não podem ser dissociados das condições mais amplas de poder, de classe e contradições da estrutura social do qual fazem parte.

A área de investigação desta pesquisa encontra-se na Cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, localizada no Nordeste do Brasil (Figura 1). São mais especificamente os quatro (04) conjuntos residenciais construídos e doados pelo poder público (Prefeitura, Estado e União), situado na Comunidade Chão de Estrelas, nos bairros de Campina do Barreto⁵ e dos Peixinhos; bairros vizinhos que se formaram no final do século XIX (CABRAL, 1999; 2004; 2011), áreas do município do Recife – PE (ver mapa 1), na microrregião – 2.1, pertencendo a RPA – 02 (Região Política Administrativa – Zona Norte do Recife). O bairro dos Peixinhos encontra-se em sua totalidade na área da pesquisa, com uma população de 4.998 habitantes (IBGE, 2010)⁶ e o de Campina do Barreto apenas uma pequena fração (ver mapa 2), aproximadamente um quarto da área; em sua totalidade o bairro possui 9.484 habitantes (IBGE, 2010)⁷.

² A respeito dos conceitos dos “de cima” e dos “de baixo”, ver: Jim SHARPE, **A história vista de baixo**; Peter BURKE, **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**; Eric J. HOBBSBAWM, **Sobre história**, ensaio n. 16.

³ **Periferias** estão aqui no sentido de periferização que, segundo Eliza Pinto ALMEIDA, é “a exclusão social e geográfica de grandes parcelas da população das modernizações do território que tem nas periferias desassistidas a sua expressão cabal.” In: Maria Adélia de SOUZA (Org.), **Território Brasileiro: usos e abusos**, p. 230.

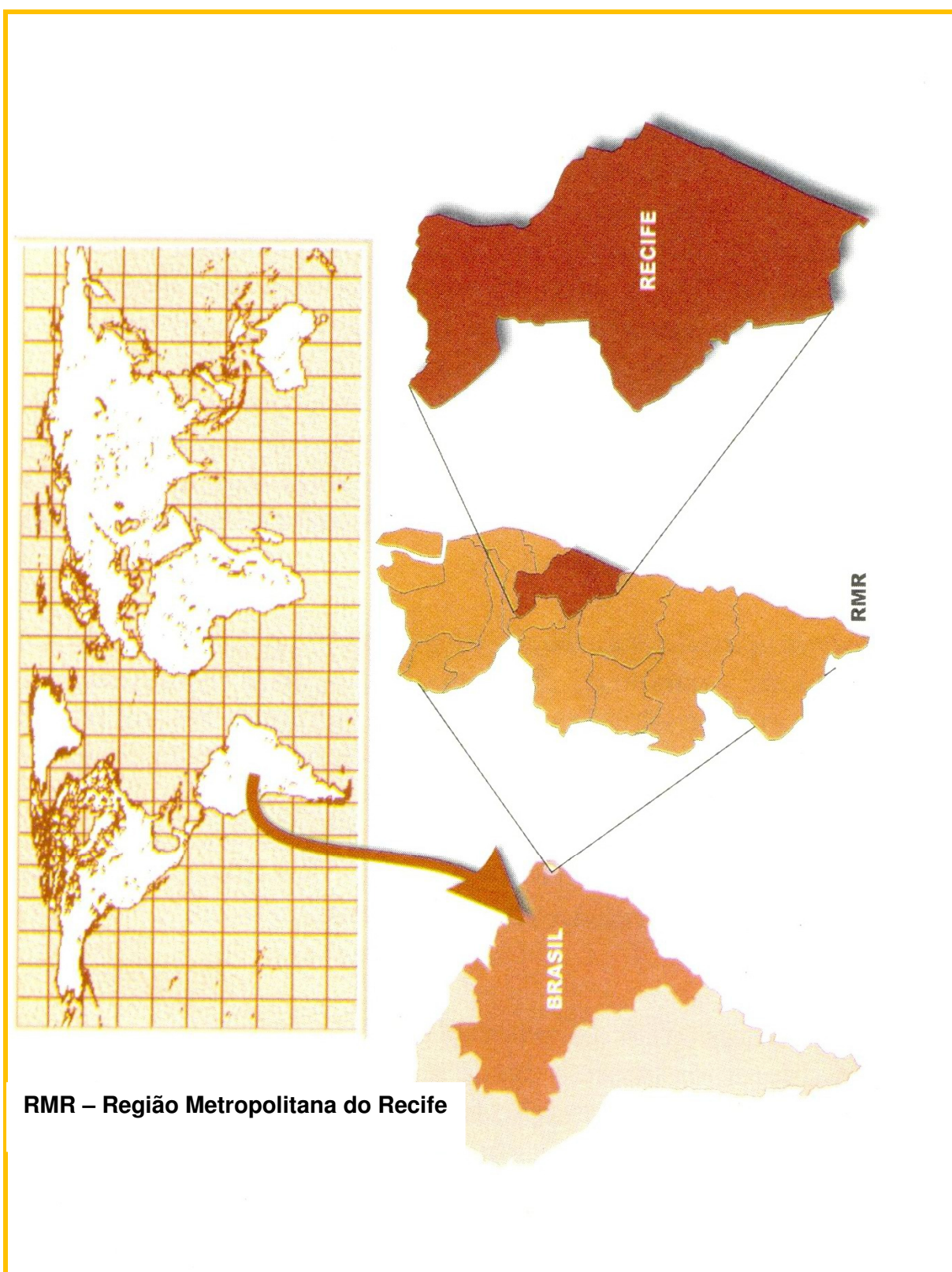
⁴ É utilizado aqui “no sentido preciso de excluídos das benesses do sistema, ou de certos ambientes, OK”. Como nos alerta Marcelo Lopes de SOUZA, **ABC do desenvolvimento urbano**, p. 69.

⁵ O nome de Campina do Barreto, só vai ser citado, a partir do Decreto Lei Estadual n. 503, de 19/06/1940, que fixa as divisões distritais e limites municipais do Estado. É interessante comparar os limites do referido decreto com o Decreto Lei n. 235 de 09/12/1938, que trata do mesmo tema. Sobre a origem do nome do bairro ver Augusto Antonio Campelo CABRAL, **Educação ambiental na escola de ensino fundamental: uma experiência na Comunidade de Campina do Barreto**, cap. II; e Idem. **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: o vivido e o instituído**, cap. I, p. 52.

⁶ Disponível em <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-2/peixinhos/> Acessado em: 19 out. 2012.

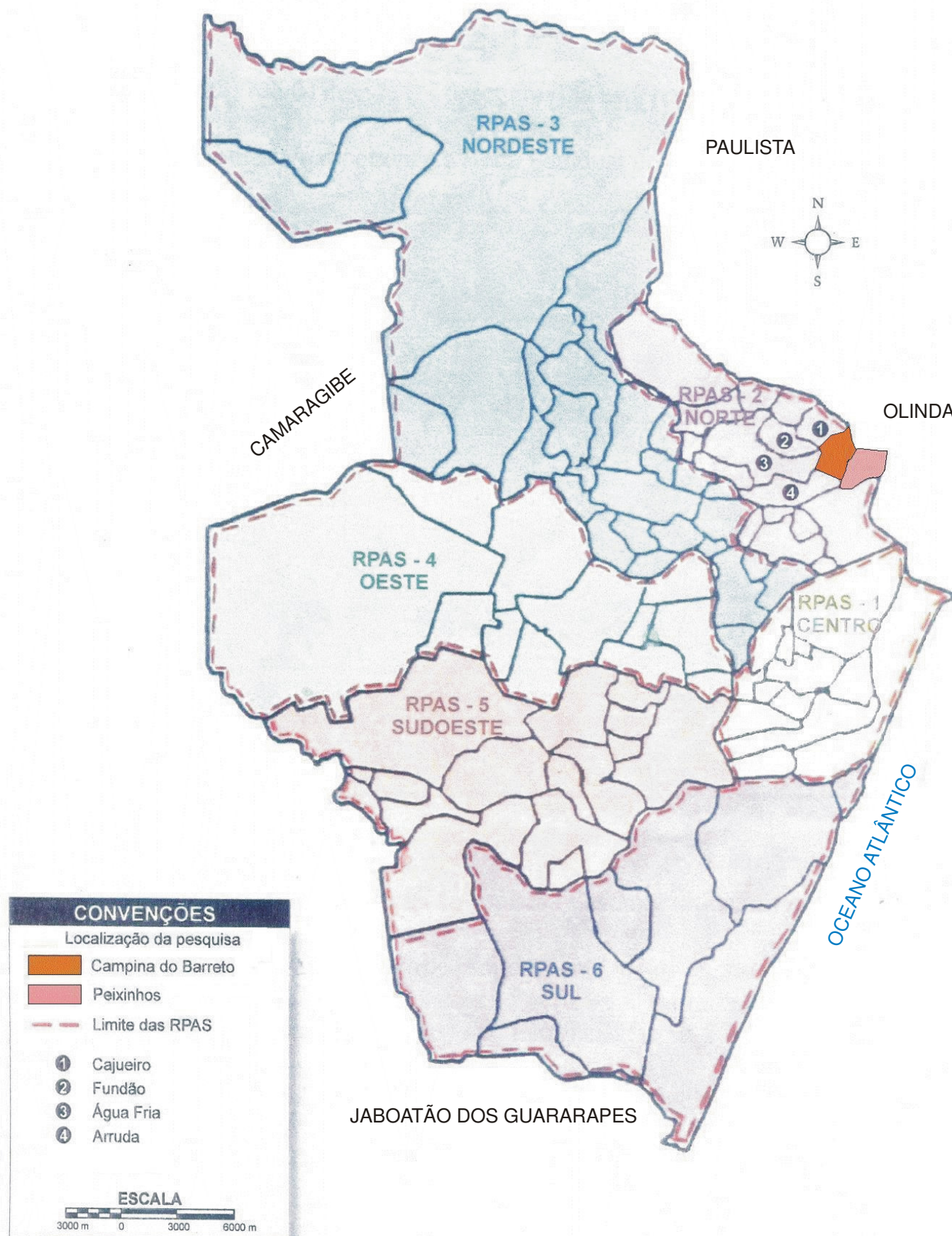
⁷ Disponível em <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-2/campina-do-barreto/> Acessado em: 19 out. 2012.

FIGURA 1 — LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE

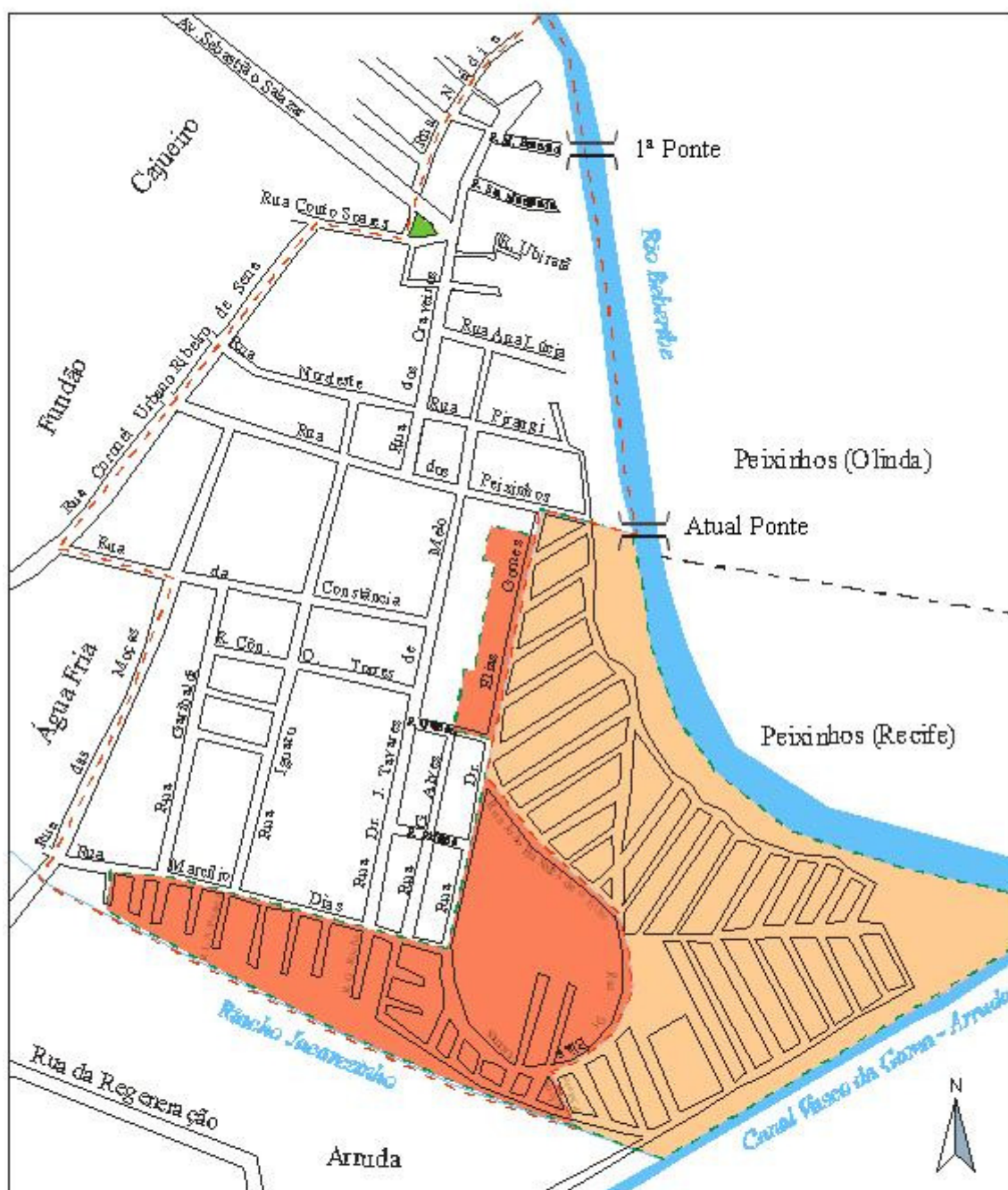


Fonte: LEAL, 2003, p. 34.

MAPA 1
CAMPINA DO BARRETO E PEIXINHOS
LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RECIFE - 1997



MAPA 2
COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS
LOCALIZAÇÃO NOS BAIRROS DE CAMPINA DO BARRETO E PEIXINHOS (RECIFE)



- Limite do Bairro de Campina do Barreto
- Limite da Comunidade Chão de Estrelas
- Área da Comunidade Chão de Estrelas no bairro de Campina do Barreto
- Área da Comunidade Chão de Estrelas no bairro de Peixinhos (Recife)
-)) Ponte da Amizade

FONTE: CABRAL, 1999. FIDEM *Carta da Nucleação Centro*, 2000.
ADAPTAÇÃO E EXECUÇÃO: Roberto Silva de Souza.

0 62 124m

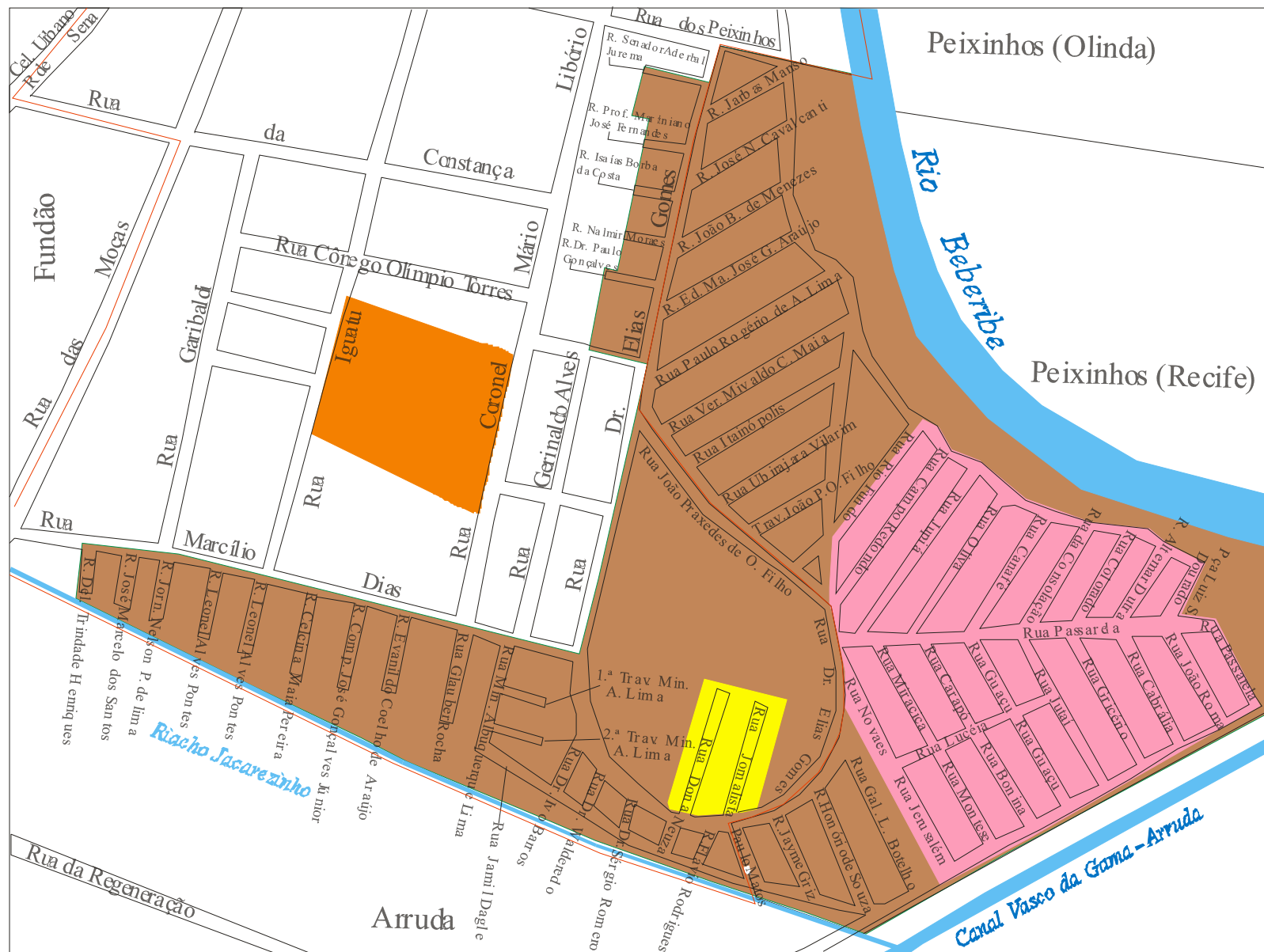
A razão da escolha desse recorte temático passa pelo desafio de identificar mais especificamente a atuação do poder público na reinserção dos pobres em instrumentos legais concernentes ao uso e ocupação do solo na área em apreço, compreender a dependência/presença do poder local, as pessoas comuns, os excluídos do “poder”, os moradores pobres e marginalizados das periferias urbanas, os dominados, as classes subordinadas, os excluídos etc. (os de baixo) nas políticas públicas municipal, estadual, nacional e das agências internacionais (os de cima) no que diz respeito à habitação popular, e à vida cotidiana das pessoas, seus conflitos, lutas, reivindicações e o seu dia-a-dia, ou seja, as minúcias do cotidiano dos pobres na produção do espaço urbano local. Outro ponto da pesquisa é o fato dos estudos em escala nanoterritório, escala cartográfica maior que a microlocal ser ainda pouco explorados na geografia⁸. Como também a temática da participação política (aqui os de baixo — na vida pública) que são escassos na Ciência Geográfica, estimulando ainda mais a reafirmação da importância dessa tese para a referida ciência. Desse modo, as apreensões das dinâmicas sócio-espaciais, por meio da pesquisa, contribuirão para novas condições de planejamento e gestão do espaço urbano (dos pobres) pelo poder público.

A área em estudo sofreu quatro intervenções do poder público, com a construção dos conjuntos habitacionais a fundo perdidos (Comunidade Chão de Estrelas – 1981; Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema – 1986; Conj. Res. Ovídio Ferreira de Paula – 1988 e Conjunto Habitacional do Jacarezinho – 2008) para famílias que viviam nas margens do Rio Beberibe e dos canais do Arruda e do Jacarezinho (ver mapa 3).

O recorte temporal de nossa pesquisa corresponde ao período de 1980 quando se iniciaram efetivamente as construções das primeiras moradias e se alonga até meados de 2012 quando poderemos compreender como se deu o amadurecimento da dinâmica social-territorial e a dos moradores dos Conjuntos habitacionais, particularmente o do “Habitacional do Jacarezinho”, por ser o mais recente construído. Portanto, deve-se atribuir a produção do espaço local à dialética dos diferentes atores (moradores, lideranças, poder público e privado) que se inserem no contexto citado. Isto permite destacar que a produção do espaço urbano periférico, se apresenta de forma assimétrica e, na maioria das vezes, excludente, suscitando conflitos de interesses no tocante ao uso e apropriação do espaço. Mas, que nível da abordagem deve ser discutido para se tratar de forma mais aprofundada, da produção do espaço urbano dos pobres? Primeiro, acreditamos que trabalhando em uma escala cartográfica maior que a

⁸ Ver Marcelo Lopes de SOUZA, **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**, p. 317.

MAPA 3 COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS LOCALIZAÇÃO DE CONJUNTOS RESIDENCIAIS



- Limite do Bairro de Campina do Barreto - 1940
- Limite da Comunidade Chão de Estrelas - 1981
- Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema - 1986
- Conjunto Residencial Ovídio Ferreira Paula - 1988
- Conjunto Residencial Jacarezinho - 2008

FONTE: FIDEM. Carta da Nucleação Centro, 2000, CABRAL, 1999.
ADAPTAÇÃO E EXECUÇÃO: Roberto Silva de Souza.

0 62 124m

microlocal, denominada por Marcelo Lopes de SOUZA (2006, 2007, 2011) de nanoterritório: o que aprendo pela microescala, que não teria condições de vê se não descer até as minúcias do cotidiano dos moradores e moradoras para verificar os eventos? Aqui está à combinação entre Geografia e Antropologia e uma das contribuições da pesquisa.

Com isto em mente, percebemos que nossos questionamentos encontram-se no campo da dimensão política da ciência geográfica, é que tomamos como categorias norteadoras as de justiça social-territorial (SOUZA, 1995, 2002, 2006; RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1997; HARVEY, 1980; RAWLS, 2002), cidadania (SANTOS, 1996; GOMES, 2002; CASTRO, 2005), e controle social (VILA NOVA, 2006; GOHN, 1985, 2001; COUTINHO, s/d; COSTA, 2004; PASSETTI, 2004; TEIXEIRA, 2002). Entretanto, estas categorias se realizam na existência que é tecida por relações de todos os tipos (econômicas, políticas, sociais, simétrica, dissimétrica etc.), são frutos de uma mediação, mais ainda, de uma problemática relacional (RAFFESTIN, 1993; CASTRO, 2005), que tem o Poder como elemento chave. Para Claude RAFFESTIN (1993, p. 6): “o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo”. Em outras palavras, como diz RAFFESTIN (1993, 49), “a relação cujo desfecho é a satisfação das necessidades de ao menos dois atores sociais pode ser simétrica ou dissimétrica, ou seja, a troca é equivalente ou não. O risco de dissimetria seria pequeno se nunca houvesse uma finalidade de crescimento caracterizando um dos polos da relação.” Pois, como mais uma vez nos diz RAFFESTIN (1993, p. 38), “[...] o poder está presente, faz parte de todo o processo relacional”, portanto, “o poder é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto.” (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Como dissemos, a problemática não é só da moradia, mas é nela, em nosso caso, que se materializam e também se apresentam os aspectos: econômico, político, social e ambiental indissociáveis, que mudam seus formatos segundo a posição ou força dos grupos e classes sociais envolvidos no processo em jogo em cada período histórico. Deste modo, a questão dos reassentamentos de moradias populares situa-se no quadro de uma problemática relacional de poder (RAFFESTIN, 1993; CASTRO, 2005), na qual, por um lado, o processo de reassentamentos de moradias populares permite a produção de justiça social-territorial e de uma cidadania inacabada. Porém, até que ponto essa produção de moradia não é uma forma de controle social utilizada na produção do espaço urbano dos pobres por parte do poder público? Questionando-se de outra maneira, como é possível o processo de reassentamento de moradias populares vir

acompanhado do discurso de produção de justiça social-territorial e cidadania, e o Estado brasileiro o empregar como mecanismo de controle social⁹ dos pobres, na produção do espaço urbano, em particular da Comunidade Chão de Estrelas.

A revisão da literatura e a fundamentação teórico-metodológica encontram-se no capítulo I e ao longo de toda a tese. Contudo, alertamos que a categoria “cidadania” é vista aqui como totalizante (totalidade – SANTOS, 1997), pois acreditamos que para sermos cidadãos temos de ter realizadas na prática cotidiana uma série de direitos que são assegurados em nossa sociedade pela Constituição de cada País, ou seja, a materialização do direito a autonomia, a liberdade, a justiça social-territorial, a participação, a igualdade etc., em outras palavras, significa ter direitos civis, políticos e sociais entre outros. Mas a cidadania é uma via de mão dupla, não podendo ser pensada só com direitos ou apenas com obrigações, é necessário que haja igualdade de direitos e oportunidades para todos (ALVES, 2007).

Como hipótese central destacamos que: o reassentamento de moradias populares praticado pelo Estado brasileiro, com fins de saneamento ambiental, foi acompanhado por dotação de equipamentos e infraestruturas que gerou uma redução da injustiça socioespacial afetando os moradores da Comunidade Chão de Estrelas, fruto de um longo processo reivindicatório. Mas, ao mesmo tempo, fomentou um arrefecimento das organizações políticas, socioculturais e reivindicatórias locais, a um formato cada vez mais imposto, institucionalizado, normatizado e configurou um cotidiano controlado e de uma cidadania inacabada.

Para uma maior elucidação do objeto/objetivo de pesquisa, esta tese traz uma proposta teórico-metodológica **interdisciplinar**¹⁰, na qual utilizou procedimentos das ciências geográfica e antropológica. Estes elementos ajudaram a identificar e compreender a relação entre os objetos tomados como referencial político/espacial de análise.

Para finalizar, será apresentada a seguir a estrutura da pesquisa, na qual a temática foi tratada em seis capítulos, sendo o último com caráter conclusivo.

No CAPÍTULO 1 — **A EPISTEMOLOGIA DOS POBRES: ALGUNS CONCEITOS PRODUZIDOS NO COTIDIANO DOS DE BAIXO** — é feita a revisão da literatura e a

⁹ Usamos Controle Social por acreditar que este conceito possui uma intencionalidade mais “ideológica” em lugar de Regulação que entendemos ter um cunho mais de norma jurídica — exemplo: o Estatuto da Cidade, Planos Diretores etc.

¹⁰ A respeito da concepção de interdisciplinaridade ver: Hilton JAPIASSU, **Interdisciplinaridade e patologia do saber**; Ivani Catarina Arantes FAZENDA, **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**; Milton SANTOS, **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica, capítulo IX; Nídia nacib PONTUSCHKA; Tomoko Iyda PAGANELLI; Hanglei Cacete NÚRIA. **Para ensinar e aprender Geografia**, 2ª parte entre outros.

apresentação teórico-metodológica que baseou a elaboração deste estudo. Esta parte esta constituída de duas etapas; a primeira corresponde à revisão da literatura parte (1.1), particularmente da produção acadêmica que trata da construção do espaço em estudo. A segunda parte (1.2, e o item 1.2.1) faz um breve esboço teórico-metodológico das principais categorias, conceitos chaves e procedimentos utilizados que dá sustentação a nossa tese.

O CAPÍTULO 2 — A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DOS POBRES: O ESPAÇO DA INJUSTIÇA – foi dedicado à produção do espaço urbano dos pobres (espaço da injustiça, espaço periférico local); questionando quem produz o espaço urbano busca identificar os principais agentes desta produção (aqui são o Estado e os Grupos Excluídos, partes 2.1 e 2.2, respectivamente). Em seguida na parte (2.3), abordam-se de maneira bastante resumida os Movimentos Sociais Urbanos (de caráter reivindicatório) que são frutos das lutas desenvolvidas pelos grupos excluídos, particularmente os ocorridos na localidade em estudo (item 2.3.1). A parte (2.4 e item 2.4.1) aborda a produção do espaço através das ações cotidianas nas ocupações (nas margens dos: rio e canais) que limitam a localidade em estudo pelos Pobres-Favelados; como também, a situação em que se encontrava a Bacia do Beberibe assinalada pelo Programa PROMETRÓPOLE quando da sua elaboração em 2001, respectivamente. Por fim a conclusão, parte (2.5).

O CAPÍTULO 3 — POLÍTICAS HABITACIONAIS: PODER LOCAL E CONTROLE SOCIAL – aborda de forma bastante resumida como foram utilizadas as políticas de moradia popular ao longo do tempo no Brasil e no Recife, como um elemento de controle social (parte 3.1); em seguida (a parte 3.1.1, e item 3.1.1.1) apresentam o Programa PROMETRÓPOLE — programa contratado pelo governo de Pernambuco em convênio com os municípios do Recife e Olinda, que conta com financiamento do Banco Mundial —, e mais particularmente, no que se refere a nossa área de estudo. A parte (3.2 e item 3.2.1) analisa a questão da moradia popular e as características físico-arquitetônicas dos conjuntos habitacionais na área de pesquisa, respectivamente. Por fim, a parte (3.3) que corresponde à conclusão do referido capítulo. Nossa intenção neste capítulo é mostrar a política de habitação como elemento que faz um discurso de justiça social-territorial e de melhoria da cidadania, mas que trás na outra face da moeda a intencionalidade e uso dessas moradias como mecanismo de controle social dos pobres, em particular da Comunidade Chão de Estrelas.

O CAPÍTULO 4 — A COMUNIDADE E A POLÍTICA MUNICIPAL: AS AÇÕES DOS DE CIMA NA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS – destaca a outra faceta da

realidade, os de cima. Inicia-se fazendo uma reflexão dos contextos sociopolíticos e econômicos em que se deram as ações do poder público municipal, dos agentes externos e do PREZEIS na produção do espaço urbano na Cidade do Recife, em particular na localidade em apreço. Além de contextualizar como ocorreu maior participação local na gestão Municipal. As partes (4.1, 4.2 e 4.3) elencam as principais ações que foram implantadas pelos poderes públicos, a formação e atuação do PREZEIS e de suas demais instâncias, e os apoios dados pelas entidades externas às organizações/lideranças da Comunidade Chão de Estrelas, respectivamente. A parte (4.4 e os itens 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.4 seguintes) exhibe as organizações socioculturais, as reivindicatórias e o desenvolvimento das entidades e lideranças (como elementos de lutas para conquistas das melhorias); e por último, a parte (4.5) corresponde à conclusão.

Ao focar **O COTIDIANO LOCAL: AS MINÚCIAS DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS — OS DE BAIXO** — no CAPÍTULO 5, tínhamos como preocupação analisar as minúcias do cotidiano dos moradores a partir das falas dos entrevistados de modo a identificar tanto as diferenças de classes como as desigualdades socioeconômicas-ambientais e os contrastes socioespaciais que o lugar revela, como sendo elementos de uma (in)justiça social-territorial e de uma cidadania inacabada. As análises realizadas na parte (5.1 e itens seguintes) expõem as práticas cotidianas dos moradores através da dinâmica dos indivíduos no seu dia-a-dia; e por fim a conclusão, parte (5.2).

Finalmente, o **ÚLTIMO CAPÍTULO — ESPERANÇAS E LUTAS: AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS MORADORES E MORADORAS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS — RECIFE (CONCLUSÃO)** —, dedicado às considerações finais, procura identificar os fatores que tem se apresentado como empecilhos ou barreiras para a melhoria da qualidade de vida, como também, as perspectivas de futuro dos moradores e moradoras pesquisadas parte (6.1); além de apontar as evidências alcançadas, o significado da moradia como elemento de controle social, de justiça social-territorial e cidadania ainda inacabada dos moradores da Comunidade Chão de Estrelas.

A realidade pesquisada é rica em contradições e muitas outras questões ainda poderão ser formuladas e investigadas. Mas espera-se com esta pesquisa, contribuir também para a construção de um novo relacionamento entre os de baixo e os de cima na localidade.

CAPÍTULO I

EPISTEMOLOGIA DOS POBRES: ALGUNS CONCEITOS PRODUZIDOS NO COTIDIANO DOS DE BAIXO

“O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, muito menos, ‘sente’. (...). O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa ‘saber’ sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as, e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada circunstância histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico)”.

(GRAMSCI, 1986, p. 138-9)

1 A EPISTEMOLOGIA DOS POBRES: ALGUNS CONCEITOS PRODUZIDOS NO COTIDIANO DOS DE BAIXO

As considerações iniciais têm o intuito de apresentar um arcabouço teórico-epistemológico sobre os significados das principais categorias, de forma a melhor situar os eventos que estão na gênese das questões habitacionais e do controle social na produção do espaço urbano dos pobres da nossa área de estudo.

Corresponde uma leitura das categorias de justiça social-territorial, controle social e cidadania que estruturam toda a reflexão contida nesta tese. Esses conceitos já se encontram bastantes consolidados na literatura acadêmica, que trata da temática dos movimentos sociais, particularmente dos movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatório. Estes últimos têm entre os principais focos de reivindicações, a questão da moradia popular, objeto de estudo desta pesquisa. As referidas categorias foram encontradas em obras de autores consagrados, como: Marcelo Lopes de SOUZA (1995, 2002, 2006), Maria da Glória GOHN (1985, 2001) e Milton SANTOS (1996), embora outros pensadores tenham merecido certa atenção pela dimensão da temática abordada.

As categorias serão analisadas na perspectiva dos eventos produzidos no espaço cotidiano das relações de poder dos de baixo, com base em apreensões resultantes de nossas experiências no local¹. Nossa análise segue uma metodologia oriunda da Antropologia, perscrutando informantes que Ivandro da Costa SALES (2006, p. 26) chama de “testemunhas privilegiadas”, e nós chamamos de “informantes-chave”.

A partir de uma relação dialógica entre os autores, os conceitos e a realidade da comunidade, procuraremos captar as relações existentes entre a imagem mental e o objeto representado (produzido) através da ação dos de baixo. Como resultado faremos a revisão da literatura local e um quadro-teórico-metodológico visando minimamente dar conta do uso das aludidas categorias aqui trabalhadas em nossa pesquisa empírica.

¹ A localidade pesquisada é objeto/objetivo dos estudos do autor desta tese desde 1996, além de morar desde o nascimento no bairro vizinho e na comunidade desde 1989, acompanhando até certo ponto, todo processo de luta e formação.

1.1 A PRODUÇÃO LOCAL: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O ESPAÇO EM ESTUDO

A literatura que trata de movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatórios, particularmente em prol da moradia popular, conta com uma considerável quantidade de trabalhos bastante consolidados². Entretanto, há uma grande escassez de trabalhos acadêmicos em particular na área da Ciência Geográfica, em nível de doutorado, que tenham como objetivos/objetos estudos micros locais, pela dimensão da temática por nós adotados (uma fração menor que um bairro). Isto se refere à escala denominada de nanoterritorialidade utilizadas por Marcelo Lopes de SOUZA (2006, 2007, 2011), já que o espaço de pesquisa são os quatros conjuntos residenciais “doados” pelo poder público aos habitantes pobres (favelados) das margens do Rio Beberibe e dos canais do Vasco da Gama-Peixinhos (mais conhecido por Canal do Arruda) e do Jacarezinho existentes na imediação.

Sendo assim, procuramos identificar os trabalhos acadêmicos que estudaram alguns aspectos da referida comunidade, e que serão referências para nossa pesquisa. O primeiro estudo foi um trabalho “não acadêmico”, o **“Projeto União do Beira – Rio: Cabo Gato – Peixinhos”**, um Programa de Urbanização da Comunidade de Cabo Gato realizado pela população, sob o comando do Conselho de Moradores com coordenação técnica do Centro de Pesquisa e Ação Social, financiado pela Secretaria de Habitação de Pernambuco (PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, 1979). Esse trabalho em si, não aborda à Comunidade Chão de Estrelas, no entanto, é importante, pois trata da primeira

² Ver a respeito: Manuel CASTELLS, **A questão urbana**, Idem, **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**; Jean LOJKINE, **O Estado capitalista e a questão urbana**; Alain TOURAINE, **O que é a democracia?**; Safira Bezerra AMMANN, **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**, Idem, **Os incansáveis: movimento popular de Brasília**, Idem, **Participação social**; Lúcio KOWARICK, **Capitalismo e marginalidade na América Latina**, Idem, **A espoliação urbana**; Maria da Glória GOHN, **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo**, Idem, **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**, Idem, **Movimentos sociais e luta pela moradia**, Idem, **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, Idem, **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**, Idem, **Novas teorias dos movimentos sociais**; Geraldo MARINHO, **Movimentos urbanos de luta pela moradia**; Regina Bega dos SANTOS, **Movimentos sociais urbanos**; Luís César de Queirós RIBEIRO e Robert Moses PECHMAN, **O que é questão da moradia**; Betânia de Moraes ALFONSIN, **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**; Socorro de Paula Barbosa Rodrigues LEITE, **Participação popular e acesso à moradia: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS**; Ademir Alves da SILVA, **Política social e cooperativas habitacionais**; Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande-PB**; ETAPAS, **Movimento de bairro: repetição/invenção**, Idem, **Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989**; Idem, **Velhas histórias novas conquistas**; ZEIS Novo Prado; Alexandrina Sobreira de MOURA (Coord.), **Promover e autoconstrução no Nordeste: subsídios para uma avaliação institucional**; ESPAÇO & DEBATES, nº. 3 e 6, 1981, 1982 respectivamente; Marcelo Lopes de SOUZA, **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**, Idem, **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**, Idem, **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**, Idem, **ABC do desenvolvimento urbano**, Idem, **Planejamento urbano e ativismos sociais**, Idem, **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**; Milton SANTOS, **O espaço cidadão**, entre muitos outros.

organização de movimento social em prol da moradia nas imediações da área em estudo. Moradores de parte dessa comunidade de Cabo Gato e outros que residiam ao longo das margens do Rio Beberibe constituíram os habitantes da nova comunidade onde se encontram os conjuntos habitacionais por nós estudados.

O primeiro trabalho acadêmico que identificamos sobre a comunidade foi a monografia em Ciências Sociais: **“Movimentos Populares: uma questão de cidadania”**, a pesquisa procura identificar o processo participativo de membros do movimento social reivindicatório, mais especificamente das Associações de Moradores, como também a cidadania via organização popular, tendo como estudo de caso o “Centro de Organização Comunitária Chão de Estelas”, por ser uma entidade que nasceu a partir das lutas em prol da cidadania dos moradores da Comunidade de Chão de Estrelas (LIMA, 1992). Esse trabalho faz um resgate, mesmo de forma bastante resumida, de todos os momentos da formação dos vários conjuntos residenciais que surgiram e que formam a referida comunidade, trata também, da organização e mobilização dos moradores desde a ocupação da favela de Cabo Gato até a formação do centro de organização comunitária com seus projetos e ações para a nova comunidade. Identifica outras lutas comunitárias até o momento de conclusão da referida pesquisa. Sua relevância para nosso estudo está no fato de ser o primeiro trabalho sobre a comunidade que mostra a formação dos três conjuntos habitacionais: Chão de Estrelas (1981), Senador Aderbal Jurema/Jorge Pimenta (1986) e Ovídio Ferreira de Paula (1989).

Outro ponto ligado a essa monografia é **“a existência de uma entrevista anexa”** realizada pela a autora (LIMA, 1992 e ANEXOS) com o primeiro presidente do centro de organização comunitária e principal líder do movimento pró-remoção, o Sr. Ovídio Ferreira de Paula e com o Sr. Roberto Arraes, agente externo. O último entrevistado fala de temas como: estrutura de poder, política dos grupos, movimentos populares, consciência do trabalho, projetos políticos das associações etc. O primeiro, conta a história de como se deu a formação da organização em Cabo Gato e as diversas ações do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas, incluída a luta pela construção das casas do conjunto residencial que leva o seu nome em 1989.

Outro trabalho foi a monografia de Especialização em Associativismo: **“Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo – uma experiência da organização comunitária na região Metropolitana do Recife”** (ARAÚJO et. al., 1993), que escolhendo o movimento de bairro como objeto de análise e tendo como objetivo realizar a reconstrução histórica da organização comunitária dos moradores de Chão de Estrelas,

basicamente, faz um relato de algumas experiências da organização comunitária desde Cabo Gato passando pela luta de remoção e conquista das moradias, destacando as ações realizadas na nova área, e fecha com uma avaliação das lideranças acerca da organização comunitária desenvolvida na Comunidade Chão de Estrelas. Utilizando-se da técnica de História Oral, contém as entrevistas de dez lideranças que participaram do movimento pró-remoção e cita o trabalho de Maria José de LIMA (1992).

A dissertação de mestrado em Antropologia Social: **“Trajetórias de criação do mamulengo do Prof. Benedito em Chão de Estrelas e mais além — ato, ritual, arte e cultura popular”** (DUTRA, 1998), visa à compreensão do que é característico do mamulengo, teatro de bonecos tradicional e popular em Pernambuco. Tem como pesquisa empírica o mamulengo do Professor Benedito e o desempenho do mamulengueiro mestre Dengoso, na Comunidade Chão de Estrelas. Interessa-nos particularmente o capítulo dois, que aborda cenas dos processos de construção da vida social em Cabo Gato e em Chão de Estrelas. Este trabalho, junto com os citados acima e a entrevista completa realizada por Maria José de Lima (o anexo é um resumo) e as conversas informais com o próprio Sr. Ovídio, aliado às observações e experiências do referido autor desta tese, que tem tido o bairro de Campina do Barreto, e particularmente a sua hinterlândia, a Comunidade Chão de Estrelas desde a especialização (1998) como fonte de inspiração para as pesquisas desenvolvidas pelo mesmo, são materiais que subsidiarão o marco teórico da tese.

Há do referido autor dois trabalhos, o de especialização: **“Educação Ambiental na Escola de Ensino Fundamental: uma experiência na comunidade de Campina do Barreto”** (CABRAL, 1999), que é uma proposta de metodologia de trabalho didático para os professores, particularmente os da disciplina de Geografia, desenvolverem com o tema da educação ambiental a nível local. Faz uma caracterização histórica do bairro e da comunidade bastante superficial.

O outro trabalho é a dissertação de mestrado: **“Os Gestores Públicos e suas Ações no bairro de Campina do Barreto: o vivido e o instituído”** (CABRAL, 2004), teve como objetivo investigar e compreender como se dão as relações entre as representações dos moradores (vivido) e a gestão (o instituído) no bairro em apreço, para a melhoria da qualidade das ações destinadas à população local. Faz uma reconstrução histórica calcada nos objetos (nos vetores — SANTOS, 1997) que, desde o século XVI, com a presença dos portugueses produziram na área de estudo um espaço periférico. Sua importância para nós é o fato de tratar-se da mesma área e

vetores de estudo, além de fazer uma síntese geral da formação do referido bairro e da comunidade.

Fora os trabalhos acima citados, que serviram como referenciais sobre a localidade e a história do lugar em estudo existem outros, como a monografia de bacharelado em Assistente Social: **“Propostas ideológicas da relação homem/meio ambiente na comunidade Chão de Estrelas”** (SILVA, et. al., 1994), com o objetivo de sistematizar fatos concretos de alternativa da coleta seletiva de lixo reciclável. As estudantes escolheram a Comunidade Chão de Estrelas, onde já existia uma entidade local denominada “Movimento Cultural Desperta Povo”, que desenvolvia um projeto desde 1993, sobre a coleta seletiva de lixo, intitulado “Projeto Desperta Povo: lixo é vida”. As autoras, consultando a monografia de LIMA (1992), fizeram a caracterização física e histórica da comunidade. Contudo, confundem no tempo e no espaço a formação dos conjuntos residenciais³, excede o número de habitantes (aproximadamente vinte e um mil habitantes nas diversas faixas etárias)⁴ que compõe a referida comunidade entre outros equívocos. A importância para nossa pesquisa é por abordar a degradação ambiental local e a sobrevivência de alguns moradores tiradas desta degradação.

Há as dissertações de mestrado: **“O Significado Histórico da Vila Jorge Pimenta no Recife – PE: uma interpretação do ambiente construído habitado”** e a **“Do Discurso à Prática: associativismo e participação popular. Um estudo de caso da Comunidade de Chão de Estrelas – Recife/PE”**, ambas do Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional – MDU/UFPE. A primeira dissertação propõe interpretar o significado histórico da Vila Jorge Pimenta (também conhecida por Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema — SOUZA, 2000), a partir da compreensão da sua configuração espacial como parte do ambiente construído habitado da Cidade do Recife, ligado à habitação popular. A vila é o lugar onde se realiza a fragmentação e espoliação territorial do modelo de desenvolvimento industrial adotado nos anos 50 e consolidado a partir de 1964, além de ser o local que permite a realização de parte da estratégia de sobrevivência do segmento social excluído dos benefícios do modelo. O trabalho não faz uma contextualização histórica da formação das diversas comunidades (favelas) que se encontravam nas margens do Canal Vasco da Gama-

³ As datas correspondem ao início das entregas das primeiras casas: **Chão de Estrelas**, 12/03/1981; **Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema**, 1986; **Conj. Res. Ovidio Ferreira de Paula**, 09/03/1989; e mais recentemente o **Conj. Res. Jacarezinho**, 24/04/2008.

⁴ A população do bairro de Campina do Barreto em 2000 (IBGE) era de 8.335 habitantes. Lembramos que a maior parte da área da comunidade pertence a esse bairro.

Peixinhos e, que constituíram a Vila Jorge Pimenta. Outro equívoco é não identificar corretamente a localização da referida vila no bairro dos Peixinhos Recife, e colocar o bairro de Campina do Barreto como uma comunidade do bairro de Campo Grande e como sendo de classe média da Cidade do Recife, apontando também como a luta de reivindicação como uma parceria entre associação e prefeitura. Mas, ajuda-nos a compreender a formação desse conjunto residencial.

A dissertação **“Do Discurso à Prática: associativismo e participação popular. Um estudo de caso da Comunidade de Chão de Estrelas – Recife/PE”** (SILVA, 2000), partindo do processo de industrialização/urbanização (fordismo) ocorrido no País, propõe investigar acerca do associativismo e da participação popular em movimentos de bairro nas comunidades de baixa renda da Cidade do Recife, escolhendo a Comunidade Chão de Estrelas. Em outras palavras, tem como interesse básico da pesquisa identificar a percepção das redes de sociabilidade e de solidariedade que se formam entre as pessoas da comunidade. Um dos equívocos dessa dissertação é tomar um único trabalho para fazer a caracterização sobre a sua área de pesquisa como referência, que foi o de SILVA (1994), caindo nas mesmas falhas desta. Outro erro é apontar a realização do conjunto Chão de Estrelas como obra da Prefeitura e a homogeneidade no padrão dos imóveis⁵, não considerando os vários conjuntos construídos em momentos e projetos diferentes ocorridos na comunidade etc.

Há ainda a dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE, **“A Questão Ambiental para o Idoso no Habitar em Conjuntos Habitacionais de Interesse Social – um estudo de Jacarezinho Recife – Pernambuco”** (ALVES, 2011). Partindo do novo cenário de aumento da população idosa, de mudanças nos arranjos familiares, da habitação, de preocupação com relação com o território a partir da dimensão ambiental, a autora propõe investigar a condição de habitabilidade nos espaços periféricos, pensado a partir do idoso, escolhendo o Conjunto Habitacional do Jacarezinho, no bairro da Campina do Barreto Recife, como objeto de estudo. Tendo como objetivo principal analisar as condições de habitabilidade para o idoso em conjuntos habitacionais de interesse social na periferia a partir das novas propostas de intervenções urbanas e ambientais na sociedade contemporânea. Alguns pontos necessitam ser mais bem esclarecidos, por exemplos: a falta do número de imóveis construídos para os idosos, a quantidade total por sexo e idade dos idosos entre outros.

⁵ Ver entrevista anexa 2 da monografia de Maria José de LIMA, **“Movimentos populares: uma questão de cidadania”**.

Esta dissertação nos ajuda a compreender as políticas para os idosos desenvolvidas dentro do Programa PROMETRÓPOLE em andamento na área de estudo.

Além desses trabalhos citados acima, temos conhecimento da existência de mais um, que não tivemos acesso: a tese de doutorado em Antropologia: “**In Fear of Abandonment: Slum Life, Community Leaders and Politics in Recife, Brazil**” (KOSTER, 2009 — NL).

Todos os trabalhos elencados acima são importantes por tratarem de nossa localidade de pesquisa. A seguir faremos um breve esboço teórico-metodológico das principais categorias que dá sustentação a nossa pesquisa.

1.2 ESBOÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO DA MORADIA LOCAL: ESPECIFICIDADES DOS DE BAIXO E DOS DE CIMA

A produção do espaço urbano do pobre será aqui analisada a partir da “dialética da moradia dos de baixo”, entendida como a realidade em estudo, a dinâmica da comunidade que é intensa, com seus conflitos de interesses, as disputas de liderança e as várias formas de reivindicações, mobilizações e resistência dos pobres que são constantes ao longo da história local, produzindo um espaço de tensão que leva seus moradores a organização “política” da comunidade.

Sendo assim, o direito de morar, segundo Milton SANTOS (1996, p. 45), é confundido por “boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa”, é na realidade, direito a um teto, direito a um abrigo, direito a se proteger contra as intempéries, refere-se também, ao direito de justiça social-territorial e cidadania. Em outras palavras, a produção do espaço urbano do pobre como já frisamos (e abordaremos detalhadamente no capítulo II), será analisada a partir da “dialética da moradia dos de baixo”. A moradia tem sido um dos principais elementos de reivindicação de alguns movimentos populares, não o único, nem sempre o primeiro, a exemplos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto — MTST e da luta pela moradia na localidade — esta se deu a partir dos próprios moradores. Entretanto, é o imóvel que territorializa as pessoas em um lugar, dando-lhe a “cidadania”, pois como nos diz Milton SANTOS (1996, p. 18), “Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território.”

Entende-se por **cidadania** o direito de todos os indivíduos à liberdade, ao acesso a bens, equipamentos e serviços, entre eles a moradia. Posição esta, próxima a autores

como: SANTOS (1996), GOMES (2002), CASTRO (2005), entre outros. Para Milton SANTOS (1996, p. 7), “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância.” E continua SANTOS (Ibid., p. 116):

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. [...], já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe.

Posição próxima a esta, mas com ênfase no território é a do geógrafo Paulo César da Costa GOMES (2002, p. 173), que conceitua cidadania do seguinte modo:

[...] a cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território.

[É] [...] algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida pública, ou seja, onde há vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial. (p. 9)

Ser cidadão é pertencer a uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial. (p. 135)

Na mesma linha de abordagem de Milton Santos e Paulo César da Costa Gomes encontra-se a geógrafa Iná Elias de CASTRO (2005, p. 200), para quem “a cidadania é constituída por um conjunto de direitos e deveres garantidos pela lei, mas que se realizam necessariamente nas práticas do cotidiano social inscritas no tempo e no espaço.” São nesses espaços (territórios) que se concretizam as ações de liberdade, produção de bens, equipamentos e serviços⁶.

Para nós, a cidadania é a condição ou qualidade de ser cidadão. Cidadão é um indivíduo, um sujeito que está em plenos direitos sociais, civis e políticos e que pode participar da vida de um estado. É aquele que goza de seus direitos constitucionais — é existir, é ser livre com autonomia, é ter direitos pelo simples fato de existir, de estar no mundo. É ter acesso a bens, equipamentos e serviços e a participar da vida social e política da sua localidade, sem ser discriminados quanto ao sexo, cor, renda, classe social e lugar de moradia.

⁶ Ver ainda as novas concepções de cidadania que foram elaboradas nas últimas décadas do século XX: Maria da Glória GOHN, **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**; Andrea CORNWALL et al. Posfácio: Cultura da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: Jorge O. ROMANO et al. (Orgs.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**; Alain TOURAINE, **O que é democracia?** Cap. 5, entre outros.

Mas, a cidadania tem sido abordada/direcionada tanto em termos teórico como empírico, na busca de compatibilizar a existência de diversas possibilidades e gradações, ou seja, em múltiplas cidadanias (VIEIRA, 2001). Primeiro, acreditamos não ocorrer à combinação necessária entre liberdade, participação, autonomia e igualdade para todos, como aponta Ciara Núbia de Carvalho ALVES (2007, p. 18 – Destaque nosso) para a existência da cidadania plena: “Como a cidadania inclui várias dimensões, algumas podem estar presentes no dia-a-dia do cidadão, e outras não. Mas só se pode considerar cidadania plena aquela que combina liberdade, participação política com igualdade para todos.” Segundo: porque concordamos que no interior das classes sociais existem gradações de “cidadãos”, isso se confirma na literatura sobre a temática através de uma infinidade de adjetivos que atualiza e qualifica o conceito de cidadania, por exemplo: subcidadania (SOUZA, J., 2006); cidadania social, cidadania comum, cidadania diferenciada, cidadanias múltiplas, cidadania política, cidadania democrática (VIEIRA, 2001); cidadania passiva, cidadania ativa, falta de cidadania (MARIZ; ARRUDA, 2007); cidadania informal, cidadania restrita (PACHECO, 2001); cidadania regulada, pré-cidadão, indivíduo-cidadão (TELLES, 2006); cidadão consumidor, não-cidadania, cidadania real (MANZINI-COVRE, 1986); cidadãos de segunda classe, cidadania regulada, meia cidadania (WEFFORT, 1981); cidadania atrofiada, não-cidadão, cidadão mutilado, cidadão imperfeito, cidadãos diminuídos, cidadãos incompletos, espaço sem cidadão (SANTOS, 1996); cidadania de papel (DIMENSTEIN, 1994) entre outros. Para nós, são cidadanias capengas, de segunda classe, de segunda categoria, fragmentada, ou melhor, **cidadania inacabada**.

O estudo da cidadania tem sido abordado por diversas vertentes teóricas, tendo como uma das primeiras referências que se tornou clássica a concepção de Thomas H. Marshall, com seu texto *Cidadania, classe social e status*, acerca dos direitos e as obrigações inerente aos indivíduos e reconhecidos pelo estado. Marshall estabeleceu uma ordem dos direitos de cidadania: *direitos civis*, integrado pelos direitos de liberdade individual; *direitos políticos*, consubstanciado pelos direitos ligados à participação no exercício do poder estatal; e os *direitos sociais*, dos quais resultam os direitos que dizem respeito ao bem-estar econômico e à herança cultural. Estando, cada um desses direitos, vinculados a movimentos de consolidação da sociedade burguesa inglesa. Posteriormente, diversos autores fazendo análise de suas realidades nacionais e utilizando-se desta concepção acrescentaram nuances teóricas (PACHECO, 2001; VIEIRA, 2001; CORRÊA, 2010).

Assim, “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.” (DALLARI, 1998, p. 14). Por isso que precisa assegurar e, são de fato assegurados em nosso caso pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu Título II, capítulos I, II e IV, particularmente o artigo 5º tais direitos, mesmo que na prática nem sempre se concretizem de fato.

Para que exista cidadania ainda é necessário os binômios direitos e deveres, ou seja, além dos direitos civis, políticos e sociais, haja a correspondência dos deveres individuais e coletivos do cidadão.

Diante disso, a cidadania só tem garantia se vier acompanhada também de condições econômica, política, social e cultural, além de combinar liberdade, autonomia e participação política com igualdade para todos. Isto quer dizer segundo Maria de Lourdes MANZINI-COVRE (2006, p. 9) que:

todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militarem partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem.

E continua a autora (MANZINI-COVRE, 2006, p. 9):

Isto tudo diz mais respeito aos direitos do cidadão. Ele também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias – no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI).

Essas propostas não são fáceis de ser realizada, como nos alerta Maria MANZINI-COVRE (2006, p. 10), “na realidade essas propostas são difíceis de serem efetivadas, pois quem detém o poder cuida de encaminhar as coisas na direção que atenda basicamente aos seus interesses, e não ao interesse de todos, apesar da aparência contrária.” E conclui ela (MANZINI-COVRE, 2006, p. 10), “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão.”

Diante disso, podemos concluir como aponta José Murilo de CARVALHO (2004), que a cidadania não se dá só nas relações formais entre Estado e Sociedade. Mas também, é possível a articulação de várias práticas sociais como forma de exercício da cidadania. “São expressões da cidadania não só o voto, mas também os atos de revolta, as manifestações públicas, os protestos populares contra as determinações do poder.” (PACHECO, 2001, p. 22 – Grifo nosso), como veremos nessa tese em nossa área de estudo, isto ocorreu particularmente através das lutas pela moradia.

Como vimos à cidadania não é um conceito estanque, mas dinâmico, histórico, seu significado tem variado ao longo do tempo e no espaço. Ser cidadão na Grécia Antiga não é a mesma coisa de ser cidadão na Idade Média, no Iluminismo, nem no século XIX, nem no século XX e nem hoje (2012); como também é diferente ser cidadão na França, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Holanda ou no Brasil, por exemplo, (GOHN, 2005). Como a cidadania se materializa através do exercício da participação política (primeiro passo ou um dos passos), e, isto só ocorre em sociedades democráticas; no oposto, quando estamos em sociedades autoritárias não passa de uma mera formalidade.

No Brasil, em particular, país de uma sociedade civil marcada pela desigualdade social, ser cidadão segundo a classe e/ou estratificação social a qual o indivíduo pertence é “gozar” na maioria das vezes de uma cidadania incompleta, como diria Milton SANTOS (1996). É uma cidadania burguesa, fragmentada, inacabada, de segunda classe, excludente.

Como vemos, a cidadania se realiza nas práticas cotidianas inscritas no espaço, ou como diz Márcio Piñon OLIVEIRA (2011, p. 198 – Destaque no original):

Portanto, a cidadania depende da *condição material e cultural* que possui um indivíduo, concebida como herança, histórica – o que inclui a sua *condição de classe* – da *posição social* que ele ocupa na sociedade em questão e do *nível de mobilização, organização e participação* efetiva das classes sociais, num sentido lato, nas decisões que definem os seus rumos nas escalas social e geográfica, da comunidade local e da cidade, em relação ao poder do Estado nacional e questões de alcance global.

O espaço em que se realiza essa cidadania é aqui analisado no sentido de espaço social, na qualidade de **território**, que entendemos ser um espaço delimitado de poder ou para o poder. Seja um país, estado, município, bairro ou até mesmo o lugar de residência, a casa, um quarto. O que importa é a ideia de posse, de espaço definido, delimitado, dominado e apropriado por um Estado, um povo, uma nação, uma

sociedade, uma empresa, um grupo ou até mesmo por um indivíduo. Estando assim, atrelado à ideia de disputa, confronto, conflito, posse, controle e poder.

Para Claude RAFFESTIN (1993, p. 143), um território “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” Ou como nos diz Marcelo Lopes de SOUZA (2006, p. 335), “os territórios não são [apenas] ‘coisas’, matéria tangível, e sim ‘campos de força’ (SOUZA, 1995a:97) que só existem enquanto duram as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas.”⁷ Estamos aqui preocupados com a distribuição de justiça, melhor dizendo, de uma distribuição justa, na perspectiva geográfica do território urbano. Segundo Roberto Lobato CORRÊA (1989), a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, é:

O espaço urbano capitalista — fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas — é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 1989, p. 11).

Segundo Michel FOUCAULT (1984, p. 252) citado por Andrea CORNWALL (et. al., 2007, p. 276), “o espaço é fundamental em qualquer exercício de poder.” Nesse sentido, para Marcelo Lopes de SOUZA (1995, 2006) e Claude RAFFESTIN (1993) é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, interligado à territorialidade. Em outras palavras, o território é o espaço que sofre o domínio dos diversos agentes (políticos, econômicos, sociais, culturais etc.), e a territorialidade é a forma ou arranjo territorial de como esses agentes modelam a organização do território. Continuando, SOUZA (2006, p. 317), ainda diz que nas rotinas dos processos de participação popular, quando concernentes aos estudos sobre a espacialidade do poder, há urgência de exames acerca das “nanoterritorialidades” e “nanoterritorializações”, e afirma ele (SOUZA, 2006, p. 317-318 — aspas no original e destaque nosso):

“Nanoterritórios” são territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, sendo atinentes a espaços com os quais, diferentemente de espaços de nível escalar microlocal como o bairro ou o setor geográfico (que é um agregado de bairros), [...]. Nos **“nanoterritórios”**, as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam,

⁷ Ver ainda sobre território: Milton SANTOS, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**; Milton SANTOS et al. **Território: Globalização e fragmentação**; Marcos Aurelio SAQUET e Eliseu Savério SPOSITO, **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**; Marcos Aurelio SAQUET, **Abordagens e concepções de território**; Rogério Haesbaert da COSTA, **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**, entre outros.

trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença. Nesses espaços eles exercem, quotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, especialmente referenciadas (desejo de ocupar espaço, vontade de possuir objetos inscritos no espaço etc.), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta, seja apenas demarcando e alterando territórios, seja eventualmente alterando o próprio substrato espacial. Os grupos, aqui, são do tipo primário, como a família, mas também agrupamentos de indivíduos que nem ou mal se conhecem. Estes podem vir a interagir, por um dado momento, esporádica ou regularmente, em um espaço muito pequeno, com consequentes situações de negociação e conflito em torno do desfrute e da apropriação do espaço.

E esclarecendo melhor o conceito de nanoterritórios continua Marcelo Lopes de SOUZA (2006, 2007, 2011, p. 160 – Aspas no original):

“Nanoterritório” que é a escala das casas e oficinas, das ruas e das praças, e que é, também, como exemplifiquei em texto anterior, a escala “das pessoas amontoadas ao relento nas calçadas ou embaixo dos viadutos”, “das celas e dos diversos espaços de uma penitenciária”, “da faina dos ambulantes” e, também, “dos espaços do trabalho das prostitutas fazendo seu *trottoir* noturno” (Souza, 2007, p. 110).

Nossa pesquisa encontra-se na escala geográfica do nanoterritório⁸ já que o objeto de observação em estudo são particularmente os quatro conjuntos residenciais e a vida que a anima, na Comunidade Chão de Estrelas.

Ainda em relação ao nosso objeto de pesquisa, a territorialidade deve ser articulada com o conceito de lugar, no sentido de espaço vivido/percebido⁹, dotado de significado, em que a questão do poder figura subjetivamente, pois na qualidade de referencial simbólico e afetivo para um grupo social, converte-se o espaço em alvo de cobiça ou desejo de manutenção de controle (SOUZA, 2006); sendo também, o espaço do racional, da reivindicação política, da participação, da mobilização e organização das lideranças locais, das lutas e conquistas de suas necessidades básicas entre outras, que se realizam no espaço banal do qual nos fala Milton SANTOS (1997; 2000a).

⁸ Marcelo Lopes de SOUZA, **A prisão e a agora**, p. 317, cita que “os trabalhos de geógrafos urbanos não costumam lidar específica ou diretamente: a moradia, o local de trabalho (fábrica, loja, escritório e, para os trabalhadores do ‘circuito inferior da economia urbana’, freqüentemente, um trecho de calçada como ‘ponto’) e o local de lazer ou distração (um praça, uma praia ou trecho de praia...), entre outros.”

⁹ Para analisar as práticas cotidianas dos indivíduos e o espaço de sua existência imediata, há de se considerar três níveis de análise, segundo Henry LÉFEBVRE citado por Saint-Clair C. da TRIDADE JÚNIOR, **Sujeitos políticos e territorialidades urbanas**, p. 154. A prática espacial é o *espaço percebido* e corresponde à materialização das formas construídas, envolvendo uma reunião de usos distintos. A representação do espaço é o *espaço concebido*, representações mentais ligadas, principalmente, ao saber e ao poder. Em geral, expressa símbolos e imagens que definem a vida pragmática, como aqueles concebidos pelos planejadores, urbanistas e tecnocratas. O espaço da representação é o *espaço vivido*, que relaciona a prática cotidiana dos sujeitos, prática esta repleta de significados e que contém a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras e dos símbolos, recobertos de códigos, linguagens e resíduos. (Grifo nosso). Sobre o conceito de Lugar ver também Milton SANTOS, **A natureza do espaço**.

No que se refere à **problemática relacional** de poder existente na localidade em estudo, entendemos que é tecida por relações complexas, pois, como assinala Claude RAFFESTIN (1993, p. 32), “a relação não está somente presente na troca material; é co-extensiva e co-fundadora de toda relação social.” Sendo o poder “uma forma de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação, mediante a possibilidade de aplicar sanções que são aceitas como estratégia de ‘espera’ por esta parte mais fraca” (CASTRO, 2005, p. 101). Continuando na mesma linha de argumentação, para Claude RAFFESTIN (1993, p.58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas.” Assim sendo, “o poder se manifesta em situações relacionais **assimétricas**.” (CASTRO, 2005, p. 98 – destaque nosso). Isso exposto, aqui se faz necessário alertar que as relações de poder e controle, na prática se dão de forma bastante sutil, simbólica, sofisticada, muitas vezes de forma implícita e até mesmo invisível. Mas essa qualidade mais sofisticada do poder se apresenta, podemos constatar quando Iná Elias de CASTRO (2005, p. 98), tomando Foucault como referência destaca algumas proposições importantes sobre a condição do poder¹⁰:

1. Que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou se deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos em meio a relações desiguais e imóveis;
2. Que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade a outras relações — como econômicas ou de conhecimento —, são efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas relações entre desiguais;
3. Que o poder vem de baixo; isto é, não há no princípio das relações de poder uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos sociais e nas instituições;
4. Que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. São atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Estes não são individuais, mas estão na base da rede de poderes que funciona em uma sociedade;
5. Que lá onde há poder, há resistência; as correlações de poder só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio. Estes pontos estão presentes em toda a rede de poder. As resistências são o outro termo das relações de poder, inscrevem-se nestas relações como um interlocutor irreduzível.

Do exposto, podemos concluir que existem formas de poder fora do Estado, mas de natureza política igual; melhor dizermos, “as relações de poder estão embutidas nas

¹⁰ Ainda sobre o poder é interessante ver também, Marcos Aurélio NOGUEIRA, **Potência, limites e sedução do poder**; Gérard LEBRUM, **O que é poder**; Boaventura de Sousa SANTOS, **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**; Idem, **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência; Zygmunt BAUMAN, **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual, cap. 3.

práticas da vida diária: são inerentes às relações sociais de todo tipo, incluindo aquelas nas quais nem a coerção nem a resistência são evidentes.” (CORNWALL, ROMANO, SHANKLAND, 2007, p. 277).

Ainda referente a esse ponto das formas de poder, Claude RAFFESTIN (1993, p. 33) destaca que, “a relação nasce num dado lugar e para um dado lugar, num dado momento e por uma duração determinada ou indeterminada.” Esta relação de poder foi vivenciada, como veremos nesse trabalho, nos momentos das reuniões de negociações e visitas aos canteiros de obras para construção dos vários imóveis e do canal entre os moradores dos conjuntos em estudo, algumas lideranças e os representantes do governo Federal e do governo Estadual [DNOS/COHAB-PE — 1981] e da Prefeitura do Recife [1986 e 1989]; e, mais recentemente [2007], com os representantes do governo do Estado de Pernambuco [CONDEPE-FIDEM], da Prefeitura da Cidade do Recife, do Banco Mundial e das Empresas contratadas para execução das obras¹¹ do Programa PROMETRÓPOLE.

Referente ao conceito de **justiça social-territorial** é necessário esclarecer o conceito de justiça e de social. O termo “social” é concernente à sociedade, à amizade e união de várias pessoas que convivem em comunidade, em grupos, referem-se ao conjunto dos cidadãos de um país, que vivem em sociedade.

Aqui utilizamos o conceito de sociedade, no sentido de coletivo, cooperação, viver em coletividade. Pois todo ser humano é um animal político por natureza e que vive em grupo, em sociedade, sua ação é uma ação política, ação com um fim comum (DALLARI, 1984).

Entretanto, nessa sociedade, melhor dizer, na sociedade ocidental atual ter justiça é ter direitos civis, políticos e sociais. O primeiro refere-se aos direitos fundamentais do cidadão à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; o segundo aos direitos políticos que definem as normas, os limites da ação coletiva e individual e a participação no governo da sociedade; e o terceiro, os direitos sociais como direito à educação, à saúde, ao trabalho e ao salário justo etc. Para Iná Elias de CASTRO (2005, p. 203), “estes direitos compõem um conjunto de ações que configuram o que as democracias modernas consideram com justiça social.”¹²

¹¹ No primeiro momento foram contratadas as Empresas: Diagonal Urbana Consultoria Ltda. e Geosistemas: Engenharia e Planejamento, para realizar o diagnóstico e cadastramento nas Unidades de Esgotamentos — UEs 20 e 21, e para execução das obras formaram o Consórcio DELTA ROCHA com as: Imobiliária Rocha Engenharia e Delta Construções S.A.

¹² Na nossa visão (utópica), ter justiça é ter direitos iguais entre as pessoas, independente de classe social, de renda, idade, sexo, cor, religião etc., e que nas sociedades atuais, sejam desenvolvidas ou subdesenvolvidas, prevalecem às desigualdades no sentido de injustiças. Vamos a um exemplo concreto e comum a todos os

Diante do exposto acima, concordamos com Norberto BOBBIO (et al., 2003) e David HARVEY (1980, p. 81), quando afirmam que o “conceito de justiça social é um conceito normativo”, e com Agnes HELLER (1998, p. 20), quando define justiça dizendo: “o conceito formal de justiça significa a aplicação consistente e contínua das mesmas normas e regras a cada um dos membros de um agrupamento social aos quais elas se aplicam.”

Essas definições mostram-nos como se apresentam hoje (normatizadas) as relações entre os grupos, empresas e indivíduos na sociedade. Entretanto, o conceito de justiça tem aqui a intenção de clarificar a compreensão de justiça social-territorial¹³. Para isso, adjetivando o conceito, justiça social tem aqui o sentido de melhorias das qualidades das ações destinadas aos habitantes, particularmente os habitantes pobres locais. No entanto, esta perspectiva traz implícita a ideia de desigualdade, de confronto, de disputa entre classes, indivíduos etc., e conseqüentemente, da necessidade de igual distribuição para alcançá-la. Posição esta, próxima da afirmação dada por David HARVEY (1980, p. 82), quando diz que “o conceito de justiça social não é do tipo inclusivo total no qual englobamos nossa visão de uma boa sociedade. Ele é, antes, bem limitado”. Conservando a desigualdade de estratificação na sociedade, mas excluindo ou não admitindo diferenças de exclusão social absoluta (os miseráveis), que seria sinônimo de injustiça social. Em oposição a esta última, HARVEY (1980, p. 82) afirma:

A justiça deve ser pensada, essencialmente, como um princípio (ou série de princípios) para resolver direitos conflitivos. Esses conflitos podem surgir de várias maneiras. A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. (HARVEY, 1980, p. 82).

indivíduos que necessitam fazer compras de alimentos básicos para se manter vivos e em condições de realizar trabalho: todos os consumidores ao comprar algum gênero alimentício de primeira necessidade, ao consumir energia e água potável em sua residência pagam impostos direto ou indiretamente. Será que o trabalhador assalariado que receber por mês um salário mínimo vigente no Brasil (01/2010 — o valor do salário mínimo vigente a partir de 01 de janeiro de 2010 é de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais, com reajuste a cada ano), paga em termos percentuais ao realizar essas compras a mesma quantidade de impostos cobrados tanto aos empresários, as empresas quanto a outros trabalhadores que recebem pela sua força de trabalho três, cinco, dez, quinze, cinquenta ou mais salários mínimos? A desigualdade não se dá apenas quanto à renda, mais também em relação a cesso a educação, a saúde, ao lugar de residência, a influência política, entre outras, sendo assim, igualar os desiguais é ser injusto.

¹³ O conceito de “justiça social-territorial” é tomado de David HARVEY em **A justiça e a cidade** (subtema “Uma distribuição justa obtida com justiça: justiça social territorial”, p. 99). O hífen se justifica pela semelhança com o caso da grafia de “sócio-espacial” apontado por Marcelo Lopes de SOUZA em **A prisão e a ágora**. Ou como o próprio Souza diz: “há uma inequívoca unidade de sentido, um todo inseparável [...] no presente caso, a sociedade concreta e sua transformação para melhor, ao mesmo tempo, cada elemento preserva a sua individualidade originária: [...] e as relações sociais e o espaço como componentes indissociáveis na prática, mas irreduzíveis um ao outro.” p. 111 (nota de rodapé, n. 21).

Sendo assim, a cooperação leva a uma necessidade de distribuição dos benefícios entre aqueles que contribuíram no processo. Possibilitando, segundo David HARVEY (1980, p. 82 — Destaque no original):

O princípio relaciona-se também aos arranjos sociais e institucionais associados à atividade de produção e distribuição. Pode-se, assim, por extensão, considerar os conflitos do ponto de vista do poder e da autoridade que toma decisão, da distribuição de influência, da atribuição de *Status* social, das instituições destinadas a regular e controlar a atividade etc.

Para ocorrência de tal processo descrito acima, é necessário à existência de um território como vimos. Mas, referindo-nos ainda ao princípio de justiça social, concordamos com Marcelo Lopes de SOUZA (2006), quando este afirma que só existe “um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma **melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social.**” (SOUZA, 2002, 61 — destaque no original). Sendo que a melhoria da qualidade de vida:

Corresponde à crescente satisfação de necessidades, sejam elas básicas ou não-básicas (distinção subjetiva e intersubjetivamente variável), sejam materiais ou imateriais, de uma parcela cada vez maior da população: educação, saúde, moradia adequada (na escala da habitação e na escala do bairro, o que pressupõe coisas como saneamento básico, equipamentos de lazer e outras facilidades), e por aí vai. (SOUZA, 2006, p. 133-34).

E continua o autor (SOUZA, 2006, p. 134; 2002, p. 62), o aumento de justiça social, de imediato, esbarra-se na multiplicidade de possibilidades de entendimento do que seja a justiça social, que será assumida como “ser justo” é “tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente”. “Ser justo” dependerá de como se entenderão igualdade e desigualdade: igualdade em relação a quê?¹⁴ Desigualdade em relação a quê? Ele exemplifica para concretizar a compreensão deste conceito:

Partindo-se da premissa de igualdade entre os indivíduos não apenas como cidadãos, independentemente de etnia, sexo etc., mas como *seres humanos merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso*, conclui-se que o acesso a fatores de qualidade de vida — como equipamentos culturais e recreativos — e a quaisquer locais públicos não deve apenas ser facultado formalmente (legalmente) a todos os indivíduos: é necessário que barreiras discriminatórias, simbólicas ou territoriais, que dificultam ou interditam o acesso de certos indivíduos, sejam efetivamente eliminadas. (SOUZA, 2006, p. 135 — *itálico no original*).

¹⁴ Ver em uma perspectiva liberal a obra de Amartya SEN, **Desigualdade reexaminada**.

Marcelo Lopes de SOUZA (2006, p. 135-36; 2008, p. 46), ainda fala que justiça social¹⁵ e qualidade de vida são parâmetros que se encontram vinculados a uma diferente esfera da vida humana. O primeiro está relacionado com a esfera pública, ao passo que qualidade de vida remete, inicialmente, à esfera privada. No entanto, também nos alerta dizendo:

Cada um dos dois parâmetros calibra e complementa o outro, e qualquer um dos dois, caso seja tomado isoladamente, mostrar-se-á insuficiente para servir de base para avaliações de processos e situações concretas e para a formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial.

Em uma perspectiva próxima a esta, John RAWLS (2002, p. 3) assevera que “a justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento.” E continua RAWLS (2002, p. 4):

Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar. Por essa razão, a justiça nega que a perda de liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhado por outros. [...]. Portanto numa sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis; os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais.¹⁶

Diante disso, John RAWLS (2002, p. 5), afirma que “os princípios da justiça social: eles fornecem um modo de atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição apropriada dos benefícios e encargos da cooperação social.” E continua ele, os bens sociais primários — “são direitos, liberdades e oportunidades, assim como renda e riqueza. [...]. São bens sociais em vista de sua ligação com a estrutura básica.” (2002, p. 98). Já os bens naturais — são “a saúde e o vigor, a inteligência e a imaginação” (2002, p. 66). Ou seja:

O objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social. (RAWLS, 2002, p. 7-8).

Como vimos, o conceito de justiça social de Rawls está no campo da esfera pública apontado por Souza, mas, apesar de serem correntes teóricas divergentes acreditamos que há pontos que se complementam. No entanto, David HARVEY (1980,

¹⁵ Ver em uma perspectiva liberal a obra de John RAWLS, **Uma teoria da justiça**.

¹⁶ Na mesma perspectiva é o **princípio da eficiência** apontado pelo autor: “uma configuração é eficiente sempre que é impossível mudá-la de modo a fazer com que algumas pessoas (pelo menos uma) melhorem a sua situação sem que, ao mesmo tempo, outras pessoas (pelo menos uma) piorem a sua.” (RAWLS, 2002, p. 71).

p. 92) nos chama a atenção dizendo que o problema referente ao conceito de justiça social é encontrar uma organização social, econômica e política na qual esta condição seja obtida e mantida. A partir desse princípio, HARVEY (1980, p. 99) conceitua justiça social territorial como sendo:

1 A distribuição de renda deveria ser tal que (a) as necessidades da população dentro de cada território fossem localizadas, (b) os recursos fossem então alocados para maximizar os efeitos multiplicadores inter-territoriais, e (c) os recursos extras fossem alocados para ajudar a resolver as dificuldades específicas emergentes do meio físico e social.

2 Os mecanismos institucional, organizacional, político e econômico deveriam ser tais que as perspectivas do território menos favorecido fossem tão grandes quanto possivelmente pudessem ser.

Se essas condições fossem satisfeitas haveria uma distribuição justa alcançada com justiça.

Mesmo compreendendo que essas perspectivas (tanto a de Rawls como a de Harvey) acima, quando implementadas melhoram a justiça social e a qualidade de vida dos habitantes de um determinado território, ou seja, há uma maior justiça social-territorial. Entendemos que elas não eliminam as desigualdades, aliás, as mantêm e alimentam.

A justiça social-territorial se dá na medida em que os de baixo desse espaço delimitado começam a receber, não no sentido de favor, esmola, caridade, mas no sentido das necessidades inerentes às pessoas pelo simples fato de existirem¹⁷. É nesse sentido que o conceito de justiça social-territorial vai criando corpo, sendo atendido, formado, construído e concretizado, materializado. Nessa perspectiva, ele só tem significado de existência em sentido particular, localizado e limitado, ou seja, individualizado, já que as ações não se dão, por exemplo, no território do município como um todo. Sendo assim, ser mais ou ser menos cidadão depende também do ponto do território onde se está, como assevera Milton SANTOS (1996).

Ainda em nosso estudo, entende-se que a dialética entre os de baixo e os de cima, tendo como objetivo maior a conquista pelos primeiros das necessidades básicas, tanto da esfera pública como da esfera privada, apontada por Marcelo Lopes de Souza e, que nada mais é que o processo de produção do desenvolvimento sócio-espacial apontado também por SOUZA (2006).

É importante esclarecer que o conceito de justiça social-territorial aqui trabalhado não é utópico (inatingível), ele está no campo do empírico e não do ontológico, ele se concretiza, materializa-se segundo as necessidades, a pressão, a localização, a forma,

¹⁷ Ver CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL (1988) e do ESTADO DE PERNAMBUCO (1989)

a força de quem reivindica (seja um grupo ou indivíduo na sociedade) e o interesse da autoridade que toma a decisão de atendê-la, oferecê-la, executá-la.

Os conceitos alçados até o momento trazem a necessidade de aclarar o conceito de **liberdade**. Para tanto, utilizaremos de teóricos como David HARVEY e Caio PRADO JÚNIOR e Amartya SEN.¹⁸ Este último, partindo da ideia de desenvolvimento como um meio para expansão das liberdades reais, a conceitua da seguinte maneira: “a liberdade é o que o desenvolvimento promove, [...]”¹⁹ (SEN, 2007, p. 17). E prossegue:

Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2007, p. 17 — Parênteses no original).

Mais adiante Amartya SEN (2001, p. 14) nos esclarece dizendo que: “... a liberdade de uma pessoa poderia ser avaliada pela extensão do conjunto de oportunidades representadas por pacotes alternativos de bens e serviços. [e que] quanto maior a extensão desse conjunto de oportunidades, maior a liberdade individual.”

Em uma visão oposta a essa, Caio PRADO JÚNIOR (1984, p. 59) critica a liberdade burguesa, afirmando que esta não passa de uma ilusão, pois concede “ao indivíduo uma faculdade que as contingências da vida coletiva lhe subtraem logo em seguida.” E conceitua a liberdade como sendo um interesse coletivo:

[...] por “liberdade” se entende a faculdade, a possibilidade e a oportunidade de o indivíduo se realizar, Isto é, dar vazão às suas potencialidades e fixar em função delas suas aspirações, logrando alcançá-las. (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 59 — aspas no original)

David HARVEY (2002, p. 25), em uma posição próxima a de Caio Prado Júnior, fazendo uma leitura da Modernidade, aponta Marx, em muitos aspectos, como filho do pensamento iluminista, que atribui à classe trabalhadora o papel de agente da libertação e da emancipação humana da moderna sociedade capitalista. E tomando Marx como referência, destaca que:

¹⁸ Para uma perspectiva liberal ver Amartya SEN, **Desigualdade reexaminada; e Desenvolvimento como liberdade**.

¹⁹ Para Amartya SEN (2007, 17 – Destaque no original) “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um **meio** de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade.”

Só quando os produtores diretos tivessem o controle do seu próprio destino, [...], poderíamos alimentar a esperança de substituir o domínio e a repressão por um reino de liberdade social. Mas se “o reino da liberdade só começa quando o reino da necessidade é superado” [...] (HARVEY, 2002, p.25 — aspas no original).

Outro conceito que está diretamente ligado aos anteriores, particularmente nos de cidadania e liberdade, que se faz necessário esclarecer é o de **participação** (aqui entendido como participação política). Que segundo Dalmo de Abreu DALLARI (1984, p. 33), é procurar exercer influência sobre as decisões de interesse comum da vida social. Já para Ivandro da Costa SALES (2006, p. 124):

A participação seria mais bem traduzida como uma estratégia/pedagogia de aprender a ter poder, a se fazer tomar em consideração, a fazer valer a importância econômica, política e cultural das pessoas, categorias ou classes que estejam participando de um determinado processo social.

E continua SALES (2006, p. 124), “neste sentido, a participação é ir definindo e redefinindo permanentemente os fins e os meios das práticas que estejam sendo desenvolvidas.” É aprendizagem do poder que vivenciamos nos mais variados momentos e lugares que atuamos. Participação, portanto, como o próprio SALES (2006, p. 124) define, “é ter poder de definir os fins e os meios de uma prática social, poder que pode ser exercido diretamente ou através de mandatos, delegações ou representações.” Como ocorre no Brasil. Nessa perspectiva, para Dalmo de Abreu DALLARI, existem importantes formas de participação, como: a participação individual e a coletiva; e continua DALLARI (1984, p. 43-44 — Grifo nosso):

Em termos individuais a participação significa uma constante busca dos melhores caminhos, bem como o aproveitamento de todas as oportunidades para conscientizar os outros e para cobrar a participação de todos.

.....
[já] a participação coletiva se dá por meio da integração em qualquer grupo social.

Nesta mesma linha de abordagem, Maria da Glória GOHN (2001) aponta que apesar da participação dos indivíduos só aparecer em nosso País na década de 1980, o cenário político surgido nos anos 1990, possibilitou requalificar a temática da participação em outras dimensões, entre as quais a construção de novos espaços de participação baseada na categoria de cidadania; e coloca que as formas de participação popular e comunitária cedem lugar as duas novas denominações: participação cidadã e participação social, que tem como categoria a sociedade. Ela (GOHN, 2001) esclarece

que na participação cidadã para CARVALHO (1995 apud. GOHN, 2001, p. 56-57 — Aspas e parente no original):

[...]. “A participação pretendida não é mais a de grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidade) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal”.

.....
[já] a participação social não representa um sujeito social específico, mas se constrói como um modelo de relação geral/ideal, na relação Sociedade/Estado. (GOHN, 2001, p. 58).

Isto nos leva ao conceito de participação apontado por Elenaldo TEIXEIRA (2002, p. 52), quando diz “que a participação é um processo contraditório, envolvendo várias dimensões e papéis, tendendo-se a considerar como estratégica, na atualidade, a dimensão de controle social do Estado e do mercado.”

A participação não tem aqui o significado de partilha, de quem participa dos lucros de uma empresa, mas é utilizado em sentido oposto, de quem participa ativamente em espaços políticos em sentido pleno, toma parte de alguma atividade, ser membro em associação, em clube, sindicato, partido político, ter poder de definir coletivamente etc.

São várias as modalidades de participação, entre essas há ainda a participação: na família, na repartição, na igreja, na cooperativa, nos partidos, clubes, associações de moradores, associações de bairro, grupos de jovens, idosos, recreativos, movimentos de mulheres, ecológicos, de moradia, de negros, em conselhos populares, de gestores, participação eleitoral, de iniciativa popular, de plebiscito, de referendo, no orçamento participativo, nos fóruns e nas assembleias.

Alertamos ainda que em regimes autoritários, apesar da palavra ser bastante utilizada, o direito de opinar não existe, não passa de mera formalidade. Sendo assim, os conflitos que surgem não provêm das diferenças de individualidades, mas de posição ideológica oposta. A participação foi e continua sendo utilizadas por governos populistas, democráticos, militares (ditaduras militares), instituições internacionais, organizações governamentais e civis, nacionais e internacionais.

Outro conceito que ajuda compreendermos o que é cidadania e, que estão imanentes aos demais conceitos acima, é o de **autonomia**. A palavra autonomia, segundo Marcelo Lopes de SOUZA (1995, p. 105) é, “oriunda do grego, e que designa uma realidade político-social [...], significa, singelamente, o poder de uma coletividade

se reger por si próprio, por leis próprias”²⁰. Ou como diz Cornelius CASTORIADIS (1983, p. 22) citado pelo próprio SOUZA (1995, p. 105):

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis.

Para Marcelo Lopes de SOUZA (1995, p. 106), “uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos.” Essa idéia de autonomia, segundo o próprio SOUZA (1995, p. 105), é o que constitui “a base do desenvolvimento [sócio-espacial], este encarado como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade [...]”. E continua ele (SOUZA, 2008, p. 45; 2002, p. 64, 174; 2006, p. 137), a idéia de autonomia engloba ainda dois sentidos inter-relacionados:

Autonomia individual (que se refere à possibilidade material e institucional efetiva e também à capacidade psicológica de um indivíduo para definir propósitos para a sua vida e persegui-los de modo lúcido e em igualdade de oportunidades com os demais indivíduos pertencentes à mesma sociedade) e *autonomia coletiva* (que se traduz, material e institucionalmente, pela existência de instituições sociais que garantam igualdade efetiva — e não somente formal — de oportunidades aos indivíduos para a participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva, e, sobre essa base, para a satisfação de suas necessidades), fornece o critério-chave para orientar a busca por *maior justiça social* e uma *melhor qualidade de vida*. (SOUZA, 2008, p. 45 — destaque no original).

Ainda referente ao conceito de autonomia, particularmente, autonomia individual na perspectiva de John RAWLS (2002, p. 574), podemos dizer que é quando as pessoas agem segundo o princípio da justiça como equidade²¹, melhor dizer, quando estão “agindo de forma autônoma: estão agindo segundo princípios que reconheceriam em condições que expressam, da melhor forma possível, a sua natureza de seres racionais livres e iguais.” Para Maria da Glória GOHN (2005, p. 33), “a autonomia se

²⁰ A autonomia constitui, nas palavras do próprio autor, a pedra angular ao longo de seus trabalhos. Ele ainda indica que a ideia de autonomia (SOUZA, 1995, p. 105) é “discutida de maneira particularmente contundente e fecunda pelo filósofo Cornelius Castoriadis” ao longo de suas obras.

²¹ Para John RAWLS, **Uma teoria da justiça**, a justiça como equidade “são esses princípios que pessoas livres e racionais, preocupadas em promover seus próprios interesses, aceitariam numa posição inicial de igualdade como definidores dos termos fundamentais de sua associação. Esses princípios devem regular todos os acordos subsequentes; especificam os tipos de cooperação social que se podem assumir e as formas de governo que se podem estabelecer a essa maneira de considerar os princípios da justiça eu chamarei de justiça como equidade.” p. 12.

obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria. E continua ela (GOHN, 2005, p. 33):

Os indivíduos adquirem autonomia quando constroem um campo ético e político de respeito ao outro, seja amigo ou adversário, jamais vendo este outro como membro de sua teia pessoal de relações, subordinado à sua dominação, ou um esteio para seus interesses particulares e particularistas de poder e, muito menos, como um inimigo.

Para nós, o conceito de autonomia é entendido como ser um indivíduo autônomo, é participar de fato, coletivamente, é gozar de liberdade política, é o indivíduo tomar decisões livremente, é ser livre, é ser cidadão, é ter cidadania.

Outro conceito abordado na pesquisa é o de **controle social**. Mas, o que é de fato o controle social? Quem necessita do controle social? O entendimento do léxico “social” já foi desenvolvido anteriormente acima. Já o léxico “controle” passa pela ideia de hierarquia, de mando, de influência, de autoridade, de disciplina²², de poder; tendo no oposto, a ideia de obediência, dependência, submissão, subordinação, sujeição, dependência, desobediência. O controle social existe em toda sociedade de “classe” como a nossa (capitalista ou socialista “real”). Como as “classes” apresentam-se com interesses antagônicos trazem explícita ou implícita a necessidade de controle de grupos, classes, indivíduos sobre outros.

Antes de mostrarmos que vivemos em uma sociedade de controle, tanto por parte dos de baixo, como dos de cima necessitamos esclarecer que concordamos com os professores Rogério da COSTA (2004), Edson PASSETTI (2004) e Marcos César ALVAREZ (2004) quando tomando por base as reflexões do filósofo Gilles DELEUZE (1988, 1990, 1992) sobre os trabalhos de Michel FOUCAULT (1977, 1999) e o próprio FOUCAULT (2003), assinala a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Aponta que a primeira situa-se entre o século XVIII até a Segunda Grande Guerra, nesta há um enclausuramento dos indivíduos com operações de repartição no espaço em meios fechados – escolas, hospitais, indústrias, prisão etc. – e sua ordenação do tempo de trabalho. É a ideia de vigilância física da sociedade, da regulação do movimento físico dos indivíduos, no seu deslocamento espacial. Já a

²² Para Boaventura de Sousa SANTOS, “Foucault tem certamente razão ao denunciar o excesso de controle social produzido pelo poder disciplinar e pela normalização técnico-científica com que a modernidade domestica os corpos e regula as populações de modo a maximizar a sua utilidade social e a reduzir, ao mais baixo custo, o seu potencial político.” **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade, p. 235; ver também Zygmunt BAUMAN, **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual, cap. 6.

sociedade de controle é marcada pela interpenetração dos espaços, da suposta abolição dos limites definidos (em redes), da tolerância em lidar com as assimetrias e simetrias e da afirmação de um tempo contínuo onde os indivíduos não conseguem concluir nada, mas, não há uma abdicação das práticas disciplinares anteriores. Para Rogério da COSTA (2004, p. 164 – Grifo nosso):

Há uma espécie de vigilância disseminada no social, já que todos podem, de certa forma, seguir os passos de outros. O controle exercido é generalizado, multilateral. As empresas controlam seus clientes; as ONGs controlam as empresas e os governos; os governos controlam os cidadãos; e os cidadãos controlam a si mesmos, já que precisam estar atentos ao que fazem.

Para José Vicente Tavares dos SANTOS (2004), no período do Estado de Bem-Estar Social (1946 – 1978, aproximadamente) e do Modernismo Penal (1946 – 2000) estávamos vivendo o modelo de controle social “correcional”, pois as formas de controles sociais — formais e informais — funcionavam. O controle social formal é constituído das polícias, do judiciário, do sistema da justiça criminal, das prisões com objetivos de reabilitação e ressocialização dos infratores. Já o controle social informal era formado pela família, a escola, os grupos sociais, as associações, os movimentos sociais e funcionava regularmente reproduzindo valores e disseminando orientações para a ação social.

O Modernismo Penal ou Estado de Controle Social Repressivo refere-se às “formas contemporâneas de controle social, com características de um Estado repressivo acompanhando a crise do Estado-Providência.” (SANTOS, 2004, p. 8). Marcado por uma polícia repressiva, um judiciário penalizante, uma privatização do controle social contribuindo para o crescimento das polícias privadas e das prisões privadas. Para o referido autor (SANTOS, 2004, p. 10), só a partir de 2001 com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, inicia-se um novo período de proposições para “um outro mundo possível”, com a construção social de controle social democrático orientados pelo respeito à dignidade humana.

O conceito controle social nessa perspectiva está hoje inserido no processo de redemocratização da sociedade brasileira e, é entendido como mecanismo de participação da sociedade civil (dos cidadãos) na definição de critérios e formulações de parâmetros de orientação nas decisões das ações públicas, ou seja, é a sociedade exercendo, através das diversas modalidades de participação, o controle social e político sobre os seus mandatários (ver CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), e através da gestão das políticas públicas setoriais, a exemplo dos Conselhos de Saúde, Educação,

Assistência Social etc. como os entendem (SANTOS, 2008; SERAFIM, 2007; TEIXEIRA, 2002; GOHN, 2001 entre outros). Entretanto, nesse trabalho não desconsiderando essa perspectiva, seguiremos um caminho inverso, onde o entendimento é que o *controle social* tem sido um instrumento material ou simbólico de coerção política, historicamente utilizada pelo poder hegemônico (Estado), e não só por este, para o controle da sociedade²³. Nessa perspectiva o estado exerce a tutela, em defesa dos interesses do capital, seja ele: local, nacional ou global, além de tentar manter o equilíbrio de forças entre as classes, definir normas, garantir a “segurança social”, resolver situações de conflito e punir indivíduos que transgridem as normas definidas, utilizando-se de estratégias, como: as leis e as repressões, o controle dos fluxos migratórios, a exploração do solo urbano, da construção, localização e modelos das moradias, das ofertas de diversos serviços na área do consumo coletivo, na organização e na ação dos movimentos sociais reivindicatórios etc. (GOHN, 1985; AMMANN, 1991; SANTOS, 2008)²⁴.

Como o Estado nos três níveis de governos e poderes é responsável pelo funcionamento da sociedade (apresenta-se como neutro, preocupado com o bem comum de todos, sem distinção de classe social, renda, sexo, cor, religião etc.) necessita exercer um controle sobre os dominados. Nesse momento o controle social se apresenta de forma mais implícita, aparentemente involuntária e não intencional. Entretanto, o controle não é exclusivo do Estado, ocorre também da mesma maneira e intensidade por parte da iniciativa privada, das empresas, grupos, associações, indivíduos, é uma disputa de poder, de um lado “os que mandam” (classe hegemônica) e do outro lado “os que obedecem” (classe trabalhadora, os pobres).

²³ Posição essa próxima de Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, **Dicionário de Política**. De acordo com o dicionário: “Por Controle Social entende-se o conjunto de meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo. Podem ser identificadas duas formas principais de Controle Social de que se serve um determinado sistema para conseguir o consenso: a área dos controles externos e a área dos controles internos. Pelo primeiro termo faz-se referência àqueles mecanismos (sanções, punições, ações reativas) que se acionam contra indivíduos quando estes não se uniformizam com as normas dominantes [...]. Fazem parte, em vez disso, dos controles internos, aqueles meios com que a sociedade procura mentalizar os indivíduos [...] sobre as normas, os valores e as metas sociais consideradas fundamentais para a própria ordem social”. (GARELLI, Franco. In: BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2003, n.p.). Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, **Dicionário de Política**. CD-ROM.

²⁴ Para Regina Bega dos SANTOS, **Movimentos sociais urbanos**, p. 71, “Os grupos dominantes, por exemplo, agem mundialmente, utilizando os Estados para controlar as populações e a sociedade civil. Isso pode ser feito mediante limitações dos fluxos migratórios provenientes de países pobres para os mais ricos, ou por meio do apoio aos tratados de livre mercado, às privatizações da seguridade social e dos serviços de saúde, às reformas jurídicas do ensino, à diminuição de subsídios para a pesquisa social e de apoio às organizações populares, à imposição de tutela sobre as ONGs etc.”

Sendo assim, quando a sociedade (o País) encontra-se em um momento de liberdade, ou seja, de democracia, esse controle apresenta-se mais implícito, de forma mais sutil, “natural” e até mesmo como “justo”, no sentido de que alguns indivíduos necessitam de alguém que “cuidem” deles, ou ainda porque as desigualdades entre os indivíduos são vistas como de “ordem biológica”, da capacidade cognitiva de cada indivíduo, variando de indivíduo para indivíduo, natural mesmo²⁵. Nos momentos de repressão, de ditadura o controle social apresenta-se de forma explícita, arrogante e intencional, levando muitas vezes pessoas por terem posição político-ideológica oposta a vigente a serem perseguidas, presas, torturadas e até mortas.

Concretamente, o controle social pode se dá pela intervenção do Estado através de políticas públicas sociais, como: ações e normas relacionadas ao Bem-estar Social dos cidadãos e grupos, controle sobre os fluxos de pessoas (particularmente migrações entre países), privatização do patrimônio público: da energia²⁶, da saúde, através das reformas jurídicas, do ensino, abertura da participação (parceria), construção e localização de moradias, de creches, postos de saúde, cooptação de lideranças, seguro-desemprego, idade para entrar e sair do mercado de trabalho, proibição do jogo do bicho, serviço de segurança pública, lazer, transportes, controle em alguns momentos sobre o movimento sindical, leis de repressão, projetos/programas sociais como Rondon, PROMORAR²⁷, PLANASA²⁸, PROMETRÓPOLE²⁹, ou através de instituições e autarquias públicas como: a LBA³⁰, a criação dos CSUs³¹ entre outros (com exceção do PROMETRÓPOLE, hoje os demais citados foram extintos). Além de exploração da infraestrutura urbana (controle do uso e ocupação do solo), e através da oferta de outros serviços sociais. Do lado da iniciativa privada: as empresas criam sua própria infraestrutura social e cultural atuando em áreas sociais, como também, na infraestrutura com o aval/apoio do poder público (União, Estados e Municípios).

Por fim, outro conceito abordado na pesquisa é o de **cotidiano**. Mas o que é este cotidiano? Como ele se constitui? Como se apresenta na localidade em estudo? O

²⁵ ver Amartya SEN, **Desigualdade reexaminada**, Idem, **Desenvolvimento como liberdade**; John RAWLS, **Uma teoria da justiça**.

²⁶ Acarretando aumento de preço dos serviços fornecidos, a exemplo da energia em Pernambuco — beneficiando grupos, empresas e indivíduos hegemônicos, em detrimento do bem-estar dos habitantes, lesando a pátria.

²⁷ PROMORAR — Programa de Erradicação de Sub-Habitação.

²⁸ PLANASA — Plano Nacional de Saneamento.

²⁹ PROMETRÓPOLE — Programa de Infraestrutura em Área de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife.

³⁰ LBA — Legião Brasileira de Assistência.

³¹ CSU — Centros Sociais Urbanos.

cotidiano³² é a esfera da vida doméstica e a esfera do espaço banal para Milton SANTOS (1997). O primeiro é a dimensão da residência, do entorno com suas necessidades de alimentação, vestimentas, higiene, moradias, hábitos e sobrevivência, é a sucessão dos dias, é a vida cotidiana, as ações dos pequenos gestos, que se repetem no dia-a-dia das pessoas, é a vida de todo ser humano, sem exceção, com seus desejos, angústias, alegrias, dores, sofrimentos e fomes. É ir para o trabalho, para a igreja, ao jogo, ao bar tomar uma cerveja, o bate-papo na esquina, o jantar, o jogo de dominó na frente da casa, o assalto, a violência, o tráfico de drogas que ocorre na localidade, é o lazer, a arte, a cultura. É a vida onde ocorre o prazer, o acaso, o inesperado é a fração inerente da esfera do espaço banal³³, que é dinâmico, heterogêneo, hierárquico, com suas unidades e conflitos, espaços privados e públicos, sendo assim, necessariamente dialético.

Na visão dialética da totalidade³⁴, tanto os de baixo como os de cima vivem a vida cotidiana com todas as suas ações, seja individuais (individualidade de sua personalidade) ou coletivas (representado pelo Estado, pelos movimentos e organizações sociais etc.), dialógicas ou de conflitos. Isto se confirma nas falas de dois autores por nós utilizados: Agnes HELLER e Henri LEFEBVRE. Para a primeira (HELLER, 1989, p. 17 – Destaques no original):

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade.

Sendo assim, a experiência da vivência da cotidianidade será diferente segundo os grupos ou classes sociais aos quais os indivíduos pertencem na sociedade. Isto se dar por que o homem nasce e amadurece já inserido em sua

³² Sobre o cotidiano ver Milton SANTOS, **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção; o capítulo: “o lugar e o cotidiano”; Renato Nunes BALBIM, **A quinta dimensão do espaço**: cotidiano e práticas espaciais; José Paulo NETTO e Maria do Carmo Brant de CARVALHO, **Cotidiano**: conhecimento e crítica; Maria Esther B. DIAS, **A dialética do cotidiano**: trabalho social em conjunto habitacional; Michel de CERTEAU et. al., **A invenção do cotidiano**: 2; MAFFESOLI, **A conquista do presente**; Jovanka Baracuhy C. SCOCUGLIA, **Cidade, habitus e cotidiano familiar**; Ana Lúcia Hazin ALENCAR, **Estilo de vida e sociabilidade**: relações entre espaço, percepção e práticas de lazer na sociedade contemporânea; Sandra Amêndola Barbosa LIMA, **A participação social no cotidiano**.

³³ Segundo Milton SANTOS, **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção; (p. 257), a quinta dimensão do espaço banal ou o espaço dos geógrafos é o Cotidiano.

³⁴ Sobre a noção de totalidade ver Milton SANTOS, **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção; o capítulo: “o espaço e a noção de totalidade”.

cotidianidade de classe, como nos diz Agnes HELLER (1989, 18 – Destaque no original):

O homem nasce já inserido em sua cotidianeidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade* (camada social) *em questão*. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianeidade.

Para Henri LEFEBVRE (1977, p. 90), predecessor de Agnes Heller, o cotidiano, a vida cotidiana é o “setor privilegiado da prática”. Pois é no cotidiano que se formam os pares dialéticos: miséria, pobreza e riqueza, felicidade e infelicidade, unicidade e conflito etc. (LEFEBVRE, 1977, p. 90-91):

Riqueza da vida cotidiana: nela se esboçam as criações mais autênticas os estilos e os modos de vida que reúnem os gestos e as palavras correntes à cultura. Nela se opera a renovação incessante dos homens: o nascimento e a formação das crianças, a passagem das gerações. [...]. Miséria e pobreza: a vida cotidiana constitui a repetição dos mesmos gestos, o levantar-se pela manhã, preparar o café, sair, caminhar pelas ruas, sempre as mesmas todas as manhãs, atravessar as praças, também as mesmas, tomar a condução, perder-se na multidão, ler o jornal, entrar pela mesma porta na mesma fábrica, no mesmo escritório. [...]. [É] o domínio da felicidade e da infelicidade, do acaso, do destino e de suas combinações surpreendentes. O romanesco e o extraordinário se fundem aí com o trivial.

É essa dialética da unidade e do conflito que caracteriza a vida dos homens em particular e a vida em geral. Já para Maria do Carmo Brant de CARVALHO (2007, p. 17), faz algum tempo que a vida cotidiana “é, sobretudo o centro de atenção do Estado e da produção capitalista de bens de consumo.” E parafraseando Henri LEFEBVRE (1981, p. 126 apud CARVALHO, 2007, p. 17) diz, “o Estado moderno gere o cotidiano seja direta ou indiretamente. Diretamente pelos regulamentos e leis, pelas proibições ou intervenções múltiplas, pela fiscalização, pelos aparelhos da justiça, pela orientação da mídia, pelo controle das informações etc...”. E continuando a citar LEFEBVRE (1981, III: 126-7 apud CARVALHO, 2007, p. 17-18), expõe:

O que é que escapa ao Estado? O insignificante, as minúsculas decisões nas quais se encontra e experimenta a liberdade (...). Se é verdadeiro que o Estado deixa fora apenas o insignificante, é igualmente verdadeiro que o edifício político-burocrático sempre tem fissuras, vãos e intervalos. De um lado, a atividade administrativa se dedica a tapar esses buracos, deixando cada vez menos esperança e possibilidades ao que podemos chamar de liberdade intersticial. De outro lado, o indivíduo procura alargar estas fissuras e passar pelos vãos.

Para CARVALHO (2007, p. 20), “é assim que a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado.” O espaço em estudo se compõe dessas dimensões espaciais, melhor dizerem, é produto tanto dos procedimentos dos de baixo – cotidiano dos moradores –, como das ações dos de cima – aqui o Estado.

Deste ponto de vista, faz-se necessário entender os conceitos de “estratégia e tática”, usados por Michel de CERTEAU no livro: “**A invenção do cotidiano: 1**”, que será trabalhado em uma perspectiva dialética onde as ações dos de cima representam o primeiro e a tática corresponde aos procedimentos e astúcias dos de baixo. Assim, **estratégia** é “... o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um **próprio** e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.” (CERTEAU, 2008, v. 1, p. 46 – Destaques no original). As estratégias são, assim, ações de autoridades, sejam indivíduos, instituições ou entidades civis e comerciais que impõem sob um território regras de dominação e relação com o poder que os sustenta.

Por outro lado, as **táticas** são os procedimentos que não possuem um território específico, expressando-se de maneira fragmentada no espaço do outro, atrás de uma aparência de conformidade e de formas subterrâneas de conviver com políticas impostas, não enfrentando de frente as estratégias, mas procurando preencher suas necessidades, transforma os eventos em oportunidades. Segundo de CERTEAU (2008, v. 1, p. 46), a tática é:

[...] um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em fase das circunstâncias.

As táticas compõem a “arte dos fracos” (CERTEAU, 2008, v. 1), isto é, as práticas cotidianas dos de baixo, não só desses, que materializam suas resistências socioculturais e reivindicatórias as normas espaciais estabelecidas pelas estratégias dos fortes (dos de cima), podendo, assim, tão somente aproveitar o que existe, manuseando da forma que se encontra ou reformulando os eventos/objetos, que são produzidos nas práticas cotidianas ou maneiras de fazer (para usar as palavras de M. CERTEAU) dos moradores dos conjuntos habitacionais em estudo.

Esses conceitos aqui assinalados, mesmo sendo independentes, possuem um núcleo comum, pois eles sempre trazem como fio condutor, os direitos fundamentais inerentes aos indivíduos — direitos à liberdade, aos bens, equipamentos e serviços. Portanto, a base teórica da pesquisa fundamenta-se nas obras, categorias e conceitos dos autores aludidos acima. A seguir, encerrando este capítulo, mostraremos o caminho metodológico-procedimental realizado para atingir os objetivos propostos e comprovar a hipótese desta pesquisa, que contribuirá para uma visão mais ampla da realidade em apreço, a partir das análises dos fenômenos político/socioespacial.

1.2.1 O Caminho Metodológico Utilizado na Pesquisa

Para atender aos objetivos e coletar dados foram definidos procedimentos metodológicos, desenvolvidos em etapas de trabalho. Essas são dinâmicas, flexíveis e podem ser concomitantes e/ou distintas no tempo. O primeiro procedimento metodológico utilizado foi buscar uma forma de aproximação a mais concreta possível da realidade a ser investigada, de maneira que pudéssemos vir a ter o máximo de compreensão da totalidade do fenômeno ou dos fenômenos (ou parte dele), mesmo sabendo da impossibilidade, decorrente da grande quantidade de interpretações do real. Sendo assim, para um novo “olhar” não comum à geografia buscou-se auxílio na antropologia (YIN, 2005), explorando dimensões que chamamos de “informantes-chave”; já que se refere a uma pesquisa empírica de estudo de caso. Segundo Augusto Nivaldo Silva TRIVIÑOS (1987, p. 133 – Destaque no original), o Estudo de Caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma **unidade** que se analisa aprofundadamente.”

Os procedimentos que adotamos para a coleta e a análise das informações essenciais permitiram-nos avaliar processos, e não estados estáticos. Sendo assim, a seguir descrevemos sucintamente:

A ESCOLHA DO LOCAL – a localidade escolhida foi a Comunidade Chão de Estrelas, localizada no interior dos bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos em Recife, constituída dos quatro conjuntos habitacionais, a saber: a Comunidade Chão de Estrelas propriamente dita, primeiro conjunto e que dá origem ao nome; o Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, também conhecido por Vila Jorge Pimenta; o Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula e o Conjunto Habitacional do Jacarezinho. Conjuntos que foram construídos pelo poder público (Estadual e Municipal) para ocupantes das margens do Rio Beberibe e dos Canais do Vasco da Gama-Peixinhos (mais conhecido por Canal do Arruda) e do Jacarezinho doados a fundo

perdido. A comunidade tem sido a localidade de residência (1989) e a base dos estudos do referido autor, desde 1996. Entretanto, um esclarecimento: o autor residia desde o nascimento em um bairro vizinho – o do Cajueiro –, vivenciando todo o processo de luta pela moradia que levou ao surgimento da comunidade no antigo “Sítio Santa Terezinha”, aliado a suas posições políticas/ideológicas levaram-lhe a debruçar-se sobre esta para estudá-la.

A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS – para desenvolver a referida investigação, optamos por um enfoque qualitativo das informações (entrevistas semiestruturadas³⁵, melhor dizer: um roteiro de perguntas que às vezes se multiplicam com o diálogo, realizadas em vários momentos distintos, de acordo com a evolução das análises novas perguntas foram surgindo necessitando novos contatos no qual nem sempre eram com os mesmos entrevistados ou entrevistadas). A seleção dos entrevistados e entrevistas teve com critério de exigência “ser o primeiro morador”, ou seja, “quem recebeu o imóvel”. Também foram elaborados três roteiros de entrevistas (ver apêndice) com perguntas que às vezes as se repetiam, sendo um para os moradores e moradoras dos conjuntos habitacionais, um para as lideranças/representações locais e um para a representação do gestor público (Prefeitura) e equipe social da empresa que executou as obras tanto do canal e demais áreas da UE 21, onde se encontra à comunidade incluindo o último conjunto habitacional construído. As entrevistas foram realizadas, gravadas e posteriormente transcritas. A partir de algumas pessoas (informantes-chave) de ambos os sexos que já conhecíamos e que haviam recebido a moradia, realizamos as primeiras entrevistas. Estes sempre nos apresentavam a outros(as) proprietários(as) com os quais agendávamos e realizávamos individualmente as entrevistas em sua maioria nos finais de semana na residência ou no ambiente de trabalho, com duração de meia hora a duas horas entre os meses de agosto de 2009 a abril de 2012. Tentamos evitar as parcialidades, isto não quer dizer neutralidade política, mas um distanciamento ou pelo menos uma tentativa necessária à análise da realidade. Esta técnica é importante, pois

³⁵ A entrevista semiestruturada é utilizada em pesquisa do tipo qualitativa, é um dos principais meio que tem o pesquisador para realizar a Coleta de Dados (das informações). Segundo Augusto Nivaldo Silva TRIVIÑOS (1987, p. 146 – Destaque no original), “podemos entender por **entrevista semi-estruturada**, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.” E continua Augusto TRIVIÑOS (Ibidem.), “é útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori”. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contados, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.”

gera uma relação de confiança e segurança entre o entrevistado e o entrevistador. Para determinar quando deveriam ser encerradas as entrevistas utilizamos o *critério de saturação*. Para Ana Lúcia Hazin ALENCAR (2008, p. 80), “isso acontece quando as informações obtidas estão suficientemente confirmadas e, a adição de novas, não traz mais nenhuma contribuição importante para o tema em estudo.” No dizer de ALVES–MAZZOTTI (1999, p. 163) citado por Ana ALENCAR (2008, p. 80), atinge-se “um ‘ponto de redundância’ a partir do qual não mais se justifica a inclusão de novos elementos”. Ainda referente às entrevistas, lembramos que os entrevistados e entrevistadas (a maioria são mulheres), são pessoas de baixíssimo poder aquisitivo e escolar, melhor dizer, carentes de quase todas as necessidades básicas. Sendo assim, estes moradores encontram-se de maneira geral, numa segregação espacial determinada, com formas de sociabilidade e de padrões culturais que são marcadas pela própria localização espacial. No caso em apreço, no primeiro momento, se deram nas margens do rio e dos canais – as ocupações informais (ABRAMO, 2003), excluídos de todos os serviços e infraestruturas urbanas – esquecidos como gente e insuportáveis pela sua miséria (como veremos no capítulo II); e no segundo momento, já residindo nos conjuntos habitacionais construídos e doados pelo poder público, mas permanecendo carentes de serviços, emprego e renda digna etc. Este perfil dos entrevistados mostra-nos o capital cultural, o estilo de vida e a realidade social, ou seja, “a visão de sua posição nesse mundo social, e de sua identidade social” (Cf. BOURDIEU, 1984 apud ALENCAR, 2008, p. 83). Isto é importante, pois mostra-nos como se deu a produção do espaço urbano dos pobres (miseráveis) através de políticas de reassentamentos de moradias populares.

OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS CONTEÚDOS – primeiramente foi realizada a transcrição das entrevistas e leitura e releituras para se apropriar dos conteúdos. Posteriormente organizamos o material de maneira que todas as respostas fossem agrupadas de acordo com as questões colocadas. Em seguida, relidas e recortadas e organizadas por temas, os quais correspondiam aos capítulos e itens da tese. Na pesquisa em pauta, a análise se deu a partir do reconhecimento e enquadramento em determinadas categorias definidas a priori. Entretanto, mais especificamente os procedimentos metodológicos podem ser observados no quadro – 1.

Estes procedimentos ocorrem concomitantemente em quase todos os capítulos, apenas por questões didáticas e para facilitar o entendimento é que distribuímos da forma acima, pois em alguns momentos um procedimento se destaca em relação a outros. Mesmo quando nos utilizávamos de conversas informais e de nossas

observações de campo (autor vendo) na construção do texto, procuramos documentar a informação através das entrevistas e/ou de referenciais teórico-bibliográficos.

QUADRO – 01: Procedimentos Metodológicos Utilizados na Pesquisa

Capítulos ³⁶	Autor Lembrando e Vendo	Autor Conversando Informalmente	Autor Entrevistando	Autor Lendo
Capítulo I	X			X
Capítulo II	X	X	X	X
Capítulo III	X	X	X	X
Capítulo IV	X		X	X
Capítulo V	X		X	
Capítulo VI			X	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

À medida que avançamos nas etapas da pesquisa faremos a seleção e catalogação das informações obtidas através dos trabalhos de gabinete (bibliográficos — abrangendo os conteúdos de livros, artigos, leis, decretos, projetos governamentais, diários oficiais, monografias e dissertações existentes, em particular sobre a localidade em estudo.) e de campo (entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observações “in loco” — como descritas acima). As informações coletadas foram descritas, organizadas, interpretadas e analisadas buscando-se verificar as relações existentes entre os elementos pesquisados e os pressupostos teórico-metodológicos adotados, trabalhamos com as categorias já referidas acima, entretanto três se destacam, pois norteiam a pesquisa, são elas: justiça social-territorial, cidadania e controle social (o controle aqui por parte do poder público sobre os de baixo local e não o inverso), sendo a última etapa a redação do texto da tese.

Alertamos que a fundamentação teórica e as ações tanto dos “de baixo” como dos “de cima” não se deram em capítulo específico (mesmo que o título do capítulo indique essa posição), estão plasmados ao longo de toda a pesquisa.

Outro ponto para esclarecimento é que na pesquisa prevaleceu à abordagem qualitativa sobre a quantitativa, pois o anseio era conhecer as táticas desenvolvidas, tantos pelos os “de baixo” (moradores(as) / liderança) para alcançar suas conquistas — a cidadania mesmo que inacabada, como as estratégias dos “de cima” (governo), para ter o controle social sobre os primeiros. Dito de outra maneira pretendíamos

³⁶ Utilizamos capítulos em vez de temas no quadro de procedimentos, pois este último teria uma variável muito grande. Vamos a dois exemplos de temas para melhor esclarecer: “Política de habitação na Campina do Barreto”, procedimentos utilizados: Autor lembrando e vendo, Autor entrevistando; “Descrição dos imóveis dos conjuntos residenciais”, procedimentos utilizados: Autor lembrando e vendo, Autor conversando, Autor entrevistando e assistindo os filmes sobre as diversas temáticas abordadas. (DVD-ROM — Anexos).

conhecer/analisar a dialética da produção do espaço urbano dos pobres (seu cotidiano), das suas moradias, dos projetos governamentais de reassentamentos, a consequência da segregação para a população reassentada e os processos de exclusão/inclusão territorial, política e social da área e dos moradores e moradoras em estudo. Os informantes foram codificados para garantir o anonimato (e só foram citados os que concordaram). Assim, com esses procedimentos e consultas à referidas fontes, acreditamos ter sido possível chegar ao objetivo proposto.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DOS POBRES: o ESPAÇO DA INJUSTIÇA

“O Operário Em Construção

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
— Garrafa, prato, facão —
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.”

(Vinícius apud Moreira, 1988, p. 108)

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DOS POBRES: O ESPAÇO DA INJUSTIÇA

Analizados os significados das principais categorias a serem vivenciadas, passaremos agora analisar nesse capítulo a produção do espaço urbano da injustiça na localidade em estudo — espaço dos pobres, espaço dos favelados, espaço vivido, espaço cotidiano, espaço banal para Milton SANTOS (1997) —, a partir das ações desenvolvidas pelos atores: os de cima — o poder público (União, Estado e Município — introduzindo o que de certa forma será desenvolvido no capítulo 3) — e os de baixo (os movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatórios, os pobres-favelados, os representantes locais: Liderança, Associação de Moradores, Centros Comunitários, COMUL etc.). Como se deu a produção do espaço urbano local até o momento dos reassentamentos produzidos pelo poder público, pelos movimentos sociais, pelos pobres-favelados e suas representações na comunidade, em um contexto de relações assimétricas que dificultam uma cidadania plena ou a superação de um espaço de injustiça. Iremos a seguir nos determos pouco mais nos agentes que estão diretamente ligados na produção do espaço da área de nosso estudo, são eles: o Estado e os Grupos Sociais Excluídos¹.

2.1 O ESTADO

Para Ademir Alves da SILVA (1992, p. 27):

O Estado nasce da necessidade de conter os antagonismos das classes que a sociedade se mostra impotente em conciliar, e, em sua progressiva constituição (divisão territorial, força pública, impostos) como força de coesão da sociedade civilizada, acaba por configurar-se numa poderosíssima máquina de opressão de uma classe sobre outra.

O Estado é, portanto, um produto da sociedade e não um poder que se lhe impõe de fora para dentro. Surge quando a sociedade chega a um certo

¹ Lembramos ainda que o espaço em apreço é uma periferia física e social, que faz parte da área ZEIS (ZEIS Campo Grande – Recife).

grau de desenvolvimento como uma exigência histórica de uma sociedade cindida por antagonismos inconciliáveis.²

Para Boaventura de Souza SANTOS (2008, 31), “O Estado capitalista, [...], é a relação social em que se condensam as contradições do modo de produção capitalista e as lutas sociais que elas suscitam.” Sendo assim, coube ao Estado às obrigações de zelar pela justiça, a paz, a segurança e constituir-se em ser um apaziguador de conflitos, regulador da economia e da sociedade, ou nas palavras do próprio Boaventura (SANTOS, 2008, p. 31 – Aspas no original):

A função política geral do Estado consiste precisamente em “dispersar” essas contradições e essas lutas de modo a mantê-las em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais impostos pelo processo de acumulação e pelas relações sociais de produção em que ele tem lugar. Não se trata, portanto, de resolver (superar) as contradições sociais ao nível da estrutura profunda da formação social em que elas se produzem, mas antes de as manter em estado de relativa latência mediante ações dirigidas às “tensões”, “problemas”, “questões” sociais por que as contradições se manifestam ao nível da estrutura de superfície da formação social.

Já para Roberto Lobato CORRÊA (1989, p. 24), “o Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.” E considerando apenas o papel do Estado capitalista brasileiro, ele ressalta que esse atua como um dos proprietários do meio de produção, sobretudo como grande industrial; proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação, do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. É também o responsável pelo gerenciamento e implantação de serviços públicos. Roberto L. CORRÊA (1989, p. 25), citando A. SAMSON (1980)³, relaciona um conjunto de instrumentos que o Estado pode empregar em relação ao espaço urbano, tais como:

- (a) Direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- (b) Regulamentação do uso do solo;
- (c) Controle e limitação dos preços de terras;
- (d) Limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;

² Sobre a origem da formação do Estado ver também: ENGELS, Friedrich, **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; Ademir Alves de SILVA, **Política social e cooperativas habitacionais**, cap. 2; Paul CLAVAL, **Espaço E poder**, cap. 6; sobre o conceito de Estado ver Jean LOJKINE, **O Estado capitalista e a questão urbana**, cap. 1; referente a concepção do Estado na sociedade capitalista ver David HARVEY, **A produção capitalista do espaço**, cap. 3; Paul M. SWEEZY, **Teoria do desenvolvimento capitalista**, cap. 13; referente a evolução dos papéis que o Estado vai incorporando (desenvolvendo) ao longo do tempo ver Potyara Amazoneida Pereira PEREIRA, Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs.). **Política social e democracia**, p. 25-42, entre muitos outros.

³ A. SAMSON. In: DURAND-LASSERVE, Alain (org.). La croissance peripherique des Villes Du Tiers Monde. Le rôle de La promotion foncière et immobilière. Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 40, Ceget, 1980.

- (e) Impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- (f) Taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- (g) Mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;
- (h) Investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infra-estrutura;
- (i) Organização de mecanismos de crédito à habitação; e
- (j) Pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material.

Continua Roberto Lobato CORRÊA (1989, p. 25-26):

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder.

Além disso, ele (CORRÊA, 1989) destaca que a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. Mudando sua atuação e discurso que encobre os interesses dominantes. Nessa mesma perspectiva Maria da Glória GOHN (1982, p. 23), aponta o papel do Estado no urbano:

A intervenção do Estado no urbano será para criar mecanismos que regulem as contradições implícitas, numa intervenção eminentemente política, portanto, expressão de luta de classes que se desenvolve no interior da sociedade. Esta intervenção se faz através de um conjunto de órgãos, entidades e agências, que formulam a política urbana e os planejamentos governamentais. O Estado terá que satisfazer as exigências técnicas e econômicas do capital e também propiciar soluções para as necessidades de reprodução da força de trabalho. (...).

O Estado será o gerenciador dos equipamentos urbanos, pois a ele competirá produzi-los, distribuí-los e geri-los. Ele terá que empreender uma ação política, para criar condições de produção e reprodução da força de trabalho. Devido à heterogeneidade de interesses que se condensam em torno do Estado, a ele competirá, como resposta, dar coesão político-ideológica à sociedade. Ele não é meramente o comitê executivo da burguesia, mas o organismo onde se condensam as lutas sociais e políticas. Nem que seja meramente ao nível ideológico, compete ao Estado dar a aparência de igualdade social.

Ela ainda esclarece exemplificando com eventos brasileiros (GOHN, 1985, p. 72-73): o Estado cria o urbano, enquanto lócus administrativo. Com o advento da industrialização a intervenção se altera porque se redefinem suas funções no processo

de acumulação. O Estado passa a regulamentar as relações entre o capital e o trabalho (legislações, legislação trabalhista, salário mínimo, regulação e rebaixamento do custo de força de trabalho etc.). Mais tarde o Estado passará a ser o provedor das condições gerais para a acumulação (transporte, energia, indústria de insumos básicos etc.). Num segundo momento, as atividades administrativas do Estado ampliam-se fundamentalmente para político. Este momento é marcado pela penetração do capital estrangeiro, a reprodução das classes médias geradas por este capital, pelos problemas urbanos das classes trabalhadoras e a instabilidade do sistema como um todo. Levando o Estado a ser o principal agente de concentração e centralização do capital, e também a ser a grande fonte de controle e dominação das classes subordinadas, que culmina no final da década de 1970, com o Estado viabilizando uma política mais efetiva de atendimento às necessidades da força de trabalho. Entretanto, o Estado também não deixa de ser o promotor de segregação social, como esclarece Marcelo Lopes de SOUZA (2003, p. 91 — Aspas no original e destaque nosso):

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de “colocar os pobres no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres.

Como vemos o Estado não é um ente “neutro”; ele tem um papel a cumprir, que é o da classe na qual representa que está no poder; onde segundo Manoel Correia de ANDRADE (1984, p. 17), “o Estado nunca é controlado por uma classe como um todo, mas por determinados grupos de uma classe — os grupos hegemônicos — que amplia ou retrai o grupo que tem acesso ao poder, que controla o aparelho do Estado.” Sendo assim, utilizará de todos os instrumentos enumerados acima para o controle social da sociedade, em particular, dos dominados, entretanto, apresentando-se como neutro e apaziguador de conflitos. Esse caráter contraditório do Estado é exatamente o que interessa destacar para fins desta pesquisa. A seguir veremos a produção do espaço a partir dos grupos sociais excluídos.

2.2 OS GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS

Referem-se às classes dominadas, aos despossuídos, aos segregados, aos pobres, aos abandonados, aos favelados, aos excluídos, marginalizados e miseráveis⁴, aos habitantes das periferias, em outras palavras, é a camada de “lumpemproletariado” denominada por Marcelo Lopes de SOUZA (2009) “hiperprecariado”; são pobres integrados ao sistema como trabalhadores explorados, como exército industrial de reserva, consumidores de baixo poder aquisitivo, desempregados, mendigos, prostituta, traficantes etc. ou que se encontram ocupados no setor informal, que por possuir rendas insuficientes para sua sobrevivência tem como único lugar para morarem as ocupações da periferia das grandes e médias cidades; restringindo-se aqui aos moradores pobres favelados das margens do Rio Beberibe e dos Canais do Arruda e do Jacarezinho que constituíram os habitantes dos conjuntos residências que compõem a Comunidade Chão de Estrelas, nos bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos (Recife - PE).

Para Leonardo Ricardo SUZIN (1990/1991), em seu estudo da problemática marginal, diz que o abandono, a exclusão refere-se a uma marginalidade, e que na sociedade de classes existem marginalidades de diversos tipos: *marginalidade generalizada* (refere ao abandono absoluto) e *marginalidade parcial* (indivíduo afetado por limitação nas oportunidades educacionais, de modalidade social, de participação política, de prestígio, de status etc.) e um setor participante, não afetado pela marginalidade. Portanto, a exclusão social refere-se a um ou outro tipo de marginalidade, não sendo, no entanto, uma situação aleatória, mas de excluídos, como aponta Luiz Carlos SUSIN (1984, p. 201) citado por Leonardo Ricardo SUZIN (1991, p. 212 – Aspas no original):

O pobre, o órfão, a viúva e o estrangeiro que não sou eu: não tem alimentos — nem pão, nem música, nem flores — não tem vestuário — nem roupas, nem títulos, nem funções sociais — não tem habitação e nem porta para separar a própria intimidade. Sem gozo do mundo e sem felicidade, com necessidades sem poder satisfazê-las, estão ameaçadas de morte na própria corporeidade e na própria interioridade. O corpo nu — de nudez real porque não bela, transita por necessidades não satisfeitas — está voltado ao frio e à fome de modo irreversível. A interioridade está voltada à vergonha e ao “estar-jogado” sem projetos e sem possibilidades. Órfão, sem o amor paterno, cortado de seu passado “pessoal”, sem eleição e por isso sem benção e sem unicidade, jogado como um elemento indiferente do mundo.⁵

⁴ Ver Milton SANTOS, **Pobreza urbana**; e Idem, **O espaço do cidadão**.

⁵ Boaventura de Sousa SANTOS, **A construção multicultural da igualdade e da diferença**, mostra que a gestão controlada da desigualdade e da exclusão a cargo do estado se encontra hoje em crise.

Algumas dessas situações fazem parte do cotidiano de boa parte dos habitantes do Brasil e do mundo, conseqüentemente, de certos números de moradores na área em estudo. São os despossuídos, os não cidadãos, ou cidadãos de segunda classe, cidadãos incompletos de uma cidadania inacabada, os marginais ou marginalizados da nossa sociedade. Entretanto, como vemos afirmando à população que compõe estes territórios são diversificadas, heterogênea mesmo. Sendo assim, decorrente desta diversidade concordamos com o prof. Milton SANTOS (1996, p. 83) quando coloca que:

Por mais simples que seja o exame das características relativas à distribuição da população segundo seus diversos estratos e à repartição dos serviços públicos, dos tipos de comércio, dos preços e das amenidades, pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda.

Em outras palavras, pode-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana.

E prosseguindo, Milton SANTOS (1996, p. 84) diz:

O fenômeno é antigo, mas na medida em que a aglomeração evolui, aparece cada vez mais nítido. A princípio se podia falar de uma certa espontaneidade, entendendo-se por essa palavra o simples jogo dos fatores de mercado. Nos últimos decênios, porém, o jogo dos fatores do mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o planejamento, as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal.

Essa repartição espacial das classes sociais é um fato que se verifica no espaço total do país e em cada região, mas é sobretudo um fenômeno urbano. No caso do país como um todo, ou em cada uma das suas regiões, o que se passa é principalmente a existência de diferenciais de renda que podem acompanhar as diferenças do desenvolvimento entre as regiões, embora a relação não seja mecânica.

Para Roberto Lobato CORRÊA (1989, p. 29), são na sociedade de classes que se verificam desigualdades e diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, e o acesso é seletivo, a exemplos: habitação, a escolaridade, a saúde etc. Ele ainda destaca que é na produção da favela, que os grupos sociais excluídos produzem uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às diversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. Continua ele (CORRÊA, 1989, p. 31):

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que,

pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infra-estrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta urbanização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros.⁶

Para José Álvaro MOISÉS e Verena MARTINEZ-ALIER (1977, p. 46), “[...] a urbanização não foi simples reflexo mecânico que expressasse ao nível espacial o crescimento econômico.” E continuam eles (1977, p. 46 — *Itálico no original e destaque nosso*):

Ela foi o resultado de um processo social, no qual intervieram diferentes atores sociais concretos. A cidade (ou metrópole) não pode ser vista simplesmente como um reflexo da estrutura econômica, pois ela foi formada — melhor seria dizer *construída* — como resultado da ação de diferentes atores históricos, cada qual marcando sua intervenção de acordo com os seus interesses próprios. Esses atores foram, fundamentalmente, as classes dominantes, as classes populares e o Estado. As primeiras trataram de se utilizar dos grandes centros urbanos como centros privilegiados de concentração de capital e de força de trabalho. As segundas intervieram como puderam para garantir as condições de sua reprodução no contexto urbano (fato de que o fenômeno da autoconstrução na periferia de nossas grandes metrópoles talvez seja a expressão mais visível). Finalmente, o Estado agiu para garantir as condições necessárias de coesão social no contexto desses interesses diferenciados, além de suprir as insuficiências da chamada iniciativa privada em alguns setores estratégicos.

Diante do exposto acima, entendemos a cidade como um “**meio ambiente construído**, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais.” (SANTOS, 1997, p. 79 — *Destaque no original*). E concordando com Milton SANTOS (1996, p. 84), quando afirma, “na verdade a pobreza tem suas condições espaciais”⁷. Há por tanto, uma intencionalidade por parte dos dois agentes citados — o Estado e os Grupos Sociais Excluídos, não só dos dois —, na produção do espaço urbano; mas se apresenta de forma antagônica, já que os grupos sociais excluídos lutam para serem atendidos em suas necessidades básicas com iguais direitos e o Estado como agente regulador da sociedade, procura controlar praticamente todos os espaços dos dominados, já que ele é o representante da classe dominante, que a cada momento, estão no poder. Isto é o que justifica a necessidade das lutas desenvolvidas pelos grupos sociais excluídos por meio dos Movimentos Sociais.

⁶ Neste ponto estou em desacordo com Roberto Lobato Corrêa, quando afirma que toda favela na sua progressiva urbanização torna-se um bairro popular.

⁷ Sobre o conceito de “pobreza” será trabalhado mais adiante. Ver Milton SANTOS, **A pobreza urbana**.

2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A nossa finalidade aqui, não é fazer um inventário da história dos movimentos sociais (urbanos), apenas contextualizá-lo, para melhor situar os acontecimentos que estão na origem das questões habitacionais e da produção do espaço urbano em nossa área de estudo⁸.

São vários os pesquisadores que estudam esse fenômeno social, das mais diferentes posições teóricas e ideológicas. Entretanto, parecem concordar em um ponto comum: os movimentos sociais só passaram a surgir na história da humanidade quando do aparecimento das desigualdades entre os seres humanos; desigualdades essas, materiais, simbólicas, de mando e de poder. Como veremos em Maria da Glória GOHN, Remo MUTZENBERG e Safira Bezerra AMMMANN entre outros.

Os movimentos sociais de modo geral existem desde muitos séculos⁹, pois são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais, como diz Maria da Glória GOHN (2002, p. 320), as “lutas sociais são partes construtivas das sociedades humanas desde os primórdios da humanidade.” E continua ela (GOHN, 2002, p. 20), “enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.” Posição também de Remo MUTZENBERG (1999, p. 139 — Aspas no original), quando diz:

Movimentos e mobilizações de grupos sociais são encontrados em diferentes épocas, lugares, situações e em distintas sociedades, com maior ou menor significação. Como exemplos podemos nos referir às revoltas de escravos, aos movimentos de mulheres da Idade Média, às guerras camponesas do século XVI, aos conflitos étnicos, aos movimentos religiosos como o franciscanismo, o protestantismo do século XVI... Na história do Brasil, encontramos vários deles, de diferentes características e dimensões, como movimentos emancipacionistas, messiânicos, culturais, políticos... Os dos anos 70 e 80 têm seus predecessores nos movimentos de bairro, de camponeses e operários das décadas anteriores. Ao se falar dos movimentos das últimas duas décadas, os autores procuram distingui-los dos anteriores, denominando-os de “novos movimentos sociais”.¹⁰

Os Movimentos Sociais decorrem das desigualdades de classes ao longo da história e, do avanço do processo urbano-industrial, que no início do século XX,

⁸ Para uma panorâmica mais detalhada sobre os movimentos sociais no Brasil ver o artigo de Augusto Antonio Campelo CABRAL; Alcindo José de SÁ, OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E SUAS MANIFESTAÇÕES CONCRETAS NO BRASIL E NO RECIFE: Síntese Retrospectiva, **Revista Geografia**, Recife: UFPE - DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez, 2009.

⁹ Ver a esse respeito: Max BEER, **História do socialismo e das lutas sociais**: Da Antiguidade aos tempos Modernos; Werner HOMANN, **A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20**.

¹⁰ Remo MUTZENBERG, Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: Bueno Augusto Souto-Maior FONTES (Org.). **Movimentos sociais**: produção e representação do sentido, p. 123-156.

compreendia quase exclusivamente a organização do proletariado industrial, isto é, os sindicatos¹¹. Entretanto, Safira Bezerra AMMMANN (1991, p. 13), destaca que os Movimentos Sociais só recentemente mereceram a atenção dos cientistas sociais¹². Para estes, o que vem a qualificar um movimento como Movimento Social é o elemento constitutivo: *a contestação, o protesto, a insatisfação, o conflito, o antagonismo*.

Movimento é aqui entendido no sentido dado por Maria da Glória GOHN, (1985, p. 46), “Os movimentos se expressam através de um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas.” E continua GOHN, (1985, p. 46), “o movimento social também expressa a consciência possível da classe que representa.”

Nessa perspectiva, Safira Bezerra AMMANN (1991, p. 17), ainda expõe que “todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras.¹³” Sedo assim, todo Movimento Social inscreve-se em uma problemática relacional de poder, e, como tal, é preciso compreendê-lo como uma relação de força, de confronto (REFFESTIN, 1993; CASTRO, 2005), de disputa e conflito entre lutas de classes, dominantes e dominados, entre os de baixo e os de cima, de relação capital/trabalho com todas as complexidades e implicações que envolvem estas categorias, hoje.

Esta luta nem sempre é pela direção da produção da sociedade, mas protestam contra formas de direção vigentes ou anunciadas, e de suas consequências para a classe dominada. Manoel Correia de ANDRADE (1984, p. 18) citando Nicos POULANTZAS (1980, p. 141-177) enfatiza que “a história e o processo de produção do espaço constituem assim uma interminável luta entre os grupos sociais dominantes

¹¹ Safira B. AMMANN, **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do Parlamento, p.13.

¹² No que se refere à conceituação teórica de movimentos sociais, já existem uma grande quantidade de trabalhos, tanto endógeno como exógeno — ver indicação na nota de rodapé n. 1, p. 14, do livro de Ibidem, **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, e também, a nota de rodapé n. 1, p. 9, do livro de Maria da Glória GOHN, **Novas teorias dos movimentos sociais**. Este último livro mais o: **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos, da mesma autora fazem um mapeamento das diferentes correntes teórico-metodológicas, tanto clássicas, como as novas teorias contemporâneas que analisam os movimentos sociais.

¹³ Ibidem, coloca que “coletividades de caráter promocional não chegam a ser Movimentos Sociais se não têm corte contestatório, grupos de jovens que praticam esporte; clubes de mães que aprendem a costurar; analfabetos que aprendem a ler; obras; assistenciais ou filantrópicas que se ocupam com populações carentes; agricultores que buscam melhorar suas técnicas agrícolas são entidades de promoção, não de protesto.” Estes sem dúvida podem vir a ser um fecundo embrião de Movimentos Sociais, como a realidade brasileira nos tem mostrado, **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do parlamento, p. 17.

entre si, e da classe dominante como um todo, frente às classes dominadas.” E continua ANDRADE (1984, p. 18):

O jogo dialético da luta dentre as classes dá origem e se origina, a um só tempo, do sistema de relações de trabalho dominante em face do nível de desenvolvimento, de utilização das forças produtivas. Daí a ligação direta que há entre o tipo de espaço produzido e o modo de produção e/ou a formação econômico-social dominante.

Sendo assim, o antagonista visível dos Movimentos Sociais pode ser o Estado ou outro representante direto da exploração, enquanto responsáveis por relações sociais consideradas indesejáveis.¹⁴ Os representantes dos Movimentos Sociais podem ser “uma classe social, uma etnia, uma região, um religião, um partido político ou inúmeras outras categorias” (AMMANN, 1991, p. 18). Entretanto, Maria da Glória GOHN (1985) e Safira Bezerra AMMANN (1991, p. 19), nos alerta que “tanto a classe dominante como a classe dominada, com suas respectivas frações, podem constituir-se em sujeitos sociais dos movimentos, insatisfeitas com as relações sociais vigentes ou propostas.” Mas, aqui se faz necessário alertar que apesar dos Movimentos Sociais encontra-se regidos por uma lógica de exploração do capital, este produz outras formas de opressão e dominação específicas, entre as quais figura as problemáticas dos índios, homossexuais, étnicos, ecológicos entre outros, que não se reduz à relação capital/trabalho. Estes movimentos específicos têm objetivos particulares, não podendo ser reduzidos as relações de classe como adverte Safira Bezerra AMMANN (1991, p. 20)¹⁵; em outras palavras, apesar de estar no interior do regime capitalista, quando dentro desses movimentos suprimir-se a oposição entre capital/trabalho não enquadrando-se como movimentos sociais. Porém, no caso em estudo, como veremos adiante, se insere nas questões de lutas de classes (capital/trabalho) decorrentes das necessidades cotidianas dos moradores pobres e miseráveis do nosso País, particularmente da localidade em apreço, que mesmo tendo sido alvo de ações dos poderes públicos, tanto Municipal como Estadual e Federal, apresentou-se em alguns momentos como movimentos sociais de caráter reivindicatórios, entretanto, não institucionalizados. Isto mostra-nos que são as intencionalidades dos processos que define o que será ou não um Movimento Social¹⁶.

¹⁴ Safira B. AMMANN, **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do Parlamento, p. 21.

¹⁵ Neste ponto estou de acordo com Safira Bezerra AMMANN, quando diz que existem movimentos “que não têm caráter de classe” (1991, p. 20). Discordando de Maria da Glória GOHN, quando afirma que todo Movimento Social tem caráter de classe (1985, p. 45-8).

¹⁶ São os “processos de contestação que objetivam a controversão ou a preservação da ordem estabelecida, a partir das contradições específicas da realidade.” (AMMANN, 1991, p. 22).

Concordamos com o conceito formulado por Safira Bezerra AMMANN (1991, p. 22): “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.” Sendo assim, os movimentos sociais em sua maioria lutam por melhorias sociais (de bens, equipamentos e serviços coletivos), e não pela tomada do poder (do Estado). Em outras palavras são lutas e reivindicações por menores desigualdades e exclusões sociais, melhores condições de vida em sentido pleno (de cidadania), que não são novas nem exclusivas do Brasil, mas tem acompanhado a humanidade desde que surgiu a divisão social do trabalho (divisão de classe)¹⁷, contudo apresentam particularidades no tempo e no espaço.

Para nós, os movimentos sociais urbanos reivindicatórios, ou seja, os movimentos populares de bairros são organizações da classe destituída de poder, que demandam através das reivindicações¹⁸, por direitos básicos (materiais e não materiais) de acesso à participação e cidadania, não se dirigindo à luta pelo domínio (controle) político do Estado. Mas tendo no Estado, não apenas o destinatário de suas reivindicações, mas também um adversário¹⁹ e, às vezes, paradoxalmente, até um aliado²⁰.

Para estes movimentos sociais urbanos as formas de luta e resistência cotidiana se fizeram de diversas maneiras e, predominantemente a partir da situação de moradia, muitas vezes nos bairros pobres e improvisados que chegam a servir de **habitat** para milhões de famílias trabalhadoras. Tais lutas acompanhadas de outras, como: por “água, luz e serviços urbanos básicos já não ocorrem de forma isolada, e vão construindo uma rede de intercâmbio de experiências e organização que pode chegar a convertê-las em **movimentos de bairro**”, como assevera EVERS, MULLER-PLANTENBERG e SPESSART (1985, p. 111 – Destaque no original). Ainda para os autores (Ibidem, p. 115 — Destaque no original): “a deterioração das condições reprodutivas em muitos países é parte da história atual do desenvolvimento capitalista na América Latina, que tem seu eixo no processo de **industrialização** periférica”.

¹⁷ Ver Friedrich ENGELS, **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**.

¹⁸ As reivindicações são, aqui, tomadas no sentido de “confronto”, diferenciando-se das petições.

¹⁹ Além do Estado (poder público: União, Estados e Municípios), a organização de bairro necessita, às vezes, dirigir-se também a particulares, adversários privados, entretanto, necessitando na maioria das vezes da mediação do Estado. Ver a esse respeito Tilman EVERS, et al. **Movimento de bairro e Estado**: lutas na esfera da reprodução na América Latina, 1985, p. 135.

²⁰ Ver Augusto Antonio Campelo CABRAL, **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto**: o vivido e o instituído, p. 28.

No Brasil, as contradições urbanas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo que se iniciam após 1930, com uma lógica no processo de acumulação do capital o qual “cria como precondição, para seu funcionamento e desenvolvimento, a participação controlada das massas populares no processo econômico e político” (RAICHELIS, 1988, p. 49). Gerando um novo tipo de sociedade urbana, especialmente nas duas principais metrópoles do País — Rio de Janeiro e São Paulo, baseando-se na superconcentração de atividades produtivas e de reprodução. Concentrou-se nessas regiões, já que aí se centralizava os demais fatores indispensáveis para sua ampliação às demais regiões metropolitanas brasileiras:

[...] a formação das principais áreas metropolitanas brasileiras foi acompanhada do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que apareceram na forma das ‘distorções urbanas’ conhecidas, por exemplo, por cidades como São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outras. Desde os anos 40 e, mais intensamente, após a industrialização que se inicia em meados dos anos 50, o aprofundamento da divisão social do trabalho no país provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população. Aumentou a demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) e por um sistema de transportes coletivos mais rápido e eficiente, pois a expansão da periferia tornava bem maiores as distâncias entre o local de moradia e o local de trabalho da mão-de-obra. Por outro lado, o novo desenvolvimento criou necessidades (reais ou ilusórias) infinitamente maiores para o sistema educacional, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas à mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de trabalho; de outra parte, ampliou consideravelmente a demanda por serviços de saúde (pronto-socorros, postos de saúde, maternidades, hospitais, etc.), pois a complexificação de vida urbana, com a intensidade e a rapidez de sua concentração, altas taxas de densidade, circulação rápida e veículos, trânsito, etc., e ao ritmo cada vez intenso do trabalho e da vida social, aumentou os acidentes de trabalho e de trânsito, as doenças nervosas, as epidemias e as enfermidades em geral. Criou uma demanda nova por equipamentos sociais e culturais (creches, maternidades, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de práticas de esportes, áreas verdes), pois não apenas as crescentes levas de migrantes recém-chegados à cidade exigiam atendimento social especial, como as condições urbanas aprofundaram a qualidade das expectativas, provocando a emergência de uma demanda inteiramente nova para o sistema. A incorporação da mulher à força de trabalho criou problemas sempre crescentes, como a necessidade de hospitalização durante a gravidez e a assistência à população infantil durante o horário de trabalho. Além disso, a atomização da vida social e a diluição da vida familiar exigiu o surgimento de novos padrões de sociabilidade da mesma forma que lançou os agentes dessa ‘vida moderna’ a um tal grau de complexificação de sua existência, que seria inevitável a emergência de problemas como as chamadas ‘enfermidades mentais’, a prostituição, a criminalidade do menor, etc. (MOISÉS, 1985, p. 17-18 — Destaque no original; grifo nosso).

Ainda para José Álvaro MOISÉS (1985, p. 18 — Destaque no original), viver nas regiões metropolitanas exigia da população uma nova adaptação ao ritmo de vida no urbano:

Viver nas áreas metropolitanas, além de exigir a integração a novos padrões de consumo, que garantissem uma sociabilidade adequada à vida moderna (de que a televisão talvez seja o melhor exemplo), exigia também, da população, o desenvolvimento de uma rápida capacidade de resposta ao *ritmo urbano de vida* — (longas distâncias, tráfego congestionado, mobilidade rápida no trabalho, acidentes, surtos epidêmicos, etc.). E a integração nesse ritmo rápido e violento de vida, indispensável para o funcionamento da metrópole, não podia mais se dar no âmbito das soluções individuais, tomadas por cada família dos componentes da força de trabalho. Ela dependia de soluções globais situadas ao nível das macro-decisões, só passíveis de serem tomadas ao nível do Estado.

É interessante observar do exposto acima, como o processo de industrialização-urbanização não só alterou a vida da população pobre (da classe trabalhadora), com novas necessidades, como também levou a um agravamento do estado de pauperização desta. Além de transferir com uma nova ideologia criada pela classe dominante, segundo a qual cabia agora ao Estado ser o “provedor” de toda a população, isto é, um Estado acima das classes, responsável a atender às necessidades mais prementes da população, e assim, resolver a problemática urbana, que crescia sempre mais. Levando também, a alteração, no transcorrer do tempo, da importância do antagonismo entre proletariado e burguesia nos conflitos sociais induzindo a uma nova contradição, que é o confronto entre as “massas populares” e o “Estado”²¹.

Este processo de metropolização que se formou nas principais cidades brasileira, só foi possível entre outros fatores, graças aos movimentos migratórios que se deram do campo e se fixando na periferia das principais cidades, em condições muito precárias de vida, estando disponíveis, abaixo preço para investimento do capital tanto na agricultura (os boias frias), como nas atividades urbanas (indústrias e serviços), e como na construção civil; se constituindo em um subproletariado (GOHN, 1982), que subsiste mediante a venda da força de trabalho diária, sem desfrutar das garantias da legislação trabalhista, constituindo o proletariado urbano. Em outras palavras, os trabalhadores e seus familiares constituem a força de trabalho predominante nos grandes centros urbanos, necessitando que aumente a demanda dos serviços de infraestrutura urbana que necessitam e, ao mesmo tempo, que eleva e acelera as proporções de moradia em

²¹ Ver José Álvaro MOISÉS, **O estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais**, p. 18; e Francisco de OLIVEIRA, **Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes**, p. 65-76.

condições inadequadas, de forma geral, agrava também, conforme o perfil social, a cidade. Surgindo assim, as favelas e os bairros periféricos, além de novas formas de organização e estrutura de poder que se materializam nos movimentos sociais urbanos reivindicatórios, como veremos a seguir na **Comunidade Chão de Estrelas**.

2.3.1 O Movimento Social na Comunidade Chão de Estrelas

A Comunidade Chão de Estrelas faz parte de um contexto mais amplo que é a Cidade do Recife, sofrendo assim os mesmos problemas. O Recife já em 1939, segundo Antônio Paulo REZENDE (2000, p. 67), “recebia um expressivo contingente populacional vindo da zona rural, sonhado em melhorar de vida”. Para Mário LACERDA DE MELO (1977, p. 149-159), decorrem dos “efeitos das debilidades e distorções de natureza estrutural e de ordem sócio-econômica e demográfica de diferentes espaços da hinterlândia nordestina”. Sendo assim, “Os fluxos de migrantes dirigidos para o espaço metropolitano do Recife pertencem à última dessas categorias.”²².

Esse enorme crescimento populacional, aliado a grande concentração de renda, e incapacidade de geração de emprego que incorporasse parcela da população ao sistema econômico, transformou o Recife em uma cidade carente de infraestrutura urbana, com a maior parte da sua população mantendo-se à margem do mercado formal de trabalho em atividades informais — ambulantes, biscateiros, artesões etc.; ou, não os encontrando, recorrem a assaltos, a prostituição, a mendicância, e mais recentemente, ao tráfico de drogas etc. — que passou a significar a única possibilidade de sobrevivência para a maioria desses contingentes; levando também, a sensação de insegurança que gera um quadro social desagradável, que, quando não foram morar nos morros, nas margens dos rios e alagados sem acesso à maior parte dos serviços públicos básicos, constituíram bairros pobres ou favelas, lugares “opacos” que surgiram ao lado dos bairros elegantes, “luminosos”²³ nos dizeres de Milton SANTOS (1997, 1977a).

Essa situação levou a população a começar a se organizar em Movimentos de Bairro formando Associações de Moradores, Conselhos de Moradores, Grupos de Jovens, de Mulheres, de Saúde, de Educação, de Cultura etc. que lutavam para

²² Sobre as migrações internas no Recife ver Gilberto Osório de ANDRADE, **Migrações internas e o Recife**. Já sobre o planejamento do crescimento da aglomeração Recife, decorrente dessas migrações, ver Manuel Correia de ANDRADE, **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**.

²³ Ver Luciana de Barros JACCOUD, **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**, p. 53; Manuel Correia de ANDRADE, **Poder político e produção do espaço**, p. 36. Ver também Milton SANTOS, os pobres na cidade, p. 258, em **A natureza do espaço; Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**, p. 49, p. 83.

conquistar ou garantir direitos básicos reivindicando melhorias urbanas e equipamentos sociais. Tendo no Estado e seus diversos órgãos, o interlocutor e adversário, que é o responsável pelo atendimento das reivindicações. Entretanto, é para a Prefeitura e seus órgãos, que se dirigem a maioria das reivindicações do movimento, já que é ela que se encontram mais perto dos habitantes do município. Esses primeiros Movimentos de Bairro surgem no Recife em 1931 (ETAPAS, 1989; CABRAL, 2004). Entretanto, a partir de 1979 a 85, a Cidade do Recife será marcada por maior mobilização e resistência dos movimentos contra a política do governo local. Tendo como consequência à criação de cerca de 80% das entidades de bairros existentes até 1986 (CABRAL, 2004; ETAPAS, 1988, 1989; LEAL, 2003). Decorrente dessas pressões/reivindicações, por outro lado também, a Prefeitura estimulava a criação de entidades formais nos bairros onde não existiam e cria também entidades paralelas, com o intuito de um maior conhecimento da área e um **controle** dos possíveis protestos, manifestações, passeatas evitando que a pressão da periferia chegasse à cidade²⁴.

Com a “Abertura Política”, as organizações populares deixam de ser vistas pelo estado como caso de polícia, passando a ser reconhecidas, muitas vezes, como interlocutoras ou até parceiras. Estas são “todos nascido da necessidade de conquistar e garantir condições básicas de vida e requerer espaços de participação, na discussão e decisão das políticas sociais” (ARAÚJO, et al., 1993, p. 25)²⁵.

A área de pesquisa, não foge a regra, melhor dizer, não foge as contradições urbanas ocorridas no País, com o desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial. Sendo também, principalmente, reflexo do enorme crescimento populacional (êxodo rural), aliado a grande concentração de renda e incapacidade de geração de empregos na Cidade do Recife – PE. Esta vai permanecer em sua maior parte, um sítio de

²⁴ Na administração de Gustavo Krause, os programas foram “Levante a Mão e Defenda o seu Bairro”, “Um por Todos”, criação dos barracões e outras iniciativas que visavam cooptar os movimentos organizados. “A prefeitura chegava nas áreas com projetos prontos para serem executados, sem a participação popular na sua elaboração, mas exigindo o trabalho gratuito dos moradores em obras de pavimentação, muros de arrimo, escadarias, etc.” p.54. Já a administração de Joaquim Francisco, volta-se às “questões urbanísticas da cidade como um todo, não privilegiando com programas específicos os bairros populares. O atendimento às reivindicações dos Conselhos e Associações de Moradores se faz de forma esporádica, a partir das pressões da população. Não se detecta nenhuma estratégia política específica de conquistar ou regimentar, para o jogo político, o Movimento de Bairro”. p. 52. ETAPAS, **O Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento coma Prefeitura entre 1955e 1989**.

²⁵ Sobre os movimentos sociais na atualidade ver: Maria da Gloria GOHN, **Novas teorias dos movimentos sócias**, Ibid. (Org.), **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais; Ibid. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização; Ibid. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**; Ibid. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias; Regina Bega dos SANTOS, **Movimentos sociais urbanos**; Ilse SCHERER-WARREN, **Redes de movimentos sociais**; Marcelo Lopes de SOUZA e Glaucio Bruce RODRIGUES, **Planejamento urbano e ativismos sociais**; Aécio AMARAL JR e Joanildo A. BURITY (Orgs.), **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social; Maria Lúcia DURIGUETTO, **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário.

coqueiros até início de 1980, quando o Decreto Estadual, 5.532 de 11 de janeiro de 1979, declara de utilidade pública (DIÁRIO OFICIAL - PE, 12/01/1979a, p. 4 – Destaque no original):

O governador do Estado, [...],

Decreta:

Art. 1º - Fica declarada de necessidade e utilidade públicas, para efeito de desapropriação, a área de terreno denominada SÍTIO SANTA TERESINHA, situada na Campina do Barreto, nesta Capital, cuja propriedade é atribuída a D. Maria Carrilho da Silveira²⁶ e outros, medindo aproximadamente 30 (trinta) hectares, [...], localizadas no subúrbio de Beberibe, nesta Capital.

Para fins de construção de um conjunto habitacional pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPESEP). Esse decreto (5.532/79) terá sua redação modificada pelo Decreto, 5.973 de 14 de setembro do mesmo ano, onde o novo texto destina para execução de programa habitacional pela Secretaria de Habitação do Estado (DIÁRIO OFICIAL - PE, 15/09/1979b, p. 2), para remoção das famílias que moravam ao longo das margens do Rio Beberibe²⁷, pois necessitava de desocupar as margens do rio para realizar as obras que deveriam resolver os problemas das enchentes que inundavam a maioria dos bairros do Recife e Olinda, independente de classe social. Com isso, foi realizada uma parceria do Ministério do Interior com o governo do Estado de Pernambuco, em 1979, que levou o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) a atuar nas áreas ribeirinhas com o objetivo de evitar as inundações (CABRAL, 2004; ARAÚJO, et. al., 1993; CAMPOS, 2003; SOUZA, 2000).

É nesse terreno que será construído o primeiro conjunto habitacional a fundo perdido para moradores ribeirinho dando origem à “Comunidade Chão de Estrelas”. Entretanto, foi por volta da década de 1930, que os espaços vazios existentes ao longo das margens do Rio Beberibe vão sendo ocupados; mas, só a partir da década de 1950, que se dará com maior intensidade, nas imediações entre a fábrica de bebidas Antártica (que não existia na época, no município de Olinda-PE) e o Matadouro de Peixinhos (no município do Recife-PE), próximo ao sítio de coqueiros que fica no outro lado do rio, no

²⁶ Duas observações importantes: 1º) O sítio era conhecido como “Sítio de Badé”, antigo morador do bairro de nome Manoel José dos Santos, vigilante do sítio desde 1954 até 1981, sogro do referido autor. 2º) O decreto de desapropriação do terreno (DIÁRIO OFICIAL - PE, 12/01/1979a, p. 4) consta um erro, no nome da viúva do Sr. Osman Antônio da Silveira, herdeira do sítio. O nome correto é “Marina Carrilho da Silveira”, ver observação 1º e requerimento do Sr. Manuel José dos Santos na junta de conciliação e julgamento da justiça do trabalho (TRT).

²⁷ As obras integravam o Programa de Recuperação das Áreas Atingidas pelas Enchentes da Região Nordeste, a cargo do Governo do Estado de Pernambuco, de acordo com o convênio n.º 016/79-3ª DRS, processo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento DNOS — 5ª Regional, DNOS n.º 4459/79, celebrado em 4 de julho de 1979 e encerrado por decurso de prazo em 11 de julho de 1993. Citado Por Fernando Antonio Santos de SOUZA, **O significado histórico da Vila Jorge Pimenta no Recife – PE: uma interpretação do ambiente construído habitado**, p. 74-5.

bairro de Campina do Barreto e Peixinhos – Recife/PE; particularmente, a ocupação denominada de “Cabo Gato”²⁸ (ver filme no DVD anexo), começa a ser tomada por uma população de migrante-pobres, originária da zona rural, em geral de municípios da Zona da Mata pernambucana, como: São Vicente Férrer, Nazaré da Mata, Vitória de Santo Antão entre outros; ou de outras aglomerações urbanas da Região Metropolitana do Recife (RMR), dando origem ocupação/favela de Cabo Gato.

Essas pessoas, em geral ao chegarem às áreas urbanas sem nenhuma qualificação profissional vão desempenhar atividades informais, entre elas as de lavadeiras e pescadores etc. irão se sentir atraídas pelo Rio Beberibe, não só o rio, que lhes propiciavam condições para exercer um trabalho, uma vez que nessa época, o Rio não era poluído e a pesca e a lavagem de roupa podiam ser realizadas²⁹.

Segundo o Sr. Ovídio, uma das lideranças de Cabo Gato, ou a principal liderança, disse ter recebido a notícia que a comunidade seria urbanizada; ou nas próprias palavras dele: “em 1978 chegou o pessoal da COHAB com a proposta de urbanizar Cabo Gato.” (LIMA, 1992, p. 28 – Anexo I, p. 15; CABRAL, 2004, p. 82). Como os moradores da comunidade já desenvolviam um trabalho de **organização comunitária**, decorrentes das enchentes que ocorriam todos os anos no inverno³⁰ levando as pessoas a terem que sair das suas casas (barracos) para ficarem em abrigos improvisados nas escolas, associações, igrejas etc., entretanto, isso, dialeticamente, favorecia a solidariedade entre os moradores (desabrigados). Essa organização teve um marco significativo que podemos constatar na fala do Sr. Ovídio (LIMA, 1992, p. 28 – Anexo I, p. 15; CABRAL, 2004, 79; ARAÚJO, et. al., 1993, p. 29-32 — Parêntese e aspas no original), quando diz:

(Este fato aconteceu entre 1976 e 1977). [...]. Teve uma cheia, levou a ponte, a gente aproveitou, mobilizou. Tive uma intenção boa, unir os dois

²⁸ Ver PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, **Cabo Gato – Peixinhos**. Recife: Conselho de Moradores, Dez/1979. A ênfase em Cabo Gato é pelo fato de ter sido o ponto aglutinador de todo o movimento de luta pela moradia que vai da origem a Comunidade Chão de Estrelas, além de ser a ocupação maior, tanto em extensão (9 ha), como em números de moradias, 406 famílias. A localização geográfica de Cabo Gato é no bairro dos Peixinhos, no Município de Olinda, na margem esquerda do Rio Beberibe: “limitado ao Norte pela Vila da COHAB; ao Sul, pelo Rio Beberibe; ao Oeste, pela Rua Cabo Gato e ao Leste, pela 2ª Travessa Condor, onde se encontra instalada uma Depuradora da COMPESA.” (PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, **Cabo Gato – Peixinhos**. 1979, p. 9). A rua que limita a favela com a Depuradora não é a 2ª Travessa do Condor, é a Av. Jardim Brasília, a referida rua é uma paralela antes da referida Avenida, onde se encontrava uma antiga serralaria, ainda em funcionamento.

²⁹ Nesta época existiam os famosos “banhos de rios”; em Campina do Barreto existiam o banho da portuguesa, hoje próximo da estação de tratamento de esgoto de Peixinhos (ETE-Peixinhos — COMPESA) e o banho de cabo-gato, próximo do terminal do ônibus do bairro, no final da Rua dos Craveiros, ambos no Rio Beberibe. Referentes aos banhos de Rios, ver Manoel Correia de ANDRADE, **RECIFE**: problema de uma metrópole de uma região subdesenvolvida.

³⁰ Lembramos que a nossa região corresponde ao litoral e que as chuvas são do tipo: *Chuvas de Outono-Inverno* — que ocorre em toda a porção Oriental do Nordeste, compreendendo a zona da Mata, desde o litoral do Rio Grande do Norte até ao norte da Bahia, sendo os meses de maiores precipitações: maio, junho e julho.

lados Campina do Barreto e de Cabo Gato, se mobilizou para construir a ponte nossa, a “ponte da amizade” para ninguém pagar e o Sr. Manoel da ponte – com os olhos deste tamanho: “Se vocês fizerem eu derrubo”. A gente foi para a prefeitura de Olinda, COHAB, aí a Empresa São Paulo disse: “se vocês fizerem a gente ajuda”. A gente se mexeu, conseguiu o material com a LBA e a alimentação. A gente tirou uma comissão e fizemos a “ponte da amizade” para ninguém pagar. [...]. Após a ponte, começou um trabalho com o Pe. (padre) João, de peixinhos, surgiu a escola, feirinha com gêneros alimentícios. Entrei no Encontro de Irmãos. (LIMA, 1992 — Anexo I, p. 15).³¹

Como as enchentes eram constantes³², a ponte (ver Foto 2) foi várias vezes arrastada pela força das águas e reconstruída, até que esgotadas as possibilidades de resolver o problema na localidade, a comissão articulou com as prefeituras das Cidades do Recife e Olinda, e conseguiu que ambas juntas construíssem uma ponte de alvenaria e concreto (ver Foto 3), a qual continua sendo utilizada até hoje³³. Ainda sobre a organização comunitária em Cabo Gato, segundo Maria José de LIMA (1992, p. 28) citado por Augusto Antonio Campelo CABRAL (2004, p. 80 — Destaque e aspas no original):

“O povo, contou com o apoio da Igreja católica, através do Padre de Peixinhos, do Movimento de Defesa dos favelados (MDF), da Ação Social da Igreja e de algumas lideranças do bairro que faziam parte do ‘Encontro de Irmãos’. As reuniões eram realizadas no espaço da Igreja, o único possível na época da repressão militar.”³⁴

³¹ Apesar de no Programa de Urbanização da Comunidade de Cabo Gato construído pelo Conselho de Moradores, com a coordenação técnica do Centro de Pesquisa e Ação Social e financiado pela Secretaria de Habitação de Pernambuco, citar na p. 13, que a construção da Ponte da Amizade, ter sido realizada em 1978, pela população de Cabo Gato, conversa com o Sr. Ovídio em 20.02.2010, o mesmo coloca que o desencontro das datas refere-se às várias reconstruções da ponte. (PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, 1979).

³² Ver Hernani Lobler CAMPOS, **Processo histórico de gestão na bacia hidrográfica do rio Beberibe (PE): uma retrospectiva**. p. 140. Quadro 7 Classificação em ordem cronológica das cheias em Recife e seu entorno

Cheias Catastróficas	1842 – 1854 – 1866 – 1869 – 1897 — 1924 – 1955 – 1966 – 1970 – 1975
Cheias Excepcionais	1884 – 1894 – 1899 — 1914 – 1920 – 1960 – 1974

Fonte: SUDENE (1975)

“A ACQUA-PLAN – Estudos Projetos e Consultoria realizou, no ano de 1975, um estudo retrospectivo das últimas enchentes nos rios Capibaribe e Beberibe, ocorridas a partir de 1960. Nos períodos de 14 a 16 de junho de 1966, 21 e 22 de julho de 1970, 17 e 18 de julho de 1975 as enchentes foram de responsabilidade exclusiva do Capibaribe, enquanto que naquelas de 13 a 15 de junho de 1965 e 11 a 12 de agosto de 1970, acentuadas por chuvas locais, sentiu-se, também, a influência da bacia do Beberibe (ACQUA-PLAN, 1975a). O agravamento do fenômeno das cheias periódicas dos rios Capibaribe e Beberibe estava diretamente ligado, também, ao tipo de urbanização crescente e desordenada das bacias, notadamente, a do Beberibe.”

³³ A Ponte de concreto liga a Rua dos Peixinhos, antiga Rua do Rio (no bairro de Campina do Barreto) com a Avenida Jardim Brasília (limites dos bairros de Peixinhos — Olinda com Peixinhos — Recife) ao lado da ETE-Peixinhos — Estação de Tratamento de Esgotos de Peixinhos, de responsabilidade da COMPESA (marco 15 – segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife), próxima da Comunidade Chão de Estrelas; mas distante de onde se localizava a primeira ponte da amizade, próxima da residência de Cabo Gato e do atual terminal do ônibus de Campina do Barreto.

³⁴ “Encontro de Irmãos” é um Movimento criado durante a Ditadura Militar, no mês de março de 1969, pelo então arcebispo do Recife e Olinda, Dom Helder Câmara, denominado: **MEEI – Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos**, ligado a corrente da Teologia da Libertação da Igreja Católica. Ver: **Jornal Voz das Comunidades**, Encontro de Irmãos, uma religião libertadora Dom Helder Câmara, um profeta dos pobres. Brasil, junho de 2008 – Ano 3 – n. 6. Religião, p. 6-7. Endereço eletrônico: jvc.ivj@gmail.com

Foto 02 — Construção da Primeira Ponte da Amizade



Fonte: Jornal: *O Chão de Estrelas*, junho, 1996. n. 00, p.4.

Foto 03 — Atual Ponte da Amizade³⁵



Fonte: Foto do autor, 1998.

Referente à construção da “ponte da amizade”, alguns pontos são importantes destacarmos: 1) o fato de que as mulheres grávidas tinham de pagar o dobro ao passar na ponte (nova modalidade de atividade informal), acarretando também uma nova modalidade de relações capitalistas em meio de uma população considerada excluída, em outras palavras, a existência de relação “capital/trabalho” no interior da comunidade (favela), sob uma população (a maioria) que já era explorada por um sistema que colocava à margem da sociedade, ou seja, “era pobre explorando pobres”; 2) a organização em defesa da ponte: a tática utilizada foi que o confronto com o senhor

³⁵ Visão do Rio Beberibe, local onde existia o Banho da Portuguesa, no fundo avista-se o muro da ETE-Peixinhos. A atual ponte fica distante da 1ª Ponte da Amizade, que se localiza próxima da casa de Cabo Gato e do terminal do ônibus de Campina do Barreto.

“Mané da Ponte” ou “Mané de Rita” como também era conhecido deveria se dá com as mulheres, que se revezavam vigiando-a; e 3) o saldo da diferença entre as Doações e as Despesas para Construção da Ponte da Amizade foi repassado para a mão-de-obra da escolinha da comunidade – “Escola Comunitária Nova Esperança” (LIMA, 1992 – Anexo I; CABRAL, 2004; ARAÚJO, et. al., 1993; JORNAL. O CHÃO DE ESTRELAS, 1996, n. 00, n. 01).

*** ORÇAMENTO**

Doações:

LBA	Cr\$ 42.434,00
DNOS	Cr\$ 15.000,00
Empresa Pedrosa	Cr\$ 5.000,00
Total de doações	Cr\$ 62.434,00

Despesas

Lima Parafusos	Cr\$ 1.044,00
Armazém São José pregos	Cr\$ 900,00
Madeiramento	Cr\$ 39.890,00
Total	Cr\$ 41.834,00

Pagamento de Mão-de-Obra	Cr\$ 10.000,00
Total de despesas	Cr\$ 51.834,00

Doações	Cr\$ 62.434,00
Despesas	Cr\$ 51.834,00

* Valores da época

** O saldo (Cr\$ 10.600,00) foi repassado para a mão-de-obra da Escolinha da Comunidade.

As consequências dessas lutas contribuíram para ampliação da compreensão da necessidade de se “buscar soluções para os problemas em conjunto” e de um espaço para as reuniões. Assim sendo, organizaram-se, contribuíram individualmente em cotas e compraram um “barraco”, onde passou a funcionar o “Conselho de Moradores de Cabo Gato”, entidade que assumiu a representação da Comunidade nas suas lutas; mesmo ainda, nesse momento, não estando juridicamente legalizado.

A primeira reivindicação sobre o comando do Conselho de Moradores foi resolver o problema da água; para isso, o referido Conselho após várias reuniões com os moradores encaminhou um abaixo-assinado a COMPESA, para instalação de um chafariz. Em seguida, realizaram uma campanha educacional na comunidade, com o tema: “Água suja mata: água limpa salva”, com o objetivo de conscientizar os moradores, sobre a importância da utilização da água tratada (CABRAL, 2004; ARAÚJO, et. al., 1993). Entretanto, para o convênio com a COMPESA fazia-se necessário o Conselho tornasse uma entidade jurídica; era necessária a publicação do estatuto no Diário Oficial do Estado e posterior registro em Cartório. Para obter recursos

para este fim; fizeram um sorteio na área e contaram com o apoio da Arquidiocese de Olinda e Recife, por meio da Ação Social (CABRAL, 2004; ARAÚJO, et. al., 1993, DUTRA, 1998).

Outras reivindicações foram abraçadas pelo conselho de moradores com apoio e mobilização da comunidade. Como à luta pela construção de uma escola comunitária que atendesse aos meninos do pré-escolar e aos foras de faixa, pois a que existia no barraco do conselho de moradores — *Escola Cabo Gato* — pelo evento da remoção para Chão de Estrelas foi demolida. Como podemos perceber na entrevista dada ao “Jornal O Chão de Estrelas”, edição julho de 1996 – Nº 1, pela educadora Sônia Almeida, uma das responsáveis pela construção da “Escola Comunitária Nova Esperança” em Cabo Gato:

Com o processo de renovação [remoção] para Chão de Estrelas a sede do Conselho de Moradores foi demolida, acabando com a escola que havia na área. Então os moradores começaram a reivindicar uma outra escola para a comunidade. Daí que fui convidada por Ovídio para fazer parte de uma escola em Cabo Gato. Na verdade o que se chamava escola era um terreno cheio de lama entre dois barracos. A comunidade se mobilizou em comissões que foram à LBA, prefeitura de Olinda e outros órgãos que pudessem ajudar a construir materialmente a escola. A prefeitura doou 30 caminhões de barro que foram tombados na cabeça por mulheres, crianças e alguns homens. Logo, a escola nasceu das doações e, principalmente, do esforço da comunidade.³⁶

Ao mesmo tempo em que se lutava pela nova escola, a comunidade recebe a notícia que seria urbanizada, como vimos. É quando segundo o Sr. Ovídio (LIMA, 1992 – Anexo I, p. 15-16):

Falaram com o Pe. Humberto, ele pegou duas pessoas da COHAB para fazer parte da comissão da beira do rio. A gente disse: não, tem que ser alguém da área, aí foi escolhido eu [Ovídio] e Maria Galega, fomos escolhidos para fazer parte da comissão da equipe para fazer parte junto a COHAB para urbanizar Cabo Gato e ficamos alegres: vamos melhorar nossos barracos.

Entretanto, “na proporção que foi aumentando o movimento, disseram que não era para urbanizar cabo gato e sim remoção do pessoal.” (LIMA, 1992, — Anexo I, p. 15).

Com esta fala do Sr. Ovídio, percebemos que a luta de reivindicação por uma moradia melhor não foi fácil, mas mostra-nos a importância da organização comunitária,

³⁶ Referente à escola Nova Esperança, hoje pertence à Prefeitura Municipal de Olinda, localizada na Avenida Jardim Brasília (limites entre Olinda e Recife), ao lado da ETE-Peixinhos no bairro dos Peixinhos, Olinda-PE. Ver o filme: **A nossa História é a História de Cabo Gato**. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Espia Vídeo, setembro de 1988.

e conseqüentemente, o valor de terem constituído um “Conselho de Moradores” para representá-los. Importância que se reforça (e se consolida) nos vários acontecimentos que foram se dando ao longo de todo o trajeto de luta até a remoção de quase todos os moradores. Dizemos quase todos, porque os moradores mais afastados das margens do Rio, na periferia destas margens, ainda hoje não foram removidos (refiro-me particularmente a Cabo Gato), como nos diz o Sr. Ovídio, em conversa com o autor no dia 20/02/2010:

Os maiores lutadores de Cabo Gato que faziam parte do conselho: Vaqueiro, Mariano, Alfredo e Luiz não foram removidos. Eles estavam após a linha de 15 metros das margens que ficaria do Rio³⁷. Ainda hoje existem moradores do tempo de Cabo Gato que está na última (3ª etapa) da obra do Rio pelo PAC, como dona Liquinha, do chafariz que ainda permanece na luta pela remoção.

Como podemos perceber até o momento, a luta não foi fácil e nem pouca. Mas vamos para mais alguns acontecimentos para melhor entendermos como se deu o movimento social reivindicatório em Cabo Gato, que deu origem à atual Comunidade Chão de Estrelas. Continua o Sr. Ovídio referindo-se a remoção (LIMA, 1992, — Anexo I, p. 16-19 — Aspas no original)³⁸:

E eu, questionava, como é que vai remover Cabo Gato, quando tem todo pessoal lá de baixo, de Cajueiro, do Rio Beberibe, aí disseram que era para alargar o rio. Foi quando a gente quis incluir o pessoal das outras áreas. [...] e disseram para mim: “Sr. Ovídio, a sua função não é juntar o pessoal, que eu cuidasse da minha área (disse a COHAB). Eu disse: como comunitário, tenho direito, como morador daqui sou diferente, o problema não é meu, é de todo pessoal que mora na beira do rio. Eu disse assim: Agora vamos criar o nosso Conselho de Moradores, ficava mais fácil de não ser engolido pelo Estado-Governo. [...]. A gente criou a Comissão e começou. [...]. Seu Walter e Braga, o braguinha bateu nas minhas costas e disse: “de hoje em diante a negociação é individual e não mais coletiva”. Mas ficou a equipe. O que ele fez (Braga, hoje tucano) chegou e perguntou se queria indenização, era 50, 10 pra cá e 10 para lá. Sr. Braga dizia – não vá pela cabeça do Sr. Ovídio que ele é comunista. Não vá pela cabeça de Dorinho que é ditadura. Queimava todo mundo. [...], chega Dirinha, chega duas meninas da diocese. Dr. Walter manda me chamar. Tem a COHAB que é estadual, o DNOS que é federal e a diocese manda chamar todo mundo. [...]. Saí da diocese, cheguei em casa, a área estava dividida – área 1, área 2, área 3 e área 4,

³⁷ Segundo Maria do Socorro Santos de Sousa ARAÚJO et. al. **Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo – uma experiência de organização comunitária na região metropolitana do Recife**, “o rio Beberibe, que nas imediações de Cabo Gato e áreas adjacentes tinha dez metros de largura, deveria ser alargado em vinte e cinco metros, pois com esta ampliação o DNOS resolveria os problemas das enchentes. Para efetivar estes trabalhos, teria que ser desapropriado o terreno situado nesta faixa, e a população residente deveria sair, liberando a área para a realização dos trabalhos.” p. 37.

³⁸ Obs. além da entrevista no anexo I, da monografia de Maria José de LIMA, **Movimentos populares: uma questão de cidadania**; há uma Xerox com a mesma entrevista, sendo completa com o Sr. Ovídio Ferreira de Paula (Primeiro Presidente do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas) e líder responsável pela remoção e o Sr. Roberto Arraes (agente externo). Entrevistas: dia 03 de maio de 1992 e 24 de maio de 1992.

para cada área, quero cinco pessoas de cada área para amanhã a 1 hora para ir à COHAB. Dava 20 pessoas. Quando cheguei em casa, tinha tanta gente, tanta gente. [...]. Dr. Walter viu o peso da gente, o Sr. Ovídio quero que o Sr. organize a saída do pessoal. Aparece a segunda verba para a construção das casas. A primeira verba tinha chegado para a COHAB. A construção das casas estava lenta e o conflito se dava na área para apressar a construção e transferir o pessoal. [...]. No outro dia, Dr. Walter disse ao jornal que Cabo Gato não ia ser removido. O DNOS tirou a empreiteira e começou a autoconstrução. Em 1979 começou a construção e a primeira entrega foi em 12 de março de 1981.

Além das várias reuniões de negociação houve necessidade de outras táticas de luta, como aponta ainda o Sr. Ovídio (LIMA, 1992, — Anexo 1, p. 19 — Aspas no original):

Em Cajueiro, as casas que tinham o quintal maior com bananeira, coqueiro, o DNOS queira passar o trator. A gente reuniu em Assembleia para resistir, chamou o pessoal de Brasília Teimosa e Morro da Conceição, Cajueiro, Justiça e Paz, Ação social da Diocese. Chegou o trator, a rádio Capibaribe³⁹ — ligada ao Governo do Estado, J. Menezes anunciou: “amanhã, a polícia vai prender Ovídio, Olga, Luiz Hermínio e Imará”. O chofer do trator não passou e perdeu o emprego. Quando o trator saiu, foi feita uma procissão com uma cruz, de Cajueiro a Cabo Gato, parando e refletindo.

Foi necessário muitas vezes os moradores responder as investidas do governo pondo em risco a própria vida; fazendo um bloco humano com homens, mulheres e até crianças, em defesa de seus barracos, já que era o único bem material básico que possuíam à suas sobrevivências. Outra tática para forçar o governo a tomar decisões mais próximas das reivindicações dos moradores foi à realização de uma passeata em 1980, que saiu do Conselho de Moradores de Cabo Gato indo até o Palácio do Governo (Campo das Princesas – Recife), como conta dona Maria Galega: “aí fizemos uma passeata com 230 mulheres e 3 homens, com as panelas na mão, vassouras velhas e crianças.” (ARAÚJO, et. al., 1993, p. 39). E continua dona Maria Galega (ARAÚJO, et. al., 1993, p. 39):

Pra gente sair nessa passeata, a gente lutou muito, por mais de dois meses, não foi dizer assim que anunciou a passeata e saísse com ela não. Porque um se organizava, outro se organizava, um dizia: Eu não vou, porque eu tenho medo, eu não vou porque eu vou trabalhar [...] pra poder a gente fazer essa passeata foi embora dois meses, mas saímos.

Para divulgação das informações do que estava acontecendo e a troca de ideias com a Comunidade de Cabo Gato, houve reuniões estimulando as discussões generalizadas, mais principalmente, “foi criado para esse fim um jornal denominado

³⁹ A **RÁDIO CAPIBARIBE – Jovem Cap** (AM), Rua: Coronel Urbano Ribeiro de Sena, 956 Cajueiro Recife-PE CEP 52221-000. Data da Fundação: 25/12/60 (PERNAMBUCO, 2004a, p. 99).

“UNIÃO DO BEIRA RIO”, e nele, uma personagem figurativa, o “SIRI”, se constituiu no elemento ativo e constante das comunicações.” (PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, 1979, p. 18). Além do jornal, com intenção de estimular os debates, também foi reativado um grupo de teatro formado com pessoas da comunidade, denominado “TEATRO DA AMIZADE”, onde representou uma peça que resgatava a história da formação de Cabo Gato e evidenciava os problemas que permaneciam ao longo do tempo sem solução (PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, 1979, p. 20).

Entretanto, as táticas utilizadas pelos moradores e a “Comissão Pró-Remoção” não foram suficientes para manterem a unidade anterior à remoção na nova área. A pressão dos órgãos do governo sobre os moradores e as lideranças da beira rio, particularmente, da Comunidade de Cabo Gato, só diminuiu quando da assinatura de um convênio entre o Ministério do Interior via DNOS e o governo do Estado de Pernambuco, através de suas Secretarias de Habitação (SH) e de Saneamento e Obras (SSO). Esse convênio tinha como objetivo a execução de um programa de habitação para construção de moradias populares, a fim de remover as famílias residentes nas margens do Rio Beberibe, nos municípios do Recife e Olinda. Cabendo agora, as lideranças passarem a ajudar o DNOS e a COHAB no cadastramento das famílias.

Os vários exemplos de táticas destacadas que foram utilizadas pelos moradores e a “Comissão Pró-Remoção”⁴⁰ em Cabo Gato na luta em prol da moradia, não se esgotam aqui; mas acreditamos serem suficiente para mostrar a relevância desse movimento de reivindicação popular de bairro (no caso aqui das ocupações as margens do Rio Beberibe), ligado a nossa pesquisa.

Agora iremos nos determos um pouco mais em alguns acontecimentos na nova Área. Segundo Sr. Ovídio (LIMA, 1992 — Anexo I, p. 1 — Grifo nosso):

Depois de um ano [na nova localidade] foi criada a sopa comunitária⁴¹. A gente criou a sopa prá poder ter contato com o povo e essa sopa a gente criou depois de uma assembleia, o que o povo pensava e o que o povo queria e saíram dois problemas principais. Um é a questão do ônibus de Campina do Barreto porque tinha muitos moradores como hoje ainda tem que trabalhavam em Olinda e outro é a questão do desemprego e da fome e criou-se a comissão da fome com a proposta da sopa comunitária. A nossa preocupação era essa: criar a sopa não para a gente simplesmente dar

⁴⁰ Para Maria do Socorro Santos de Sousa ARAÚJO et al. **Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo** – uma experiência de organização comunitária na região metropolitana do Recife, “Para acelerar o processo de remoção, bem como assegurar que todas as localidades estivessem representadas perante os órgãos públicos, os moradores constituíram uma comissão, denominada COMISSÃO PRÓ-REMOÇÃO, composta por trinta membros, sendo escolhidos 5 representantes de cada área, através de eleição em suas respectivas localidades: Ponte Preta, Depuradora, Cabo Gato, Portão do Gelo, Cajueiro e Antártica.” O objetivo da “comissão era avaliar mensalmente o movimento, como também tomar decisão de interesses comuns.” p. 43.

⁴¹ Ver o filme: **O Pão Nosso de Cada Dia**. Recife: Realização TV VIVA, s/d. (Duração: 00h15min:15). DVD-ROM.

comer, porque a gente não queria ser pai e mãe da comunidade, queria ser organizador da comunidade [...], a gente chamava para conversar e decidir problemas, aí começou a questão da escolinha surgiu do grupo da sopa, surgiu a questão do grupo de saúde, também da sopa, surgiu a questão também de reivindicar o resto do pessoal que ainda estava em Cabo Gato-Ponte Preta, a reivindicar a construção da creche, a entrega dos prédios a comissão de Chão de Estrelas, que era Comissão de Chão de Estrelas que dava o nome.

Para o Sr. Ovídio, a intenção dos moradores e das lideranças do movimento Pró-Remoção era ao chegar o último morador vindo da beira do Rio à Comunidade Chão de Estrelas, darem continuidade a luta criando a nossa própria organização. Entretanto, ao chegar à nova localidade encontram o imóvel que tinha sido escolhido e construído para a organização dos moradores de Chão de Estrelas (ARAÚJO, et. al., 1993)⁴² ocupado pela Associação de Moradores do bairro — *Associação de Moradores da Campina do Barreto* —, que foi criada em 1981 (LIMA, 1992, p. 51; CABRAL, 2004, p. 96) pela interferência direta do Estado, através de suas instituições na comunidade: o DNOS e a COHAB, com pessoas que nunca participaram da luta pela remoção. Para o morador Armando Negromonte (Entrevista, n. 07, 21/04/2010), antes de existirem as casas a área era o Sítio de Badé (Sítio Santa Terezinha), não existia aqui associação, o que havia era um Senhor chamado João Manoel (já falecido), que morava na Rua Gerinaldo Alves e apresentava-se como representante local, sempre estava com uma grande quantidade de papéis tentando organizar uma associação para o bairro, e as reuniões organizadas por ele (seu Manoel) eram realizadas na liga de dominó que fica na Rua dos Craveiros, esquina com a Rua Santa Lúcia, próximo da barbearia de Moacyr. Disse também, que seu Manoel estava sempre com políticos.

Já para o líder comunitário Sr. Ovídio (Entrevista, n. 07, 21/04/2010), tudo tinha sido organizado pelo vereador Aristófene de Andrade; ele (o vereador) preparou um grupo de moradores para representar a associação e, que o responsável era o Sr. João Manoel, por que Campina do Barreto era maior e dava mais voto. “Assim, a primeira Associação dos Moradores, iniciou com uma diretoria composta por pessoas que estavam envolvidas politicamente com outros interesses que interferiram negativamente naquela organização.” (ARAÚJO, et. al., 1993, p. 51). Hoje (12/2012) a Associação dos

⁴² Para Patrícia Angélica DUTRA, **Trajetórias de criação do momulengo do Prof. Benedito em Chão de Estrelas** – ato, ritual, arte e cultura popular, seria “no prédio que era destinado à Escola Nova Esperança”, p. 64. Optamos pela posição de M^º do Socorro S. de Souza ARAÚJO, et. al. **Chão de estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo – uma experiência de organização comunitária na Região Metropolitana do Recife**, após conversa com um dos líderes, o Sr. Ovídio Ferreira de Paula, que colocou a existência de além do prédio se destinar para a organização (associação) dos moradores, também ficariam algumas salas de aulas até ter um prédio próprio para a Escola, como ocorreu posteriormente.

Moradores da Campina do Barreto encontra-se no mesmo imóvel, sendo agora reconhecida como sede própria.

As táticas utilizadas pelas lideranças para evitar a desarticulação “natural” e “imposta” pela poder Público para desmobilização e controle social sobre o movimento de organização comunitária decorrente da remoção, foi a criação da “sopa comunitária”⁴³ em 1983, com o objetivo de não só, minimizar a fome, mais principalmente, para reorganizar a comunidade. Os organizadores conseguiram manter a distribuição da sopa por um período de dois anos e seis meses.

Com a experiência vivenciada no Conselho de Moradores de Cabo Gato e os problemas com a Associação dos Moradores de Campina do Barreto, aliado à necessidade de encaminhar a luta reivindicando soluções para os problemas ainda existentes na comunidade, levou a Comissão de Chão de Estrelas, em 28 de julho de 1985, a registrar o Estatuto da Entidade com o nome de “*Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas.*” (DIÁRIO OFICIAL - PE, 1985, p. 14), com o objetivo de ser “um organismo do povo, que pudesse não só reivindicar, mas organizar a população” (LIMA, 1992 — Anexo I, p. 2). Com esta entidade, segundo Maria do Socorro Santos de Sousa ARAÚJO, et. al. (1993, p. 56), foi estabelecida uma “nova correlação de forças em Chão de Estrelas, agora legalmente representada, pelo Centro de Organização Comunitária.”

Com a mudança no cenário político do Brasil, a partir de 1985, e em particular no Estado de Pernambuco, através da redemocratização com eleições diretas, tanto para o governo Estadual como Municipal (em 1985/1986, respectivamente), candidatos eleitos pelo voto direto, implantam programas que priorizam a participação popular. É nesse contexto, que as lideranças da Comunidade Chão de Estrelas reivindicaram e recuperaram os dois imóveis onde funcionava a associação de Moradores de Campina do Barreto, passando a estabelecer o Centro de Organização Comunitária (hoje com sede própria), o Posto Médico (que desde 1987 está em pleno funcionamento) e a Delegacia do bairro (essa desativada)⁴⁴, fortalecendo as lideranças (CABRAL, 2004; DUTRA, 1998, p. 64; 1992; ARAÚJO, et. al., 1993; URB-RECIFE, 1993, p. 13).

⁴³ M^a do Socorro S. de Souza ARAÚJO, et. al. **Chão de Estrelas**: o brilho das histórias de luta de um povo – uma experiência de organização comunitária na região metropolitana do Recife, vai denominar de “*Sopa comunitária: a fome mata sem sangrar*”, p. 51. Ainda sobre a sopa, além de ARAÚJO et. al. (1993), ver Maria José de LIMA (1992 — Anexo 1) e o filme: **O pão nosso de cada dia**. Realização TV VIVA, s/d. lembramos que as primeiras casas entregues foram no mês de novembro de 1981, mas as lideranças que irão organizar a sopa foram os últimos a serem removidos, já no ano de 1982.

⁴⁴ Segundo o Sr. Ovídio, a Delegacia de Água Fria se transferiu para uma sala no prédio onde fica a Associação dos Moradores da Campina do Barreto, temporariamente, pois o prédio que fica no bairro do mesmo nome estava em reforma.

Ainda sobre a organização comunitária em Chão de Estrelas destaca-se nesse período: o Movimento Cultural Desperta Povo. Este surgiu por meio do Grupo de Memória e Ação, através do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas, na gestão do seu primeiro presidente, Sr. Ovídio, em 26 de setembro de 1988, com o objetivo de resgatar a História do Povo de Cabo Gato, junto ao Grupo Memória de Cabo Gato e de Chão de Estrelas. Além desses objetivos existiam outros, como:

Reunir todas as pessoas que lutam, trabalham e cultivam os valores culturais na área metropolitana do Recife, a fim de resgatar as suas raízes e preservá-las em oficinas culturais com crianças, jovens e adultos;

Apoiar todas as iniciativas reivindicatórias que objetivam a defesa dos direitos de cidadania e visam o bem-estar social, econômico e cultural da humanidade;

Estimular, apoiar e desenvolver atividades culturais, educacionais e esportivas, como também artesanais e produtivas, cujos frutos revertam para os trabalhos culturais e sociais da comunidade. (SILVA, et. al., 1994, p. 57)⁴⁵.

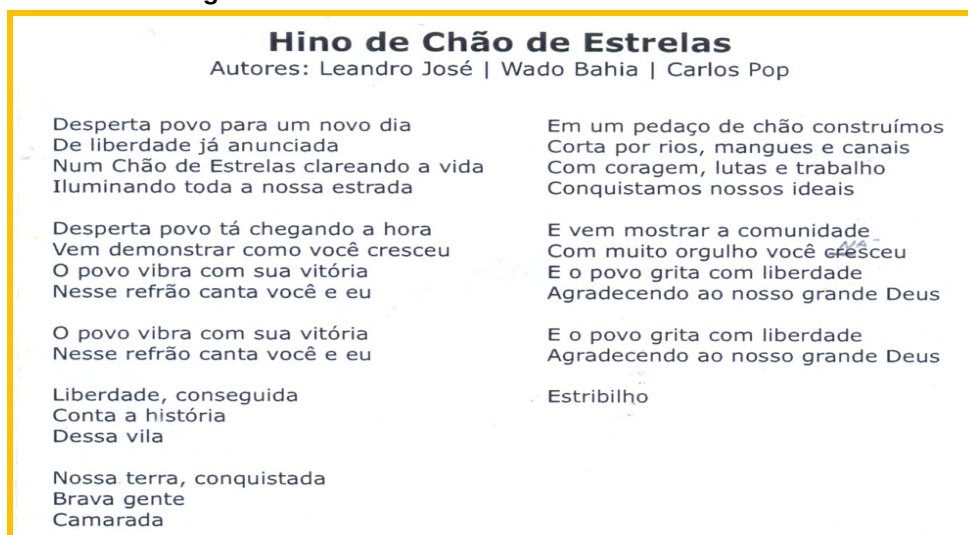
O Movimento Cultural Desperta Povo, hoje se encontra em pleno funcionamento e suas atividades estão voltadas para os problemas socioambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe, preocupado com a formação de agentes multiplicadores em Educação Ambiental e Agenda 21, particularmente com a problemática da água e com o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade. Com esta preocupação foi realizado no dia 12 de março de 2011, um grande seminário em comemoração aos trinta anos de existência da Comunidade Chão de Estrelas, no qual se realizou a abertura do “Ano do Desenvolvimento Sustentável de Chão de Estrelas”, logo após foi cantado o “Hino Nacional” e o “Hino de Chão de Estrelas” (ver Figura 2), a tarde foi apresentada a “Bandeira” da Comunidade confeccionada pelos alunos da Escola São Judas Tadeu da rede pública estadual de ensino de Pernambuco, localizada na comunidade, e em seguida houve o lançamento do “livro” sobre a história da formação da comunidade, com o título: **“O Direito de Morar, o Direito de Viver do Cabo Gato à Chão de Estrelas: a história de luta de um povo pela conquista da moradia”**, escrito pelo referido autor desta tese e por Janusy Mara de Alencar Almeida e Ovídio Ferreira de Paula (ver Figura 3).

Os últimos grandes momentos de mobilização de luta reivindicatória por moradia em Chão de Estrelas deu-se quando da integração das quatro comunidades vizinhas:

⁴⁵ Segundo Cláudia Barbosa da SILVA, **Proposta ideológicas da relação homem/meio ambiente na Comunidade Chão de estrelas**, foi os “Seminários, encontros, shows e oficinas contribuíram para o surgimento do movimento com a participação de quatro grupos integrantes: Grupo Reizado (sic), Grupo Bumba-Meu-Boi, Grupo Oficina de Circo e o grupo Oficina de Mamulengo. Num total de onze fundadores.” p. 57.

Saramandaia, Canal do Campo Grande, Canal do Arruda e Riacho Jacarezinho; que constituíram os atuais conjuntos habitacionais: *Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema* (1986), também conhecido como *Vila Jorge Pimenta* (SOUZA, 2000), e o *Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula* (1988).

Figura 2 — Hino da Comunidade Chão de Estrelas⁴⁶



Fonte: Desperta Povo: MUR – Nordeste, 2005 (verso da capa do CD-ROM).

Dessas lutas, a que será encampada pela direção do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas foi a da Comunidade do Riacho Jacarezinho, como nos descreve o Sr. Ovídio (LIMA, 1992, p. 34 e Anexo 1, p. 5):

Houve a invasão de Ponte Preta com os moradores da área ribeirinha (Riacho Jacarezinho) a gente foi intervir, e eu sofri muito, era pobre invadindo casa de pobre. Me impressionei de um modo que, nem o que invadiu saísse sem casa, nem que tinha ficasse sem ela, também foi o momento mais rico que vivi nesse tipo de organização.

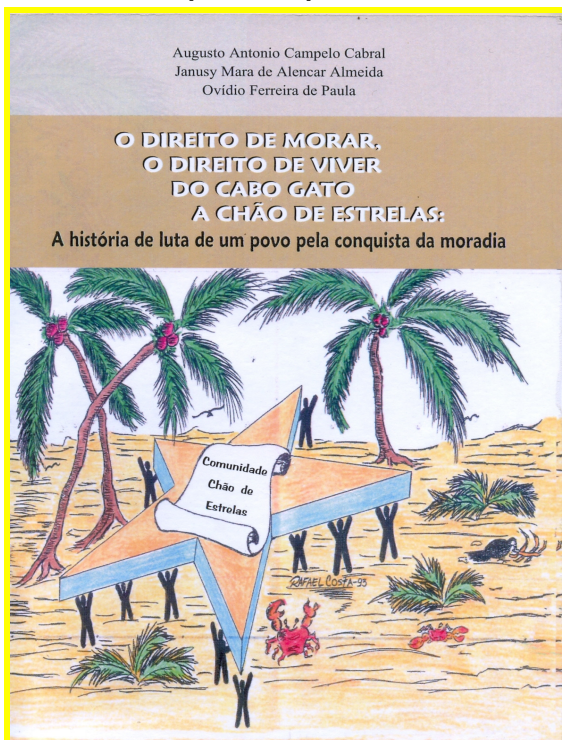
Em outras palavras, eram pobres-favelados invadindo casas para outros pobres-favelados. A fala relata que na ocasião das obras de construção da Via “Semi-Radial Norte” e “Macrodrenagem” no Canal do Arruda, alguns moradores da ocupação do Riacho Jacarezinho (hoje, Canal do Jacarezinho), por não terem sido removidos com os moradores que formaram o Conjunto Senador Aderbal Jurema, pois a mesma se encontra afastada da área que sofreu intervenção, além da expulsão desses moradores do canal pela prefeitura (como veremos no capítulo III), resolveram invadir as casas que

⁴⁶ **Ficha Técnica – Cantor:** Wado Bahia / **Vocal:** Carlos Pop e Leandro Moreno / **Arranjos:** Wado Bahia e Zé Valdo / **Compositores:** Wado Bahia, Carlos Pop e Leandro Moreno / **Teclado:** Zé Valdo / **Produção:** Wado Bahia e Carlos Pop / **Fotografia:** Martijn Koster (Wageningen Universidade) / **Apoio:** CREA-PE. Fonte: **Verso da Capa do CD:** Desperta Povo: MUR – Nordeste, 2005 (CD-ROM).

estavam sendo construídas próximas da padaria comunitária que se destinavam aos ocupantes da favela da Ponte Preta (URB-RECIFE, 1993, p. 7)⁴⁷. Para resolver o problema de forma que ninguém saísse sem moradia, Sr. Ovídio formou uma comissão com representantes de ambos os lados (dos invasores e dos invadidos) e foram negociar uma solução com os órgãos públicos responsáveis pela obra, o resultado foi a construção do Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula, para os dois grupos (LIMA, 1992), como percebemos na fala do presidente do centro de organização (LIMA, 1992, — Anexo 1, p. 5 — Aspas no original):

Juntava uma comissão dos invadidos que era Célia e outra e com duas comissões fomos para a Prefeitura, fomos para SUDENE e conseguiu dividir. [...], a COHAB falou: “... a gente vai dar aquele terreno e acabou.” [...]. A COHAB deu o material, o pagamento das pessoas também para construíram suas próprias casas e até botaram meu nome: Ovídio Ferreira de Paula (sic).

Figura 3 — Capa do livro: O Direito de Morar, o Direito de Viver do Cabo Gato à Chão de Estrelas: a história de luta de um povo pela conquista da moradia



Fonte: CABRAL; ALMEIDA; PAULA, 2011.

⁴⁷ Para Maria José de LIMA, **Movimentos populares**: uma questão de cidadania; ocorreu o contrário, algumas famílias de Ponte Preta que não foram removidas para o Conjunto Senador Aderbal Jurema, invadiram as casas que se destinavam as famílias do Riacho do Jacarezinho. p. 34. Optamos pela posição da URB-Recife, pois confirmamos o fato ocorrido com o Sr. Ovídio presidente do centro de organização comunitária na época do ocorrido.

Este conjunto teve a construção das casas iniciadas em dezoito de setembro de 1988, sendo entregues em nove de março de 1989. (URB-RECIFE, 1993, p. 7). Já o Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema vai surgir como consequência da intervenção das obras de macrodrenagem no Canal do Arruda e da construção da Via “Semi-Radial Norte”, que prejudicou várias casas e barracos, rachando-os, desencadeando

junto às comunidades envolvidas um processo de mobilização popular para a negociação da remoção e reassentamento dos barracos prejudicados, e junto à prefeitura, um processo de articulação institucional e de planejamento com vistas à implementação de um programa habitacional para atendimento das famílias envolvidas.

As negociações se estabeleceram entre o DNOS e a prefeitura através da empresa Obras Recife e entre esta última e as lideranças comunitárias da comunidade de Saramandaia e as associações de moradores do Canal do Arruda e Canal de Campo Grande. Dessa forma, teve início um processo de discussão popular e negociação entre a prefeitura e a população envolvida para encaminhamento da remoção e reassentamento das famílias. (SOUZA, 2000, p. 76).

Segundo Maria José de LIMA (1992, p. 33), “as casas foram construídas em 1987. Em fins do mesmo ano e início de 1988 as casa foram entregues aos moradores [...]”, em um espaço ainda existente na Comunidade de Chão de Estrelas.

Como analisados nos exemplos acima, as experiências adquiridas nas lutas por melhores condições de vida em Cabo Gato ou na Nova Área não foram suficientes para manter o movimento de organização. As mudanças de estratégias⁴⁸ por parte do poder público (Estado e políticos e seus aliados) ao longo do tempo levou aos procedimentos adotados pelos moradores a não serem mais suficientes para manter a união do grupo, pois ao longo dos anos “os de cima” vão percebendo que não é necessário manter aquela relação de choque que vinha se dando, **e sim**, agora por conhecer melhor a situação de vida dessas pessoas e seus líderes, mais particularmente, a situação de (des)emprego e renda, fome etc., mudam as estratégias, e passam a cooptar os líderes (talvez todos?) para serem seus representantes locais e cabos eleitorais nos períodos de eleições (dando-lhes alguns empregos ou outro tipo de ajuda); além de usar o discurso da “participação e parceria”⁴⁹ levando a essas entidades/lideranças a não mais se entenderem, quebrando a articulação que existia, contribuindo para atualmente as

⁴⁸ Lembramos que estamos utilizando os conceitos aqui segundo a definição dada por Michel de CERTEAU. As **Estratégias** são pontos de ações; é organizada pelo postulado de um poder, e visa o controle. Já as **Táticas** são procedimentos; é determinada pela ausência de poder; é a arte, a astúcia do fraco. Empregaremos léxicos: Estratégias para representar os procedimentos dos de Cima, e Táticas para representar as astúcias do de Baixo. Ver Michel de CERTEAU, **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer, ver capítulo I, e Claude RAFFESTIN, **Por uma geografia do poder**.

⁴⁹ Ver a esse respeito: Maria da Glória GOHN, **Conselhos gestores e participação política**.

ações se darem isoladas, individualmente. Isto mostra a interferência (o controle social) pelo/do Estado e seus representantes, desde o início do movimento de luta pela conquista da moradia, com a intenção de procurar excluir e/ou neutralizar os representantes dos habitantes locais.

Todos os exemplos elencados acima se referem a uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano, são, portanto, em sua maioria movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatórios, ou como nos diz a geógrafa Ana Fani Alessandri CARLOS (1999, p. 89), “os movimentos sociais ou reivindicatórios surgem como produto da união entre indivíduos, a partir da descoberta de um cotidiano com pontos comuns, em que dimensão do social se impõe para mudá-lo: é o exercício da cidadania.” A seguir iremos analisar a produção do espaço local realizadas pelos pobres-favelados e seus representantes.

2.4 OS POBRES-FAVELADOS: FAVELA, POBREZA OU EXCLUSÃO DA CIDADANIA?

Neste subcapítulo passaremos analisar a produção do espaço urbano local a partir das ações cotidianas dos moradores pobres e favelados, propriamente ditos. Diferencia-se do subitem anterior (2.3.1), pois o foco daquele era mostrar às táticas de lutas pela conquista da moradia (através de movimento de caráter reivindicatório não institucionalizado), e neste será a produção do espaço através das ocupações (ações cotidianas) nas áreas abandonadas (margens dos: rio e canais) existentes na localidade em estudo. Mas, primeiramente, necessitamos esclarecer: o que é ser pobre-favelado? Pobres-favelados são marginais? Ou pobres-favelados são cidadãos?

Estas categorias vêm atreladas as outras, como “ocupação”, “invasão”, “marginalidade” etc. e defini-las levariam a necessidade de tempo e de um capítulo exclusivo, diante da complexidade e da diversidade de posições existentes⁵⁰. Tais categorias se apresentam quase que uma questão semântica, entretanto, esta discussão foge aos objetivos desse trabalho. Mas, procuraremos deixar claro, mesmo em linhas gerais algumas definições e nossa posição.

O entendimento do fenômeno da “pobreza” tem se apresentado a quase todos os pesquisadores, independente de corrente teórica e ideológica, como sendo visto sinônimo de “marginalidade” (SANTOS, 1978), e este tendo a “participação popular”

⁵⁰ Ver artigo de Marcelo Lopes de SOUZA; e Eduardo Tomazine TEIXEIRA, **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto**. p. 29-66.

intimamente associada (GOHN, 1985)⁵¹. Conceitos que foram utilizados na América Latina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando do processo de urbanização/industrialização causador das migrações internas, nos quais os migrantes passaram a localizarem-se nas periferias e áreas decadentes das grandes cidades, dando origem as “favelas”, aos “mocambos”, as “vilas miséria”, as “cidades informais” e outras denominações que esses núcleos passaram a ter (LIMA, 1983; ABRAMO, 2003), particularmente no Brasil.

Em um primeiro momento, a “marginalidade” foi abordada em termos da precariedade habitacional a que estavam sujeitos estes grupos sociais, reduzindo-se a uma problemática físico-ecológica (morar nas favelas e cortiços). Posteriormente, acrescentando a essa característica as socioeconômicas e culturais dos contingentes que viviam nestas áreas (KOWARICK, 1981; LIMA, 1983). “Do habitat passa-se para a maneira de viver e para uma situação de vida. Baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia, falta de participação social foram, entre muitos outros traços, associados a estes grupos.” (KOWARICK, 1981, p. 14).

Lúcio KOWARICK (1981) apontar a existência de dois erros nessas acepções: a população das favelas são semelhantes ou idênticas aos demais grupos pobres existentes nos cenários urbanos (moradores de cortiços, em baixo de pontes etc.), tanto em estilo de vida, como de renda e de ocupação. Para ele (KOWARICK, 1981, p. 15 — Aspa no original), “Isto significa que a favela — ou outro tipo de ‘área marginal’ — apresenta uma complexidade de situações tanto econômicas como processos e estruturas existentes no conjunto da sociedade inclusiva.”

Entretanto, há autor para o qual marginalidade social se diferencia do conceito de pobreza, apesar de ambos os conceitos estarem frequentemente ligados. Porém, a pobreza é um conceito mais abrangente que o de marginalidade social, com algumas exceções, “os marginalizados são pobres; porém nem todos os pobres incluem-se na condição de marginalidade. Os marginalizados estão fora da sociedade, que os exclui, enquanto que aos pobres cabe a possibilidade de ocupar os níveis mais inferiores da estrutura social.” (ALFONSO, 1979, p. 33 — Grifo nosso). E continua o autor: “a

⁵¹ As concepções de “marginalidade e participação” fundamentam-se na “teoria da modernização” que se baseiam numa interpretação estrutural funcionalista da realidade; como também na interpretação histórico-estruturalista da realidade, expressada através da teoria da dependência. Ver a esse respeito: Lúcio KOWARICK, **Capitalismo e marginalidade na América Latina**; Sandra Amêndola Barbosa LIMA, **Participação social no cotidiano**; Maria da Glória Marcondes GOHN, **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**; Milton SANTOS, **Pobreza urbana**; Safira Bezerra AMMANN, **Participação social**.

marginalidade, sob o ponto de vista da carência, supõe um maior grau de rigidez que a pobreza: é mais um critério de exclusão social do que econômico.” (Ibidem, 1979).

Clarificado o que seja marginalidade, vamos tentar compreender melhor o conceito de “favela”. Ainda Lúcio KOWARICK em seu livro: **A espoliação urbana**, p. 76, citando Lícia do Prado VALLADARES (1978, p. 31), descreve que:

As favelas permaneceram por muito tempo ao abrigo de qualquer especulação posto que os terrenos por elas ocupados, de propriedade de órgãos públicos ou de particulares, encontravam-se em condições topográficas de difícil exploração, ocorrendo geralmente em encostas de morros ou em terrenos alagadiços, sem contar aqueles de propriedade contestada ou desconhecida.

E chamando a atenção de fatores históricos relata que no Rio de Janeiro, os “soldados que voltaram à cidade no final do século passado [século XIX], após a Guerra de Canudos, e que não tinham onde morar foi-lhes permitido construir barracos em terrenos sem valor de mercado, como uma recompensa aos serviços prestados à Pátria⁵².” (KOWARICK, 1978, p. 31).

Utilizando o léxico “zonas marginais”, Juan Maestro ALFONSO (1979, p. 40-41 — Destaque no original) vai definir favelas, não só as zonas de degradação da cidade, os subúrbios, produtos do processo de industrialização; mas também,

os conjuntos de submoradias em zonas marginais da cidade onde a determinadas condições de vida muito piores do que as dos outros lugares acrescenta-se o desenraizamento e o total abandono de seus habitantes, na sua maioria integrantes da categoria social definida como <marginalizados>.

Contudo, como vimos, a favela não é só o espaço físico de topografia desfavorável à ocupação humana; mas, são principalmente, resultados das desigualdades sociais, econômicas e ambientais decorrentes da divisão social do trabalho (de classes) que imperam em nossa sociedade, não só nela, mas na história da humanidade. David HARVEY (1980, p. 64-5) nos ajuda a entender melhor esta posição, quando tentando demonstrar o relacionamento existente entre a redistribuição da renda real e as decisões políticas, nas perspectivas da equidade ou de justa redistribuição de renda em um sistema urbano, aponta que existem mecanismos ocultos da redistribuição que tende a beneficiar o rico e a enfraquecer o pobre; e, citando I. D. SHERRARD

⁵² Lúcio KOWARICK em seu livro: **A espoliação urbana**, p. 76, cita na nota de rodapé, n. 3, que a designação do vocábulo “favela” parece ter aí a sua origem: e Canudos havia uma encosta chamada de Morro da Favela, que, por sua vez, é uma planta típica das caatingas baianas. Contudo, o dicionário ilustrado da língua portuguesa do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas aponta para o fato que o nome ‘favela’ advém de um dos morros do Rio de Janeiro.”

(HARVEY, 1968, p. 10 – Grifo nosso), nos diz que favela é o abrigo coletivo dos vencidos, aqui entendido como dos pobres⁵³:

A favela é o abrigo coletivo dos vencidos, e no esforço competitivo pelos bens urbanos as áreas faveladas são também as vencidas em termos de escolas, negócios, lojas de quinquilharias, ruas iluminadas, livrarias, serviços sociais além de tudo o que é comumente útil, e sempre com pouca oferta. A favela, então, é uma área onde a população carece de recursos para competir com sucesso, e onde coletivamente há necessidade de controle sobre os canais através dos quais tais recursos são distribuídos ou mantidos. Isto pode sugerir algumas novas abordagens ao planejamento metropolitano — reconhecendo-se a necessidade de redistribuição de poder, de acesso mais amplo a recursos e de expansão da escolha individual àqueles que têm sido consistentemente deixados à margem. (HARVEY, 1980, p. 64-65 apud. SHERRARD, 1968, p. 10 — Grifo nosso).

Como assistimos nas programações das TVs e visualizamos nas paisagens das cidades, as favelas também são um conjunto de objetos e de ações (SANTOS, 1997) de necessidades materiais e não materiais inerentes aos seus habitantes. Entretanto, Marcelo Lopes de SOUZA (2003, p. 173 — Itálico e aspas no original, grifo nosso), nos esclarece de maneira mais didática e atual esse conceito:

As favelas apresentam várias características, mas nenhuma delas parece ser tão específica quanto o seu *status* jurídico ilegal, na qualidade de ocupante de terras públicas ou privadas pertencentes a terceiros. A pobreza de sua população é, sem dúvida, uma característica distintiva muito comum, mas o nível de pobreza é bastante variável não só entre favelas (uma favela recente de periferia tende a ser mais pobre, na média, que uma favela antiga e consolidada, localizada próxima a bairros privilegiados), mas também no interior de favelas grandes e consolidadas, especialmente quando situadas em áreas valorizadas. A carência de infraestrutura, assim como a pobreza, é, igualmente, uma característica muito comum, mas, não menos que a pobreza, variável. A esses critérios se poderiam acrescentar a malha viária totalmente irregular e mais alguns outros. O leitor pode estar se perguntando: “mas, e se o Estado dotar uma favela de infraestrutura e promover a sua regularização fundiária? O espaço continuará a ser favela?”. Em princípio, não; no entanto, como a força de inércia dos preconceitos é muito grande, é provável que, no imaginário coletivo da população privilegiada, as concentrações de pessoas pobres que continuariam a ser esses espaços, provavelmente continuariam recebendo algum tratamento discriminatório no cotidiano. Daí a importância de se enfrentarem, complementarmente à dotação de infraestrutura e à regularização fundiária, o problema da pobreza e, também, o desafio representado pelos elementos racistas e estigmatizantes presentes no imaginário e associados às imagens de certos lugares.

Esta descrição de Souza aponta que as injustiças com os moradores pobres das favelas, não são só materiais, são também simbólicas, não materiais; e o mais grave, é

⁵³ O verbete “pobre” é visto aqui como sinônimos de “camadas populares, classes populares urbanas, ‘pobres’ urbanos, população de baixa renda ou simplesmente ‘povão’.” no sentido dado por Alba ZALUAR. **A máquina e a revolução**: as organizações populares e o significado da pobreza, p. 35.

bastante antigo e têm se agravado com o passar do tempo, de lugar para lugar e de pessoa para pessoa, como podemos perceber também nos relatos de Mike Davis em seu livro “**Planeta Favela**”, quando descreve os mecanismos da produção em massa dessas moradias precárias no mundo (DAVIS, 2007, p. 32-34 — *Itálico e aspas no original e destaque nosso*):

Mas o que é *slum*, palavra inglesa que significa “favela”? A primeira definição de que se tem conhecimento foi publicada no *Vocabulary of the Flash Language* [Vocabulário da linguagem vulgar], de 1812, do escritor condenado à prisão James Hardy Vaux, no qual é sinônimo de *racket*, “estelionato” ou “comércio criminoso”. No entanto, nos anos da cólera das décadas de 1830 e 1840, os pobres já moravam em *slums* em vez de praticá-los. (...). Em meados dos séculos XIX, identificavam-se *slums* na França, na América e na Índia, geralmente reconhecidos como fenômeno internacional. (...).

Essas favelas clássicas eram lugares pitorescos e sabidamente restritos, mas em geral os reformadores concordavam com Charles Booth — o Dr. Livingstone dos párias de Londres — que todas se caracterizavam por um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, doença, pobreza e vício. (...). Quarenta anos depois, o novo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, na primeira pesquisa “científica” sobre a vida nos cortiços norte-americanos (*The Slums of Baltimore, Chicago, New York, and Philadelphia*, 1894), ainda definia *slum* como “uma área de becos e ruelas sujas, principalmente quando habitada por uma população miserável e criminosa”.

Os autores de *The Challenge of Slums* descartam essas calúnias vitorianas, mas fora isso conservam a definição clássica da favela, caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. Essa definição operacional, adotada oficialmente numa reunião da ONU em Nairóbi, em outubro de 2002, está “restrita às características físicas e legais do assentamento” e evita as “dimensões sociais”, mais difíceis de medir, embora igualem-se, na maioria das circunstâncias, à marginalidade econômica e social. Englobando tanto as áreas periurbanas pobres quanto o arquétipo dos cortiços das regiões decadentes do centro da cidade, essa abordagem multidimensional é, na prática, um gabarito bem conservador do que se classifica como favela (...).

Na verdade, o capitalismo neoliberal, a partir de 1970, multiplicou exponencialmente (...). Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global.

Nas falas descritas acima, aparecem de maneira mais ou menos explícitas outros conceitos quase sinônimos destes — de marginalidade e favela —, são os de: pobreza, desigualdade e exclusão social (da cidadania). Entretanto, alertamos que estes conceitos têm sido vistos pelos teóricos como “relativos”, “variáveis”, ou seja, são exigidos que quando do uso, qualifiquem em relação a que ou de que se referem (SOUZA, 2003, 2004a; ZALUAR, 2002; SANTOS, 1978; DUBET, 2003 etc.).

Concordamos com estas posições, pois as ocupações (favelas) por nós estudadas foram ao longo do tempo ficando tanto nas paisagens física como nas paisagens humanas mais heterogêneas, diversificadas mesmo, por englobar diferentes setores (gradações) da população urbana. Dito isto, e para deixarmos claro estas variações, destacamos o conceito de pobreza definido por Marcelo Lopes de SOUZA (2003, p. 179 — Destaque no original) a seguir:

Pobreza absoluta e pobreza relativa: pobre, em sentido absoluto, é aquele Indivíduo cujos rendimentos não são suficientes para assegurar-lhe nem sequer a satisfação mínima de todas as suas necessidades básicas. Já o indivíduo que é relativamente pobre pode ter, pelo menos, as necessidades básicas minimamente satisfeitas, mas ele é considerado pobre em comparação com outros segmentos sociais, normalmente sendo visto como tal pela sociedade e, inclusive, vendo-se a si próprio nessa condição, em função de seu local de moradia, de sua dificuldade de acesso a certos bens de consumo (especialmente de consumo durável) etc.

Para Suzana Pasternak TASCHNER (2003, p. 28 – negrito no original) desde 1950, o IBGE enfatiza que **“favela é um setor especial do aglomerado urbano formada por pelo menos 50 domicílios, na sua maioria carentes de infraestrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores.”** E continua TASCHNER (2003, p. 28)⁵⁴, “de 1973, 1975, 1980, 1987 e 1993, definiu-se como favela quando havia no mínimo 2 unidades habitacionais com as características acima mencionadas. Ficaram excluídas domicílios e acampamentos.”

Referente ao conceito de pobreza, Milton SANTOS (1978, p. 8 — Aspas no original, grifo nosso) vai diferenciar do conceito de miséria, da seguinte forma: os pobres, “seriam ‘aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem’. Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida.” Posição próxima a está é de Juan Maestro ALFONSO (1979, p. 33) quando diferencia o termo pobreza do conceito de miséria:

Esta supõe os graus mais extremos de pobreza, considerando-se que se chega a esse estado quando as pessoas não têm o necessário para

⁵⁴ Ainda para Suzana Pasternak TASCHNER, O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, Pedro (org.). **A cidade da informalidade:** o desafio das cidades latino-americanas, “a favela no Brasil é um fenômeno predominantemente metropolitano: em 1980, 79,6% das moradias faveladas estavam nas 9 regiões metropolitanas. Em 1991, 2.391 favelas (74%), de um total de 3.211 e 817.603 (78%) dos domicílios favelados se alocavam nas metrópoles. [...]. Em 1980, as 4 regiões metropolitanas do Norte e Nordeste concentravam toda a população favelada dos seus respectivos estados. Em 1991, já surgem favelas fora da Grande Fortaleza (poucas, apenas 4,12% da população favelada estadual). Em Pernambuco, em 1991, 98,4% dos domicílios favelados estavam na região metropolitana do Recife.” (2003, p. 33 – grifo nosso).

satisfazer as suas mais agudas necessidades fisiológicas. Contrariamente à pobreza que, como se disse, pode adotar a forma de encoberta, a miséria é aberta e perceptível à primeira vista.

Como podemos perceber, as favelas são constituídas desses espaços físicos e humanos nos quais historicamente tem se apresentado como sendo o reduto (espaços) onde os pobres-favelados vivem e sobrevivem, e que foram (e continuam sendo) associados a estereótipos discriminatórios e preconceituosos, do tipo: que toda pessoa moradora de favela são sinônimas de pessoas desonestas, ladras, vagabundas, criminosas, desempregadas, desocupadas, biscateiros, camelôs, mendigas, caloteiras, sujas, cachaceiras, preguiçosas, catadoras de lixo, vendedoras ambulantes, sucateiras, prostitutas, traficantes de drogas, negras, xangozeiras etc., todos estes adjetivos apesar de realmente representar os habitantes que constituem (e residem) nas favelas, melhor dizer nas ocupações informais (ABRAMO, 2003), eles são pejorativos, racistas, discriminatórios, preconceituosos e se resumem a um só: **“marginais”**⁵⁵. São os privados de liberdade ou sem liberdade para o economista liberal Amartya SEN (2007), como também os desprovidos de uma cesta de bens primários apontada por John RAWLS (2002). Esta visão preconceituosa se alimenta da divisão social do trabalho e apresenta-se mais grave nos núcleos urbanos das cidades/capitais dos Países Subdesenvolvidos ou semiperiféricos, como o Brasil, por exemplo, para usarmos uma terminologia de Marcelo Lopes de SOUZA (2003, 2006).

Entendemos como pobres-favelados aquela classe ou conjuntos de pessoas excluídas ou desprovidas parcial ou totalmente das necessidades vitais e que ocupam os espaços carentes de infraestruturas, de assistência social, espaços insalubres das periferias físicas e sociais urbanas das grandes cidades do mundo, principalmente do mundo subdesenvolvido⁵⁶.

A pobreza, a marginalidade, a favela não são de fato as causas nem consequências das migrações e do crescimento demográfico, mas, são decorrentes de um modelo de sociedade onde predomina a desigualdade social-espacial-ambiental (de uma divisão de classe injusta, mesquinha e individualista, egoísta, possessiva e perversa, para não dizer fascista).

⁵⁵ Alertamos que estamos generalizando, melhor dizer, destacando a visão de como se apresenta a percepção do senso comum dos de baixo.

⁵⁶ Estes eventos podem ser constatados nas descrições e análises que faremos mais a diante (no item 2.4.1) da área de estudo e do Programa PROMETRÓPOLE (completando de certa maneira o item 3.1.1 do capítulo III).

Para mostrarmos os eventos na localidade em estudo não usaremos a expressão “invasão”, pois esse léxico tem o sentido pejorativo, discriminatório, preconceituoso⁵⁷, significa: invadir, penetrar num determinado lugar e tomá-lo pela força; desrespeito, desconsideração, especialmente em relação à vida pessoal de outrem; usurpação; e sim, usaremos “ocupação”, ato de apoderar-se de algo ou de ocupar uma propriedade; posse, modo de aquisição da propriedade de coisa móvel sem dono ou abandonada; apropriação; ocupar, preencher um espaço, fazer uso de; esses últimos sentidos são os que temos em mente.

Esta posição é decorrente de estarmos convencido que hoje, mais do que nunca, vivemos uma “perversidade sistêmica” dominada pela “tirania do dinheiro”, ou como nos assevera Milton SANTOS (2000, p.18), o “império do dinheiro”, ou ainda como nos diz Karl MARX (1983, p. 128 – Destaque no original):

O dinheiro não é só *um* objeto da paixão de enriquecer; ele é o próprio objeto. Essencialmente, esta paixão é a *auri sacra fames* [a maldita sede do ouro]. A paixão de enriquecer, ao contrário da paixão pelas riquezas naturais particulares ou pelos valores de uso tais como o vestuário, as joias, os rebanhos, etc., só é possível a partir do momento em que a riqueza geral se individualiza numa coisa particular e pode, assim, ser retirada sob a forma de uma mercadoria isolada. O dinheiro surge, portanto, como sendo o objeto e a fonte da paixão de enriquecer. No fundo, é o valor de troca, o seu crescimento, que se torna um fim em si. A avareza mantém o tesouro prisioneiro, não permitindo ao dinheiro torna-se meio de circulação, mas a sede do ouro mantém a alma de dinheiro do tesouro, a constante atração que exerce sobre ele a circulação.

Sendo assim, o que é importante é o “Ter” em detrimento do “Ser”, melhor dizermos, não concordamos com a grande quantidade de áreas desocupadas, abandonadas para pura especulação imobiliária, enquanto milhares e milhões de seres humanos permanecem sem um abrigo para amparar-se das intempéries, simplesmente, pelo fato de nascerem “pobres”. Pois o homem como nos diz Karl MARX (s/d, Livro 3, v. 6, p. 891 — Destaque no original):

Mesmo uma sociedade inteira não é proprietária da terra, nem uma nação, nem todas as sociedades de uma época reunidas. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como *bonipatres familias* [bons pais de família] têm de legá-la melhorada às gerações vindouras.⁵⁸

⁵⁷ Ver a este respeito o artigo de Marcelo Lopes de SOUZA; Eduardo Tomazine TEIXEIRA, Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. In: Ativismos sociais e espaço urbano, **Revista Cidades**. v. 6, n. 9, p. 29-66, jan/jun, 2009; e, Regina Bega dos SANTOS, **Movimentos sociais urbanos**, p. 132.

⁵⁸ “Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa ideia nos parece estranha (...). Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra (...). O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se forem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo (...). Onde está o arvoredo? Desapareceu.

As ocupações que deram origens as favelas em nossa área de pesquisa têm ocorrido nos espaços vazios e abandonados, sendo esses, em sua maioria pertencentes aos poderes públicos, localizados às margens do Rio Beberibe e dos Canais do Jacarezinho e do Arruda, que limitam a área em apreço. Dizemos em sua maioria pelo fato de alguns trechos das margens do rio não terem sido ocupados, pois alguns moradores que tinham seus terrenos ou lotes que atingiam até o rio, não permitiam a ocupação alegando que era a continuação de seus terrenos, independente destes serem terrenos ou área de marinha, como por exemplo, o lote onde residia Cabo Gato (1979). Mas, como de fato surgem e crescem as ocupações? O que levam as pessoas a morarem em uma ocupação? Quais as vantagens e desvantagens de morar em uma ocupação? Como é e como se transforma no tempo um barraco? Uma ocupação? Tem este espaço livre? Qual a relação com as águas? Com o meio ambiente?

As ocupações nas imediações da nossa área de estudo são bastante antigas⁵⁹ e se formaram de maneira desordenada, sem planejamento, melhor dizemos, sem orientação técnica e apoio de nenhum movimento reivindicatório institucionalizado, por exemplos: a Organização de Luta dos Movimentos Populares de Pernambuco — o Movimento OLMP —, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto — MTST etc., que tem apoiado as ocupações urbanas em cidades do Estado. Sendo assim, as ocupações surgiram de forma espontânea, desordenadas; ninguém sabendo ao certo quem foi o primeiro a fincar o primeiro pau e a levantar o primeiro barraco. Corria o boato de boca em boca que estão ocupando um terreno, sejam nas margens do rio ou dos canais e terrenos desocupados, as pessoas vão tomando coragem de ocupar um pedaço do chão; ao chegar ao local à primeira providência é delimitar o tamanho do futuro lote, que varia dependendo da quantidade de pessoas disputando e do momento que chegou (quem chega primeiro, normalmente terá o terreno maior), e passam a limpar o terreno (a capinar o mato), posteriormente, vem à construção do barraco propriamente dito; o tamanho decorre tanto da dimensão do terreno quanto do tamanho da família, do número de pessoas que estão ajudando a construir, do recurso financeiro que dispõe o ocupante, e, quando da falta do recurso, fato comum a essas pessoas, então a alternativa é pedir na redondeza sobras de materiais de construção entre outros materiais que possam ser utilizados na edificação do barraco. Normalmente fincam os quatro paus (as estacas) onde sustentará o telhado e as paredes; estas últimas têm sido

Onde está a água? Desapareceu. É o fim da vida e o início da sobrevivência.” (Trechos da carta do chefe Seattle ao presidente dos EUA, em 1854, apud. VESENTINI, 1989, p. 51). Esta visão faz parte de nossas utopias.

⁵⁹ (como vimos acima no item 2.3.1 e veremos no capítulo III, itens 3.1.1.1 e 3.2).

feitas de tábuas, plásticos, papelão, lona, folhas de zincos, taipa ou de palhas de coqueiros; já o telhado é coberto com folhas de zincos, palhas de coqueiros, plásticos ou com telhas de barro ou brasilite. O chão normalmente é o próprio solo batido (chão batido) ou de cimento, como podemos perceber na fala de uma entrevistada (Entrevista, n. 10, 14.05.2010): “Cada um foi chegando, foi fazendo com jeitinho, foi fazendo, foi fazendo, um de lona outro de papelão”.

Os espaços livres vão todos sendo ocupados e a ocupação vai surgindo espontânea, criando corpo, se materializando e crescendo de forma desordenada, desorganizada mesmo. Os barracos têm uma estética esquisita que apresentam uma miserabilidade na paisagem; as ruas não têm traçados, são na maioria das vezes becos estreitos e retorcidos de curvas estreitas e quase sempre esburacadas e cheias de lama, sem iluminação e de difícil acesso, principalmente para os estranhos (ver foto – 04).

Foto 4 — Viela na Vila Redenção no Mercado Velho da Campina do Barreto



Fonte: Autor: Augusto César Cabral, 2010.

Outro ponto importante após a ocupação é não deixar o lote só, “abandonado”, para não ser ocupado por outra família ou para não roubarem os materiais da construção do barraco, como nos relata uma entrevistada (Entrevista, n. 10, 14.05.2010 — Destaque nosso):

O meu foi invadido, pois eu não tinha onde morar; aí foi quando começaram a invadir, aí eu disse: eu vou entrar nessa também. O primeiro que eu entrei levaram os meus paus todos, eu sei que chorei tanto, tanto, aí depois começaram a invadir de novo, aí deu certo, eles não vieram mais, aí eu fique até vir pra quir.

Acontecimento também ocorrido com outro entrevistado (Entrevista, n. 01, 30.08.2009 — Destaque nosso):

Olha, minha vida no canal [Riacho Jacarezinho], eu passei pouco tempo, praticamente, eu não cheguei nem a morar, porque quando eu comecei a construir o barraco a prefeitura tomou. Quando ela tomou foi quando a gente entrou na luta de requerer nossos direitos. O barraco era grande, cerca de três por cinco metros. Na época eram duas pessoas só, não pagava nem água nem luz e o lixo jogava no canal mesmo.

Ainda referente ao risco de deixar o barraco só, abandonado, ocorreu recentemente (em maio de 2010) um episódio na ocupação da Beira-Rio, no Rio Beberibe, nas imediações da Rua Ana Lúcia, na Campina do Barreto, que atualiza os relatos acima. Segundo depoimento de uma delegada do OP — Orçamento Participativo⁶⁰ (Entrevista, n. 12, 05/06/2010):

Um rapaz conhecido por Juninho com a nova mulher invadiu um barraco. Este barraco era de Telma, que tinha recebido o terreno de Telinha, era um terreno na invasão. Telma com a ajuda do Oratório e de várias pessoas comprou madeirito e fez um barraco, com um quadrado só [um vão só], e foi morar. Foi quando uma das filhas adoeceu com suspeita da doença do rato [leptospirose]; ela saiu imediatamente do barraco e foi morar de aluguel. Ela ia sempre olhar o barraco porque deixou os móveis e tudo dentro. Certo dia quando foi olhar tinham sumido os móveis e a mulher de Juninho estava lá; eles estavam aterrando o barraco. Telma deu uma esculhambação neles, e veio na minha casa [na casa da delegada do OP], ela pensa que eu posso resolver isso. Ela falou que esculhambou também Telinha porque acha que ela (Telinha) pegou o terreno e vendeu a Juninho. Juninho disse que não, que eram umas telhas que ele estava devendo a Telinha, e que ela deu o terreno por conta disso. Juninho disse a Telma que não podia fazer nada e, se ela quisesse dava R\$ 100,00 ou 150,00 reais, mas só em julho [2010]...

Como vimos no exemplo descrito pela delegada do O P., não só os materiais para construção do barraco que pode ser roubado, o próprio barraco pode ser invadido. Este exemplo aliados a outros que veremos a seguir, nos mostram a complexidade e a diversidade do que seja morar na ocupação. Mas, o que é este espaço Ocupação, às vezes, cheios de riquezas de casos de relações de companheirismos, de ajudas mútuas para superação das dificuldades do dia-a-dia, e também, cheios de casos de “espertezas”, de violências, de pessoas com a ideia de levar vantagens, da falta de respeito, de amor, de honestidade com o próximo por parte de alguns moradores? Vamos a mais alguns exemplos para melhor conhecê-la.

Nos barracos as divisões dos cômodos dependem também do número de filhos, da disponibilidade de recursos e materiais adquiridos e da visão do próprio morador,

⁶⁰ Neste exemplo os nomes dos personagens no texto são fictícios, pois a entrevistada solicitou para não citá-los.

como percebemos na fala de um entrevistado (Entrevista, n. 11, 22.05.2010), “o critério foi se eu ganhava um pouco mais, eu tinha condições de dividir, quem não tinha fazia o caixão e ia fechando com lona, com pano, com papelão”. Além destes materiais utilizados, muitas vezes são empregadas para dividir os cômodos às próprias mobílias, como: guarda-roupa, berço, geladeira, armário, estantes, sofá, como também, são feitas com plásticos, papelão, cortina de panos etc. confirmado pelo autor dessa tese em observações in loco.

Um dos problemas quando do início da ocupação foi a falta de infraestrutura, principalmente de energia e água potável, como aponta uma entrevistada (Entrevista, n. 03, 31.08.2009 — Destaque nosso):

A gente morava lá em Saramandaia, que é a Avenida Professor José dos Anjos, ela foi batizada como Saramandaia; então morando ali não sabia nem o que era favela, não conhecia o que era favela; pra mim favela era um nome de uma rua, sabe! Eu morava era em Peixinho, aí o povo dizia, o povo não, meu cunhado, irmão do meu marido, ir pra Capilé, conhecer a Capilé. Fiz uma casa no Capilé, aí quando eu fui mora já fui de mudança e tudo. Passa essa ponte tudo escuro, não tinha água nem energia, era aquele escuro e tudo, meu deus! Aonde vou mora! E resumindo a história, eu fui morar lá. Uma amiga minha que morou perto de mim dizia: não chore não! Aqui é um lugar muito bom! E fiquei morando lá. Depois de lá apareceu uma casa pra cá, que estava pra sair, aí saiu essas casas daqui [do Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema].

Com o passar do tempo os barracos vão sendo melhorados, cercas são construídas para delimitar o território (lote) de cada morador, o próprio barraco vai sendo reconstruído, ou de madeira ou de alvenaria, mas com uma divisão melhor dos cômodos, com um banheiro mais organizado, entretanto, com um detalhe, os dejetos continuam a serem despejados no rio ou canal. A luz e a água são instaladas, sejam de formas legal ou clandestina, os famosos “macacos” e “jacarés”, respectivamente, como podemos perceber na fala da entrevistada (Entrevista, n. 03, 31.08.2009):

Minha casa tinha dois quartos, era de tábuas, tinha dois quartos, duas salas, era sala e cozinha e banheiro, tinha um terraço na frente, o quintal era bem grande na frente, tanto na frente quanto atrás, tinha espaço bem grande tanto na frente como atrás. Um lugar onde morei que ainda hoje eu tenho saudade. Se a casa daqui fosse como a de lá! Hoje eu tenho uma mansão, mas não gosto, eu gostava era de lá. Lá não pagava água e luz, lá não tinha saneamento básico, lá era tudo corria para o canal, quem tinha sanitário, né? Quem não tinha fazia pombo correio⁶¹. O caminhão do lixo não passava, era tudo no canal, tudo jogado no canal.

⁶¹ Fazer as necessidades fisiológicas em uma folha de jornal e joga por cima do muro na rua ou em qualquer outro lugar.

Mas, nem todas as famílias que ocuparam pela primeira vez os espaços vazios que vão constituir as ocupações permaneceram morando. Há casos em que por alguns motivos dos quais se destacam: medo da insegurança, da violência, da falta de água e de luz, medo que a empresa onde trabalha descubra e ponha para fora, ou por está morando e vim a ter alguma desavença com vizinhos, ou envolvimento de filhos com drogas etc. leva a esses moradores se desfazerem dos barracos, vendendo-os, trocando-o ou até alugando para obter uma renda; enquanto outras famílias por não poderem mais pagar aluguel (pois o salário é baixo ou porque ficou desempregado) ou ainda porque a intenção é conseguir a moradia cedida a fundo perdido pelo poder público, já que sabem que é o único meio de vir a possuir um imóvel próprio, como podemos constatar na fala da entrevistada (Entrevista, n. 10, 14.05.2010):

O meu [barraco], eu comprei, meu marido tinha acabado de sair de uma firma. Eu comprei a dona Maria Preta. Eu mesmo comprei o terreno com os paus enterrados, um lado tinha tábua o outro não tinha era papelão, um lado era coberto e outro não era. Paulo de lá do centro foi em casa, e quando chegou, eu estava com a sombrinha assim [aberta]! No dia do meu casamento, em 1984, eu tava assim, a sobrinha e todo mundo almoçando com uma sombrinha, por que era a metade [do telhado] coberta e a outra metade descoberta, era um desastre. Eu estou rica agora! (entrevista, n. 10b).

[Já] eu, não tinha como comprar e tava um pessoal tudo fazendo isso, aí eu disse: vou fazer também, vou entrar no meio pra ver se vai dá certo. Eu pagava também um cantinho por lá por perto de tábua, pagava num maior sacrifício, aí o pessoal tá fazendo isso vou ver se dá certo. (entrevista, n. 10a).

As situações descritas pelas entrevistas acima, referem-se aos moradores que vieram das ocupações do canal do Arruda e do Jacarezinho; entretanto, não são exclusivas destes, ocorreram também na ocupação do Cabo Gato, no lado do Rio Beberibe, como relata um entrevistado (Entrevista, n. 11, 22.05.2010):

Quando eu vim para Peixinho aluguei um quarto a Alfredo. Ele tinha diversos quartos de aluguel ali na Rua Santo Amaro, atrás da Igreja de São Sebastião, não era atrás, era uma transversal, aí eu fiquei lá. Aí foi quando padre Umberto saiu de Peixinhos para Água Fria e quem ficou na paróquia foi padre João. Ele mim viu em uma situação! Eu disse: padre João eu to procurando um lugar melhor. [ele] de vez de você procurar um lugar maior pra pagar mais, você não faz um barraco? Você não faz ou compra um barraco? É, tem ali por perto um barraco; aí ele mandou procurar saber quanto custava e mim levou no conselho paroquial, e lá a gente acertou, a paróquia comprou o barraco e eu fiquei pagando, como aluguel, até que terminou e pronto.

A igreja católica através de alguns padres (provavelmente ligado à teologia da libertação⁶²; é o caso aqui) apoiava e compreendia a necessidade das famílias ocuparem esses espaços e as ajudavam.

Outro tipo de situação ocorrida foi quando da notícia que os barracos das margens do Rio Beberibe iriam sair e que esses moradores receberiam casas. Uma senhora de nome Nicéia, que vivia das lavagens de roupas e morava com uma senhora cega (dona Nita) que lhe ajudava e uma filha deficiente, em um quarto de aluguel na casa da viúva de Cabo Gato, o qual possui um terreno que vai até a margem do Rio Beberibe, solicitou a permissão da proprietária (dona Benedita — hoje, todas já falecidas)⁶³ para construir um barraco de palhas de coqueiros próximo ao rio para conseguir a casa própria e deixar de pagar aluguel. Autorizada, construiu o barraco de palha com um único vão e colocou uma cama e uma mesa velha para dar a impressão de ocupado. Quando dos boatos que alguma fiscalização iria passar no local colocava a senhora cega no barraco para provar que estava habitado. As mesmas vieram a serem beneficiadas com a conquista de uma casa que saiu em nome de dona Nita, quando da remoção para Chão de Estrelas; mas, após alguns anos residindo na Rua João Bezerra de Menezes, venderam e foram morar em Vitória de Santo Antão — PE, onde residia um irmão de dona Nicéia, apesar de serem naturais do município de Garanhuns — PE.

Como percebemos o que levam as famílias a morarem em uma ocupação (seja ocupando um espaço abandonado ou comprando ou alugando um barraco) são as condições econômicas; como não possui emprego certo com renda que lhe garanta uma “sobrevivência”, ou melhor, uma vida digna, mesmo como pobre, exige dessas pessoas certas alternativas. E, morar em uma ocupação lhe dá algumas “vantagens”, como nos diz uma entrevistada (Entrevista, n. 10, 14.05.2010):

[existem vantagem morar na favela?]. Eu acho, sim, porque não tem um lugar pra guardar uma carroça, um carro de mão aqui, e lá no canal [Vasco da Gama] tinha essas vantagens, né? Outra vantagem também, a gente tava assim e de repente chegava gente pra ajudar, era feira, uma coisa e outra, aqui por que a gente mora em uma casinha que tem quatro tijolos já pensam que a gente é rica e não dão mais nada. Lá teve uma época que meu marido faleceu, na época de natal e eu tava numa necessidade tão grande que eu nunca tinha passado; aí eu disse: meu Deus! Só Deus na minha vida. Mas a pessoa que acreditar em Deus tem tudo! Aí bateram palma, meu Deus quem é? Chegou lá um senhor com uma senhora com uma feira, tome senhora, eu vim trazer para você! Eu agradecei não sei quantas vezes, porque chegou na hora exata. (Entrevista, n. 10b).

⁶² Ver o filme: “**O Anel de Tucum**”, Verbo Filmes, 1994.

⁶³ Dona Benedita era enfermeira e foi parteira que realizou vários partos na mãe do referido autor, e dona Nicéia e Dona Nita foram irmãs de Fé (umbandista) da mãe do referido autor.

Do mesmo jeito fui eu. (...). Aparecia uma compra, aparecia sempre uma sopa pra dar a gente, né! Tinha essas vantagens. (Entrevista, n. 10a).

As vantagens não são apenas deixar de pagar aluguel, mas são de várias maneiras, como por exemplo: ajudas com cesta básicas, barracos grandes, ao contrário das casas doadas pelo poder público (como vemos no capítulo III) permitindo tanto guardar seus objetos de trabalho, a carroça, material de reciclagem, como ter espaço para plantações de fruteiras e criação de animais que lhe rendem algum dinheiro; além de ser nas ocupações, onde algumas pessoas, em sua maioria dos centros kardecistas costumam doar alimentos aos pobres. É neste espaço chamado favela, ou melhor, ocupação para nós, onde vivem aquelas pessoas totalmente ou parcialmente “excluídas” do sistema, os não cidadãos ou de cidadania inacabada.

Ainda referindo-se as pessoas morarem nas ocupações é necessário alertar que não são apenas vantagens, existe também “desvantagens”, pois na ocupação não há infraestrutura, tudo é feito na base do improvisado, de restos de materiais usados, com muita luta e dificuldades, reivindicações e às vezes com solidariedade de seus moradores, como nos esclarecem a entrevistada (Entrevista, n. 10, 14.05.2010) e o entrevistado (Entrevista, n. 06, 13.03.2010), respectivamente:

Morar em uma favela é uma coisa muito pobre, muito pobre, pessoas mesmas necessitadas; pessoas que só vai pra li bem dizer, mora dentro da lama, dentro das fezes, é humilhação, é muita humilhação, vive porque precisa mesmo, necessita. Não tem onde ficar e como precisa se a sujeita. Rapaz, [reivindicava] melhoria de água, melhoria de luz, a rua era cheio de lama, certo, a rua era esburacada, aterro, quando era pra construir a calçada a gente reivindicava aterro, certo.

Estas situações descritas nos dão uma idéia da vida cotidiana nos barracos e ocupações. Mas são os próprios entrevistados que nos esclarecem melhor. Para uma entrevistada (Entrevista, n. 10b, 14.05.2010), “A vida lá na ocupação era normal, vivia mais trabalhando.” E continua outra entrevistada (Entrevista, n. 10a, 14.05.2010), a vida na ocupação não era tão ruim, pois apesar da casa ser de tábua o espaço era maior, e ela usava com plantações de fruteiras e criação de animais, que ainda lhe rendia algum dinheiro, como podemos constatar no seu depoimento a seguir:

Tinha um espaço bom, um quintalzinho grande; a casa tinha dois quartos, sala, cozinha, e um banheiro no lado de fora; lá eu plantava coqueiro, tinha pé de manga, de bananeira, era um espaço bonzinho lá. Agora aqui quando eu vi botei pra chora; lá eu tinha os cocos e vendia, vendia os cachos de cocos, criava galinha, criava porco.

No que se refere às relações de vizinhança e o lazer, estas se apresentavam na maioria das vezes de maneira solidária, como nos relatam algumas entrevistadas (Entrevista, n. 03, 31.08.2009), (Entrevista, n. 02, 30.08.2009), (Entrevista, n. 11, 22.05.2010) a (Entrevista, n. 06, 13.03.2010), respectivamente:

Lá, graças a Deus tínhamos vizinhos bons. Eu vivia mais dentro do conselho de moradores. Ai quando era de manhã a gente abria as atividades; lá a gente tinha colônia de férias; sabe o que é colônia de férias? Onde a criança passa o dia todinho na época de férias. A criança passa o dia todinho no colégio; a gente fazia de manhã o café, meio-dia dava o almoço, de tarde um lanche e de noite eu dava aula de alfabetização para pessoas da terceira idade e ensinava artesanato; então eu passava mais tempo lá que em casa (Entrevista, n. 03).

A relação com os vizinhos eram ótimas, cada um na sua, ninguém na casa de ninguém, que o mal é viver socado na casa do outro, o mau vizinho é esse que vai levando [fuxico] pra casa do outro, depois cria confusão (Entrevista, 02).

Já o lazer:

Lá [em Saramandaia], o lazer era a gente mesmo quem fazia, trabalhava. Eu e seu Valdemar. Valdemar fazia um teatro que parecia um português, que chamou a atenção. Ficou gente que só, até pendurado no galho do mato [da árvore], pendurado pra vê (Entrevista, n. 03).

O lazer era jogar um dominozinho na frente de casa pra fica conversando, e escutar um som, só no final de semana, quando o pessoal tá tomando uma cervejinha em casa (Entrevista, n. 02).

O lazer era difícil porque não tinha condições. Agora como a gente tinha um relacionamento maior, nos finais de semana a gente ia para Jardim Brasil, pra casa de uns tios da gente. E tinha a igreja, a função da igreja, as missas, as igrejas evangélicas (Entrevista, n. 11).

Era todo dia, eu mesmo tinha naquele tempo, eu não vou te mentir, eu tinha uma maquina de válvula (uma radiola) que é antiga. Às vezes a noite botava no meio da rua e era uma festa, amanhecia o dia, isso quase todo dia jogando dominó e os meninos brincando na rua. Já faz parte do lazer da gente. Ficávamos jogando dominó de 1 hora, 2 horas da manhã, a turma diz que favela é braba (violenta), mas não era não, a gente amanhecia o dia jogando Dominó, certo. Minha vizinha era Roseli que mora aqui do outro lado, até hoje ela fala que sente saudades (Entrevista, n. 06).

Ainda referente aos espaços das relações cotidianas nas ocupações, percebemos que não há uma homogeneidade nem no tamanho dos barracos, nem dos terrenos e nem nos traçados das ruas. No primeiro e segundo caso, alguns se apresentam maiores, com mais “conforto” e “segurança”. Já as ruas, umas apresentam mais largas permitindo o lazer dos adultos e das crianças e outras se encontram estreitas.

Outro tema assinalado na última fala é o problema da violência, que está diretamente ligado ao problema da segurança ou da falta desta; que apesar de ter se

agravado ao longo das décadas, e hoje ser um caso de calamidade pública, pelo menos no Brasil (SOUZA, 2006, 2008), não foi apontado pelos entrevistados como um problema grave quando eles residiam nas ocupações, conforme esclarecem à entrevistada (Entrevista, n. 10, 14.05.2010) e o entrevistado (entrevista, n. 01, 30.08.2009), respectivamente:

Dos tempos para cá [ficou violento], no começo não.

Na época que a gente morou lá [em Jacarezinho] não tinha essa violência como hoje; mudou, o sistema mudou muito, hoje a gente vive nos cantos melhores e a violência é completamente pior que na favela. Não eram constantes as brigas, não, a gente foi abençoado.

Para finalizar esta temática da produção dos espaços pelos/dos pobres-favelados, retomaremos dois pontos: a questão do pobre-favelado como um dos elementos do novo lumpemproletariado e a categoria desigualdade, mesmo de forma breve. Primeiro, ressaltamos que os vários agentes que compõem os estratos da população favelada por nós estudada, demonstram a heterogeneidade e complexidades dos conjuntos de indivíduos desses espaços, e que segmentos deles fazem parte do novo “lumpemproletariado” ou “hiperprecariado” do Mundo, particularmente do Brasil urbano-metropolitano, apontado por Marcelo Lopes de SOUZA (2000, 2004, 2004a, 2006, 2009), Alba ZALUAR (2002) e Juan Maestro ALFONSO (1979), quando usam o termo consagrado pelo marxismo⁶⁴, embora sem abraçar completamente o enfoque de Marx e Engels a respeito do lumpenproletariat⁶⁵.

O segundo ponto refere-se à categoria desigualdade⁶⁶ social. Esta tem existido desde sempre, como assinala Antonio David CATTANI prefaciando o livro de François

⁶⁴ Em uma posição oposta a esses autores, está Lúcio KOWARICK, em “**A espoliação urbana**”; para ele apesar de a favela ser percebida como um atestado potencial de má conduta, ela não concentra uma população com características de *lumpen*. p. 92.

⁶⁵ Essa posição aproxima-se da análise realizada por Karl MARX em o *Capital* (1969, p. 70-71; 1978, p. 366 — Aspas e destaque no original): “[...] A pretexto de fundar uma sociedade beneficente, o *lumpen-proletariado* de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia geral de um general bonapartista. Lado a lado com *roués* decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *Lazzaroni*, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus, donos de bordéis, carregadores, *literati*, tocadores de realejo, trapaceiros, amoladores de facas, soldados, mendigos — em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam *la bohème*; com esses elementos afins, Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro. ‘Sociedade beneficente’ no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte, que se erige em *chefe do lumpen-proletariado*, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotinho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase*.”

⁶⁶ Lembramos que apesar das desigualdades sociais não serem só produto do século XVI, é a partir deste, que surgem várias indagações e explicações para justificá-las, tendo em vista os novos princípios políticos e jurídicos, trazendo em seu bojo as questões de igualdade e desigualdades. Destacando-se a partir desse período vários pensadores, entre eles: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), Edmund Burke

DUBET (2003, p. 7), diz ele: “apesar do fato de as desigualdades existirem desde sempre, é somente a partir da Modernidade, no mundo ocidental, que elas passam a ser consideradas como relevantes, como um problema que envolve todas as dimensões da vida humana e das relações sociais.” Posição também de François DUBET (2003, p. 26) quando citando Karl MARX, diz: “as desigualdades de classes não constituem uma herança do passado, mas um elemento fundamental, estrutural, das sociedades modernas, isto é das sociedades capitalistas.” Entretanto, José Paulo NETTO (2001, p. 46 – Aspas no original e grifo nosso), nos explica melhor quando expõe:

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociedade erguida sob o comando do capital.

Para outro marxista, o geógrafo Richard PEET (1982, p. 255): “a desigualdade e a pobreza são produzidas inevitavelmente pelas sociedades capitalistas”; e continua ele: “o funcionamento normal do capitalismo produz necessariamente uma subclasse mais ou menos permanente de desempregados e, portanto, de pobres.” (PEET, 1982, p. 259). É o próprio Richard PEET (1982, p. 265) que reforçando sua posição nos esclarece melhor:

O funcionamento normal do sistema econômico capitalista produz uma série de classes sociais, que tem distintas funções e que são desiguais com respeito a seus salários, poder e status.

Cada classe, e até cada camada dentro de uma mesma classe, é levada a reproduzir a si mesma valendo-se de uma parte dos salários da geração presente para criar, educar e preparar a geração de futuros participantes no sistema de produção. A geração adulta investe no meio ambiente dos recursos sociais usado pelas gerações em crescimento, e a quantidade de dinheiro colocada a cada classe varia, de modo que a quantidade que pode ser investida nos recursos sociais varia, produzindo meios ambientes desiguais que perpetuam o sistema de classes.

Em outras palavras é a oposição entre dono do capital e trabalhadores ou a relação capital/trabalho que torna as desigualdades sociais um elemento funcional do sistema das sociedades modernas (DUBET, 2003).

Esta produção de desigualdade se dar ao longo do tempo e em diversos espaços, como assevera Richard PEET (1982, p. 255), “a idéia geográfico-social de que a desigualdade pode transmitir-se de uma geração a outra, através do meio ambiente de oportunidades e serviços em que se encontra cada indivíduo ao nascer.” Estas assertivas nos esclarecem que as “desigualdades” ocorrem entre as classes e, que no interior das mesmas se dão apenas “diferenças”; sendo que desigualdade e diferença não são estanques, sejam entre os pobres ou entre os ricos. Agnes HELLER (1998, p. 17-18 — Destaque e aspas no original), nos esclarece melhor esses dois conceitos:

[...] Ser “igualmente isto ou aquilo” significa que *partilhamos* determinadas características. Na verdade, mesmo sendo seres humanos singulares, partilhamos certas propriedades essenciais com cada ser humano. Rousseau, no entanto, estava mais do que consciente de quão pouco essas propriedades partilhadas têm a ver com a igualdade ou desigualdade social, a menos que sejam *criadas* ou, pelo menos, *reforçadas* por normas e regras sociais. Os usuários comuns da linguagem podem identificar o advérbio “igualmente” como o designativo “igual a alguém” se uma ordem social é tida como certa, como *quase-natural* (onde apenas aqueles iguais a alguém são tratados igualmente). Não sendo esse o caso, mesmo os usuários cotidianos da linguagem tendem a chagar à perspectiva com a qual dei início a esta discussão — que igualdade e desigualdade são normativamente constituídas. Em outras palavras, se as *mesmas* normas e regras se aplicam a um agrupamento de pessoas, nós nos referimos aos membros desse agrupamento como *iguais*. Se *diferentes* normas e regras se aplicam a dois agrupamentos de pessoas, e a assimetria do comportamento pertinente aos membros dos dois grupos, em sua mútua relação, é constante, referimo-nos à relação dos membros dos dois agrupamentos como *desigual* e aos próprios membros como *desiguais* (entre si). Se A, B, C são cidadãos livres e D, E, F não são, as normas e regras da cidadania livre se aplicam a A, B, C e não se aplicam a D, E, F. Quanto à cidadania, A, B e C são iguais um ao outro (iguais entre si) e D, E e F são, de novo, iguais um ao outro, mas desiguais em relação a A, B e C (membros de grupos diferentes). Igualdade e desigualdade *social* não é um dado ontológico; é constituído pela aplicação de conjuntos distintos de normas e regras. Da mesma forma, conjuntos distintos de normas e regras constituem desigualdade social apenas se as seguintes condições prevalecerem: (a) uma divisão estrita entre a mesmice de conhecimento, ação e expectativa entre o grupo de dentro, e a diferença entre conhecimento e expectativa por um lado e ação por outro, em relação ao grupo de fora; (b) a assimetria é constante.

Em uma perspectiva próxima a essa Boaventura de Sousa SANTOS (1999), afirma que os processos de Desigualdade e de Exclusão são geridos pelo princípio da regulação (controle), já que são produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista; e afirma que há uma pertença hierarquização nesses sistemas (SANTOS, 1999, p. 4):

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas.

Os dois sistemas acima apresentado por Boaventura Santos, apesar de serem tipos ideais demonstram a atualidade e complexidades de análise da integração social em nossa sociedade. Porém, podemos perceber que à medida que a diferença entre ricos e pobres aumentam o processo de desigualdade e exclusão vai ficando mais nítido, com um detalhe, os pobres na medida em que se encontra em uma escala abaixo ficam excluídos, pois seus rendimentos sempre insuficientes não permitem usufruir de tudo que necessita, não sendo vistos como cidadãos ou quando o são, é cidadão de segunda classe, de uma cidadania inacabada. Entretanto “as práticas sociais, as ideologias e atitudes combinam a desigualdade e a exclusão, a pertença subordinada e a rejeição e o interdito” (SANTOS, 1999, p. 6), na dialética do capital. Outro ponto que fica claro é que a exclusão social se dá só na classe pobre contribuindo para a diferenciação e constituindo o lumpemproletariado.

Entre as atuais abordagens teóricas sobre as desigualdades sociais destacamos duas: as que explicam a desigualdade pelas “causas sociais” (desemprego, renda, saúde, habitação etc.) e as que afirmam serem “próprias do indivíduo” (causas biológicas: genéticas, doenças, deficiências etc.). Ambas as concepções levam a um sistema bastante complexo de oportunidade e fatores. Na segunda abordagem – as que são próprias do indivíduo –, destacam-se os liberais Amartya SEN (2007), e John RAWLS (2002), por exemplo, que explicam a partir da capacidade físico-biológica de cada indivíduo. O primeiro exemplifica, dizendo que um indivíduo mesmo com renda mais alta, mas portador de alguma deficiência física é menos favorecido do que um indivíduo de boa saúde. Já o segundo exemplifica, expondo que um indivíduo fisicamente incapacitado pode possuir uma cesta de bens primário maior e ainda assim ter menos chance de levar uma vida normal (ou de promover seus objetivos) do que uma pessoa fisicamente capaz possuidor de uma cesta menor de bens primários. Para nós, a Desigualdade representa a distinção entre as classes sociais ou “interclasses” e, a exclusão social representa a diferença ou “intraclasse”. Esta última só existe na classe dos pobres, são aqueles que estão parcialmente incapacitados de satisfazer as

necessidades básicas; entretanto esta classe também é constituída de outros, como os miseráveis, por exemplo, que se encontram abaixo da linha de pobreza, privados de satisfazer a maioria das necessidades vitais ao indivíduo – a vida. Sendo está, a condição de classe⁶⁷ dos pobres, particularmente dos pobres-favelados, que o distingue de outro pobre e principalmente da classe rica. Discordamos assim, dos liberais citados, pois estes tratam a questão sem fazer distinções dos dois conceitos (desigualdade e exclusão), ou quando o faz é mais uma perspectiva ideológica. Sendo assim, divergimos desses, pois as diferenças biológicas não correspondem a desigualdades sociais, mas, sim, as heterogeneidades genéticas.

Apesar de parcialmente concordarmos com as posições de Richard Peet, e entendermos que a posição dos liberais foge a regra geral, já que as maiorias dos indivíduos estão excluídas, tanto da renda como da cesta básica de bens primários, independente da sua capacidade físico-biológica, sendo estes, casos específicos, exceções; para nós, as desigualdades são decorrentes das condições sociais, como também, não é só na sociedade capitalista que são produzidas a(s) desigualdade(s) e a pobreza. Estas existiram e existem em outros sistemas sociais, com suas particularidades. Entretanto, são nas sociedades capitalistas atuais que temos todas as condições, todos os recursos, todos os meios técnicos e científicos que necessitamos para compreensão e superação de tais desigualdades, injustiças, exclusões e pobreza. É apenas uma questão de decisão política e econômica (de poder), de escolha de permanecer fazendo do planeta um inferno, para usarmos uma expressão do professor Milton Santos (2000), ou também, pensar e escolher o contrário, outro caminho, ou “uma outra globalização” com assevera o próprio Milton SANTOS (2000, p. 18). A seguir veremos a produção do espaço dos pobres-favelados (as ocupações das favelas) na Região Metropolitana do Recife (RMR) e na Bacia do Beberibe assinalados pelo Programa PROMETRÓPOLE quando da sua elaboração em 2001.

2.4.1 Os Pobres-Favelados (Favela, Pobreza ou Exclusão da Cidadania?) Apontados Pelo Programa PROMETRÓPOLE

Os programas oficiais de melhorias sociais e ambientais, a exemplo do PLANASA, PROMORAR/BEBERIBE, PROMETRÓPOLE, destinados a atender à

⁶⁷ Lembramos que apesar do conceito de “classe” estar fora de “moda” no sentido consagrado pelos marxistas decorrente da complexidade da sociedade hoje, os moradores da área de estudo, nossos “informantes-chave” como denominamos apresentam uma disparidade social (de renda, educação, saúde, alimentação etc.) tão grande, tão diferentes em relação aos de outros dos bairros vizinhos, por exemplo: o bairro do Cajueiro, que preferimos utilizar o conceito no sentido consagrado pelos marxistas.

população, particularmente as mais pobres, são constituídos de diversos elementos estruturadores, como: reassentamentos, infraestrutura, participação comunitária, educação ambiental etc., quando materializados nos espaços concretizam uma sociedade como justa (com justiça social-territorial), mas, paradoxalmente, também contribui a um maior controle social por parte do poder público sobre os habitantes desta coletividade. Sendo assim, as posses desses elementos pelos indivíduos em nossa sociedade são o que os caracterizam como “cidadãos”, ou melhor, a proporção em que os indivíduos têm acesso a maior quantidade e qualidade ou não desses elementos, eles serão considerados mais ou menos cidadãos, e não deve ser confundido como “consumidor”, como nos alerta o professor Milton SANTOS (1996).

A intenção em abordar esses elementos do Programa PROMETRÓPOLE é responder a pergunta: “que elementos oficiais dizem algo sobre os conceitos de justiça social-territorial, controle social e cidadania, os quais nos mostram as melhorias das condições de vida dos habitantes local?” Com a implantação de elementos estruturadores de tal programa é possível aumentar de fato a cidadania dos moradores da Comunidade Chão de Estrelas? Esta abordagem aponta a situação em que se encontrava a Região Metropolitana do Recife, quando dos estudos para elaboração do Programa PROMETRÓPOLE (programa do governo do Estado de Pernambuco em parceria com os municípios do Recife e Olinda e o Banco Mundial). Isto se faz importante frisar, pois vem reforçar (com dados oficiais) os relatos dos nossos entrevistados, mostrando a situação em que eles viviam e vive ainda grande parte dos moradores locais e da bacia do Beberibe entre outros lugares do Brasil e do Mundo.

Com base no documento Síntese (produto 1) do Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001a) em seu item intitulado: “os antecedentes e a situação problema”, é possível identificar como encontrava-se a **produção do espaço** (das Favelas, da Pobreza, da Exclusão Social) na Região Metropolitana do Recife (RMR), mais particularmente, na Bacia do Beberibe no final da década passa (1990) e início da de 2000. No entanto, o documento inicia o diagnóstico dando ênfase ao problema da necessidade da moradia, como podemos constatar na citação abaixo (PERNAMBUCO, 2001a, p. 13. – Produto 1):

A questão do atendimento às necessidades habitacionais das populações de baixa renda, foi durante muito tempo no Brasil, entendida como simplesmente oferta de habitação (abrigo) sem nenhuma preocupação com a integração social dessa população aos demais bairros da cidade. Nas décadas de 60 e 70, prevaleceu a erradicação dos assentamentos de população de baixa renda localizados em áreas privilegiadas das cidades, sendo a população transferida para grandes conjuntos habitacionais

construídos na periferia, ou simplesmente expulsa pela pressão do mercado imobiliário. Estes conjuntos foram criados com infra-estrutura precária, de difícil acesso e longe dos centros de emprego, onde a população pobre encontra seu meio de vida. Com isto quebravam-se os laços sociais e de emprego, contribuindo para a marginalização do segmento mais desprivilegiado da população.

Primeiramente esclarecemos que apesar do Programa PROMETRÓPOLE iniciar o projeto apontando como causa dos problemas socioambientais (aqui entendido como a pobreza urbana) a política de habitação para as populações de baixa renda implantada por governos passados, na qual não havia uma preocupação com a integração social dessa população aos demais bairros da cidade, transferindo-os para conjuntos residenciais, nas periferias distantes do centro; o referido programa não é de moradia, no sentido restrito do termo, o que há são apenas programas de reassentamentos (como veremos no capítulo 3, item 3.1.1). Segundo, também não é a simples transferência da população para conjuntos habitacionais construídos na periferia (penso aqui nos conjuntos construídos pelo governo do Estado-PE, como por exemplo: a Vila dos Comerciantes, a Vila de Rio Doce, de Paratibe, de Arthur Lundgren I e II, de Maranguape I e II) que vão ser a única causa dos problemas; aliás, tudo indica que a maioria dos habitantes dos referidos conjuntos são em grande parte funcionários públicos e pessoas com certa estabilidade de emprego e renda, que muitas vezes com influência política (com cartão de político) conseguiam se inscrever em tais programas habitacionais. Os habitantes que constituíram a “cidade informal” (as ocupações) são os migrantes e seus descendentes e desempregados que foram expulsos do campo e do núcleo urbano, que apesar de dialeticamente viverem na cidade formal (na periferia física e social desta), já eram em sua maioria excluídos de tais programas. As causas dos problemas são diversas, entretanto, as desigualdades, particularmente de “Renda”, aliadas a outros fatores, como por exemplo: a ação do setor imobiliário, a falta de infraestrutura, de moradia, de empregos, de educação etc. divide a cidade, criando lugares que são para os ricos e não para os pobres.

Isto se confirma quando o programa destaca que com a redemocratização do País, a luta pela terra terá uma maior participação das comunidades pobres, com forte apoio da Igreja Católica e das Organizações Não-governamentais (ONGs), culminando com o reconhecimento pelo poder público de áreas pobres, dos espaços de exclusão social, as chamadas cidades informais para ABRAMO (2003), que em 1980 passam a serem reconhecidas como áreas especiais, contando agora com legislação de proteção contra a expulsão da localidade (PERNAMBUCO, 2001a, — PROMETRÓPOLE, Produto 1, documento síntese), como veremos no capítulo IV.

Outros dados do projeto nos detalham as situações de pobreza em que se encontravam várias localidades da RMR. Segundo os dados da antiga Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em 1990, o Recife possuía cerca de 500 assentamentos de favelas, correspondendo a 63,3% das moradias edificadas na cidade. (PERNAMBUCO, 2001a. PROMETRÓPOLE, Produto 1). E continua o Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001, p. 16. Idem. – Produto 1):

Em 1996, o Governo do Estado, realizou uma pesquisa amostral do ambiente sócio-econômico em 50 favelas da RMR. Os dados resultantes desse trabalho foram complementados por estudos sobre a situação dos trabalhadores do setor informal, podendo-se destacar as seguintes informações:

- Aproximadamente 58% dos residentes com mais de 15 anos, recebem menos do que um salário mínimo;
- Aproximadamente 44% das crianças da RMR são subnutridas e propensas a doenças;
- Mais de 20% das habitações não possuem instalações sanitárias e somente 7% das habitações das favelas estão conectadas ao sistema de esgotos;
- Favelados listaram como prioridade número um a segurança pública juntamente com o esgotamento sanitário (somente 5 das 50 favelas pesquisadas citaram outros serviços como primeira prioridade);
- Favelados ordenaram suas prioridades como seguem: segurança/esgoto, saúde, abastecimento d'água e coleta de lixo.

Esses assentamentos caracterizam-se, principalmente, por uma ocupação intensiva das periferias e dos vazios urbanos e de áreas de risco e insalubres, situadas em morros e baixios, sujeitos à deslizamentos, desmoronamentos e alagamentos.

Apenas um ponto acima difere das nossas entrevistas com antigos moradores das ocupações as margens do Rio Beberibe e dos canais do Arruda e do Jacarezinho⁶⁸, hoje moradores dos conjuntos residenciais em estudo; é a “segurança”, que não foi apontado nas entrevistas como um problema grave quando estes moravam nas ocupações. Provavelmente tem haver com o agravamento da situação de miséria que assolou o País desde a crise econômica pós-milagre brasileiro, em meados da década de 1970, e que levou a década seguinte ser cognominada como “a década perdida” (LEAL, 2003), abrindo espaço para a penetração das drogas, da desestruturação familiar, do alcoolismo, da prostituição entre outros fatores nesses espaços de informalidades, não só nas ocupações, mas, principalmente nestas.

Ainda se referindo aos diversos espaços da RMR que foram sendo ocupados por uma população pobre excluída ou parcialmente excluída da cidade formal e conseqüentemente da cidadania, o Programa vai ter como área modelo para execução

⁶⁸ Lembramos que as margens do rio, aqui o Beberibe, ainda encontram-se ocupadas por favelas (12/2012) e, que os canais já sofreram intervenções, sendo construídas vias as suas margens.

das obras pilotos a **Bacia do Beberibe**, que se destaca pela sua gravidade, apresentando como principais antecedentes e problemas socioambientais: a Exclusão Social, o Inadequado Modelo de Uso e Ocupação do Solo, a Insustentabilidade do Modelo de Desenvolvimento Urbano e a Infraestrutura Deficiente, mais detalhadamente podemos ver que (PERNAMBUCO, 2001 — PROMETRÓPOLE, Produto 1. Destaques e grifos nosso):

A Exclusão Social – Pobreza é a característica que mais se destaca no espaço da Bacia do Beberibe. Está refletida no amontoado de moradias precariamente construídas ao longo das áreas alagáveis e até alagadas ou nas encostas perigosamente ocupadas; na insalubridade dos esgotos que correm a céu aberto pelas ruas estreitas, desaguando nos rios onde contribuem como principal fator de poluição. Está refletida também nos altos índices de violência urbana, no desemprego, nos baixos salários, na pouca escolaridade e em outros vários indicadores socioeconômicos. (...) [p. 26];

O Inadequado Modelo de Uso e Ocupação do Solo – A forma peculiar da ocupação dos morros e, mais recentemente dos tabuleiros, foi condicionada pelo baixo nível de renda dos seus moradores: expulsos da planície pela articulação de dois movimentos ligados à expansão e modernização da cidade formal (especulação imobiliária e visão higienista do Estado), os segmentos mais pobres da população invadiram inicialmente os morros e aí procuraram se instalar. Pela própria condição de pobreza, fizeram uma ocupação predatória: sem planejamento e sem orientação técnica. Atuando de forma desordenada, desmataram, ocuparam encostas de morros de alta declividade, leitos de córregos e margens de rios, e, canalizaram águas servidas para os cursos d'água. Este processo incidiu de forma negativa sobre o meio natural e desenvolveu condições adversas para o meio criado. Ou seja, engendrou um ciclo de realimentação negativo: as agressões ao meio natural voltaram-se sobre o homem, resultando na construção de um habitat hostil. De forma reflexa, a população passou a conviver, desde logo, com dois graves problemas: de segurança e de saúde. A ocupação predatória das encostas dos morros trouxe, em épocas de chuvas, os deslizamentos; a ocupação de leitos e margens de canais e rios trouxe as inundações. Do ponto de vista sanitário, as doenças de veiculação hídrica e as decorrentes da falta de rede de esgoto elevam as taxas de mortalidade infantil e aumentam os números de enfermidades como leptospirose, filariose, cólera, etc. (...) [p. 27];

A Insustentabilidade do Modelo de Desenvolvimento Urbano – Os conflitos ambientais são sempre conflitos socioambientais. A degradação do ambiente natural e a criação de um ambiente urbano de péssima qualidade expressam, na Bacia do Beberibe, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento urbano. Este modelo se fundamenta numa escassez socialmente criada a partir da apropriação do solo e do funcionamento do mercado de terra. A apropriação dos melhores terrenos da planície por parte de setores sociais mais poderosos e o preço da terra, tornado inacessível pelos mecanismos formalizados do mercado, levaram os setores menos poderosos e mais pobres a ocupar ambientes físicos (...). Agravou-se, aqui, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento urbano com a inadequação e mau uso dos investimentos públicos que demoraram muito a chegar em comunidades de baixa renda, geralmente assentadas em terrenos alagados ou íngremes. (...). É a partir da década de 80 que parte dos recursos públicos foi destinada a infraestruturas no habitat dos morros (rede viária, contenção de encostas, abastecimento d'água) e à urbanização de comunidades de baixa renda na planície. (...) [p. 27];

E a **Infra-Estrutura deficiente – Sistema Viário e de Transportes**. A análise da malha viária identificada permite concluir que existe uma razoável cobertura espacial, onde é possível, aos moradores da Bacia do Beberibe, alcançar as linhas de ônibus com percursos a pé, quase sempre inferiores a 300 metros, à exceção da região situada entre os rios Morno, Beberibe e a BR-101, de ocupação mais recente, onde o sistema viário pavimentado ainda é rarefeito. (...). Abastecimento d'água. Os principais problemas nos sistemas de abastecimento d'água da Bacia do Beberibe referem-se: (...) - ao elevado índice de inadimplência; às ligações clandestinas, - consequência do mau atendimento da população de baixa renda pelo sistema oficial. Drenagem. Os problemas de drenagem na Bacia do Beberibe são diversos e decorrem, principalmente, da ocupação desordenada do habitat, destacando-se: (...) - avanço na ocupação das várzeas naturais; - assoreamento, acúmulo de lixo e vegetação e obstruções de diversos tipos; (...). Esgotamento Sanitário. Apesar da existência da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE-Peixinhos na Bacia, o sistema implantado atende apenas a uma parte da sua área, mais precisamente a área de planície, onde há predominância de habitações de padrão econômico mais elevado. (...). Os Resíduos Sólidos. A coleta de resíduos nos municípios da bacia tem uma cobertura média de 60% dos domicílios, sendo o restante lançado, indiscriminadamente, em terrenos baldios, canais e galerias de águas pluviais, comprometendo a drenagem e o escoamento das águas. [p. 29 - 31].

Os problemas de pobreza apontados pelo Programa PROMETRÓPOLE para a Bacia do Beberibe vem reforçar o que já destacamos nas entrevistas, são na realidade, a falta ou deficiência de infraestrutura, de equipamentos públicos na localidade, entre outros elementos que vão caracterizar os habitantes locais como não possuidores de justiça social-territorial e de cidadania, e também, paradoxalmente, a negação do controle social sobre os pobres; isto demonstra o “esquecimento”, o abandono em que viviam estes moradores, pelo poder público (tanto municipal como estadual) em determinados momentos da história do lugar.

2.5 CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo procuramos analisar como se deu a produção do espaço da injustiça pelos seus principais agentes no local, o Estado e os Pobres-favelados desde a formação das ocupações as margens do rio e dos canais de onde vieram até o recebimento das moradias doadas pelo poder público. Isso se faz necessário para compreendermos como em uma relação de mediação assimétrica, que contraditoriamente combina controle social aceitável (sutil) com justiça social-territorial, pode levar a conquista da cidadania para os moradores locais, mesmo sendo uma “cidadania inacabada” onde pouco altera a vida das pessoas, se reduzindo ao físico, ao

arquitetônico, as infraestruturas, permanecendo os indivíduos desempregados, mal alimentados, com escolas ruins entre outras necessidades.

Constatamos também que o espaço urbano em nossa sociedade é produto de diversos atores/agentes sociais. Sendo assim, analisamos apenas os dois agentes que são diretamente responsáveis pela sua produção: o Estado e os Grupos Sociais Excluídos. O primeiro, o Estado, se formou e tornou-se um ente que se apresenta como “neutro” apaziguador de conflitos pairando sobre as classes, se utilizando de diversos instrumentos para manter o controle social dos grupos na sociedade, em particular dos dominados, com a função e a responsabilidade de ser o provedor de todas as necessidades prementes para essa população, além de ter de resolver os problemas urbanos. O segundo, os Grupos Sociais Excluídos ou simplesmente os Pobres-favelados que ocupam as periferias físicas e sociais das cidades e lutam para serem atendidos em suas necessidades básicas com iguais direitos, por meio dos movimentos sociais urbanos – de caráter reivindicatório –, ou não. Já os movimentos representam uma “classe social” (ainda que nem sempre tenham consciência disso), uma etnia etc., mas aqui, refere-se aos destituídos de poder, que em sua maioria lutam por melhorias sociais (de bens, equipamentos e serviços coletivos) e não pela tomada do poder (do Estado), como constatamos nas análises de alguns eventos ocorridos no Brasil, na Cidade do Recife e na Comunidade Chão de Estrelas (objeto do nosso estudo).

São através das reivindicações, primeiro por moradia, e em seguida por luz, água encanada, ruas calçadas, transportes coletivos, condições de vida digna etc. é que foram se dando a produção do espaço local realizada pelos próprios pobres-favelados, pelas lideranças e entidades de representação local e também pelo poder público (Estado e Município), com programas, como por exemplo: PROMETRÓPOLE, que ainda está em andamento, implementando diversas obras de infraestruturas urbanísticas e arquitetônicas na localidade em apreço.

Lembramos ainda que as injustiças com os moradores pobres da área de estudo pejorativamente vistos como marginais, não são só materiais, são também simbólicas e não materiais, que decorrem de um modelo de sociedade que historicamente pelo menos no mundo subdesenvolvido tem predominado e conservado a pobreza e as desigualdades socioeconômica-ambientais. Sendo assim, é lógico concluir que um projeto de moradia não muda a vida das pessoas, e que programas como o PROMETRÓPOLE fazem promessas falsas, quando em seu objetivo a firmam soluções que não serão cumpridas. Pois, várias obras não serão concluídas e, além de uma casa

nova não muda o sistema de desigualdade da sociedade, levando a permanecer **parcialmente um espaço de injustiça**, apesar das conquistas e melhorias alcançadas.

A seguir veremos o controle social produzido pelos de cima através das políticas públicas de habitação popular e do Programa PROMETRÓPOLE para os de baixo nas novas moradias na Comunidade de Chão de Estrelas.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS HABITACIONAIS: PODER LOCAL E CONTROLE SOCIAL

“— Essa cova em que estás,
com palmos medidas,
é a conta menor
que tiraste em vida.
— é de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
— Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.
— É uma cova grande
para teu pouco defunto
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo. (...)”
(Melo Neto, 1920, p. 41-2).

3 POLÍTICAS HABITACIONAIS: PODER LOCAL E CONTROLE SOCIAL

A habitação se constitui em um dos vários utensílios das lutas pelas necessidades humanas básicas. Levando cada sociedade ou setores destas a procurar resolver o problema da falta de moradias nas diversas conjunturas históricas. Neste capítulo temos por objetivo demonstrar que o Estado brasileiro usa a política habitacional como um elemento de legitimação frente às camadas de baixo, mais do que um elemento central para exercício da cidadania. Mesmo assim, essas políticas quando concretizadas no espaço dos pobres são exemplos de uma cidadania inacabada que atende as reivindicações das populações que não possuem moradias e, não meras ações benevolentes do Estado. Porém, nessas políticas públicas há implicitamente uma estratégia de controle social por parte do poder público, sobre estes beneficiários e consequentemente, sobre a produção do espaço urbano dos pobres. Dito de outra forma, políticas públicas de habitação de interesse social, promove justiça social-territorial e controle social, mas não leva os habitantes locais à conquista da cidadania plena, ao máximo conduz a uma conquista um pouco mais substancial da cidadania.

Antes de iniciar a reflexão sobre a questão da moradia ou de sua “crise”¹, ocorrida na área em estudo, é importante termos em mente que ela faz parte de um contexto mais amplo, das mudanças advindas do modo de produção capitalista, em nosso caso, dos finais do século XX, início do século XXI. Esse fenômeno ainda que não seja exclusivo do capitalismo, encontra suas origens mais remotas na transição do feudalismo para o capitalismo, e seu agravamento e permanência a partir da Revolução Industrial.

Já em 1887, a questão da falta de moradia digna foi apontada por Friedrich ENGELS em seu texto “Para a questão da habitação”, no qual informa como se encontrava a situação habitacional nas cidades da Europa durante a segunda metade

¹ Alertamos que apesar de utilizarmos a expressão “crise”, pela forma que se apresenta, a questão da moradia é um problema estrutural do modelo capitalista. Ainda que exista em outros modelos de organização social.

do século XIX, momento em que os velhos países, principalmente, França e Alemanha, realizavam a transição da manufatura para a grande indústria.

Para Iranise Alves da SILVA (1987), é nesse contexto que a questão da moradia passa a ser, antes de qualquer coisa, a da sua crise, e essa se configura num quadro mais amplo, cujas dimensões ultrapassam os simples mecanismos reguladores da relação oferta/demanda no mercado econômico, para refletir uma determinação estrutural, historicamente estabelecida, entre as necessidades socialmente definidas e a produção de moradias e de equipamentos urbanos, numa formação econômico-social dada.

Mas o processo de produção de moradia tem características bem específicas, diferenciando dos demais processos de produção de bens de consumo durável, decorrente da sua total subordinação ao mercado de terras e ao capital imobiliário (SILVA, 1987; SOUZA, 2008a). Isso mostra que, no capitalismo, a crise da moradia é estrutural, e a relação entre exploração do trabalho, carência e precariedade habitacional não é direta, mas mediada pelos mercados de terras e o imobiliário², como veremos a seguir no Brasil.

3.1 A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR NO BRASIL E NO RECIFE

É no espaço da grande cidade capitalista que sucede os complexos usos da terra. “Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão”³. Ela é ainda espaço das relações espaciais, reflexo da sociedade de classes, que é profundamente desigual, além de condicionante social é “a expressão territorial da socialização contraditória das forças produtivas no modo de produção capitalista”, como assevera Boaventura de Sousa SANTOS (2008, p. 37); é nesse contexto que se dá a questão da “crise” da moradia no Brasil.

No Brasil, as péssimas condições habitacionais, o encarecimento do preço da moradia e a segregação das classes e camadas sociais no espaço, são três das principais marcas do processo de urbanização. Essas condições serão comuns a todas as cidades brasileiras. Entretanto, a “crise” habitacional não é só causa de um déficit

² Luís César de Queirós RIBEIRO, **O que é questão da moradia**, p. 17.

³ Roberto Lobato CORRÊA, **O espaço urbano**, p. 7.

habitacional, que poderia ser resolvido através da ação do Estado, criando programas que incentivassem a produção de residências, sobretudo através da constituição de financiamentos especiais à construção e à comercialização. Mas, deve-se principalmente, à permanência de uma parcela grande dos habitantes que não têm renda suficiente para adquirir uma determinada mercadoria e que está excluído da demanda, não obstante dela necessitar⁴.

Nesse contexto, a problemática habitacional no Brasil apresenta três aspectos: econômico, social e político, que tem como consequência, “as contradições do espaço urbano – por exemplo, a discriminação no acesso aos consumos coletivos e a estratificação e segregação habitacional”, como assevera Boaventura de Souza SANTOS (2008, p. 39). Basicamente, a questão da moradia inicia-se nos anos de 1930 a 1950, com a consolidação do capitalismo industrial e o deslocamento do centro da economia das áreas rurais para as áreas urbanas, acarretando o problema de elevada demanda de moradia e infraestruturas urbanas, tendo como principal resultado desse desequilíbrio a favelização.

A intervenção estatal no setor da habitação popular ocorrer com a criação em 1946 da Fundação da Casa Popular, no Governo Vargas, objetivando, segundo Iranise Alves da SILVA (1987, p. 30), “viabilizar uma política habitacional de âmbito nacional para população de baixa renda, visto que as instituições preexistentes [Institutos, Caixas de Pensões e Aposentadorias] atuavam no setor de habitação, de forma fragmentada e limitada apenas aos seus sócios.” A atitude do Estado nesse período caracterizou-se pelo descompasso entre o discurso populista e a ausência de soluções práticas para as necessidades habitacionais das classes populares. Ainda para Irenise Alves da SILVA (1987, p. 16), é no plano político que:

A concentração demográfica nos aglomerados de moradias proletárias contribuiu para formação e desenvolvimento da consciência de classe, representando uma ameaça à ordem política dominante, na medida em que se tornava difícil a contenção, dessa força política concentradora, pelas forças de repressão⁵.

No período do regime militar, a política habitacional do Estado brasileiro inicia-se por meio do Plano de Ação Econômica do Governo — PAEG, que “objetivava estimular a indústria da construção civil, através de um programa habitacional ‘voltado a atender à demanda das populações, tornando a aquisição da casa própria acessível às classes

⁴ Roberto Lobato CORRÊA, **O espaço urbano**, p. 7.

⁵ Ver também, Friedrich ENGELS, **Para a questão da habitação**.

menos favorecidas””. Entretanto, “a função empresarial, norteadada pelo lucro, estava claramente priorizada, pela qual a preocupação social ficava reduzida a mera declaração de desejos” (SILVA, 1987, p. 33).

Outro fator de ordem política, que contribuiu para a “estabilidade social da nação” foi o nascimento do Banco Nacional de Habitação – BNH, que procurava da legitimidade ao novo regime, e também almejava mostrar através de uma imagem de sensibilidade às necessidades sociais de amplos setores populares, despertados para a política no início da década de 1960. Como podemos constatar na carta endereçada ao então Presidente da República, Castelo Branco, pela líder direitista Sandra Cavalcante, em 1964, propondo-lhe a criação do BNH:

A revolução vai necessitar — escrevia a S^a Cavalcante — agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma **certa** alegria, penso que a solução dos problemas da moradia, pelo menos nos grandes centros urbanos, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas.⁶ (Grifo no original).

A mesma preocupação encontra-se nas declarações do então Ministro Roberto Campos citado por Iranise Alves da SILVA (1987, p. 34):

A solução do problema da casa própria tem esta particular atração de criar um estímulo à poupança que, de outra forma, não existiria e contribui muito mais para a estabilidade social que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem.

Já para Mário Trindade, um dos presidentes do BNH, a preocupação era de atenuar crises localizadas, através de estímulo à construção civil, como destaca L. A. G. ANDRADE (1976) citado por Ademir Alves da SILVA (1992, p. 75 – destaque nosso):

No quadro do desenvolvimento urbano brasileiro o problema mais importante não era a casa, era a abertura das oportunidades de emprego para absorvermos as massas de trabalhadores semi-especializados: de oportunidades para mobilizarmos os escritórios de engenharia, de planejamento, de projetos, de arquitetura e dar trabalho às firmas de construção civil e a indústria de construção, forças paralisadas na economia brasileira...

Como vimos, havia uma preocupação para compensar e conquistar as massas trabalhadoras vítima do desemprego e das “pressões da política de contenção salarial. Daí a importância da ‘casa própria’.” (BOLLAFFI, 1979 apud SILVA, 1992, p. 15).

⁶ Berenice G. Vasconcelos SOUZA (1974) citado por Iranise Alves da SILVA (1987), Ibidem, p. 33.

Entretanto, sem deixar de privilegiar a classe empresarial, representada “pelos construtores, bancos, financeiras, associações de poupança e crédito imobiliário, que dificilmente embarcariam numa política que lhes contrariasse os interesses.” (SILVA, 1992, p. 14). Porém, os programas habitacionais se destinavam as classes médias e altas, com renda familiar superior a cinco salários mínimos⁷.

Para atender as classes mais desprovidas, a Política de Habitação Popular vai implementar as COHABs — Companhias de Habitação, que são os agentes promotores/executores dos programas de habitação popular do BNH, constituídas sob a forma de sociedades mistas, o poder público, Estado ou Município, detendo o controle acionário, com os recursos advindos do FGTS. As COHABs passam para o setor privado todas as funções produtivas, limitando-se, apenas, a fiscalizarem as obras e a liberarem parcelas de financiamento, de acordo com cronograma físico-financeiro, e incumbindo-se da comercialização e das cobranças⁸.

Mesmo tendo o período de 1964-1969 sido considerado áureo para o mercado popular de moradias, os novos programas habitacionais para os moradores de baixa renda subordinaram-se às conveniências comerciais dos agentes privados que dominavam o mercado imobiliário, provocando altos índices de inadimplência, sendo o acelerado crescimento das favelas nas periferias urbanas um claro indicador disso⁹.

Para amenizar o problema da inadimplência e abandono de imóveis pelos mutuários, as COHABs introduziram, em 1975, um redirecionamento da política de habitação popular com modificações substanciais nas normas de atendimento. A mais importante foi privilegiar as faixas de renda mais alta do mercado popular (mudando a composição da clientela), elevando para cinco salários o nível mínimo de atendimento, contribuindo para exclusão dos habitantes de baixa renda e para a proliferação da especulação imobiliária, que elevam os preços dos imóveis e aluguéis. Assim, quando os reajustes da prestação eram inferiores às taxas de inflação, essas moradias tornavam-se vantajosa para os adquirentes, gerando aumento da demanda superior ao da oferta, incentivando o clientelismo político. O cartão de recomendação de um político influente passou a ser condição indispensável para se conseguir a casa¹⁰ própria.

O fracasso do programa de habitação popular do BNH, no âmbito do qual apenas 280 mil trabalhadores de baixa renda foram atendidos, de um déficit habitacional

⁷ Ver Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia**, p. 36.

⁸ Ver Ibidem, p. 38; e Wanderley J. Manso de ALMEIDA. **Abastecimento de água à população urbana: uma avaliação do PLANASA**.

⁹ Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia**, p. 40.

¹⁰ Ver Ibidem, p. 42.

calculado em sete milhões de moradias ou 3% da meta original, levou à criação, em 1973, do Plano de Habitação Popular — PLANHAP, que teria como áreas prioritárias de atuação cidades com mais de 50 mil habitantes e/ou taxa de crescimento superior a 7%, com clientela, famílias com renda familiar de um a três salários mínimos. Essas mudanças técnicas, não garantiram o sucesso do programa, ocasionando, por exemplo, o crescimento, durante a década de 1970, em 400% da população favelada na cidade de São Paulo; isto ilustra o ritmo de crescimento desse setor e a gravidade do problema nas demais cidades de médio e de grande porte do País¹¹.

Para conter o crescimento do setor informal de moradias, foram criados novos programas como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados — PROFILURB, em 1975, que buscava ampliar a clientela atendida pelo antigo PLANHAP, com a incorporação de famílias com precária ou instável inserção no mercado de trabalho (com renda de um a três salários mínimos). Esse programa foi bastante criticado pelos setores do empresariado da construção civil, uma vez que comporta pouco volume de obras. Sendo reformulado em 1978 (RC 18/78)¹², com a introdução de esquemas mais vantajosos de financiamento e com incorporação de uma Unidade Sanitária ao lote — levou uma reviravolta de curto prazo no programa¹³.

O FICAM — Financiamento da Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social, instituído em 1977, buscava de forma articulada com o PROFILURB consolidar a autoconstrução enquanto alternativa efetiva aos programas de financiamentos individuais de materiais de construção. E o Programa de Erradicação de Subabitação — PROMORAR, criado em 1979, que por ser um programa mais completo de urbanização de favelas, acabou absorvendo o PROFILURB e o FICAM.

O PROMORAR inicialmente estava inserido no âmbito do PLANHAP, passou a ter legislação própria com a Resolução R-BNH nº 135/82, com objetivo basicamente, de se destinar a erradicação ou recuperação de favelas, palafitas ou mocambos, através do saneamento e urbanização da área¹⁴, seguido da construção de moradias compatíveis, na área ocupada. Segundo Iranise Alves da SILVA (1987, p. 45-46):

O PROMORAR pretende ser um novo enfoque da questão das favelas, já que aceita a permanência da população favelada nas áreas onde já residem, havendo, portanto, considerável diferença das práticas anteriores,

¹¹ Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia**, p. 45.

¹² Resolução do Conselho de Administração do BNH.

¹³ Ver Alexandrina Sobreira de MOURA, **Promorar e autoconstrução no Nordeste**: subsídio para uma avaliação institucional, p. 21.

¹⁴ Ver Ibidem, p. 21 e Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia**, p. 45.

ou seja, erradicação, pela via da remoção dos favelados para conjuntos habitacionais distantes de seus locais de origem, cujo resultado desse remanejamento causava os chamados efeitos “desintegradores”: queda da renda familiar, por aumento do custo e gasto com transportes; desemprego, devido ao afastamento dos mercados de trabalho; despesa com habitação, destruição dos laços sociais de vizinhança e de solidariedade, etc.

Entre as inovações contidas na abordagem do PROMORAR destacam-se, por parte do Estado, a angariação de legitimidade política e simpatia junto às camadas populares, em face à significação político-eleitoral da população favelada e, obviamente, seu poder de barganha pela via do voto, além de dar ênfase à chamada participação comunitária, entre outra¹⁵.

Nesta conjuntura, o PROMORAR tinha como discurso oficial a promoção de habitações populares subsidiadas, além de promover redistribuição de renda, elevação do padrão de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo e ampliação das oportunidades de emprego. Entretanto, o déficit habitacional estimado pelo próprio BNH, no nível de famílias urbanas com até três salários mínimos mensais, para o período de 1980-85, correspondem a 77% do déficit urbano total, constituindo-se num reconhecimento de mais um fracasso da política de habitação popular¹⁶. Esse quadro recessivo levou segundo Iranise Alves da SILVA (1987, p. 49) e Benício SCHMIDT (1986, p. 51 – Destaque nosso):

À aceleração do processo de periferização das áreas urbanas, particularmente das regiões metropolitanas. Estima-se que, em 1982, cerca 40% da população do Rio de Janeiro, 45% da de São Paulo e 63% da de Recife, para só citar as maiores, vivem em assentamentos precários: favelas e cortiços. O quadro não é diferente para as demais regiões metropolitanas e capitais de Estados.

Para Milton SANTOS (1993, p. 111):

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.

Entre o período de junho/79 e janeiro/83 foi construídas pelo PROMORAR na região Nordeste 62.376 habitações, e no Estado de Pernambuco 14.347 habitações

¹⁵ Ver Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia**, p. 46.

¹⁶ Ver Ibidem, p. 47.

contratadas¹⁷. Para Iranise Alvas de SILVA (1987, p. 45), o PROMORAR “É a mais recente resposta oficial às demandas de moradia das camadas ‘esquecidas’ pelo Sistema Financeiro de Habitação.” E continua a autora (SILVA, 1987, p. 25 — Destaque nosso):

O Estado — dada a necessidade político-econômica de cada conjuntura, nos diferentes momentos históricos — ao intervir no mercado imobiliário, através das políticas públicas de habitação popular, visa alcançar uma gama considerável de objetivos, ou seja: ora busca legitimação política, ora busca o controle social das classes subalternas, ora pretende promover a formação de uma força de trabalho cativa, ora visa à reprodução da força de trabalho e/ou à diminuição do seu valor. Muitas vezes pretende promover superação de crises cíclicas da economia, ou até mesmo promover às classes populares acesso real aos direitos de cidadania.

O PROMORAR como solução para o problema habitacional, segundo Iranise Alves da SILVA (1987, p. 65), “foi impelida pelas lutas populares, em especial das Associações de Bairros”. Para Maria Ângela de Almeida SOUZA (1990, p. 128), “a participação da população restringiu-se, praticamente, às negociações para implementação do programa no assentamento.” Estes exemplos analisados acima, mostram até o momento como foram se dando concomitantemente as ações de justiça social-territorial e controle social por parte do poder público (União) sobre os habitantes pobres.

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, passa a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, cabendo agora a estes as definições de prioridades e execuções de tais programas com receitas próprias.

Já as alternativas para a década seguinte (1990) ¹⁸ incidiram na permanência das parcerias dos governos locais com agências de financiamento internacional ou federal através dos organismos multilaterais de desenvolvimento econômico — BID e o Banco Mundial, por exemplos — (LEITE, 2007; PORDEUS, 2006; SERRANO, 2006; CYMBALISTA apud LEITE, 2007). Essa política, ou melhor, essa “ausência” de um projeto de política habitacional consistente e duradouro por parte do Governo Federal, vai perdurar praticamente até boa parte do primeiro mandato do governo Lula. Governo

¹⁷ Ver: Iranise Alves da SILVA, **A crise da moradia**, p. 47. Habitações contratadas: = Unidades construídas + Unidades em construção + Unidades a construir com projetos e financiamentos aprovados.

¹⁸ Referentes aos diversos programas de política habitacionais criados pelos governos federais pós-extinção do BNH até os trinta e primeiro meses do governo Lula, ver o artigo de Sérgio AZEVEDO, **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX, p. 12.

que teve início em 1º de Janeiro de 2003 e terminou em 1º de janeiro de 2007. Neste a atenção maior foi combater a fome, a reforma da previdência e a questão econômica. Entretanto, o primeiro mandato iniciado em janeiro de 2003, começa com a criação do Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão central responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação¹⁹. Esta se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe à casa e incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir a inclusão social e o direito à cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004)²⁰. Nesse mandato foram investidos mais de R\$ 36 bilhões de reais, beneficiando cerca de dois milhões de famílias em todo País, com produção e aquisição de moradias, urbanização de assentamentos precários, aquisição de material de construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional. Além disso, 75% dessas famílias têm renda máxima de cinco salários mínimos, consolidando o processo de priorização dos investimentos na população com essa faixa de renda²¹.

O segundo mandato do petista Luiz Inácio Lula da Silva, na presidência da República do Brasil, inicia-se com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento — **PAC** (DECRETO Nº 6.025, de 22/01/2007), “que estabeleceu um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo, que objetivam um crescimento econômico de 5% ao ano no período 2007/10.” (PAC — URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 31/07/2010, p. 1). Em 29 de março (2010) foi lançada a segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento – o **PAC 2**, como é conhecido, está dividido em seis novos eixos que abrangem projetos de infraestrutura em todo o Brasil, são eles: PAC Cidade Melhor; PAC Comunidade Cidadã; PAC Minha Casa, Minha Vida; PAC Água e Luz para Todos; PAC Transportes; e PAC Energia.

O eixo que nos interessa aqui é o “PAC Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV, criado pela Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. Este programa

¹⁹ “Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.” MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política nacional de habitação. **Cadernos MCidades Habitação**, 4, Brasília, Nov, 2004. p. 12.

²⁰ Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secreteria-de-habitacao/snh/pac/?searc...>> Acessado em 31 de jul. 2010.

²¹ Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secreteria-de-habitacao/snh/pac/?searc...>> Acessado em 31 de jul. 2010.

tem como objetivo principal a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda de até dez salários mínimos.

Para as famílias com renda bruta de até três salários mínimos na aquisição de um imóvel terá direito ao subsídio do fundo do programa habitacional “minha casa, minha vida”, ficando as prestações de até 10% da renda, por 10 anos, e com prestações de R\$ 50 por mês. Além disso, não haverá análise de risco de crédito e capacidade de pagamento; ficando também, os contratos e registros efetivados preferencialmente, em nome da mulher. Já a área de abrangência são as Capitais e respectivas regiões metropolitanas, com municípios com mais de 100 mil habitantes; podendo contemplar em condições especiais municípios entre 50 e 100 mil habitantes, de acordo com o seu déficit habitacional. Os imóveis do “programa minha casa, minha vida”, se constituem de casas térreas ou prédios de acordo com as características, especificações e custos pré-definidos. Com limites de até 500 unidades por módulo, ou condomínios segmentados em 250 unidades habitacionais. Não incidem custos de comercialização e incorporação sobre o mutuário. Com especificação padronizada da seguinte forma: Tipologia 1: casa térrea – 35 m²; e tipologia 2: apartamento – 42 m² de área construída.

Duas reportagens do jornal Folha de Pernambuco destacam o programa. Na primeira, do dia 14/03/2010, a jornalista Amanda NÓBREGA (2010) registra que para a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco — Ademi-PE —, para o Sindicato das Indústrias da Construção Civil — Sinduscon —, para a Caixa Econômica Federal — CEF —, e para as construtoras, o Programa apresenta perspectivas muito boas, com o crescimento das “classes C e D”, e afirma que daqui a alguns anos estas camadas da sociedade vão representar cerca de 70% do mercado imobiliário.

Já a segunda reportagem, do dia 8/05/2010, do jornalista Diego MENDES (2010), destaca o presente antecipado do “Dia das Mães” e do “São João”, para 624 famílias do município do Recife pelo presidente Lula, com a entrega das chaves dos seus apartamentos. Os conjuntos habitacionais foram construídos em parceria entre os governos Municipal e Federal, com recursos do programa “PAC Urbanização de Favelas”, com financiamento da Caixa Econômica Federal, para as famílias de baixa renda dos bairros da Imbiribeira, Água Fria e Arruda.

Em Pernambuco essas iniciativas inscrevem-se na sequência de uma trajetória de lutas continuadas pelas moradias por parte de famílias parecidas àquelas beneficiadas por essa entrega. Entretanto foi com a Revolução de 1930, que a política de construção de moradias teve uma das primeiras mudanças e, em Pernambuco, o

interventor nomeado pelo presidente da república Getúlio Vargas, Agamenon Magalhães, implementou um decreto-lei que criava a taxa por insalubridade, na qual quem morasse mal, ainda teria que pagar por isso. Em outro decreto-lei, proibiu a construção de novos mocambos no perímetro urbano²². O destino da maior parte dos desabrigados foram os morros da zona norte, cuja terra tinha baixo valor econômico. Essa forma de intervenção por parte do Estado levou os moradores a se organizarem nas suas localidades.

A partir da redemocratização do País, em 1947, criam-se as primeiras Associações de Bairros e Ligas de Moradores para garantir a ocupação das margens dos rios, alagados e morros e reivindicar serviços de infraestrutura e equipamentos coletivos. Já o período entre 1955 a 1964 destaca-se pela presença marcante de instituições democráticas que puderam se organizar em várias partes do Recife. Formou-se na política uma coligação denominada “Frente do Recife” (veremos com detalhe no capítulo 4), que tinha como destaques Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, tendo como plataforma política a questão da participação popular através, especialmente, das Associações de Bairros (LEAL, 2004; ETAPAS, 1989).

Em 1965, em âmbito local, foram criadas as COHABs Recife e Pernambuco, que funcionaram separadamente até 1978, quando se fundiram. Para Socorro de Paula Barbosa Rodrigues LEITE (2007, p. 39), “a nova COHAB PE, apesar de ter sua abrangência em todo o estado, acabou focando sua atuação na região Metropolitana do Recife.” Para Maria Ângela de SOUZA (1990):

A partir dos últimos anos da década de 70, assiste-se a um constante choque entre a ação pública e a manifestação de insatisfação dos setores populares nas grandes cidades. Presencia-se um grande movimento de invasões de terrenos urbanos e o fortalecimento dos movimentos de bairros, calcados nas lutas pela posse da terra e pelo acesso à infra-estrutura básica. Os conflitos urbanos que convulsionam a Nação contribuem para que o Regime tome a iniciativa de descomprimir o quadro repressivo existente na política institucional.

Com isto, há um redirecionamento da política habitacional, instalando-se práticas da participação dos habitantes na implementação de programas de melhoria nas áreas pobres da cidade, onde de modo geral, as prioridades dependiam mais do nível de

²² Para M. C. M. ORTIZ e R. S. A. HUE (1987, p. 185) citado por Socorro de Paula Barbosa Rodrigues LEITE (2007, p. 33 — Aspas no original): O próximo passo foi a criação de uma entidade privada — “Liga Social contra os Mocambos” — da qual participavam o secretariado do governo, usineiros, industriais, setores da Igreja e nenhum morador de casebre. Seus objetivos eram: ligar-se com as Carteiras Prediais dos diversos institutos de Pensão e Aposentadoria (Iaoetec, IAPC, IPSEP...); demolir e remover sistematicamente os mocambos e incentivar a construção de vilas por categorias profissionais, bem ao estilo corporativista incentivado por Agamenon Magalhães. Os mocambos eram amarrados em correntes e arrastados, após o que os moradores recolhiam os destroços e se dirigiam aos arrabaldes. Ver o **Guia Social do Recife, 1943**.

organização e do poder de pressão dos habitantes. Por outro lado também se incentivou o crescimento de entidades representativas nessas áreas, algumas das quais criadas pelo próprio Estado, como os “barracões” instalados pela Prefeitura do Recife, no governo de Gustavo Krause, em 1979. “Os barracões [...] procuravam estabelecer um espaço de diálogo entre a população e o poder público, com o discurso de que iria se planejar com a população.”²³ Para Suely Maria Ribeiro LEAL (2003), os Barracões serviram muito mais como balcão de recolhimento de reivindicações e de contenção de conflitos. Estas pressões e organizações que resultam de lutas sociais se confirmam também nas palavras de Boaventura de Souza SANTOS (2008), quando coloca que o próprio Estado promove a organização dos interesses coletivos das classes populares e da repolitização controlada dos conflitos e das lutas sociais daí decorrentes.

Para Socorro de Paula Barbosa Rodrigues LEITE (2007, p. 44), apesar de ainda ser sancionada “a lei do Plano de desenvolvimento do Recife²⁴, que previa o tratamento especial para as áreas pobres, adequando-se aos moldes de gestão do Programa PROMORAR e orientando a criação, posteriormente, das áreas Especiais²⁵”, mais uma vez, os objetivos dos programas habitacionais não são atingidos, e “as construções, até 1987, foram predominantemente contratadas a empreiteiras e o barateamento ocorreu muito mais pela diminuição do tamanho e da qualidade das casas construídas” (LEITE, 2007, p. 45 — Destaque nosso), do que pela construção de um grande número de habitações.

Em 1986, o BNH foi extinto e a gestão do FGTS foi transferida para a Caixa Econômica Federal. Operando no contexto de uma grave crise das finanças públicas: “com a arrecadação em declínio nos anos 80 por conta da crise econômica, não apareceu no país nenhum novo projeto consistente e duradouro de política habitacional durante os governos Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.²⁶”. Posição apontada também por Maria José Vitoriano SERRANO (2006, p. 106) quando diz:

²³ Ver Socorro de Paula Barbosa Rodrigues LEITE, **Participação popular e acesso à moradia**, p. 44. A formação das entidades de representação da nossa área de estudo contou com o apoio da Igreja Católica, ver também Augusto Antonio Campelo CABRAL, **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto**: o vivido e o instituído, p. 80, e Maria do Socorro S. de Souza ARAÚJO, **Chão de Estrelas**: o brilho das histórias de luta de um povo, cap. I, p. 28.

²⁴ Lei 14.110/79.

²⁵ Através do Decreto 11.670/80, foram criadas 26 Áreas Especiais na Cidade do Recife, que passaram a ser reconhecidas como Zonas Especiais de Interesse Social a partir de 1983, pela Lei 14.511 — Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife.

²⁶ Ver CYMBALISTA (2005, p. 21) citado por Socorro de Paula Barbosa Rodrigues LEITE, **Participação popular e acesso à moradia**, p. 45.

Outro dado importante é que, se antes as políticas habitacionais eram insuficientes, dos anos de 1990 até os dias de hoje elas inexistem praticamente. Os financiamentos que a Caixa Econômica oferece são quase impossíveis para a classe média conseguir, diante da burocracia e dos tipos de financiamentos, o que torna os compradores reféns da política habitacional do governo.

Quanto aos pobres, ficam à mercê de algumas políticas habitacionais restritas, tanto na esfera estadual quanto na municipal, as quais alegam que faltam recursos para o atendimento de casas populares. Utilizam-se dos programas de urbanizações das favelas como uma solução para o déficit habitacional.

No âmbito da Prefeitura do Recife é implementado o “Programa Prefeitura nos Bairros”, cuja gestão discutiu as demandas dos bairros com os representantes de entidades locais, e entre outros programas, é criado, em 1987, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social — PREZEIS, que, através de Lei, possibilitou a regularização urbanística e fundiária de algumas áreas pobres da Cidade do Recife, instituídas como ZEIS.

A década de 1990, mais particularmente “entre 1995 e 1998, o Governo Federal aponta para Pernambuco, através da COHAB, recursos de maior monta, a partir dos programas PROMORADIA e Carta de Crédito Associativo, ambos pelo programa HABITAR-BRASIL” (LEITE, 2007, p. 48). Em Pernambuco o governo criou em 1998, a Empresa de Melhoramentos Habitacionais – EMHAPE, que passou a atuar basicamente a partir de convênios e parcerias envolvendo recursos federais e internacionais.

A partir de 2001, o Recife é governado por João Paulo, do Partido dos Trabalhadores (PT), que deu continuidade ao desenvolvimento de programas e projetos em parceria com os governos do Estado e Federal, além das agências multilaterais; e tendo como “carro-chefe” da gestão o “Programa Orçamento Participativo” – OP²⁷; ele se reelegerá [em 2004] e fará seu sucessor: João da Costa [em 2008], com o discurso da continuidade dos planos (CUNHA, 21/09/2008, p. 5). É nesse contexto e aliado ao programa PROMETRÓPOLE, que surge o mais recente conjunto residencial e obras de infraestrutura em nossa área de estudo. A seguir, iremos nos deter no Programa PROMETRÓPOLE para compreender com se dá “política” de habitação popular hoje na localidade pesquisada.

²⁷ Ver Socorro de Paula B. Rodrigues LEITE. **Participação popular e acesso à moradia**; e Augusto Antonio Campelo CABRAL, **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto**: o vivido e o instituído, entre outros.

3.1.1 Programa PROMETRÓPOLE

Com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente realizada no Brasil, a “Rio 92” também conhecida por “Eco-92”; a questão ambiental foi basicamente a “relação homem-natureza”; vinculando assim ao setor de saneamento básico passando a ser objeto de atenção dos poderes públicos. Em Pernambuco, o governo do Estado inicia uma gestão com o Banco Mundial para financiamento do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU – prevendo investimentos em ações integradas de desenvolvimento de cidades de porte médio e metropolitano. Este programa entre 1995 e 1996 transforma-se no “Programa Qualidade das Águas” – PQA/PE, contemplando estudos para investimentos no setor de saneamento. Paralelamente a isto, há um agravamento da pobreza urbana que leva a um sentimento de urgência de ações para minimizar o problema. “O Governo do Estado de Pernambuco, neste contexto, sediou e co-patrocinou em março/96 o Encontro Internacional do Recife sobre a Pobreza Urbana, evento preparatório do Habitat II, realizado em Istambul, em 1996” (PERNAMBUCO, 2001a, p. 15), que propôs programas de ações visando à sustentabilidade ambiental, onde inclui o desenvolvimento integral do homem. Destaca-se ainda no documento a ideia da necessidade de privatização do setor de saneamento para redirecionamento dos financiamentos pelo Banco Mundial para ações de combate a pobreza urbana.

O Programa Qualidade das Águas (PQA) passa a caracterizar-se pela ação integrada em áreas de baixa renda, tendo por objetivo a requalificação do espaço ocupado pela população pobre, degradada por uma ocupação desordenada e desprovida de serviços públicos e de infraestrutura física e social, de forma a dotá-la de características de bairro (PERNAMBUCO, 2001a). Tendo em vista desencadear um processo capaz de reverter à degradação das condições socioambientais e de melhorar a qualidade de vida dos habitantes necessitados de maneira sustentável, o Governo do Estado resolveu promover o desenvolvimento do Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife — PROMETRÓPOLE, doravante (PERNAMBUCO, 2001a), executado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas — CONDEPE/FIDEM, em cooperação com a Companhia Pernambucana de Saneamento — COMPESA e com diversas entidades da administração direta e indireta das Prefeituras das Cidades do Recife e de Olinda. O PROMETRÓPOLE²⁸ assinado em 23/07/2003, em Washington/EUA, pelo Governo do Estado de Pernambuco, as Prefeituras do Recife e de Olinda e o Banco Mundial, incorporou outros projetos; diretamente o PQA/PE, que abrangia todo o Estado. Mas, detendo-se principalmente na

²⁸ Ver Quadro 2 – Relação dos Produtos Específicos do Programa PROMETRÓPOLE. **Anexo: A**, p. 357.

área central da Região Metropolitana do Recife — RMR, nas bacias hidrográficas dos Rios Capibaribe, Beberibe, Ipojuca e Jaboatão, e tendo como intenção minimizar a desigualdades dessa região. Esses projetos identificaram (PERNAMBUCO, 2001a, p. 21):

- (i) que a principal fonte poluidora das águas eram os esgotos residenciais e
- (ii) que havia uma coincidência entre a concentração de assentamentos de baixa renda e a deficiência e até total carência de serviços públicos básicos o que espacialmente correspondia a área da Bacia do Rio Beberibe.

Para o Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001a, p. 21 — Destaque no original) a Bacia do Rio Beberibe apresentava-se segundo os dados do IBGE referentes a 1996, da seguinte forma:

A população da bacia é de 549.278 habitantes, distribuídos em Recife (65,5%), Olinda (32,8%) e Camaragibe (1,7%), tendo apresentado as seguintes taxas de crescimento no período 1991/96: *Recife - 0,73%, Olinda - 0,46% e Camaragibe - 2,25%*. A área apresenta uma elevada densidade populacional, na ordem de 6.800 hab./km² na zona urbanizada.

E continua o Programa (PERNAMBUCO, 2001a, p. 21-22 — Aspas no original):

Os dados do Censo de 1991 permitem algumas revelações sobre a situação econômica da população da Bacia nos municípios do Recife e de Olinda:

- na bacia do Beberibe vivem cerca de 40% de todas as famílias de Recife e Olinda, cujo chefe de família ganha até 2 SM (o equivalente ao valor que define a linha de pobreza segundo o BIRD, i.e. “One dollar a day” por pessoa);
- enquanto as famílias, cujo chefe ganha até 2 SM perfazem cerca de 50% de todas as famílias dos municípios do Recife e de Olinda, na bacia do Beberibe este percentual alcança quase 2/3 das famílias ali residentes;
- no caso de Olinda, cerca de 60% dos chefes de família com rendimento até 2 SM vivem na bacia do Beberibe.

Decorrente disto, as áreas escolhidas para os **planos-pilotos** foram as da **bacia do Beberibe**, que segundo Hernani Loebler CAMPOS (2003, p. 196), sofria com problemas das enchentes e a “elevada concentração de aglomerações urbanas caracterizada pela predominância de assentamentos de baixa renda, notadamente, nas áreas de morros e na planície estuarina, ao longo dos córregos, canais e rios”.

O programa PROMETRÓPOLE apresentado em maio de 2000 pela FIDEM, reformulando a Carta Consulta referente ao PEDU/PE, aprovada em agosto de 1992 (CAMPOS, 2003), tem como objetivo principal (PERNAMBUCO, 2008, p. 8):

Melhorar as condições de habitabilidade da bacia do Rio Beberibe por meio de implantação de infraestrutura urbana [água, esgoto, resíduos sólidos,

drenagem, sistema viário, equipamentos sociais e de lazer, entre outros] em áreas de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e melhoria da qualidade ambiental da Região Metropolitana do Recife – RMR.

Ainda esta prevista a implantação de equipamentos de uso coletivo e de caráter metropolitano, tais como: Parque nas Margens do Rio Beberibe, Parque Beberibe, Parque Nascedouro de Peixinhos e a implantação de vias coletoras, a exemplo, da Av. Prof. José dos Anjos, que margeia o Canal do Arruda (PERNAMBUCO, 2010)²⁹.

Com vistas a esse objetivo principal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos (PERNAMBUCO, 2001a, p. 40):

- Minorar a deficiência, ou mesmo ausência, de infra-estrutura e serviços urbanos essenciais nas áreas pobres da RMR;
- Contribuir para a melhoria das condições ambientais da RMR;
- Estabelecer uma estratégia para a ação permanente e sustentada de provisão e manutenção da infra-estrutura essencial nas áreas da RMR habitadas por populações de baixa renda;
- Envolver a população beneficiada nos processos de gerenciamento, implantação, operação e manutenção das infra-estruturas;
- Desenvolver a capacidade de atuação das instituições que lidam com esse problema na RMR;
- Contribuir para a regularização e legalização da cidade informal;
- Produzir conhecimentos de gestão municipal e metropolitana que possam contribuir para melhorar as condições de vida da população de baixa renda da RMR.

Para atender as propostas e projetos que define os eixos de intervenções foram elencados os seguintes **princípios norteadores** que deverão ser seguidos (PERNAMBUCO, 2001a, p. 32-33 — Destaque e itálico no original):

- **Considerar a bacia como unidade de planejamento de ação**, dentro de uma visão integrada;
- **Expor os rios de modo positivo** para o cotidiano dos habitantes de modo a resgatar a importância desse recurso natural como eixo condutor da estruturação;
- **Adotar uma nova postura sobre a ocupação das áreas de risco**, encarando o problema conforme ele se apresenta;
- **Melhorar o habitat onde for possível**, reduzindo ao máximo a relocação de moradias;
- **Requalificar os espaços de uso público ou coletivo e Ampliar a oferta de espaços de lazer**; favorecendo a integração da comunidade;
- **Assegurar e fortalecer os canais de participação da população**,
- **Apoiar as manifestações culturais das populações envolvidas**;
- **Promover a criação de novas oportunidades sócio-econômicas**, privilegiando as potencialidades locais;

²⁹ FIDEM. Apresentação do PROMETRÓPOLE. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/portal/layout?p_id=PUB.1557.44> Acesso em: 31 ago. 2010.

- **Assegurar adequada proteção às nascentes e aos pontos de recarga dos aquíferos;**
- **Adotar a educação como elemento - chave para a modificação das atuais condições sócio-econômicas da população.**

Segundo o Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001a, p. 33 — Destaque no original), para atender aos princípios traçados e ao objetivo principal, qual seja, o desenvolvimento estruturado da Bacia, com a redução da pobreza urbana, o Plano enfatizou as ações/intervenções existentes para toda a área, assinalou outras ações de naturezas diversas, e, principalmente tentou promover a integração desse conjunto de ações, na tentativa de transformar a realidade. Para isso estruturam-se as propostas segundo três campos estratégicos que visam ao desenvolvimento sustentável da bacia, quais sejam (PERNAMBUCO, 2001a, p. 33 — Destaque no original):

- **Qualidade do Habitat** - significa a busca da melhoria da qualidade do espaço físico, seja através da conservação e recuperação do ambiente natural, seja através da requalificação dos padrões de uso e ocupação do solo, da habitação, da infra-estrutura urbana e dos espaços públicos.
- **Desenvolvimento Socioeconômico** - significa a requalificação e melhor distribuição dos usos e funções urbanas, de modo a aumentar e melhorar os níveis de emprego e renda, assim como garantir ao cidadão melhores condições sociais de acesso à educação, saúde, cultura, lazer e segurança e, conseqüentemente, contribuindo para o exercício efetivo da cidadania.
- **Gestão Ambiental** - busca consolidar, através do compartilhamento de compromissos e da interface entre os agentes públicos e privados, bem como do aperfeiçoamento e ampliação das organizações para gestão comunitária, a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Dos campos estratégicos apontados acima, o de Gestão Ambiental se destaca pela sua importância hoje, pelo fato de sua indispensabilidade a qualquer Projeto/Programa, independente da dimensão espacial ou política (governamental ou privado), e, que sem este não será executado; ou seja, a exigência de uma boa proposta de desenvolvimento sustentável, que inclua as questões ambientais de avaliação dos impactos e educação ambiental. Sendo assim, com o Programa PROMETRÓPOLE não foi diferente; ele propõe um Plano de Gestão Ambiental para a Região Metropolitana do Recife (PGA – RMR). Região esta com característica de uma grande metrópole mundial; mas, por outro lado, apresentando centenas de núcleos de pobreza, com um grande contingente de famílias indigentes, que moram em favelas, com problemas econômicos, sociais e ambientais que juntos orientam para uma avançada redução da qualidade de vida dos seus habitantes. Particularmente, em relação às áreas de baixa renda, constata-se que a ocupação informal dos espaços

livres com assentamentos espontâneos, inclusive nas áreas de preservação (florestas, manguezais) e áreas de risco (alta declividade ou inundável), leva a um processo em espiral, e no longo prazo irreversível, de descaracterização da paisagem e de inviabilidade de uso sustentado dos recursos naturais anteriormente existentes, e que necessitam de enfrentamentos e soluções (PERNAMBUCO, 2001b).

Esta situação levou os governantes a buscarem alternativas de intervenção, visando o ordenamento territorial e a implementação de iniciativas potencializadoras do desenvolvimento para a região. Tendo no centro das questões metropolitanas, a preocupação do **desenvolvimento sustentável**, assumindo a priorização do crescimento econômico, com equidade social e manutenção do meio ambiente e da qualidade de vida; com isto, atendendo também acordos internacionais (PERNAMBUCO, 2001b).

Entre as propostas estratégicas do Programa PROMETRÓPOLE para um desenvolvimento sustentável das bacias da Região Metropolitana do Recife – RMR, a ser executada, primeiramente na Bacia do Beberibe, está o **Plano de Gestão Ambiental da Região Metropolitana do Recife (PGA-RMR)**. Este plano tem como objetivo: “Diretrizes estabelecidas e ações estratégicas desenvolvidas para uma **gestão ambiental compartilhada, que conduza à melhoria do meio ambiente metropolitano e da qualidade de vida dos seus cidadãos.**” (PERNAMBUCO, 2001b, p. 13 – Destaque no original). Mas especificamente pretende-se (PERNAMBUCO, 2001b, p. 14 – Destaque no original):

- **Contribuir para a Política de Meio Ambiente do Estado e dos Municípios da R.M.R;**
- **Possibilitar a preservação e conservação** dos recursos naturais remanescentes na R.M.R;
- **Propor mecanismos que tornem eficaz o Sistema** de Gestão Ambiental metropolitano;
- **Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da R.M.R.**

Para atender a tais objetivos o Plano de Gestão Ambiental deverá ser elaborado de acordo com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, tomando como referência indispensável os seguintes requisitos da gestão metropolitana (PERNAMBUCO, 2001b, p. 14 – Destaque no original):

- Reconhecimento da **identidade municipal e da necessidade de compartilhamento de soluções intermunicipais;**
- **Envolvimento dos governos federal, estadual e municipais,** e participação dos diferentes setores da **sociedade civil,** como o

empresarial, as universidades, as organizações não-governamentais e os movimentos sociais organizados;

- Identificação e implementação de **soluções criativas, de acordo com prioridades estabelecidas democraticamente.**

Este Programa (PGA) deve ter como princípio, a prática de estimular e potencializar iniciativas ambientais de governos e da sociedade civil, que ampliem o acesso à informação ambiental, contribuam para a formação de uma convivência ambiental e cidadã e que possuam sustentabilidade econômica, social e ecológica, no médio e longo prazo (PERNAMBUCO, 2001b). Para isto, dentre as iniciativas que devem ser apoiadas e que merecem um detalhamento no âmbito do Programa, estão (PERNAMBUCO, 2001b, p. 18 – Destaque no original):

- **Informação e Comunicação Ambiental**, com estratégias múltiplas para sistematizar e disponibilizar as informações de interesse da sociedade e dos setores públicos, através de mecanismos compatíveis com os diferentes tipos de usuários;
- **Educação ambiental e mobilização social**, com ênfase em escolas e nas comunidades, facilitando o processo de tomada de consciência cidadã e a mobilização para a defesa do meio ambiente, na construção de uma metrópole ecologicamente viável;
- **Recuperação de áreas degradadas**, seja por desmatamento, erosão marinha, mineração, aterro ou poluição ambiental. Neste caso, será necessário definir a tipologia de áreas recuperáveis, caracterizar as formas de intervenção, propor uma priorização das ações e identificar possíveis atores desse processo;
- **Projetos sustentáveis de iniciativa local**, que se originem nas comunidades e que busquem, de forma criativa, a compatibilização entre desenvolvimento social, econômico e a proteção ambiental. Ênfase deve ser dada às iniciativas em áreas de pobreza, situadas próximo ou no entorno de florestas, manguezais ou mananciais hídricos.

Para a implementação de tais ações do Programa PROMETRÓPOLE, nas áreas selecionadas deverão ser realizado através de um conjunto de medidas congregadas em três componentes, apontada no produto síntese do Programa e resumidas por Hernani Loebler CAMPOS (PERNAMBUCO, 2001a; CAMPOS, 2003, p. 198 — Destaque nosso) citadas a seguir:

- ⇒ Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda – este componente do projeto contemplará ações integradas de abastecimento d'água, esgotamento sanitário (inclusive módulos sanitários e ligações domiciliares), coleta de lixo, drenagem, arruamento, pavimentação, obras de proteção de encostas, reassentamentos, regularização fundiária, mobiliário urbano de pequeno porte, provisão de espaços coletivos dentro do desenho urbanístico, dentre outros elementos, junto às favelas e ocupações de baixa renda da RMR;
- ⇒ Infra-Estrutura Metropolitana Complementar – este componente tem como objetos a ampliação e implantação de equipamentos de infra-estrutura metropolitana complementares à infra-estrutura local, tais como

estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários, equipamentos sociais, dentre outros;

- ⇒ Estudos e Desenvolvimento Institucional e Comunitário – este componente buscará o melhoramento da capacidade dos agentes envolvidos, principalmente das instituições públicas, como também das organizações comunitárias, para que, em conjunto com entidades privadas essas sejam capazes de implementar ações integradas de infra-estrutura urbana e de prover os serviços públicos, que beneficiem as áreas ocupadas pela população de baixa renda.

A execução do Programa PROMETRÓPOLE se dará num período de cinco anos. Este período está dividido em duas fases distintas: a Fase I, com duração de três anos, concluindo com o término das atividades de planejamento para todas as áreas de baixa renda constantes do PROMETRÓPOLE. Já a Fase II, será essencialmente de execução, com duração de dois anos, iniciam-se com as experiências do “pós-obra” e a formatação do **PROMETRÓPOLE II** (PERNAMBUCO, 2001a).

Os recursos orçado para o Programa é de aproximadamente cem milhões de dólares, sendo que, cerca de cinquenta e quatro milhões de dólares (54%) do Programa, corresponde a um empréstimo a ser contraído junto ao Banco Mundial, enquanto o restante quarenta e seis milhões de dólares (46%) do valor restante do Programa, serão de responsabilidade e contrapartida, do Estado, em conjunto com a União e os Municípios do Recife e de Olinda (PERNAMBUCO, 2001a). “Esse valor, segundo os estudos, atende apenas a 25% (vinte e cinco por cento) do total das necessidades de infraestrutura física da Bacia de Beberibe, e que serão necessários programas semelhantes que deem continuidade ao processo de urbanização total.” (PORDEUS, 2006, p. 64; PERNAMBUCO, 2001a, p. 38). Posição que se confirma na reportagem da jornalista Cleide ALVES (2006, p. 3 – Aspas no original) da Folha de Pernambuco, do dia 19/11/2006; quando ela descreve:

A burocracia característica do programa somada à desvalorização do dólar em relação ao real³⁰ teve um resultado inesperado para os moradores. Até agora, só uma obra foi executada com recursos do Prometrópole — a reforma de parte do antigo Matadoruro de Peixinhos³¹, no limite do Recife com Olinda — e o restante continua como projetos. “Infelizmente, a área de abrangência do programa terá de ser reduzida à metade”, reconhece a coordenadora estadual do Prometrópole, Bárbara Kreuzig.

³⁰ Segundo a citada reportagem, “em 2003, ano de lançamento do programa, o dólar valia R\$ 3,82. Semana passada [19/11/2006], estava cotado em R\$ 2,13. Com isso, o contrato de US\$ 84 milhões (US\$ 46 milhões financiados pelo Banco Mundial e o restante é dividido entre governo do Estado, Prefeituras do Recife e de Olinda) despencou de R\$ 320,8 milhões para R\$178,9 milhões.” (ALVES, 2006, p. 3).

³¹ Obra que ainda hoje maio 2012, não foi concluída em sua totalidade, além de termos a impressão que apesar de ser um prédio protegido pela Lei de Preservação nº 13.957, de 26/09/1979, a recuperação não respeitou toda sua originalidade, já que é um monumento do século XIX, que representava o ideal urbanístico do pensamento higienista moderno, um exemplar da arquitetura eclética, com planta vinda de Paris.

Alguns pontos acima chama-nos a atenção: 1) a falta de coerência no cromograma para o término das obras. Uma obra com a dimensão e complexidade do PROMETRÓPOLE, mesmo só realizando as áreas piloto na Bacia do Beberibe, o tempo apresenta-se muito curto. A prova foi que só a obra do Matadouro de Peixinhos (hoje Nascledouro) realizou-se no período estipulado, assim mesmo pela metade (ver foto – 05) e com atraso de três anos para o início. Então como fica o projeto se o tempo necessário para recuperação de toda a área da bacia que são de quinze anos segundo o programa, caso tenha continuidade? (PERNAMBUCO, 2001a, p. 38); 2) Como o programa inicia-se com apenas 1/4 dos recursos previstos para execução e este é calculado em moeda estrangeira ficando também refém desta, obrigando a descontinuidade do referido programa (PERNAMBUCO, 2001a, p. 126); e 3), além da burocracia passar a ser a justificativa para as decisões políticas que penaliza os habitantes da área que seria beneficiada pelo programa, levando milhares de moradores a exclusão dos benefícios que teria com as obras, e conseqüentemente a melhoria da justiça social-territorial.

Foto 05 — Nascledouro de Peixinhos



Fonte: Foto do autor, 2012.

No que se refere ao arranjo institucional previsto para implantação do Programa, constante no documento síntese do PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001a) há três níveis distintos de intervenção, resumido por Hernani Loebler CAMPOS (2003, p. 198 — Desquate nosso) e citados a seguir:

- a) **Nível Decisório**, constituído por um Conselho Diretor formado pelos segmentos diretamente envolvidos, ou seja, Secretários Estaduais e Prefeitos dos municípios; b) **Nível Gerencial**, constituído por uma Unidade de Gestão do Projeto – UGP, coordenada pela FIDEM e formada por representantes técnicos de todas as instituições e entidades envolvidas no

Projeto; c) **Nível Executivo**, constituído por Unidades Executoras implantadas em cada uma das entidades responsáveis pela execução das ações componentes do Projeto, ou seja, Prefeituras Municipais, COMPESA, Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco – EMHAPE e FIDEM. O gerenciamento e a execução do Projeto dar-se-ão com o apoio de empresas consultoras especializadas.

As atribuições e responsabilidades das diversas instituições envolvidas na execução do PROMETRÓPOLE apresentam-se resumido no quadro – 03, a seguir:

Quadro 03 — Atribuições por Instituições Envolvidas no PROMETRÓPOLE

INSTITUIÇÃO	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES
SEPLANDES	• Representação no Conselho Diretor, órgão de decisão política do Prometrópole. • Acompanhamento e supervisão da implantação do Programa. • Articulação política com organismos financiadores externos e nacionais. • Compatibilização com os demais Programas implantados pelo Estado de Pernambuco.
FIDEM	• Participação no Conselho Diretor do PROMETRÓPOLE. • Participação na esfera decisória, através do CONDERM para: compatibilizar o Prometrópole com a Política/estratégia de desenvolvimento da RMR e para propor linhas e estratégias de ação. • Coordenação da Unidade de Gestão do Programa -UGP, que tem como atribuição: articulação técnica com organismos financiadores externos e nacionais, acompanhar a execução físico e financeira do Programa, consolidar planos anuais de operação, definir/ programar ações de Desenvolvimento Organizacional, promover coordenação inter-institucional, promover participação das comunidades e do setor privado. • Desenvolvimento de estudos e projetos metropolitanos. • Coordenar a preparação do PROMETRÓPOLE II.
SEIN	• Participação na instância de decisão política - Conselho Diretor • Acompanhamento e participação na gestão do Programa, através dos órgãos envolvidos com os projetos metropolitanos de infraestrutura.
COMPESA	• Gerência de execução estadual • Implantação de infraestrutura metropolitana de saneamento complementar à infraestrutura local.
EMHAPE	• Gerência de execução estadual. • Apoio às Prefeituras na implantação de infraestrutura local em áreas de baixa renda e legalização da posse da terra. • Execução de ações de urbanização de Áreas de Baixa Renda. • Produção de unidades habitacionais para reassentamentos.
CPRH	• Gerência de execução estadual. • Apoiar as entidades executoras na implementação das ações de educação ambiental. • Licenciamento, fiscalização, monitoramento e gestão dos recursos ambientais ligados ao Prometrópole.
PCR/URB (Recife)	• Coordenar a execução dos projetos, informar a UGP sobre o andamento dos Projetos, analisar/aprovar planos de intervenção, contratar projetos/obras e preparar planos operativos anuais. • Implantação das ações previstas nos planos de intervenção para áreas de baixa renda. • Instalar e manter escritórios locais responsáveis pela elaboração de planos de intervenção, coordenar e fiscalizar execução de projetos e ações e promover colaboração da comunidade. • Implementar ações de educação ambiental e fortalecimento comunitário.
PMO (Olinda)	• Coordenar a execução dos projetos (execução própria e em parceria com a EMHAPE), informar a UGP sobre o andamento dos Projetos, analisar/aprovar planos de intervenção, contratar projetos/obras, preparar planos operativos anuais. • Implantação das ações previstas nos planos de intervenção para áreas de baixa renda. • Instalar e manter escritórios locais responsáveis pela elaboração de planos de intervenção, coordenar e fiscalizar execução de projetos e ações e promover colaboração da comunidade. • Implementar ações de educação ambiental e fortalecimento comunitário.

Fonte: PERNAMBUCO, 2001a, p. 97

Os beneficiários do Programa segundo o documento síntese do PROMETRÓPOLE são os Grupos Vulneráveis que terão atenção especial como os jovens e adolescentes que (PERNAMBUCO, 2001a, p. 42):

Serão ofertadas alternativas para uma melhor socialização, a ocupação dos tempos livres e a prática de atividades sócio-culturais. Ações diferenciadas por gênero (melhoria das condições de moradia, maior permeabilidade das áreas residenciais, fortalecimento das entidades comunitárias, entre outros) beneficiarão o crescente número de mulheres chefe de família, contribuindo para estabilizar famílias e reduzir a violência urbana.

Pelo que constatamos até o momento (11/2012), as obras de infraestrutura física estão sendo implementadas, exceto as do Rio Beberibe que estão em fase de readaptação dos projetos, tanto nos planos pilotos como em nossa área de pesquisa. Entretanto, essas propostas para os grupos vulneráveis tudo indica que não sairão do papel, como vimos na reportagem de Cleide Alves e confirmada pela ex-coordenadora estadual e ex-gerente geral do PROMETRÓPOLE, Bárbara Kreuzig acima; o programa foi reduzido, penalizando tanto o próprio programa, como principalmente os habitantes excluídos dos benefícios.

Para as ações integradas de urbanização adotadas pelo PROMETRÓPOLE a unidade de intervenção básica definida foi a “UE” (Unidade de Esgotamento) na forma e limites definidos nos estudos de esgotamento sanitário do PQA das Bacias dos Rios Capibaribe, Beberibe, Jaboatão e Ipojuca. “A unidade de esgotamento pode ser definida como uma área contínua formando uma única sub-bacia de coleta de esgotos e de macrodrenagem, permitindo soluções lógicas e integradas do ponto de vista de infraestrutura urbana e de melhorias ambientais potencializáveis” (PERNAMBUCO, 2001a, p. 33 – Destaque nosso).

Com este critério, que se baseia nos estudos do PQA e conciliando com os interesses dos municípios envolvidos no Programa, foram definidas duas áreas-piloto na Bacia do Beberibe: a **UE 23** – Campo Grande [ZEIS Campo Grande], Recife (área de planície) e a **UE 17** – Passarinho, Olinda (área de morros)³². Entretanto, as lições de certa forma não vieram dos planos pilotos que atrasaram sua execução, e sim, do Programa PROMETRÓPOLE na UE 21, particularmente no que se refere ao *Canal do*

³² Para escolhas das duas áreas-piloto na Bacia do Rio Beberibe, o documento síntese do Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001a, produto 1, p. 34 — Destaque nosso) exigia o seguinte: “O critério estabelecido para definição das áreas piloto do Prometrópole foi que representassem a diversidade de implantação presente na região (morros e planície), de forma a gerar elementos técnicos (padrão de projetos, tipos de urbanização, concepção das infra-estruturas) e ordem dos custos de implantação das obras, entre outros), permitindo a sua replicabilidade na formatação geral do programa.”

Jacarezinho, que teve a implementação de suas obras iniciadas primeiro, sobre a responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, como veremos a seguir.

3.1.1.1 Programa PROMETRÓPOLE na UE 21 (Campina do Barreto)

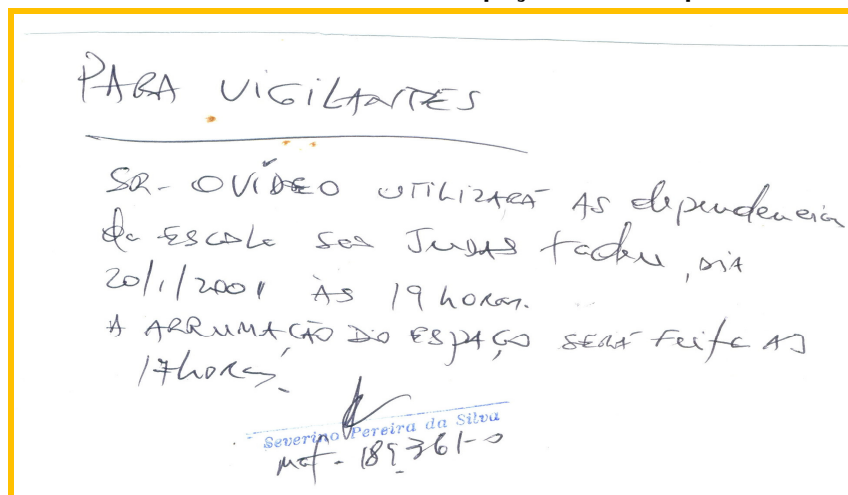
As intervenções no Riacho Jacarezinho que corresponde à contrapartida dos investimentos que coube à Prefeitura do Recife, no acordo assinado com o governo do Estado, a Prefeitura de Olinda e o Banco Mundial para execução do Programa PROMETRÓPOLE. Iniciam-se anos antes, com as lutas de alguns moradores (as mulheres sempre em maior número) de Chão de Estrelas que residem nas vilas ao longo da Rua Marcílio Dias e no cruzamento desta com a Rua das Moças, os moradores que habitavam nas margens e palafitas no Riacho (hoje Canal do Jacarezinho), influenciados pelos primeiros, luta que iniciou mais concretamente no dia 20 de janeiro de 2001 às 19h00, com uma Reunião com representantes da Prefeitura, organizada pelo referido autor³³ desta tese, nas dependências da Escola São Judas Tadeu, na própria Comunidade. Reunião que contou com a presença do Secretário de Orçamento Participativo, do presidente da URB-Recife, diversos assessores, das lideranças e diversos moradores locais (ver figura – 04).

Há ainda as mobilizações de diversos moradores, como por exemplo, Ivaldo Marciano do “Maracatu Nação Cambinda Estrela”, que com seus atabaques várias vezes fomos fazer barulho na entrada do prédio Sede da Prefeitura, reivindicando solução para o problema das enchentes do Jacarezinho, e ao longo de toda gestão do prefeito João Paulo, foi cobrado também através das votações nas Plenárias do Orçamento Participativo, elegendo-o várias vezes como obra prioritária. Isto demonstra por que apesar de está prevista a se iniciar só seis meses após os planos pilotos foi iniciado primeiro. Lembramos ainda que esta obra não é a única da UE 21, existem outras, como: a da Vila Redenção (o mercado velho da Campina do Barreto), a da Beira Rio (do Rio Beberibe) etc.; mas, nosso foco são as obras voltadas para o Canal do Jacarezinho, pois é daí que saiu os moradores que constitui os habitantes do mais

³³ O referido autor desta tese, contou para realização da reunião com a ajuda de várias lideranças: o Sr. Ovídio, Degenildo, Zezinho da Cruz, seu Manoel da rádio comunitária, Sr^a Creuza entre outras pessoas da localidade (pelo tempo do ocorrido e por não ter guardado a relação dos nomes não é possível descrever todos que auxiliaram na divulgação) e convidando todos os moradores do bairro de Campina do Barreto e Peixinhos (Recife), em particular os moradores das palafitas e os que sofriam com as enchentes do riacho Jacarezinho. Reunião ocorrida vinte dias após a posse de João Paula do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura da Cidade do Recife. Solicitação do referido autor ao Assessor Onildo durante a campanha eleitoral. Esteve presente o Adjunto, Roberval Veras; o atual prefeito, João da Costa que era Secretário de Orçamento Participativo na época; o Sr. Pedro da presidência da URB e Sr^a Jane da DIU-URB-Recife; Dr^a. Bernadete do Distrito Sanitário II; o advogado Carlos Aguiar da COMUL da ZEIS Campo Grande, o vereador da área Cleudinado Lima – “Nado” – a genitora do referido vereador ainda hoje reside no bairro, e o assessor do vereador Josenildo entre outros presentes.

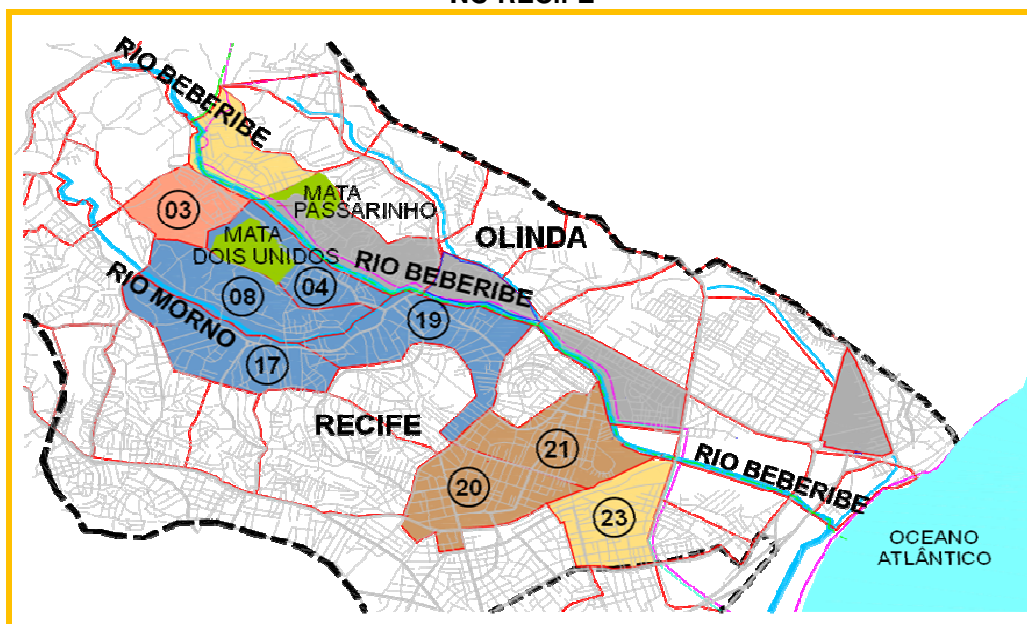
recente Conjunto Residencial por nós estudado – Conjunto Habitacional do Jacarezinho –, o quarto construído da História local.

FIGURA 4 — Bilhete Autorizando o Espaço da Escola para a Reunião



Para os documentos: “Termos de Referência”, “Plano de Reassentamento” e o “Plano de Acompanhamento Social de Obras”³⁴ para o Canal do Jacarezinho, o Programa PROMETRÓPOLE beneficiará no todo as seguintes Unidades de Esgotamento Sanitário: UE-17 (Olinda) e UE-23 (Áreas Piloto), UE-03, UE-04, UE-08, UE-19, UE-20 e UE-21 (Recife) (PREFEITURA, 2006a; 2006b – Ver figura – 5).

FIGURA 5 — MAPA DAS UNIDADES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (DAS UE's) NO RECIFE



Fonte: SLIDE DE APRESENTAÇÃO PROGRAMA PROMETRÓPOLE. AUTOR: SESAN, 2006.

³⁴ Os referidos planos integram e fazem parte do “Termos de Referência: contratação de empresa de consultoria para acompanhamento social nas fases de obra e pós-obra para a localidade – canal do jacarezinho” (PREFEITURA, 2006a).

No caso da UE 20 e UE 21, segundo o “Relatório Analítico” da pesquisa de campo realizada nas mesmas com finalidade de subsidiar planos e projetos previstos no âmbito do PAT-PROSANEAR e do PROMETRÓPOLE, coordenados pela CONDEPE/FIDEM (PERNAMBUCO, 2003a), as áreas localizam-se ao nordeste da Cidade do Recife. Faz parte da RPA 2 (Região Político-Administrativa), abrangendo os bairros de Água Fria e Arruda na UE – 20; e, Campina do Barreto, Peixinhos, Fundão de Dentro e as Comunidades de Chão de Estrelas e Jacarezinho na UE – 21, todos com a maior parte do seu território encravado na ZEIS Campo Grande (exceto Água Fria e Fundão) que se encontra inserida na Bacia do Beberibe, foco principal da atuação do Programa PROMETRÓPOLE. São localidades vizinhas, sendo a UE – 20 delimitada pelo Canal do Arruda ao sul, Rua da Regeneração ao norte, Estrada Velha de Água Fria a oeste e Rua Desenhista Eulino Santos a leste. Já a UE – 21 é limitada ao sul pela Rua da Regeneração, ao norte pela Av. Nova do Fundão e Rua Cel. Urbano de Sena, a leste pelo Rio Beberibe e a oeste pela Av. Beberibe.

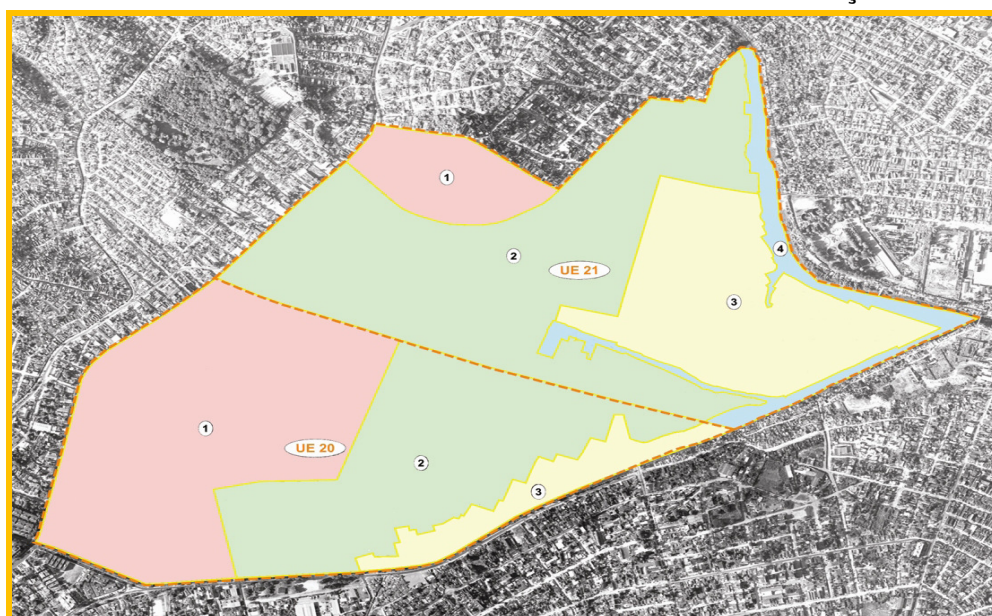
Segundo o Relatório Analítico de Pesquisa (PERNAMBUCO, 2003a), os estudos da área estiveram orientados por recortes pré-definidos, onde as UE's foram compostas por setores para aplicação da metodologia. No caso em apreço, as pesquisas foram realizadas em conjunto para as UE's: 20 e 21. Sendo estas estruturadas da seguinte forma: UE 20 é composta por 3 setores de análises (setor 1 – cidade formal; setor 2 – zona intermediária; setor 3 – favela) e a UE 21 por 4 setores de análises (setor 1 – zona intermediária, área de morro; setor 2 – cidade formal, loteamentos antigos; setor 3 – zona intermediária, conjuntos habitacionais; setor 4 – favelas, margens do rio e canais). Cada uma possui características próprias quanto à estruturação urbana e social, apesar da grande quantidade de pontos comuns.

Para o Relatório Parcial III – Diagnóstico Integrado – do PAT-PROSANEAR (PERNAMBUCO, 2004), de acordo com a intensidade dos problemas identificados, analisados e agrupados pelos recortes territoriais do Diagnóstico Integrado, a atuação das ações propostas foram integradas e hierarquizadas configurando os seguintes focos de intervenção:

- Beira Rio Beberibe (Setor 4 – UE 21);
- Beira Canal do Arruda (Setor 4 – UE 21; Setor 3 – UE 20);
- Canal do Jacarezinho (Setor – Setor 2, 3 – partes, e 4 – UE 21; Setor 2 – UE 20);
- Setor 3 – UE 20 (Comunidade);
- Setor 1 – UE 21 (área de Morro);
- Invasões Pontuais (exemplo: Mercado Velho da Campina do Barreto);
- Área total das UE's 20 e 21 subtraídos os focos acima (setores 1 e 2 da UE 20 e setor 2 e 3 da UE 21) para a dimensão urbanístico-ambiental de estudo e toda a área de intervenção para as demais dimensões.

Ainda para o Relatório Parcial III: Diagnóstico Integrado (PERNAMBUCO, 2004), a ordem descrita é que sugere os focos de intervenção, a prioridade de ação dos problemas identificados no diagnóstico e sua emergência de atuação (ver figura – 6). Os dois primeiros focos de intervenção apresentados (Beira Rio Beberibe e Beira Canal do Arruda) foram apontados como prioritários para o atendimento. Há equivalência de prioridade também entre o foco de intervenção Setor 1 – UE 21 e Invasões Pontuais que, apesar de configurarem situações mais agudas de precariedade ambiental e vulnerabilidade social, precedem os focos anteriores no tempo de ocupação. Entretanto, a mobilização dos moradores prejudicados com as enchentes do Riacho Jacarezinho foi de fundamental importância para que as ações de intervenções comesçassem pelo referido riacho (parte do setor 2 e 3 da UE 21), e apontado também pelo poder público (PREFEITURA, 2006c, p. 5), abaixo:

FIGURA 6 — UE's 20 e 21 e seus Setores Focos de Intervenções



Fonte: PERNAMBUCO – PAT-PROSANEAR, 2003a. p. 5.

Esta área foi eleita como prioritária das intervenções do Prometrópole – Recife, pela Administração Municipal, em virtude da demanda de reivindicações acumuladas há vários anos e, respaldada por avaliação técnica criteriosa, que aponta a desobstrução do canal do Jacarezinho como ação vital à eficácia do sistema de drenagem da UE 21 e adjacências.

O Canal do Jacarezinho é afluente da margem esquerda do Canal Vasco da Gama/Peixinhos (ou Canal do Arruda), inicia-se no eixo da Rua da Regeneração segue pelas Ruas do Bom Conselho e Manoel Silva até o cruzamento com a Rua Agostinho Gonçalves Torreiro, a partir daí seguia por entre fundos de lotes (hoje já revestido e com uma estrada sobre o mesmo), cruza a Rua das Moças até chegar a sua foz no Canal

Vasco da Gama/Peixinhos, com aproximadamente 700m de extensão (PREFEITURA, 2006a; 2006b; 2006c).

A partir das imediações da Rua das Moças até sua foz, sua área pertencia às terras do antigo sítio de coqueiros – “Sítio Santa Terezinha”, mais conhecido como “Sítio de Badé”, desapropriado para fins de construção de um conjunto habitacional, dando origem a “Comunidade Chão de Estrelas” (PERNAMBUCO, 1979; 1979a). Antigo “Riacho Santo Antônio”, “Canal da Regeneração” segundo o Cadastro de Canais da Cidade do Recife (2000), também conhecido por “Riacho Jacaré”, segundo denominação constante no decreto de desapropriação do referido Sítio (PERNAMBUCO, 1979; 1979a), hoje conhecido por “Riacho Jacarezinho”, recebeu este nome por conta do fato de ali ter sido encontrado um filhote de jacaré, no período inicial de sua ocupação (figura – 7) e após seu revestimento passou a ser denominado “Canal do Jacarezinho”.

FIGURA 7 — Perímetro da Área de Intervenção: Comunidade Canal do Jacarezinho



Fonte: Fonte: PREFEITURA: Termo de Referência, 2006a. p. 5.

Segundo o documento “Termos de Referência” (PREFEITURA, 2006a, p. 5-6) para as obras de urbanização e infraestrutura do Canal do Jacarezinho, a ocupação das margens do referido Canal se deu a mais de trinta anos, a partir do final da década de setenta, com o assentamento de várias famílias em duas regiões do canal, como transcrevemos abaixo:

[...] O início da produção informal do espaço, o assentamento das famílias se deu em duas regiões do canal. Primeiro na região em torno do cruzamento da Rua Clara com o Canal do Jacarezinho. Segundo, em trecho que margeia o Canal, paralelo à Rua Delegado Trindade Henrique. Neste

último, as informações são que a ocupação teria sido planejada pelo Governo Municipal como alternativa para famílias que viviam em áreas insalubres. Esta ação foi efetivada mediante doação de lotes em área edificante e concessão de recursos financeiros para a construção de casas-embrião. Atualmente as margens do Canal e partes do seu leito, encontram-se invadidas, por construções improvisadas, com precárias condições de habitabilidade.

Há informações que as famílias ali residentes são procedentes de populações removidas de outras áreas, que receberam indenização e voltaram a se instalar, informalmente, e outras por não poderem arcar com aluguéis onerosos aos seus poucos rendimentos. (...). Estas pessoas vieram principalmente de outros assentamentos como os de Ponte Preta, Depuradora, Cabo Gato, entre outros. Outros eram filhos ou parentes de pessoas residentes nas adjacências da Área que precisavam de um lugar para morar.

(...), o trecho da Rua Clara e adjacências – onde há predominância de barracos e palafitas – a ocupação naquele setor teve início a mais de 30 anos. O processo foi gradual, com pessoas provenientes de outras áreas que não podiam pagar os aluguéis. (...) a liderança na época era da Dona Letícia e não houve registros de conflitos.

Na região da Rua Delegado Trindade Henrique – onde hoje predominam construções em alvenaria (...) a ocupação naquela área teve início pelo trecho entre as ruas Min. Albuquerque e Ivo Barros em 1984. Em sua maioria os moradores vieram de áreas circunvizinhas ou eram familiares de moradores já residentes na área. A exemplo do primeiro, o processo foi gradual ocorrendo com a construção de uma média de cinco ou seis barracos por vez, também sem ocorrências de conflitos. (...) as lideranças da área nesta época eram a Dona Creuza, Zezinha da Cruz, Zezinho do Pão e Dona Bina (PREFEITURA, 2006a, p. 5-6).

Referente aos diversos pontos destacados na fala acima é necessário analisarmos por etapa, pois as ocupações apontadas ocorreram em dois momentos consecutivos: anterior a 1989 e posterior a esta data.

1) Anterior a 1989, também existem dois momentos consecutivos: **a)** antes da formação da Comunidade Chão de Estrelas (1980) a área do Canal entre a Rua das Moças e sua foz pertencia ao sítio Santa Terezinha, e o canal (ainda riacho) servia de limite “natural”, tanto do bairro como da propriedade (do sítio), decorrente disto, as invasões apontadas ocorridas anteriores a 1980 se deram no lado do bairro do Arruda; **b)** com a criação da comunidade no terreno do sítio as áreas de várzeas as margens do canal – “agora” são áreas públicas – e mesmo sendo impróprias para moradias passam a serem ocupadas; posteriormente, em 1989, os moradores foram retirados pela Prefeitura do Recife e vão constituir o Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula. Isto mostra um equívoco nas informações dos documentos citados acima, referente ao fato das ocupações terem sido planejadas pelo poder público, além de divergirem de nossa posição e dos depoimentos dos ex-moradores do próprio canal por nós entrevistados, como podemos perceber na fala abaixo (ENTREVISTA, n. 01, 30/08/2009):

Esse sistema da gente receber a casa foi depois que a prefeitura tomou o material, tomou o material aí a gente começou a nossa luta, a nossa batalha ali. E andando COHAB, URB, Prefeitura, então com várias e várias reuniões chegou assim um consenso que a COHAB nos prometeu o seguinte, para a gente procurar um terreno para serem construídas umas casas, porque não tinha condições de a gente morar aonde tava [no Riacho do Jacarezinho]. Foi quando na época de 89, 87, a gente encontrou esse terreno aqui. Isso aqui eram dois campos, era um campo onde existe esse aí, e outro aqui; aí a gente falou com a presidenta da COHAB que tinha terreno em Chão de Estrelas...

2) Após 1989, com a remoção dos ocupantes do Riacho Jacarezinho para o conjunto habitacional do mesmo nome, fica a área livre, inclusive para a máquina passar próximo às margens fazendo a limpeza periódica do riacho (como ocorria). Mas, com a permanência dos problemas socioeconômicos e a inexistência de políticas públicas mais consistentes voltadas para a habitação e, além da ausência de fiscalização dos espaços públicos pelos órgãos responsáveis, levaram por diversos motivos certo número de famílias, algumas que até mesmo já tinham recebido casas doadas pelo poder público na própria comunidade a se desfazer destas e a reocuparem as margens do referido riacho, como constatamos na fala de uma ex-moradora entrevistada (entrevista, n. 19, 06/11/2010):

Quando eu fui morar lá, eu não morava na favela não, eu morava na vila, aí não tinham muitos barracos, aí, depois começaram a invadir, aí foi quando minha mãe vendeu a casa e a gente foi morar lá. Foi quando a gente foi morar em Olinda, ela ficou morando na favela e a gente quando voltou foi morar também.

Estas ocupações vão ocorrerem por mais de uma década, levando ao empecilho da limpeza do riacho e seu transbordamento acarretando as enchentes. A entrevista n. 15 mostra-nos melhor quando começa a ocorrer essas novas ocupações (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/2010): “Eu fui um das primeiras a ocupar; aí não tinha muita gente não. Tinha reunião e só depois de 17 anos foi que a gente saiu.” Estes ocupantes só foram removidos em 2008 (Foto 6), quando a Prefeitura do Recife construiu mais um conjunto habitacional – o Conjunto Habitacional do Jacarezinho, em um terreno próximo³⁵ (Foto – 07) –, e transferiu-os para o mesmo, e em seguida realizou as obras de revestimento do referido riacho.

Para o Plano de Reassentamento dos habitantes residentes na área do Canal do Jacarezinho, os moradores apresentavam as seguintes características sociais (PREFEITURA, 2006c, p.8):

³⁵ É o Terreno do Antigo Curtume Carioca, na Rua Iguatú, próximo a Policlínica Amaury Coutinho e a Vila Redenção (Mercado Velho), na Campina do Barreto.

Foto 6 — Ocupação Sobre o Canal do Jacarezinho – 2006



**Foto 7 — Terreno do Antigo Curtume Carioca – Hoje
Conjunto Habitacional do Jacarezinho – 2006**



Fonte: PREFEITURA: Canal do Jacarezinho: Plano de Reassentamento, 2006c.

A população residente no perímetro pesquisado representa um contingente de 1.717 pessoas distribuídas em cerca de 5.0ha, o que confere à área uma densidade média de 343 hab/ha. Este valor é considerado alto e contribui para agravar as já precárias condições de vida da população residente.

Esta população está distribuída em 472 famílias – onde 43 ocupam o domicílio na situação de coabitação com a família titular do imóvel. Estes números permitem um dimensionamento médio de 3,6 membros por família ocupante na área do projeto. (...).

A população pesquisada da comunidade do Jacarezinho é predominantemente feminina, jovem, onde as mulheres assumem a responsabilidade do domicílio em 57% dos casos. Cerca de 52,2% da população é composta de mulheres e 1/3 do contingente total tem idade inferior ou igual a 15 anos. Os idosos representam apenas 3,1% do todo. (...).

A faixa de escolaridade de maior amplitude encontrada na área foi a que incorpora o segmento que possui apenas o primeiro grau incompleto (53,5%), enquanto que a taxa de analfabetismo é considerada alta e atinge 7,6% da população.

O valor médio de renda familiar encontrado pela pesquisa foi de R\$ 426,34(1,42 SM). Cerca da metade das famílias pesquisadas (45,2%) possui renda familiar na faixa de até 01 salário mínimo mensal – abaixo da renda média, portanto. Outros 2/5 das famílias situam-se na faixa de R\$ 301,00 a R\$ 900,00 mensais. Existem ainda 5,6% de famílias com renda situada entre R\$ 901,00 e R\$ 1.500,00 e 2,8% entre R\$ 1.501 e R\$ 3.000,00. Estas últimas influenciam diretamente o valor da média da renda familiar, puxando-a para um patamar superior a faixa de renda modal (>0 até R\$ 300,00).

Do total de 472 famílias pesquisadas, 45,2% ou (213) destas possuem renda de até 01 salário mínimo mensal, e outras 2/5 (189) famílias que tem renda entre R\$ 301,00 a R\$ 900,00 mensais, totalizando mais de 85% (402) das famílias, aliado a este fato, mais da metade dos moradores possui apenas o primeiro grau incompleto (53,5% ou 252 moradores), isto provavelmente, seja um dos motivos que levaram as famílias a residirem onde se encontram. Pois, com escolaridades e rendas tão baixas possivelmente só têm como única alternativa os espaços sujos, insalubridades das periferias urbanas das grandes cidades do Brasil e do mundo, como aponta Mike DAVIS (2007) no livro “Planeta Favela”, em nosso caso, da Cidade do Recife para residirem.

No que se refere à Organização Comunitária na área do Canal, o referido documento (PREFEITURA, 2006a), aponta a existência na UE 21, de sessenta e seis organizações de caráter social, sendo encontradas treze nos entorno do canal³⁶. O

³⁶ Ver

Quadro 4 — Organizações Sociais Existentes na UE 21

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS			
Discriminação	Locais	Entorno	Total
Governamentais	12	2	14
Não Governamentais	54	11	65
TOTAL	66	13	79
ÁREA DE ATUAÇÃO			
Discriminação	Locais	Entorno	Total
Educacional	22	8	30
Saúde	4	-	4
Religiosa	16	5	21
Associativa Comunitária	7	-	7
Assistência Social	1	-	1
Desportiva / Recreativa	6	-	6
Cultural / Folclórica	6	-	6
Segurança	-	-	-
Defesa dos Direitos	1	-	1
Defesa Civil	1	-	1
Comunicação	2	-	2
TOTAL	66	13	79
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO – SERVIÇOS EDUCACIONAIS			
Discriminação	Gov	N Gov	Total

Esporte e o Lazer se reduzem aos dois campos de futebol: o de Chão de Estrelas (por traz do Mercado Público de Chão de Estrelas ao lado da Creche Comunitária Chão de Estrelas e do terminal do ônibus, e ao lado da escola São Judas Tadeu); o outro é o do Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho (ao lado da Policlínica Amaury Coutinho e da Vila Redenção — Mercado velho da Campina do Barreto), utilizado através de agendamento prévio. A Cultura é desenvolvida pelo Centro Cultural Daruê Malungo e outros grupos afins (como veremos mais detalhes no capítulo V). Já a Saúde na UE 21, apesar de se destacar quando comparada a outras comunidades do entorno, dispõe de expressivos serviços, conta com dois PSF's que atendem uma demanda acima da sua capacidade, e uma Policlínica 24 horas que sofre o mesmo problema de superlotação, prestando serviços além dos limites territoriais da UE.

Apesar dos dados apontarem uma grande quantidade de organizações sociais que ajudam os moradores na UE 21, e especificamente a existência de treze destas no entorno da ocupação (do Canal), não foram reconhecidas pelos entrevistados, tanto anterior a 1989, nem recentemente: “lá não tinha ninguém que ajudava não” (ENTREVISTA, n. 01, 30/08/2010), “Não tinha nenhuma organização não. As reuniões eram feitas por Creuza, seu Ovídio, Degenildo, Zezinho da Cruz que também é antigo. Ele fazia reunião de vez em quando, a gente só participava, não fazia parte não.” (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/2010). Como constatamos, não há uma participação mais democrática de trocas de ideias nessas reuniões, levando a um descrédito,

Creche	-	330	330
Educação Infantil	773	1.173	1.946
Ensino Fundamental	4.114	119	4.233
Ensino Médio	500	-	500
Educação de Jovens e Adultos	553	305	858
Projeto Avançar	135	-	135
Projeto de Apoio Pedagógico	-	727	727
TOTAL	6.075	2.654	8.729
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO –ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Discriminação	Gov	Ñ Gov	Total
Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	29	-	29
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	18	-	18
Capacitação e qualificação profissional	-	426	426
Oficinas pedagógicas / recreativas / desportivas / socioculturais / ambientais	584	1.011	1595
Orientação religiosa	-	458	458
Distribuição de sopa	-	210	210
Programa Ciranda da Criança	-	75	75
Programa de Assistência à Pessoa Idosa	-	50	50
Distribuição de cestas básicas	-	100	100
TOTAL	651	2.330	2961

Fonte: PDLI - Diagonal Urbana/2003 apud PREFEITURA, 2006a, p. 6.

prevalecendo à vontade de quem organizou. No que se refere às pessoas citadas são as lideranças da comunidade ainda hoje.

Já o documento “Termo de Referência” tem como objetivos: geral e específicos para a localidade do Canal do Jacarezinho (PREFEITURA, 2006a, p. 8 – Destaque no original) os seguintes:

Geral

- Acompanhamento social à população durante a execução das obras de infraestrutura urbana e ao processo de reassentamento na localidade do Jacarezinho, com ênfase na participação comunitária.

Específicos

- Desenvolver atividades de Acompanhamento Social a população afetada pelas obras de infraestrutura urbana a serem executadas nas áreas de intervenção e sujeitas a remoção e Reassentamento;
- Desenvolver ações junto aos moradores que estimulem a participação efetiva dos mesmos no acompanhamento dos trabalhos;
- Garantir o processo de negociação com a comunidade para o reassentamento, criando mecanismos facilitadores;
- Prestar assistência aos relocados durante e após a mudança no período de execução de obras.

Ainda para o referido documento (PREFEITURA, 2006a, p. 9):

O acompanhamento social deverá acontecer antes, durante e após o processo reassentamento, que ocorrerá no período de 12 meses, com estimativa de 289 remoções. Este acompanhamento se desenvolverá simultaneamente às obras, acordando suas ações, inclusive, com as etapas previstas no Plano de Execução de Obras da localidade de Jacarezinho.

O projeto para a localidade do Canal teve seus trabalhos iniciado na segunda quinzena do mês de janeiro de 2006, com a realização do cadastramento e o diagnóstico socioeconômico das famílias residentes na área de intervenção direta. “Este diagnóstico teve como finalidade o conhecimento da realidade local e o embasamento do projeto com informações sobre as famílias residentes.” (PREFEITURA, 2006b, p.7).

Para o “Plano de Acompanhamento Social de Obras” (PREFEITURA, 2006b), o projeto foi elaborado e aprovado por unanimidade e em conjunto com a comunidade diretamente ou através de seus representantes eleitos em assembleia com moradores da área. Sendo posteriormente aprovado o plano urbanístico, a tipologia das casas, o plano de reassentamento com a metodologia e roteiro a ser adotado no processo de reassentamento. “O plano urbanístico prevê implantação de infraestrutura (abastecimento de água, pavimentação, drenagem, esgoto, iluminação e limpeza urbana), bem como solução habitacional formal para a população que atualmente ocupa precariamente o canal.” (PREFEITURA, 2006c, p.7). O projeto previa ainda

desobstrução do canal e vias laterais ao longo das margens (ver foto 8); tinha também, paradoxalmente, o objetivo de reduzir ao máximo o número de remoções. Para isso (PREFEITURA, 2006c, p. 7):

Foto 8 — Vista Parcial do Canal do Jacarezinho Revestido



Fonte: Foto do acervo do autor, 01/07/2010.

Foi proposto um canal revestido e de traçado mais regular com o deslocamento do seu eixo para a direita onde a ocupação é mais rarefeita. A estas premissas, somou-se a necessidade de estruturação do sistema viário que irá conferir maior permeabilidade à área e permitirá a instalação das redes de serviço para todos os usuários da área de intervenção.

Foram consideradas passíveis de remoção os imóveis inseridos nas seguintes situações:

- 1- Leito do canal
- 2- Margem do canal
- 3- Leitões de ruas.

No que se referem aos impactos socioeconômicos e físico-ambientais decorrentes das obras realizadas na área do Canal do Jacarezinho, o Plano de Acompanhamento Social de Obras (PREFEITURA, 2006b, p. 12) indicam que deveriam ser apontadas medidas amenizadoras dos impactos negativos e maximizadoras para os impactos positivos, tendo os seguintes critérios: “Classificação: positivo-negativo; Probabilidade: certo-incerto; Prazo: curto-médio-longo prazo; Abrangência: local-regional; Magnitude: grande-média-pequena; Duração: permanente-temporária; Reversibilidade: reversível-irreversível; Natureza: direto-indireto.”³⁷

³⁷ Ver

Quadro 5 — Critérios de Avaliação dos Impactos

Classificação:	POSITIVO	Por se tratar de uma região antropizada e degradada, em todas as suas repercussões no meio ambiente, seja no meio físico, biológico ou antrópico, os impactos decorrentes da intervenção repercutem positivamente.
-----------------------	----------	--

Um ponto que nos chama a atenção é o fato de alguns imóveis mesmo na ocupação serem alugados. Isto mostra uma tática criada pelos pobres como alternativa de aumentar a renda e melhorar sua sobrevivência. Já o lançamento dos esgotos e lixo no canal, e parte deste ser colocado no caminhão demonstra a baixa escolaridade de seus moradores; com relação a maior parte do consumo de água e energia ser de maneira clandestina não nos causou surpresa, pois nos dá indícios de que o não pagar desses serviços é decorrente principalmente do baixo poder aquisitivo dos moradores, pois caso “pudessem”, pagariam; conforme podemos perceber nas falas dos entrevistados abaixo:

A luz a gente só pagou quando tinha o vale gás, depois se acabou o vale gás. O saneamento a gente não tinha. O lixo o carro pelo menos passava na rua, não na favela, mas na rua de frente (para a favela) dava pra a gente botar. (...). Tinha um esgoto lá, e a gente com as meninas pequenas tudo dentro das merdas dos outros, na porta pra descer pra dentro do canal. (entrevista, n. 15, 06/11/2010).

Morar na favela a gente não paga luz, não paga energia. Já a desvantagem é o esgoto que não tinha era a céu aberto e os meninos todos brincando junto. (entrevista, n. 19, 06/11/2010).

Probabilidade:	CERTO	No que se refere a probabilidade de se efetivarem, os impactos decorrentes das intervenções podem ser considerados como efetivamente certos, desde que as obras previstas aconteçam.
Prazo:	CURTO PRAZO	O tempo decorrido entre a intervenção e a resposta ambiental é considerado curto. Os reflexos positivos decorrentes da implantação da infra-estrutura e das novas habitações poderão ser sentidos quando da sua conclusão.
Abrangência:	LOCAL/ REGIONAL	A área de repercussão dos impactos extrapola o limite da localidade. Seus reflexos, decorrentes da implantação da infra-estrutura, principalmente das intervenções na macro-drenagem no Canal do Jacarezinho deverão contribuir positivamente para redução de alagamentos e maior fluidez. No que se refere ao meio antrópico, as intervenções deverão contribuir para diminuir a incidência de doenças de veiculação hídrica associadas a falta de saneamento básico. A melhoria das condições de vida, decorrente da oferta de novas moradias, infra-estrutura e desenvolvimento de ações de cunho sócio-educativo-ambiental na área, deverão contribuir para elevação da cidadania e identidade local e diminuição dos índices de violência e marginalidade, um problema metropolitano.
Magnitude:	GRANDE	Os impactos positivos decorrentes das intervenções são grandes em magnitude, principalmente quando considerado a quantidade inicial de pessoas beneficiadas, cerca de 1700 habitantes, diretamente afetadas pela infra-estrutura alocada.
Duração:	PERMANENTE	O espaço de tempo em que os impactos repercutirão no meio ambiente decorrente das intervenções planejadas para a localidade, são permanentes.
Reversibilidade	IRREVERSÍVEL	Uma vez implantadas as infra-estruturas planejadas os impactos decorrentes são irreversíveis, podendo ser maximizados com sua extensão a programas sócio-produtivos, entre outros.
Natureza:	DIRETO	Os impactos positivos da intervenção têm natureza direta, decorrem dos investimentos na localidade.

Fonte: PREFEITURA, 2006c, p. 14.

As obras previstas para serem implantadas na localidade do Canal do Jacarezinho e sujeitas ao acompanhamento da Comissão de Acompanhamento Social de Obras são as seguintes (PREFEITURA, 2006b, p. 7):

- a. Urbanização das margens do Canal do Jacarezinho;
- b. Urbanização da área de reassentamento - Conjunto Habitacional;
- c. Instalação de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto, pavimentação, drenagem e iluminação) em todas as ruas dentro do perímetro de intervenção;
- d. Instalação de redes de infraestrutura para o conjunto habitacional projetado para as famílias removidas por insalubridade e por exigências do projeto;
- e. Construção de conjunto habitacional com 274 unidades para abrigar as famílias que serão reassentadas;
- f. Construção de 75 unidades habitacionais em áreas remanescentes da intervenção ao longo do canal para reassentamento das famílias removidas.

Como critérios adotados no processo de reassentamento foram seguidos os seguintes princípios básicos, que norteiam a Política de Reassentamento Involuntário, tomado pelo Programa PROMETRÓPOLE (PREFEITURA, 2006c, p. 16 — Destaque no original):

- *Reduzir ao necessário o número de relocações;*
- *Efetuar reassentamentos, preferencialmente, na própria área objeto de intervenção urbanística ou em áreas adjacentes, mantendo laços sociais e de vizinhança;*
- *Garantir a melhoria ou a manutenção das condições de vida e renda/produção das famílias sujeitas a relocação;*
- *Compensar ou repor perdas de patrimônio e outras, preferencialmente mediante oferta de uma casa/ponto comercial novo em local apropriado;*
- *Assegurar a participação dos afetados por relocações em todo o processo de planejamento e de execução do reassentamento;*
- *Prestar assistência aos relocados.*

Das obras previstas, o conjunto habitacional, a remoção dos moradores para o mesmo e as vias ao longo do canal já foram concluídas. Obras que atendem ao princípio de proximidade (adjacentes), tentando manter os laços sociais de vizinhanças – preocupação que não ocorreram com os moradores dos conjuntos habitacionais anteriores, exceto no conjunto Senador Aderbal Jurema o segundo mais antigos existentes na comunidade. Para a representante do poder público (Prefeitura) entrevistada, só seria possível a troca das casas no novo habitacional para ficar próxima do antigo vizinho antes da entrega dos documentos dos imóveis pelo governo (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010). Já o critério das trocas de barraco por casa segundo a mesma entrevistada era (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010):

Quem tinha uma casa até 40m², recebia um duplex; acima de 40m² até 55m² e alvenaria, ai trocar por uma casa térrea de dois quartos; se for acima disso, ai é uma de 3 quartos; se for muito maior ai geralmente eles não querem e, se for mais de 3 quartos que não eram muitas eles indenizam.

Também está em andamento certo número de ações de infraestrutura, com algumas poucas ruas faltando serem pavimentadas e saneadas, e alguns imóveis a serem construído nos espaços remanescentes ao longo das margens do canal para as famílias que receberam casas com três quartos e, que estão aguardando o auxílio moradia.

Em relação aos princípios básicos que norteiam a política de reassentamento do projeto o critério é que ocorra a melhoria das condições de vida para os moradores, fato que tem se concretizado, como nos diz uma entrevistada do Conjunto Habitacional do Jacarezinho: “aqui eu tive condições de botar o salão, lá no meu barraco não tinha como. Com o salão ficou melhor. Pude vende também um picolezinho” (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/2010). Entretanto, nem todos os moradores concordam haver mudança para melhor em suas vidas, estes ainda apontam ter ocorrido o oposto, o aumento de suas despesas, como constatamos na fala da entrevistada: “a minha vida é a mesma coisa, não mudou em nada. Mesmos problemas; aumentou as dívidas” (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/2010).

Apesar de estarmos convencido que a relocação dos moradores do Canal para o Conjunto Habitacional foi uma ação de justiça social-territorial e de melhoria da cidadania daqueles ocupantes, mesmo acompanhado de um maior controle social por parte do poder público, também estamos convencidos que estas melhorias não são só físicas, mas principalmente, se darão de acordo com a realidade financeira de cada um dos moradores, decorrentes da escolaridade, da qualificação profissional, da renda etc. (SEN, 2007), como constatamos, no exemplo acima, pois a entrevistada já tinha o curso de cabeleireira, tendo assim, na nova moradia, um espaço melhor localizado para abrir seu próprio negócio e aumentar a renda e poder cumprir com os compromissos dos acréscimos das despesas que vieram com a nova casa – conta de luz, água e esgoto, por exemplo; já a segunda entrevistada, trabalhadora doméstica, a mudança só aumentou suas despesas, exceto é claro, as melhorias da infraestrutura que foram comuns a todos os removidos e ao espaço como um todo.

Um ponto ainda a salientar do projeto da localidade do Jacarezinho ligado aos critérios de reassentamento foi o fato dele unificar itens de prioridades e de tratamento diferenciado junto às famílias a serem relocadas e/ou reassentadas. Estas prioridades foram selecionadas procurando atender características e necessidades específicas dos

futuros moradores do Jacarezinho. Para esses grupos de famílias o resultado oferecido foi às soluções urbanísticas e arquitetônicas descritas no (quadro – 6) abaixo:

Quadro 6 — Critérios de Prioridade e Tratamento Específico para Famílias Relocadas e/ou Reassentadas

	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO CRITÉRIOS DE PRIORIDADE / TRATAMENTO DIFERENCIADO	TRATAMENTO ESPECÍFICO
1.	Famílias que possuem idosos entre seus membros	Tipologia arquitetônica adaptada para idoso
2.	Famílias que possuem pessoas com necessidades especiais entre seus membros	Tipologia arquitetônica adaptada/ localização diferenciada para portador de necessidade especial
3.	Famílias que desenvolvem atividade econômica no domicílio (uso misto)	Tipologia arquitetônica adaptada/ localização diferenciada para uso misto
4.	Famílias que possuem cadastro padrão	Tipologia arquitetônica adaptada para habitação padrão

Fonte: Adaptado da PREFEITURA, 2006c, p. 17.

Como vimos, o projeto acompanha uma solução “humanística”, ou seja, que respeita o “cidadão”, quando traz definido em seus critérios a construção de habitações, com tipologia arquitetônica adaptada para as famílias que possui membros: portadores de necessidades especiais, idosos e famílias que desenvolviam alguma atividade econômica no antigo domicílio. Isto são ações que melhoram a qualidade de vida dos moradores, são também materializações da justiça social-territorial e elementos de contribuição para o avanço da cidadania destes moradores.

A seguir veremos a questão da produção da moradia na área de estudo, tanto fruto do Programa PROMETRÓPOLE, a mais recente, como dos programas anteriores, a partir das análises das qualidades físico-arquitetônicas de todos os conjuntos construídos e doados a fundo perdido para os moradores das ocupações das margens do rio e canais que deram origem a Comunidade objeto/objetivo de nosso estudo.

3.2 A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR NA LOCALIDADE EM ESTUDO

A área em estudo compreende os bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos (Recife), limites com o bairro dos Peixinhos (Olinda) pelo Rio Beberibe, nas imediações do antigo Matadouro dos Peixinhos, hoje Nascedouro, a Nordeste; limitando-se a Norte e Noroeste com o bairro do Cajueiro; a Oeste com o Fundão; ao Sudeste com Água

Fria; e a Sul com o bairro do Arruda, pelos canais do Jacarezinho e do Arruda³⁸. Inicia-se, basicamente, com os problemas das enchentes do Rio Beberibe durante toda a década de 70 (enchentes em 1970, 1975, 1976 e 1978), quando o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, órgão do extinto Ministério do Interior, em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco resolve atuar na área para evitar as inundações. Foi quando em 1978, a ocupação de Cabo Gato³⁹ recebe a notícia através da COHAB-PE, que a comunidade seria urbanizada. No decorrer das negociações o objetivo foi mudado passando a ser desapropriada.

Cabo Gato era a denominação dada para uma das ocupações/favelas às margens do Rio Beberibe, no trecho que vai da Estação Depuradora de Peixinhos (Estação de Tratamento de Esgoto de Peixinhos) de responsabilidade da COMPESA a Leste, até as imediações da Rua Cabo Gato a Oeste, ao Norte está limitada pela Vila da COHAB e ao Sul pelo Rio Beberibe⁴⁰, em uma área de aproximadamente nove hectares no bairro dos Peixinhos, Município de Olinda-PE. Já a nova área escolhida para os moradores das ocupações foi um antigo sítio de coqueiros⁴¹ localizado entre os bairros de Campina do Barreto⁴² e dos Peixinhos (Recife), que recebeu a denominação de “Comunidade Chão de Estrelas”. A ocupação das casas⁴³ ocorreu no final do ano de 1980 até 82; entretanto, a data oficial da entrega foi em 12 de março de 1981, com a remoção das 872 famílias. A partir de 1987, novos conjuntos habitacionais foram construídos nas áreas ainda desocupadas na comunidade, com as seguintes

³⁸ A área de estudo faz parte da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), mais especificamente, ZEIS Campo Grande (PREFEITURA, 1997), pertencente ao Município do Recife – PE; na microrregião — 2.1, esta pertencendo à RPA – 02 — Região Política Administrativa. Para compreensão dos aspectos físicos ambientais da área, sugerimos ler: Hernani Leobler CAMPOS, **A bacia hidrográfica do Beberibe: um enfoque ambiental**; Ibid., **Processo histórico de gestão na bacia hidrográfica do rio Beberibe (PE): uma retrospectiva**; Augusto Antonio Campelo CABRAL, **Educação ambiental na escola de ensino fundamental: uma experiência na comunidade de Campina do Barreto**; e o **Atlas ambiental do Recife**. Referente ao canal do Arruda — ele é a continuação do canal Vasco da Gama- Peixinhos, antigo riacho água Fria.

³⁹ Sobre a origem do nome de Cabo Gato, ver Maria do Socorro Santos de Souza ARAÚJO [et. al.], **Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo — uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife**; Patrícia Angélica DUTRA, **Trajetórias de criação do mamulengo do Profº Benedito em Chão de Estrelas e mais além** — ato, ritual, arte e cultura popular; Augusto Antonio Campelo CABRAL et. al., **O direito de mora, o direito de viver do Cabo Gato à Chão de Estrelas: a história de luta de um povo pela conquista da moradia**; e o PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, **Cabo Gato – Peixinhos**.

⁴⁰ A referida área está na margem esquerda do rio Beberibe, no Município de Olinda - PE, próximo da residência de Cabo Gato, que fica na margem direita, no Município do Recife - PE. Ainda hoje, a área permanece com invasões. O Rio é o limite “natural” dessa área no bairro dos Peixinhos (Olinda) com o bairro de Campina do Barreto (Recife).

⁴¹ Sítio Santa Teresinha [sic], mas conhecido como “Sítio de Badé”, pertencente à viúva do Sr. Osman Antônio da Silveira, dona Marina Carrilho da Silveira e outros. Ver Augusto Antonio Campelo CABRAL, **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto**: o vivido e o instituído, citação 26 e 27, pág. 84.

⁴² O nome de Campina do Barreto só vai ser citado a partir do Decreto Lei Estadual n. 503, de 19/06/1940, que fixa as divisões distritais e limites municipais do Estado. É interessante comparar os limites do referido decreto com o Decreto Lei n. 235 de 09/12/1938, que trata do mesmo tema.

⁴³ Ver M.^a José de LIMA, **Movimentos populares: uma questão de cidadania**, Cap. IV e Anexo; e Augusto Antonio Campelo CABRAL, Ibid., p. 85.

denominações: “Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema” (1986)⁴⁴ e “Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula” (1988). A primeira, localizada no bairro dos Peixinhos Recife, decorre dos programas de remoção para intervenção de macrodrenagem no canal do Arruda e da obra da Via Semi-Radial Norte⁴⁵. A segunda comunidade, no bairro de Campina do Barreto, especificamente por trás da Escola São Judas Tadeu, ao lado do campo de futebol e do Mercado Público de Chão de Estrelas, surge como solução para os problemas das invasões das casas destinada as famílias da favela de Ponte Preta, que foram ocupadas por um grupo de famílias do canal do Jacarezinho, liderada, segundo Sr. Ovídio (ENTREVISTA, n. 11, 22/05/2010), por Zezinho do Pão, por não terem sido removidas para o Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, juntamente, com as demais famílias quando da intervenção no canal do Arruda.

Com aproximadamente oito anos de reivindicação para resolver o problema das enchentes causado pelo transbordamento das águas do riacho Jacarezinho⁴⁶, em decorrência das palafitas e do assoreamento do seu leito, só recentemente, em vinte e quatro de abril de 2008, o bairro de Campina do Barreto sofreu mais uma intervenção (a quarta de sua história da habitação popular) pelo poder público, através de uma parceria da Prefeitura do Recife com o Governo do Estado e o Banco Mundial, por meio do programa PROMETRÓPOLE; que construiu e entregou o “Conjunto Habitacional do Jacarezinho” com 365 unidades habitacionais⁴⁷ para os moradores que ocupavam o canal do mesmo nome que limita o referido bairro com o bairro do Arruda, liberando o canal para início das obras. Este Conjunto Habitacional é o segundo construído para os moradores do referido riacho; o primeiro foi o Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula, em 1988. Há ainda algumas casas construídas nos espaços existentes nas margens das vias paralelas ao canal. Todos os conjuntos residenciais descritos serão caracterizados a seguir e situa-se na Zona de Interesse Social — ZEIS Campo Grande.

⁴⁴ Também conhecido como Vila Jorge Pimenta constituído de 531 casas; já o conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula é constituído de 45 casas. Citado por M^a. José de LIMA, *Ibidem.*, p. 30 e 34, respectivamente; Citado pelos moradores em entrevistas durante nossa pesquisa de mestrado (CABRAL, 2004).

⁴⁵ Segundo reportagem da Câmara Municipal do Recife – “Aconteceu na Câmara” –, do dia 21/06/2007, com o título: Condomínio em 'Chão de Estrelas' recebe o mesmo nome da comunidade, na página da Prefeitura do Recife, na internet, esse conjunto teve o nome modificado pela sessão da Câmara para o mesmo nome da comunidade. Disponível: 21/06/2007. Câmara Municipal do Recife - Pauta da semana 23/08/2004 Link: <http://www.recife.pe.gov.br/2007/06/21/mat_41128.php> Acessado: 04 de maio de 2011. Entretanto até o momento não conseguimos localizar a publicação que sanciona o decreto-lei no D. O. M.

⁴⁶ Hoje conhecido por Canal do Jacarezinho. Segundo o cadastro de canais da Cidade do Recife, 2000, consta com o nome de Canal da Regeneração, pois o referido canal é paralelo a Rua do mesmo nome.

⁴⁷ Revista informativa do **Orçamento Participativo**. Distribuição gratuita na Plenária Regional na Campina do Barreto em 27/03/2008. p. 26.

3.2.1 Características Físico-Arquitetônicas dos Conjuntos Habitacionais

Além dos vários aspectos já abordados ao longo da pesquisa, outro que analisaremos são as qualidades físico-arquitetônicas dos imóveis e os contrastes socioespaciais-ambientais que o lugar revela, para compreender como se deram as desigualdades na localidade em apreço.

Os imóveis dos conjuntos habitacionais em estudo têm as seguintes tipologias: casas em estilo dúplex ou casas⁴⁸ térreas. As casas (este nanoterritório, território da família) são um dos objetos que apresentam em sua estética uma configuração possível à identificação de tais desigualdades revelada no lugar (comunidade/bairro); sendo também um dos elementos que contribui para uma (in)justiça social-territorial e, conseqüentemente a melhora ou não da cidadania. Além de paradoxalmente ser um dos objetos utilizados como mecanismo de controle social usado pelos os de cima sobre os de baixo da localidade.

Os conjuntos habitacionais⁴⁹ estudados correspondem ao que Jovanka Baracuh C. SCOCUGLIA (2000, p. 11 – Destaque nosso) denomina de “os espaços habitacionais”⁵⁰; “lugares de significação alterados pelas novas relações sociais, mas que guardam também em suas formas e usos, os hábitos, os costumes e as hierarquias transmitidas ao longo do processo de socialização através da família.” Continua a autora (SCOCUGLIA, 2000, p. 11), “a relação entre a forma e o valor dos objetos que circulam no cotidiano expressa e, também, influencia os comportamentos e os vínculos sociais.” Sendo assim, esses espaços habitacionais são cheios de ideologias⁵¹; são objetos-

⁴⁸ Segundo Jovanka Baracuh C. SCOCUGLIA, “a casa, território familiar, espaço das relações ditas primárias, se torna espaço de consolidação de um pacto entre as famílias burguesas e o Estado. A família caberia o compromisso de delimitar os poderes de pais e filhos, estabelecer uma ordem familiar disciplinada, como garantia do cumprimento das leis do Estado. As crianças começam ali a se socializarem, se acostumam a um mundo segregado e hierarquizado para, posteriormente, serem introduzidas na escola. Ao Estado caberia desenvolver as instituições e os meios para conter seus membros não integrados. Através dos médicos higienistas, o Estado procurava modificar não só o espaço domiciliar, senão a conduta física, intelectual, moral, sexual e social das famílias burguesas do final do século passado e início do século XX, visando sua adaptação ao sistema econômico e político. Uma forma de conter os conflitos e os desmandos nos espaços urbanos.” continua a autora, “desse modo, o isolamento da família na intimidade do lar e o perfil arquitetônico das habitações foram modificados, para permitir um fluxo afetivo mais livre entre os próprios membros da família. A noção de espaço público e privado é um dos elementos dessa transformação. Através da evolução da casa urbana, desde o período colonial, podemos observar a expansão da esfera privada sobre a pública. Espaços públicos utilizados de maneira privada e um espaço dentro da habitação sendo reservado para os contatos públicos.” (SCOCUGLIA, 2000, p. 110 – Grifo nosso).

⁴⁹ Lembramos aqui que segundo Marcelo Lopes de SOUZA (2006, p. 318 – Aspas no original e grifo nosso), “os ‘nanoterritórios’ remetem, por excelência, à vida privada (à casa) e, mais geralmente, às interações de grupos pequenos ou mesmo relativamente grandes (podendo chegar a milhares ou dezenas de milhares de pessoas, como em um estádio de futebol ou em uma grande assembleia) em espaços de dimensões muito limitadas.”

⁵⁰ A pesquisa de a referida autora objetiva retratar o cotidiano familiar e o espaço social (a casa) de famílias de classe média. Tendo como critérios a localização das residências, a renda média mensal de seus moradores (entre 10 e 35 salários, 1989) e a ocupação do(a) principal “chefe” da família.

⁵¹ Milton SANTOS (1997, p. 101), coloca que “a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos.”

símbolos-concretos-fixos⁵² que reproduzem e reprocessam as diversas relações sociais, ou seja, os espaços arquitetônicos (as casas) são uns dos símbolos subjetivos que fundamenta a visão da realidade social; são espaços da materializações de hábitos de grupos, classes sociais e indivíduos presentes na sociedade. Nesse sentido, as práticas cotidianas e os espaços habitacionais que são os sistemas simbólicos constituídos ao longo da história de vida dos indivíduos dão os contornos de classes e grupos sociais a qual estes pertencem e representam.

Para Jovanka Baracuh C. SCOCUGLIA (2000, p. 18), “as representações são entendidas a partir das práticas dos agentes, de suas formas de consumo e de reprodução ligadas a uma posição nas relações de produção e às diferenças no plano das relações simbólicas, nas trajetórias de vida individuais e nas estratégias de manipulação das identidades.” Como se vê, os estilos de vida e de representação estão vinculados à ideia de “hábitos”, base de sistema gerador e classificador de práticas, como também, base das representações. Estando, ainda, presente nos objetos em geral, por exemplo: nos espaços habitados, na casa⁵³ (SCOCUGLIA, 2000). Já o *habitus*, para Pierre BOURDIEU (1979) segundo Angelo SERPA (2007, p. 175 – Itálico no original):

é ao mesmo tempo um princípio gerador de práticas sociais e um sistema de classificação dessas práticas. É da relação dessas duas características que definem o *habitus* – capacidade de produzir práticas e objetos passíveis de classificação e capacidade de apreciar e diferenciar essas práticas e objetos (gosto) – que se origina o mundo social das representações, o espaço dos estilos de vida.

Sendo assim, a realidade social é constituída das representações e dos estilos de vida – hábitos. Esse último apresenta-se, melhor dizendo, são princípios geradores e classificadores de práticas cotidianas, expressas através das diferenças de situações e de desigual posição social (SCOCUGLIA, 2000; SERPA, 2007), que são produzidas pelos indivíduos e grupos através da divisão social do trabalho e de classe. Para

⁵² Segundo Milton SANTOS, “objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo.” (1997b, p. 54 – Destaque nosso). Ou seja, “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais.” (Idem, p. 56). “Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens.” (1996, p. 77). As casas, portos, armazéns, plantações, fábricas etc. (SANTOS, 1997, p. 165). Ou como ele diz alhures: “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar” (1997b, p. 50). Contrapondo a esses “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.” (Idem). Ainda SANTOS, “Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.” (1996, p. 77 – Grifo nosso).

⁵³ Segundo Jovanka Baracuh C. SCOCUGLIA (2000, p. 17 – Destaque no original), a casa é o “lugar privilegiado da objetivação dos esquemas geradores do *habitus*”...

entender como vem se dando esse processo na área em estudo é necessário retroceder na história do lugar. O lugar é aqui entendido no sentido de localização, pois observa Milton SANTOS (1988, p. 2 – Destaque nosso), que:

O lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar.

.....
Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (1988, p. 2).

.....
Cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. (1988, p. 3).

Deste modo, o lugar é também a localidade (aqui os conjuntos habitacionais e a vida que a anima) e tem influência pública das representações dos gestores e do cotidiano dos próprios moradores. É resultado em um primeiro momento da ação dos de baixo, da sua luta, do seu dia-a-dia, de sua sobrevivência, e posteriormente da produção cotidiana de ambos – dos de baixo e dos de cima. Portanto, o “lugar conforma e permite a concretização e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, e também a espacialização profunda dos lugares para atender a exigências de produção e circulação do modo de produção capitalista” (GOMES, 2003, p. 488), gerando a periferização. É o espaço onde ocorrem as horizontalidades e verticalidades⁵⁴ apontadas por Milton SANTOS (1997).

O lugar onde se localiza os referidos conjuntos habitacionais em apreço era uma antiga várzea no baixo curso do Rio Beberibe, na periferia entre Olinda e Recife, nas imediações do antigo matadouro dos Peixinhos, que desde a primeira metade do século XVI, teve como evento mais importante até fins do século XVII, a instalação de engenhos de açúcar⁵⁵. “Sendo a área da pesquisa, ocupada pela cultura canavieira, já que os engenhos nunca estavam exatamente à beira do rio, pois a várzea toda ficava inundada com a maré alta, e principalmente quando das enchentes.” (CABRAL, 2004, p.

⁵⁴ “As Horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). As Verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes.” [Santos, 1997a, p. 54] (grifo nosso). Ainda Milton SANTOS, “é, talvez, dessa dialética que as populações retirem o entendimento de sua verdadeira situação e cobrem fôlego para ampliar o seu grau de consciência. Os chamados movimentos sociais poderiam inspirar-se nessa dinâmica.” [2000, p. 54]. Sobre os referidos vetores, ver: SANTOS, 1997, 1997a; 2001; 2000a.

⁵⁵ O primeiro engenho no Brasil foi fundado em 1542, pelo fidalgo Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho Pereira, chamava-se de Nossa Senhora da Ajuda, denominado vulgarmente de Engenho Velho de Beberibe, situado à meia légua, do Varadouro para cima, à margem esquerda do Rio Beberibe, onde atualmente encontra-se a indústria de fertilizantes Fósforita S/A, no bairro de Peixinhos (município de Olinda).

42). Com a entrada dos engenhos em fogo morto, a área “vai sofrer transformações na forma de ocupação fundiária e no uso do solo; passando a ser desmembrada e repassada a diversos foreiros constituindo-se nos chamados sítios” (CABRAL, 2002, p. 5), que “foram bastante utilizados com diversas culturas, como cana-de-açúcar, banana, [capim] e, sobretudo, coqueiros, daí proliferaram-se os chamados sítios de coqueiros, que conferiu uma certa identidade à localidade” (CABRAL, 1999, p. 35). “Estes habitats rurais vão sofrerem modificações com o passar da evolução urbana, transformando-se em subúrbios e arrabaldes⁵⁶” (CABRAL, 2002, p. 5), que por sua vez, já nos meados do século XX, se tornaram povoações residenciais. Entretanto, o Rio Beberibe que tinha a função de escoadouro da produção, fornecedor de água potável, espaço para abrigo de moradia e meio de sustento para a população pobre (lavadeiras, pedreiros, pescadores etc.) das suas margens, nas imediações de nossa área de pesquisa desempenhará novos papéis, como por exemplo: depósito de lixo e esgotos de todos os tipos, além de permanecer a utilização de suas margens como espaço para habitações informais (CABRAL, 2004; ABRAMO, 2003).

No final de 1979, o rio passará por obras de retificação pelo projeto denominado “Estudos e Projetos na Bacia do Rio Beberibe para o Controle de Cheias nas Cidades de Olinda e do Recife”, também chamado “**Projeto Rio Beberibe**”, que objetivava o controle de enchentes e melhorias no abastecimento d’água nas cidades de Olinda e do Recife (CAMPOS, 2003). Com isto, os moradores das habitações informais em suas margens teriam de ser removidos. Como o projeto não tinha nenhuma proposta de habitabilidade para os referidos moradores a alternativa encontrada pelo governo do Estado de Pernambuco foi o programa PROMORAR.

Pela dimensão do referido sítio e sua localização nas margens do Rio Beberibe e dos canais do Arruda e do Jacarezinho, o primeiro passo após definição de sua nova função foi a derrubada e retirada do plantio de coqueiros, principal atividade desenvolvida. Posteriormente, a área foi aterrada com barro e realizada a terraplanagem e traçadas as ruas que dividem as quadras que são constituídas de lotes a famílias removidas, para o denominado “**Loteamento do Projeto Beberibe**”, conhecido por “**Comunidade Chão de Estrelas**” (CABRAL, 2004; LIMA, 1992). Sendo as casas desse conjunto habitacional as primeiras a serem entregues, em 1981. São casas térreas no estilo vila, as quais os trabalhadores contratados para as obras foram também os futuros “morador-proprietário” (sendo os imóveis entregues no nome das

⁵⁶ Segundo Jan BITOUN, “... o ‘arrabalde’, palavra hoje em desuso, aplicada aos assentamentos de habitat concentrado a partir dos quais se estende o ‘subúrbio’. O desaparecimento da palavra ‘arrabalde’ se deve à sua substituição paulatina pela de ‘bairro’.” (2000, p. 43).

mulheres). A principal tipologia são lotes retangulares que possuem em geral 7 x 15 metros de área, com residências com recuos frontais, de fundo e lateral em apenas um lado, o outro lado da casa é conjugada, as frentes dos lotes/casas são separadas pelas ruas que separam as quadras que acompanham as metragens estabelecidas pelo projeto. Na grande maioria, são constituídas de: um terraço estreito na frente da moradia sem grade, uma sala com uma janela de cobogó para o terraço e um balcão com torneira, dois quartos sem portas e saída para a sala e duas janelas de cobogó, uma para frente da rua e no outro quarto a janela para o quintal (não havendo a separação do sexo entre os filhos, e dependendo do tamanho da família, também dos pais) e um banheiro com chuveiro simples e bacia sanitária, sem descarga e pia para lavar as mãos e porta externa a casa, sem azulejo nas paredes e piso de cimento queimado, as paredes em alvenaria sem rebocos, e conseqüentemente, sem pintura, com portas de madeiras, com cobertura (teto) em telha cerâmica tipo canal em estrutura em madeira e com duas águas uma para frente e outra para trás, sem muros que separam o exterior/público do interior/privado, conseqüentemente com acesso livre para a habitação, conjugadas de um lado, sem cozinha, e uma fossa para ambas as casas. Além desse modelo padrão da maioria das casas, havia outras com banheiro interno, entre os dois quartos, oitões livres etc.; e quando da entrega existiam ainda algumas que faltavam água encanada e energia elétrica; as ruas sem calçamentos e alguns sem iluminação pública, sem redes de esgotos e faltando transportes coletivos (Foto 9).

Foto 09 — Casa na Comunidade Chão de Estrelas



Fonte: Autor desconhecido, 1981? Acervo do autor.

O **Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema** (1986)⁵⁷, “a princípio conhecida por Jorge Pimenta” (sic) (PREFEITURA, 1993, p. 10), tem seu nome modificado em 10/10/89, através de decreto municipal (PREFEITURA, 1993); são casas térreas em estilo vila, localizada em uma área de cerca de sete hectares, ainda remanescente na Comunidade Chão de Estrelas, mais precisamente no encontro do Rio Beberibe com a foz do Canal Vasco da Gama-Peixinhos, totalmente no bairro de Peixinhos Recife, e pertencente a ZEIS Campo Grande. Primeiramente realizou-se o aterramento e terraplenagem da área, em seguida a abertura de ruas, demarcação de quadras e lotes e as construções das casas para as 531 famílias.

Esse conjunto residencial tem uma particularidade em relação aos demais por nós estudados, no que se refere à construção dos imóveis. É o fato de ter sido executado em três etapas, a saber: na primeira etapa, foram construídas dezesseis casas tipo embrião, em sistema de mutirão (onde o próprio morador entrou no final de semana, fazendo o aterro), constituídas de um quarto já pronto – rebocado, sala e banheiro (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/2010), utilizando o sistema construtivo convencional e empregando mão-de-obra contratada e da comunidade. Seriam vinte unidades, mas as dificuldades de participar da construção levaram as quatro demais famílias a desistirem. Na segunda etapa, foram construídos quatro imóveis tipo embrião, com um quarto, sala e banheiro. Dos setentas e quatro previstos que inicialmente participavam da programação, através do uso de uma inovação tecnológica, com fundações e paredes em “solo-cimento”, utilizando mão-de-obra da prefeitura. As reações contrárias das comunidades (futuros moradores) frente às experiências construtivas inviabilizaram a continuidade do projeto.

Na terceira etapa, já no final de 1987, foram construídos os demais imóveis (a grande maioria), principal tipologia com lotes medindo 6 X 12m em estilo embriões, através de empreiteiras contratadas com material adquirido e cedido pela prefeitura do Recife, sendo a infraestrutura implementada pelo Governo do Estado. Com exceção das

⁵⁷ “Em 29 de setembro de 1986, a Prefeitura da Cidade do Recife assinou o contrato nº 079/86, processo nº 8362/86, no qual competia ao DNOS fornecer a área adjacente ao canal remanescente do Programa de Recuperação das Áreas Atingidas pelas Enchentes da Região Nordeste, para onde as famílias que foram atingidas pelas obras de dragagem seriam removidas e repassar recursos do programa à prefeitura que por sua vez, se comprometeria a executar a construção das casas, com a colaboração da comunidade, empregando, sempre que possível, o sistema de mutirão.” (SOUZA, F., 2000, p. 77). Posteriormente, “em 9 de dezembro [de 1987], a prefeitura celebrou convênio com a Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, com o objetivo de implementar o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais na Área.” (sic) (SOUZA, F., 2000, p. 79), cabendo a prefeitura a responsabilidade de repasse dos recursos, o terreno, material e auxílio técnico necessário à construção das casas. Para execução da obra do canal foi assinado um convênio “em 23 de novembro de 1987, a prefeitura, por intermédio da empresa Obras Recife, conjuntamente com o Governo do Estado de Pernambuco, através de sua Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente, assinou o convênio nº 112/87, de processo nº 11.545/87, para execução, no trecho final do Canal Vasco da Gama-Peixinhos, de ações que permitiriam a abertura, retificação e urbanização das suas margens.” (SOUZA, F., 2000, p. 78).

primeiras vinte casas construídas, que eram constituídas de uma sala, um quarto e um banheiro, a tipologia padrão era um vão único (“sala”) com uma pia de lavar prato (balcão) construído em alvenaria, com um banheiro, sem quarto (sem dormitórios), sem reboco, sem piso, sem quintal e coberto com telha cerâmica tipo canal em estrutura em madeira com cada lado do telhado correspondendo a uma residência, em cada lote (terreno) foram construídos quatro embriões, sendo dois com a frente para uma rua e dois para outra, divididos ao meio com um oitão e uma frente para cada casa, com esgotos sanitários do tipo ramais condominiais. Ou seja, os imóveis geminados quatro a quatro, constando apenas de dois cômodos – um vão – com um banheiro para cada, ou seja, é repartida ao meio, uma banda – lado – para cada família – quatro famílias por casa (Foto 10).

Foto 10 — Casa no Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema



Fonte: SOUZA, Fernando A. S. de, 2000.

Ainda foram relatados pelos entrevistados que quando chegaram à nova área encontraram grandes dificuldades, pois algumas casas encontravam-se sem portas, sem janelas, outras sem banheiro (sem a bacia sanitária), sem água encanada⁵⁸, sem energia elétrica, sem muros, sem calçamento nas ruas, sem transportes, com apenas um pequeno terreno ao lado que dava para construir dois quartos, sendo as casas entregues através de sorteio respeitando a comunidade a qual fazia parte a família removida, ou seja, cada quadra correspondia a uma comunidade de origem (as comunidades eram: Saramandaia, Campo Grande, Canal do Arruda) e sendo entregues

⁵⁸ Só colocaram água mais de um mês depois.

em nome de quem se cadastrou⁵⁹ (CABRAL, 2003; SOUZA, F., 2000; PREFEITURA, 1993; ENTREVISTAS, n. 03; n. 06; n. 10).

O **Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula** (1988), fica localizado em um terreno por trás da escola São Judas Tadeu de Ensino Fundamental e Médio, da rede pública estadual de educação de Pernambuco, entre o atual campo de futebol e o terminal do ônibus de Chão de Estrelas, ao lado do mercado público de Chão de Estrelas, onde existiam dois campos na própria Comunidade. A Área do campo menor, segundo Sr. Ovídio (ENTREVISTA, n. 11, 22/05/2010), tinha sido doada ao Lions Clube de Casa Amarela por ter cedido a do atual campo recebida da COHAB. O Lions Clube deu esse terreno para igreja⁶⁰ construir a capela, como padre Humberto achava grande o terreno, doou para a construção do referido conjunto, recebendo em troca outro terreno por trás do Posto de Saúde de Chão de Estrelas, onde foi construída a Capela para “Nossa Senhora da Conceição”, que segundo o Sr. Ovídio é a padroeira da comunidade, ao lado da “Escola União de Chão de Estrelas”. Atualmente ambos os espaços (da capela e da escola) pertencem ao Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas.

Com a definição do terreno, os futuros moradores fizeram a capinação (limpeza), como nos conta um entrevistado: “no dia que a gente chegou aqui estava tendo um jogo, a gente parou o jogo e arrancou as traves. Olhe, foi uma guerra, mulher, menino tudo com pá, enxada, ciscador, estrovenga tudo aqui dentro, numa tarde a gente limpou esse terreno, essa área todinha aqui, então abriu.” (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/2010). Em seguida a COHAB fez a medição e definiu que caberiam quarenta e cinco moradias que seriam construídas em projeto mutirão, onde o governo entraria com material e os moradores com a mão de obra. A tipologia seria de uma casa popular, com um terraço, uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro, mas o governo recuou alegando que houve um corte na verba até que reduziram as casas a um Embrião de 3 X 7

⁵⁹ Referente ao sorteio e o nome de quem ficaria a casa, não houve um consenso entre os entrevistados, um coloca que não houve sorteio e que era a Prefeitura que definia a transferência, como também não teve negociação na escolha do modelo das casas, além de vir em nome dos maridos (dos homens), optamos pela entrevista, n. 06 (13/03/2010) pelo fato do entrevistado ter sido um dos primeiros moradores e membro (tesoureiro) da entidade de representação dos moradores do conjunto (Centro de Organização Comunitária Senador Aderbal Jurema). Além dele está ligado ao movimento de remoção para a nova localidade.

⁶⁰ O Lions Clube recebeu outro terreno por trás do Posto de Saúde de Chão de Estrelas ao lado de onde foi construída uma Capela; mas o Lions não quis e deu para a Igreja, que doou parte do terreno para a construção da Escola União de Chão de Estrelas, que ficava antes onde hoje (2012) encontra-se a Creche Comunitária Chão de Estrelas ao lado da capela. Hoje a capela foi substituída pela “Capela Santa Terezinha”, construída em um espaço próximo da estação de bombeamento dos esgotos lá dentro do Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, ao lado do PSF – Santa Terezinha e do Centro Comunitário Irmã Terezinha Batista, nas imediações do Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo. A mudança do nome da padroeira da comunidade segundo o Sr. Ovídio foi para homenagear a irmã Terezinha (Ir. M. Maristella), assassinada no dia 27 de janeiro de 2007, na sua residência que fica de frente ao posto de saúde que recebe seu nome.

metros, com um único vão, um balcão e um banheiro, coberta com telha cerâmica tipo canal em estrutura em madeira e em duas águas, uma para frente e outra para trás, com esgotos sanitários do tipo ramais condominiais. O lote medindo 6 X 12 metros, com imóvel geminado dividido ao meio por uma parede de alvenaria, ficando dois oitões, duas frentes e dois quintais, um para cada família (cada casa). Construído em duas fases, na primeira construiu trinta e três embriões, e posteriormente apareceram mais famílias e conseguiu o resto totalizando quarenta e cinco (45) unidades habitacionais. Ainda segundos os entrevistados, o conjunto era para ser totalmente fechado como um condomínio, como consta no projeto da planta, de forma que teria ruas que permitiriam circular entre as quadras, mas como não fecharam com muros as áreas desocupadas próximas do atual campo de futebol foram sendo ocupadas e construídas outras residências, além das do projeto original, também tem algumas ruas com muros fechando a entrada pelo lado do campo, tornando-se uma rua com uma única entrada que serve também de saída (ENTREVISTAS, n. 1; n. 2; n. 11).

O **Conjunto Habitacional do Jacarezinho** (2008) foi construído no terreno do antigo Curtume Carioca, na Rua Iguatú n. 182⁶¹, próximo do Mercado Velho da Campina do Barreto (atual Vila Redenção) e na mesma Rua da Policlínica Amaury Coutinho, pertencente à Prefeitura da Cidade do Recife. Primeiramente, realizou-se o aterramento e terraplenagem do terreno, em seguida a demarcação das quadras (de A até G), dos lotes com aproximadamente 9 X 3,5 metros e as construções das casas (265 no total). O habitacional é formado de três tipos de tipologia arquitetônica com aproximadamente 32m² construídos, sendo o modelo padrão (com maior número de imóveis) o em “estilo dúplex conjugado” para famílias que residiam em imóveis situados em quadras irregulares sujeita a ordenamento urbanístico e que estão no auxílio-moradia (retirados do Riacho, hoje Canal do Jacarezinho). São imóveis constituídos de uma sala, uma cozinha com uma pia de prato e janela em cobogó, um banheiro com bacia sanitária com descarga, pia de lavar as mãos e chuveiro simples com piso em cimento e sem reboco, um tanque de lavar roupa na parte externa (quintal com 1,50 metros aproximadamente), sem oitões, conjugados em ambos os lados, uma escada de ferro em sentido espiral (com dezesseis degraus) na sala para o acesso ao pavimento superior, onde se encontram dois quartos sem portas. Na frente há um espaço de 1,25 metros aproximadamente, uma janela e uma porta (única entrada e saída da casa) em madeira tipo caixão; piso em cimento queimado, paredes em alvenaria com reboco na

⁶¹ Desapropriado pelo decreto municipal nº 21.526, de 23 de outubro de 2005. <<http://legiscidade.com.br/decreto/21526/#fragment-1>> Acessado em 25/06/2012.

parte externa (na frente) e sem reboco na parte interna pintado de branco (a cal) e colorido na frente (cada residência de uma cor), teto com telha cerâmica do tipo canal apoiado em estrutura de madeira com duas águas (quedas – uma para frente e outra para trás) e uma caixa d'água de 500 litros. Há também, alguns imóveis adaptados (quadra G) para famílias que possuam “pessoas com necessidades especiais”, com moradores “idosos”, “deficientes físicos” e ocupantes de “imóvel de uso misto” (pontos de comércio). Esses imóveis têm apenas um dormitório no pavimento superior e outro no térreo, o telhado tem três águas (quedas), em todas as tipologias a quantidade de cômodos são os mesmos, por exemplo: possui apenas dois quartos e a porta do banheiro é para a sala em baixo da escada etc. exceto o de tipologia mista, que acrescenta na frente o ponto comercial. Há ainda no conjunto habitacional uma praça que no momento encontra-se destruída com apenas um escorrego e bancos de cimento para o lazer das crianças, as ruas são pavimentadas e com saneamento básico e esgotos residenciais que já são cobrados na conta d'água pela COMPESA (ENTREVISTA, n. 15), sendo o conjunto aberto tanto para a Rua Iguatú como para a Rua Coronel Mário Libório, antiga Rua do Dendê (Foto 11).

Foto: 11 — Casas do Conjunto Habitacional do Jacarezinho



Fonte: Acervo do autor, 2008.

Ainda referente ao Conjunto Habitacional do Jacarezinho (Foto 11) e (Figura 8 – a seguir), dois pontos importantes a destacar são: primeiro, lembrar que enfocamos com mais detalhes este conjunto por ser o projeto mais recente e termos acesso aos dados (documentos: PREFEITURA, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d) e podermos acompanhar mais de perto em relação aos demais conjuntos antigos, que já estão entre vinte e cinco e trinta anos de entregues; segundo, pelo fato da grande quantidade de suas

moradoras⁶² terem realizados algum tipo de transação com os imóveis, como: venda, aluguel, troca etc., levando estas a residirem em outros lugares. Conforme dados oficiais, algo em torno de 21%⁶³ se desfez dos imóveis em um espaço de tempo muito pequeno de aproximadamente quatro anos do recebimento das casas.

A figura 8 – abaixo, elaborada por uma funcionária da equipe social da empresa responsável pelas obras para o “Relatório de Acompanhamento Social do Habitacional” reproduz um censo alusivo às transações realizadas pelos moradores do conjunto, que nos mostram quais os imóveis foram negociados. Eventos que já haviam ocorridos com os demais conjuntos que compõem a comunidade em estudo, como podemos constatar, por exemplo, dos dados apontados na pesquisa de mestrado de Fernando Antonio Santos de SOUZA em 2000, (SOUZA, 2000, p, 82), sobre o Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, quando parte de seus moradores se desfizeram dos imóveis, algo em torno de 35%, em um espaço de tempo de aproximadamente cinco anos:

Grande parte, 64,9%, dos imóveis, permaneceu com os mesmos moradores que foram removidos pela Prefeitura da Cidade do Recife das margens do canal Vasco da Gama Peixinhos em 1988 (tab. XII); 26,9% foram vendidos, 3,9% foram permutados, 2,6% foram alugados e 1,6% foram cedidos. 62,4% dos imóveis não foram repassados a terceiros (tab. XIII). As transações imobiliárias ocorreram com maior frequência nos primeiros anos da vila e se estabilizaram nos últimos 5 anos (tab. XIV).

Esses exemplos juntos com uma pequena amostra que realizamos nas duas primeiras semanas do mês de janeiro de 2013, onde das sessenta e cinco ruas da comunidade, pesquisamos dezesseis que corresponde a algo em torno de 24,24% do

⁶² Lembramos que as casas foram entregues em nome das mulheres e que estas são em maior quantidade.

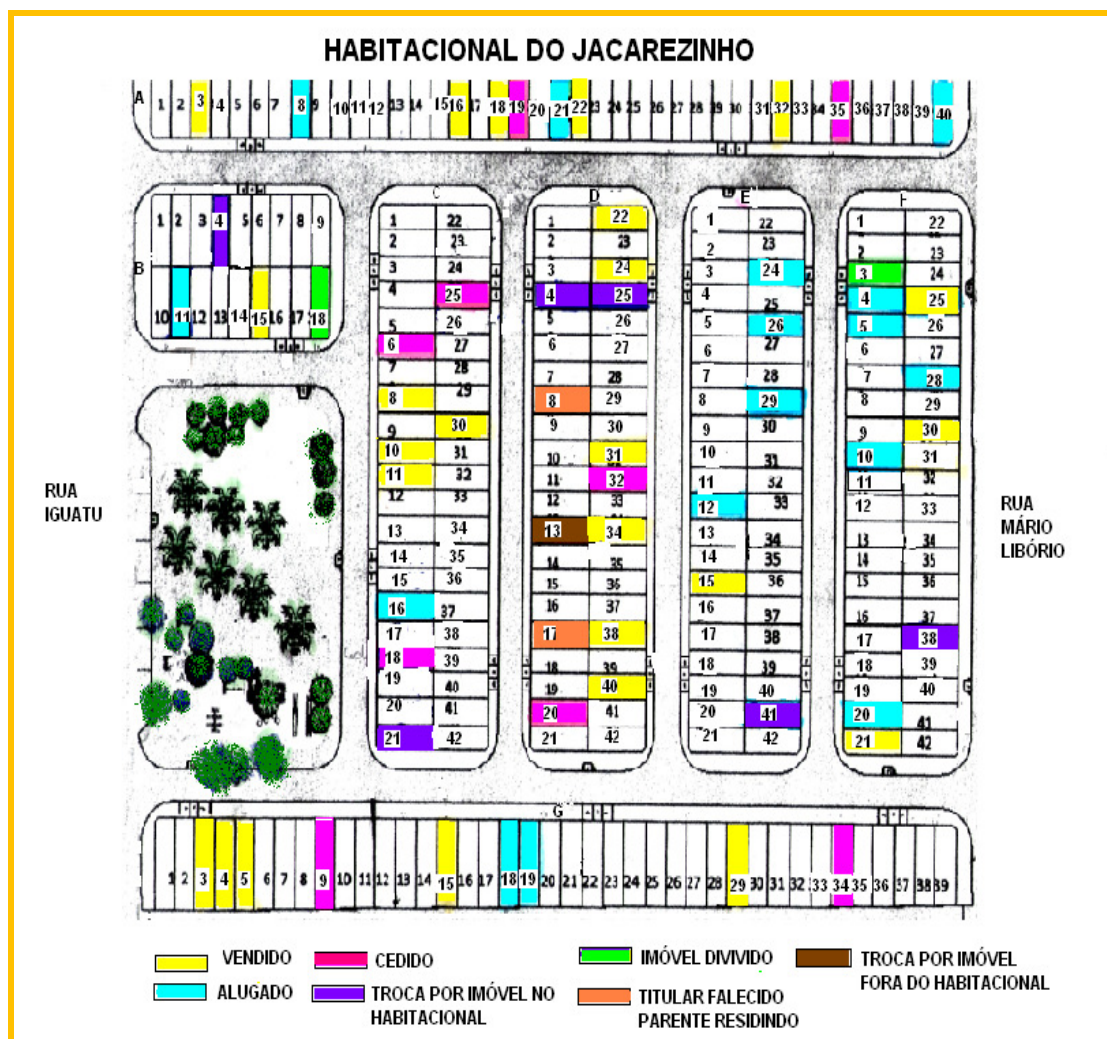
⁶³ Ver: **Quadro 7 – Resumo da Situação dos Imóveis do Conjunto Habitacional do Jacarezinho**

2008 a 2012

Situações / Transação	Quadras: A + B + C + D + E + F + G	TOTAL	%
Vendido	5 1 4 6 1 3 5	25	9,43
Alugado	3 1 1 0 4 5 2	16	6,03
Cedido	2 0 3 2 0 0 2	9	3,40
Trocada por Imóvel no Habitacional	0 1 1 2 1 1 0	6	2,26
Troca por Imóvel Fora do Habitacional	0 0 0 1 0 0 0	1	0,38
Subtotal		57	21,50
Imóvel Dividido	0 1 0 0 0 1 0	2	0,76
Titular Falecido Parente Residindo	0 0 0 2 0 0 0	2	0,76
Sem alteração/Com o Primeiro Proprietário	30 14 33 29 36 32 30	204	76,98
Total		265	100,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2012.

Figura 8 — Síntese do Relatório de Acompanhamento Social das Casas do Conjunto Habitacional do Jacarezinho – Julho/2011⁶⁴



Fonte: PROMETRÓPOLE: UEM: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

total (com 364 casas), constatamos que 40,65% das residências (148 residências) permanecem com o primeiro proprietário/morador que recebeu o imóvel⁶⁵. Isto ajuda a

⁶⁴ A figura sintetiza o censo do Relatório de Acompanhamento Social do Conjunto Habitacional do Jacarezinho de julho de 2011, atualizado em 04/03/2012, referentes à situação dos imóveis que foram vendidos, alugados, trocados, cedidos etc. (ver legenda na figura 5). Segundo a técnica social da empresa responsável pelas obras a figura foi elaborada apenas para uso interno. E cedido ao autor desta tese.

⁶⁵ Ver :

Quadro – 08: Amostragem de Algumas Ruas que as Casas Permanecem com o Primeiro Morador-Proprietário – jan./2013

Conjunto Residencial Chão de estrelas — Total de Ruas** = 40 // Total de Famílias*** = 1.448			
Nome das Ruas	Total de casas	Nº de casas com 1º ocupante	Permanecem %
1 – Rua George de Souza Pacheco	12	05	41,66
2 – Rua Jornalista Nelson Pereira Lima	15	05	33,33
3 – Rua Walmir Moraes	15	06	40,00
4 – Rua Jarbas Manso	14	06	42,85
5 – Rua Paulo Rogério de Andrade Lima	35	14	40,00
6 – Vereador Mivaldo Cavalcanti Maia	38	10	26,31

reforçar nossa estimativa do percentual em torno de 50% a 60% de casas que foram negociadas até hoje na comunidade, ou seja, nos três conjuntos antigos estudados. Mas, o que leva as pessoas a se desfazerem das novas casas? Segundo os entrevistados são diversos os motivos, como: rixa com vizinhos, envolvimento de filhos com as drogas, problemas com a polícia ou a justiça, para pagar dívidas, falta de espaço para guardar: carroça, animais e materiais para reciclagem; falta de compreensão de ter uma moradia digna, não ter alta estima, entre outros (ENTREVISTAS, n. 5, 8, 9, 14), como constatamos na fala de uma líder comunitária e agente de saúde entrevistada (ENTREVISTA, n. 16, 31/07/2010):

Eu conheço uma senhora que vendeu a casa por que o filho estava ameaçado de morte. Com medo de o filho ser assassinado, terminou indo morar na favela e quando chegou lá o filho foi morto sempre. Outra vendeu por que o marido não queria ficar ai por que tinha carroça, tinha cavalo e não tinha onde botar o bicho. Vendeu a casa e foi morar na favela, em outra favela, em outro lugar; outros venderam por que não gostaram da casa, outros venderam pra morar na favela pra ganha outra casa, tá morando em outra favela pra ganha uma casa de novo. Outras que alugaram por que não gosta do lugar, não gosta da vizinhança, não gosta do tamanho da casa, do modelo da casa, ai aluga a casa e [com o dinheiro] alugam em outro canto, outros trocaram. A maioria que vendeu e trocou foi morar em favela.

7 – Ubirajara Vilarim	21	08	38,09
8 – Rua Glauber Rocha	19	02	10,52
9 – Rua Leonel Alves Pontes	15	07	46,66
Total	184	63	34,23
Conjuntos Residencial Senador Aderbal Jurema — Total de Ruas = 23			
Nomes das Ruas	Total de casas	Nº de casas com 1º ocupante	Permanecem %
1 – Rua Jupia	42	23	54,76
2 – Rua Miracica	13	07	53,84
3 – Rua Bonina	23	12	52,17
4 – Rua Guaçu	42	11	26,19
5 – Rua Colorado	22	08	36,36
Total	142	61	42,95
Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula — Total de Ruas = 03*			
Nomes das Ruas	Total de casas	Nº de casas com 1º ocupante	Permanecem %
1 – Rua Dona Neuza	13	09	69,23
2 – Rua Jornalista Paulo Matos	25	15	60,00
Total	38	24	63,15
Total Geral	364	148	40,65

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

*A terceira rua é um pequeno trecho da Rua Dr. Elias Gomes.

**Total de ruas dos três conjuntos residenciais da comunidade = 65.

***Refere-se ao total de famílias dos três conjuntos descritos acima que receberam as casas quando das entregas pelo governo (Estadual e Municipal).

Além dos imóveis dos referidos conjuntos foram construídos outros nas **margens do Canal do Jacarezinho** para os moradores que possuíam barracos grandes e mesmo pequenos, mas que não aceitavam sair do local. Estes imóveis têm dois tipos de tipologia. Uma sendo no estilo dúplex conjugado, o mesmo modelo e tamanho do Conjunto Habitacional do Jacarezinho, apenas com a escada de cimento e outro constituído de casas térreas maiores e com mais cômodos, possuindo dois ou três quartos, um pequeno terraço e um corredor que dá acesso aos dois últimos dormitórios, o banheiro fica entre a cozinha e um quarto, ambos (cozinha e banheiro) com os cobogó para a rua, com piso de cimento queimado, as paredes são de alvenaria sem rebocos e pintadas de branco à cal, a frente são rebocadas e coloridas (cada casa de uma cor), com um lado conjugado, o teto é em uma água (uma queda – modelo padrão) para frente nas casas térreas (Foto 12).

Foto 12 — Casa na margem Canal do Jacarezinho



Fonte: acervo do autor, 2012.

As casas de todos os conjuntos habitacionais por nós estudados vieram sem muros, ou seja, apresentam-se sem nenhuma estratégia de segurança para evitar assalto e a presença de pessoas estranhas às famílias e a propriedade. Isto se apresenta mais grave, particularmente, quando se referem às residências dos: Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula, Conjunto Habitacional do Jacarezinho e as casas das margens do canal, pois estes sequer vieram com espaços para construção de um muro que separe (isole) o interno/privado do externo/público, da rua.

A tipologia da casa atual estava condicionada ao tamanho da anterior. Quem possuía um barraco até 40m² recebeu uma casa estilo dúplex conjugado, se for acima disso até 55m² e sendo de alvenaria foi trocado por uma casa térrea de dois quartos, acima dessa metragem recebeu uma casa no mesmo modelo sendo com mais um

quarto (com três dormitórios). Se for maior que dessas descritas, normalmente o próprio morador não aceitava e recebeu indenização (em dinheiro), que foi negociado individualmente com o setor responsável da prefeitura. Quando o morador possuía mais de um imóvel (barraco), os inquilinos (alugado, parente etc.) esses foram cadastrados e receberam um duplex no conjunto habitacional do Jacarezinho, já o proprietário recebeu um imóvel nos critérios descritos e indenização (em dinheiro) referente aos demais imóveis alugados ou cedidos (ENTREVISTAS, n. 5; n. 9). O aluguel de barracos são umas das táticas de sobrevivência para moradores com rendas tão baixas como vimos.

Referente à escolha do modelo (tipo e tamanho) do imóvel há uma discordância entre a posição dos moradores, da líder comunitária e do representante da COMUL entrevistados em relação a representante do gestor municipal. Para os primeiros não houve negociação, como afirma uma entrevistada: “mas já tava pronto, elaborada assim, a planta; não houve negociação pra alterar nada. A reunião foi com todo mundo” (ENTREVISTA, n. 17, 06/11/2010); entretanto afirmam ter havido as reuniões para tratar de assuntos sobre os imóveis, como nos diz uma líder comunitária (ENTREVISTA, n. 16, 31/07/2010 – Destaque nosso):

Diretamente não. Por que já veio tudo esquematizado, tudo assim no padrão, só pra gente avaliar e dizer o que achava. Se a gente fosse dizer a verdade essas casas é muito pequenas. Apesar de eles dizerem: não, vocês moravam em um quadradinho na beira do canal; não importa o tamanho do quadrado que eles moravam, o que importa é o direito que as pessoas têm de ter uma casa digna, com um quintalzinho, uma frente pra as crianças, que precisam brincar. Aqui pra eles são duas casas⁶⁶!

Para a representante do gestor municipal ocorreram oficinas com os moradores e esses não aceitaram o modelo original das casas, como podemos perceber na fala abaixo (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010 – Destaque nosso):

Porque o projeto aqui, o inicial, o projeto era uma casa em cima da outra, como é do lado de lá [Saramandaia], como a do governo do Estado queria era um quarto só, e era uma casa em cima da outra e uma escada pra dar acesso às outras (são duas casas térreas com uma escada para as duas de cima); mas quando a gente mostrou esse projeto aqui à população não aceitou, aí a gente discutiu com eles e chego ao projeto do duplex, de fazer a casa com os dois quarto em cima e em baixo a sala, a cozinha e o banheiro, como é o habitacional, o de Saramandaia é o projeto original. Mas o povo aqui do Jacarezinho não aceitou igual, a gente fez uma assembleia e o povo não aceitou. Porque tem muita gente assim, que morava em palafita no jacarezinho, muito reciclador que vivia de reciclagem, pessoas que criavam animais, bichos e aquilo outros, aí como eram que essas pessoas, reciclador iam morar lá em cima? Subi um primeiro andar pra guardar os

⁶⁶ Ela se refere à casa que mora, uma das primeiras entregues quando da remoção da beira do rio que deu origem a comunidade de chão de estrelas – 1981.

materiais deles? Eles não têm condições de todo dia pegar e vender pouquinho, não tem como vender, tem de juntar três ou quatro dias pra vender; aí se eles morassem em cima como é que eles iam guardar condicionar o material? Como tem gente que faz aí no habitacional. Se você foi lá, você vê na sala da casa guardam o material de reciclagem; Cristina mesmo a sala dela é só reciclagem, material de reciclagem, aí é um dos motivos que o pessoal colocou se fosse morar em um primeiro andar era difícil para condicionar o material, ia ter que estar subindo e descendo.⁶⁷

Independente de ser o modelo original ou o atual concordo com a posição da líder comunitária, pois com espaços tão ínfimos que nem sempre cabem todos os membros da família, os móveis, animais etc. levam os moradores a todo tipo de confinamento e promiscuidade; isto se agrava quando a família tem grande número de filhos, fatos que são comuns a essas famílias. E agravando-se ainda mais quando a sala da residência passa a ser o espaço do quintal, o espaço de depósito de matérias que são recolhidos nas ruas e lixos dos bairros da cidade para ser vendido para reciclagem, como relata a própria representante do gestor público entrevistada. Essa “nova” função de uso da sala “fere” qualquer princípio de higiene e lei que trate de saúde pública. Isso só vem mostrar como tais projetos são falhos, e como o desconhecimento da realidade de vida dos moradores pobres das periferias da nossa cidade por parte dos que desenham tais projetos arquitetônicos são enormes tanto por parte de tais profissionais, como por parte dos órgãos públicos responsáveis pela execução dos projetos e fiscalização.

Outro problema destacado pelos entrevistados ligado a estrutura física do imóvel foram as rachaduras nas casas, apontado só pelos moradores do Conjunto Habitacional do Jacarezinho, o mais recente construído, como relatam as transcrições abaixo:

[alguém reformou a casa?] Eu acho que a maioria. Aqui mesmo eu quem fiz. Fiz o terraço, botei à cerâmica, a tranca do banheiro, o boxe foi tudo eu que botei. A porta fui eu que troquei, o portão foi eu que botei; as grades, a maioria foi o pessoal (o próprio morador). Minha casa é bem na esquina e o povo passava já se segurando e olhando pra dentro de casa. [houve problema de rachadura?] essa parede tava soltinha, rachou ficaram de vir até hoje não apareceu. A menina veio olho, escreveu, escreveu foi embora e nunca mais voltou. Os cobogó lá de cima também, tá tudo ticado principalmente esses da frente. A caixa d'água, eu mostrei tudinho isso a eles antes de irem embora. Ficaram de voltar até hoje, botaram no papel, mas até hoje (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/2010).

[reformou a casas?] Eu fiz só o terraço. Mas rachadura tem. Passaram dizendo que iam consertar, mas faz tanto tempo que eu nem me lembro mais (ENTREVISTA, n. 17, 06/11/2010).

⁶⁷ Os demais representantes do gestor municipal entrevistado que são funcionários da empresa responsável pelas obras alegaram que quando houve as referidas reuniões eles ainda não faziam parte do quadro da empresa, sendo assim, não podendo informar. Essa fase do projeto com as reuniões foram realizada por outra empresa, a Diagonal Urbana Consultoria Ltda.

Os moradores são obrigados a investir no imóvel quando possui algum recurso, para poder usufruir de maior e melhor conforto e segurança. Isto mostra-nos a qualidade das obras realizadas para os pobres. Entretanto, paradoxalmente, não podemos negar que em relação a viver morando em um barraco nas margens de um canal, que era mais um esgoto a céu aberto do que um canal propriamente dito, e viver na nova casa houve uma grande melhoria para “todas” as famílias, pois agora se encontram em um ambiente “livre” das enchentes, dos ratos, baratas e não mais sujeitos a todo tipo de doenças, pelo menos para os que não são recicladores, como podemos apreender fala do representante da COMUL (ENTREVISTA, n. 13 – Destaque nosso) a seguir:

O objetivo era que as pessoas viessem para morar melhor. Hoje o objetivo da prefeitura, do governo do estado, até mesmo do governo federal do investimento que foi feito, né; com uma casa dessas no valor de quase trinta mil contos, hoje já estar sendo construído a mais de 40.000,00, essas novas; agora, o objetivo é dá condições, melhor qualidade de vida para que as pessoas vivessem bem. Porém, as pessoas quando chegaram ao habitacional se deparando com uma casa tão pequena deixaram seus móveis, que pobres na verdade não tem moveis, tem cacareco, como diz o ditado, muitos deixaram. Ficou a desejar o tamanho da casa, não oferecia nenhuma condição de você levar tudo que tinha no barraco e, as pessoas ficaram muito frustradas, por isso muitas pessoas fizeram puxadas irregular para ver se aumentava a casa. Mas, na verdade o objetivo melhorou a qualidade, quem morou na palafita, quem morou na beira do canal tendo rato, barata em casa, tinha o banheiro, o cabra ia fazer suas necessidades puxava uma tábua, assim, e caia dentro do rio, hoje você tem um banheiro, uma caixa d'água. Eu acho que sim, melhorou, a pesar de ainda não ter o endereço.

Decorrente do tamanho do imóvel, alguns moradores que residiam nas margens do canal não aceitarem as trocas, e conseqüentemente a remoção para os imóveis oferecidos tanto no conjunto habitacional como as residências próximas do canal do Jacarezinho pela Prefeitura. Pois esses consideram que eram menores aos seus barracos ou inferiores as suas casas (nem todas as residências existentes na ocupação eram barracos, tinham inclusive casas com dois pavimentos, na laje e com cerâmica. Esses moradores vieram a receber a indenização (em dinheiro). Foi, por exemplo, o caso do Sr. Aldecir – o “irmão” – como é conhecido, que morou até junho de 2009, em uma casa na margem do canal do Jacarezinho, na Rua Delegado Henrique Trindade, em frente à Rua Glauber Rocha. Segundo seu Aldecir, o “barraco”⁶⁸ onde morava a metragem realizada pela Prefeitura era o dobro do tamanho dos novos imóveis oferecidos (Foto 13).

⁶⁸ O seu barraco era de alvenaria com o piso em cerâmica. É a casa branca na foto 13 abaixo.

Foto 13 — Casa (Barraco) do Irmão Aldecir nas Margens do Riacho Jacarezinho



Fonte: acervo do autor, 2008.

Podemos perceber do exposto até o momento, que além dos imóveis virem incompletos (faltando rebocos, muros, portas nos cômodos internos etc.) ocorreu uma redução no tamanho das casas ao longo do tempo, principal diferença entre os quatro conjuntos, ou seja, de um projeto para outro houve uma diminuição tanto do espaço dos lotes (terrenos) como do tamanho dos próprios imóveis – no tamanho e quantidades dos cômodos, dos quintais etc. – e conseqüentemente, nas quantidades e qualidades dos materiais usados nesses. Além de em nenhum dos conjuntos habitacionais terem vindo com preocupação com a segurança, mesmo localizados em um ambiente violento. Isto não impede que a maioria dos moradores considere as casas boas e estejam satisfeitos com as novas moradias, como veremos mais adiante. Entretanto, são pontos a uma não justiça social-territorial para nós, ou seja, o recebimento dessas moradias nessas condições leva os moradores ao máximo a permanência de uma cidadania ainda mais inacabada.

No que se referem aos esgotos residenciais, toda a UE 21, na qual se localiza a comunidade em estudo, e as UEs 20 e 23 vizinhas encontra-se em fase de conclusão a coleta de esgotos para a Estação de Tratamento de Peixinhos (ETE-Peixinhos) de responsabilidade da COMPESA (CABRAL, 2003, 2004, 2011; PERNAMBUCO, 2000, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2003, 2008; PREFEITURA, 2006a)⁶⁹.

Atualmente esses imóveis dos conjuntos em apreço, em sua grande maioria passaram por reformas e melhorias pelos seus “morador-proprietários”, principalmente

⁶⁹ Decorrente das dificuldades de acesso à documentação dos projetos habitacionais dos conjuntos antigos alguns detalhes não foi possível ser analisados e descritos. Prendemos-nos ao PROMETRÓPOLE/Jacarezinho e as nossas observações de campo e descrições dos entrevistados.

quando repassados como benfeitorias a terceiros mesmo sem autorização do Estado e da Prefeitura, sendo ampliados tanto no tamanho dos cômodos quanto nos números dos mesmos. Mudaram as portas e janelas, gradearam, muraram e em muitos casos foram construídas outra residência sobre estas. Exceto o conjunto habitacional do Jacarezinho por se tratar de um duplex conjugado em ambos os lados. Seus primeiros moradores quando venderam, retornaram as ocupações ou margens do rio, tais situações se confirmam na fala de Milton SANTOS (1996, p. 75-76) ⁷⁰, quando diz:

Como os pobres ainda estão muito longe de possuir todos os bens que a sociedade de consumo lhes comanda, e como a sociedade de consumo lhes está sempre criando novas necessidades, os seus ganhos insuficientes com frequência aconselham a troca da casa por dinheiro, com o qual buscam completar a cadeia dos objetos buscados. Quanto a morar, basta deslocar-se para ainda mais longe, recomeçando tantas vezes o ciclo quantas vezes se façam necessárias.

Enfim, logo que a maioria dos habitantes receberam suas casas, eles modificaram o projeto original (ver Foto 14). Isso é importante frisar, porque a não conservação, por exemplo, da arborização, dos brinquedos na praça, a ampliação do imóvel, a retirada da escada de ferro e a venda, entre outras ações, têm sido apontadas como indício da “falta de educação dos moradores”, ou será que tal arquitetura tem pouca relação com o cotidiano e com a pouca cidadania dos seus habitantes e por isso ocorrem tais alterações?

Foto 14 — Casas no Estilo Duplex Conjugadas no Conjunto Habitacional do Jacarezinho que Sofreram Reformas



Fonte: acervo do autor, 2012.

⁷⁰ Ver ainda Milton SANTOS, **O espaço do cidadão**, mais especificamente, os subitens: o direito de morar, p. 45; o que é bom para os pobres..., p. 46, e os pobres e a cidade corporativa, p. 46.

Este questionamento é respondido pelo Padre LEBRET (1955, p. 25) já “em meados do século passado [século XX] quando se envolveu na formulação do planejamento urbano do Recife”, citado pelo professor Jan BITOUN (LEBRET apud BITOUN, 2010, p. 72 – Destaque nosso), em seu artigo “Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo”:

Recife tem grande número de bairros populares cuja população não podemos estimar, mas é enorme a sua concentração sobre os morros do Noroeste da Cidade. É um terreno magnífico para fazer uma cidade popular modelo, mas é preciso dar-lhe um tratamento diferente e acreditarmos com Gilberto Freire que é preciso não pensar na sua transformação em habitat de tipo europeu e, sim, no melhoramento do habitat nativo, sob o aspecto da higiene e num tipo de urbanização original. O sítio é magnífico, mas os trabalhos são consideráveis. Entretanto temos certeza que bons urbanistas dariam um tratamento adequado a esse grande bairro que, de uma maneira muito interessante, viria permitir uma vida sadia a essa população subproleterizada ou em rápida via de subproletarização.

Esta citação revela a necessidade de uma originalidade (inovação) urbanística afastando-se dos modelos importados (europeus), aqui por nós identificados de “classe média”, para criar um tipo de urbanização própria, original, como assevera o Padre LEBRET. Ou seja, que atendam as reais necessidades dos pobres, a sua realidade, os seus gostos, e não modelos de fora, importados de realidades estranhas a nossa.

Com isso, percebemos, claramente, que os projetos arquitetônicos das habitações populares feitos por profissionais de classe média que não conhecem a realidade da comunidade ou conhecem teoricamente, isto é, não vivem a experiência cotidiana das comunidades pobres⁷¹, levam a um distanciamento que repercutem nas arquiteturas das casas entregues aos habitantes pobres, e estes não se identificam com seu traçado (a estética das casas), vindos a alterá-las, quando não a depredá-las, entre outras ações. Foi o que ocorreu com os conjuntos habitacionais em estudo. Estas residências já nascem subnormais, como nos diz Milton SANTOS (1996, p. 46):

Quando, diante da situação explosiva nas cidades e em face da proximidade de eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais, neste caso sem aspas. A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. Na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem.

⁷¹ Aqui no sentido Gramsciano, **Concepção dialética da história**. Ver epígrafe de abertura do capítulo I.

Diante das características físico-arquitetônicas e dos elementos técnicos dos conjuntos habitacionais relatados, percebemos que apesar das melhorias nas condições de vida dos moradores locais os estigmas de serem visto como “marginais” permanecem. Confirmando-se na nítida divisão e diferenciação (fragmentação/segregação) socioespacial-ambiental entre as paisagens do bairro de Campina do Barreto e a da própria Comunidade (a estética dos conjuntos), que inseparáveis das condições socioeconômico-ambientais locais (e não só locais), aliadas à própria história das origens dos moradores dos conjuntos levaram aos antigos moradores deste bairro, que não participaram da luta pela moradia, a verem estes “novos” habitantes como “marginais”, dando-lhes vários qualificativos, como: “Vila do Rato”, “Terra Sem Fim”, “Vila do Cheira Cola”, “Carandiru” etc. (CABRAL, 2003; ENTREVISTA n. 06, 13/03/2010); hoje o estereótipo mais utilizado é o de “marginal”, principalmente quando se refere aos moradores do mais recente conjunto residencial, o Conjunto Habitacional do Jacarezinho, também conhecido por “Portelinha”.

É esta diferenciação espacial⁷², tanto físico-ambiental como socioeconômica na produção do espaço em apreço, que de um ponto de vista mais geográfico denominamos de “Seletividade Socioespacial” ou “Seletividade do Espaço Urbano Periférico”, a nosso ver, desemboca naquilo que Roberto Lobato CORRÊA (1995, p. 35) vai chamar de “Práticas Espaciais”; “isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.” E continua CORRÊA (1995, p. 35), “as práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.”⁷³ Ou ainda o que o próprio CORRÊA (1989) e Marcelo Lopes de SOUZA (2003, 2006) vão chamar também de “Segregação Residencial”; “um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas’, [...]. É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano.” (CORRÊA, 1989, p. 60 – Destaque no original). Ou como nos diz Luciana Souza da SILVA (2008, p. 8 – Aspas no original) citando Peter Marcuse (2004, p.24):

⁷² Referente à temática da Diferenciação Espacial ou Diferenciação Socioespacial ver: CIDADES. **Revista Cidades**. Cidades. Presidente Prudente: GEU: Expressão Popular. Vol.4, n. 6, jan/Dez, 2007.

⁷³ Ainda segundo Roberto Lobato CORRÊA (1995, p. 36), “as práticas espaciais são as seguintes: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.”

A segregação é um processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. Na realidade a segregação é, por definição, uma categoria espacial, é a “divisão” do espaço, separação ou isolamento de pessoas ou grupos (ocorrendo de forma imposta) e pode ser dada por fatores socioeconômicos, socioresidências, culturais, étnicos, entre outros.

A segregação residencial; primeiro, se dá em qualquer grupo ou classe social; segundo, nesta pesquisa, ela aparece principalmente como um meio de controle social por parte do Estado, como vimos na produção das habitações populares em estudo. O controle social se dá também pela ação da classe dominante ou de algumas de suas frações, quando, por exemplo, controla o mercado de terras, direcionando a localização dos demais grupos sociais (para a periferia) no espaço urbano, indiretamente através do Estado (CORRÊA, 1989).

Também em relação à questão da moradia, lembramos que todos os conjuntos habitacionais que compõem a localidade “Comunidade Chão de Estrelas”, inclusive o mais recente – o Conjunto Habitacional do Jacarezinho –, e áreas circunvizinhas foram estabelecidas como área ZEIS desde vinte e dois de janeiro de 1994 (PREFEITURA, 2005, p. 4)⁷⁴, pela lei Municipal n. 15.866/94; implantando, no ano seguinte, em oito de fevereiro de 1995, sua COMUL, sobre o decreto Lei n. 16.898/95; faz parte da ZEIS Campo Grande (PREFEITURA, 2005, p. 4)⁷⁵. Lembramos ainda, que a comunidade em apreço diferencia-se de outras áreas ZEIS do Recife, pois não surgiu de ocupação irregular em terrenos vazios como a maioria das ZEIS, já que anterior à remoção quando estavam às margens do Rio Beberibe e dos canais Vasco da Gama e do Jacarezinho, denominavam-se: Cabo Gato, Depuradora, Antártica, Canal do Arruda, Saramandaia, Jacarezinho entre outras; ao chegar na nova área construída pelo poder público (União/Estado/Município), para residirem em casas no estilo vila, com o mínimo de infraestrutura passou a denominar-se Comunidade Chão de Estrelas, mesmo assim, continuou possuindo elementos necessários para ser considerada uma ZEIS⁷⁶.

Apesar dos conjuntos habitacionais e toda a área em apreço passar por ações de urbanização pelo Programa PROMETRÓPOLE, os estigmas permanecem, pois as

⁷⁴ Segundo reportagem do **Jornal do Commercio**, a localidade é transformada em ZEIS em março de 1994 (JC, 16/10/1994, p. 8)

⁷⁵ A **ZEIS Campo Grande** é constituída das seguintes Subáreas: **Campo Grande**: Saramandaia (trecho), Capilé (trecho), Vila da Prata, Canal Campo Grande e Padre Villesman; **Campina do Barreto**: Vila Redenção (mercado público), Beira Rio, Chão de Estrelas, Área de Campina do Barreto e Trecho de Jacarezinho; **Arruda**: Canal do Arruda e Trecho de Jacarezinho; e **Peixinhos**: Chão de Estrela (trecho); Jacarezinho (trecho), Aderbal Jurema; Saramandaia, Beira Rio (trecho), Canal do Arruda (trechos) e Capilé (trecho) (PREFEITURA, 2005, p. 9-10 – Destaque nosso).

⁷⁶ Ver Lei n. 16.176/96, de 09/04/1996 Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Atualizada pela Lei n. 16.289 de 29/01/1997b.

mudanças são apenas físicas, os problemas socioeconômicos permaneceram: desemprego, subemprego, má qualidade do transporte, da educação, da saúde, fome etc., e quando foram atacados, foram parcialmente meros paliativos. Quando da execução das obras a maioria da mão-de-obra contratada (o “peão”, como chamamos), não todos (mais 270 trabalhadores – entrevista, n. 05, 26/01/2010) eram os moradores, pais de famílias da localidade e alguns futuros moradores dos conjuntos, como já ocorreu desde a construção do primeiro conjunto residencial em 1981 (a história se repete). Decorrente disso (ações só físicas), a Comunidade permanece sendo uma localidade de segregação residencial ou de seletividade socioespacial, como denominamos, necessitando permanecer fazendo parte da ZEIS (ZEIS Campo Grande).

Finalizando este item, podemos dizer resumidamente, que os quatro conjuntos habitacionais construídos pelo poder público são iguais em: realidades culturais, de origem social, econômica e procedência dos moradores; mas, parcial de projetos, já que houve uma redução nos tamanhos dos imóveis e do terreno entre outros aspectos. Entretanto, houve também uma melhoria na higiene, no acesso das vias para as casas, na segurança etc. (como veremos capítulo V). Nesse sentido ocorreu um avanço da justiça social-territorial; mas, no que se refere à quantidade/qualidade dos espaços dos imóveis, não, teve uma mudança para pior de um projeto para outro, e esta piora para nós não é melhoria da justiça social-territorial, como também, não melhora a cidadania.

3.3 CONCLUSÃO

Com esses pontos damos por suficiente nossa discussão sobre o histórico das políticas públicas habitacionais. Ao longo deste capítulo nosso objetivo foi realizar uma reflexão das políticas públicas de habitação voltada mais especificamente para a de interesse social ocorridas em nossa área de estudo, de forma que pudéssemos identificar como o Estado brasileiro tem usado a produção habitacional para os de baixo.

Verificamos que a questão da moradia não é só fruto do modo de produção capitalista, mas é neste que se apresenta como crise apesar de ser um problema estrutural deste modelo. Segundo, no Brasil as políticas públicas de habitação se deram de forma a atender primeiramente ao setor empresarial e as camadas mais privilegiadas da sociedade, em detrimento dos mais necessitados (dos mais pobres) mesmo quando se referem às moradias populares. Tendo como consequência o surgimento das zonas de clandestinidades, espaços de injustiça (de exclusões), que correspondiam e ainda

correspondem, grosso modo, as ocupações informais (ABRAMO, 2003), que são espaços carentes de infraestruturas de todos os tipos, espaços insalubres, de grandes densidades demográficas, marginalizados, dos pobres e das periferias físico-sociais. Sendo atendidos a medidas de conta-gotas e tendo o controle social como alvo das ações. No caso do Recife e na localidade em estudo, a questão da moradia se dá através do movimento popular ou da própria organização da população, pois os programas realizados pelo poder público não eram habitacionais, isto obrigou os moradores à necessidade de organizarem-se e de lutar em prol da moradia.

Quando nos referimos à política de habitação popular hoje, vemos que após quase vinte anos de abandono do último programa “consistente” de habitação para o País, é que a nível federal há uma retomada da política habitacional. Política que se diferencia em relação aos Programas anteriores, pois procura levar em consideração o poder aquisitivo do trabalhador, estipulando um percentual máximo de comprometimento da renda com a prestação (apesar de quem até o momento tem se usufruído, seja em sua maioria pessoas que possui renda acima de três salários mínimos). Outra diferenciação é o programa ser pensado dentro de uma concepção de desenvolvimento urbano integrado, não se restringindo a casa, incorporando a infraestrutura, o saneamento ambiental, o transporte etc. – são os programas: PAC Urbanização de favelas e PAC Minha Casa, Minha vida. A nosso ver, estes programas de moradias do governo federal e da área em apreço estão mudando a cidadania dos brasileiros e das brasileiras, pois como os imóveis vêm preferencialmente em nome das mulheres está mudando também a relação homem mulher. Em uma sociedade historicamente machista o imóvel vir em nome da mulher é mudar a cidadania desta, melhor esclarecer, a cidadania em nossa sociedade diferencia-se de indivíduo para indivíduo, seja em termos de classe social, cor da pele, sexo, idade, renda, lugar de moradia etc., isto quer dizer que, “a posição original” (RAWLS, 2002) dos homens e mulheres ao nascer apontada por John Rawls é que definirá o acesso a bens e serviços destes na sociedade, tornando-os mais ou menos cidadãos. Entretanto, não concordamos com esta posição, e sim, com a do professor Milton SANTOS (1996, p. 116), quando nos afirma que “a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe.”

Ao nível local, as políticas de moradia se deram em quatro momentos da formação dos Conjuntos Habitacionais, sendo o mais recente “retomado” dentro do Programa PROMETRÓPOLE, que, aliás, é enfático ao dizer que a preocupação é

melhorar o habitat onde for possível, ou estritamente necessário, reduzindo ao máximo a relocação de moradias, ou seja, não há política habitacional no referido Programa. Entretanto, mais uma vez foi necessário para execução dos projetos/programas reassentar os moradores que estavam na área que sofreriam intervenções. Estes moradores em sua maioria (cerca da metade) possuíam renda entre 0 a 2 salários mínimos, além das mulheres serem maioria da população.

Analizamos também detalhadamente como se apresentam cada um dos conjuntos (quantidades de cômodos, tamanho, acabamento etc.). Constatando a redução tanto dos lotes como das próprias casas ao longo do tempo e, principalmente de um projeto para outro. Redução que não levou em consideração o tamanho das famílias que, aliás, em sua maioria é bastante numerosa, apesar de adotar o discurso da melhoria, do respeito e da redução da desigualdade social, utilizaram padrões urbanísticos específicos de classe média para as áreas ocupadas pelos pobres – áreas informais (ABRAMO, 2003). Proporcionando a regularização de assentamentos de baixa renda que nem sempre atendem todas as necessidades dos moradores e moradoras.

Identificamos alguns pontos positivos desses projetos, a saber: permanências dos conjuntos próximos da localidade anterior e do núcleo urbano, preservando a proximidade com o centro da cidade, evitando o efeito desintegrador; moradias mais higiênicas e livres de insetos, de enchentes, doenças; ruas saneadas com calçamentos e traçados definidos que facilitam o deslocamento e favorece o acesso da segurança pública, fato que não ocorriam nas ocupações; permanência de antigos vizinhos residindo próximos (exceto o primeiro conjunto construído) favorecendo a permanência dos laços de vizinhança e solidariedade de seu mundo social entre outros. Estes pontos que estamos de acordo mostram que melhorando a justiça social-territorial contribui para aumentar a cidadania dos moradores.

Mas, há ainda pontos negativos, como: os espaços dos lotes e cômodos das casas serem ínfimos, não cabendo nem todos os objetos, nem os animais (cavalos, porcos etc.) que alguns moradores criam e, conseqüentemente quando as famílias são numerosas, fato comum a estas, não cabendo todos os indivíduos, gerando uma espécie de confinamento que obriga a modificação do projeto original pelos seus ocupantes. A falta de espaço no tamanho dos lotes para ampliação do imóvel e armazenamento do material dos recicladores; paredes laterais dos imóveis sendo os próprios limites dos lotes/vizinhos (principalmente no conjunto mais recente onde as residências são conjugadas em ambos os lados) insuficientes para separar a privacidade de cada família e gerando a possibilidade de conflitos entre estes; o não

isolamento das residências da rua, não separando de estranhos e não dando segurança aos moradores; o fato da conquista das novas moradias e a comunidade passando a fazer parte da ZEIS Campo Grande, moradores do entorno ainda mantém o preconceito vendo-os como espaços de exclusão. Estes pontos, ao lado de outros já abordados ao longo desta pesquisa, não melhoram a justiça social-territorial e consequentemente a cidadania, pois não melhoram a vida dos moradores. Isto levou ao que denominamos de “Seletividade Socioespacial” ou “Seletividade do Espaço Urbano Periférico”, aquilo que Roberto Lobato CORRÊA (1989) e Marcelo Lopes de SOUZA (2003, 2006) vão denominar de “Segregação Residencial”.

Estes diagnósticos levam-nos a algumas conclusões parciais: primeiro, as políticas de habitação sempre buscaram a legitimação do Estado, e este tem a função política de dispersar as contradições e lutas de modo a manter o “equilíbrio” da sociedade; segundo, a produção pelo Estado de unidades habitacionais para os pobres são simplesmente uma consequência em função de outras consequências, de outras intervenções (de meio ambiente, das águas (enchentes), saneamento, reassentamento de moradia entre outras)⁷⁷ mais importantes, por exemplo. Sendo assim, as construções dos conjuntos estudados são elementos de controle social e, além disso, é um elemento secundário nas políticas públicas. Isto nos mostra uma dissimetria entre os agentes; e terceiro, para a população atendida as habitações são quadros essenciais da reorganização da vida.

Esperamos com a exposição desta parte termos demonstrado as ações que contribuem para a concretização da justiça social-territorial e da cidadania dos moradores locais, como também mostrar a existência da intencionalidade do controle social implícitos em tais políticas/programas. O estudo de tais categorias vale apenas pelo fato de estas dá-se em situações relacionais assimétricas de poder que demonstra a complexidade da sociedade. Ainda precisamos verificar como tem ocorrido a concretização de tais categorias através das ações tanto dos agentes de cima, como das organizações criadas pelos de baixo no processo de produção do espaço dos pobres. É o que faremos no próximo capítulo.

⁷⁷ Por exemplo, o Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2001a, p. 43 – Destaque nosso), “abrange a urbanização de áreas pré-selecionadas habitadas por populações de baixa renda, através da implantação de obras físicas em infra-estruturas urbanas locais de pavimentação, drenagem, saneamento, terraplenagem e contenção de encostas, áreas de lazer e equipamentos de usos comunitários. Complementarmente às intervenções locais, serão também realizadas ações de cunho supralocal e metropolitano, que visam objetivos mais amplos, mas que tenham influência direta sobre as populações carentes que habitam estas áreas pobres. O programa abrange também ações de fortalecimento institucional e comunitário, visando o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, execução e gerenciamento de resultados para garantir a sustentabilidade e subsidiar ações futuras.” Como vemos, neste Programa PROMETRÓPOLE não há projeto de moradia.

CAPÍTULO IV

A COMUNIDADE E A POLÍTICA MUNICIPAL: AS AÇÕES DOS DE CIMA NA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS

“Olhou em torno: gamela,
Banco, enxerga, caldeirão,
Vidro, parede, janela,
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.”
(Vinícius apud Moreira, 1988, p. 108)

4 A COMUNIDADE E A POLÍTICA MUNICIPAL: AS AÇÕES DOS DE CIMA NA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS

Neste capítulo, analisaremos as ações do poder Público Municipal, dos Agentes Externos, do PREZEIS e das Organizações Socioculturais e Reivindicatórias criadas pelos de baixo a partir das novas moradias para identificar se com a superação mesmo parcial de um espaço de injustiça, ocorreu de fato o arrefecimento da diversidade sociocultural e política local, ou seja, à medida que o poder público municipal/estadual vai dotando de infraestruturas e equipamentos essa comunidade, ao mesmo tempo arrefecem as suas organizações socioculturais e políticas, reduzindo estas a um formato cada vez mais imposto – institucionalizadas –; pois a vida dos moradores vai ficando cada vez mais individualizada – controlada. Entretanto, em que contextos sociopolíticos e econômicos se deram essas ações? Até que ponto esses contextos levaram aos movimentos de reivindicações dos moradores da comunidade a serem atendidos em suas necessidades básicas contando com o apoio de entidades externas nas lutas? Ou, em que esses contextos históricos favoreceram a uma maior participação local na gestão Municipal contribuindo à implementação das ações que esses moradores necessitavam e parcialmente necessitam?

Os excessivos gastos governamentais com políticas sociais públicas, a regulação do mercado pelo Estado, a proteção social pública (política redistributiva), o crescimento das burocracias, a elevada carga fiscal entre outros, aliados ao baixo crescimento econômico e aos problemas inflacionários que caracterizaram o desempenho das sociedades capitalistas industrializadas levaram a uma crise econômica e de governabilidade, em outras palavras, essas multiplicidades de ações acerca de serviços e gastos públicos inflacionou e sobrecarregou o sistema político e o Estado, levando segundo os teóricos da democracia no liberalismo contemporâneo a emergência de um novo padrão de acumulação que acompanha a crise dos projetos societários do “Welfare State keynesiano” ou da “crise de (in)governabilidade” (PEREIRA, 2000, 2002;

SILVA, 2004; LEAL, 1996, 2003) e do chamado “socialismo real”¹ (DURIGUETTO, 2007) a partir da segunda metade da década de 1970, ao nascimento do chamado “neoliberalismo”. Como consequência destes fenômenos, “os países social-democratas assumiram propostas de descentralização com o objetivo de reestruturar e redemocratizar o Estado” (DRAIBE, 1989, 1993; LEAL, 1990, 1994; JACOBI, 2000; OFF, 1984 apud LEAL, 2003, p. 49).

Esta descentralização inicia-se nos países desenvolvidos com políticas liberais, com forte conteúdo privatista de cortes das despesas públicas e redução dos investimentos sociais, entre outros, por exemplo, o governo de Margareth Thatcher na Inglaterra, e reformas de desconcentração administrativa no governo de François Mitterrand na França, passando para os países em desenvolvimento que executam modelos radicais de descentralização e privatização, a exemplo do ditador Augusto Pinochet no Chile, que tem servido de modelo de orientação as mais variadas experiências de gestão e governança local (JACOBI, 2000; LEAL, 2003). Para o prof. Jan BITOUN (2002), vivenciamos na história recente dos vários países da América Latina e do mundo, incluindo o Brasil em suas diversas esferas de poder: federal, estadual e municipal, padrões de gestão que podem ser identificados como modelos de centralização, desconcentração e de descentralização. Nos dois primeiros existe apenas uma só pessoa que decide já na descentralização as decisões são tomadas por múltiplas vozes.

Nesses países ocorreram movimentos de reconhecimento e redescoberta da esfera local – os espaços locais-municipais segundo Suely LEAL (1996, 2003). Resgatando a relação entre governo local, participação e democracia apontada desde Toqueville, como corolário democrático. Entretanto,

essas reformas estatais e mudanças nas estruturas locais e regionais tiveram antecedentes, ritmos, e modalidades diferentes, de acordo com os países e sistemas políticos em que ocorreram. (...). [Levando ao] surgimento crescente de um heterogêneo espectro de conflitos, reivindicações e lutas protagonizadas por diferentes setores sociais: urbanos, autonomistas, regionais, sindicais, feministas, ecologistas, entre outros. (MASSOLO, 1988 apud LEAL, 2003, p. 49-50).

¹ Para Maria Lúcia DURIGUETTO (2007, p. 78 — Destaque no original), os fundamentos centrais sobre os quais se edifica o ideário neoliberal “encontram-se na emergência de um novo padrão de acumulação que acompanha a ‘crise’ dos projetos societários do *Welfare State* e do chamado ‘socialismo real’.” E continua DURIGUETTO (2007, p. 82 — Destaque e aspas no original), “a *reestruturação produtiva* e o *projeto neoliberal*, enquanto *respostas do capital para enfrentar a sua crise*, devem ser analisadas, entretanto, no cômputo geral da crise do projeto social-democrata e do projeto societário presente nos países do chamado ‘socialismo real’. É tendo em mente o quadro histórico-universal de crise desses projetos societários que Netto entende que a crise da sociedade contemporânea é global (por abarcar a totalidade de um período histórico), embora se materialize diferentemente segundo as particularidades econômicas e sócio-políticas dos diferentes países e regiões.”

Ainda para Suely LEAL (2003), esse processo de descentralização se classifica a partir de dois ideários principais: um de orientação neoliberal e outro de conotação progressista. O primeiro defende uma descentralização radical com objetivo de um Estado Mínimo. Já o segundo, defende a necessidade de democratização da administração pública, da burocracia e dos partidos. A nosso ver, na prática, ambos os ideários se completam e foram utilizados pelo Estado brasileiro em todos os níveis de governo. Ela ainda adverte que esses modelos de descentralização quando implantado em países da América Latina, como o Brasil, não deve ser comparado com experiências europeias, pois esses países tem uma tradição localista forte, onde a sociedade tem um avançado nível de mobilização e organização na luta por seus direitos. Já nos países latino-americanos, os processos de descentralização surgiram em resposta à crise econômica e como um caminho para a restauração da democracia em uma região que não identificamos a presença de Estado de bem-estar social, pois, em nosso caso:

as demandas populares representam, apenas, vestígios pontuais e emergenciais dos direitos sociais e dirigem-se ao Estado – em grande número e intensidade – não como um direito amplo de proteção social, tomando o sentido quase que estritamente reivindicativo. Acresce-se a isso o baixo grau de organização da sociedade civil, o que leva a uma precária capacidade de mobilização política. Por sua vez, a tradição localista brasileira tem configurado um frágil nível de autonomia política; o município, por consequência – como maior demandante das reivindicações sociais – tem tido precária capacidade de governabilidade. (LEAL, 2003, p. 53).

É a partir da década de 1980, que no Brasil manifestaram-se os sinais da crise do período de transição para a democracia liberal (PEREIRA, 2000), ou para a modelo neoliberal – expressada na incapacidade do setor público em viabilizar o processo de desenvolvimento econômico-social e de atendimento das demandas da sociedade que levou a descentralização política. A descentralização foi entendida como dimensão ou tendências democratizantes, participativas, de responsabilização e de modernização gerencial da gestão pública (MELO, 1996, 1997).

É neste contexto que os movimentos sociais das “classes subalternas” ou movimentos populares de bairros tiveram sua configuração conceitual modificada voltada à noção de “ação coletiva” (DURIGUETTO, 2007; GOHN, 2001, 2001a, 2005), marco que se concretiza com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passando a valorização da dimensão institucional – as propostas políticas elaboradas, reivindicadas e levadas aos canais institucionais substituindo as antigas ações “diretas e de rua” (DURIGUETTO, 2007) ². São nessas últimas que os movimentos reivindicatórios

² Ver o filme: “**Organização Popular**”. Recife: CENTER Produções, 1991. (Duração: 00h34min:21), anexo.

ocorridos em nossa área de estudo se encontram. Sendo assim, passará a ocorrer a participação dos indivíduos nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão em novos parâmetros. A década de 1980, cognominada de “década perdida”, isto, em termos econômicos; entretanto, não será perdida de tudo, vai ser bastante rica do ponto de vista político-social e cultural (GOHN, 2001a; LEAL, 2003); pois tivemos entre outros acontecimentos os da sociedade civil e os da esfera pública. No primeiro caso, o direito as eleições diretas para os governos estaduais, em 1982; o surgimento das Centrais Sindicais; a criação de entidades organizativas amplas do Movimento Popular (as federações municipais, estaduais e nacionais); o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, homossexuais, meio ambiente, moradia, idosos, aposentados etc., todos ocultos ou com vozes sufocadas nas últimas décadas do período militar (GOHN, 2001, 2001a, 2005; CABRAL, 2004).

No segundo caso, a esfera pública, ocorrerá mudança nos parâmetros de gestão das políticas públicas, com políticas de privatizações das empresas estatais e desativação da atuação do Estado em áreas sociais etc. (GOHN, 2001), vindo reforçar os princípios do “Estado Mínimo” ou neoliberal, segundo Suely Leal (2003). Ainda de acordo com Maria da Glória GOHN (2001a, p. 126), “os anos 80 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil, em novos parâmetros.” E parafraseando DEMO (1988) GOHN (2001, p. 51) assinala, “naquela época, que a participação envolve mais do que a demanda: envolve a criação de canais; disso resultou a discussão sobre como e quais seriam esses canais.” Denotando a passagem de uma fase da participação como simples pressão pela demanda de um bem para outra fase, em que havia certa qualificação da participação.

Estas concepções estratégicas tinham por objetivo a tomada dos aparelhos do Estado e sua democratização; onde a mobilização da sociedade civil era parte de um plano de criação e desenvolvimento de uma cultura contra hegemonia à ordem estabelecida. Contrastando com essas concepções da esquerda, o conceito de participação continha, na prática, bases liberais, pois era vista como sinônimo de pressão popular encaminhada diretamente aos órgãos públicos, principalmente às prefeituras, que tinha no mandatário local o poder de decisão. Participar era ter a presença física de representantes da sociedade civil nas estruturas estatais, ou seja, “participar era ter gente lá”, como expõe GOHN (2001a, p. 52).

A ideia básica presente na política de participação popular nos anos de 1980 era que a participação deveria ser incorporada ao planejamento administrativo, sendo

diferente dos que existiram durante os anos 1970, passando agora a ser vista como um processo de relação entre o governo e a comunidade. Para GOHN (2001, p. 54), a comunidade³ era vista em termos de forças populares que, por meio de mecanismos de atuação política, poderiam realizar uma participação concreta no exercício do poder. Assim, a conjuntura política dos anos de 1980 construiu outras dimensões para a categoria participação, concentrando-se na questão dos conselhos, que deveriam ter caráter consultivo, para inquirir a população, ou normativo/representativo, com poder de decisão. As diversas variedades de tipos de conselhos de gestão da coisa pública se confundem, pois os *conselhos populares* se fundavam nos princípios da participação direta, e a dos *conselhos comunitários* e outros eram articulados pelos poderes públicos segundo critérios de representatividade que supunham a participação indireta.

Para Suely LEAL (2003. p. 58), “a esfera local, evidentemente, foi fortalecida pela redemocratização do país na medida da reconquista de sua autonomia política, mas em contrapartida passou a ter encargos maiores no atendimento das demandas sociais, enfrentando o pesado ônus da crise fiscal do estado brasileiro.” É neste contexto, que em meados da década de 1980, se dão as primeiras eleições para Governos Municipais; através de votação direta, assume a Prefeitura da Cidade do Recife/PE, segundo CABRAL (2004. p. 72); LEAL (2003) e ETAPAS (1989):

O então candidato da Frente Popular do Recife, Jarbas Vasconcelos, tendo como objetivos: tornar a prefeitura transparente das decisões e ações, descentralizada e democratizar, fazer com que o povo participe realmente da administração municipal, decidindo sobre o que é melhor para seu bairro.

Os anos de 1990 se iniciam segundo CABRAL (2004. p. 73) e GOHN (2001, 2001a), com crises: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Isto é, os setores populares reduziram a sua participação e influência na agenda municipal. Mesmo assim, a década foi marcada “pela forte presença do poder local na definição da agenda pública, onde se evidenciou, particularmente, o papel dessa esfera de poder na instauração dos mecanismos de gestão democrática da cidade, estabelecido pela Constituição de 1988” (LEAL, 2003. p. 57). Outras tendências são o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente, no âmbito do poder local (GOHN, 2001, 2005; LEAL, 2003).

³ Para a compreensão do conceito de comunidade como se apresenta hoje, consultar também o livro de Zygmunt BAUMAN. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. 2003; e Maria da Glória GOHN. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2005.

As experiências implementadas ao longo da década de 1990, vieram conferir um maior grau de legitimidade aos governos locais, que dependendo de seu ideário político procuraram sedimentar as práticas participativas, de descentralização e da cultura da competitividade⁴ (BITOUN, 2002), com adoção de posturas que buscaram reforçar a ideia de “empreendimento”, “Marketing” e “maquiagem” urbana, cuja base é o pacto consensual entre os atores públicos e privados. Onde com adaptações de modelos de projetos desenvolvidos no primeiro mundo passou via de regra a se tornar uma prática sistemática dos chamados prefeitos “empreendedores”, “protagonistas” de uma suposta “governance” no seu papel de liderança cuja função passa a articular interesse dos diferentes atores sociais (LEAL, 2003;).

Entre as diversas inovações ocorridas, duas merecem destaques: as práticas de *Orçamento Participativo* e a adoção dos sistemas de *Parcerias Públicas/Privado* (LEAL, 2003), seja pela frequência em que foram difundidas, seja por ter sido implementada na Cidade do Recife, ou também por ter sido realizada em nossa área de estudo (a primeira), várias lideranças da comunidade ainda hoje se referem ao período com certo “saudosismo”. Esta última inovação – os sistemas de Parcerias Públicas/Privado – trata-se das práticas de Gestão Compartilhada, que se identifica pelas parcerias entre os diversos níveis da administração pública. São relacionamentos entre a administração pública com o setor privado (segmento empresarial) que resultam em diversas formas de concessões de serviços, sejam em formas de colaborações financeiras, parcerias, isenções fiscais ou práticas de privatizações, ou, pela adoção de parcerias entre o poder local e os segmentos populares através dos projetos comunitários, que se resume de maneira geral com a população entrando com sua força de trabalho, ou seja, com a mão-de-obra e o poder público com o material e orientação técnica (LEAL, 2003).

Já as práticas dos Orçamentos Participativos, segundo Suely LEAL (2003) tem como princípio básico o de que o Orçamento Público Municipal possa ter um maior papel distributivo, através da participação da sociedade, na medida em que propicia uma melhor identificação na solução dos problemas da cidade, particularmente das áreas carentes. Continua ela (LEAL, 2003, p. 62):

⁴ Segundo Jan BITOUN (2002, p. 12), o prof. Milton Santos se referindo à cultura da competitividade “dizia que essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força e, que existiam em diversos países, um apelo não dissimulado utilizado para definir os conflitos em consequências dessa predisposição moral da competitividade que caracteriza o nosso tempo. Isto também justifica os individualismos arrebatadores, as atitudes possessivas e o individualismo na vida econômica. Individualismo na ordem da fase política, a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia política para se tornarem, simplesmente, eleitores. Individualismo na ordem de territórios: as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas e cada um brigando para atrair dinheiro para si. Também na ordem social e individual são individualismos avassaladores e possessivos que acabam por construir o outro como coisa.”

Outro princípio fundamental é o da transparência nas ações do governo, o que vem permitir um maior controle da sociedade na fixação de suas prioridades e na fiscalização do Executivo, podendo ser um meio de conduzir ao rompimento da relação clientelista e de práticas lobistas utilizadas nos bastidores da administração.”

Na mesma linha de raciocínio Marcelo Lopes de SOUZA (2002, p. 344), afirma que em sua essência o orçamento participativo “consiste em uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população (de um município ou mesmo de unidades territoriais administrativas supralocais) participar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos públicos.”

Para ambos os autores (LEAL, 2003; SOUZA, 2002), apesar de o Brasil ter um papel de destaque e pioneiro, além de uma experiência bastante consolidada em orçamento participativo, tendo como destaque o de Porto Alegre (RS), com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo municipal (SILVA e TEIXEIRA, 2007), a nossa experiência inicia-se no final da década de 1970, durante o regime militar, em Lages (SC), mesmo sem ter continuidade e com alguns tendo vida curta, decorrente das condições e do contexto político de cada momento. Caso que não ocorreu com o Orçamento Participativo do Recife, que desde 1986, quando a administração municipal lançou o programa *Prefeitura nos Bairros*, não aconteceu descontinuidade, mesmo não sendo visto com muita importância, pelo menos até o ano de 2001, como afirma Marcelo Lopes de SOUZA (2002, p. 343).

Apesar de a metodologia utilizada ser diversificada, em geral os orçamentos participativos seguem um “ciclo”. “Esse ciclo, que se repete anualmente, inicia-se no primeiro semestre de cada ano e tem como ponto culminante a entrega do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores no mês de setembro (ou outubro, em alguns municípios).” (SILVA; TEIXEIRA, 2007, p. 125)⁵. Ainda se referindo ao OP, o prof. Jan BITOUN (2002, p. 13) assevera que: “o Orçamento Participativo tem o papel de ver e decidir junto, cooperativamente, para onde vão as despesas.” Referente ainda ao processo de participação dos moradores da comunidade em estudo, podemos dizer que a participação efetiva ocorre em alguns movimentos, particularmente os reivindicatórios, que está diretamente ligada à necessidade “imediata” de determinados bens e serviços (LIMA, 1992). Isto vem se dando mesmo antes da implantação do

⁵ A metodologia utilizada no orçamento participativo na administração do prefeito Jarbas Vasconcelos em 1986/88 e 1993/96, difere da do Partido dos Trabalhadores (a partir de 2001), pois na administração de Jarbas “a população se fez representar por intermédio de lideranças eleitas pela comunidade, podendo ou não, essas lideranças serem vinculadas a entidades populares.” (LEAL, 2003, p. 62).

Orçamento Participativo (OP) do Partido dos Trabalhadores (PT) assumirem o governo municipal em 2001.

Como podemos observar todo debate sobre a participação remete à discussão de cidadania. Esta se materializa entre muitos exemplos, no orçamento participativo, que vem desempenhando um papel relevante na democratização dos recursos públicos, na participação cidadã e na ampliação dos espaços públicos participativos (LEAL, 2003), em outras palavras, é dessa modalidade de ação política, e não só dessa, que as necessidades dos moradores em apreço foram e são muitas vezes atendidas a partir de 2001. Portanto, entendemos como “participação política”, um conjunto de intenções de “atores” coletivos que no espaço da cidade, aqui o Recife, desencadeiam territorialidades delimitadas a partir de relações de poder que influenciam na obtenção dos bens. A seguir veremos quais as principais ações que foram implementadas pelos: poder público, pelo PREZEIS e as entidades externas que deram apoio às organizações/lideranças na Comunidade Chão de Estrelas.

4.1 O COTIDIANO: As Ações do Poder Público (Prefeitura) na Comunidade Chão de Estrelas – Os de Cima

As mudanças no cenário político-social e econômico do País e local levaram o movimento popular de bairro a uma crise (GOHN, 2001, 2001a; CABRAL, 2004; LEAL, 2003), com consequências, pelo menos na área em estudo, da cooptação de lideranças por políticos “profissionais”, o esfriamento das entidades locais etc. (CABRAL, 2004). Entretanto, na contramão de processos políticos e econômicos contemporâneos que esvaziam o Estado de seus papéis sociais deixando-o refém do jogo econômico daqueles que detém o capital; a partir de 2001, na Cidade do Recife, a gestão pública municipal implanta um modelo de metodologia que leva a uma maior “descentralização”/“participação” da gestão, com a implantação do Orçamento Participativo, do Partido dos Trabalhadores, que tem na “democratização” da informação um importante instrumento para a descentralização do poder e tomada de decisão.

Esta nova metodologia deu uma maior visibilidade aos problemas locais; pois com as Plenárias Regionais do Orçamento Participativo os moradores passaram a conhecer melhor os diversos problemas existentes em seu local de moradia, não só o da sua rua, já que as ações que serão escolhidas por eles através da votação vêm

relacionadas no panfleto divulgados e por temáticas (ver figura 9), sendo escolhidas três obras a serem executadas no ano seguinte, uma de cada temática.

Figura 9 — Panfleto das Ações do OP do Recife (MR 2.1)⁶

PREFEITURA DO RECIFE
Nossa Cidade é a Gente Quem Faz

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO RECIFE

Orçamento
Participativo
Cidade do Recife

AÇÕES PRÉ-CREDENCIADAS - 2010 - MR: 2.1

1 PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM

1 RUA POSIUNCULA - PONTO DE PARADA / ROSARINHO.

2 VILA CUSTÓDIA - CAMPO GRANDE

3 RUA JOAQUIM TAVORA ENTRE O TRECHO DA RUA JOAQUIM AMARAL CARDOSO ATÉ A RUA SALVADOR DE SA - ENCRUZILHADA

4 RUAS: PEDRO VELHO, LUIZ DE CAMÕES COM RUA RAIMUNDO C. UCHÔA E PROFESSORA ANTONIA RIBEIRO - PONTO DE PARADA

5 RUA APARECIDA E TRAVESSAS - ILHA DE JOANEIRO / CAMPO GRANDE

6 RUA LENIRA E TRAVESSAS - ILHA DE JOANEIRO / CAMPO GRANDE

2 CONTENÇÃO DE ENCOSTAS DE MORROS

NÃO INDICOU AÇÃO

3 EDUCAÇÃO

7 CONSTRUÇÃO DE CRECHE - ILHA DO CHIÉ / CAMPO GRANDE

8 CONSTRUÇÃO DE CRECHE PARA CAMPO GRANDE

9 CONSTRUÇÃO DE CRECHE PARA A COMUNIDADE UNIÃO DOS PALMARES

10 CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE PARA A COMUNIDADE DE CAPILÉ E SARAMANDAIA.

4 LAZER / ESPORTES

11 REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA RUA RAIMUNDO C. UCHÔA- ARRUDA

5 SAÚDE

12 ATENÇÃO BÁSICA PARA A SAÚDE DA MULHER. - CAMPO GRANDE

6 HABITAÇÃO

13 CONSTRUÇÃO DE HABITACIONAL PARA A OCUPAÇÃO DO CHIÉ / CAMPO GRANDE

14 CONSTRUÇÃO DE HABITACIONAL PARA COMUNIDADE DO ARCO IRIS - PEIXINHOS

15 CONSTRUÇÃO DE HABITACIONAL E URBANIZAÇÃO PARA VILA VITÓRIA.

7 CULTURA

NÃO INDICOU AÇÃO

8 ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÃO INDICOU AÇÃO

9 SANEAMENTO BÁSICO

16 SANEAMENTO BÁSICO PARA PONTO DE PARADA - ROSARINHO.

10 TRABALHO E RENDA

17 IMPLANTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO PARA A COMUNIDADE UNIÃO DOS PALMARES.

18 CURSO PROFISSIONALIZANTE PARA A COMUNIDADE DO ROSARINHO.

19 CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA ILHA DE JOANEIRO / CAMPO GRANDE

20 CENTRO DE RECICLAGEM - CAMPO GRANDE

Fonte: OP do Recife, 2010.

A partir desse novo modelo de gestão pública municipal adotada pelo PT, na Prefeitura do Recife; temos também uma “nova” forma de manipulação política, que nos dá a impressão que a população é a única que decide as obras realizadas e a serem realizadas na cidade e na localidade em estudo. Entretanto, apesar de crermos ser este modelo mais democrático que os anteriores, não podemos esquecer que a realidade é bem mais complexa, com diversas modalidades de controles e manipulações. Compreendido isto, quando questionamos para a representante da prefeitura “de quem resultava as reivindicações, se dos moradores, das entidades de representações locais, das lideranças ou do próprio gestor público?” Ela respondeu: “[D]a população, porque é a população que vota, não são as lideranças, ela ajuda na mobilização né?! Mas não é a

⁶ A partir da plenária de 2012, o número de obras escolhidas foi reduzido para duas apenas.

liderança que decide é a população porque no Orçamento Participativo quem vota é a população, o povo né!” (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010).

Além dos exemplos citados ao longo dos capítulos sobre as ações da Prefeitura na Sociedade, mostraremos outras a seguir, através das falas das suas representantes na comunidade. Mas, primeiramente, precisamos esclarecer como ficam as áreas que sofrem ações *concomitantes* tanto do Orçamento Participativo como de outros Programas/Projetos previstos para mesma área, a exemplo da localidade em estudo, com o programa PROMETRÓPOLE. Segundo a entrevistada, não há uma separação dos recursos, pois existe uma contrapartida da Prefeitura nesses projetos, como esclarece a fala da coordenadora da microrregião 2.1 (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010):

A gente tem uma relação de tudo que foi votado no Orçamento Participativo, a gente sistematiza por microrregião. Mas, os recursos não são separados, o que tá na [microrregião] 2.1, na área do PROMETRÓPOLE, é executado com recurso do PROMETRÓPOLE ou recurso do PAC; vou citar um exemplo: na RPA 4 tem muita coisa que foi votada no Orçamento Participativo e não vai ser recurso direto da Prefeitura, vai ser recurso do “Capibaribe Melhor”. Lá em Boa Viagem, Imbiribeira por ali, têm umas obras que foram eleitas no Orçamento Participativo e os recursos vão ser do projeto “Via Mangue” que vai executar ali, né?! São recursos do Governo Federal e do Banco Mundial pra fazer a Via Mangue e, têm algumas obras lá que foram eleitas no O.P, mas vão ser executadas como Via Mangue, entendeu?! Mesmo porque todas essas obras, elas têm recursos direto da Prefeitura, que tem a contrapartida em todo projeto, né?! Seja ele com dinheiro do Governo Federal ou com recurso Internacional, tem que ter uma contrapartida da Prefeitura.

A fala acima esclarece que para os moradores na realidade, o importante não é o fato de quem vai executar as obras, mas, principalmente, quando as obras serão realizadas e concluídas; pois, normalmente, têm sido comuns as obras eleitas no OP não serem realizadas e as dos Programas/Projetos demorarem muito tempo a começarem e serem bastante lentas, além do mais grave, não concluírem nunca⁷, a exemplo dos projetos anteriores ao PROMETRÓPOLE na nossa área de estudo, que, como vimos, iniciou com mais de três anos de atraso e só com ¼ dos recursos iniciais previstos, ou seja, vinte e cinco por cento do valor de custo das obras (dos planos pilotos). Este, ainda foi reduzida decorrente da desvalorização da moeda americana. Diante do exposto, uma questão se coloca: em que situação anda as obras na Unidade de Esgotamento Sanitário – UE 21, da primeira ocupação demolida como parte das áreas do Programa PROMETRÓPOLE, levando a surgir o último conjunto habitacional

⁷ Ver as obras de revitalização do Matadouro dos Peixinhos, hoje Nascledouro (11/2012) pelo programa PROMETRÓPOLE, já inaugurada e entregue a população, mas ainda não concluída.

em estudo? É também a coordenadora da microrregião 2.1 (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010) que nos responde:

Do Jacarezinho, especificamente, a primeira etapa a gente falta pouca coisa. O canal já está pronto, falta agora consertar as casas rachadas e construir algumas casas [as margens do canal]; mas a gente falta abrir duas Ruas, que é a Valdereza e dona Neusa que ainda não estão concluídas porque ainda tem moradia no meio da rua. Eles não quiseram acordo nenhum, não quiseram casa no habitacional, não quiseram casa na beira do canal, nem quiseram negociar a indenização na prefeitura, aí foi para a justiça, aí duas delas a justiça já deu a ação, está esperando só o oficial de justiça dar um prazo pra sair. Se eles não saírem o oficial de justiça vem com a polícia e vai tirar os móveis, a DIRCON (Diretoria de Controle Urbano) leva e guarda num galpão, aí derruba o barraco. Mas aí, eu já soube que eles estão procurando casas já.

A principal obra hoje da UE 21, é a do Canal do Jacarezinho. Ele estava na segunda fase das obras do Programa PROMETRÓPOLE. Os setores 2 e 3 dessa UE encontram-se com as ações bastante avançadas, pois a maioria das ruas já estão com a instalação de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto, pavimentação, drenagem e iluminação) a grosso modo concluídas, faltando apenas a parte dos esgotos internos as residências que a empresa responsável até o momento (11/2012) só realizou as medições; faltam também as obras da Vila Redenção (Mercado Velho da Campina do Barreto) que será construído um conjunto habitacional no local para os moradores que hoje reside no mesmo e a recuperação do Mercado Público de Chão de Estrelas, hoje quase totalmente servido de residência (Vila Santo Antônio). Já o setor 4 do programa correspondem as ações que serão realizadas no Rio Beberibe e em seu entorno, com recursos do PAC, mas, que ainda não foram iniciadas as obras de infraestrutura, só o recadastramento, em decorrência de divergências nos valores, não aceitos pela empresa responsável.

Outro ponto questionado a coordenadora da microrregião 2.1 e também coordenadora do escritório local da UE 20 e 21, do programa PROMETRÓPOLE, foi se o programa também cobria “Geração de Emprego e Renda”; pois para nós, só as obras físicas, não são suficientes para atender as reais necessidades dos moradores e as soluções dos problemas socioeconômicos e ambientais locais, como também não atende ao que o próprio projeto se propõe: que é a melhoria ambiental da área da Bacia do Rio Beberibe objetivando a redução da pobreza urbana e melhoria da qualidade de vida da população local beneficiada. Podendo com ações de esse tipo fixar o morador na sua nova casa, apesar de não evitar as reformas. Já que essas últimas decorrem do pouco espaço dos imóveis. É a coordenadora (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010) nos esclarece:

Geração de renda não, não tem; o projeto não tem. No início quando começaram a discutir o PROMETRÓPOLE há uns 18 anos atrás, ele discutia a geração de renda em cooperativa de catadores, de recicladores. Fazer um galpão, uma cooperativa, mas aí com a queda do dólar a gente perdeu recursos, aí cortou um monte de coisa, foi diminuindo o recurso do projeto e se foi cortando, se cortando, aí cortou que estaria aí dentro do plano piloto, esse galpão de reciclagem que era uma cooperativa, tava dentro do plano piloto e quem ia executar era o governo do Estado. Aí foi a primeira coisa que o governo cortou, aí ficou sem isso, não tem nenhuma geração de renda. A gente tenta trabalhar com a mão de obra local, tentando empregar aqui. Empregando o pessoal que mora aqui, Inserindo dentro do programa. A gente faz a inscrição da mão-de-obra local e aproveita. Fica sempre negociando com a empresa as vagas para botar o povo da comunidade. Nessa primeira etapa do jacarezinho, a gente conseguiu empregar 270 famílias. 270 pessoas da comunidade, quer dizer: são 270 famílias que estão envolvidas em geração de renda do projeto, agora é uma coisa temporária, é durante a obra, durante o auge da obra, quando vai diminuindo a obra vai demitindo o pessoal.

Como vemos, vai ocorrer com a Geração de Emprego e Renda o mesmo que aconteceu com os Grupos Vulneráveis, não sairão do papel; aliás, já foram descartadas como apontou a antiga coordenadora estadual do PROMETRÓPOLE, Bárbara Kreuzig⁸ (visto no capítulo III). A prioridade é para as ações estruturadoras (o físico), pois atende os anseios imediatos dos habitantes da área que sofrerá intervenção, além de ficar “registrada na paisagem”, ou seja, são obras que todo político quer realizar pelo fato de servir de exemplo visível para suas campanhas eleitorais. Apesar de parcialmente concordar com esta preferência e não querendo classificar nem criar nenhuma hierarquia de prioridades, acreditamos que as verdadeiras causas da pobreza e da exclusão social não foram atacadas neste programa. Pois, quando comparamos o Habitacional do Jacarezinho/Projeto PROMETRÓPOLE com os demais conjuntos/Projetos estudados, estes últimos já estão bastante consolidados (com mais de vinte e cinco anos de inaugurado o último construído), vimos que os eventos se repetem; só os projetos de infraestrutura foram realizados, então perguntamos: em que mudou a vida dos moradores da comunidade nestes anos com estes projetos? Como uma casa nova pode resolver os problemas de desemprego, fome, violência, discriminação, relacionamento com drogas, que são as principais preocupações dos habitantes da comunidade hoje? O resultado tem sido: várias famílias terem suas casas divididas para alugar e aumentar a renda ou ajudar aos filhos quando se casam, outras venderam os imóveis e voltaram para as ocupações; entretanto, o mais grave é o desemprego, a violência e o tráfico de drogas que permanecem e até tem aumentado na comunidade. Lembramos que somos utópicos e acreditamos que em médio e longo

⁸ A Sr^a. Bárbara Kreuzig era a coordenadora geral do Programa PROMETRÓPOLE, na gestão do governador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PFL), que antecedeu a atual gestão do governador Educando Campos do PSB.

prazo as ações retiradas do programa quando bem planejadas e executadas trariam melhores resultados e maior justiça social-territorial para os moradores.

Referente à redução de algumas ações no programa do PROMETRÓPOLE, em decorrência da desvalorização do Dólar, particularmente as ações de Geração de Emprego e Renda, a representante do gestor público municipal disse que o Banco Mundial não fez nenhuma objeção pela retirada. Mas que ele elogiou quando soube do “Programa Mão-de-obra Local”, criado pela Prefeitura da Cidade do Recife para este fim, como esclarece a entrevistada (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010):

O Banco Mundial não dá grande atenção não à geração de renda. Eles não dão muita importância não à geração de renda não. O programa de mão de obra local foi criado pela prefeitura, eles gostaram quando souberam do programa; quando a gente falou do programa eles gostaram, elogiaram, mas não fazem nenhuma exigência não, pra isso não. Tanto que era a única coisa que tinha dentro do programa que era para geração de renda, que era a cooperativa de recicladores, que era o galpão foi cortado logo no início, o governo cortou; cortou e eles não fizeram nenhuma objeção.

Estas posições do Banco Mundial mostram-nos a “dimensão neoliberal” de tais programas/projetos e as posturas de governos locais, como também, a do próprio banco. É a ideia de que os cidadãos são os responsáveis conjuntamente com o Estado pela construção dos espaços urbanos. Além dessas ações citadas na fala da representante do gestor municipal, existem outras já concluídas há bastante tempo pelo poder público, sejam elas: da Prefeitura da Cidade do Recife ou do Governo do Estado de Pernambuco, que se realizaram em sua maioria em parcerias com Agências Nacionais, Internacionais ou com a Iniciativa Privada e com algumas Entidades dos de baixo; exemplos que se concretizaram quando das entregas: do *Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho* – CSU – na década de 1970, hoje Centro de Referência de Assistência Social Campina do Barreto (CRAS); da *Escola Estadual São Judas Tadeu*: Ensino Fundamental e Médio – 1982; da *Policlínica Amaury Coutinho* – Distrito Sanitário II – 1996; do PSF – *Irmã Terezinha*, 2001; do *Programa Saúde da Família de* – 2001; da *Escola Municipal da Campina do Barreto* – 2001; da *Escola Municipal Irmã Terezinha Batista* – 2002; além da entrega aos habitantes locais de obras menores, como: ruas calçadas, limpeza, capinação, iluminação ou os próprios conjuntos habitacionais entre outras (CABRAL, ALMEIDA, PAULA, 2011; PERNAMBUCO, 2004a; PREFEITURA, 1993; CABRAL, 2004; DUTRA, 1998; ARAUJO, CUNHA, MUSSER, 1993; LIMA, 1992)⁹.

⁹ Tentamos citar no texto todas as entidades surgidas, as ONGs e algumas das ações (obras) ocorridas na nossa localidade de estudo ao longo dos capítulos anteriores e desse, ou seja, as que se encontram na área da comunidade, pois o objetivo é exemplificar a riqueza que existia, já que a maioria das entidades criadas está desativada ou parcialmente parada, e consequentemente, também não há a mesma quantidade de agentes

4.2 AS ENTIDADES EXTERNAS: ONGs, Partidos Políticos, Igrejas, Entidades Filantrópicas e da Sociedade Civil na Comunidade – As Entidades da Negociação

Seja por interesses políticos, religiosos, ideológicos ou por algum sentimento mais nobre, determinadas pessoas sonham com uma sociedade mais justa e igualitária e, a partir das suas experiências profissionais, de militância política entre outros fatores resolvem contribuir, seja individualmente ou através de algumas entidades dando assessoramentos a grupos organizados em movimentos sociais, entidades de representação ou não, que vivem, principalmente nas periferias dos centros urbanos lutando por melhores condições de vida. Por isso, é importante frisarmos, a relevância destas contribuições, pois, não bastam às carências e necessidades não atendidas aos excluídos ou parcialmente excluídos da sociedade, é necessário que haja, e há elementos mais politizados de dentro do movimento, como também, externos que apoiam, lutam, mobilizam e reivindicam, pois, como nos esclarece Maria da Glória GOHN (1991, p. 57), “a consciência transformadora não se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência dos problemas. Ela se constrói no próprio processo das lutas. [Onde] há sempre elementos mais politizados que organizam as lutas e as mobilizam no cenário urbano.” E continua GOHN (1991, 57; 1985), “não bastam às carências, [...]. As lutas se agravam a partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que ‘puxam’ as lutas.” Foi o que ocorreu na localidade de estudo, desde Cabo Gato no final da década de 1970, até aproximadamente a subida do PT ao governo municipal, tanto na luta pela conquista da moradia como as demais necessidades ainda parcialmente realizadas na Comunidade Chão de Estrelas.

Essas carências ou escassez para Milton SANTOS (2000a) e David HARVEY (1980) ainda vivenciados pelos habitantes, levaram a obrigação de permanecer lutando por melhorias e, contaram e contam com a participação de vários **agentes externos**, como: as Organizações Não Governamentais, filantrópicas, religiosas, partidos e alguns setores pertencentes aos vários níveis do próprio governo, no processo de produção do

externos atuando na comunidade. Para identificação e datas de fundação das entidades citadas tomamos como referencial a literatura existente, em particular, CABRAL, 2004, 2011; LIMA, 1992; ARAÚJO et. al., 1993, e o Relatório Parcial III: Diagnóstico Integrado: diagnóstico sócio-organizativo, sócio-ambiental e socioeconômico UE's 20 e 21 – PDL/PSI/PIS — do **PAT-PROSANEAR**, realizado pela empresa Diagonal Urbana Consultoria Ltda. em janeiro de 2004, para o Programa PROMETRÓPOLE (PERNAMBUCO, 2004a, Produto, 3.2), pois durante as entrevistas pela empresa foi solicitado o CNPJ das entidades; com isto evitando falhas de memória decorrente do longo tempo percorrido da fundação das organizações/entidades até a realização das referidas entrevistas; apesar da não obrigatoriedade da data de fundação corresponder a do cadastramento no CNPJ = CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA.

espaço cotidiano, tanto antes da remoção como depois da chegada à nova comunidade com vemos analisando.

Estes processos decorrem do fato de os movimentos populares, das entidades de representações e reivindicações dos moradores não terem pessoas especializadas no seu interior, na comunidade, e quando há necessidade de articular algo que envolve leis, projetos, avaliações, análises, questões jurídicas percebem a dificuldade e a necessidade de contar com ajuda de pessoas e entidades que prestam assessoria. Pois, às vezes os próprios membros organizadores (lideranças e representantes de entidades da comunidade) do movimento não sabem ler e escrever e, quando sabem, o nível é bastante baixo. Segundo Maria José de LIMA (1992, p. 66):

A luta pela sobrevivência, o baixo salário, o número reduzido de pessoas engajadas nos movimentos dificulta uma articulação maior e às vezes impede uma formação a nível de seminários, encontros onde as pessoas possam desenvolver certos aspectos que envolvem o movimento, como aprofundar mais a análise de seu próprio trabalho, articular melhor com os órgãos públicos e estar atento às estratégias de grupos ou governo que são contrários à luta popular.

Continua LIMA (1992, p. 66 – Destaque nosso), Já “o agente deve ser aquele que faz junto com o grupo desvendando as amarras de estrutura social, possibilitando às pessoas dar seus próprios passos, ensinando-os a serem sujeitos de suas lutas e conquistas. Construindo seu próprio mundo.” Entretanto, a referida autora alerta que “Isto é demorado, [e] requer muita habilidade e paciência.” Já para Maria do Socorro Santos de Souza ARAÚJO (et al, 1993, p. 66):

Ampliar esta compreensão é caminhar no sentido do exercício da cidadania, da conquista de espaço de participação, onde se dá o teor das relações sociais, políticas e econômicas. É sair do espaço das relações sociais no âmbito do privado, das relações familiares e de vizinhanças, para a conquista do espaço público.

A realização destas práticas de intercâmbio entre moradores, lideranças, entidades local com assessorias contribuiu por determinado período para o fortalecimento e ampliação acerca dos direitos dos habitantes locais. Mas, as formas de atuações desses agentes externos variavam desde a ajuda através de recursos financeiros, assessoria jurídica ou orientação técnico-pedagógica entre outras. Destacaram-se na comunidade em estudo:

- ✓ A *Arquidiocese de Olinda e Recife* – sob a égide do Arcebispo Dom Hélder Câmara, que participou através da equipe de Ação Social, incentivando a

mobilização dos moradores para lutar pela remoção para a nova área. Em Cabo Gato contribuiu com recursos materiais para a construção da Escola Comunitária;

- ✓ O *Centro Luiz Freire* – através do gabinete de assessoria jurídica às organizações populares – GAJOP, deu assessoria jurídica na elaboração do estatuto do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas;
- ✓ O *Movimento de Defesa dos Favelados (MDF)* – contribuiu na articulação de algumas lutas;
- ✓ Já o *Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro* – contribuiu com a realização de palestras sobre a fome e a desnutrição e através da realização de pesquisa, na área, sobre o tema: “A luta pela sobrevivência”, a partir da qual financiou a viagem para alguns líderes a Cidade de João Pessoa/PB, para conhecer a experiência de uma padaria comunitária etc.;
- ✓ A ETAPAS – *Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social* – realizou seminários e palestras, de acordo com a solicitação dos grupos de trabalhos das diversas áreas (saúde, educação, comunicação etc.);
- ✓ A ONG *Pão Para o Mundo* – colaborou por um ano, com a compra de ingredientes para a sopa comunitária e financiou o capital de giro para implementação do projeto da Padaria Comunitária Chão de Estrelas; e
- ✓ A LBA – *Legião Brasileira de Assistência* – se encarregou pela compra dos equipamentos da Padaria Comunitária Chão de Estrelas¹⁰.

Hoje, atuam na comunidade a *ONG Visão Mundial*, realiza uma parceria com o Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas financiando e apoiando em suas atividades, há ainda outros parceiros do Centro, como: *Coletivo Mulher Vida*, *Coletivo Coca-cola*, *Comitê para Democratização da Informática – CDI*, *Distrito Sanitário II*, *Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (PCR)*, *Banco de Alimentos – SESC e Pastoral da Criança*. Já o *Instituto Materno Infantil de Pernambuco — IMIP* –, realiza treinamentos as agentes de saúde; o *ESUDA — Espírito Santo União de Dois Amigos: Faculdade de Ciências Humanas*¹¹ –, oferece atendimento psicológico às

¹⁰ “Entretanto, um fato curioso ocorreu: com o dinheiro recebido da entidade Pão para o Mundo [os responsáveis compraram] os equipamentos, já que caso estes fossem doados pela LBA teriam de ter os números de registros do patrimônio da mesma; sendo assim, os recursos da LBA foram destinados para as compras de gêneros alimentícios, como trigo, por exemplo.”. (CABRAL; ALMEIDA; PAULA, 2011, p. 95).

¹¹ O Jornal do COMMERCIÓ publicou no dia oito de junho de 2003, uma matéria com o título: “Estudantes projetam praça para comunidade”, projeto proposto pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da referida instituição, para os terrenos abandonados na Comunidade de Chão de Estrelas com áreas de lazer. **O Jornal do COMMERCIÓ**, Caderno CIDADE, 2003. p. 6.

famílias necessitadas da comunidade entre outros exemplos de ações; e a *Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra* – COMUL.

Lembramos ainda que o Centro de Organização Comunitária já foi a principal entidade de representação dos moradores da Comunidade Chão de Estrela e, a única que sobreviveu bem estruturada. Entretanto, em nossa opinião, não desenvolve mais um trabalho de luta, de reivindicação, de cultura (lazer) mobilizando os moradores para cobrar as necessidades que ainda faltam como do início da sua formação, voltando-se agora para desenvolver programas que atendem mais os interesses dos agentes promotores e financiadores de tais projetos hoje existentes com os parceiros. Pesquisas futuras poderão confirmar ou não essa nossa hipótese. A seguir veremos em que contexto político social surgiu às áreas ZEIS da Cidade do Recife, na qual a comunidade se encontra.

4.3 MUDANÇAS POLÍTICAS E INTERVENÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA URBANA: O PREZEIS e a Comunidade ZEIS no Processo – Os de Baixo

Apesar da Cidade do Recife ter uma tradição histórica de prática participativa (LEAL, 2003) das classes populares, é uma participação sempre regulada pela tutela de representantes dos grupos dominantes (NUNES e JACOBI, 1985; RAICHELIS, 1988). Isso se concretizou desde a consolidação do poder burguês no Brasil, ou como diz Raquel RAICHELIS (1988, p. 48), “o chamado período populista no Brasil nasce e se desenvolve ao mesmo tempo em que se gesta o Estado burguês e se aprimoram os mecanismos de controle sobre as classes trabalhadoras.” E continua RAICHELIS (1988, p. 49), “a lógica do processo de acumulação capitalista cria como pré-condição, para seu funcionamento e desenvolvimento, a participação controlada das massas populares no processo econômico e político.”¹²

Com o regime militar ou Estado autocrático-burguês (RAICHELIS, 1988), a redemocratização do País, após 1947, foi abolida, as instituições passam a ser instrumentadas na defesa dos interesses particularistas da burguesia e as classes trabalhadoras são submetidas a intensos processos de exploração e espoliação. Para

¹² Ainda para Raquel RAICHELIS: “A imposição, por parte do Estado e dos setores dirigentes das classes dominantes, de limites muito precisos a esta participação – o controle das organizações operárias, o enquadramento dos trabalhadores à rígida disciplina da fábrica, a vigência de mecanismos de cooptação das ‘lideranças’ sindicais, típicos do corporativismo pós-30, o aviltamento dos salários, etc. – acaba por circunscrever o tipo de inserção subordinada das massas populares nos processos econômicos e políticos do país.” (1988, p. 49 — Destaque no original).

RAICHELIS (1988, p. 53), “evidentemente, este quadro repercute nas condições gerais de existência dos trabalhadores e aumenta o seu nível de pauperização, implicando a queda do seu padrão de vida e o alijamento dos processos político-institucionais que geram a sociedade.”

No que se refere ao quadro político partidário do Recife, neste período (1946 a 1964) foi dominado por três grandes partidos: a UDN, PSD e PCB. A **UDN** (União Democrática Nacional) representava a grande burguesia açucareira e usineira. O **PSD** (Partido Social Democrático) em Recife era um partido herdado do Estado Novo, do ex-interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães¹³ e Barbosa Lima Sobrinho. Partido que representava a tradicional camada de produtores de cana que não eram usineiros; os coronéis agrestino e sertanejos das oligarquias algodozeiras-pecuaristas. Já o **PCB** (Partido Comunista Brasileiro) era constituído por operários do Grande Recife¹⁴, intelectuais, estudantes e alguns trabalhadores rurais. O **PTB** (Partido Trabalhista Brasileiro) do corporativismo trabalhista de Vargas, apesar de ser o terceiro maior partido político do Brasil, em Pernambuco tinha pouca expressividade no operariado (FERNANDES, 2004).

As eleições estaduais de 1947 e 1950, em Pernambuco, foram vencidas pelo PSD, com Barbosa Lima Sobrinho e Agamenon Magalhães, respectivamente. Em 1950, Agamenon Magalhães venceu as eleições para João Cleofas, da UDN, mesmo o PSD perdendo na capital. Com a morte de Agamenon em 1952, as duas maiores forças política do Estado – PSD e UDN – se juntam em torno do nome de Etelvino Lins e vence a eleição para o candidato Osório Borba, do PS (Partido Socialista Brasileiro), que contava com o apoio da maioria dos membros do PCB¹⁵, que mesmo perdendo na capital, prova a força dos comunistas e da esquerda na capital pernambucana (FERNANDES, 2004).

Na primeira eleição municipal direta para a capital em 1955, após a redemocratização, os comunistas, juntos com o PSB, o PTB e pequenos partidos de centro-esquerda formam a chamada “**Frente Popular do Recife**” ou “**Frente do Recife**” e vence o pleito eleitoral, com o candidato Pelópidas Silveira, do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em 1959 é a vez de Miguel Arraes do PST (Partido Social Trabalhista) se eleger, também pela Frente do Recife, e em 1963, Pelópidas é reeleito,

¹³ Sobre o político Agamenon Magalhães, ver: Dulce Chaves PANDOLFI, “**Pernambuco de Agamenon Magalhães**”.

¹⁴ Segundo JATOBÁ (1976) citado por FERNANDES (2004), o Grande Recife nessa época era constituído pelos municípios do Recife, Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Jaboatão, Paulista, Moreno e São Lourenço da Mata.

¹⁵ Em 1947 com a cassação de seu registro o PCB tem seus membros dispersos por diferentes partidos, indo do PSD ao PTB (SOARES, 1982 apud FERNANDES, 2004).

sendo cassado após o golpe militar. Fato que se repetirá no ano seguinte com a cassação do governador Miguel Arraes eleito pela Frente do Recife, em 1962 (SOARES, 1982 apud FERNANDES, 2004). Entretanto, são com os governos da coligação Frente do Recife ou Frente Popular do Recife, que nas suas administrações, tanto municipal como estadual irão abrir espaços para as influências das organizações populares de base nas decisões políticas locais, através de uma política de prioridade à questão social. Esse projeto de gestão democrática, além de inovador estimulava a participação popular com a criação de associações de bairros; que, aliás, são anteriores e ao mesmo tempo germes à emergência dos chamados Novos Movimentos Sociais surgidos a partir da abertura política no final da década de 1970 (ETAPAS, 1989; SOARES e LOSTÃO, 1992; FERNANDES, 2004).

Durante o golpe militar até a abertura política (1978), os municípios perdem a autonomia e a liberdade democrática. Os prefeitos passam a serem nomeados¹⁶ pelos governadores, os chamados prefeitos “biônicos”, e estes por um general ou eleitos indiretamente por um colégio eleitoral da Assembleia Legislativa, sempre com a vitória da Arena¹⁷. Essa forte ação autoritária leva a uma administração centralizada e a um

¹⁶ Segundo Antônio Sérgio Araújo FERNANDES, nos municípios “que não eram capitais, áreas de segurança nacional ou estâncias hidrominerais, ocorreram quatro pleitos municipais durante o regime militar – 1968, 1972, 1976 e 1980. Para uma análise dessas quatro eleições municipais ver Fábio Wanderley Reis (1978). Nas capitais houve apenas eleições para a Câmara de Vereadores nos mesmos anos dos pleitos para os demais cargos legislativos, ou seja, em 1966, 1970, 1974, 1978 e 1982.” (2004, p. 62 – nota de rodapé n. 23).

¹⁷ Ver Quadro 9 — Quadro elaborado por Antônio Sérgio de Araújo FERNANDES (2004, p. 64):

Quadro I – Prefeitos de Recife e Governadores de Pernambuco (1947-2000)^{27 (A)}

Governador de Pernambuco	Período De Gestão	Partido	Prefeito de Recife	Período De Gestão	Partido
Barbosa Lima Sobrinho*	1948-1951	PSD	M. C. Moraes Rêgo**	1948-1951	PSD
Agamenon Magalhães*	1951-1952	PSD	Antônio Pereira**	1951-1952	PSD
Etelvino Lins*	1952-1955	PSD/UDN	Jorge Martins**	1952-1953	PSD
			José do Rego Maciel**	1953-1955	PSD
Cordeiro de Farias*	1955-1958	PSD	Djair Brindeiro	1955	PSD
			Pelópidas Silveira*	1956-1959	PSB
Cid Sampaio*	1959-1962	UDN	Miguel Arraes*	1960-1962	PST
Miguel Arraes*	1963-1964	PST	Pelópidas Silveira*	1963-1964	PSB
Paulo Pessoa Guerra****	1964-1966	PST	Augusto Lucena**	1964-1969	UDN
Nilo Coelho***	1967-1971	ARENA	Geraldo Magalhães**	1969-1970	ARENA
Eraldo Gueiros Leite***	1971-1975	ARENA	Augusto Lucena**	1971-1975	ARENA
Moura Cavalcanti***	1975-1979	ARENA	Antônio Farias**	1975-1979	ARENA
Marco Maciel***	1979-1982	ARENA	Gustavo Krause**	1979-1982	ARENA
Roberto Magalhães*/ Gustavo Krause****	1983-1986	PDS	Jorge Cavalcante**	1982-1983	PDS
			Joaquim Francisco**	1983-1985	PDS/PFL
Miguel Arraes*	1987-1990	PMDB	Jarbas Vasconcelos*	1986-1988	PMDB

completo distanciamento dos interesses da população pobre. A tônica dos investimentos são as grandes obras (construções de viadutos, avenidas etc.) que privilegiavam as áreas de classe média e alta, expulsão a população pobre das áreas “nobres” para a periferia, tendo como consequência o agravamento dos problemas sociais que são tratados como caso de polícia, com ampliação do número de favelas que marcará a paisagem das cidades brasileiras (ETAPAS, 1989; LEAL, 2003; FERNANDES, 2004). Se referindo à Cidade do Recife a professora Suely LEAL (2003, p. 87 – Destaque nosso), diz que: “a cidade sofreu um processo de modernização sem precedentes, cuja contrapartida foi a ampliação dos níveis de pobreza e de miséria na periferia.”

Com as mudanças ocorridas no cenário mundial, nacional e local do final da década de 1970 e início de 1980, ainda no período Militar Brasileiro, de tendências à descentralização do poder local, redemocratização, participação, governança, ingovernabilidade, privatização e desconcentração (SOUZA, 2006; LEAL, 2003; BITOUN, 2002; Miranda, s/d), levou no Brasil, o governo federal através das suas políticas habitacionais, redirecionar as intervenções sobre a problemática urbana, com programa que propunha a fixação em áreas urbanas centrais à população pobre, ou seja, a “Erradicação das Favelas”, sem a remoção dos seus moradores (MARINHO, 1999; CABRAL, 2004), é o programa PROMORAR (visto no capítulo III).

Tal processo se dá em momento de desgastes políticos, crise econômica e pressão popular; portando, o Governo em uma estratégia de antecipação ao novo quadro que se delineia, vai culminar com a “abertura política” ou “abertura democrática”,

			Joaquim Francisco*/ Gilberto Marques Paulo****	1989-1992	PFL
Joaquim Francisco*	1991-1995	PFL	Jarbas Vasconcelos*	1993-1996	PMDB
Miguel Arraes*	1995-1998	PSB	Roberto Magalhães*	1997-2000	PFL
Jarbas Vasconcelos*	1998-2002	PMDB	João Paulo*	2001-2004	PT
Jarbas Vasconcelos*/ Mendonça Filho****	2002-2006	PMDB	João Paulo*	2004-2008	PT
Eduardo Campos*	2006-2010	PSB	João da Costa*	2009-2012	PT
Eduardo Campos*	2010 até a Atualidade	PSB	Geraldo Júlio*	2013 até a Atualidade	PSB

*Eleito por voto popular

**Nomeado pelo Governador do estado

***Indicado por Colégio Eleitoral

****Era vice e assumiu o governo

27. Não se incluem nessa relação os governadores e prefeitos que assumiram os cargos interinamente, tais como os presidentes de Assembleia Legislativa ou presidentes da Câmara de Vereadores por razões de afastamento ou impedimento legal dos governantes eleitos, nomeados ou indicados.

(A) Quadro atualizado de Governador pelo site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_de_Pernambuco e de Prefeito pelo site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_prefeitos_do_Recife acessados em 21/03/2013.

levando o general Geisel propor um projeto nacional cognominado “*Desenvolvimento com Participação*” (SILVA, 1988; ETAPAS, 1989; ANDRADE, 1996; LEAL, 2003).

Em Pernambuco, os sinais da abertura serão mais perceptíveis “a partir de 1979, quando assume o governo do estado, o candidato do general Golbery do Couto e Silva, Marco Maciel.” (ANDRADE, 1996, p. 84). Após assumir o governo com um “discurso de renovação total”, retoma o diálogo com a igreja (com Dom Hélder), e passa a empregar o ideal de democracia participativa, que até então era um discurso político da esquerda pernambucana (ANDRADE, 1996), propiciando a nível local, prefeitos com tônica populistas, ainda que escolhidos pela via indireta, sem o voto popular, mas que “busca a legitimação junto à opinião pública e movimentos sociais” (MARINHO, 1999, p. 26).

Isto se confirma com a aprovação da Lei 14.110/79¹⁸, do Plano de Desenvolvimento do Recife, que tem como objetivo, pôr em prática a proposta de participação popular como forma de democratização das decisões do governo municipal, como nos esclarece Geraldo MARINHO (1999, p. 27 – Aspas no original e grifo nosso):

Ao final de 1979 é sancionada a Lei do Plano de Desenvolvimento do Recife, que em apenas seis artigos traça elementos para orientar a ação pública municipal no triênio 1980/83. Dentre os critérios então delineados para a organização do espaço, a lei aponta a criação de “reservas de áreas urbanas” para obras públicas e o “tratamento especial aos aglomerados pobres”, para promover sua reabilitação via projetos sociais com “participação ativa das comunidades”. O primeiro critério remete a uma polêmica de repercussão nacional na criação projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, nos anos 1970, que previa que o poder municipal poderia ter estoques de terra para promoção do desenvolvimento, e vai ter efeito prático no Projeto Recife, concebido em 1979, no qual a municipalidade adquire grandes parcelas de terras urbanas para a reestruturação (sic) da várzea do rio Capibaribe. O segundo critério configura uma adequação dos moldes da gestão local para implantação do Promorar, e vai resultar na definição de Áreas Especiais, que são a origem remota das atuais ZEIS.

Estas áreas especiais no município do Recife são as ocupações informais (ABRAMO, 2003), onde o poder público – a Prefeitura – buscava através dos Barracões uma maior aproximação com a população e seus representantes. Segundo Suely LEAL (2003, p. 90): “... Estas lideranças passaram a ter o papel de fazer a articulação não apenas da prefeitura com as comunidades, mas de fazer a própria articulação de entidades, ligando-as ao poder municipal.” Continua ela (LEAL, 2003, p. 90 – Destaque no original), “[...] a política de atendimento às reivindicações populares, através dos

¹⁸ Sancionada pelo prefeito Gustavo Krause.

‘barracões’, possibilitava um maior conhecimento por parte da administração das áreas e o controle de possíveis protestos.”

Ainda durante todo o período de transição política até as primeiras eleições diretas para prefeito em 1985, vários mecanismos vieram reforçar a descentralização e a participação, mesmo deixando intacto o aparato jurídico político, com: o Decreto 11.670/80 que cria vinte e quatro Áreas Especiais que define os procedimentos de análise de projetos e controle urbanístico, além da criação de unidade administrativa específica dentro da URB-Recife. Já o Decreto 12.091/81, cria o Grupo de Trabalho Executivo para Legalização das Áreas Especiais e, através de Portarias criam as Comissões de Legalização da Posse da Terra para as localidades do Coque, Coelho e Brasília Teimosa (MARINHO, 1999; LEAL, 2003).

Foi nesse contexto de crise e de mudanças políticas do período de abertura para a democracia no Brasil, que se inserem o surgimento das ZEIS e posteriormente do PREZEIS da Cidade do Recife, como experiência concreta de participação/democracia do acesso ao solo e à moradia (LEITE, 2007) pelos pobres excluídos ou parcialmente excluídos da sociedade, ou seja, é com a criação e aprovação da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei 14.511 de 17 de janeiro de 1983¹⁹ –, que a Cidade do Recife vai tornar as Áreas Especiais criadas em 1980 em ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). Foi com esta Lei que o governo passou a reconhecer a existência dos assentamentos irregulares (as favelas/ocupações), e a garantir a permanência das suas populações nas áreas. As ZEIS segundo Geraldo MARINHO (1999, p. 13):

Surgiram como uma designação da legislação urbanística para localidades desprovidas de oferta básica de infra-estrutura (sic) e serviços urbanos, ocupadas por uma população pobre, normalmente ameaçada pela instabilidade de uma posse da terra precária. Foram definidas, inicialmente, na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, sancionada em 1983. A partir do reconhecimento oficial de um nível excepcional de carência de investimentos públicos e das peculiaridades de seu ordenamento territorial, a municipalidade passa admitir a necessidade de uma iniciativa de reabilitação e integração daqueles assentamentos ao conjunto da cidade. Estabelece, assim, condições e normas especiais para sua regularização, sob o princípio do respeito às suas características sócio-espaciais.

Contudo, ainda faltava na lei um dispositivo de normatização específica para orientar a ação do poder público sobre aquelas áreas, ou seja, faltava uma lei para regulamentação e gerenciamento das ZEIS, com veremos mais adiante.

¹⁹ Lei Municipal 14.511/83, sancionada pelo prefeito Jorge Cavalcante (MARINHO, 1999, p. 13 – Nota de rodapé n. 1).

A primeira eleição direta em 1985, após o golpe militar de 1964, foi marcada pela vitória na maioria das capitais por candidatos de oposição e a emergência de novos partidos que se encontravam na clandestinidade. Em Recife, venceu a eleição para Prefeito Jarbas Vasconcelos, após perder a convenção do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)²⁰ sai candidato pelo PSB, com apoio da chamada “ala autêntica” do PMDB, setores da esquerda, lideranças populares, a Igreja e movimentos populares. Além do apoio de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, que no ano seguinte viria a ser eleito governador de Pernambuco. Jarbas reorganizará e terá como base política da sua candidatura a “Frente Popular do Recife” de 1955, com a adesão do PC do B (Partido Comunista do Brasil), PTB e do PRC (Partido Revolucionário Comunista), como também alguns políticos da “ala progressista” do PMDB, do PSB, do PC do B entre outros partidos (ETAPAS, 1989; LEAL, 2003; FERNANDES, 2004). Ele tinha como principal tônica de campanha a participação não só de técnicos, mais também de representantes das entidades populares nas diversas instâncias do poder municipal²¹.

Outros partidos de esquerda ainda concorreram à eleição com candidatos próprios pelo PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PCB. Entretanto, o processo eleitoral foi marcado pela grande quantidade de candidatos e uma disputa acirrada. Mas a polarização ficou entre os candidatos da coligação PMDB/PFL²² (Sérgio Murilo) e do PSB (Jarbas Vasconcelos), que após eleito passa a deter a hegemonia política local e retorna ao PMDB, agora como principal liderança do partido no Estado.

Passadas as eleições, em seu discurso de posse, o novo prefeito Jarbas Vasconcelos assevera mais uma vez seu compromisso de campanha; como podemos constatar no trecho do discurso publicado no Diário Oficial da Prefeitura da Cidade do Recife, em três de janeiro de 1986, citado por FERNANDES (2004, p. 118):

A gestão democrática, compromisso reiterado em toda a campanha, já teve seus primeiros passos ensaiados após a vitória na composição da equipe

²⁰ Durante o Regime Militar de 1964, o Brasil ficou reduzido ao bipartidarismo organizado em fins de 1965. De um lado o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**, um partido que abrigou todos os opositores do Regime Militar de 64, se caracterizou por sua multiplicidade ideológica graças, sobretudo aos embates entre os “autênticos” e “moderados” quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar, e do outro lado, a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** governista. A partir de 1980 com o fim do bipartidarismo o MDB torna-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e a ARENA tornou-se o PFL (Partido da Frente Liberal) hoje DEM (Partido Democrata).

²¹ A proposta constante no documento de campanha tinha três princípios básicos para construção de uma gestão democrática: 1- a transparência das decisões dos órgãos governamentais; 2- a descentralização Administrativa estruturada de forma a permitir uma maior aproximação da máquina administrativa com a população; e 3- a participação popular direta e indireta nas definições das prioridades da Administração (LEAL, 2003; FERNANDES, 2004; SOARES e LOSTÃO, 1992).

²² PFL – Partido da Frente Liberal.

de governo e será característica central de todo o mandato. Nesse processo, estão sendo criados canais efetivos que assegurem ao cidadão e às entidades da sociedade civil o acesso à informação e à participação nas decisões municipais.

O novo prefeito terá como “ideário democrático” na sua gestão, diversas formas de práticas participativas, entre elas: o “Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social” (PREZEIS). Este programa era um compromisso de campanha assumido em 21 de setembro de 1985, quando candidato a prefeito do Município, em um debate promovido pela INTERENTIDADES²³ entre os candidatos o movimento popular, o Movimento Defesa dos Favelados²⁴ e a Assembleia de Bairros²⁵.

Entre o final do ano 1984 e início de 1985, as áreas ZEIS ainda não tinham sido regulamentadas, então, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, fundada por Dom Helder Câmara em 1977, convoca uma reunião com lideranças do movimento popular e propõe a elaboração em conjunto, de um projeto de lei para intervenção urbanística nas ZEIS; depois de concluído o trabalho e apresentado a todos os candidatos a prefeito exigindo o compromisso de que caso fossem eleitos levaria o Projeto Lei à Câmara Municipal. Depois de muitas discussões e adequações no texto original o Projeto Lei do PREZEIS foi encaminhado em 06 de novembro de 1986, ao legislativo e aprovado em 11 de março do ano seguinte como Lei 14.947/87, regulamentado pelo decreto municipal 13.925/87, de junho de 1987 (SOARES e LOSTÃO, 1992; MARINHO, 1999; FERNANDES, 2004). Segundo Luis DE LA MORA citado por Geraldo MARINHO (1999, p. 33), a Lei do PREZEIS “foi à primeira lei de iniciativa popular, antecipando em quatro anos a Lei Orgânica do Município, que introduz este mecanismo de participação como um dos instrumentos da democratização.”

No final de 1988, nova estrutura organizativa é introduzida no PREZEIS, com a atribuição de expandir a visão especializada das ZEIS, de forma que ampliasse a arena

²³ “A INTERENTIDADES era uma articulação de entidades de assessoria ao movimento popular do Recife. Faziam parte desse grupo: a Equipe Técnica de Assessoria e Ação Social (ETAPAS), o Gabinete de Assessoria Jurídica do Movimento Popular (GAJOP), o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS); e Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (CJP). Seu objetivo era reunir as entidades que prestavam assessoria aos movimentos populares, de bairros do Recife, por realizarem trabalhos em conjunto e evitar duplicidade entre elas.” (SOARES e LOSTÃO, 1992, p. 67 – Nota de rodapé n. 14).

²⁴ “O MDF é um movimento popular de caráter nacional, que se instalou, efetivamente, em Pernambuco em 1985. Articula favelados organizados em Conselhos de Moradores e outras organizações similares.” (SOARES e LOSTÃO, 1992, p. 67 – Nota de rodapé n. 13).

²⁵ “A AB reunia conselhos de moradores de bairros populares do Recife. Surgiu em 1979, por iniciativa da Ação Social e da Comissão de Justiça e Paz ambas da Arquidiocese de Olinda e Recife. Logo se confirmou como uma articulação independente. Em 1987, a AB foi a base de formação da Federação Metropolitana de Bairros (FEMEB), de caráter metropolitano.” (SOARES e LOSTÃO, 1992, p. 67 – Nota de rodapé n. 15).

de participação, conduzindo uma política unificada de recuperação das áreas faveladas. Para isto, foi criado o Decreto 14.539/88, que instituiu o Fórum Permanente do PREZEIS, composto por 13 membros fixos, e mais dois de cada ZEIS com COMUL em atividade, ou seja, sua composição é variável em termos quantitativos, com cinco representantes do poder público, dois de cada ZEIS, três Entidades Gerais (do movimento popular), cinco representantes técnicos, sendo três assessores e duas entidades profissionais, entre eles: um advogado da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e um representante do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Em julho de 1990, o prefeito Gilberto Marques Paulo, sanciona a Lei 15.396/90, aprovada na Câmara de Vereadores, que define as normas para destinação de recursos ao PREZEIS, e, em 10 de setembro de 1993, a Lei 15.790/93, instituiu o Fundo Municipal do PREZEIS, a ser administrada pelo Fórum. Ainda na segunda gestão de Jarbas Vasconcelos em 1995, é reestruturado o PREZEIS com a nova Lei 16.113/95²⁶, que fixa normas, procedimentos e estrutura de gestão concernente às Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, com a finalidade de proceder a sua urbanização e regularização fundiária, integrando-as à estrutura urbana da Cidade (LOSTÃO, 1992; SOARES e LOSTÃO, 1992; BALTAR, 1992; MARINHO, 1999; FERNANDES, 2004; LEITE, 2007; MIRANDA, s/d).

Para Geraldo MARINHO (1999, p. 13), o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) foi implantado em 1987,

como uma ferramenta de regularização visando dar condições de aplicação aos princípios e dispositivos indicado na legislação de uso do solo para o tratamento das ZEIS. Caracteriza-se, antes de tudo, como um sistema de gestão do processo de reabilitação das favelas, no qual ficam definidas, além de normas para a regularização urbanística, as responsabilidades dos agentes governamentais e representações das comunidades interessadas, bem como a institucionalização de arenas de discussão e deliberação sobre investimentos e políticas voltadas para as ZEIS.

O PREZEIS como sistema gestor tem por objetivo desenvolver e regularizar ações de urbanização, legalização fundiária, além de trabalhar os temas: Meio Ambiente e de Emprego e Renda, buscando junto às lideranças na comunidade (ZEIS) uma melhoria da qualidade de vida da população; tem entre outros princípios:

²⁶ Para Geraldo MARINHO (1999, p. 54 – Nota de rodapé n. 49) e Marta Santa Cruz PORDEUS (2006, p. 51) a Nova Lei do PREZEIS é a Lei Municipal n. 16.313/95, sancionada por Jarbas Vasconcelos. Acreditamos que seja um erro de digitação.

- Reconhecer que as comunidades devem permanecer no local de origem, assegurando a não remoção desta;
- Respeitar as características locais das comunidades, garantindo a identidade local para as pessoas que nela vivem;
- Colocar o direito de moradia acima do direito de propriedade²⁷, defendendo o direito de que a terra existe para morar e não para ser fonte de lucro e especulação;
- Permitir que novas áreas fossem transformadas em ZEIS, etc.

O PREZEIS funciona a partir de uma estrutura de gestão que combina a articulação de diferentes instâncias, a saber:

- *Comissões de Urbanização e Legalização (COMUL's)* — são instâncias deliberativas no plano micro, responsáveis pela formação e monitoramento das ações de urbanização e regularização fundiária de cada ZEIS. Cada COMUL é integrada por cinco membros: dois representantes do poder público, dois representantes da comunidade e um representante da entidade de assessoria (ONG) que acompanha a comunidade. No caso dos representantes comunitários, o processo de escolha acontece através de votação direta e secreta junto aos moradores maiores de 16 anos, residentes nas respectivas ZEIS. A escolha da entidade de assessoria (ONG) é realizada em assembleia na comunidade. As reuniões são feitas alternadamente na sede da URB-Recife e em local situado na própria comunidade. São atributos das COMUL's entre outros:
 - Divulgar o PREZEIS na área;
 - Definir prioridades das áreas com a população;
 - Coordenar e fiscalizar a elaboração e execuções dos planos de urbanização e regularização fundiária, etc.
- *O Fórum do PREZEIS* — é a instância máxima de articulação e deliberação políticas e suas plenárias é realizada mensalmente no auditório da URB-Recife. É no fórum onde se decide como aplicar os recursos do Fundo Municipal do PREZEIS (ações, áreas beneficiadas e custos), como também, ocorre o monitoramento da execução orçamentária e do calendário de implantação das obras de urbanização. O Fórum é composto de diferentes segmentos sociais: todas as lideranças comunitárias integrantes das COMUL's; representantes de ONG's; de entidades gerais dos movimentos populares; da URB e Secretarias da Prefeitura; da Câmara Municipal; da COHAB-PE; da Universidade.
- *As Câmaras de Assessoria* — são três: Câmara de Urbanização, Câmara de Legalização e Câmara de Orçamento/Finanças. Funcionando, enquanto instâncias de assessorias técnicas, cada uma delas é integrada por, pelo menos, seis

²⁷ Milton SANTOS já alerta contra o discurso ideológico do direito a ser proprietário, confundindo com o direito de morar. Ver “**o espaço do cidadão**”, especificamente, o direito de morar, p. 45.

componentes (dois deles representando o segmento popular; dois do poder público; e mais dois das ONG's). São responsáveis em formar propostas, monitorar e avaliar as ações relacionadas à urbanização, legalização e ao orçamento, subsidiando assim o funcionamento do Fórum do PREZEIS.

- *Os grupos de trabalhos (GT's)* — dividem-se em Emprego e Renda e de Meio Ambiente; fazem parte da Câmara de Assessoria que são compostos por representantes comunitários, técnicos da URB-Recife, da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental, de Habitação e de Assessoria participantes do PREZEIS, objetiva desenvolver ações nas comunidades junto com as lideranças; e
- *Coordenação do Fórum* — é a instância de representação política do PREZEIS, responsável pelo acompanhamento das diversas instâncias. Dela fazem parte cinco componentes: três representantes do segmento popular, um da URB-Recife e um representante do conjunto de ONG's (ver quadro 10) (Jornal Cidadania é Notícia, n. 2, abril/maio, 1999, p. 5 – Grifo nosso).

Visto de forma bastante resumida algumas informações do que são e como funcionam as ZEIS, PREZEIS, COMUL's e se seu processo de formação (ver Quadro 11 – p. 227 a seguir), passaremos a verificar se de fato a Comunidade em estudo²⁸, por pertencer a ZEIS Campo Grande tem sido beneficiada com recursos ou ações desta lei. Primeiramente, é necessário deixar claro que as áreas de ocupações informais mesmo reconhecidas como ZEIS, caso não possuam COMULs ficam a mercês da própria sorte (desassistidas), pois não têm representantes que reivindiquem suas necessidades e nunca terão benefícios do fundo do PREZEIS, como nos esclarece o titular da COMUL da ZEIS Campo Grande em sua segunda entrevista para nossa pesquisa (ENTREVISTA. n. 15, 12/04/2012)²⁹:

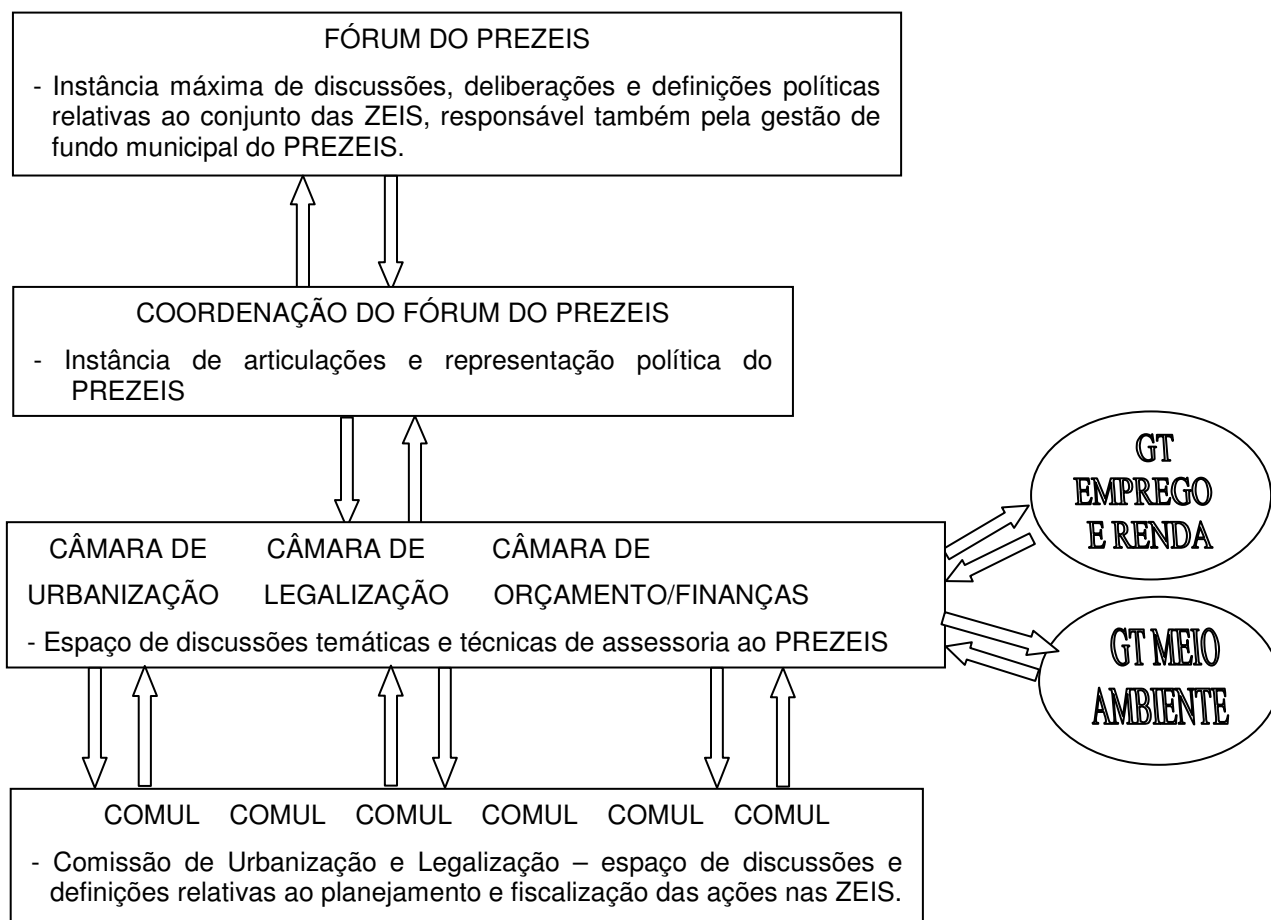
O PREZEIS é a lei, e a COMUL são os representantes que são eleitos para cumprir essa lei na área ZEIS. A COMUL está dentro do PREZEIS. A ZEIS

²⁸ A Comunidade Chão de Estrelas faz parte da ZEIS Campo Grande, que foi instituída desde seis de janeiro de 1994, pelo Decreto Lei Municipal n. 15.866/94; tendo sua COMUL implantada, no ano seguinte, em oito de fevereiro de 1995, sobre o Decreto Lei n. 16.898/95. Lembramos ainda, que a comunidade diferencia-se de outras zonas ZEIS, pois, não surgiu de ocupação informal, em terrenos vazios como a maioria das ZEIS. Quando a comunidade foi reconhecida já tinha passado por um processo de urbanização por parte do governo do Estado. O conjunto habitacional em estilo vila popular foi construído entre uma parceria do Ministério do Interior e Governo do Estado de Pernambuco para resolver as enchentes do Rio Beberibe, retirando os moradores de suas margens (ver capítulo II, Item 2.3.1 e seguintes). Lei n. 15.866/94 – <http://www.legiscidade.com.br/lei/15866/> Acessado em 25/01/2012. Lei 16.898/95 – <http://www.legiscidade.com.br/decreto/16898/> Acessado em 25/01/2012.

²⁹ Degenildo é atualmente o segundo titular da COMUL da ZEIS Campo Grande; entretanto, ele participa desde 1996 como 1º ou 2º titular. Como já tínhamos observado durante as reuniões da COMUL que participamos quando realizávamos o mestrado. Degenildo é quem melhor tem se apresentado cientes de todos os problemas da ZEIS e realizado através de ofícios solicitações para solução destes. A segunda entrevista concedida por Degenildo para nossa pesquisa foi realizada na dependência da URB-Recife no dia 12/04/012, na presença da 1ª titular da COMUL, Srª. Sandra; da técnica social DGZ/URB, Srª. Mª Betânia Queiroz de Oliveira (Bebeca) e do Sr. Francisco dos Santos, morador de Campo Grande.

que tem COMUL instalada é melhor por quê? Por que através dessa comissão vai levar ações de legalização e urbanização para aquela ZEIS, direito a moradia, por exemplo. As áreas que não tem COMUL instaladas (...) ficam desassistidas por a gente [pelo PREZEIS] (...), por que se não tive ninguém de lá participando como ela falou aí, pio ainda, por que nunca vai ter um benefício para lá, através do recurso da ZEIS [do PREZEIS]. (...).

Quadro 10 — ESTRUTURA DE GESTÃO DO PREZEIS



FONTE: ETAPAS, Velhas Histórias Novas Conquistas, dez. 2001, p. 11.

Quando questionado se ainda estava ocorrendo às reuniões mensais da COMUL na comunidade e como convidavam os moradores locais e se eles participavam, o representante da COMUL respondeu afirmativamente, como constatamos na fala abaixo (ENTREVISTA. n. 15, 12/04/2012):

[Há reuniões mensais da COMUL na comunidade?] Sim. O mês passado não houve porque teve uns problemas aqui administrativos, mas que estão se resolvendo. Mas normalmente estão tendo as reuniões.

[A população conhece e participa das reuniões da COMUL?] Às vezes quando há uma necessidade maior de juntar a comunidade para algum esclarecimento à gente convida os moradores pra a reunião tipo assembleia. Mas sempre tem a participação da população. Quando é uma reunião mais que não tem pauta específica, entre a gente mesmo fazemos

a reunião, sempre na área. O número de participantes depende muito da pauta da reunião. (...).

[Como divulga as reuniões?] Com convites, e só quando é assembleia a gente divulga em carro de som.

QUADRO 11 — QUADRO CRONOLÓGICO DO PREZEIS DO RECIFE

1979. Novembro	Elaboração do Projeto Teimosinha.
1983. Janeiro	Promulgação da Lei 14.511. Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano.
1985. Início do ano	A CJP faz a primeira convocação ao movimento popular para discutir a possibilidade de se elaborar uma lei específica para a ZEIS.
1985. Julho	Conclusão da primeira redação do PREZEIS.
1985. Agosto	São iniciadas as reuniões quinzenais com lideranças do movimento popular para a revisão da primeira versão do PREZEIS.
1985. Setembro	O MDF e a AB pedem aos candidatos a prefeitura do Recife que o eleito comprometa-se a apoiar o PREZEIS.
1986. Maio	Assembleia popular aprova o texto e o entrega ao prefeito, Jarbas Vasconcelos. É segunda versão.
1986. Julho	Iniciam-se as negociações com os técnicos da Prefeitura para definir o texto do projeto de lei.
1986. Novembro	O prefeito entrega à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei do PREZEIS para apreciação.
1987. Fevereiro	Líderes do movimento popular têm audiência com o prefeito, solicitando o regime de urgência para aprovação do PREZEIS.
1987. Março	A Câmara de Vereadores aprova a Lei 14.947, lei do PREZEIS e o prefeito a sanciona. O Diário Oficial publica a Lei no dia 30. É a terceira versão.
1987. Abril	O prefeito Jarbas Vasconcelos, em Sessão Solene na Câmara de Vereadores, comunica ao movimento popular que a Lei do PREZEIS foi aprovada.
1987. Junho	O Diário Oficial publica o Decreto 13.925 que regulamenta a Lei do PREZEIS.
1988. Dezembro	O Diário Oficial publica o decreto 14.539 que institui o FÓRUM PERMANENTE DO PREZEIS
1990. Julho	A Câmara de Vereadores aprova a Lei 15.396, que dá normas para destinação de recursos ao PREZEIS. O prefeito Gilberto Marques a sanciona, sendo publicada no Diário Oficial.

Fonte: SOARES e LOSTÃO, 1992. p. 71.

Uma observação que já tínhamos constatado durante a nossa pesquisa de mestrado e que agora se confirma. É o fato das reuniões realizadas na dependência da URB-Recife, quase sempre ocorrem sem a presença de moradores da ZEIS, só com a participação da técnica social da DGZ/URB (DGZ – Divisão de Gestão de ZEIS), os titulares e às vezes os suplentes da COMUL. Segundo o entrevistado, isto ocorre apesar de se convidar os moradores, os quais raramente aparecem; provavelmente por que as reuniões se realizam quase sempre pela manhã de segunda a sexta-feira e, estes estão trabalhando, além de necessitarem de passagem para o deslocamento. Alusivo às reuniões na comunidade constatamos que, só quando é divulgado através de carro de som apresentam maior número de presentes, mas estes dependem do que será tratado na pauta. Esta, quando trata de questões específicas, como: transportes, moradia etc.

ou quando vem algum convidado passa a ser uma assembleia e conta com a presença maior de moradores, conforme o entrevistado.

Quando questionamos: se na área de estudo existe alguma obra ou ação realizada com recursos do fundo do PREZEIS e se seria resultado das reivindicações dos moradores, a resposta foi negativa. A que ocorreu foi em uma subárea da ZEIS chamada de Canal do Arruda, na Av. José dos Anjos, no bairro do Arruda. Em nossa área propriamente de pesquisa não, o que existe é o plano urbanístico e solicitações de limpeza de galerias, de capinação, trocas de lâmpadas queimadas dos postes etc., como constatamos na fala abaixo (ENTREVISTA. n. 15, 12/04/2012):

Nenhuma, com investimento do PREZEIS não. Só no Arruda que houve uma implantação com recurso do PREZEIS, mas que foi uma pequena drenagem que fez a muitos anos atrás. Foi feito pelo fundo do PREZEIS, naquela época duzentos mil reais. É uma subárea da ZEIS chamada Canal do Arruda. Foi feita varias drenagens por que não existia, para tirar águas dos quintais. (...). Foi em aproximadamente em 2000. Era uma reivindicação da comunidade e a COMUL trouxe para cá e foi aprovado pelo PREZEIS, e executado aqui pela URB-Recife, com recurso do fundo do PREZEIS.

[Na área nossa existe alguma obra pelo fundo do PREZEIS?] O projeto do plano urbanístico sim; foi feito pela ZEIS. Pra eles fazerem aquelas obras tem de seguir o plano urbanístico, às vezes não segue ao pé da letra, mas o certo é seguir o plano urbanístico e aquela área tem o plano urbanístico. (...). A COMUL já vez solicitação de capinação, implantação de poste que já foi executado e que não é recurso, mas é feito, recuperação de drenagem, limpeza de galeria, de canal tudo isso já foi feito, solicitado pela COMUL. A gente encaminha o ofício para os órgãos solicitando as providências.

Ainda referente a este item sobre as ações do PREZEIS na comunidade, questionamos como é o relacionamento do PREZEIS com as Prefeituras: do PT e dos Governos passados e, como tem se dado a participação da COMUL tanto no OP como no PROMETRÓPOLE? Segundo o entrevistado, os representantes do PREZEIS (COMUL) tem uma participação ativa tentando dialogar o máximo com a Prefeitura (OP) e com o Projeto PROMETRÓPOLE, tanto no governo de João Paulo como o atual de João da Costa, mas tem sido em vão, pois apesar de ter apoiado na eleição, a preocupação da prefeitura do PT é exclusivamente o Orçamento Participativo (OP). Referindo-se aos governos passados, ele afirma que existia um bom relacionamento e que o único problema era que os recursos destinados ao PREZEIS não eram utilizados em sua totalidade, como constatamos na fala do entrevistado abaixo (ENTREVISTA. n. 15, 12/04/2012):

[Como tem se dado o reacionamento do PREZEIS com a Prefeitura do PT?] O PREZEIS tem tentado ao máximo apesar da maioria do PREZEIS ter se envolvido na eleição de João da Costa, do PT, as várias áreas ZEIS se envolveram e apoiaram, mas, não tem um espaço aberto para discussão.

Eles são muito fechados, né?! Não é prioridade do governo o PREZEIS, nem era no governo de João Paulo e nem é no de governo de João da Costa. A prioridade é o Orçamento Participativo, por exemplo: ele faz obra na ZEIS sem comunicar ao PREZEIS, sem comunicar a COMUL, não leva em consideração que aquela área é ZEIS e tem de passar por aqui. Ele pode até implantar em várias ZEIS da cidade, pode gastar um milhão, dois, três. Comunica só aos moradores, para a ZEIS (COMUL) não, por exemplo, chegou esse processo aqui, então ele pra fazer um habitacional, por exemplo, dentro da ZEIS, eles eram pra mandar o projeto pra COMUL para tomar conhecimento e analisar o projeto que vai ser executado. Vem fazer uma praça, academia da cidade no Daruê Malungo a gente era pra ter conhecimento, mas como é que a gente tem conhecimento? Eles pegam chama as comissões, os delegados e a gente fica sabendo por que a gente se mistura com eles lá.

[Como tem si dado participação da COMUL no OP e no PROMETRÓPOLE?] Ativa, pelo menos da gente representante é ativa, participa ativamente do OP. Formam representantes da COMUL nas comissões, lá e no PROMETRÓPOLE, principalmente. É lá que a gente pega as informações, é lá que discute. É como eu disse a você, pelo certo um projeto como esse que se preocupa em mandar se vai fazer um habitacional, uma praça, uma academia da cidade dentro da área ZEIS era para eles mandar o projeto para gente, pra pelo menos a gente tomar conhecimento, hoje à gente vai toma conhecimento é lá. A gente é que passa pra Bebeca (é a assistente social – a técnica da URB-Recife responsável pela ZEIS Campo Grande), olha tá acontecendo isso, vão fazer uma rua, vão abrir isso; mas que eles discutam com a gente não, a gente tem de forçar a barra pra acontecer.

[E como era esse reacionamento com a Prefeitura nos governos antes do PT?] Antes a gente tinha um relacionamento bom, a gente sempre teve um relacionamento com a prefeitura, sempre teve uma discussão boa, os técnicos iam para as reuniões, nos debates maiores (...), a pressão maior era recurso, que tinha recurso mais não se gastava todo do PREZEIS na época. O relacionamento não tinha muito enfrentamento não porque quando vinha qualquer bronca e eles não queriam atender a gente aí ia todo mundo pra rua e pronto. Era passeata e mais passeata pra atender. Mas no governo de João Paulo e João da Costa não teve muita mobilização, pressão não.

Para o representante da COMUL da ZEIS Campo Grande acima, eles são ativos, procuram participar de tudo que ocorre na ZEIS, mas não são ouvidos pelo poder público (Prefeitura – OP), necessitando envolverem-se nos encontros ocorridos na área com a população e se tornarem delegados. Também concordamos com o entrevistado, quando afirma que a prefeitura tem privilegiado o orçamento participativo – os delegados e delegadas; em detrimentos de outras estâncias de participação da sociedade civil, como o PREZEIS, por exemplo. Isto se confirma nas palavras da representante do gestor público quando diz, “a COMUL participa né?! Porque ela tem assento na comissão, a associação de moradores não, inclusive ele nunca sai da presidência e, ele também é delegado do orçamento participativo.” (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010 – Destaque nosso). A impressão que a última fala nos deixa é de que, caso não tivesse assento na comissão não teria espaço para participar. Mas acreditamos que se houver empenho e força de vontade, será possível, talvez mudar comportamentos e

mentalidades para juntar essas forças da sociedade e avançar no sentido aperfeiçoar ainda mais o planejamento e a gestão da cidade; como nos alerta Marcelo Lopes de SOUZA (2002, p. 496 – Destaques no original):

O próprio PREZEIS, por mais limitado que tenha sido o seu papel até agora, é um espaço de articulação digno de nota e com bastante tradição; talvez, quem sabe, em vez de ser apenas “engolido” pelo orçamento participativo ou de (pior, ainda) “colonizar” este último, poderia o PREZEIS polinizar o próprio orçamento participativo com elementos importantes de sua experiência. Uma articulação inteligente entre o PREZEIS e o orçamento participativo seria, em Recife, o verdadeiro núcleo de uma integração entre planejamento e gestão.

Lembramos que o mais novo conjunto habitacional em estudo — o Conjunto Habitacional do Jacarezinho —, não se inclui ainda na ZEIS Campo Grande. Os limites das ZEIS estão definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife³⁰ e sua alteração necessita de passar no fórum do PREZEIS e na Câmara de Vereadores da Cidade do Recife. Para a representante da Prefeitura, o atual prefeito³¹ já está preparando a solicitação de alteração da lei e a inclusão do referido conjunto na ZEIS para envio à Câmara Municipal. O representante da COMUL alega que havia solicitado desde quando a prefeitura definiu o terreno. Acreditamos ser de grande importância que o novo conjunto se enquadre na área ZEIS, pois ficará livre da especulação imobiliária (especulação branca), pois os bairros em seu entorno ter sofrido uma grande verticalização decorrente de encontrar-se próximo do centro da capital pernambucana, fato que o faz ser mais um atrativo.

Um ponto identificado nas análises das falas dos moradores de todos os conjuntos foi o desconhecimento da existência da COMUL e demais instâncias por parte destes. Isto mostra que a COMUL nunca teve uma presença atuante de fato na comunidade e na vida desses pobres, apesar do tempo de criada e mesmo ocorrendo campanhas eleitorais para os titulares a cada dois anos. Outro ponto é o relacionamento dos representantes das ZEIS com o Orçamento Participativo (Prefeitura). Não vemos interesse por parte da Prefeitura em ter uma parceria, uma relação com estes; isto se confirma em diversas ações como as construções das Praças e Academia da Cidade na ZEIS, quando os representantes da COMUL não foram comunicados, ou seja, não ocorre a articulação sugerida por Marcelo Lopes de SOUZA acima, e defendida também por nós, além do não cumprimento da legislação específica das áreas ZEIS.

³⁰ Lei n. 16.176/96, de 09/04/1996 – Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Atualizada pela Lei n. 16.289 de 29/01/1997. <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/index.html>> Acessado em 17/10/2012.

³¹ João da Costa do Partido dos Trabalhadores, gestão 2009-2012.

Diante do exposto, reafirmamos à importância da comunidade ter sido transformada em área ZEIS, e principalmente possuir sua COMUL, pois sendo a comunidade uma parte da ZEIS, mesmo não tendo sido até a ocasião atendida em suas necessidades básicas pelo fundo do PREZEIS, ainda assim, possuir representantes que lutam pelas melhorias, esta além de ficar “protegida” da especulação imobiliária, como também, por ser esta lei um instrumento a mais na luta dos moradores pobres do Recife, para intervir nas práticas de gestão dos problemas urbanos da cidade.

Ainda segundo nossas observações, há um paradoxo na atuação dos titulares da COMUL Campo Grande, particularmente o entrevistado, pois se apresentam “fiel” à sua função, não demonstrando ter sido cooptado pelo poder público. Comunga desta mesma posição a técnica entrevistada da DGZ/URB-Recife, quando afirma: “em relação à COMUL, os representantes são legítimos, coerentes e batalhadores.” [ENTREVISTA, n. 15, 08/01/2004]. Por outro lado, percebemos que estes titulares como também as lideranças locais estão envolvidos (cooptados) por políticos da área. As consequências desse paradoxo (atuação X cooptação dos representantes da COMUL), talvez se justifiquem nas ações realizadas pela COMUL na ZEIS, como solicitações: de limpeza de galerias, de capinação, trocas de lâmpadas queimadas dos postes etc. são ações que também são ou podem ser realizadas pelos políticos.

A seguir veremos as entidades socioculturais/reivindicatórias e suas lideranças mais destacadas/conhecidas que caracterizaram a comunidade no início de sua formação e, que colaboravam nas reivindicações por melhorias que faltavam. Em outras palavras, a solidariedade que existia através das atividades socioculturais era o elemento **elo aglutinador** das lutas para as reivindicações das melhorias que faltavam e ainda não esgotadas, pois quando do esfriamento dessas atividades ocorreram também um esfriamento das reivindicações.

4.4 AS ORGANIZAÇÕES SOCIOCULTURAIS E REIVINDICATÓRIAS CRIADAS PELOS DE BAIXO

Apesar da conquista da moradia em 1981, esta não veio completa, necessitando de permanecer as lutas por outras melhorias, tanto de infraestruturas como socioculturais. Dessa forma, novas táticas de organização comunitária foram acrescentadas as que já existiam anteriores a remoção (em Cabo Gato e demais ocupações), criando várias organizações, em virtude do novo contexto, no qual estavam se inserindo.

As práticas sociais aqui analisadas estão diretamente ligadas às necessidades de infraestruturas, empregos, moradias, saúde, renda, lazer etc. e confundem-se com as atividades culturais (usadas como meios de expressá-las e reivindicá-las) que estão voltadas ao lazer através do acervo de manifestações folclóricas da tradição popular de festividades e religiosidades desenvolvidas pelos moradores da comunidade; englobando todos os tipos de manifestações, como: as festas juninas e natalinas, o carnaval, a música, a dança, o teatro de boneco etc.³², e incorporando-se a estas os meios de ações utilizados nas reivindicações, tais como: piquetes, panfletos, abaixo-assinado, solicitações de audiências com órgãos, apoio de políticos, passeatas. Dizemos incorporando por que quando da realização dos movimentos de reivindicações eram utilizados, por exemplos: a ciranda (dança), a música, o teatro (dramatização), o jornal comunitário como táticas. Além de ser utilizadas nas festividades locais pelas entidades, pois, como disse um vocalista³³ do Grupo Bongar – Coco do Xambá, “os grupos de cultura popular, os maracatus, os grupos de coco também participam de reivindicação, só que **reivindica brincando**” e com alegria. Ações estas que não são exclusivas a nossa área de pesquisa, como podemos constatar na fala de uma entrevistada (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010):

[...] A gente reivindicando, a COHAB dizia assim, na época era Pedro Eurico, Secretário de Habitação e Paulo Pedrosa que era o presidente da COHAB, aí dizia, não, é porque as máquinas estão no Buriti, mas vai chegar segunda-feira, passava a semana todinha e não começava, a gente ia lá e eles diziam: não é porque as máquinas estão no Campo do Piolho, lá na Mangureira, é por isso que ainda não começou. Aí a gente começou a se cansar disso, aí o que a gente fazia? Juntava uma comissão, duas, três pessoas de cada área da Ilha de Jaaneiro, Santo Amaro, Santa Terezinha e ia procurar as máquinas, onde elas tivessem. Ia lá para o Ibura, ia ao Campo do Piolho, ia procurar até achar e a gente ia pra cima mesmo, a gente ia à porta da COHAB e fazia Ciranda, botava duas mil pessoas brincando. A gente ia fazer uma reunião, chegavam lá eles não queriam receber a gente e nós voltávamos pra comunidade, de 2 horas da tarde tinha uma Ciranda de mais de 2 mil pessoas na porta da COHAB. A gente deitava no meio da pista, parava o trânsito, não era queimando 4 ou 5 pneus não, era o povo fazendo uma Ciranda, cantando e o povo deitado na pista.

A seguir, tentaremos separar as organizações criadas na Comunidade Chão de Estrelas, ao longo do tempo; apenas por questão didática dividimos em quatro grandes grupos, a saber: “as organizações socioculturais dos de baixo”, “as entidades de

³² É interessante ver os capítulos: “cultura e participação popular” “as manifestações da cultura popular”, no livro de Angelo SERPA, **O espaço público na cidade contemporânea**.

³³ Na apresentação durante o evento “Pernambuco Pulsante: observatório de pontos de cultura” realizada no Mercado da Ribeira, antigo Mercado de Escravos, em Olinda, nos dias 8 e 9 de outubro, 2011. O show em comemoração aos 10 anos do grupo, realizado no domingo 09 de outubro, às 18h30.

representações (reivindicação) criadas pelos de baixo”, “o desenvolvimento das entidades e das lideranças comunitárias mais destacadas” e “as relações dos moradores com: a COMUL, o OP e as lideranças/associações locais”.

4.4.1 As Organizações Socioculturais dos de Baixo

Para Milton SANTOS (1996, p. 61), “cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos.” Continua SANTOS (Idem.):

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.

Sendo assim, os grupos que constituíram a Comunidade Chão de Estrelas desenvolveram várias atividades socioculturais ao longo dos anos através da criação de algumas organizações, por exemplo: a *União dos Moradores de Chão de Estrelas* – 1981, que segundo o Sr. Ovídio foi à primeira forma de organização surgida após remoção e que deu origem a sopa comunitária; a *Escola Comunitária União de Chão de Estrelas* – 1982³⁴, com proposta de alfabetização comunitária que se contrapunha ao modelo de ensino formal da rede pública; a *Sopa Comunitária: a fome mata sem sangrar* – 1983, com o objetivo de minimizar a fome, mas principalmente, para organizar a comunidade, visto a desarticulação “natural” e imposta pelas estratégias utilizadas pelo poder público para desmobilização do movimento de organização dos moradores em decorrência da remoção. A *Padaria Comunitária Chão de Estrelas* – 1985, com o objetivo de amenizar o problema do desemprego e suas consequências através da profissionalização dos jovens e adolescentes no ofício de padeiro, além de vender o pão mais barato; o *Movimento Cultural Desperta Povo* – 1985, com a meta de resgatar a História do Povo de Cabo Gato, junto ao Grupo Memória de Cabo Gato e de Chão de Estrelas; o time *Chão de Estrelas Futebol Clube* – 1985, com o objetivo de trabalhar o esporte e o lazer na comunidade; o *Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas* – 1985³⁵, com o foco de organizar a comunidade, buscando melhores

³⁴ A data de fundação apresenta-se anterior a da Sopa por que se refere ao período que se encontrava no Mercado Velho da Campina do Barreto, hoje, Escola Redenção. Lembramos que as remoções dos moradores para a Comunidade Chão de Estrelas ocorreram entre novembro de 1981 a 1982.

³⁵ Hoje (11/2012) fica no terreno, onde, anteriormente, ficava a horta comunitária de plantas medicinais ao lado do Posto de Saúde Comunitário Chão de Estrelas. Além do objetivo acima, tinha no início o objetivo de ser um organismo do povo, que pudesse não só reivindicar, mas organizar a população, além de criar grupos para áreas

condições de vida, tendo hoje como objetivo maior um trabalho voltado com crianças e adolescentes nas áreas de educação e profissionalização; a *Rádio Comunitária Chão de Estrelas: frequência avançada na luta pela sobrevivência do povo* – 1985³⁶ têm como objetivos contribuir para conscientização política e assegurar espaço para que a população possa reivindicar, protestar, discutir, divertir e se informar acerca das atividades na comunidade; o *Posto de Saúde Comunitário Chão de Estrelas* – 1987³⁷, que realiza Atendimento Médico e ambulatorial para os moradores de Chão de Estrelas; o *Grupo de Xarope de Plantas Medicinais* – s/d, desenvolver um trabalho com plantas medicinais (medicina caseira); o *Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo* – 1988, preservar e resgatar a cultura resgatando a cidadania desse povo; a *Tribo Guaianases* – 1988, Realizar o resgate das tradições folclóricas através da dança; o *Juventude Futebol Clube* – 1990, desenvolver atividades esportivas com jovens; o *Grupo de Mulheres de Chão de Estrelas* – 1991; o *Balé Afro Raízes Culturais* – 1992, desenvolver trabalhos de resgate cultural; o *Estrela Real Futebol Clube* – 1993, desenvolver atividades desportivas e recreativas; a *Associação Folclórica Danadinha na Roça* – 1996, atender crianças e adolescentes dando cursos e capacitando para o trabalho; o *Maracatu Nação Cambinda Estrela* – 1997³⁸, luta principalmente pelo respeito do desenvolvimento social da comunidade; o *Milan Futebol Clube* – 1997, desenvolver atividades esportivas e de lazer com jovens; a *Creche Comunitária Chão de Estrelas* – 1998³⁹, com a finalidade de acolher as crianças de mães que trabalham o dia todo e prepará-las para o futuro; o *Grupo de Mães de Chão de Estrelas* – s/d.; *Grupo de Artesanato* – s/d.; o *Centro de Animação Cultural Estrela do Forró* – s/d.; e a *Gafieira do Mô* – s/d; *Centro Comunitário Irmã Terezinha* – 2010, além de diversas outras atividades recreativas desenvolvidas por essas entidades, como: o pastoril e o teatro de bonecos (do Velho Dengoso), o

de saúde, educação, produção, esportes e farmácia, exercendo ações tanto internas, na comunidade, como em outras localidades.

³⁶ Ficava no interior do Posto de Saúde Comunitário Chão de Estrelas, hoje se encontra em uma sala no Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. A data de função segundo o Sr. Ovídio um dos responsáveis pela criação é agosto de 1988, utilizamos a que consta no Relatório Parcial III: Diagnóstico Integrado: diagnóstico sócio-organizativo, sócio-ambiental e socioeconômico UE's 20 e 21 (PERNAMBUCO, 2004a, Produto, 3.2), pois durante a entrevista foi apresentado o CNPJ da entidade; com isto evitando falhas de memória decorrente do longo tempo percorrido da fundação até a entrevista.

³⁷ Onde ficava o Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas, ao lado da Associação dos Moradores da Campina do Barreto.

³⁸ A data de fundação é 1935, no bairro do Alto José do Pinho no Recife, reativada na Comunidade Chão de Estrelas em 1997.

³⁹ Há um desencontro de datas na fundação da Creche, para o “**Relatório Parcial III: Diagnóstico Integrado: diagnóstico sócio-organizativo, sócio-ambiental e socioeconômico UE's 20 e 21**” (PERNAMBUCO, 2004a, Produto, 3.2), a data de fundação é 1981, não foi apresentado o CNPJ da entidade durante a entrevista; já para o trabalho de Maria José de LIMA, “**Movimentos Populares: uma questão de cidadania**”, a fundação foi 1988, e em conversa informal com o Sr. Ovídio, ele disse que foi 1998, confirmando a da nossa pesquisa de mestrado (CABRAL, 2004, p. 103)

bumba-meu-boi, a ciranda do Velho Dengoso, o reisado, as quadrinhas juninas, o cantinho do poeta, a vaquejada, entre outras atividades culturais⁴⁰.

Essas atividades se confirmam na reportagem da primeira edição do Jornal “O Chão de Estrelas”, de junho de 1996. A matéria mostra um levantamento parcial realizado pelo referido jornal, dos grupos culturais que atuavam na comunidade naquele momento durante as principais festividades do ano, são eles (JORNAL. O CHÃO DE ESTRELAS, junho, 1996, p. 4, n. 00 – Aspas no original):

Para o carnaval:

- Ursos, laursas, bonecos gigantes, comandados por Saúva, Carlinhos e outros;
- “O morto carregando o vivo”, do mestre Dengoso; “Maracatu Nação Estrela” e “Daruê Malungo”, do mestre Cháu;
- Caboclinhos da Tribo Guaianás, Cacique Mário Roberto;
- Grupo Afro Raízes Culturais, de Israel;
- Banda Reagge Resistência;
- Grupo de Pagode Samba Jovem, de Pedrinho do Pagode.

Para os festejos juninos:

- Coco-de-roda, Acorda Povo, Xaxado, Sanfoneiros, Zabumbiros;
- Quadrilha Forropilha;
- Quadrilha Estrela Mirim;
- Quadrilha Matutinhos da Rosa.

Para os festejos natalinos, destacam-se:

- Pastoril do Velho Dengoso (profano);
- Pastoril do Velho Saúva (profano);
- Os Reis Magos do Daruê; e
- O Teatro de Natal do Grupo Afro Raízes Culturais.

Além desses relatos existiam na comunidade outros valores artísticos, como: Edilson (guitarrista), o compositor Carlos Pop, com suas produções de músicas populares que enfeitavam a paisagem boêmia da Comunidade Chão de Estrelas, e contava ainda com a Banda Marcial da Escola José Cavalcanti⁴¹ (JORNAL. O CHÃO DE ESTRELAS, junho, 1996. n. 00).

⁴⁰ Além dessas existentes na comunidade temos ainda no bairro de Campina do Barreto as entidades: Projeto Sementes do Amanhã – 1990; Oratório da Divina Providência – 1997; Maracatu Cambinda Africano – 1998; Centro Educacional Comunitária Redenção – 1985; Grupo de Idoso Paz e Amor de Campina do Barreto (CSU/CRAS) – 1991; Rádio Capibaribe – 1960; Associação Sporting Futebol Clube – 1957; Grêmio Recreativo Escola de Samba Expresso do Samba – 1989; Quadrilha Junina Forropilha – s/d.; Liga de Dominó Democrática da Campina Do Barreto – s/d. e no bairro de Peixinhos Recife o Nascedouro de Peixinhos – s/d, no antigo prédio do Matadouro Público dos Peixinhos.

⁴¹ Segundo Patrícia Angélica DUTRA, **Trajetória de criação do mamulengo do professor Benedito em Chão de Estrelas e mais além:** ato, ritual, arte e cultura popular, “em relação à prática das brincadeiras em Chão de Estrelas uma moradora local comentou: ‘muito artista vive aqui. O pessoal diz que Chão de Estrelas é a capital cultural de Campina do Barreto (bairro)’.” (DUTRA, 1998, p. 69, nota de rodapé, n. 55).

Utilizamos o verbo no pretérito, pois, hoje percebemos um esfriamento das atividades culturais, não uma paralisação, mas um grande esfriamento, ou seja, não temos mais as mesmas quantidades de organizações ativas com apresentações espontâneas nas ruas, nos finais de semana. As festividades têm se reduzido praticamente às apresentações no campo de futebol de Chão de Estrelas, organizadas agora pela Coordenação do Fórum de Delegados do Orçamento Participativo da Prefeitura da Cidade do Recife. Mais uma intencionalidade de controle social, pois ao invés da prefeitura dar o apoio e incentivo às entidades já existentes ocorre o inverso, a necessidade de se promover, de divulgar como ações da própria Prefeitura. Entretanto, acreditamos que não é só essa postura do poder público à causa desse esfriamento, aliás, cremos não ser a principal causa. Porém, apesar de fugir ao nosso objetivo nesse trabalho a análise, notamos que vários fatores contribuíram para esse esfriamento, mas que precisam ainda de verificação científica são eles: a falta de apoio do poder público à cultura local; a criação das quadrinhas “estilizadas” de grande apoio pela mídia; o crescimento da violência e do tráfico de drogas na comunidade, não só aqui, mas no Recife, melhor dizer no Brasil em geral; o crescimento desordenado das igrejas ditas “evangélicas” com a propagação da ideia que tudo é coisa do “diabo” (é pecado) quem praticar vai para o inferno destruindo a cultura popular; o novo contexto sociopolítico-econômico do final da década de 1970 para cá, com crises e/ou crescimento econômico, desenvolvimento e popularização de tecnologias (informatização, por exemplo), que interfere no dia-a-dia das pessoas, particularmente com aumento do desemprego no primeiro momento, e mais recentemente, com a popularização de novos meios de comunicações criando novos atrativos que desestimulam os descendentes dos mais antigos moradores da comunidade a permanecerem (re)produzindo/(re)elaborando e comemorando as tradições folclórico-culturais vividas pelos seus progenitores moradores da comunidade, entre outros.

4.4.2 As Entidades de Representações (Reivindicação) Criadas pelos de Baixo

Foram criadas também as entidades (com ações mais jurídicas) de representações (reivindicações) populares, preocupadas, principalmente com as melhorias sociais para os moradores locais, são elas: o *Conselho de Recurso ao Menor de Pernambuco* – COREMPE – 1973, buscar o interesse da comunidade e melhorar as perspectivas dos meninos para o futuro; a *Associação dos Moradores da Campina do Barreto* – 1981, com a finalidade de trazer melhorias para a comunidade; o *Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas* – 1984, realizar trabalhos preventivos e educativos

em saúde; o *Movimento Cultural Desperta Povo* – 1985⁴²; o *Clube de Mães Unidas da Campina do Barreto* – 1986, objetiva melhorar a situação dos moradores; o *Grupo de Mulheres Sem Casas* – 1987, como objetivo de recuperação da cidadania orientando o planejamento familiar e discutindo o direito das mulheres; o *Conselho de Moradores do Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema* – 1988, tem o objetivo de trabalhar pela comunidade; a *Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula* – 1989, melhorar a situação dos moradores do conjunto; o *Centro de Organização Comunitária Senador Aderbal Jurema* – 1990, desenvolver um trabalho em benefício da população local; a *União dos Moradores da Campina do Barreto* – 1991, fazer um trabalho social com a comunidade; o *Grupo Irmã Terezinha* – 1991, tem o objetivo de representar e atender a comunidade na formação humana: religiosa e social, entre outras⁴³.

4.4.3 O Desenvolvimento das Entidades e das Lideranças Comunitárias: Mais Destacadas nas Conquistas das Melhorias Locais

As conquistas das melhorias para a comunidade vão se dá a partir das lutas e, conseqüentemente, do surgimento das lideranças e entidades de representação local. As lideranças mesmo quando são responsáveis por uma entidade (são os presidentes), participam de diversas outras, exercendo diferentes funções. Além de fazer questão de apresentar-se como sendo o(a) líder, o(a) representante dos moradores local. Estes se relacionam com órgãos dos poderes públicos e privados, reivindicando as melhorias de todos os tipos, além de muitas vezes serem também os responsáveis pelas organizações das festividades culturais e do lazer dos moradores. Sendo assim, para essa análise apresentaremos as lideranças que consideramos serem as mais atuantes e conhecidas⁴⁴, na comunidade até o momento⁴⁵, posteriormente mostraremos como se deu a formação de uma das lideranças e a dinâmica das reivindicações.

⁴² Segundo o responsável, a entidade tanto participa das questões culturais e ambientais, seu principal objetivo, como participa de movimentos de reivindicação pela melhoria local.

⁴³ Além dessas existentes ainda no bairro de Campina do Barreto existiam as entidades: Associação Comunitária de Moradores da Vila Redenção – 1986; Conselho de Moradores da Comunidade da Beira Rio Beberibe de Campina do Barreto – 1990; Associação dos Kombeiros de Campina do Barreto – s/d.

⁴⁴ O relatório da Diagonal para o Programa PROMETRÓPOLE cita as principais instituições e lideranças apontadas pelos entrevistados nas UEs (Unidade de Esgotamento Sanitário) 20 e 21. Governo do Estado de PERNAMBUCO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **PAT-PROSANEAR**: Relatório Parcial II: relatório analítico de pesquisa UE's 20 e 21 – PDLI/PSI/PIS. Recife: CONDEPE/FIDEM: DIAGONAL, Nov. 2003a. Produto 3.1. p. 64-65.

⁴⁵ Lembramos ainda, que em nossa pesquisa de mestrado (CABRAL, 2004), entrevistamos um total de 32 entidades representação, sendo que oito encontravam segundo os seus responsáveis desativadas; dez delegados(as) do OP; restando 23 entidades de representação dos moradores que tinham objetivo de reivindicação de melhorias para o bairro de Campina do Barreto e a Comunidade Chão de Estrelas. Ficaram de fora da pesquisa as entidades que estavam desenvolvendo trabalhos exclusivos de cultura. Já para o

Entre as lideranças destacam-se: *Ovídio Ferreira de Paula* (é o mais velho entre os citados e está aposentado, tem setenta e cinco anos de idade (2011), possui o ensino médio completo, veio da ocupação de Cabo Gato e reside na comunidade desde a conquista da moradia, participou da formação de diversas entidades e movimentos, tanto lá em Cabo Gato como aqui na comunidade. Por exemplo: participou lá em Cabo Gato da organização para a construção da Ponte da Amizade, da Escola Nova Esperança, do Chafariz, da formação do Conselho de Moradores de Cabo Gato, do jornal União do Beira Rio, liderou a Comissão Pró-Remoção. Aqui na Comunidade Chão de Estrelas é fundador do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas, da Escola Comunitária União de Chão de Estrelas, da Padaria Comunitária Chão de Estrelas, da Rádio Comunitária Chão de Estrelas, do Jornal O Chão de Estrelas, do Movimento Cultural Desperta Povo, o qual também é coordenador; participou dos grupos de saúde, da sopa, de trabalho, entre outros. Sempre teve uma posição política de esquerda, estando hoje filiado e ligado a um político do Partido dos Trabalhadores, atualmente suas ações estão voltadas para as questões Socioambientais e Agenda 21, da comunidade e do Rio Beberibe).

José Antonio da Cruz (Zezinho da Cruz – com escolaridade de 5ª série do ensino fundamental trabalha como comerciante, mora na comunidade desde a formação, veio da ocupação da Ponte Preta, historicamente sempre esteve ligado a político de direita, entretanto hoje, está ligado a políticos do PT, é o presidente da entidade União dos Moradores da Campina do Barreto, é Delegado do OP e membro da COMUL da ZEIS Campo Grande).

Creusa Nascimento da Silva (possui o ensino básico completo, tem curso de auxiliar de enfermagem, veio de Peixinhos e reside na comunidade desde a entrega das casas na comunidade. Participou da formação da padaria comunitária, foi vice e presidente do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas, participou dos grupos da sopa e de saúde, trabalha como agente comunitário de saúde, é segunda suplente da COMUL, presidente do Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas, primeira secretária da Associação dos Moradores da Campina do Barreto, Delegada do Orçamento Participativo, membro do conselho gestor do CISAM etc. Politicamente sempre esteve ligada a políticos de direita, hoje está ligada e filiada a político do PT.

Degenildo Trajano da Silva (possui 6ª série do ensino fundamental, profissão indefinida, veio de Saramandaia e reside na comunidade desde 1993. Começou a participar da COMUL em 1996, é atualmente segundo titular da COMUL da ZEIS Campo Grande, presidente da troça carnavalesca Uso Texaco e do Chão de Estrelas Futebol Clube, é Delegado do O P, politicamente era vinculado a políticos de direita, hoje está ligada a político do Partido dos Trabalhadores).

Para compreensão da formação de uma liderança e como tem se dado a dinâmica das reivindicações pelas entidades, entrevistamos: uma líder comunitária, a coordenadora do centro de organização comunitária, o responsável pelo conselho de moradores, o presidente da associação de moradores do bairro, e o representante da Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra (COMUL). Com exceção da líder comunitária que vivenciou todo o processo de luta e reivindicações, pois participou do movimento de remoção desde Cabo Gato, os demais não participaram de todo o processo, mesmo vindos das ocupações não exerciam atividades de liderança, só na nova área é que começaram a participar ativamente das lutas de reivindicações, tornando-se líder. Aproveitaremos da entrevista com a referida líder comunitária para exemplificar e compreender como se forma uma liderança. Segundo a entrevistada, foi o fato de estar passando por necessidades socioeconômicas que levou a participar da luta por melhorias, isto veio contribuir na sua formação (aprendizagem) para as futuras “funções” na nova comunidade, seja de líder, presidente, tesoureira de alguma entidade entre outras, como nos relata a abaixo (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010):

O que tornou a ser uma liderança comunitária foi a partir da minha necessidade, da minha necessidade socioeconômica. Na época eu vivia desempregada, meu marido também desempregado, e eu vendo a movimentação na comunidade, eu achava que ali dava emprego. E aí eu procurei seu Ovídio. Era na época da construção da padaria comunitária, quando eu cheguei para morar aqui em Chão de Estrelas, aí, eu conversando com ele: seu Ovídio tem emprego pra mim? Aí ele, olhe aqui a gente não dá emprego, a gente aqui trabalha voluntariamente, e se você quiser fazer parte do grupo de trabalho, você vem pra cá e a gente faz um trabalho voluntário e quando a padaria estiver funcionando você pode até arranjar uma vaguinha e trabalhar. (...). E aí, eu comecei a fazer parte do grupo da padaria e, aí surgiu também o grupo da sopa, (...). Distribuindo a sopa eu vi que dentro do posto tinha o grupo de saúde, aí, eu me interessei de fazer parte também do grupo de saúde. (...). Aí a partir daí a gente foi andando, fazendo curso, treinamento, essa coisa toda; e a partir daí seu Ovídio me chamou pra fazer parte da direção do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas, eu já entrei como vice-presidente de Ovídio, e a partir daí eu comecei a gostar das coisas que eu via, dos trabalhos que seu Ovídio fazia, das coisas que ele apresentava, os assuntos que passavam em reunião e eu comecei a gostar e achar que era um caminho bom, eu só tinha a aprender ali, e comecei a participar, a participar e quando chegou em 1990, eu comecei em 1985 participando de tudo, e em 1990, eu já saí candidata à presidência da comunidade, a presidência do

centro. Já tinha assim um pouco de experiência por que já vinha a cinco anos participando, e por gostar de todo um processo de discussão, de articulação, de movimento, de organização, aí passei a ser uma liderança, né, como hoje.

Como vimos, é em função das necessidades aparentemente individuais, mas, problemas comuns a grande maioria desses moradores, é que levam às pessoas a se organizarem, lutarem e participarem da vida política, contribuindo ainda para surgir tais representantes, como podemos constatar também no Projeto/Programa de Urbanização da Comunidade de Cabo Gato (PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO, 1979, p. 16-17), “a organização política de qualquer sociedade ou comunidade ocorre em função da necessidade de se decidir sobre interesses comuns às pessoas que compõem a sociedade. Em Cabo Gato, muitos são os problemas de interesse comum, pelo fato de ali se encontrar instalada uma população com uma situação econômica homogênea.”

Outro ponto é que quando se pergunta para algum morador, se ele vivia exigindo do governo casa para morar, as respostas tem sido sempre negativas, dando a impressão que os imóveis conquistados tenham sido uma “benesse” do poder público, ou seja, a iniciativa tenha partido deste. O capítulo: “Atuação das Políticas Públicas”, da tese sobre a bacia do Beberibe, de Hernani Lobler CAMPOS (2003, p. 125), nos confirma isto melhor, quando assinala os vários Projetos criados para a Bacia do Beberibe:

a) Projeto da Barragem do Rio Beberibe, conhecido também como Projeto da Barragem do Varadouro (Olinda), efetivado nos finais do século XVII, com a função de salvar as águas do Beberibe do fluxo das marés, tornando possível o abastecimento d'água das cidades de Olinda e Recife; b) Estudos e Projetos na Bacia do Rio Beberibe para o Controle de Cheias nas Cidades de Olinda e Recife – Projeto Rio Beberibe, elaborado na década de oitenta do século passado [século XX] pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, objetivando o controle de enchentes e melhorias no abastecimento d'água; c) Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica – PQA/PE: Estudos de Consolidação e Complementação de Diagnóstico sobre a Qualidade das Águas, Relativos à Preparação do Programa de Investimentos nas Bacias dos Rios Beberibe, Capibaribe, Jaboatão e Ipojuca, estabelecido na década de noventa do citado século, pelo Governo do Estado, com a intenção de realizar estudos sobre a poluição nas bacias hidrográficas da RMR; e, d) Projeto de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – PROMETRÓPOLE, com início previsto para o ano de 2003, o qual pretende melhorar as condições de vida e a qualidade ambiental da bacia do Beberibe através da extensão da infra-estrutura básica e de serviços para a população de baixa renda.

Como vimos nenhum dos projetos/programas relacionados acima apontou destinar-se à produção de moradias para os habitantes da área em apreço. O único que se propôs a algo próximo disso foi o projeto/programa PROMETRÓPOLE, criado para a

RMR, tendo a Bacia do Beberibe como plano piloto. Entretanto, ele afirma ser para atender os habitantes de baixa renda e para melhorar a qualidade ambiental desta bacia, e, é enfático, “claro”, preciso em afirmar não ser um programa de moradia. Contudo, o que ocorre é o fato de quando o poder público resolve intervir em alguns problemas (em nosso caso as enchentes do Rio Beberibe e do Canal do Jacarezinho, e na construção de uma via as margens do canal do Arruda) ao chegar nas áreas encontram-nas ocupadas, mesmo tratando-se de espaços insalubres, área non-edificandi, impróprios para as famílias viverem; necessitando agora, para executar as obras projetadas, primeiramente retirar tais moradores. A pressão sobre esses moradores, a indefinição e lentidão de uma solução que atendam as reais necessidades destes, como ocorreu em Cabo Gato, não só lá, “obrigou” a esses ocupantes se organizarem e lutarem. Sendo assim, fica claro que mesmo quando os moradores estão preocupados com sua sobrevivência, sua luta do dia-a-dia por alimentação e outras necessidade vitais ao ser humano, para sua família são estes que historicamente tem lutado por uma moradia digna, cobrando, pressionando, reivindicando do poder público (Estado e Município) o cumprimento desse direito natural e constitucional, foi o que ocorreu em nossa área de estudo.

Para Maria da Glória GOHN (2001a), a participação política tem sido um tema nos eventos da sociedade brasileira bastante antiga, desde os tempos de luta da Colônia contra a Metrópole. Ela ainda coloca que a participação dos indivíduos na elaboração e tomada de decisão só irá aparecer na década de 1980, com a redemocratização, associadas aos movimentos populares, oposições sindicais, lutas por moradias entre outros. E continua ela (GOHN, 2001a, p. 50): “o povo, os excluídos dos círculos do poder dominante, eram os agentes e os atores básicos da participação popular.” São destes atores que se constituíram os habitantes que lutaram e conquistaram a moradia em estudo⁴⁶.

É das comissões da sopa comunitária criada na nova área em 1983, que surgem à maioria das primeiras lideranças e entidades de representação⁴⁷ que atuaram nas soluções para os problemas da Comunidade Chão de Estrelas; sendo que ao longo do tempo outros conjuntos residenciais foram construídos dentro dos espaços ainda remanescentes e novos moradores apareceram, e com eles passaram a existir mais

⁴⁶ **Organização Popular.** Recife: CENTER Produções, 1991. (Duração: 00h34min: 21). DVD-ROM.

⁴⁷ Não podemos esquecer que na nossa sociedade a relação entre sociedade civil e poder público (Estado) se dá em forma de representação, seja de políticos, de empresários, seja os diversos sindicatos de trabalhadores, as ONGs e no nosso caso, as entidades de representação existentes no bairro, os representantes da COMUL e as delegadas do Orçamento Participativo da área em estudo.

lideranças e entidades. Sendo assim, qual o objetivo destas na visão dos entrevistados? Seus papéis? Quais os meios de ações? O que reivindicam?

É organizar a comunidade buscando melhores condições de vida, e hoje o centro tem como objetivo um trabalho voltado para crianças e adolescentes na área de educação e profissionalização. (ENTREVISTA, n. 10, 24/11/2003).

Olhe, o meu objetivo enquanto liderança hoje é dar continuidade a esse trabalho que faço com muito amor, por amor e, também de melhorar cada vez mais a qualidade de vida das pessoas, né?! Na moradia, na saúde, na educação, meio ambiente; é a questão da informação pra que as pessoas se tornem pessoas informadas. Garantir o direito do morador pelo PREZEIS, né; garantir a moradia e o direito da posse da terra. (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

O objetivo da COMUL é administrar os conflitos, né?! O objetivo geral é primeiro resolver os conflitos, isso é uma linha. A COMUL tem o poder de resolver os conflitos entre o poder público e a comunidade. Tanto faz [a reunião] nas comunidades com as entidades da representação; a COMUL tem essa função de mediar às discussões e tentar encontrar uma solução. Em outra linha é trabalhar toda urbanização da ZEIS, nesse caso a gente acompanha toda a execução das obras, já faz parte desses, porém a obra não é do PREZEIS, mas a COMUL tem um acento de representante na comissão. Uma outra linha que é importante, é a de legalizar, ou seja, a pois urbanizar deve ser legalizada, só assim a gente conclui a urbanização e a legalização, por isso que tem o nome Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra. (...) (ENTREVISTA, n. 13, 16/07/2010).

[o papel da liderança?] É a gente tá lá, participando e ao mesmo tempo fiscalizando para que as obras saiam de qualidades, muitas vezes a gente fiscalizando não sai boa (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

[os meios de ações?] A gente usa mais a questão de abaixo assinado, ofícios, muitas vezes panfletos cai bem (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

Os meios são ofícios, apoio dos meios de comunicação e solicitação de audiência com órgãos (ENTREVISTA, n. 18, 02/02/2011).

[o que reivindicam?] É saneamento, a limpeza, saúde, a questão da educação que tem tudo haver e o lazer. Os outros são mais secundários (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

Saúde, nós temos uma funcionária que é agente de saúde. Saúde, educação, limpeza que a gente entra com as discussões de meio ambiente, tem o ASA – Agente de Saúde Ambiental; que faz um trabalho com a gente. A gente tenta contribuir nas oficinas de projeto de educação. Na comunidade também tem a semana de meio ambiente, com Ovídio articula todas as instituições: as escolas e participam conosco (ENTREVISTA, n. 18, 02/02/2011).

O saneamento. Aqui são três linhas, a prioridade número um é o saneamento depois vem habitação é o que já aconteceu aqui, mas faltam muito ainda, como hoje esta priorizando a beira rio, e terceira pavimentação e drenagem essa são a prioridade em geral aqui (ENTREVISTA, n. 13, 16/07/2010).

Como vimos os objetivos das entidades e lideranças se confundem com seus papéis, que continuam a ser o de representar os moradores nas reivindicações das necessidades (de infraestrutura, de equipamentos e serviços coletivos) que faltavam e, ainda não concretizadas, como também resolver os conflitos entre a comunidade e o poder público (por exemplo: a desapropriação ou legalização da posse da terra que

ainda não saiu etc.). Já os meios de ações e as reivindicações também permanecem os mesmos do início da chegada à comunidade. Mas esclarecemos que muitas demandas foram alcançadas ao longo desses trinta e dois anos de existência da comunidade. Referente aos papéis das entidades e lideranças, estes se confirmam também nas palavras de Tracísio SILVA (2000, p. 108 – Destaque nosso), quando aponta que para os “olhos da comunidade” a associação é uma “entidade responsável pela resolução dos problemas do local; muito mais do que representar os moradores é preciso que a entidade resolva as dificuldades existentes.” Sendo assim, para alcançar os objetivos (reivindicações) às lideranças e as entidades alegam que existe uma articulação entre elas na comunidade, como apontam as entrevistas abaixo:

Eu tenho, graças a Deus, boa articulação com todas as lideranças aqui do bairro, não tenho nenhuma pessoa assim inimiga não. Graças a Deus eu me dou bem com todas. Quer nome? Bote aí: Degenildo, Zezinho da cruz, Ovídio. Enquanto entidade a associação de Morador que já sou dela, o Centro de Organização Comunitária, Desperta Povo, União dos Moradores, Daruê Malungo. Por que eu acho que a união faz a força e, se a gente se unir, se a gente se articular bem, com isso só quem tem a ganha é a comunidade, a gente ganha e a comunidade ganha também, muito mais. (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

Nós temos é com o pessoal da Prefeitura – OP, do CRAS – Centro de Referência de Assistência Sociais da Campina do Barreto, o Centro da Pastoral da Criança e só daí agente reúne mensal com várias instituições da Campina do Barreto, instituições comunitárias e órgão também, coletivo Coca-Cola [...] (ENTREVISTA, n. 18, 02/02/2011).

[...] Quando tem algum problema na comunidade e as lideranças nos procuram fazer uma COMUL oficial na área. Junta as lideranças que chamou e mais outras da localidade e os moradores para discutir determinados assuntos e problemas e encaminha para os órgãos competentes; pode ser o prefeito, o governo, quem for de sua competência, um exemplo, o título de posse de Chão de Estrelas que era para termos discutido no mês passado aqui, mas a CEAB não pode vim, aí esse mês também não vai (poder), vai para agosto. (...). Agora com relação à participação, aí é que está o problema, muito poucas lideranças participa. Zezinho participa porque tem uma entidade (que é a união dos moradores), mas não pela entidade, mas participa como suplente. Creuza tem uma entidade que é o grupo de saúde, participa algumas vezes, mas porque é suplente da COMUL. O Centro de Organização de Chão de Estrelas participa quando a reunião é lá no centro, no espaço deles, porque a gente solicita através de ofício, sendo no espaço deles, eles colocam sempre alguém para acompanhar, não sendo lá, eles não vão, eles não participam. Os demais não contamos com ninguém, aliais, Aderbal Jurema não participa, Beira Rio não participa, Chão de Estrelas, Jacarezinho, por exemplo, não participa; uma vez na vida Célio, é muito difícil, se a reunião for no prédio dele, si não, não participa, não tem interesse. (...) aqui poucas entidades participam é mais delegado. Porque o objetivo da prefeitura é delegado e não lideranças, (...). Participam da COMUL: uma vez na vida João Silva que é delegado participa; Marlene que é lá da Portelinha, Lúcia que é agente de saúde e Izabel da Beira Rio (tá trabalhando no escritório do PAC) são os mais próximos que participam. Com exceção de Zezinho que já é delegado, mas é da COMUL, Creuza que é delegada e é da COMUL, Célio que é também, Guido mesmo sendo delegado nunca participou da

COMUL (reunião), são poucos que participam delegados. (ENTREVISTA, n. 13, 16/07/2010 – destaque nosso).

O que percebemos nas falas é uma contradição. Entrevistada coloca que existe uma articulação e a importância desta para as conquistas das reivindicações, as demais seguem um caminho oposto. Uma coloca que faz parcerias com entidades externas à comunidade, desenvolvendo projetos, sendo assim, esta de fato não participa de reivindicações, pois está voltada exclusivamente para suas ações/projetos, em atender os parceiros, mesmo sendo a primeira entidade juridicamente constituída pelos moradores que vieram da beira rio. Já para o representante da COMUL os participantes das reuniões na comunidade são uma pequena minoria dos moradores, as entidades e alguns delegados do Orçamento Participativo. Entretanto, ele nos alerta que as entidades apenas comparecem porque seus membros/responsáveis que são também delegados do OP, só participam porque ocupam alguma função na COMUL. Isto nos dá prova circunstancial da pouca participação e articulação entre as entidades e lideranças locais; há uma presença apenas de formalidade prevalecendo o individual sobre o coletivo, como podemos constatar também na entrevista (ENTREVISTA, n. 20, 12/12/2003) abaixo:

Achamos que se unirmos mais seria bem melhor. Infelizmente, ainda existe aquela divergência política, né?! É a política, divide muito, né?! Porque cada um pensa às vezes num político. A você não apoia fulano do meu partido, coisa e tal, aí dividem. Se não existisse isso, eu acho que seria melhor. Se a gente olhar realmente o trabalho do bairro, da comunidade, esquecer a política, certo, esquecer que fulano é do gabinete do vereador tal, por que muitas vezes as pessoas se unem certo, é pensando em tirar proveito. Nós temos algumas pessoas; eu não gostaria de citar nomes, que é de gabinete, né?! E vive envolvido em comunidade só para tirar proveito, então isso atrapalha e atrasa o andamento da comunidade.

Como vimos à importância da articulação (participação) entre as entidades, lideranças e moradores no processo de organização comunitária foi fundamental para fortalecer a consciência coletiva de boa parte dos mesmos e para a conquista das necessidades que faltavam no início da formação da comunidade, mas estes foram sendo corrompidos, modificados, esquecidos, cooptados, os líderes se profissionalizaram ao longo do tempo, como constatamos em nossa pesquisa de mestrado (CABRAL, 2004), e que são também apontados por Tarcísio SILVA (2000, p. 108 – Aspas no original) em sua dissertação de mestrado:

O que podemos constatar diante dos dados coletados na comunidade é que a visão ideal, e que aqui estamos considerando como um grau mais elevado de “consciência cidadã”, não se dá em Chão de Estrelas, apesar de todo o

processo de mobilização, organização e luta que desencadearam a sua formação.

Sendo assim, como tem se dado à produção do espaço local hoje, com a intervenção do poder público através do Programa PROMETRÓPOLE para a UE 21, particularmente para o Projeto do Canal do Jacarezinho?

A comunidade tem participado das obras que tem sido feitas, inclusive a gente participa das discussões e cede o espaço para se reunir com os representantes da Prefeitura e do PROMETRÓPOLE. Acredito que a nossa parte é ajudar a sensibilizar as pessoas a adquirir os [seus] direitos enquanto cidadãos em políticas públicas de habitação; fazer as comunidades enquanto moradores possam acompanhar a mudança da comunidade e reivindicar seus direitos e fiscalizar mesmo, fiscalizar as obras. E tem também a questão do OP, que os delegados participam e alguns funcionários [nossos] são também delegados e a gente articulam também famílias que possa tá no meio dessa luta (ENTREVISTA, 18, 02/02/2011).

Pela Prefeitura é um pouco complicado. A Prefeitura, ela faz primeiro para depois comunicar, pelo Estado a gente está diariamente conversando, diariamente eles chamam a gente para discutir qualquer mudança, qualquer ação que eles vão fazer, eles comunicam a gente tanto pelo PROMETRÓPOLE como pelo PAC, isso pelo governo do Estado. A Prefeitura comunica a população, a liderança e comissão vêm saber já aqui como se fosse morador, através de informes, mas não chama ninguém para discutir qual a mudança e porque da mudança, a gente não tem muita segurança na discussão com a Prefeitura não (ENTREVISTA, n. 13, 16/07/2010).

Olha, a participação das lideranças, da entidade na administração da cidade, ela é muito importante por que nós ajudamos ao prefeito a administrar melhor a cidade, com nossas dicas, nossa opções, as nossas sugestões. Um exemplo claro é a saída [das obras do canal] do Jacarezinho, foi uma luta muito persistente, principalmente minha. Eu assumir mesmo essa luta e de tanto correr atrás, de tanto dizer o que estar acontecendo e que precisa ser feito e a gente teve esse resultado muito positivo, né?! Que foi o reassentamento dos moradores do canal jacarezinho, para o habitacional (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

Apesar de concordar com a última entrevistada sobre a importância da participação das representações civis locais para ajudar na administração da cidade, não acreditamos até o momento, que “os de baixo” já sejam ouvidos, quando são é para ratificar o interesse “dos de cima”. Pois, não é só está presente nas reuniões e discussões, mas opinar, discutir, criticar, cobrar, decidir tendo em mente o coletivo, fato que não temos percebido em nossas observações in loco. Sendo assim, compartilho com o entrevistado que insiste em apontar o oposto, a não participação das representações locais de forma coletiva, articulada inclusive no projeto citado; embora haja reuniões de acompanhamento do andamento das obras quinzenalmente, para os Integrantes da Comissão Unificada de Obras dos Moradores do Jacarezinho e UE's 20 e 21, no Escritório Social do Consócio Delta/Rocha; são duas reuniões mensais: em uma se discutem os problemas e dão os informes sobre o andamento das obras e na outra

se realiza uma visita aos canteiros de obras; ações vivenciadas por diversas vezes pelo referido autor desta tese.

Como vemos constatando ao longo da pesquisa, apesar de algumas das falas apontarem a existência de uma participação, esta tem se dado pelo menos a partir de 2000, na localidade em apreço, com reuniões organizadas pela Prefeitura, tanto para tratar das obras do programa PROMETRÓPOLE como as Plenárias do Orçamento Participativo (OP). Entretanto, mesmo com essas contradições ainda existentes, acreditamos e podemos observar na paisagem da Comunidade Chão de Estrelas as melhorias, pelo menos físicas, de infraestruturas principalmente, que foram ocorrendo ao longo do tempo e tem se intensificado nos últimos anos com a execução do programa PROMETRÓPOLE. São em sua maioria produtos das reivindicações dos moradores. Isto tem levado os habitantes a uma conquista do que denominamos de justiça social-territorial e consequentemente a melhoria da cidadania dos mesmos.

4.4.4 As Relações dos Moradores com: a COMUL, o OP e as Lideranças/Associações

Outro ponto que necessitamos ter clareza é se de fato os entrevistados conhecem, participam ou têm alguma ajuda das representações existentes na comunidade, sejam essas criadas pelos próprios moradores ou externas. Em outras palavras, há participação dos entrevistados na vida política associativa da comunidade? Eles participam dos encontros, reuniões organizadas pelas suas entidades de representações com as lideranças na localidade de moradia hoje, apesar de seu pouco tempo para participar, ou a necessidade de priorizar esse tempo com ocupações em atividades que lhes garantam a sobrevivência sua e da família? Analisaremos a partir das falas dos próprios entrevistados dividindo em duas grandes perguntas: “você conhece o PREZEIS, a COMUL e participa do OP?” E “você tem algum tipo de ajuda das lideranças/associações ou dos políticos/partidos?” Como podemos constatar nas falas abaixo, há certo equilíbrio entre os que dizem conhecer a COMUL e participar do OP, entretanto, esses em sua maioria alegam desconhecem o PREZEIS, há outros que confundem a COMUL com o OP, e já outros criticam que faltam as entidades divulgarem as informações para os moradores participarem. Acreditamos ocorrer esta confusão por vários fatores, entre eles: principalmente, a falta de tempo de ambos (dos moradores e entidades) para se reunirem e discutirem os problemas e suas possíveis soluções. Segundo, a pouca cultura que não é só local, mas nacional, de não participar ou participar esporadicamente das decisões políticas mesmo as mais próximas deixando

para seus representantes as decisões, fato que domina o cenário brasileiro pelo menos a partir da década de 1990, com a crise dos movimentos sociais (GOHN, 2002).

A COMUL eu conheço, mas não conheço o PREZEIS. Participava muito porque eu era delegada do Orçamento Participativo; eu já fui delegada do orçamento participativo umas três vezes. Eu tenho contado com Fátima da prefeitura, você conhece Fátima? [...]. Toda vez que vai ter reunião dos delegados ela vem aqui, dona Olga se a senhora quiser participar, aí me chama; eu não sou mais delegada não, mas quando a gente chega lá, vamos eleger quem? Vamos eleger dona Olga. Eu não quero mais, eu já fui três vezes, é uma coisa que a gente precisa ficar indo pra as reuniões, as reuniões são longe não tem carro pra vim buscar a gente, aí tem de gastar do dá gente [...] (ENTREVISTA, n. 3, 03/08/2009).

[a COMUL e o PREZEIS?] não tenho participado não. Já teve a sua atuação aqui, mas hoje ninguém sabe de nada, porque as pessoas que estão à frente não fazem. Antigamente tinha a assembleia geral, na época que até eu mesmo tava envolvido e Ariane também. Antigamente a gente fazia reunião para informar a população, hoje não existe isso, você pergunte o que é o PREZEIS que ninguém sabe. Se você perguntar muitos nem conheci. O OP a gente só sabe alguma coisa por causa da prefeitura que fica sempre divulgando e tem conquista do O P; agora a COMUL tem conquista, mas só da gestão passada, certo, só da época passada porque dessa ninguém informa nada. O meu amigo e compadre quer ser presidente de tudo e termina não assumindo nada (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/2010).

[conhece a COMUL?] Sim, conheço e participo das reuniões. Tenho contado com o pessoal da DIRCON, CODECIPE tenho contado. Tem uma assistente social e um acompanhante pra verificar como tá a água nas casas é da CODECIPE e eu estou sempre nas reuniões. O OP eu estou sempre. Eu acho ótimo por que fico informada, pra mim é uma informação que quando as pessoas chegam para me perguntar, eu estou pronta pra responder (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/2010).

[conhecem o PREZEIS e COMUL?] Não. Aqui não chega informe nenhum, aqui só chega quando vai ter eleição da COMUL. Vai votar? Eu vou vota numa coisa que não chega pra mim. Vai me mostra um projeto, uma coisa, uma benfeitoria, não! Eu acho que existe algum interesse de você ser presidente de alguma coisa para o seu bem, não pra pessoa. Olha! Eu acho que pra você ser presidente de um negócio desses, você deveria fazer mais, mostrar mais trabalho entendeu! Não condeno ninguém, não digo que estar certo ou errado, mas deveria ser assim. Eu acho que quando fosse ter uma reunião anunciasse na rádio qualquer coisa, aqui temos uma rádio comunitária né! Mas não tem, quando a gente pensa que não, a eleição para COMUL. Danou-se, eleição de novo! Eu nem me preocupo (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/2009).

[conhece a COMUL e o PREZEIS?] nunca vi nem falar. Degenildo eu conheço, é aquele moreno. [participa do OP?] dou minhas votazinha. Se for para a melhoria das coisas da comunidade é bom. Para interesses de todos é bom. (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/2010).

[conhece a COMUL e PREZEIS?] Não. O que eu às vezes vou é no orçamento participativo. Eles só vêm aqui quando é pra votar neles, pra o conselho tutelar, aí vem. O meu contado é só usando o posto médico (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/2010).

[conhece a COMUL e o PREZEIS?] Não. [participa do OP?] Sim. Acho bom por que a gente escolhe onde eles vão investir, onde estar mais precisando (ENTREVISTA, n. 17/06/11/2010).

Constata-se que os moradores da comunidade conhecem e participam mais das ações do Orçamento Participativo (O P) do que a existência do PREZEIS, pois para os entrevistados a Prefeitura divulga suas atuações e convida-os para participar, tanto como delegados(as) como para escolher as obras a serem executadas na comunidade, fato que não acontece com o PREZEIS. Já no que se refere à pergunta “você tem algum tipo de ajuda das lideranças/associações ou dos políticos/partidos?” constatamos um desconhecimento quase que total da existência desses por partes dos entrevistados:

Aqui no conjunto não. Tinha um candidato que ajudou muito aqui, seu Toninho (o vereador A. L. N.), de vez em quando a gente o procurava, ele dava um apoio à gente. Ele dava material quando a gente precisava. Se a gente for atrás ele ainda dá uma força entendeu! Esse muro ainda não derrubou porque a gente falou com ele, não deixe derrubar, quem derrubar vai ter de suspender de novo (ENTREVISTA, 1, 30/08/2009).

[tem liderança, associação, partido ou político que ajudam?] No momento não tem nenhum, não tem nenhum mesmo. (ENTREVISTA, n. 3, 03/08/2009).

Associação não tem não, né?! Tem grupos, né?! Tem igrejas né, que pra mim, igreja faz parte de associação também, faz um trabalho social. Político só vem aqui na hora de pedir voto. (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/2010).

Tem a associação de Zezinho da Cruz que dá o leite de Pernambuco. A gente não, a todo menino a baixo de 5 anos, desnutrido. Tem a escola Santa Bernadete que dá aos meninos que estuda lá, e dava também aos idosos, mas cortaram por que estavam vendendo, eles davam uma cesta básica. Eles davam aos idosos, crianças e adolescentes que eles dão uma cesta básica, só os que estudam lá. Tem o projeto aqui, projeto chão de estrelas. Projeto PDA, é o centro de organização comunitária, a visão mundial. (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/2010).

[tem liderança aqui?] liderança pra gente se organizar? Tem não, tem de vez em quando aquele negócio aqui de delegado, mas a gente não ver nada, nada para nada. (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/2010).

[tem alguma liderança que ajuda a vocês?] Tem os líderes por ai. Tem Cleide que mora ali na frente, só me lembro dela, tem uma aqui atrás, mas eu não me lembro do nome dela não. A gente diz a ela o que estar precisando e, ela fala pras meninas da prefeitura e as meninas levam pra prefeitura, mas ela só faz falar, mas ela ajuda por que ela vai lá (ENTREVISTA, n. 17/06/11/2010).

Essas falas vêm no sentido oposto do que descrevemos e analisamos nos itens 4.4.1 e 4.4.2 acima, que nos mostram como era a vida associativa na comunidade, bem mais dinâmica que hoje. Pois, este tipo de relacionamento que vem ocorrendo nas últimas décadas tem contribuído mais para o esfriamento das lutas/participação dos moradores da Comunidade Chão de Estrelas, do que para uma consciência de organização. Entretanto, não invalida a riqueza de diversidade da vida associativa que parcialmente existe, e principalmente existiu na formação da Comunidade quando as lideranças mais antigas (que vieram de Cabo Gato e demais ocupações) tiveram papel preponderante na luta pela conquista da moradia e das demais infraestruturas, como constatamos nos objetivos das entidades citadas acima.

4.5 CONCLUSÃO

Ao longo desse capítulo procuramos analisar quais as principais ações realizadas pelo poder Público Municipal e pelo Programa PREZEIS; além de identificar os agentes externos que atuavam e atuam dando apoio às entidades/lideranças nas reivindicações para as melhorias e em que contextos sociopolíticos e econômicos se deram essas ações na produção do espaço urbano em estudo. Verificamos que o Brasil atravessava uma crise de (in)governabilidade que levou a mudanças no modelo de gestão pública (PEREIRA, 2000, 2002; SILVA, 2004; LEAL, 1996, 2003), passando a adotar modelos de descentralização e privatização, que conduziu a redescoberta da esfera local, resgatando a relação entre governo local, participação e democracia. Entretanto, a nossa descentralização e restauração democrática foram em resposta à crise econômica que atravessávamos (BITOUN, 2002; LEAL, 1996, 2003). Entre as várias inovações adotadas pelos governos locais, as práticas de *Orçamento Participativo* se destacam por terem sido e ainda serem responsáveis pela realização de diversas ações em nossa área de estudo.

Quanto aos agentes externos que atuaram e atuam na comunidade, esses decorrem dentre outros motivos do fato do movimento popular e as entidades de representações dos moradores não terem pessoas com formação superior no seu interior, que possam auxiliar, pois os membros responsáveis na maioria das vezes possuem baixo nível de escolaridade. Referente à primeira entidade criada pelos moradores — o Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas — é a única bem estruturada que conseguiu resistir até o momento; entretanto, temos a impressão que não desenvolve mais um trabalho de luta, de reivindicação como do início da sua formação, se preocupando hoje a desenvolver projetos que atende mais os interesses dos parceiros promotores e financiadores do que ao interesse geral da comunidade.

Sobre o PREZEIS, primeiramente, lembramos que a Cidade do Recife, já tinha uma tradição de prática da participação das classes populares em contextos político-econômicos, partidários e de pressão popular. Estas vão levar a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, em conjunto com lideranças do Movimento Popular a elaboração de um projeto de lei para intervenção urbanística nas áreas ZEIS criadas em 1983, instituindo a lei do PREZEIS, em 1987. Esta em 1995 passa por uma nova reestruturação com a finalidade de proceder à urbanização e regularização fundiária das zonas ZEIS.

A comunidade em estudo, mesmo fazendo parte da ZEIS Campo Grande, ainda hoje não sofreu intervenções com recursos do fundo do PREZEIS, apenas ações de manutenção de alguns serviços. Mas, é muito importante ela permanecer ZEIS, pois a livra da especulação imobiliária (especulação branca), já que esta área encontra-se bastante próxima do centro da capital Pernambucana, tornando-se um atrativo.

Esperamos com a exposição deste capítulo ainda termos demonstrado que na medida em que a comunidade foi sendo dotada de bens, equipamentos e serviços coletivos ao longo do tempo também foi ocorrendo uma segregação residencial e um arrefecimento das organizações socioculturais e políticas locais, as táticas utilizadas deixaram de ter efeitos, e tornando um espaço relativamente morto de organizações sociais atuantes, passando estas a serem mais institucionalizadas. Pois, seus moradores e suas representações/lideranças foram cada vez mais se tornando individualizadas, reduzidos a comportamentos estereotipados e controlados (controle social) pelo os de cima. A seguir veremos o cotidiano local a partir das dinâmicas dos indivíduos no seu dia-a-dia nas novas moradias (nos reassentamentos).

CAPÍTULO V

O COTIDIANO LOCAL: AS MINÚCIAS DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS – OS DE BAIXO

“— Atenção peço, senhores,
para esta breve leitura:
somos ciganas do Egito,
lemos a sorte futura.
Vou dizer todas as coisas
que desde já posso ver
na vida desse menino
acabado de nascer:
aprenderá a engatinhar
por aí, com aratus,
aprenderá a caminhar
na lama, com goiamuns,
e a correr o ensinarão
os anfíbios caranguejos,
pelo que será anfíbio
como a gente daqui mesmo.
Cedo aprenderá a caçar:
primeiro, com as galinhas,
que é catando pelo chão
tudo o que cheira a comida;
depois, aprenderá com
outras espécies de bichos:
com os porcos nos monturos,
com os cachorros no lixo.”
(Melo Neto, 1920, p. 56-7).

5 O COTIDIANO LOCAL: AS MINÚCIAS DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS — Os de Baixo

Neste capítulo, temos como objetivo compreender as práticas cotidianas dos moradores relacionadas às novas moradias para identificar se ocorreu a superação de um espaço de injustiça, a partir das minúcias do cotidiano local, ou seja, a partir dos eventos dos indivíduos no seu dia-a-dia na Comunidade Chão de Estelas. Pois, os eventos do dia-a-dia na nova casa, seus relacionamentos com: os vizinhos, o lazer, a violência, a segurança podem dá a compreensão de como tem se concretizado o amadurecimento da dinâmica social-territorial e, conseqüentemente a melhoria ou não da cidadania dos moradores dos conjuntos habitacionais em estudo, em particular, o do Conjunto Habitacional do Jacarezinho, o mais recente construído, apesar do arrefecimento das organizações socioculturais locais.

5.1 O COTIDIANO: As Práticas dos Moradores – Os de Baixo

Historicamente vimos que a produção do espaço cotidiano local se deu de diversas formas. Entretanto, no que se refere exclusivamente aos conjuntos habitacionais em apreço, ocorreu de duas maneiras: no Passado, através de algumas ações dos de baixo, entre elas a organização dos moradores e moradoras reivindicando moradia digna ainda em Cabo Gato, e quando da conquista desta, a luta pelo transporte coletivo, pela escola comunitária entre outras; Ou seja, a produção do espaço se deu principalmente das iniciativas dos próprios moradores que residiam primeiro nas ocupações as margens do Rio Beberibe e dos Canais do Arruda e do Jacarezinho e, hoje moradores dos conjuntos residenciais (descritos no capítulo III, item 3.2); e Hoje, quase que exclusivamente através da participação nas Plenárias do Orçamento Participativo (OP) a partir de 2000, e do programa PROMETRÓPOLE.

As práticas cotidianas dos moradores dos conjuntos habitacionais em estudo se dão, principalmente em três dimensões, as ações dos “de cima” (governo), dos “de baixo” (habitantes locais) e dos “intermediários” (as entidades civis – as Organizações Não governamentais, as instituições religiosas, filantrópicas e demais representadas pela participação de agentes externos no processo de produção do espaço cotidiano local). Dito de outra maneira, “as práticas cotidianas dos moradores” apresentam-se de várias formas, como: *ações mais organizadas a uma atuação coletiva para algumas melhorias socioculturais e reivindicatórias*, por exemplo: uma simples festividade (brincadeira) na família, na rua, na vila, na comunidade, na igreja, as ações dos centros comunitários, associações, clubes de mães, de futebol etc., ou algumas manifestações de reivindicações através das entidades de representação; *as ações do poder público*: estatal, privado e entidades externas – da negociação (estas foram abordadas no capítulo IV); e *os eventos ou simples dinâmicas dos próprios indivíduos/famílias no seu dia-a-dia*, por exemplos: em casa, o assistir a TV, o relacionamento com os filhos, com os vizinhos, no trabalho, no lazer, com a violência, com as drogas, com a segurança, com a participação nos mais diversos acontecimentos locais – nas reuniões da COMUL, nas Plenárias do OP, nos comícios eleitorais, a própria dinâmica da vida diária.

Estes momentos ocorrem tanto no espaço público/externo/coletivo (na rua, na praça, na igreja, nas associações, na frente de um órgão público etc.) como no espaço privado/interno/individual (a casa, a família)¹, de forma mais duradouras ou efêmeras, com momentos de maiores entusiasmos ou de esfriamentos político-sociais. São alguns desses momentos que analisamos e continuaremos nos itens abaixo, de maneira que possamos compreender melhor como tem se produzido a (in)justiça social-territorial e a cidadania desses moradores nas novas casas construídas pelo poder público na área em apreço, além também, de podermos constatar que esses momentos são utilizados como elemento de controle social pelos de cima sobre os de baixo ou ainda a possível permanência de algumas desigualdades socioeconômicas e ambientais.

5.1.1 Análises dos Eventos ou das Dinâmicas dos(as) Indivíduos/Famílias no seu Dia-a-dia (Os De Baixo)

Como vimos até o momento, às ações dos indivíduos no seu dia-a-dia, na sua existência, a partir de suas práticas e experiências diversas vivenciadas nos variados

¹ Para Ruy MOREIRA (2006, p. 88), em: “o espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa”, a firma que “sociedade civil e sociedade política desdobram-se no duplo do privado-público”. E continua o autor: “Privado é o que se identifica com a esfera da família e público com a esfera da política” (p. 89 – Destaque nosso). Ver também Norberto BOBBIO et al. (2003), “Dicionário de política”; e Hannah ARENDT (1983), “A condição humana”.

ambientes (na família, com amigos, com parentes, com vizinhos, no trabalho, na escola, no clube, na igreja, na rua etc.). Ou seja, no relacionamento com outras pessoas no seu cotidiano fruto de seus hábitos é o que lhe dá consciência e também nos mostra a sua posição social na sociedade.

Segundo a literatura (SCOCUGLIA, 2000; LIMA, 1983; ZALUAR, 2002, 1997; CARDOSO e DURHAM, 1977) que trata do cotidiano dos habitantes pobres da periferia das grandes cidades brasileira e do mundo; essas relações são classificadas como “relações informais” e correspondem aos grupos sociais “primários”, pois se dão entre conversas com vizinhos, parentes e amigos, quando no realizar de algumas tarefas ou em momentos de lazer, trabalho, distração, reivindicação, entre outros, demonstrando a existência de canais informais de comunicação, que não se opõem a existência de canais institucionalizados. Entretanto, não são essas as únicas experiências psicossociais dos indivíduos e grupos sociais que contribuem para a diferenciação (distinção) social dos indivíduos, mas também, as socioeconômicas que permitem distinguir poder e prestígio nos diferentes espaços da sociedade capitalista, como assevera Karl MARX (1983, p. 24):

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Isto esclarece a existência de certos padrões de comportamento e consumo, ao mesmo tempo a possibilidade de acesso a determinados bens materiais e simbólicos, caracterizando o estilo de vida dos indivíduos e grupos sociais. Sendo assim, o estilo de vida é decorrente dos modelos de estruturas sociais e econômicas vigentes na sociedade urbana do momento (de cada contexto histórico). Norteados por este juízo, tentaremos analisar como ocorreu a mudança na vida dos moradores com a nova moradia e como se dá as relações com seus vizinhos, o lazer, a violência e a segurança no dia-a-dia dos(as) moradores(as) dos conjuntos habitacionais por nós estudados a partir das falas dos entrevistados. De forma que possamos perceber se de fato essas ações têm sido utilizadas como meios de controle social pelos de cima e, paradoxalmente como materialização de uma maior justiça social-territorial e,

consequentemente uma maior cidadania mesmo que inacabada, como denominamos ou incompleta, como assevera Milton Santos (1996).

5.1.1.1 A Mudança na Vida dos Moradores com as Novas Moradias

Alguns dos entrevistados que se mudaram das ocupações às margens do rio e dos canais para residirem nos referidos conjuntos habitacionais, em sua maioria alegam ter havido uma alteração para melhor em suas vidas, pois alguns deixaram de pagar aluguel, outros afirmaram ficar livres das enchentes e outros declaram haver ocorrido melhora da autoestima, mesmo com as novas residências vindas acompanhadas de aumento de várias despesas, com: luz, água e esgotos, como constataram nas falas abaixo:

Houve mudança completamente, muito melhor, alterou na minha vida econômica para melhor (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/10).

Houve mudança para melhor porque a gente não pagar mais aluguel. Deixou de se pagar aluguel. Porque a pior coisa é você pagar aluguel (ENTREVISTA, n. 2, 30/08/09).

Sim, melhorou. [Alterou tua vida econômica?] Alterou, porque o custo de vida aqui é mais caro do que lá. Eu tenho que pagar água, luz, esgoto certo! Então altera (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/10).

Agora não por que a gente tá há muito tempo. Melhorou por causa da água, da enchente, lá a gente já tinha medo quando começava a chover forte (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/10).

Veio pra melhor. E outra coisa também, psicologicamente depois que fizeram o calçamento a gente sente-se melhor (ENTREVISTA, n. 11, 22/05/10).

Pra melhor. Por que eu vim pra cá e os meus filhos tem local com melhores condições de serem criado também (ENTREVISTA, n. 17, 06/11/10).

Ainda quando questionado se a “casa nova” alterou o relacionamento com os “filhos”, “parentes” e “amigos” e se alterou na “educação escolar” e no “trabalho” dos membros da família, a resposta foi negativa, não alterou. Entretanto, há uma contradição no esclarecimento do entrevistado, a afirmação que as novas moradias melhoraram a vida dos moradores, além de ficarem mais próximas das escolas dos filhos, como podemos constatar na fala abaixo (ENTREVISTA, n. 15, 12/04/2012):

[Como estão os relacionamentos com os filhos, parentes e amigos decorrentes da nova moradia?] Acho que não, porque manteve a escola, o trabalho, mas melhorou a qualidade de vida, porque o cara morava na beira do canal, nas enchentes e de vez em quando o barraco caía e depois foi morar na casa dele que é totalmente diferente das que a prefeitura tá dando [hoje]. Naquela época eles só davam casa com um vão e as pessoas se viravam, mas hoje em dia dá com dois quartos, mas as condições mínimas não têm espaços os moradores tem de dá os moveis, tem de vender.

[A nova moradia alterou na educação escolar dos membros da família e no trabalho?] Não, é como eu te disse, as escolas que têm são tudo próxima,

então tinha gente, por exemplo, que morava no arruda e estudava no São Judas, e aí, pra ele melhorou por que quando chegou em Aderbal Jurema ficou mais perto.

Como vemos, o imóvel (a casa) é o principal objeto de investimento, ou seja, de sonho que os moradores pobres urbanos alimentam possuir mesmo quando as condições não são as esperadas (espaços ínfimos dos imóveis etc.), não por vaidade ou para construir patrimônio, mas por necessidade de proteger das intempéries entre outras, como aponta o professor Pedro ABRAMO (2003, p. 206): “Mas, a casa é também um bem com a característica de incorporar, e/ou dar acesso individual, as externalidades urbanas produzidas pela ação pública.” Ou seja, a casa, além de dar acesso aos serviços e aos equipamentos públicos urbanos pode ser usada como um meio de controle social pelo poder público, já que fixa os indivíduos em um lugar, e distribui de forma espacial desigual para os diferentes grupos sociais em distintos bairros da cidade. Nesse sentido pode contribuir tanto para uma melhoria da justiça social-territorial e da cidadania, como o inverso, uma injustiça social-territorial e uma cidadania desigual e ainda mais inacabada, como ocorre com os moradores das ocupações informais.

5.1.1.2 As Relações dos Moradores com seus Vizinhos

Quanto às relações de vizinhança, as falas atestam que apesar dos vizinhos serem novos tem um bom relacionamento. Mas nos alerta também que só surgem problemas quando o vizinho quer viver dentro da casa do outro, pois, isso é que prejudica a relação; e que os antigos vizinhos moram próximo, no mesmo conjunto (refere-se ao Conjunto Habitacional do Jacarezinho). Já outro entrevistado alega que há conflitos, mas que são normais. E um terceiro alega que junto com a mudança para o conjunto, delineia-se um padrão de conduta provavelmente relacionado com a forma da arquitetura (mesmos padrões estéticos de moradias – espaços tão pequenos, conjugados, sem muros e quintais bastante estreitos, não garantem a privacidade entre as famílias, gerando ao mesmo tempo um corpo-a-corpo que obriga um contato mais pessoal entre os vizinhos), que em geral, não separam “as casas umas das outras” e “as casas da rua”, um nanoterritório quase que coletivo entre famílias/vizinhos, uma maior homogeneização de classe que nem sempre favorece as relações entre os indivíduos. Talvez esse modelo de comportamento dos de baixo possa ser entendido se levarmos em conta a Seletividade Socioespacial que amplia as desigualdades entre as classes, mas que dialeticamente une ou aproxima os indivíduos de uma mesma classe, como constatamos nas entrevistas abaixo:

A relação com os vizinhos minhas são boas sim, sempre. Se não tiver um atrito eu acho não tem vizinhança, é um paraíso, entendeu; mas nada de tão grave que se leve a chegar a ter violência. Já teve viu, já teve barulho de som que já teve até polícia. Fora isso não; os problemas têm, é só, é corriqueiro mesmo (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/10).

A relação com os vizinhos são ótimas, cada um na sua, vizinho bom é cada um na sua casa; negócio de vizinho na casa do outro não da certo. Daqui a pouco começa aquela fofoca, não da não. (ENTREVISTA, n. 2, 30/08/09).

Os vizinhos são novos, mas (os outros) moram por aqui, mas pegado comigo não. [é bom ou ruim?] pra me é bom, os vizinhos não me incomodam, nem eu incomodo eles. Quem faz o vizinho é a gente. Eu não os incomodo para não ser incomodada; eles não me incomodam. Não tenho o que dizer de vizinho nenhum não (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/10).

Os vizinhos aqui não são os mesmos de lá não, mas são bons, cada um no seu quadrado. O barulho de som não tem problema não hoje mais não, é mais no final de semana. (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/10).

[os vizinhos?] são novos. Isso é ruim por que antes era minha família. Agora é boa são amigos (os vizinhos). (ENTREVISTA, n. 17, 06/11/10).

Esses relacionamentos descritos acima fazem parte do estilo de vida de indivíduos e grupos sociais, apesar de fugir ao padrão apontado por Jovanka Baracuhy C. SCOCUGLIA (2000, p. 83), quando afirma que o atual “modelo de vida urbano”:

se difundiu, inicialmente, como reflexo da industrialização capitalista, da emergência da economia de mercado e do crescente processo de racionalização da sociedade moderna, se amplia atualmente alcançando as práticas cotidianas e influenciando as formas de relacionamento entre os indivíduos e os grupos sociais. É marcado pela fragmentação das relações entre grupos e indivíduos (até mesmo aqueles muito próximos como os vizinhos), é a expressão da urbanização acelerada.

Entretanto, o estilo de vida abordado por nós se dá no interior desse modelo urbano apontado por Jovanka Scocuglia acima. São dos moradores dos grupos primários, dos bairros periféricos, das zonas urbanas opacas, de espaços da lentidão, dos homens lentos, como assevera Milton SANTOS (1997). Ainda sobre a relação dos grupos primários (os vizinhos), Ruth CARDOSO (1977, p. 175), também citada por Sandra Amêndola Barbosa LIMA (1983, 92) nos diz que:

[...] é necessário notar que a intensidade e riqueza da vida associativa não significa harmonia nas relações interpessoais. Pelo contrário, o próprio fato de haver uma dependência interpessoal muito grande gera necessariamente tensões e conflitos que se manifestam em ataques verbais, maledicências e mesmo agressão física. Relações pessoais envolvem sempre elementos de hostilidade e oposição tanto quanto cooperação e afeto.

Nos vários depoimentos que analisamos, percebemos claramente tanto as tensões e conflitos como a solidariedade e afeto. A fala de um entrevistado nos relata melhor esses conflitos e solidariedades existentes na comunidade em apreço:

[Os vizinhos daqui são os mesmos de antes?] Não. Mas, a relação é boa. Antigamente quando eu vim, mesmo sendo vizinho do outro de lá [da ocupação], não era boa, mas ele vendeu a casa e o que veio morar é boa. Porque ele tinha problemas mentais e era meio difícil. Tinha dia que a turma colocava uma rosa na frente da casa dele; ele pensava que tinha sido eu, e que eu era macumbeiro; depois colocaram um Judas na frente da casa dele, rapaz ele disse que me viu colocar o Judas lá, e o pior é que o cara que botou chegou nele e disse: fui eu que botei! Ele não acreditou, e ele dizia que o demônio tava na minha casa, olha o rolo! — Já outro, meu cunhado comprou um carro, saía com as mulheres, aí a mulher [esposa] descobriu e jogou pedra no carro dele [do meu vizinho]. Eu sei que chegou uma intimação pra mim, ele deu parte de mim, em vez de da parte da minha cunhada, né fogo?! Aí quando eu chego lá, a ficha descobri que eu sou assaltante, que eu andava com revólver e ficava tomando a bicicleta da galera, aí o comissário me conhecia, aí ele disse: mande quem fez a denúncia trazer uma testemunha né? Ele trazendo a gente vê se é verdade. No outro dia, boa parte da comunidade tava a meu favor e ele nem na delegacia apareceu. Aí eu [comissário] disse: se ele aparecer aqui eu vou dá umas lapadas nele e vou colocar ele na cela pra ele deixar de tá perdendo tempo, inventando coisas. No outro dia, ele vendeu a casa e foi morar no inferno agora, lá perto da FEBEM. Quando me viu pediu desculpas e disse que tava morando no inferno, a turma fugia e passava pelo quintal dele, aí eu disse: tá vendo, quando você morava lá, dizia que eu tava fazendo macumba pra você e Jesus agora tá te castigando por ter levantado falso (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/10).

Aqui é muito tranquilo, se tiver doente um ajuda o outro. Aqui essa parte da gente é como família (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/10).

Essa solidariedade apontada pela última fala do entrevistado parece existir apenas entre os pobres (os de baixo), pois vai ao caminho contrário dos depoimentos atestados por Jovanka Baracuhy C. SCOCUGLIA (2000, p. 83) quando de sua pesquisa de mestrado em João Pessoa–PB, se referindo às relações de vizinhança, diz ela: “os depoimentos atestam uma ausência quase total desse tipo de relacionamento”, e acrescenta “os contatos com amigos são, apenas, um pouco mais frequentes.” De ocorrências mais esporádicas, se referindo à classe média.

5.1.1.3 O Lazer

Diversos autores já abordaram de maneira sistemática as temáticas do “tempo livre” e o “lazer dos indivíduos”². Entretanto, na atualidade “o lazer é visto como um mecanismo que não é destinado somente a causar inércia, passividade e repouso, mas como um investimento nas direções específicas do princípio do decálogo” (LOBO, 2000, p. 21), da globalização. Nessa perspectiva, o lazer e o tempo livre são um objeto,

² Ver a esse respeito: Robert KURZ, **A ditadura do tempo abstrato**; Saskia SASSEN, **A cidade e a indústria global do entretenimento**; Domenico de MASI, **Perspectivas para o trabalho e o tempo livre**; Teixeira COELHO, **Um decálogo, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer**; Graciela Uribe ORTEGA, **Identidade cultural, território e lazer**; Raquel ROLNIK, **O lazer humaniza o espaço urbano**; Juan Carlos MANTERO, **Turismo e lazer**; Emir SADER, **Trabalho, desemprego e tempo livre**; Munehiko HARADA, **Política de redução da jornada de trabalho, a Lei do Resort e o lazer no Japão**; Patricia STOKOSWIKI, **O dilema das comunidades**; Jean BAUDRILLARD, **El sistema de los objetos** entre muitos outros.

material e simbólico, um produto de consumo do capital, e conseqüentemente, um produto caro, que nem todos os indivíduos da sociedade têm acesso.

Para Milton SANTOS (2000b, p. 31), “o lazer é um fenômeno imemorial e é um fenômeno moderno”; o primeiro sendo um lazer artesanal localizado e o segundo um lazer industrial globalizado. Um entranhado na sociedade, entrelaçado com ela, e outro autonomizado³ (SANTOS, 2000b). Com essa autonomização “cria-se um lazer que tende mais a agir sobre as sociedades do que vice-versa, e que tende a plasmar o gosto, a domesticar o uso do tempo, a mobilizar em seu favor os recursos disponíveis agora e no futuro, a conformar expectativas e a impor e reforçar imagens do mundo e do outro.” (SANTOS, 2000b, p. 32). É essa modalidade de lazer que provavelmente tem interferido no lazer popular ou artesanal denominado por Milton Santos, talvez contribuindo para destruição deste. Há também outras formas de lazer, como assevera o próprio Milton SANTOS (2000b, p. 34 – Destaque nosso):

Há também um lazer popular, rebelde às estatísticas, produzindo, de baixo para cima, formas ingênuas de distração coletiva, provindas do exercício banal da existência, criadas na emoção e geradoras de solidariedade e de trabalho. Sua espontaneidade é, na base da sociedade, a garantia de sua permanência, criatividade e renovação.

Sendo assim, temos duas modalidades de lazer – o “lazer popular”, fruto dos de baixo, que é produto da identidade e das tradições da cultura de um povo (de uma comunidade) e o “lazer industrializado”, produzido pelos de cima, através da tirania da mídia, para usarmos uma expressão do professor Milton SANTOS (2000b). A nossa perspectiva aqui corresponde à primeira – o lazer popular. Mas, necessitamos deixar claro que não há uma separação nítida entre a ocupação do tempo livre (do não trabalho, do momento de descanso) e o lazer (a ação de se divertir) propriamente dito. Portanto, o lazer para os moradores entrevistados está muito associado ao relacionamento com os indivíduos que residem na mesma casa e vizinhos nos finais de semana e horas vagas, nos espaços da rua ou do campo de futebol e das praças, ou quando de algum momento de reivindicação (por exemplo, o grupo faz uma roda de ciranda, uma batucada na entrada do órgão responsável pelo atendimento,

³ Segundo Milton SANTOS (2000b, p. 32), a “... autonomização do lazer moderno, nas suas formas e manifestações mais salientes: os turismos todos, as competições esportivas todas (tão multiplicadas hoje), as manifestações artísticas todas. Essas autonomização faz do lazer uma indústria, uma operação onde as diversas peças formam sistema, seja ele o turismo ou o esporte ou qualquer sorte de divertimento. Trata-se de um sistema relativamente fechado e autosustentado. Dele fazem parte a produção de eventos e suas infra-estruturas, a produção e a reprodução dos atores da cena, a sua difusão massificada, a convocação ao consumo.”

pressionando, como vimos acima), ou como podemos depreender também das falas abaixo:

Aqui o pessoal da vizinhança brinca só na rua mesmo, só na rua mesmo (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/10).

O lazer é mais ou menos, às vezes a gente fica na praça, mas a praça não tem nada, não tem um brinquedo para os meninos brincar direito (ENTREVISTA, n. 17, 06/11/10).

O lazer aqui da gente é tomar uma cervejinha, durante a semana e no final de semana bota as cadeiras aqui [na rua] e fica jogando um dominizinho, fica conversando, as meninas ficam batendo uma bolinha aqui no campo, jogando bola (ENTREVISTA, n. 2, 30/08/09).

O lazer pra os homens que gostam é esse campo, somente, ou quando vem algum negócio, a não ser isso não tem outro lazer [...]. O lazer é briga e carro de política (ENTREVISTA, n. 3, 31/08/09).

O lazer é precário, tem aquele campo ali, mas a praça é horrível, falta área de lazer, os meninos ficam na rua jogando bola e cai no quintal, o pessoal fica reclamando é um problema (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/10).

O lazer aqui? No conjunto não tem nada. Fica na praça vendo a vida dos outros, tem o parquinho dos pirralhos, deles brincarem de escorrego, gangorra (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/10).

A gente tem o grupo da terceira idade, pronto vamos sai. Aqui a gente tem a igreja, a igreja católica que tem as reuniões nas segundas-feiras (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/10).

Como vimos acima, o lazer se reduz aos momentos de folga, de descanso do trabalhador. Para quem mora no Conjunto Habitacional do Jacarezinho é ficar na praça, e os que residem próximo do campo, particularmente de Chão de Estrelas, é jogar uma partida de futebol ou tomar uma cervejinha, jogando dominó, conversando na rua, na frente da residência ou ainda assistir às vezes brigas que ocorrem entre vizinhos, e para as pessoas mais idosas alguns participam dos encontros do Grupo da Terceira Idade⁴, na Capela Santa Terezinha da igreja católica existente na comunidade (próximo do PSF Irmã Terezinha – no Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, em Peixinhos-Recife) ou no CSU, hoje o CRAS da Campina do Barreto. Além dessas modalidades de lazer, ocorrem outras para nós mais enriquecedoras, que estão ligadas às festividades tradicionais de nossa região, como já destacamos (no item 4.4.1 acima) e podemos identificar também na entrevista abaixo:

[...] tinha uma área aqui, Zeca organizou um time de futebol. [...] Eles escolhiam os jogadores e as pessoas amigas e fazia o aniversário; fazia uma festinha aqui no pátio. Mas o lazer maior era no São João e Carnaval. No São João mais. [...]. Outra coisa que a gente fez aqui, esse colégio não tinha muro não; aquele menino, Boneco Dengoso, Tone é quem falava mais com ele. Ele era uma grande liderança (um grande artista), pra ter uma

⁴ Há dois **Grupos da Terceira Idade**, sendo um na Capela Santa Terezinha dentro da Comunidade Aderbal Jurema, na Rua da Passarela, próximo do PSF Irmã Terezinha, no bairro dos Peixinhos Recife e outro grupo mais antigo no Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho, hoje, o CRAS da Prefeitura da Cidade do Recife, vizinho a Policlínica Amaury Coutinho na Campina do Barreto.

firma mesmo, mas nunca deu certo. A gente com ele fazia aqui no sábado uma festa. A gente fazia o seguinte: coronel (é o dono de um mercadinho local) dava às vezes uma galinha, um galeto, dava cerveja, duas, três garrafas de cervejas, aí a gente conseguia um som e ele (boneco dengoso) cantava ciranda. O tocador da ciranda a gente conseguia umas cestas básicas pra dar pra o tocador. Agora quando teve isso aqui a gente fazia também com Saúba (outro tocador). Agora Saúba bebia muito. Ele tá vivo ainda, mas nunca levou a sério também, o pio é isso. E depois teve um grupo safado que botou na cabeça deles que corressem de mim e de Tone que tá querendo subir em cima deles. O cantinho do poeta era Ari Osvaldo, aquele menino, professor Ricardo também, na rádio (rádio comunitária chão de estrelas), era um programa na rádio (ENTREVISTA, n. 11, 22/05/10 – Destaque nosso).

Como vimos, em nenhuma entrevista foram citados como opções de lazer ir ao teatro, ao cinema, a casas de show, a passeios ao shopping Center ou ir à praia, se reduzindo ao entorno da residência ou no máximo, do bairro. Isto ocorre por causa provavelmente do alto custo de qualquer dessas atividades de lazer fora do âmbito do entorno domiciliar, e principalmente, decorrente do baixo poder aquisitivo desses moradores. Mas, dois pontos chamaram-nos a atenção: o fato da televisão não ter sido citado como lazer, talvez seja porque as pessoas não pensem na televisão como um lazer ou porque possuem uma vida mais ativa não conseguem mais se distrair com as programações oferecidas por este instrumento de comunicação⁵, procurando outras distrações; o outro ponto são as “astúcias” (a criatividade) que os pobres inventam para conseguir recursos para realizarem suas festividades (no carnaval, nas festas juninas etc.), como citado acima. Isto é importante frisar, pois caso não se utilizem dessas táticas não teriam tais modalidades de lazer.

5.1.1.4 A Violência

“Por Violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra se mesmo). Para que haja Violência é preciso que a intervenção física seja voluntária (...)” afirma Norberto BOBBIO et al. (2003 – parentes no original). E continuam eles (BOBBIO et al., 2003), “além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste tem por finalidade destruir, ofender e coagir” outros.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS *apud* World Bank, 2003) citado por Andrezza Karla de Oliveira SILVA (et al., 2008, p. 347), “a violência é a utilização de força ou poder físico, por ameaça ou de fato, contra si mesmo, contra outra pessoa ou

⁵ Necessita que sejam realizadas pesquisas que confirmem essas hipóteses.

contra um grupo ou comunidade que resulta em ou tem alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação.”

Já Milton SANTOS (2000a, p. 55) diz que se fala hoje muito em violência e que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. E que a maior parte é de violências funcionais derivadas. Quando deveria voltar-se a atenção para a “violência estrutural, que está na base da produção das outras [formas de violências funcionais derivadas] e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares.” Milton SANTOS (2000a, p. 55 – 56) escreve ainda que:

Ao nosso ver, a violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização. Paralelamente, evoluímos de situações em que a perversidade se manifestava de forma isolada para uma situação na qual se instala um sistema da perversidade, que, ao mesmo tempo, é resultado e causa da legitimação do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, consagrando, afinal, o fim da ética e o fim da política.

Entretanto, o fenômeno da violência⁶ e sua finalidade não são exclusivos da sociedade contemporânea, nem (semi)periférica do mundo capitalista (SOUZA, 2008), nem ocorrem somente de forma direta e visível. Mas é um fenômeno que na atualidade está disseminado por toda a sociedade, seja urbana ou rural, rica ou pobre e que se apresenta em uma multiplicidade de formas, tais como: violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros, racismos, violência na escola, no trabalho, entre outras, que se configuram como um processo de dilaceramento da cidadania (TAVARES DOS SANTOS, 2004).

Para Lucas de Melo MELGAÇO (2003, p. 529 – Parêntese no original e grifo nosso), citando o CIIP⁷ (2002), podemos dividir a violência em cinco tipos, “de acordo com seu maior ou menor grau de visibilidade. São elas: as violências visíveis (dos tipos coletivo e institucional), as invisíveis (dos tipos estrutural e cultural) e a violência social como uma situação intermediária, uma violência parcialmente visível.”⁸

⁶ Sobre a temática da Violência e do Medo, ver o livro organizado pelo professor Alcindo José de SÁ, “**Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**”.

⁷ CIIP (Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas). **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Tradução de Maria Dolores Prades, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

⁸ A “Violência coletiva” é o tipo que se produz quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta. O caso típico extremo é a

Para Maria Cecília MINAYO (1994) citado por Carlos Alberto Duarte de SOUZA (2008, p. 170 – Destaque nosso), há três categorias de violência:

a violência estrutural, a de resistência e a de delinquência. A violência estrutural seria opressão exercida pelos sistemas econômico, político e social e pelas instituições em geral sobre grupos, classes, nações e indivíduos; a de resistência seriam as de reações à violência estrutural e a de delinquência as ações fora da lei estabelecida.

Estas classificações são um recurso analítico, já que as várias formas de violências podem se dar concomitantemente. Nesta pesquisa temos a violência local (a violência física – o assassinato, violência simbólica- cultural, por exemplos) como consequência de uma violência mais ampla, a “violência estrutural”.

Entretanto, em uma perspectiva bastante próxima a de Minayo (1994) e mais perto da que utilizamos aqui, está o livro de Nilo ODALIA (1985, p. 9), “O que é violência”, quando inicia a obra dizendo que

a violência, no mundo de hoje, parece [está] tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem. Especialmente, do homem que vive nas grandes cidades – esses grandes aglomerados humanos que se tornam o caldo de cultura de todos os tipos de violência.

E continua dizendo que quando falamos ou nos preocupamos com a violência, a primeira imagem que se exprime é a da “agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família” (ODALIA, 1985, p.9). Isto ocorrendo, principalmente dentro da

guerra, ainda que a presença mais ou menos ativa de diversos grupos que exercem a violência direta também faça parte desse tipo. [...]. Violência institucional ou estatal: é o tipo exercido pelas instituições legitimadas para o uso da força quando, na prática de suas prerrogativas, impedem a realização das potencialidades individuais. [...]. Esta se diferencia da violência estrutural pelo seu menor grau de abstração e nesse sentido pela possibilidade de ser atribuída a alguma instituição em particular. A priorização e o crescimento das tecnologias de destruição, assim como os processos armamentistas, fazem parte desse tipo de violência. Violência estrutural: instituída dentro da estrutura, manifesta-se como um poder desigual e, conseqüentemente, como possibilidade de vida diferente. Além dos recursos distribuídos desigualmente temos também desigualmente distribuídos o poder de decisão sobre a distribuição dos recursos. Num sentido mais amplo, a fórmula geral que está por trás da violência estrutural é a desigualdade. Violência cultural: é o tipo de violência exercido por um sujeito reconhecido (individual ou coletivo), caracterizado pela utilização da diferença para inferiorizar e da assimilação para desconhecer a identidade do outro. Ela se integra por meio dos mecanismos de discriminação, inclusive o preconceito contra indivíduos ou grupos. Nela estão inseridas as violências originadas nas diferenças de gênero e na discriminação a grupos étnicos [...]. Violência individual: sua característica fundamental é ter origem social e se manifestar de um modo interpessoal. Incluem-se aqui os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anômicas, domésticas e contra as crianças, que implicam a violência direta. Seu caráter parcialmente visível decorre de que, apesar de pôr em evidência um tipo de violência direta e pessoal, somente muito recentemente foi considerada parte integrante dos estudos sobre a paz. Nela estão incluídos tanto os fenômenos de violência não-organizada, atualmente mais visíveis, como os associados à violência comum e outros menos visíveis, como a violência organizada. Um exemplo disso são as ocorrências relacionadas com o narcotráfico. A violência doméstica, historicamente encoberta pelas fronteiras do mundo da vida privada, também se insere nesse tipo” (CIIP, 2002, p. 35 apud MELGAÇO, 2003, p. 529 – 530 – Destaque no original, grifo nosso).

grande cidade, seja nos bairros ricos (sofisticados) ou nos bairros pobres e ocupações, podendo ser percebidos nas paisagens urbanas. Sendo que o desenho da arquitetura dos bairros ricos busca se adaptar às novas condições de segurança e de defesa, perdendo a arquitetura hoje, seu sabor pela vida exterior, interiorizando-se (ODALIA, 1985). Diz ainda que é possível observar a diferença entre as duas concepções arquiteturais divergentes convivendo nos bairros que habitam a mais de vinte anos⁹. Concordamos com a posição de Nilo Odalia, pois esses tipos de paisagens eram possíveis de serem identificadas no bairro onde se encontra o objeto em estudo e bairros adjacentes, até meados da década de 1980, já que suas principais características eram residências com muros baixos e jardins na frente, mesmo tratando-se de bairros com habitantes de poder aquisitivo não alto como o apontado por Odalia.

No nosso caso, os conjuntos habitacionais em estudo podem ser divididos em dois grupos: os que possuem muros e os que não foram projetados com esse fim. No primeiro caso, encontram-se as residências da Comunidade Chão de Estrelas propriamente dita e o Conjunto Aderbal Jurema, mesmo sem ter sido entregues com esses objetos (os muros). No segundo caso, os Conjuntos: Res. Ovídio Ferreira de Paula, o Habitacional do Jacarezinho e as residências das margens do Canal do Jacarezinho, as próprias paredes das casas foram projetadas com essa função, como descrevemos e podemos visualizar nas fotos 10 e 11, citadas no capítulo III.

Referente à violência propriamente dita nas áreas dos conjuntos em apreço, constatamos nas entrevistas que a violência começa com o próprio poder instituído, pois quando a polícia chega é se utilizando de grande agressão. Outra alegação, é que a violência decorre do tráfico de drogas e que fora isso a localidade é muito tranquila, e trazem vários exemplos, entre eles, aqui ter sido polo do carnaval durante mais de oito anos sem haver nenhuma alteração (briga). Posição confirmada por outras entrevistadas, como podemos constatar nas falas abaixo:

Já o problema é por que quando a polícia chega, entra não respeita, entra na maior violência do mundo atrás do pessoal. Mas a não ser isso; eles vendem as coisas deles aí (drogas), mas não atinge a gente aqui (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/10).

Rapaz! Tem violência, claro! Mas é tranquilo, o que tem de violência são às vezes os caras de fora por conta de drogas, porque o tráfico é ali, do outro lado. Aí aqui se torna caminho, agora é difícil você ver assalto, arrombamento, essas coisas sabem?!. A turma fala mal daqui, mas teve três Carnavais no campo (campo de futebol de chão de estrelas) e não deu uma alteração, são oito anos que tem esse polo aí e não tem nada, agora teve vez que houve uma morte, o porquê não se sabe. A gente botou festival de verão, algumas festas quando eu vivia de dentro, shows de rádio e graças a

⁹ O autor refere-se à arquitetura dos imóveis nos bairros ricos no período dos anos de 1950 em São Paulo.

deus tudo tranquilo; agora, que morre, aqui não é o céu. Agora é mais os meninos que são envolvidos com drogas. Agora mesmo para você ver eu estava no outro lado da favela, no outro lado de Peixinhos e estou sabendo que tem duas pessoas na lista para morrer, às vezes são caras de lá de Saramandaia e vem pra cá, aí os caras matam. Eu boto um sapato velho no lixo e a turma vem perguntar: posso levar? Eu perdi uma câmera de filmar completa a turma me devolveu, aqui é ótimo. Eu perdi no INSS, a carteira caiu do meu bolso e levaram. Aqui eu perdi na rua e me entregaram. Eu posso falar mal de um lugar desses? Então isso daqui é um pedaço do céu. Eu só saio daqui para amaro bocão [Cemitério de São Amaro] (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/10).

A violência aqui é mais a droga. O assassinato é constante. É tanto que eu já perdi a conta. Matava um hoje e parece que ficava outro amarrado pra amanhecer no outro dia. Brincando, brincando o filho dessa mulher, ela ainda não tinha feito o enterro de Damares. Mataram ele em Dois Irmãos [bairro]. Não tinha feito o enterro do primeiro [mataram o irmão] já pensou? Era horrível, ela saiu daqui ou tinham comido [matados] tudinho até a menina também, por que ficou biloca e a menina, mas tem aquilo: morre só quem é errado e entregador (ENTREVISTA, n. 10b, 14/05/10).

Como vimos, a violência que os entrevistados se referem é o homicídio, que está diretamente ligado ao tráfico de drogas da localidade. Entretanto, todos os entrevistados são enfáticos ao afirmar que, exceto o problema com as drogas, a comunidade é calma. Posição também confirmada pelos representantes/lideranças local, como podemos constatar nas falas abaixo:

[...] A turma aqui do tráfico é boia, mas assalto eles não permitem. É o bom daqui é esse; claro que a gente tem de se precaver, nem todo canto você pode entrar, saber com quem estar; você entra na comunidade, por exemplo, você me chama: Dege eu estou com essa pasta aqui e quero fazer uma pesquisa com os moradores do Arco-Íris¹⁰, você vai sozinha, nem me chame que você vai sozinha, eu não vou (ENTREVISTA, n. 13, 16/07/2010).

Em relação à violência no conjunto melhorou muito, no começo era maior, até mesmo por que mataram alguns, outros se mudaram, outros estão presos, então com isso melhorou (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

A violência no todo dos conjuntos, no todo da comunidade, é, sofre mais a questão do tráfico de drogas. [...]. A violência maior que eu vejo é o tráfico e a bebida também, o álcool é muito presente também na vida dos familiares (ENTREVISTA, n. 18, 02/02/2011).

Um ponto que nos chama a atenção é o alerta feito pelo primeiro entrevistado quando diz que nem em todos os lugares se pode entrar. Isto mostra o grau de violência e de controle pelo tráfico de drogas nessas comunidades das periferias pobres de nossa cidade sobre os moradores locais. Apesar do alerta do referido entrevistado, a posição dos moradores em relação à violência decorre do fato desses conviverem diariamente ao longo de suas vidas com vários outros tipos de violência (a violência da fome, da falta

¹⁰ A Comunidade (ocupação) Arco-Íris fica no outro lado do Rio Beberibe por trás da Estação de Tratamento de Peixinhos, é ligada ao Conjunto Aderbal Jurema pelo pontilhão de ferro, que liga a tubulação de esgoto da estação de bombeamento para a estação de tratamento da COMESA no bairro dos Peixinhos — Recife/PE.

de conforto de todos os tipos, da agressão física e psicológica, da discriminação do lugar que mora, da cor da sua pele, da roupa que veste, de seus hábitos, do modo de se expressarem, por serem pobres). Inclusive a violência do álcool (da bebida alcoólica), vivenciando-a e consumindo-a com naturalidade. Entretanto, para esses moradores, só o extremo, o assassinato é visto como violência para eles.

Tomando como referência as nossas observações de campo, os relatórios a respeito dos diversos acontecimentos sobre o cotidiano da Comunidade Chão de Estrelas, como: assassinatos, prisões, brigas, rachaduras, reformas e vendas das casas do novo conjunto, entre outros¹¹ e as reportagens do jornal Folha de Pernambuco¹² sobre a violência na nossa localidade de estudo. Agrupamos as ocorrências em dois grandes grupos: *os assassinatos e prisões ocorridos na área da pesquisa* propriamente dita e *os assassinatos e prisões ocorridos próximos ou com alguma vinculação com a área da pesquisa*. Utilizando da mesma ótica dos entrevistados, nos prendemos, sobretudo, aos homicídios acontecidos. No primeiro caso, tivemos trinta e quatro assassinatos e mais vinte e cinco pessoas presas, e no segundo, mais vinte e seis homicídios e dez pessoas presas, respectivamente, decorrentes, principalmente de envolvimento com o tráfico de drogas. Entretanto, tivemos pessoas detidas por agressão, porte ilegal de armas e estupros nas proximidades (no entorno) da área de estudo, totalizando noventa e cinco ocorrências de violência física até o momento, além de duas grandes apreensões de drogas, sem ninguém preso, uma de 1.200 e outra de 1.620 papérolas de maconha até o final do mês de abril de 2012, quando o Conjunto Habitacional do Jacarezinho completou quatro anos de inaugurado. Sendo assim, percebemos que cada vez mais as drogas têm se apresentado como um problema

¹¹ A esposa do referido autor dessa tese fez vários relatórios dos acontecimentos da comunidade, particularmente do Conjunto Habitacional do Jacarezinho para a pesquisa da professora Monique Nuijten da Wageningen University UR (Holanda - NL), que tem como título: **Poder, Campos de Força e a Construção Social do Espaço: um Estudo Antropológico de Favelas em Recife, Brasil**. Uma observação importante: já foram subtraídos os acontecimentos dos relatórios que constavam nas reportagens dos jornais para evitar contabilizar em duplicidade.

¹² Os relatórios foram aproximadamente um por mês, iniciado em 24/10/2008 indo até janeiro de 2012, sendo a ênfase (para as alterações e rachaduras nos imóveis, brigas no conjunto, uso da praça e da casa, relacionamento com vizinhos, vendas e aluguel, hábitos na nova moradia etc.) maior no que se refere ao Conjunto Habitacional Jacarezinho, também conhecido por Portelinha. As reportagens de Jornais são da **Folha de Pernambuco**, do Encarte Policial (homicídios, tráfico de drogas e prisões na área da pesquisa) dos dias: 23/03/2009, p. 3; 11/05/2009, p. 4; 08/06/2009, p. 3; 18/06/2009, p. 2; 19/06/2009, p. 4; 17/09/2009, p. 3; 23/10/2009, p. 3; 31/10/2009, p. 2; 03/11/2009, p. 1; 20/11/2009, p. 4; 16/12/2009, p. 4; 14/04/2010, p. 3; 21/06/2010, p. 2 – caderno geral; 30/06/2010, p. 3; 27/09/2010, p. 2; 02/10/2010, p. 4; 09/10/2010, p. 2; 29/11/2010, p. 3; (homicídios e prisões próximo à área de estudo) dias: 26/02/2009, p. 1; 06/03/2009, p. 4; 19/03/2009, p. 1; 13/04/2009, p. 1; 04/05/2009, p. 1; 11/05/2009, p. 2; 09/07/2009, p. 3; 31/08/2009, p. 3; 03/11/2009, p. 1; 06/11/2009, p. 4; 21/12/2009, p. 2; 07/01/2010, p. 4; 13/01/2010, p. 3; 12/02/2010, p. 3; 03/08/2010, p. 1; 13/08/2010, p. 3; 02/10/2010, p. 4; 22/10/2010, p. 1; 07/12/2010, p. 3; 27/12/2010, p. 3; 15/02/2011, p. 4; 16/02/2011, p. 2; 18/03/2011, p. 3; 30/05/2011, p. 2; 07/07/2011, p. 3; 21/07/2011, p. 2; 13/08/2011, p. 2; 20/08/2011, p. 4; 05/10/2011, p. 3; 08/11/2011, p. 3; 19/01/2012, p. 4; 21/01/2012, p. 3; 27/01/2012, p. 4; 27/01/2012, p. 2; 06/02/2012, p. 4; 13/02/2012, p. 2; 15/02/2012, p. 2; 27/02/2012, p. 2; 29/03/2012, p. 3; e, 19/04/2012.

generalizado no País, e sendo inseparável de outros tipos de violência, esta última passa em nossos dias a apresentar-se como um elemento estrutural que permite diferenciar nosso estilo de vida, nossas condições de viver em sociedade.

Ainda sobre a violência faz-se necessário destacar dois pontos: a perspectiva marxista e a perspectiva que toma o poder como sinônimo de violência. No primeiro caso, a violência era defendida para atingir os objetivos da revolução proletária, rumo ao socialismo. Segundo o filósofo Adolfo Sánchez Vázquez, em sua *Filosofia da Práxis*, para Marx, Engels e Lênin, “a violência era uma necessidade imposta pelas contradições irreconciliáveis de uma sociedade dividida em classes antagônicas, com fins diametralmente opostos, tanto pelas classes dominantes como pelas classes oprimidas” (VÁZQUEZ, 2007, p. 380). No segundo caso, o poder concebido como sinônimo de violência nos leva a alguns questionamentos, ter poder é ser violento? Ser violento (utilizar-se de violência) é ter poder? Ou, o medo da violência leva a obediência ao possível agressor, confundindo-se com o poder?

Celso LAFER, no prefácio do livro: “Sobre a Violência”, da filósofa Hannah ARENDT (2000), indica que a autora discorda dos teóricos tanto de Esquerda como de Direita que tratam da questão da violência, pois esses veem na violência a mais flagrante manifestação de poder. E continua Lafer (2000, p. 8), poder e violência para Arendt “são termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. É a desintegração do poder que enseja a violência, [...]”

Para Hannah ARENDT (2000, p. 35), “a forma extrema de poder é o Todos contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos.” E citando Montesquieu afirma que a tirania, “é portanto a mais violenta e menos poderosa das formas de governo.” E continua ARENDT (2000, p. 40) “O poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência.” Pois, como afirma a referida autora (ARENDT, 2000, p. 34), “todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las.” Pois o “poder só é legítimo quando resulta de um consenso”, diz Jürgen HABERMAS (1993, p. 23). Em uma perspectiva próxima a essa, voltada mais para aspectos políticos ARENDT (2000, p. 34) afirma: “É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país”. E continua mais adiante (ARENDT, 2000, p. 43): “... com a perda do poder torna-se um tentação substituí-lo pela violência...”.

Para melhor compreensão dessa tese, Hannah ARENDT (2000, p. 36 – Destaque e aspas no original), faz a distinção entre os vários termos, como poder, vigor, força, autoridade e violência:

O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concreto [em grupo]. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. [...]. Em seu uso corrente, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, já usamos a palavra “poder” metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem a metáfora é o “vigor”. [strenght]

O *vigor* inequivocamente designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, [...].

A força [*force*], que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente se esta serve como um meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às “forças da natureza” ou à “força das circunstâncias” (*La force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais.

A *autoridade*, [...], sendo um termo do qual se abusa com frequência, pode ser investida em pessoas — há algo como a autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor; ou pode ser investida em cargos como, por exemplo, no Senado romano (*auctoritas in Senatu*); ou em postos hierárquicos da Igreja (um padre pode conceder a absolvição mesmo estando bêbado). Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obdeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. [...]. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada.

Finalmente, a *violência*, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.

Os conceitos citados por Hannah Arendt encontram-se no campo da superestrutura de poder e não são sinônimos de violência. Entretanto, trazendo para a escala de estudo (nanoterritório), nossa realidade, mesmo sem termos questionado os informantes-chave sobre o conceito de poder, percebemos nas respostas referentes à violência e a segurança local, além de nossas observações de campo entre outras respostas, que em seu cotidiano quando usam as expressões “violência” e “poder”, muitas vezes não fazem a distinção, as tomam como sinônimas, principalmente, quando se referem a acontecimentos, por exemplo: a ação da polícia, dos traficantes de drogas, com os toques de recolher, as lideranças comunitárias disputando, por exemplos, vaga pela COMUL, como Conselheiros Tutelares da Criança e do Adolescente etc. ou de pessoas que se apresentam com maior poder aquisitivo (acreditam poder comprar tudo). Estes têm “poder” e quando não conseguem o que desejam impõem pela força, pela autoridade, pela intimidação, ou seja, pela violência. Aqui alertamos que essas ações não se dão de maneira tão explícitas, como no tempo dos “coronéis” latifundiários de nossa história passada. Estas observações apresentam-se importantes para podermos

tentar compreender melhor os acontecimentos e comportamentos dos moradores em suas novas moradias.

Sendo assim, estamos indo no caminho oposto ao de Arendt, pois acreditamos que “há um meio termo”, “um equilíbrio”, ou seja, quando usada estrategicamente como assevera a própria Hannah ARENDT (2000, p. 23), “a força e a violência provavelmente serão técnicas de controle social e persuasão bem-sucedidas quando possuírem um amplo apoio popular.” Ou como nos diz Jürgen HABERMAS (1993, p. 112):

As instituições políticas não vivem da violência, mas do reconhecimento. Não obstante, não podemos excluir do conceito do político o elemento da ação estratégica. Definiremos a violência exercida por meio da ação estratégica como a capacidade de impedir outros indivíduos ou grupos de defender os seus próprios interesses. Nesse sentido, a violência sempre foi parte integrante dos meios para a aquisição e preservação do poder.

Sendo assim, a violência não está nos “casos especiais” e nem ocorre só no campo da superestrutura política, como assevera a referida autora (ARENDT, 2000, p. 38) e o próprio HABERMAS (1993), se dão também na escala micro ou menor, denominado por Marcelo Lopes de SOUZA (2006), de nanoterritório, e aqui por nós utilizados.

Ainda nesta perspectiva, discordamos de Lucas de Melo MELGAÇO, em seu artigo: “o uso do território pela violência”, quando fazendo uma leitura do ‘conceito de violência hoje’ de Hannah Arendt, concorda com a referida autora, e exemplifica com o caso do “poder do narcotráfico”, ele nos diz (MELGAÇO, 2003, p. 532):

Essa afirmação nos remete ao caso atual do poder do narcotráfico. O que confere poder a essa forma de organização é o apoio do povo, a submissão dos habitantes vizinhos, e não exatamente e apenas o potencial bélico dos narcotraficantes. Ou seja, o narcotráfico não é poderoso por ser violento, mas por ser capaz de se articular. Essa articulação ocorre tanto junto a essas bases, através de solidariedades orgânicas, quanto junto aos governos e às redes internacionais de tráfico de drogas, através de solidariedades organizacionais. Ainda no mesmo raciocínio, o Estado não será poderoso tornando-se violento e dificilmente conseguirá vencer o narcotráfico sem desarticular a verdadeira base de poder dessa forma de crime.

Referente à personagem acima acreditamos que, primeiro, o “apoio” que se dá aos narcotraficantes é decorrente das relações sociais desses, pois, esses também têm família, parentes, amigos e compradores de seus produtos, e não de todos da comunidade. Segundo, a postura de apoio do povo ao narcotráfico apontado por Lucas Melgaço foi comum no período final e início das décadas de 1970 e 1980,

respectivamente. Em um contexto geracional e histórico-sociocultural diferente do atual¹³. O equívoco do autor é generalizar o uso do conceito “povo” que tem o sentido bastante abrangente, “todos os moradores locais ou que ocupam uma área territorial”¹⁴. Como também, confundir como sinônimas as expressões “apoio” e “submissão”. Pois “apoio” significa: ajuda, base, suporte, amparo, auxílio, o que serve para amparar, segurar; já “submissão” significa: abaixamento (de voz), inferioridade, ato ou efeito de submeter (-se): 1 condição em que se é obrigado a obedecer, sujeição, subordinação; 2 disposição para obedecer, para aceitar uma situação de subordinação, obediência etc., levando a uma ação não espontânea (HOUAISS, 2007 – CD-ROM). Entretanto, ocorre o oposto, a “obediência” por conta do medo, da represália do agressor; diria também, que a articulação do narcotráfico se dá mais através de solidariedade organizacional, do que através das bases locais e das solidariedades orgânicas apontadas pelo próprio Melgaço (2003).

Como vimos os conceitos “poder” e “violência”, quando usados pelos indivíduos comuns, pelos moradores de nossa escala de estudo, no seu dia-a-dia, no seu cotidiano não há uma preocupação com a distinção, no significado da palavra, ou seja, com a semântica, cabendo, portanto, a nós, em nossas pesquisas uma leitura mais atenta do uso dessas expressões pelos habitantes simples na sua cotidianidade.

5.1.1.5 A Segurança

Falar da violência é o mesmo que falar da (in)segurança, pois ambos os conceitos fazem parte de uma mesma moeda. Como se diz no popular: “são cada uma das faces da mesma moeda”. A violência como vimos é a agressão física, entretanto, ela não é só a agressão física de uma pessoa contra outra, mas também, uma violência ética, moral e financeira, para citar alguns exemplos de análise (BEZERRA, 2008).

A insegurança refere-se ao estado, condição ou característica de inseguro, é ausência de segurança, periculosidade, é a sensação ou sentimento de não estar protegido, seguro, é a falta de confiança em si mesmo, em suas próprias qualidades ou capacidades (HOUAISS, 2007 – CD-ROM). Esse estado (de insegurança) tem levado o indivíduo ao medo do outro, do estranho, do ambiente ou do “**medo ambiente**” nas palavras de Zygmunt BAUMAN (2007, p. 90 – Destaque no original). Segundo Fábio Konder COMPARATO (1981, p. 202), “o medo nada mais é do que o reverso negativo do sentimento de segurança, formando, com o ódio, um dos componentes psicológicos

¹³ Ver Alba ZALUAR, “**A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza”.

¹⁴ Além de esquecer que esses grupos narcotraficantes não têm “ética” e nem respeito à vida própria e de outros.

mais estáveis do ser humano.”¹⁵ Para Milton SANTOS (1997a, p. 23), o medo é o traço mais dramático da vida hoje, ou nas palavras do próprio Santos:

O que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida.

Este medo generalizado juntamente com a insegurança tem levado os indivíduos à necessidade de uma presença maior dos órgãos da segurança pública e privada, além de um arsenal de equipamentos/objetos tecnológicos, tais como: cercas elétricas, câmaras externas de vídeo, sensores infravermelho, muros altos, grades nas portas e janelas para proteção. O objetivo desses equipamentos é a ideia de segurança em tempo real e integral onde possamos ver sem sermos vistos, como diz Claude RAFFESTIN (1993, p. 201-202), “o ideal do poder é agir em tempo real”, como também “o ideal do poder é ver sem ser visto.” Entretanto, são poucos os que podem beneficiar-se ou terem acesso a essa “segurança”. O que há de fato é um hiato entre os ricos que podem usufruir dessa parafernália de equipamentos de segurança e os pobres que, por não possuírem recursos, ou possuírem insuficientes, a sua sobrevivência não tem como atender a essas necessidades criadas.

Já a segurança é aqui entendida segundo definição do IPEA¹⁶ (2005, p. 108) citado por Rosalvo Nobre CARNEIRO (2008, p. 241), “ter segurança significa viver sem estar sob o risco de sofrer uma violação de sua propriedade, de sua integridade física, de sua liberdade ou de sua vida”, estando diretamente relacionada, portanto, a nãoviolência ou a pacificidade. Entretanto, alertamos que “o excesso de segurança acaba por suprimir a liberdade, assim como a total liberdade é a ausência de segurança.” (COMPARATO, 1981, p. 200). Isto se confirma nos “condomínios exclusivos” que tem se expandido no País para a classe média e os ricos, como assevera Marcelo Lopes de SOUZA (2006, 2004).

Sendo a segurança um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio para assecuramento da liberdade e das garantias individuais a ser avaliado

¹⁵ Dizia Fábio Konder COMPARATO (1981, p. 202), “há, por conseguinte, na unidade dialética entre liberdade e segurança, um ponto ótimo de equilíbrio, que representa mero ideal, ou objetivo perpetuamente almejado e nunca plenamente atingido. Sem dúvida, na História, o grande fator responsável pelo rompimento desse equilíbrio precário, em favor da segurança e contra a liberdade, é o medo.”

¹⁶ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

pelas diversas polícias, segundo a Constituição Federal em seu Art. 144 e Constituição do Estado de Pernambuco em seu Art. 101 (BRASIL, 1988; PERNAMBUCO, 1989).

A segurança apontada aqui pelos entrevistados, — não é a segurança produzida pelo mercado privado de vigilância/segurança para condomínios residenciais fechados e monitorados que têm na violência urbana sua justificativa principal, e que veem nas pessoas pobres, de menor poder aquisitivo, habitantes das periferias das cidades, os agentes da delinquência, da qual precisam se proteger —, é a segurança oferecida pelo poder público, pelo Estado, que em várias circunstâncias não deixa ser aquele corpo policial que dá proteção à classe rica, a qual se apresenta muitas vezes como uma forma de controle social e de intimidação sobre os indivíduos pobres (os de baixo), e que nem sempre se apresenta como uma forma de proteção, de segurança para o pobre, já que este *“tem, justamente, medo da polícia”*, como nos diz Lucas de Melo MELGAÇO (2007, p. 216), ou como nos assevera Milton SANTOS (1996, p. 68):

O aparelho judicial brasileiro – assim como as instâncias preparatórias dos processos, por exemplo, a polícia – não está estruturado para a proteção dos direitos expressos em lei, sobretudo para a proteção dos pobres. [...]. Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta.

Estas constatações, o medo que os pobres têm dos agentes de segurança pública, destacados pelos autores acima, só vem reforçar alguns depoimentos dos nossos entrevistados, como podemos perceber nas falas a seguir:

[segurança?] Eles (a polícia) só entram na carreira do jeito deles, mas pelo menos eles estão aqui, né? Quando eles estão aqui eu acho que estão fazendo algum benefício. Pede desculpa como aconteceu comigo, pediu desculpa que ele não trabalha assim, mas não é? Falha, todo mundo falha e não sei o que, mas eu fui que fui socorrida não foi ninguém não. Não fumo (sic). Não botei pra corregedoria pública por que eles são uma máfia, e eles podem chegar assim dentro do meu barraco e botar uma sacola de maconha e dizer que eu tava guardando. Outro pode prender fulustreco dos grudes lá não sei por onde, e dizer: solto você se, mas se você fizer isso dali naquela mulher; ela mora sozinha. Eu sou mais viva que eles, por que na escola que ele estudou eu fui expulsa. Ai não botei, mas estou com o papel da corregedoria. Eu morando só, usei a cabeça. (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/10 – destaque nosso).

Agora, já o policiamento aqui é boia [é grande], a gente só tá com medo dessas Leis que diz tão fazendo em algumas comunidades, eu mesmo estou preocupado que aconteça aqui, que os policiais abordam as pessoas, sem distinção. Isso eu discordo plenamente. Isso é um absurdo. Ainda mais uma criança, a mulher disse que era uma criança de cinco anos, e os direitos da criança e do adolescente? Porque em Boa Viagem eles não vão agir dessa forma? Tem que respeitar o direito do ser humano. Eles param mulheres, crianças, adolescente, senhoras de idade, é uma falta de respeito. A pessoa é marginal pela aparência? A marginalidade pode predominar, mas a polícia aqui é toda hora. Eu tava vindo um dia desse ali, na ponte quando eu vi, vinha uma equipe de policial, vinha perto de mim um

rapaz de bicicleta, eles mandaram encostar, mas comigo ele nem falou, o rapaz jogou um pacotinho de maconha, quando o rapaz foi embora, eles acharam, aí disse: eita! Era do cara de bicicleta. Ainda assim, eu perguntei: posso passar. Eles disseram: pode. Vim até com medo porque eu tava no meio deles tudo armado, com pistola na mão (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/10 – Destaque nosso).

Mesmo com todo o medo do aparelho de segurança pública, paradoxalmente, os entrevistados se sentem mais protegidos com a presença da polícia, que tem aumentado seu efetivo e ações na comunidade, como podemos perceber nas entrevistas, tanto as citadas acima como as que seguem abaixo:

A segurança por aqui estar melhorando, agora entrou mais policiais, a gente sempre ver as polícias por aqui. Teve uns fatos isolados, até isolado: um irmão chegou até matar o outro, mas fora isso foram coisas que não passaram mais, não teve mais bronca. [briga, assalto] não, já teve, agora como falei para você, depois que a gente fechou esse muro aí cem por cento, eu posso dizer que nossa rua é um paraíso (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/10).

Segurança aqui em minha opinião é muito devagar, a polícia só aparece quando já tem o acontecido, só pra ver o óbito. Violência aqui no conjunto não, aqui nessa rua que a gente mora não, só lá pra fora, aqui não. Aqui, aqui é uma tranquilidade na rua que a gente mora. Se fosse para viver da rua aqui era uma benção, aqui tudo é muito tranquilo, só uma vizinha doida, aí que quando chega faz um carnaval, mas é uma coisa passageira. Mas uma tranquilidade, nenhuma Briga de vizinho, nem nada (ENTREVISTA, n. 2, 30/08/10).

[a segurança aqui?] Aqui dentro não, mas os policiais passam quase todos os dias, entra por aí, passa para cá, vai para outra vila. Sempre vejo uns carrinhos passando por aqui. Na favela eles não passavam não, eles não se garantiam entrar lá pra dentro não (risos!). (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/10).

Posição que também se confirmam nas falas de algumas representantes / lideranças locais abaixo:

[como está à segurança?] Vamos dizer 80% bem melhor, eu acredito que uns 80% melhor, faltam ainda muitas coisas para completar os 100%, mas acabaram muitos os homicídios que eram diretos, armamentos, as bocas tráfico têm ainda uns pontinhos e tal, mas tudo controlado tem muita gente presa e a polícia esta direta aqui (ENTREVISTA, n. 13, 16/07/2010).

[como está à segurança aqui?] Razoável, tem melhorado, o monitoramento da segurança tem melhorado na comunidade. Eu mesma já vejo policiais constantes, só precisa mudar a questão da abordagem das pessoas (ENTREVISTA, n. 18, 02/02/2011).

Como vimos, as ações da polícia tem sido intensificadas, dando mais segurança e tranquilidade aos moradores da comunidade. Outro ponto que contribuiu para isto foi à diminuição das ocupações informais decorrentes das construções de novas habitações para os ocupantes do Canal do Jacarezinho, facilitando o trabalho da polícia e contribuindo para o afastando do tráfico de drogas para outro lugar, como percebemos

da fala da entrevistada de número quinze acima. Ainda decorrente destas ações policiais as novas moradias (do Conjunto Habitacional do Jacarezinho) também foram compensadas já que foram projetadas faltando segurança (mudos) e tiveram muita violência no início dos reassentamentos. Dialeticamente, ao mesmo tempo em que estas ações têm se convertido em melhorias sociais para comunidade, também têm se transformado tanto em uma forma de controle social (facilidades de se deslocar entre os conjuntos e no interior desses, cadastros dos moradores dos conjuntos e de toda a UE 21) por parte do poder público, também como um meio de maior justiça social-territorial (construção de novas moradias e demais infraestrutura), que conseqüentemente refletem em aumento da cidadania ainda que inacabada para os moradores local.

Quando analisamos toda essa dimensão coletiva (relação com os vizinhos, lazer, violência, segurança etc.) dos de baixo, percebemos que são iguais nos quatro conjuntos, diminuindo apenas em termos de espaço físico-arquitetônico de um conjunto para outro; ainda podemos perceber que houve mudanças na vida desses moradores com a construção e a vinda para os conjuntos habitacionais, pois, por exemplo, com ruas agora projetadas, calçadas, largas e retas favoreceram ao acesso dos moradores e da polícia se deslocar trazendo mais seguranças na comunidade, fato impossível antes nas ocupações. Decorrente disto houve também melhor espaço para lazer, aumento da autoestima dos moradores e mudança da paisagem, deixando de ter uma aparência esquisita de aspecto estético miserável, para um aspecto de vila. Entretanto, a cultura sociopolítica que estava vinculada as lutas por moradia e reivindicações gerais no início da formação da comunidade esfriou, agora são próprias do estado, principalmente das ações no Orçamento Participativo. Dissemos principalmente das ações do O P, pois as alternativas que têm sido apresentadas são as “escolhas” das plenárias do O P e os projetos/programas “faraônicos”, a exemplo do PROMETRÓPOLE; projetos demorados que fazem promessas falsas, pois nunca são concluídos em sua totalidade.

No entanto, essa riqueza da dinâmica dos(as) indivíduos/famílias na vida cotidiana (dos de baixo) que existe na Comunidade Chão de Estrelas são o que demonstram as lutas que os moradores ainda têm enfrentado para adquirirem suas moradias e tudo o mais que foi conseguido ao longo do tempo. Em outras palavras, as conquistas do: lazer, da moradia, das infraestruturas, dos transportes, da segurança etc., são resultados das lutas (reivindicações) desses moradores para superarem mesmo que parcialmente um espaço de injustiça e passarem há terem justiça social-territorial e serem reconhecidos como cidadãos. Esta diversidade que vem ao longo dos capítulos e aqui expressada demonstra os preconceitos e equívocos das teorias

(tratadas no capítulo II, particularmente o item 2.4) que apontam esses moradores (essa classe da sociedade) como “marginal”, como amorfa (KOWARICK, 1983), apática e não participante da vida da sociedade, como se fosse possível existir modelos “ideais” de participação. Sendo assim, discordamos de tais posições (como já apontamos).

5.2 CONCLUSÃO

Gostaríamos de concluir este capítulo com alguns comentários gerais. Primeiramente, lembrar que temos como objetivo compreender as práticas cotidianas dos habitantes relacionadas às novas moradias para identificar a superação das desigualdades socioambientais e os contrastes socioespaciais que o lugar revela (ou seja, a superação mesmo que parcial de um espaço de injustiça), a partir do que estamos chamando das minúcias do cotidiano local, tomando-se as práticas diárias dos moradores através da relação mais coletivas destes com a nova moradia, e consequentemente, com os vizinhos, com o lazer, com a violência e com a segurança local, como sendo elementos de uma (in)justiça social-territorial e de uma cidadania ainda inacabada a partir das falas dos entrevistados da Comunidade Chão de Estrelas.

Como vimos, para os entrevistados apesar das novas moradias virem acompanhadas de novas despesas, com água encanada, energia e esgotos, com vizinhos novos (apesar dos antigos residirem próximos), houve uma melhora nas suas vidas, pois a escola pública agora é próxima da residência, a comunidade está com quase todas as ruas calçadas contribuindo ao mesmo tempo para diminuir a violência e facilitar o trabalho da polícia dando mais segura. Ainda referente à violência/segurança vimos que os imóveis dos conjuntos dividem em dois grupos os que foram projetados com muros e os que não foram. Entretanto, no primeiro caso são os próprios moradores que levantaram este objeto de segurança, e que o principal problema hoje tem sido o tráfico de drogas que levou ao grande número de assassinatos, que, aliás, tem diminuído, graças às ações em infraestruturas-físico-urbanas e na intensificação do policiamento na localidade.

Já no que se refere ao lazer lembramos que no caso em estudo, não há uma separação nítida entre a ocupação do tempo livre (do não-trabalho, do momento de descanso) e o lazer (a ação de se divertir) propriamente dito, pois a nosso ver os moradores por possuem rendas tão ínfimas que necessitam de aproveitar (complementar) todo seu tempo com atividades que ajudem a sua sobrevivência

inclusive no mês de férias da empresa, fato não comum a boa parte dos moradores¹⁷. Isto leva estes moradores a realizarem seu lazer reduzindo-se aos momentos de algumas atividades que gere renda, como a venda de bebidas durante a festividade do carnaval, por exemplo, ou seja, nos momentos de folga, de descanso do trabalhado, nos finais de semana e horas vagas, nos espaços da rua ou do campo de futebol, a tomar uma cervejinha jogando dominó, batendo um papo na frente da residência.

Com isto, vimos que o amadurecimento da dinâmica social-territorial dos habitantes dos conjuntos e suas distribuições espaciais não livraram das desigualdades em relação aos bairros adjacentes e em relação à cidade. Em outras palavras, não podemos deixar de reconhecer que há uma ambiguidade com as construções das novas moradias, pois estas levaram a melhoria com a concretização de varias necessidade básicas e não-básicas, matérias e imateriais de forma a beneficiar igualmente os grupos ou indivíduos em seu território, de maneira a superar as desigualdades sociais-territoriais-ambientais existentes em nossa sociedade, consequentemente, tem sido uma melhoria da cidadania, ainda que uma cidadania inacabada desses habitantes; por outro lado, as novas moradias não livraram os moradores e a comunidade da segregação residencial, como também não livraram do esfriamento da vida associativa que existia e a cooptação das representações/lideranças locais por políticos profissionais, levando a um controle social por parte do poder público (Estado/Prefeitura), não só desse, como vimos na produção das habitações populares (no capítulo III). Entretanto, acreditamos que esses moradores, essa classe da sociedade não se apresentam amorfa, apática e não participante da vida da comunidade como demonstrados por KOWARICK (1981, 1983); e PERLMAN (1977).

Também esperamos com a exposição deste capítulo ainda termos demonstrado que na medida em que a comunidade em estudo foi sendo dotados de bens, equipamentos e serviços coletivos ao mesmo tempo foi ocorrendo um arrefecimento das organizações socioculturais e políticas locais (como apontado anteriormente no capítulo IV), tornando um espaço relativamente morto, de organizações institucionalizadas. Pois, seus moradores e suas representações/lideranças foram cada vez mais se tornando individualizadas, reduzidos a comportamentos estereotipados e controlados (controle social). Mas, passando a ser, podemos dizer: espaço parcialmente da injustiça, do consumo, do controle, da morte, mas também, espaço da vida, pois é espaço de uma cidadania inacabada.

¹⁷ Os moradores em sua maioria não trabalham com registro em carteira, pois tem baixa escolaridade e quase sempre não possui qualificação profissional.

Capítulo VI

ESPERANÇAS E LUTAS: AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS MORADORES E MORADORAS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS — RECIFE (Conclusão)

“São os filhos do deserto
Onde a terra esposa a luz,
Onde voa em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados,
Que com os tigres mosqueados,
Combatem na solidão...
Homens simples, fortes, bravos...
Hoje míseros escravos
Sem ar, sem luz, sem razão...

São mulheres desgraçadas...
Como Agar o foi também,
Que sedentas, alquebradas,
De longe... bem longe vêm.
Trazendo com tíbios passos
Filhos e algemas nos braços,
N'alma lágrimas e fel.
Como Agar sofrendo tanto
Que nem o leite do pranto
Têm que dar para Ismael...”

(ALVES, 1966, p. 184-5)

6 ESPERANÇAS E LUTAS: AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS MORADORES E MORADORAS DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS — RECIFE (Conclusão)

Agora que temos diante de nós todas as etapas da investigação, ou seja, como foi produzido historicamente o espaço urbano local (periférico), as moradias dos pobres (favelados), os processos de (in)exclusão política e social dos pobres e os projetos governamentais que incluem reassentamentos de moradias populares, além da consequência da segregação para a população reassentada, podemos completar nossa argumentação a favor da hipótese, tentando dar mais esclarecimento a alguns questionamentos que são também nossas conclusões.

Como vimos, com a abertura política do nosso País nos fins da década de 1970, e as intensificações das lutas de reivindicações por melhorias sociais, entre elas, principalmente, a moradia, através dos movimentos sociais de todos os tipos, é que em nossa área de pesquisa – Comunidade Chão de Estrelas –, decorrente de uma organização de moradores (movimento não institucionalizado) vai surgir o primeiro conjunto habitacional construído a fundo perdido pelo poder público (Estado) para os moradores das margens do Rio Beberibe e dos Canais do Arruda e do Jacarezinho, que limitam a localidade em estudo. Com o passar do tempo e o agravamento das questões socioeconômicas e ambientais do País que teve igualmente consequência na área em apreço, levaram a necessidades de novas lutas, que vão reivindicar mais moradias (outros conjuntos habitacionais), também nas mesmas condições do anterior, mas, agora construídos pelo poder Municipal. Entretanto, diante do que já foi analisado detalhadamente nos capítulos anteriores, alguns questionamentos ainda se colocam para uma maior compreensão do amadurecimento da dinâmica social-territorial e da melhoria da cidadania dos moradores dos Conjuntos Habitacionais na atualidade (05/2012). Como os moradores consideram que são vistos pelos habitantes mais antigos e dos bairros vizinhos? Que necessidades permanecem dificultando as

conquistas das melhorias à cidadania destes? Tentaremos responder a partir das falas dos próprios entrevistados e entrevistadas.

Para a maioria dos(as) moradores(as) entrevistados(as) de todos os conjuntos habitacionais pesquisados, logo que chegaram para residir na nova área houve uma grande rejeição, como fossem pessoas ladras, prostitutas, leprosas, chegando até ser feito um abaixo assinado contra a vinda deles para os conjuntos. Com o passar do tempo essas dificuldades foram sendo superadas e esses moradores aceitos e, alguns antigos moradores hoje já os cumprimentam. Ou seja, não é o fato de nas ocupações informais encontrarem-se residindo traficantes de drogas, prostitutas, delinquentes de todos os tipos, que torna todas as pessoas que residem nesses territórios “marginais”, pelo simples motivo de nascerem pobres e morarem nessas ocupações. Para alguns entrevistados temos o hábito de julgar as pessoas pela sua aparência, como podemos constatar nas falas abaixo:

[como são visto pelos antigos moradores e dos bairros vizinhos?] hoje esta até melhor, estão vendo agente até melhor; quando a gente chegou aqui, a gente eram considerados uns bichos, mas agora não, a população aceitou e a gente está aí, nessa caminhada (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/2009).

É com discriminação. Tem gente que tem até vergonha de dizer que moro em Chão de Estrelas, eu mesmo não tenho porque em todo canto tem, existe tráfico, todo canto existe ladrão, é ou não é?! Mas tem pessoa que diz: eu tenho vergonha de dizer que eu moro em Chão de Estrelas, pois eu digo: moro em Chão de Estrelas; em todo canto tem, em Boa Viagem num tem, na classe alta num existe, num é isso! Mas tem gente que diz: eu moro em Campina do Barreto, em Cajueiro, eu digo: eu moro em Chão de Estrelas (ENTREVISTA, n. 3, 31/08/2009).

De primeiro sentia um pouco de rejeição, mas hoje eu acho um pouco de valorização. Mas antes era um pouco discriminado. É como eu hoje: chega uma pessoa da favela, de uma área a gente pensa que é né? (ENTREVISTA, n. 11, 22/05/2010).

No começo foi um horror, parecia que a gente era um bocado de leproso. Logo quando a gente chegou pronto! Chegaram às trombadinhas, os maconheiros, os noiados, as prostitutas, eram uma discriminação triste. Agora na minha parte de cá melhorou um pouquinho. Tem vizinho que fala até comigo já. Até me dar bom dia, boa tarde e boa noite (ENTREVISTA, n. 15, 06/11/2010).

Antigamente fizeram até abaixo-assinado pra não vir a gente pra aqui, preferia o terreno baldio do que assim, principalmente muitos (moradores) da (rua) Garibaldi ali (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/2010).

Essas posições também se confirmam na fala do morador/líder comunitário e representante da COMUL da ZEIS Campo Grande. Para ele, os antigos moradores deveriam deixar de ser preconceituoso, discriminar e julgar as pessoas pela aparência, e sim, dar as mãos, ajudando-os para uma melhor convivência social:

[como os habitantes são visto pelos antigos moradores e dos bairros vizinhos?] Olhe, eles são vistos como favelados, em alguns momentos eu tive até atritos, eu particularmente, com alguns moradores, é discriminatórios, até racial, por exemplo, teve uma mulher, ela: essa negraria vai chegar pra cá e vai acaba com nosso sossego; ou seja, essa negraria! Está desfazendo das pessoas, eu fui obrigada a dizer a mulher, eu ia passando na hora e eu fui obrigada a dizer a ela que aquelas negrarias são humanas, são gente que moravam em casebres e que eles vão ter de se adaptar a uma nova realidade, que é uma casa nova, a um apartamento e que vão morar iguais a ela que tem uma casa ali; então o que ela podia fazer de bom pra melhorar a habitabilidade daquelas pessoas, a convivência era dar as mãos aquelas pessoas, é ser uma pessoa amiga. [...] de repente você se depara com uma pessoa ruim, mas você é uma pessoa boa, aquela pessoa não vai lhe fazer o mau não; seu augusto, dona Mônica cuidado ali ninguém mexe não, são pessoas ótimas. O caba vai assaltar, êpa! Cuidado aquele ali, cuidado não vá mexer com eles não! Mas quando é gente que não presta não serve para nada, há é alma assalta mete bala [...] (ENTREVISTA, n. 15, 16/07/2010).

Como vimos, seja morando em uma ocupação, em uma comunidade ou em conjuntos habitacionais carentes, estes tipos de abrigos denotam uma forma de discriminação para seus moradores – recebendo muitas vezes o estereótipo de **marginais**, pois estes não só se sentem como são discriminados por outras camadas da sociedade, inclusive no interior dessas ocupações, entre moradores de melhor formação e poder aquisitivo, já que são espaços bastante heterogêneos. Isto fica mais claro quando observamos as paisagens de uma ocupação ou dos conjuntos habitacionais doados e comparamos com as antigas residências do bairro. No primeiro caso, identificamos famílias residindo em barracos de diversos tipos e tamanhos e outras vivendo em casas de alvenarias. Já no segundo caso, constatamos que os moradores com um melhor poder aquisitivo, normalmente, assim que receberam as novas moradias reformaram-nas dando um novo aspecto que leva a um isolamento (físico e social) em relação aos demais vizinhos. Já os antigos moradores do entorno logo que viram os novos habitantes chegarem procuraram subir seus muros, um exemplo claro de preconceito, teve gente que até vendeu seu imóvel indo morar em outro bairro. Entretanto, como vimos ao longo das várias entrevistas, com o passar do tempo o preconceito vai diminuindo, não se acaba, mas diminui em relação a estes novos vizinhos. Na realidade ocorreu uma adaptação aos novos moradores, não vemos mais tanto som alto e barracas de venda de bebidas nas vias do conjunto de forma desordenadas, outros venderam o imóvel etc. Lembramos ainda que antes dos novos moradores dos conjuntos habitacionais serem removidos das ocupações informais (as margens do Rio e Canais descritos), foi realizado um cadastramento de cada família (este cadastramento foi realizado com todos os moradores das ocupações que deram origem aos quatro conjuntos estudados. Além de o Programa PROMETRÓPOLE ter

realizado em todas as residências dos bairros que compõem a UE 21), de forma que o poder público tem o domínio de quantos e quem são estas pessoas (mais uma forma de controle social). Isto é importante frisar, pois quem tem algum problema com a justiça, tem medo e, na grande maioria das vezes foge sem dar informações (sem realizar o cadastramento) e sem deixar o paradeiro para onde foi; ou quando do recebimento do imóvel logo se desfaz, foi o que ocorreu nos conjuntos habitacionais, particularmente o do Jacarezinho (esse por ser o mais recente construído e entregue podemos acompanhar mais de perto). Isto só vem reforçar que as posturas de alguns antigos moradores eram apenas preconceito, o que há são diferenças (não desigualdades), mas diferenças culturais (educacionais, valores éticos, morais, de hábitos etc.), financeiras e de classes, que necessitam ser superadas para podermos viver em uma sociedade de fato democrática e sermos cidadãos.

Ainda para o entrevistado n. 06, esta discriminação com os moradores que vieram das ocupações informais decorre do fato de alguns deles saírem falando mal da própria comunidade, levando as pessoas de fora a terem uma má impressão dos novos habitantes dos conjuntos residenciais.

Rapaz, a gente tá aqui dentro, o pessoal lá fora tem uma má visão disso aqui, é o que eu acho. Devido comentários de pessoas que às vezes moram até aqui mesmo. Porque têm pessoas que não valorizam sua casa. Eu acho que a comunidade é a nossa casa e, às vezes a gente fala mal de nossa casa, e fala mal até de si próprio, certo. Pra você vê, já botaram o apelido na comunidade [...]. Carandiru [...]. Mas, não é o bicho papão que as pessoas dizem. Aqui mesmo tem a patotinha da boca ali, mas não mexe com ninguém fica só visando à polícia. [...]. Uma vez eu fui a Santo Amaro, a turma me disse que eu tinha que avisar dando uma piscada na luz (do carro), as alerta, que a gente já sabe que é tu. Aqui o cara entre e sai e não precisa disso, então não é um lugar ariscado (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/2010).

Para nós, a discriminação apontada pelo entrevistado acima, ou seja, o fato de alguns dos novos moradores falarem mal da própria localidade que residem, apontando-a como violenta (com violência de todos os tipos — como visto no capítulo IV), não é o único motivo do preconceito com estes, há diverso outros (como analisado no capítulo III, item 3.4), como também, acreditamos que o fato dos noticiários jornalísticos policiais que diariamente estampam nas manchetes dos jornais e programas de TVs a falta de segurança local, a violência, às imagens esquisitas (de miserabilidade) das ocupações informais existentes no interior dos bairros luxuosos e dos bairros pobres das cidades brasileiras e, de boa parte dos países do mundo (DAVIS, 2007), imagens que podemos visualizar nas paisagens contribuem para tal preconceito.

Outro questionamento que se coloca é a permanência de necessidades que dificultam as conquistas das melhorias pelos moradores dos conjuntos pesquisados. Para estes é ainda a falta de algumas obras de infraestruturas, espaços para lazer, a segurança, a má qualidade do transporte coletivo, a disputa política etc., as várias causas, que podemos constatar nas falas dos moradores entrevistados abaixo:

[Existem pontos que dificultam as melhorias?] Eu acho que ainda existem empecilhos que a gente não conseguiu ainda, sabe. Aqui em si seria o nosso saneamento mesmo, geral aqui (ENTREVISTA, n. 1, 30/08/2009).

Falta muita coisa aqui; muitas coisas, a gente precisa de uma área de lazer, uma praçinha; a gente aqui precisa de um posto policial como eu já falei; de entidade de curso de cabelo, essas coisas, tanta coisa [...], não tem outra coisa é (ENTREVISTA, n. 3, 31/08/2009).

A gente tem ainda muitas dificuldades. Dificuldades por que a gente faz o pedido, a gente pede, pede, pede e quando vem ser atendido ninguém quer mais. O Ônibus mesmo, a gente depende do de chão de estrelas, é de meia e meia hora que ele passa e no final de semana é de uma em uma hora e só tem ele. Agora é que botaram esse que vai pra o shopping¹ e vou lhe dizer uma coisa: só tem duas cadeiras não vai levar velho; é daqueles que o cobrador diz não senhora, de velho só tem dois. Olhe dali da policlínica eu disse: esse menino eu vou pra o terminal da pra me levar? Estou com o pé muito inchado e não posso estar andando por que estar muito quente o sol; ele disse: desse não dá não. Ai eu tive de telefonar para meu sobrinho para ele vim me buscar na bicicleta. [...]. Sabendo que ele vinha pra cá, custava, é tão perto, eles não atendem bem [...] (ENTREVISTA, n. 10, 14/05/2010).

O ponto esse da exclusão. As necessidades eram o ponto principal. Todo mundo, mesmo havendo divergência política todo mundo se encontravam para resolver: o problema da fome, o problema disso, disso. Hoje o ponto de convergência é cada vez mais você tá com um vereador, [...]. Eu acho que o ponto principal hoje é isso, cada um puxando pra si. Não tá puxando para o bem da comunidade não, pra o bem social não, tá puxando pra si, para o bem de um vereador e de uma campanha eleitoral, pronto (ENTREVISTA, n. 11, 22/05/2010).

Acho que a segurança, que podia ser melhor. A segurança, a saúde, mais chance de pegar uma vaga na (escola) Santa Bernadete, eu vou fazer de tudo pra botar lá; lá ganha feira lá (ENTREVISTA, n. 16, 06/11/2010).

Existe né, parte da política, porque tem gente que trabalha dizendo que é líder comunitário, mas em vez de trabalhar realmente em benefício da comunidade, tá trabalhando em benefício da política. [...]. Aí dificulta. Às vezes você estar indo atrás de um benefício para a comunidade, estou dizendo isso por experiência própria, eu mesmo fui reivindicar uma melhoria para aqui na EMTU, na época as meninas lá tava certa de vim pra gente ver, aí depois foi outro líder comunitário lá dizer e viu que eu já tinha um ofício lá, aí ele sujou a minha ideia, porque eu tinha ido primeiro. A ideia era boa, mas não é minha então eu tenho de quebra, e que fulano é que vai ganhar politicamente. Que dizer, isso é ser mesquinho. [...]. Mas aqui tem pessoas que é assim, tem esse problema do ônibus aí se você for reivindicar e fulaninho chegar lá e vê que você vai conquistar, ele tenta quebra, para que você não seja seu nome não, seja elevado na comunidade

¹ Desde aproximadamente os meados do ano de 2011, que a linha complementar “Casa Amarela Shopping Center Tacaruna” deixou de passar por dentro da Comunidade (indo até o terminal dos ônibus), seguindo agora o percurso dos ônibus de Campina do Barreto até o estádio de futebol do Arruda. Obrigando os moradores da comunidade a terem de se deslocar até a Rua das Moças no cruzamento com a Rua Marcílio Dias fora da comunidade para pegar o referido transporte.

politicamente, que ele quer quando chegar dizer: fui eu (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/2010).

A dificuldade que a prefeitura faz. Dizem eles que é a falta de recursos, que não podem mais alocar aditivo as obras que se tá concluindo sós nas obras do PAC, e a gente vê áreas que precisam melhorar a urbanização fica a desejar, por falta segundo eles de recursos, de não poder mais nesse momento aditar contrato da Delta, por exemplo, que estar concluindo a urbanização; agora tem de esperar pelo PAC, não esse que a gente já está executando, mas o PAC 2 para fechar a urbanização da área. Chama-se PAC 2, que Lula lançou o ano passado (2009); não sei se ele não conseguir eleger a candidata dele se isso vai pra frente (ENTREVISTA, n. 16, 16/07/2010).

Como podemos ver na riqueza dos relatos cotidianos dos entrevistados, as necessidades são de diversas naturezas, desde a precariedade dos transportes, falta de qualificação profissional, de atendimento ao idoso, obras públicas que não são concluídas até as divergências e disputas políticas das lideranças da comunidade. Sendo assim, podemos afirmar que é a não materialização dos bens, equipamentos e serviços aliados às disputas políticas entre lideranças na comunidade que são os principais empecilhos às melhorias da população local, não só local, mas do Brasil e até de diversos países do mundo, como apontado por Mike DAVIS, em seu livro: **Planeta favela** (2007).

Já para as representações do gestor público, as maiores dificuldades encontradas para desenvolver as ações na área de nossa pesquisa, como também, para a conquista da cidadania dos moradores local, podem ser divididas em dois grandes grupos: as que provêm do poder público e as que provêm da comunidade, são elas:

Do Lado do Poder Público — a burocracia, os velhos aditivos, as discussões, os ajustes de planilha, os aditivos; é o que muitas vezes desestimulam não só a comunidade, mas eu como profissional também; não é uma engrenagem perfeita, para e para muito. [...] isso desgasta [...] e demora a conclusão das obras (ações). As que **Provêm da Comunidade** — os impedimentos também atrasam de mais as negociações. É uma das coisas mais graves que atrapalham o fator tempo em relação ao andamento das obras. [...] (ENTREVISTA, n. 8, 16/04/2010).

Olhe, eu não tenho nenhuma dificuldade não, eu acho que assim, a dificuldade que tem é a questão da violência que dificulta desempenhar um trabalho melhor; assim, de maior qualidade porque ela atrapalha um pouco, mas eu não tenho dificuldade, eu sou uma pessoa que o que eu sei eu aprendi no movimento, eu era liderança comunitária e tudo que eu aprendi, eu não aprendi em faculdade não, foi no movimento (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010).

Como podemos constatar nas falas das duas representantes do gestor público acima, é que: a primeira por ser uma técnica, aponta o trâmite burocrático e a grande

morosidade das instituições públicas no atendimento; do lado da comunidade, ela aponta às negociações que atrasam (a desocupação dos espaços para início das obras) como principais empecilhos a execução das ações e conseqüentemente a melhoria da população. Já a segunda entrevistada, coordenadora da microrregião 2.1 e ex-liderança comunitária da Comunidade do Chié, aponta a violência como única dificuldade, talvez por esta possuir experiência com as lutas de reivindicação e sabendo da demora do atendimento dos projetos não se sente surpresa pela demora e pela não conclusão em sua totalidade das obras. Na realidade os depoimentos das representantes do gestor vêm reforçar de certa forma as posições dos de baixo, já apontadas acima e ao longo da pesquisa; ou seja, que as diversidades de opiniões sobre os projetos, aqui o PROMETRÓPOLE, como sendo bom ou ruim, é pelo fato de este ter muitas dimensões diferentes, levando as pessoas geralmente terem opiniões diversas. Não sendo possível dizer em termos gerais ser simplesmente positivo ou negativo, pois para a maioria das pessoas têm elementos bons e elementos ruins. Concluimos que é possível afirmar que além de grandioso, o projeto não será concluído em sua totalidade nunca e que mesmo assim, apresenta ter mais pontos positivos. Vejamos a opinião de um outro entrevistado sobre a vida nos conjuntos hoje. Segundo ele, apesar da violência não ter diminuído, a vida nos conjuntos melhorou bastante por causa das ações de urbanização que a localidade estar recebendo. “Não alterou a violência entre Chão de Estrelas, Portelinha, Aderbal Jurema. Ao contrário, Melhorou, melhorou por quê? Por causa da urbanização, tem mais polícia, tem mais viatura entendeu?!” (ENTREVISTA, n. 15, 12/04/2012). Essas ações são tanto dos programas de segurança do governo do Estado como das escolhas no Orçamento Participativo e do programa PROMETRÓPOLE (visto no capítulo 2).

Referente ainda à segurança/violência apontadas pelos entrevistados há uma contradição entre estes e os citados no capítulo IV, pois foi assinalada pelos últimos uma melhora nas ações da polícia levando a uma diminuição da violência e conseqüentemente uma melhoria da segurança local. Entretanto, as entrevistas também vêm reforçar o que já vemos afirmando sobre os projetos implementados ao longo do tempo na área em apreço, que mesmo trazendo propostas de reassentamentos de moradias populares fazendo muitas promessas de melhoria, ainda assim permanecem muitas necessidades e exclusões. Porque a exclusão em nossa sociedade é a manifestação de injustiça que se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias oferecidas ou asseguradas pelo Estado, como um direito de cidadania. Entretanto, é necessário deixar bastante claro em relação

“a que” ou “de que” os pobres aqui os urbanos são excluídos. Já que a maioria destes está integrada parcialmente na economia, na política e na cultura do sistema que são produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista, sejam como trabalhador (formal ou informal) explorados, consumidores de baixo poder aquisitivo, eleitores, exército de reserva entre outros (SOUZA, 2003; ZALUAR, 1997). Diante disto, afirmamos que uma casa nova em um conjunto habitacional ou em vilas não é suficiente para acabar a exclusão; então, qual a perspectivas de futuro desses moradores e moradoras? É o que veremos a seguir.

6.1 QUAIS AS PERSPECTIVAS DE FUTURO?

Outros questionamentos que se colocam quando tentamos compreender melhor como se deu o amadurecimento da dinâmica social-territorial dos moradores dos conjuntos habitacionais, particularmente o do “Conjunto Habitacional do Jacarezinho”, por ser o mais recente construído. Para isso perguntamos aos moradores entrevistados: Quais suas perspectivas de futuro? São os entrevistados que respondem:

[perspectiva de futuro] é a melhoria, né. Vê se acaba essa violência, porque às vezes as pessoas lá fora vê esse bairro aqui muito violento, né; tem medo, e muitos não desejavam morar aqui; é o pavimento (pavimentação) da rua que disseram que ia ser feito, e que até agora a gente não ver resultado, a rua continua do mesmo jeito (ENTREVISTA, n. 2, 30/08/2009).

O futuro daqui eu prevejo assim, agora né, como estão fazendo as ruas, tirando essas favelas com o tempo vai fazer pista pra os ônibus passar pra Boa Viagem, Rio Doce, ai eu penso melhoria né, eu penso nisso, eu penso que é isso que vai acontecer (ENTREVISTA, n. 3, 31/08/2009).

Que cada dia melhore mais a convivência da gente, entre os vizinhos. A melhoria de cada um e que cada um tenha condição de melhorar sua casa. Eu acho que não tem perigo de voltar a ser favela não (ENTREVISTA, n. 17, 06/11/2010).

A perspectiva é de que isso aqui melhorar cada dia mais. A gente vê que isso aqui é uma comunidade mais nova, inclusive que o próprio Chão de Estrelas já cresceu lá muito, certo. Entendeu a gente sabe que tem muita comunidade muito mais velha que a nossa e a gente tá na frente. Mesmo com essas brigas políticas, esses problemas políticos. [...]. Então a gente acredita que vai melhorar, vai crescer, eu tenho fé em deus que, isso daqui é uma cidade, olhe a gente somos um agraciado, eu costumo dizer. O cabra que mora aqui, o pobre que mora aqui e souber valorizar isso daqui somos um agraciado, tu sai de pé daqui e estais em Água Fria, tu entra aqui estais em Peixinhos, sai de pé tais em Beberibe, na Encruzilhada, tudo aqui é perto, se tu pegar aqui sai em Sítio Novo, Centro de Convenções até na Av. Cabugá, o shopping é ali. Somos ricos aqui e não sabemos, moramos em um lugar plano que não vive alagando, certo, então é uma maravilha. Se sobermos reivindicar e isso daqui não ser tomados pelos arranha céus, é por ser ZEIS, tem uma lei que não permite, mas mesmo assim, se não sobermos usufruir a turma vai comprando essas áreas aqui. Porque isso

daqui era pra ser um bairro nobre, porque é um bairro bem localizado, está em cima do centro da cidade, tem o colégio aqui, tem o Colégio Jarbas ali, tu passaste ali tem o colégio Jandira, tem a Escola Mario Melo, tem mercado, tem açougue e, a tendência é crescer mesmo, a minha expectativa é essa (ENTREVISTA, n. 6, 13/03/2010).

A ideia que predomina nas falas acima é que a comunidade (constituída pelos quatro conjuntos habitacionais), apesar dos problemas que ainda enfrenta: tráfico de drogas, violência, a falta de pavimentação de algumas ruas, conflitos entre vizinhos, casas apertadas etc., as perspectivas é que melhore a cada dia, na medida em que são atendidas as necessidades ainda pendentes. Como afirma o último entrevistado, a comunidade tem crescido muito, mesmo com as desavenças políticas, ela é estrategicamente bem posicionada geograficamente falando, pois se encontra próximo de tudo, de escolas, Shopping Center, vizinha a diversos bairros com boas infraestruturas de comércios e transportes, e próxima do centro da Cidade do Recife (menos de dez quilômetros).

Também questionamos aos representantes (líderes) locais e do gestor público “se com o recebimento das casas agora se pode dizer que os moradores são cidadãos?” Ainda são os entrevistados que nos esclarecem:

A princípio eu acho que tem de dizer que são. Antes eram, mas não dignos. Antes já eram, porém considerados como favelados, hoje a relação é muito positiva e, eu acho que se a prefeitura agilizar melhor, por exemplo, essa questão da legalidade dos correios e tal, e que as pessoas tem identidade da sua residência isso vai oficializar ele como cidadão, hoje dá meio tal, mas, eu não tenho dúvidas (ENTREVISTA, n. 15, 16/07/2010).

Eu acho que os moradores podem viver como cidadãos, apesar de alguns não se sentirem cidadãos; eu acho que por conta disso, dessa questão da violência, da droga que estar muito forte, influência muito a gente. Ver tanto adolescentes drogados, aí muitas mães, como é o caso de Lurdes que quando recebeu a casa era uma alegria só, depois que soube que a turma queria matar o filho dela, ela queria vender a casa, como outras aí, né. [...]. Porque começou a vender as drogas, vai preso, aí entrega os donos da boca e quando se soltar o dono da boca quer matar, aí a gente vê que por conta das drogas tá destruindo o povo, a população (ENTREVISTA, n. 5, 26/01/2010).

Eu acho que não, só por receber as casas, mas melhorou muito a qualidade de cidadão deles. Até por que em morar em favela é discriminado. Aham que só mora ladrão, pessoa errada, mas não é isso. Nem todos que estão morando no conjunto querem que se torne favela; mas se os órgãos públicos, nós lideranças não tiver sempre falando, não faça isso não, não bote lixo aqui, não faça muro de tábuas, não desmanche o modelo de sua casa que é um padrão bonitinho; [...], procure melhorar, mas de outra forma. [...] (ENTREVISTA, n. 14, 31/07/2010).

Eu acredito que ainda não, (...) no que diz respeito ao pé da letra. (...) o cabra (...) viver no canal, hoje estar em uma casa com toda estrutura, mas isso daí não é tudo porque essas pessoas não conseguem manter essa casa se não tiver uma orientação de conservação, de limpeza (...) (ENTREVISTA, n. 9, 07/05/2010).

Em relação ao programa, sim. Agora generalizando o assunto torna-se cidadão, não. Porque ser cidadão em nível de moradia sim, em nível de qualidade de vida depois do PROMETRÓPOLE, sim. O PROMETRÓPOLE não é prefeito, mas eu digo o PROMETRÓPOLE é um programa grandioso, né? E talvez por ele ser tão imenso, tão imenso, ele não seja a perfeição porque dentro desse programa tão milhares de vida e de famílias, né? Dentro nesse universo né? Mas em nível de PROMETRÓPOLE, em nível de qualidade de vida eu acredito que sim, pode-se dizer que houve uma melhora, um melhor exercício de cidadania; mas generalizando o assunto torna-se cidadão, né? Tudo isso vai muito além do PROMETRÓPOLE. Depois que o PROMETRÓPOLE for embora vai acabar a inclusão social em nível de PMOL, todo esse contingente de pessoas que trabalham que emergiram da própria comunidade vai ser dispensado. Então vai ser o des-exercício, a pesar que vai ficar uma coisa boa, vai ficar um registro em carteira que vai contar muito pontos em uma próxima oportunidade de trabalho (ENTREVISTA, n. 8, 16/04/210).

Como vemos analisando, no que se refere ao questionamento de que os moradores com o recebimento das novas moradias passaram a ser reconhecidos agora como cidadãos, a maioria dos entrevistados consideraram que sim. São mais cidadãos por que estão em uma situação mais digna, pois na medida em que vão sendo atendidos em suas necessidades básicas, vão sendo vistos como cidadãos. Entretanto, outros entrevistados colocam que no geral ainda estão distantes. Ainda outros dizem que esses moradores necessitam ser orientados pelos órgãos públicos e pelas lideranças locais para não se tornarem favelados novamente e, para a coordenadora da microrregião, apesar de eles poderem viver como cidadãos, alguns não se sentem assim, por conta da questão da violência, do envolvimento de muitos jovens (filhos) nas drogas que têm como consequência fugirem e vender a nova moradia. Já a entrevistada número oito acima, nos alerta que apesar da nova moradia ter melhorado a qualidade de vida dos moradores, melhorando também a cidadania, ainda assim, existe um problema que leva ao retrocesso da mesma que é o desemprego, decorrente do fim das obras do programa PROMETRÓPOLE. Acreditamos que houve uma melhora na vida dos habitantes, contudo, não é só a moradia que qualifica o indivíduo como cidadão, mas um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Ainda necessitamos esclarecer que durante a elaboração do nosso projeto de seleção identificamos (pesquisa exploratória) que para a maioria dos moradores da área em estudo, caso viessem a receber as casas, isto seria o reconhecimento deles como cidadãos. Entretanto, ficava o questionamento: qual o entendimento para os representantes desses moradores e do gestor público envolvidos nas lutas por melhoria local referente a esta questão? Isto nos moveu a esse questionamento.

Esclarecido isto, concordo também que, caso colocássemos em uma escala o quadro hoje de ações em que se encontra a comunidade em estudo, teríamos mais

pontos positivos que negativos para o que estamos denominando justiça social-territorial, como também, temos uma melhoria substancial da cidadania, mesmo não acompanhada dos principais elementos para a melhoria da cidadania que a meu ver são o emprego com renda digna e a educação de qualidade; levando estes a uma cidadania ainda mais capenga, que preferimos chamar de cidadania inacabada.

Em suma, podemos agrupar todos esses questionamentos (e os que foram realizados ao longo dos demais capítulos) em algumas grandes perguntas: houve melhorias na vida dos moradores das ocupações das margens do rio e dos canais citados com as construções e remoções desses para os conjuntos habitacionais, ou só houve melhoria na moradia da população pobre? Em outras palavras, houve de fato as melhorias em termos urbanísticos, sociais, políticos e ambientais que levaram aos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados a uma maior justiça social-territorial, e a uma superação do espaço de injustiça e conseqüentemente a uma cidadania plena, ou apenas a um maior controle social por parte dos de cima? O que mudou de fato na vida dos moradores ao longo do tempo desde a saída das margens do rio e dos canais (das ocupações) até hoje vindo residir nos conjuntos habitacionais doados pelo poder público? Tentaremos responder essas questões, utilizando-se de uma exposição didática, classificando-as em termos: urbanísticos, sociais e políticos. Mesmo sabendo que tais eventos não se dão de forma separada, e sim concomitantes.

Em termos urbanísticos:

- Dos quatro conjuntos habitacionais estudados três encontram-se localizados em um mesmo território (terreno) e, um vizinho a este. Há uma queda no padrão de qualidade das habitações, principalmente no tamanho, pois com exceção do primeiro conjunto (o Chão de Estrelas – 1981), todos os projetos surgidos depois, as casas são embriões e quando não, são pequenas e quase totalmente ou totalmente conjugadas sem espaços para ampliação, levando os moradores a abster-se da privacidade e a sentir se asfixiados;
- Podemos dizer que a exclusão social não é abstrata, ela tem a forma de um território: as ocupações informais (as favelas); e que parcialmente se perpetua com as novas moradias “doadas” pelo poder público (Município e Estado). A exclusão não é só dos objetos (as casas), mais principalmente dos indivíduos, decorrente do seu habitat, seu jeito de vestir, falar, andar, da sua religião, da sua cor, opção sexual, renda, hábitos etc.;

- Podemos concluir que há uma desigualdade entre classes, mas há grandes diferenciações sociais-territoriais também no interior das ocupações informais, como também no interior dos próprios conjuntos habitacionais e entre bairros, cidades e até regiões do Brasil e do mundo (DAVIS, 2007), decorrente de um modelo de sociedade que temos. Os projetos de erradicação das ocupações informais apresentam uma racionalidade que tem como consequências territoriais: o controle dos pobres, a modernização de grande parte da cidade, a limpeza da cidade, sem com isto, combater a pobreza dos habitantes;
- De modo geral, podemos dizer também que os projetos, em particular o PROMETRÓPOLE, para a área da Bacia do Rio Beberibe visaram, simultaneamente, melhorar o controle das águas, restaurar a qualidade do meio ambiente, a qualidade de vida da população beneficiada e combater a pobreza com obras físico-estruturadoras, ficando as ações de cunho social em segundo plano ou reduzindo-se ao Programa de Mão de Obra Local – PMOL;
- As novas moradias (os conjuntos habitacionais) aliadas às obras de pavimentação, drenagem e construção do canal do Jacarezinho são símbolos da modernidade, da civilização e da cidadania, mas que demarcam territórios diferentes: para ricos e para pobres.

Em termos sociais:

- Como consequências sociais pode-se dizer que a construção dos conjuntos habitacionais para os favelados são uma forma de inclusão social e melhoria da qualidade de vida desses, consequentemente, também, da cidadania de uma parte da população pobre, apesar dos modelos das construções reproduzirem as de “classe média” criando um espaço normatizado, ínfimo, além de controlado (controle social) que nem sempre atende a real necessidade de parte desses moradores pobres;
- Com a construção dos conjuntos habitacionais partes das famílias estão contentes e satisfeitas em ter uma nova casa, mas há exclusão da parte mais pobre da população que sai para outros lugares, ou quando logo recebe o imóvel se desfaz, vendendo-o, alugando-o, trocando-o;
- Apesar do controle sobre os moradores com as novas moradias, estes se utilizaram de diversas formas para se apropriar do novo espaço para atender suas necessidades e desejos. Em outras palavras, podemos dizer que os

moradores pobres se utilizaram das táticas clandestinas e oportunistas para enfrentar, contestarem ou mesmo evitar, de alguma forma as forças controladoras do espaço urbano ou das estratégias inerentes ao poder dos de cima (relação de assimetria);

- As novas moradias não livram esses moradores de serem estigmatizados, ou seja, vistos como marginais. Sendo assim, só a moradia não é suficiente para se conquistar a cidadania plena, apesar da melhoria, é apenas uma etapa, um discurso político;
- Com os conjuntos habitacionais a classe média baixa dentro dos territórios pobres ganha com os projetos, pois são espaços modernizados;
- A classe dominante tem o controle cada vez maior sobre o espaço da cidade, ocorrendo o oposto com o pobre;
- Mesmo com a conquista das novas moradias e a comunidade passando a fazer parte da ZEIS Campo Grande, moradores do entorno ainda mantém o preconceito vendo-os como espaços de exclusão;
- Com referência às festividades, houve um esfriamento da produção cultural da comunidade, ficando hoje praticamente sobre a responsabilidade do gestor público (a Prefeitura), tendo como consequência um esfriamento também das lutas de reivindicações por melhorias para a localidade, já que estas (festividades) eram o elemento **elo aglutinador**, não só para o lazer, mas para momentos de discussões dos problemas e organização das lutas de reivindicações sejam por moradias ou outras necessidades, pois o morador, líder, presidente da entidade ou organizador das festividades e lutas é o mesmo indivíduo;
- Os de Baixo, sempre tiveram de negociar em uma situação de inferioridade as suas necessidades. Pois o espaço em estudo é objeto de consumo, normatizado, hierarquizado, construído de maneira a exprimir relações formais de pertencimento, mas, sobretudo de ordenamento.

Em termos políticos:

Há divergência entre governo municipal e moradores sobre o uso do espaço cotidiano:

- As novas moradias para os pobres em estudo (das margens do Rio Beberibe e dos Canais do Arruda e do Jacarezinho) possuem modelo de classe média:

casas pequenas, todas iguais, sem lixo, com uso controlado do som, das calçadas, ruas, praças para lazer etc., que nem sempre atende as reais necessidades dos moradores, levando a alguns se desfazer dos imóveis ou alterarem sua estrutura-arquitetônica;

- Estes espaços têm suas formas originalmente projetadas alteradas passando a um uso popular indevido: reformas das casas tornando-as diferentes, praça torna-se campo de futebol e espaço de donos de bares e tráfico de drogas, som alto, depósito de matérias de reciclagem ou depósito de lixo etc.;
- As lutas de reivindicações por melhorias para a localidade têm se reduzido quase que exclusivamente às escolhas nas Plenárias do Orçamento Participativo (OP), levando a luta pela moradia ter sido de certa geração, e não dos jovens da geração atual;
- O Orçamento Participativo (OP) apesar de apresentar-se mais democrático que os modelos anteriores ao governo do PT na Prefeitura do Recife têm negado o reconhecimento das representações dos moradores, obrigando estes líderes comunitários a candidatarem-se como delegados e delegadas para manterem-se na função (como líderes), mais uma forma de controle;
- Apesar das lutas pela moradia terem sido fortes nos anos de 1970 e 1980, hoje (2012) apresenta-se como uma iniciativa do governo. Entretanto, este é enfático ao dizer que a preocupação é melhorar o habitat onde for possível, o estritamente necessário, reduzindo ao máximo a relocação de moradias, ou seja, não há política habitacional nos referidos Projetos/Programas, a exemplo do PROMETRÓPOLE ocorridos na área em estudo. O que ocorreu foram apenas reassentamentos;
- O território em estudo é organizado por diferentes atores sociais que tentam controlá-lo, o governo é o ator mais forte;
- As organizações de representações dos moradores locais hoje apresentam um esfriamento de suas ações, além de suas lideranças terem sido cooptadas por políticos “profissionais” (CABRAL, 2004), ficando distantes dos anseios da população, muito distante das lutas cotidianas e dos problemas dos moradores.

Como vimos, os moradores que forneceram as informações minuciosas de suas lutas e vidas desde quando residiam nas ocupações informais (as margens do rio e canais), levaram-nos a concluir que caso não lutassem pelas suas moradias e demais

melhorias, não as tinham conquistado, pois todos os Projetos/Programas destinados para a Bacia do Rio Beberibe, na qual a localidade em estudo encontra-se, não incluíam construção e “doação” das habitações, não continham propostas habitacionais, no máximo o que existia era a possibilidade de relocação, por isto que é reassentamento. Sendo assim, reafirmamos, todos os conjuntos habitacionais construídos foram frutos das lutas de reivindicações de seus moradores e moradoras, como também as demais melhorias de bens, equipamentos e serviços, inclusive as não-materiais. Deste modo, concluímos que, a justiça social-territorial é fruto das lutas, dos esforços e dos trabalhos desses moradores e moradoras no seu cotidiano, no seu dia-a-dia. Entretanto, o Estado não é o “Malfeitor”, mas tem priorizado interesses de grupos hegemônicos em detrimento da grande maioria da população como ocorreu com as políticas públicas de habitação popular ao longo do tempo, onde primeiramente procurou atender ao setor empresarial e as camadas mais privilegiadas da sociedade, em detrimento dos mais necessitados, dos mais pobres das periferias tanto físicas como social, como vimos particularmente no capítulo III.

Diante disto, poderíamos afirmar novamente que a cidadania é também fruto das lutas e reivindicações desses moradores e moradoras, junto ao poder público instituído, o qual se personifica na figura do gestor. Que entre outras funções tem a tarefa de arrecadar da sociedade os impostos e revertê-los em formas de bens, equipamentos e serviços para distribuí-los a toda população. Estes bens, equipamentos e serviços, aliados aos direitos civis, políticos e sociais entre outros são a materialização da cidadania, como afirma o geógrafo Milton Santos (1996, p. 129):

Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão.

Na prática, estes bens e serviços, mais os direitos civis, políticos e sociais são na sua maioria direcionados para as camadas (classes) sociais mais privilegiadas economicamente, e de maior Poder na sociedade, em detrimento das classes empobrecidas. Desta forma, a cidadania, que é um direito universal, fica assim mitigada, de segunda classe, de segunda categoria, regulada, fragmentada, ou nas palavras do professor Milton Santos, uma cidadania incompleta, um cidadão mutilado, um espaço sem cidadão [SANTOS, 1996]. Para nós, uma cidadania capenga, uma **cidadania inacabada**.

REFERÊNCIAS

“Não recearei dizer, porém, que julgo haver tido muita sorte em ter-me encontrado, desde a mocidade, em certos caminhos que me conduziram a considerações e máximas com as quais formei um método pelo qual, parece, tenho um meio de aumentar gradualmente o meu conhecimento.”

(Descartes apud Salomon, 1977, p. 25)

“Não me contentando com as ciências que nos ensinavam, percorrera todos os livros que pudera ter em mãos.”

(Descartes apud Salomon, 1977, p. 163)

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro (Org.). **A cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras: FAPERJ, 2003.

AGUIAR, Priscila. Governador do Estado entrega mais 160 casas: outras 448 estão em fase de construção. Investimentos passam dos R\$ 22 mi. **Folha de Pernambuco**. Recife, 29/10/2009. Caderno Grande Recife, p. 3.

ALENCAR, Ana Lúcia Hazin. **Estilo de vida e sociabilidade**: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia**: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1997.

ALFONSO, Juan Maestro. **A pobreza nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979. (Biblioteca SALVAT de Grandes Temas, 11).

ALMEIDA, Eliza Pinto. O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003. p. 213-230.

ALMEIDA, Wanderly José Manso de. **Abastecimento de água à população urbana**: uma avaliação do PLANASA. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

ALVES, Adjair. **Treinando a observação participante**: juventude, linguagem e cotidiano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

ALVES, Andrezza Monteiro. **A questão ambiental para o idoso no habitar em conjuntos habitacionais de interesse social**: um estudo de Jacarezinho Recife – Pernambuco. 2011. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente — UFPE: Recife.

ALVES, Castro. **Poesias completas**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. Vol. 25 (Coleção: Biblioteca do Espírito Moderno: Literatura).

ALVES, Cleide. PROMETRÓPOLE: emperra na burocracia. **Folha de Pernambuco**. Recife, 19/11/2006. Caderno Cidades, p. 3.

ALVES, Ciara Núbia de Carvalho. **Cidadania**: uma conquista de todos. Recife: Prazer de Ler, 2007.

ALVES, Marileide. Moradia e Saneamento: o que fazer? Costa: discurso de continuidade. **Folha de Pernambuco**. Recife, 21/09/2008. Caderno Política, p. 5.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. In: Controle social: segurança e cidadania. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 18, n. 1, p. 168-176, jan./mar. 2004.

AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo de A. (Orgs.). **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Os incansáveis: movimento popular de Brasília. São Paulo: Cortez, **Cadernos Práxis**, n. 4, 1987.

_____. **Participação social**. 2.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Migrações internas e o Recife**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **Políticas e poder**: o discurso da participação. São Paulo: AD HOMINEM; Natal: Cooperativa Cultural da UHRN, 1996.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 1984.

_____. **Recife**: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1979.

ARAÚJO, Maria do Socorro Santos de Souza, CUNHA, Maria Magnólia Leal da e MUSSER, Rosimar dos Santos. **Chão de Estrelas**: o brilho das histórias de luta de um povo - uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife. 1993. Monografia (Especialização em Associativismo) UFRPE: Universidade de SHERBROOK – IRECUS – Canadá, Recife.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ATLAS AMBIENTAL DO RECIFE. Ronald Albuquerque Vasconcelos, Onilda Gomes Bezerra (Org.). Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras:** uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. – Porto Alegre: ANTAC, 2007. – (Coleção Habitare).

BALBIM, Renato Nunes. A quinta dimensão do espaço: cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território Brasileiro:** Uso e Abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 154-173.

BALTAR, Maria Teresa Moreira. **Estado e participação popular:** Um estudo sobre poder local, planejamento e Movimento Comunitário: o Governo da Frente Popular (86–88) e o Entra Apulso. 1992. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano — UFPE: Recife.

BAUDRILLARD, Jean. **El sistema de los objetos.** 13.ed. São Paulo: Siglo XXI, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** R. de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

_____. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais:** Da Antigüidade aos tempos Modernos. Porto Luanda. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, s/d.

BEZERRA, Eduardo Augusto Duque. Além do crime: sociabilidade e mobilidade urbana contribuindo para a compreensão da violência na Cidade do Recife – PE. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO. PELO DIREITO À VIDA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO CIDADÃO. 2º, 2008, Recife. **Anais...** Recife: PPGEU/UFPE, 2008. p. 87-100. [anais_IISIGEVIIM.pdf](#).

BITOUN, Jan. Gestão Pública Municipal e seus instrumentos. In: SILVA, Evanildo Barbosa da e SOUZA, Luzia de Marillac Melo (Orgs.). **Orçamento Participativo em Recife:** gestão do planejamento, exercício de cidadania. Recife: FASE Pernambuco, agosto/2002, p. 7-19. (Série Cadernos FASE: Aprendendo com o exercício de cidadania, n. 1).

_____. Território do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia.** Recife, v. 18, n. 2, p. 41-54, jul./dez, 2000.

_____. Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo. In: **Revista Cidades**. Formas espaciais e políticas(s) urbana(s). Presidente Prudente: GEU: Expressão Popular. Vol.7, n. 11, p. 67-77, jan/jun, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 6.ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2003. Em CD-ROM.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 6.025, de 22 de Janeiro de 2007**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em https://www.pac.gov.br/upload/publico/upload/Decreto6025_2007.htm. Acesso em: 21 ago. 2010.

_____. Ministério das Cidades. **Ministério das Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secreteria-de-habitacao/snh/pac/?searc...>> Acessado em 31 de jul. 2010.

_____. _____. Política nacional de habitação. **Cadernos MCidades Habitação**, 4, Brasília, Nov, 2004.

_____. SNH – **Secretaria nacional de habitação** — Ministério das Cidades. Disponível em: Acessado em 31 de jul. 2010 <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politica-nacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. acessado em 14 de ago. 2010.

_____. Ministério das Cidades. **PAC: Urbanização de favelas**. Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secreteria-de-habitacao/pac/?searc...>> Acessado em: 31 de jul. 2010.

_____. _____. **Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009**. <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/MPs/2009/mp459.htm>> Acessado em 16/08/2010.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

CABRAL, Augusto Antonio Campelo; ALMEIDA, Janusy Mara de Alencar e PAULA, Ovídio Ferreira de. **O direito de morar, o direito de viver do Cabo Gato a Chão de Estrelas**: a história de luta de um povo pela conquista da moradia. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. 208 p.: il.

_____. Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva. In: **Revista de Geografia**, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n.3, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/213/173>>

_____. **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: O vivido e o instituído.** 2004. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.

_____. **Educação ambiental na escola de ensino fundamental:** uma experiência na comunidade de Campina do Barreto. 1999. Monografia (Especialização em Ensino da Geografia) — UFPE: Recife.

_____. Campina do Barreto: periferia, intervenções urbanas e movimentos sociais. **Revista de Geografia.** Recife: UFPE-DCG/NAPA, v. 18, n. 1, p. 5-8, jan./jun. 2002.

_____. **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: o vivido e o instituído.** 2003. Projeto de Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.

CAMPOS, Hernani Leobler. **A bacia hidrográfica do Beberibe:** um enfoque ambiental. 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.

_____. **Processo histórico de gestão na bacia hidrográfica do rio Beberibe (PE):** uma retrospectiva. 2003. Tese de Doutorado em Geografia — UFRJ: Rio de Janeiro.

CARDOSO, Ruth C. L.; DURHAM, Eunice R. Elaboração cultural e participação social nas populações de baixa renda, *Ciência e Cultura* – **SBPC**, SP, n. 29 (2), fev. 1977.

_____. (org.). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do espaço urbano.** São Paulo: Ed. Da universidade de São Paulo, 1994.

_____. (Org.). **A geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. (Série: Contexto Acadêmica).

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. SEGURANÇA INSEGURA E VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO. PELO DIREITO À VIDA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO CIDADÃO. 2º, 2008, Recife. **Anais...** Recife: PPGEU/UFPE, 2008. p. 239-253. [anais_IISIGEIVIM.pdf](#).

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. 13ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de e NETTO, José Paulo. **Cotidiano:** conhecimento e crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Cidade, democracia e socialismo**: a experiência das associações de vizinhos de Madri. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de geografia humana**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969

CATTANI, Antonio David. Desigualdades: os desafios para a sociologia. In: DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 7-13.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____; LIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1978.

CIDADES. **Revista Cidades**. Cidades. Presidente Prudente: GEU: Expressão Popular. Vol.4, n. 6, jan/Dez, 2007.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1979.

COELHO, Teixeira. Um decálogo, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer. In: **Lazer numa sociedade globalizada**: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 141-164.

COMPARATO, Fábio Konder. Segurança e democracia. In: LAMOUNIER, Bolívar; WEFORT, Francisco Corrêa; BENEVIDES, Maria Victoria (Orgs.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p. 197-229.

CORNWALL, Andrea; ROMANO, Jorge O. e SHANKLAND, Alex. Posfácio: Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, Jorge O; ANDRADE, Maristela de Paula e ANTUNES, Marta. (Org.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania**: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: Action Aid Brasil, 2007. v. 1.

CORRÊA, Darcísio. **Estado, cidadania e espaço público**: as contradições da trajetória humana. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

_____. **A construção da cidadania**: reflexões histórico-políticas. 3.ed. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. In: Controle social: segurança e cidadania. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 18, n. 1, p. 161-167, jan./mar. 2004.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

COUTINHO, Ana Helena Cardoso. Controle social, violência urbana e direitos humanos. **Relatório Final – PIBIC**. Departamento de Direito. Disponível em: http://www.pucrio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CCS/Dir/DIR_02_Ana%20Helena%20.pdf. Acesso em: 15 out. 2008.

COUTO, Maria do Carmo de Rezende Campos. **Medida Provisória 459 de 25/03/2009**. Encontro Regional da Serjus-MG – Ipatinga 25/04/2009. Disponível em: <encontro_regional_ipatinga_palestra_mp_459.pdf>

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. 1. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.

DIAS, Maria Esther B. **A dialética do cotidiano**: trabalho social em conjuntos habitacional. São Paulo: Cortez, 1982.

DIEESE: “**Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento**”, DIEESE, Nota Técnica nº 41, jan. de 2007, in: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec41bancos.pac.pdf>> Acessado em: 31 de jul. 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 8.ed. São Paulo: Ática, 1994.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Unijuí, 2003.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DUTRA, Patrícia Angélica. **Trajetórias de criação do mamulengo do Profº Benedito em Chão de Estrelas e mais além** – ato, ritual, arte e cultura popular. 1998. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social — UFSC: Florianópolis.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Editorial Avante – Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1983.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1986.

ESPAÇO & DEBATES. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. nº. 3 e 6, São Paulo: Cortez, 1981, 1982 respectivamente.

ETAPAS – EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA, PESQUISA E AÇÃO SOCIAL. **Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989**. Recife: ETAPAS, 1989. Vol. I.

_____. **Movimento de bairro**: repetição/invenção. Recife: ETAPAS, 1988.

_____. **Velhas histórias novas conquistas**: ZEIS Novo Prado. Bongi, Recife: ETAPAS, dez. 2001.

_____. **Jornal cidadania é notícia**. Recife: ETAPAS, n.2, abril/maio, 1999.

EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita e SPESSART, Stefanie. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro (et al.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 110-164. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 6.ed. Campinas, SP: 2000.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Gestão municipal e participação social no Brasil**: a trajetória de Recife e Salvador (1986 – 2000). São Paulo: Annablume, 2004.

FISCHER, Tânia (Org.). **Poder local**: governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FLORENCIO, Luzia. **Mesmo assim eu sou feliz!** Depoimento de uma mulher de fé. Petrópolis: Vozes, 1989.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Redes de solidariedade e movimentos reivindicativos urbanos. In: MELO, Norma Lacerda de; LEAL, Suely Maria Ribeiro (Org.). **Relação público-privado: do local ao global**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 231-260.

_____. (Org.). **Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarca rural e desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem da população de Pernambuco**, 2010.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

GIRON, Loraine Slomp (Org.). **Refletindo a cidadania: Estado e sociedade no Brasil**. 7.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. S. P.: Edições Loyola, 1991.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2.ed. São Paulo: edições Loyola, 2001.

_____. **Conselho gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001a. (Col. Questões da nossa época; v. 84).

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Carin Carrer. Conhecer o lugar e transformar o mundo: o espaço geográfico como possibilidade. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território Brasileiro: Uso e Abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 483-494.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GUIA PRÁTICO PARA NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA BIBLIOTECA DO IPPUR/UFRJ. Cláudia Regina dos Anjos (Org.); Gilberto Lima Martins... [et al.] – 3.ed. ver. e atualizada. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, jan./2013. Disponível em:
<<https://docs.google.com/file/d/0B6QpqbBP4OKQZHK1NUZQdE9odGs/edit?pli=1>>
acesso em: 22 março 2013.

HABERMAS, Jürgen. Habermas. In: FREITAG, Barbara; ROUANET, Sérgio Paulo (Org.). **Habermas: sociologia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1993. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 15).

_____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARADA, Munehiko. Política de redução da jornada de trabalho, a Lei do Resort e o lazer no Japão. In: **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 279-288.

HARVEY, David. **A justiça social e acidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Além da justiça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOFMANN, Werner. **A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20.** R. J. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa.** 1.ed. Reio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa.** Ed. Objetiva, 2007. CD-ROM.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968).** Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: IMAGO, 1976.

JORNAL DO COMMERCIO. Localidade é transformada em ZEIS. Recife: JC, 16/10/1994, p. 8.

_____. Caderno CIDADE. Recife: JC, 2003. p. 6.

_____. EDITORIAL: Selvas de pedra. Opinião. Recife: JC, 21/05/2010. p. 10.

JORNAL. FOLHA DE PERNAMBUCO. Encarte Policial (homicídios e prisões na área da pesquisa) dos dias: 23/03/2009, p. 3; 11/05/2009, p. 4; 08/06/2009, p. 3; 18/06/2009, p. 2; 19/06/2009, p. 4; 17/09/2009, p. 3; 23/10/2009, p. 3; 31/10/2009, p. 2; 03/11/2009, p. 1; 20/11/2009, p. 4; 16/12/2009, p. 4; 14/04/2010, p. 3; 21/06/2010, p. 2 – caderno geral; 30/06/2010, p. 3; 27/09/2010, p. 2; 02/10/2010, p. 4; 09/10/2010, p. 2; 29/11/2010, p. 3; (homicídios e prisões próximo à área de estudo) dias: 26/02/2009, p. 1; 06/03/2009, p. 4; 19/03/2009, 1; 13/04/2009, p. 1; 04/05/2009, p. 1; 11/05/2009, p. 2; 09/07/2009, p. 3; 31/08/2009, p. 3; 03/11/2009, p. 1; 06/11/2009, p. 4; 21/12/2009, p.2; 07/01/2010, p. 4; 13/01/2010, p. 3; 12/02/2010, p. 3; 03/08/2010, p. 1; 13/08/2010, p. 3; 02/10/2010, p. 4; 22/10/2010, p. 1; 07/12/2010, p. 3; 27/12/2010, p. 3; 15/02/2011, p. 4; 16/02/2011, p. 2; 18/03/2011, p. 3; 30/05/2011, p. 2; 07/07/2011, p. 3; 21/07/2011, p. 2; 13/08/2011, p. 2; 20/08/2011, p. 4; 05/10/2011, p. 3; 08/11/2011, p. 3; 19/01/2012, p. 4; 21/01/2012, p. 3; 27/01/2012, p. 4; 27/01/2012, p. 2; 06/02/2012, p. 4; 13/02/2012, p. 2; 15/02/2012, p. 2; 27/02/2012, p. 2; 29/03/2012, p. 3; e, 19/04/2012.

JORNAL. **O CHÃO DE ESTRELAS:** Instrumento de cidadania e ação cultural. Ano I. Recife, junho, 1996. n. 00.

_____. **O CHÃO DE ESTRELAS:** Instrumento de cidadania e ação cultural. Ano I. Recife, julho, 1996. n. 01.

JORNAL **VOZ DAS COMUNIDADES.** Encontro de Irmãos, uma religião libertadora Dom Helder Câmara, um profeta dos pobres (MEEI – Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos). Brasil, junho de 2008 – Ano 3 – n. 6. Religião, p. 6-7. Impresso. Endereço eletrônico: <Jvc.jvj@gmail.com>

JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa e SEAVRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O Espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

KOSTER, Martijn. **In Fear of Abandonment:** Slum Life, Community Leaders and Politics in Recife, Brazil. Thesis Wageningen University. – With ref. – With Summary in English, Dutch and Portuguese, 2009. (Holanda – NL).

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na America Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A espoliação urbana.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: **Lazer numa sociedade globalizada:** Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 39-46.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

_____. **Antropologia política.** Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Ed., 2007.

LACERDA DE MELO, Mário. **Metropolização e subdesenvolvimento:** o caso do Recife. Recife: UFPE: CFCH: DCG, 1977.

LAFER, Celso. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 7-10.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Modelos de descentralização política na gestão local: os novos formatos na década de 90. In: MELO, Norma Lacerda de; LEAL, Suely Maria Ribeiro (Org.). **Relação público-privado:** do local ao global. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 87-126.

_____. **Fetice da Participação popular:** novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil. Recife: do Autor, 2003.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder?** São Paulo: Abril: Brasiliense, 1984.

LEFÈBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain.** Paris, Anthropos, 1977.

_____. **Critique de La vie quotidienne, III:** de La modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie Du quotidien). Paris, L'Arche Éditeur, 1981.

LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. **Participação popular e acesso à moradia:** as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

LIMA, Antônio Jesuíta de. **Gestão urbana e políticas de habitação social:** análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.

LIMA, Maria José de. **Movimentos populares:** uma questão de cidadania. 1992. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), FAFIRE-UFPE: Recife.

LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. **A participação social no cotidiano.** 5.ed. São Paulo: Cortez Ed., 1983.

LOBO, Francis; GARCIA, Erivelto Busto. Prefácio. In: **Lazer numa sociedade globalizada:** Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 17-27.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2.ed. São Paulo: Martins Fonte, 1997.

LOSTAO, Salvador Soler. **PREZEIS:** Um processo de participação na formação da cidade. Recife: CEAS Urbano/PE, set. 1992. (Versão popular da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano — UFPE: Recife, 1991).

_____. Participação popular: movimentos sociais urbanos em espaços institucionais (PREZEIS). In: SOARES, José Arlindo; LOSTÃO, Salvador Soler. **Poder local e participação popular.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992. p. 60-88.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente.** Natal (RN): Argos, 2001.

_____. **Notas sobre a pós-modernidade:** O lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica Ed., 2004.

MAGALHÃES, Inês e BLANCO JR, Cid. A política nacional de habitação e os processos de coordenação federativa para atendimento da população moradora de favelas. **XIII Congresso Internacional del CLAD** sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008. pdf.

MANTERO, Juan Carlos. Turismo e lazer. In: **Lazer numa sociedade globalizada:** Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 185-190.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3.ed. 15ª reimpr. São Paulo: Brasiliense 2006.

_____. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARINHO, Geraldo. Movimentos urbanos de luta pela moradia. In: ROMANO, Jorge O; ATHIAS, Renato; ANTUNES, Marta (Org.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania**: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 161-185. (Col. Olhar crítico; v. 2).

_____. **Uma política inovadora de urbanização no Recife**: 10 anos do PREZEIS. Recife: CEPJC: ETAPAS: FASE, 1999.

MARIZ, Kátia Lage; ARRUDA, Érica Maia C. **Brasil**: cidadania, instrumento e liberdade. 1.ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. são Paulo: Martins Fontes, 1983. (Série Novas Direções).

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2.ed. são Paulo: Abril Cultural: Victor Civita, 1978. (Col. Os pensadores).

_____. **O capital**: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, s/d. Livro 3, Vol. 6. (Col. Perspectivas do Homem; Série: Economia; Vol. 38-E).

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MASI, Domenico de. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: **Lazer numa sociedade globalizada**: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 121-137.

MELGAÇO, Lucas de Melo. O uso do território pela violência. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território Brasileiro**: uso e abusos. Campinas, SP: Edições TERRITORIAL, 2003. p. 524-533.

_____. Da psicofera do medo à tecnosfera da segurança. In: SÁ, Alcindo José de (Org.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Os Autores, 2007. p. 213-233.

MELO, Marcus André Campelo de. Federalismo e política social: as vicissitudes da descentralização. In: MELO, Norma Lacerda de; LEAL, Suelly Maria Ribeiro (Org.). **Relação público-privado**: do local ao global. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 15-42.

_____. “Crise federativa, guerra fiscal e hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização? In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997. p. 111-142.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**, 34.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MENDES, Diego. Lula entrega conjuntos habitacionais: construções foram erguidas na Imbiribeira, Água fria e Arruda, no Recife. **Folha de Pernambuco**, Recife, 8 mai. 2010. Caderno Grande Recife, p. 1-2.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1993

MIRANDA, Livia. **O PREZEIS do Recife**: 15 anos da construção de uma política habitacional de interesse social no município. Recife: Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais/IPPUR/UFPE/FASE, 2003.

MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1977. p. 13-63. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 1).

_____. Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In: MOSÉS, José Álvaro (et al.). **Cidade, povo e poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 50-64. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

_____. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOSÉS, José Álvaro (et al.). **Cidade, povo e poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 14-29. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 71-108.

_____. **O que é geografia?** 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MORA, Luis de La. A aferição e o aperfeiçoamento da eficiência no exercício dos papéis dos novos atores sociais na gestão descentralizada das políticas públicas. In: MELO, Norma Lacerda de; LEAL, Suely Maria Ribeiro (Org.). **Relação público-privado**: do local ao global. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 261-286.

MOURA, Alexandrina Sobreira de (Coord.). **Promorar e autoconstrução no Nordeste**: subsídios para uma avaliação institucional. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990.

MOURA, Suzana. Redes de ação pública na gestão local: tendências atuais. In: MELO, Norma Lacerda de; LEAL, Suely Maria Ribeiro (Orgs.). **Relação público-privado: do local ao global**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 65-86.

MUTZENBERG, Remo. Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior (Org.). **Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 123-156.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano. 2, n. 3 (jan/jul, 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. p. 41-49.

NÓBREGA, Amanda. Classes C e D mais perto da casa própria: segmento deve representar cerca de 70% do mercado imobiliário em alguns anos. **Folha de Pernambuco**, Recife, 14 mar. 2010. Caderno Economia, p. 1-2.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Potência, limites e sedução do poder**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

NUNES, Edison. Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981. In: MOSÉS, José Álvaro (et al.). **Cidade, povo e poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 92-108. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

_____. e JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOSÉS, José Álvaro (et al.). **Cidade, povo e poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 165-199. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

NUIJTEN, Monique e KOSTER, Martijn. **Regimes de ordenação espacial no Brasil: a fusão do neoliberalismo, populismo de esquerda e visões modernista na urbanização de favelas no Recife**. 2012. Cópia digitada.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1977. p. 65-76.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Para compreender o “leviatã urbano” – a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 177-206.

ORTEGA, Graciela Uribe. Identidade cultural, território e lazer. In: **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 165-178.

OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo 1927 — 1943**. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana, 1997.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1984.

PASSETTI, Edson. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. In: Controle social: segurança e cidadania. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 18, n. 1, p. 151-160, jan./mar. 2004.

PAULA, Ovídio Ferreira de. A Favela Numa Cidade Grande. In: BRITTO, Luiz Percival Leme e FORTUNATO, Marisa. **Imagens e leituras do cotidiano**. Campinas: Ed. Do Autor, 2002.

PEET, Richard. Desigualdade e pobreza: uma teoria geográfico-marxista. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 255-268.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (Org.). **Política social e democracia**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 25-42.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Programa PROMETRÓPOLE: Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR: Áreas de Intervenção do Programa**. Produto n. 26. Recife: CONDEPE/FINDEM, 2000.

_____. Governo do Estado de. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Programa PROMETRÓPOLE: Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR: documento síntese**. Produto n. 01. Recife: CONDEPE/FINDEM, 2001a.

_____. Governo do Estado de. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Programa PROMETRÓPOLE: Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR: Termo de Referência para o Plano de Gestão Ambiental para a RMR**. Produto n. 10. Recife: CONDEPE/FINDEM, 2001b.

_____. Governo do Estado de. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Programa PROMETRÓPOLE:** Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR: Plano Detalhado de Educação Ambiental para Áreas de Pobreza da RMR. Produto n. 14. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2001c.

_____. Governo do Estado de. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Programa PROMETRÓPOLE:** Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR: Projeto Executivo para as Ações de Educação Ambiental para a UE – 23 Campo Grande – Recife. Produto n. 33. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2001d.

_____. **Programa PROMETRÓPOLE:** Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR. Recife: Secretaria Executiva de Captação de Recursos e Acompanhamento de Programas, 2003.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **PAT-PROSANEAR:** Relatório Parcial II: relatório analítico de pesquisa UE's 20 e 21 – PDLI/PSI/PIS. Recife: CONDEPE/FIDEM: DIAGONAL, Nov. 2003a. Produto 3.1.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **PAT-PROSANEAR:** Relatório Parcial III: Diagnóstico Integrado: diagnóstico sócio-organizativo, sócio-ambiental e socioeconômico UE's 20 e 21 – PDLI/PSI/PIS. Recife: CONDEPE/FIDEM: DIAGONAL, Jan. 2004a. Produto 3.2.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **PAT-PROSANEAR:** Relatório Parcial III: diagnóstico integrado UE's 20 e 21 – PDLI/PSI. Recife: CONDEPE/FIDEM: DIAGONAL, jan. 2004. Produto 3.2.

_____. **Programa PROMETRÓPOLE:** Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR. Recife: Secretaria Executiva de Captação de Recursos e Acompanhamento de Programas. Recife, março, 2008. (apresentação em PowerPoint).

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Manual do morador:** Programa ProMetrópole. Recife: A Secretaria, 2008a.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Manual da casa nova:** Programa ProMetrópole: UE 23 – Campo Grande. Recife: A Sec., 2008b. tipologia A.

_____. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO. **Apresentação do PROMETRÓPOLE.** Recife: CONDEPE/FIDEM. Disponível em:

<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1557.44> Acesso em: 31 ago. 2010.

_____. **Guia Social do Recife.** Recife: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (Org.), 1943.

_____. **Decreto Estadual n. 5.532**, Diário Oficial de 12/01/1979. D. O. de 12/01/1979a. p. 4.

_____. **Decreto Lei n. 235**, de 9 de dezembro de 1938. Imprensa Oficial: Recife, 1939.

_____. **Decreto n. 503**, de 19 de junho de 1940. D. O. de 20/06/1940.

_____. **Decreto n. 5.973**, Diário Oficial de 15/09/1979. D. O. de 15/09/1979b. p. 2.

_____. **Lei n. 11.329**, Diário Oficial de 16/01/1996. (Estatuto do Magistério Público do Estado de Pernambuco).

_____. Diário Oficial de 20/06/1985.

_____. **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (1989)**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1989.

PERRUSO, Marco de Antonio. **Em busca do “novo”**: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980. São Paulo: Annablume, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia nacib; PAGANELLI, Tomoko lyda; NÚRIA, Hanglei Cacete. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade**: O conjunto habitacional da Torre. 2006. Dissertação de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.

PRADO JÚNIOR, Caio. **O que é liberdade**: Capitalismo x Socialismo. 9.ed. são Paulo: Brasiliense, 1984.

PREFEITURA, da Cidade do Recife. **Lei 16.176/96, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife**: atualizada com as alterações introduzidas pela Lei 16.289, D.O.M. de 29/01/1997.

_____. Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental. **Atlas Municipal do Desenvolvimento no Humano**. Recife: PMR: CEES: PNUD, 2005.

_____. Decreto Municipal nº 21.526, de 23 de outubro de 2005.
<<http://legiscidade.com.br/decreto/21526/#fragment-1>> Acessado em 25/06/2012.

_____. Unidade Executora Municipal PROMETRÓPOLE. **Canal do jacarezinho: termos de referência**: contratação de empresa de consultoria para o acompanhamento social nas fases de obra e pós-obra para a localidade Canal do Jacarezinho. Recife: UEM-Recife/PMR: GEOSISTEMAS, maio/2006a.

_____. Unidade Executora Municipal PROMETRÓPOLE. **Plano de Acompanhamento Social de Obras**. Recife: UEM-Recife/PMR: GEOSISTEMAS, 2006b.

_____. Unidade Executora Municipal PROMETRÓPOLE. **Canal do Jacarezinho: Plano de Reassentamento**. Tomo 1. Recife: UEM-Recife/PMR: GEOSISTEMAS, 2006c.

_____. Unidade Executora Municipal PROMETRÓPOLE. **Canal do Jacarezinho: Plano de Acompanhamento Social para o Reassentamento das Famílias**. Tomo 2. Recife: UEM-Recife/PMR: GEOSISTEMAS, 2006d.

_____. Orçamento Participativo. Revista informativa do **Orçamento Participativo**. Distribuição gratuita na Plenária Regional na Campina do Barreto em 27/03/2008.

_____. EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. **Histórico do assentamento Canal de Campo Grande**. Recife: URB – RECIFE: DIUR: DIVISÃO DE PESQUISA E ACOMPANHAMENTO, Dezembro/1992.

_____. EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. **Histórico do assentamento Chão de Estrelas**. Recife: URB – RECIFE: DIUR: DIVISÃO DE PESQUISA E ACOMPANHAMENTO, julho/1993.

_____. EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. **Plano urbanístico de Campo Grande**: 1ª etapa: Relatório preliminar de caracterização da ZEIS. Recife: URB – RECIFE: DPU: DUZ, maio/1996.

_____. EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. **Diagnóstico da ZEIS Campo Grande**. Recife: URB – RECIFE: DIUR: DIC: DGZ, Abril/2005.

_____. Disponível: 21/06/2007. Câmara Municipal do Recife - Pauta da semana 23/08/2004 Link: http://www.recife.pe.gov.br/2007/06/21/mat_41128.php Acessado: 04/05/2011.

PREZEIS: o olhar dos moradores. Recife: Centro Josué de Castro: Del: ETAPAS: FASE Nordeste: gtz, junho/2000.

PROJETO UNIÃO DO BEIRA – RIO. **Projeto União do Beira – Rio: Cabo Gato – Peixinhos**. Recife: Conselho de Moradores, dez/1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O direito dos povos.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O liberalismo político.** 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

RESENDE, Antônio Paulo. O Recife: História de uma cidade. Recife: **Jornal do Commercio**, Encarte, 2000. V. 8-9.

_____. **(Des)encantos Modernos:** histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Luís César de Queirós e PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão da moradia.** São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada:** Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 179-184.

_____. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo: 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SÁ, Alcindo José de (Org.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados.** Recife: Os Autores, 2007.

SALDANHA, Nelson. **O que é poder legislativo.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Eder S. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. Trabalho, desemprego e tempo livre. In: **Lazer numa sociedade globalizada:** Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 191-200.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática da sociedade** (em diálogo com Gramsci). 2.ed. Sobral, CE: Edições UVA; Recife: Editora da UFPE, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Coimbra — Oficina do CES. n. 135, Janeiro/1999. Disponível em <<http://www.ces.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso: em 04 maio, 2009.

_____. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). **Invasões urbanas:** conflito de direito de propriedade. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2008a. p. 17-94.

_____. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. In: Controle social: segurança e cidadania. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 18, n. 1, p. 3-12, jan./mar. 2004.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** Recife: HUCITEC/UFPE/CNPU, 1978.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Espaço e método.** 1.ed. 1ª. reimpressão. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O espaço cidadão.** 3.ed. São Paulo: Nobel, 1996. (Col. Espaços).

_____; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. 2.ed. São Paulo: HUCITEC: ANPUR, 1996a.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e Emoção. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997a.

_____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. Lazer popular e geração de empregos. In: **Lazer numa sociedade globalizada:** Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000b. p. 31-38.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: UNESP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SASSEN, Saskia. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: **Lazer numa sociedade globalizada**: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 113-120.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola: Centro João XXIII, 2005.

_____; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHMIDT, Benício. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuh C. **Cidade, habitus e cotidiano familiar**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAFIM, Lizandra. **Controle social nas agências reguladoras brasileiras**: entre projetos políticos e modelo institucional – a ANEEL nos governos FHC e Lula. 2007. Dissertação de Mestrado em Ciência Política — UNICAMP: Campinas.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERRANO, Maria José Vitoriano. **Planeta dos Macacos**: a negação de pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão. 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. — 22.ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT — São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ademir Alves da. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Andrezza Karla de Oliveira [et al]. A nova configuração dos centros urbanos: custo social e econômico da violência e do medo e a transformação do cotidiano. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOÊNCIA E DO MEDO.

PELO DIREITO À VIDA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO CIDADÃO. 2º, 2008, Recife. **Anais...** Recife: PPGEIO/UFPE, 2008. p. 347-362. [anais_IISIGEVIM.pdf](#).

SILVA, Cláudia Barbosa da et al. **Propostas Ideológicas da Relação Homem/Meio Ambiente na Comunidade de Chão de Estrelas**. 1994. Monografia (Curso de Bacharel em Assistente Social), Recife: UNICAP.

SILVA, Evanildo Barbosa da; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A experiência do orçamento participativo do Recife. In: ROMANO, JOEGE O.; ANDRADE, Maristela de Paula; ANTUNES, Marta (Org.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: Action Aid Brasil, 2007. p. 121-199. (Col. Olhar crítico, v. 1).

SILVA, Gustavo Tavares da. Gestão pública e transformação social no Brasil. In: HERMANN, Klaus (Org.). **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Fundação Honrad Adenauer: Expressão Gráfica e Editora, 2004. p. 61-86.

SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande-PB**. Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SILVA, Luciana Souza da. **Diferenças sociais e segregação residencial na cidade**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC em Geografia — UFPE: Recife.

SILVA, Maria Geane Bezerra da. **Grandes empreendimentos: as modernizações e a reconfiguração territorial promovida entre os centros urbanos de Recife e Olinda**. 2000. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva e MONTENEGRO, Antônio Torres (Org.). **Movimentos de bairro: repetição / invenção**. Recife: ETAPAS, 1988.

SILVA, Tarcísio. **Do discurso à prática: associativismo e participação popular – um estudo de caso da Comunidade de Chão de Estrelas – Recife/PE**. 2000. Dissertação de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.

SOARES, José Arlindo; SOLER LOSTÃO, Salvador. **Poder local e participação popular**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

SOUZA, Carlos Alberto Duarte de. O medo e a violência como fatores de influência na circulação e nas formas espaciais nas favelas do DETRAN e Ayrton Senna no bairro da Iputinga – Recife (PE). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLENCIA E DO MEDO. PELO DIREITO À VIDA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO CIDADÃO. 2º, 2008, Recife. **Anais...** Recife: PPGEIO/UFPE, 2008. p. 165-182. [anais_IISIGEVIM.pdf](#).

SOUZA, Fernando Antonio Santos de. **O significado histórico da Vila Jorge Pimenta no Recife – PE: Uma interpretação do ambiente construído habitado**. 2000. Dissertação de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.

SOUZA, Iracilde Silva de. **A gestão democrática e os conflitos de governança: Os percursos do PREZEIS de Recife 1993 / 2004.** 2006. Dissertação de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

_____. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, M. A. **Habitação: Bem ou Direito?** As condições de acesso à habitação popular analisada à luz da COHAB-PE na RMR. Recife: MDU: UFPE, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Para que serve o orçamento participativo? Disparidade de expectativas e disputa ideológica em torno de uma proposta em ascensão. In: **Cadernos IPPUR.** Rio de Janeiro. Ano XIV. N. 2, 2000. p. 123-142.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. e RODRIGUES, Glauro Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004a, p. 57-92.

_____. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In: **Revista Cidades.** Ativismos sociais e espaço urbano. Presidente Prudente: GEU: Expressão Popular. Vol.6, n. 9, p. 9-28, jan/jun, 2009.

_____.; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, resignificando o espaço: territórios e “lugares” do Movimento dos Sem-Teto. In: **Revista Cidades.** Ativismos

sociais e espaço urbano. Presidente Prudente: GEU: Expressão Popular. Vol.6, n. 9, p. 29-66, jan/jun, 2009.

STOKOSWKI, Patricia. O dilema das comunidades. In: **Lazer numa sociedade globalizada**: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 299-308.

SUZIN, Leonardo Ricardo. Os mandatos sociais e a constituição da subjetividade: delito, violência e marginalidade. In: LEWGOY, Alzira Maria Batista [et al.]. **Marginalidade e controle social**. Porto Alegre: Sec. De Justiça, Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, 1991. p. 125-240.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. 6.ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1985.

TASCHNER, Suzana Pasternak. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, Pedro (org.). **A cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras: FAPERJ, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “Modernidade Tardia”. In: **São Paulo em Perspectiva**. Controle social: segurança e cidadania. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-12, jan./mar. 2004.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. [et. al.]. **Orçamento participativo**: Democratização da gestão pública e controle social: As experiências de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal. Botafogo, Rio de Janeiro, RJ: FASE: Fórum Nacional de Participação Popular, s/d.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? 2ª reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa e SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 150-159.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLADARES, Lícia do Prado. Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: MOSÉS, José Álvaro (et al.). **Cidade, povo e poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1985. p. 65-91.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

VIEIRA, Liszt. Notas sobre o conceito de cidadania. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – BIB. São Paulo: ANPOCS: USP: EDUSC, n. 51, 1º semestre, 2001. PP.35-48.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 6.ed. ver. – São Paulo: Atlas, 2006.

WEFFORT, Francisco Corrêa. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco C; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. pp. 141- 104.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2.ed. 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 12, n. 35, São Paulo, Fev. 1997. ISSN 0102-6909 versão impressa.

LISTA DE FILMES

DVD-ROM 1

A nossa História é a História de Cabo Gato. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Recife: Espia Vídeo, setembro de 1988. (Duração: 00h26min: 07). DVD-ROM.

Organização Popular. Recife: CENTER Produções, 1991. (Duração: 00h34min: 21). DVD-ROM.

O Pão Nosso de Cada Dia. Recife: Realização TV VIVA, s/d. (Duração: 00h15min:15). DVD-ROM.

Saúde. Recife: CENTER Produções, 1988. (Duração: 00h27min: 53). DVD-ROM.

Daruê Malungo. Recife: Etapas Vídeo, s/d. (Duração: 00h22min: 23). DVD-ROM.

DVD-ROM 2

O Anel de Tucum. São Paulo: Verbo Filmes, 1994. (Duração: 01h09min: 03). DVD-ROM.

APÊNDICES

“Se os meus escritos valem alguma coisa, possam os que tiverem (...) utilizá-los do melhor modo que entenderem.”

(Descartes apud Salomon, 1977, p. 237)

“Será útil a alguns, sem ser nocivo a ninguém.”

(Descartes apud Salomon, 1977, p. 103)

APÊNDICE: A — Exemplar das Entrevistadas Aplicada as Lideranças/Representações Local (Os de baixo)¹

ENTREVISTA PARA SER APLICADA (A LIDERANÇA/REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DA LOCALIDADE EM ESTUDO):

Nome Completo da Entidade: _____

Endereço: _____ n. _____ CEP: _____

Bairro/Comunidade: _____ Telefone: _____

Cel: _____ n. de Associados: _____ Data da fundação da Entidade: ____/____/____

Existe registro em Cartório: _____ Documentos apresentados: _____

Identificação do Entrevistado (nome completo): _____

Função na Entidade: _____ Estado Civil: _____ Grau de Instrução: _____

Profissão: _____ Idade: _____

1. O que levou ao surgimento da entidade ou como você torna-se líder?

2. Qual o objetivo (finalidade) da entidade ou seu como liderança?

3. Você ou a entidade tem vínculo com algum político?

Sim Não Sim Não Sim Não Sim Não
Vereador ☐ ☐ Deputado ☐ ☐ Senador ☐ ☐ Partido ☐ ☐

4. Existe ajuda financeira ou de assessoria para você ou a entidade quando na organização de alguma reivindicação? Sim ☐ Não ☐ Quais?

5. Existe articulação sua ou da entidade com outra(s) existente(s) no bairro? Sim ☐ Não ☐ Com quais? _____ Por quê?

6. Quais são os interlocutores públicos e os meios de ação utilizados por vocês?

Meios de Ações	Piquetes	Panfletos	Greves de fome	Ofícios	Passeatas	Abaixo-assinado	Apoio de políticos	Apoio dos meios de comunicações	Solicitação de audiência a c/órgão	Outros
Sim										
Não										

Interlocutores? _____

7 Referente ao programa PROMETRÓPOLE, tem sido consultada a população local?

Sim ☐ Não ☐ e as lideranças? Sim ☐ Não ☐

Quem consultou? Estado ☐ Prefeitura ☐ Outros ☐ Quais?

8 Quais os papéis das lideranças ou entidades locais nesse processo?

9 O que a participação da liderança ou entidade acrescenta a administração da cidade?

¹ Observação: Lembramos que as entrevistas foram semiestruturadas, sendo assim, essas foram algumas perguntas bases. É apenas um roteiro de perguntas que levou a desdobramentos de outras durante as entrevistas. Sendo essa observação comum a todos e todas entrevistadas (tanto moradoras lideranças e representações do gestor público – Prefeitura). Realizadas em vários momentos da pesquisa da tese.

- 10 Consegue influenciar as decisões e ou realizações dos gestores? Sim ☐ Não ☐ Cite um exemplo.
- 11 Quais as melhorias vocês mais reivindicavam no projeto? Saneamento 1 ☐ Segurança 2 ☐
Saúde 3 ☐ Educação 4 ☐
Transportes 5 ☐ Limpeza 6 ☐ Lazer 7 ☐ Outros 8 ☐
- 12 Como você ficou sabendo que os moradores iam receber casas? Comente. Você participou da escolha do tipo de moradia? Houve negociação? Foi só com o morador ou em grupo? Vocês participaram? Foi oferecida alternativa para quem não quis morar no conjunto? Quais?
- 13 Porque a negociação foi individual com cada morador?
- 14 A entrega das casas é através de sorteio? Que tipo? Através da loteria, na presença de vocês?
- 15 Houve mudança na vida dos moradores vindos residi nos conjuntos residências? Para melhor ou pior? Quais? Alterou na atividade econômica (Profissional?) deles?
- 16 As casas foram entregues a fundo perdidos, não tendo pagamento de prestações?
- 17 As casas foram entregues em nome das mulheres ou de que se cadastrou?
- 18 Vocês sabem quais os critérios para ter direito a receber uma moradia ou indenização?
- 19 Você conhece alguém que não recebeu nem casa, nem dinheiro, não recebeu nada? E por quê?
- 20 Você acha que o Estado ou a Prefeitura está cumprindo suas promessas? Quais são?
- 21 Os moradores receberam alguma orientação no sentido de planejamento familiar em relação aos custos financeiros que passaram a ter com a nova moradia, com pagamentos de luz, água etc.?
- 22 Os vizinhos deles são os mesmos de antes ou são novos? Isso é bom ou ruim?
- 23 Como está a segurança aqui? Tem policiamento?
- 24 Como está à violência aqui nos conjunto? Têm muitas: brigas, roubos, assaltos, drogas? Assassinato?
- 25 Como é o lazer das famílias nos conjuntos? Eles utilizam a praça? A rua? Os campos de futebol existente no bairro? Etc.?
- 26 Como você vê a conservação da Praça: bancos, árvores, lâmpadas dos postes, calçadas, conservação das ruas, dos campos de futebol, etc.?
- 27 Você tem contado enquanto representação com alguma pessoa da Prefeitura: Dircon, O P, Posto de saúde? Quem? De quanto em quanto tempo? Ou da empresa que construiu as casas (a Delta)? Ou do Banco Mundial? Mais algum órgão ou pessoa? O que vocês abordam?
- 28 Você participa do orçamento participativo — O P? Se sim, qual a importância?
- 29 Você sabe de alguém que reformou a casa: fez garagem, alguma puxada: terraço, muro ou vendeu a escada etc.? Comente. Ou teve algum problema de construção: rachaduras nas paredes, no piso etc.? Comente.

- 30 Você conhece alguma pessoa que quer alugar (ou alugou), vender (ou vendeu) a casa? Quem? Por quanto? Por quê? Foi morar aonde?
- 31 Você sabe quem é responsável pela administração (é o síndico) dos conjuntos?
- 32 O que já foi executado no programa PROMETRÓPOLE referente à proposta para os grupos vulneráveis? Em particular na UE 21?
- 33 Você sabe se existe o comitê da bacia do Beberibe? Comente.
- 34 O que levou em sua opinião as obras do canal Jacarezinho vir ser executadas antes dos planos pilotos?
- 35 Ainda está ocorrendo reunião da COMUL aqui na comunidade?
- 36 A população conhece e participa das reuniões da COMUL?
- 37 Quais as obras existentes nas áreas de Peixinho (Aderbal Jurema) e em Campina do Barreto (Chão de Estrelas/Ovídio Ferreira) executada pelo fundo do PREZEIS (COMUL)? Quando foi executada?
- 38 Foi reivindicação dos moradores? Existe alguma obra ainda pendente na área pelo PREZEIS? Se sim, qual e quando vai ser executada?
- 39 Tem alguma ação nas áreas de Aderbal Jurema, Chão de Estrelas, Ovídio Ferreira e Jacarezinho pelo PREZEIS/COMUL mesmo que não seja com recursos do fundo do Prezeis? Ex. solicitação de capinação; troca de lâmpadas queimadas etc. para quem solicitam?
- 40 Como tem se dado o reacionamento do PREZEIS com a Prefeitura do PT? E como era esse reacionamento com a Prefeitura nos governos antes do PT?
- 41 Como tem se dado participação da COMUL no OP e no PROMETRÓPOLE?
- 42 Os moradores que receberam casas agora podemos dizer que são cidadãos?
- 43 Você acha que as lideranças locais estão desarticuladas em suas ações, individualizadas, cooptadas por políticos 'profissionais', disputando entre si, com baixo nível de politização e participação?
- 44 Como os habitantes são vistos pelos moradores dos bairros vizinhos? Você acha que eles são discriminados por mora aqui?
- 45 Existem pontos (necessidades) que permanecem dificultando as conquistas das melhorias (cidadania) dos moradores locais? Quais?
- 46 Qual a perspectiva de futuro daqui dos moradores dos conjuntos para você? Vai torna-se favelado de novo?

Recife/PE; _____/_____/_____

ENTREVISTADOR: Augusto Antonio Campelo Cabral

E-mail: acampelocabral@uol.com.br acampelocabral@bol.com.br

Fone: (81) 34.43.06.38 Celular: 96.32.17.64

APÊNDICE: B — Exemplo do Roteiro de Entrevistas Realizadas com os Moradores dos Conjuntos Habitacionais (Os de baixo)

ENTREVISTA PARA SER APLICADA AOS MORADORES DOS CONJUNTOS EM ESTUDO:

Nome Completo: _____

Endereço: _____ n. _____ CEP: _____

Conjunto Residencial: _____ Bairro: _____

Telefone: _____ Cel: _____ Estado Civil: _____ Documentos apresentados: _____

Sexo: _____ Grau de Instrução: _____ Profissão: _____ Idade: _____

A VIDA NO CANAL OU NO RIO:

1 De onde veio?

Rio Beberibe () Canal do Arruda () Canal Jacarezinho () Outro: () Qual? _____

E Antes? _____ Comente a vida um pouco? _____

2 Porque as pessoas chegam a ocupar (invadi) as margens do rio ou canal?

3 Como vai crescendo a ocupação nas margens do rio ou canal?

4 Quais as vantagens de uma pessoa morar em uma ocupação (favela)?

5 Vocês que mora ou morou em uma ocupação exigiam (ou não exigiam) moradia do governo?

6 O que é uma ocupação (favela) para você? O que é morar em uma ocupação (favela)?

7 Como vocês chegam e ficam lá?

8 Vocês não querem morar em outro lugar?

9 Vocês fazem ou fizeram parte de alguma organização (associação, movimento social) na ocupação? Algum movimento ajudou a ocupar a área (invadir)?

10 Como vocês usavam o espaço (território) ocupado?

11 Existem alguma forma de controle social sobre vocês por parte do governo, traficante, associações, políticos etc.?

12 Têm filhos? Quantos? Todos moram com você? Todos trabalham? Tem renda fixa?

13 Como era a vida no canal ou no rio? O barraco era grande? Como era dividido? Cabiam todos? Tinha quintal (terreno)? Quantos anos moraram?

14 Pagavam água encanada e energia? Como era o saneamento? Onde colocava o lixo?

15 Quais as melhorias vocês mais reivindicavam?

Saneamento 1 Segurança 2 Saúde 3 Educação 4 Transportes 5 Limpeza 6 Lazer 7 Outros 8

16 Como era a relação com os vizinhos? Tinha amigos ou inimigos? Tinha muito barulho de som?

- 17 Como era o lazer da família no canal ou no rio? Lá era violento? Como era a violência? Tinha roubo, assaltos? Briga? Drogas?
- 18 Tinha alguma liderança ou associação local, partido ou político que ajudava a vocês (quem ou qual)?
- 19 Como você ficou sabendo que ia receber uma casa? Comente. Você participou da escolha do tipo de moradia? Houve negociação? Foi só com você ou em grupo? Foi oferecida outras alternativas para quem não quis morar aqui? Quais?
- 20 A entrega das casas é através de sorteio? Que tipo (através da loteria, na presença de vocês)?

A VIDA NO CONJUNTO:

- 21 De onde o(a) senhor(a) veio? Você é o 1º ocupante dessa casa? Se não, sabe para onde foi o antigo morador?
- 22 Há quanto tempo estão morando aqui? Qual o tamanho da casa? Houve negociação para construção, escolha do tamanho? A casa é maior que a anterior (o barraco)?
- 23 Houve mudança na sua vida vindo morar aqui? Para melhor ou pior? Quais? Alterou na atividade econômica (Profissional)?
- 24 Continua a mesma quantidade de pessoas que morava na casa anterior (no barraco) aqui? Cabem todos aqui? Todos trabalham?
- 25 As casas foram entregues a fundo perdidos, não tendo pagamento de prestações? As casas foram entregues em nome das mulheres ou de quem se cadastrou? Quais os critérios para ter direito a receber uma moradia ou indenização?
- 26 Você conhece alguém que não recebeu nem casa, nem dinheiro, não recebeu nada? Quem? Foi morar aonde? Você acha que o Estado ou a Prefeitura está cumprindo suas promessas? Quais?
- 27 Pagam água encanada? Taxa mínima? Energia? Taxa mínima? Telefone? Taxa mínima? Como é o saneamento de esgotos, sanitário e da chuva (rua)? O caminhão da coleta do lixo passa aqui? Quantas vezes na semana?
- 28 Vocês receberam alguma orientação no sentido de planejamento familiar em relação aos custos financeiros que tem agora na nova moradia com pagamentos de luz, água etc.?
- 29 Quais as melhorias vocês mais reivindicavam aqui?
Saneamento 1 Segurança 2 Saúde 3 Educação 4 Transportes 5 Limpeza 6 Lazer 7 Outros 8
- 30 Os vizinhos são os mesmos de antes ou são novos? Isso é bom ou ruim? Como é a relação com os vizinhos aqui? Tem amigos ou inimigos? Tem muito barulho de som? Outros problemas?
- 31 Como está a segurança aqui? Tem policiamento?
- 32 Como está a violência aqui no conjunto? Têm muitas: brigas, roubos, assaltos, drogas? Assassinato?

- 33 Como é o lazer da família aqui no conjunto? Você utiliza a praça? A rua? Os campos de futebol existente no bairro? etc.?
- 34 Como você vê a conservação da Praça: bancos, árvores, lâmpadas dos postes, calçadas, conservação das ruas, dos campos de futebol, etc.?
- 35 Vocês conhecem a COMUL (Comissão de Urbanização e Legislação da Posse da terra) e o PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social)? Participa das reuniões?
- 36 Você tem contado com alguma pessoa da Prefeitura: DIRCON, O P, Posto de saúde? Quem? De quanto em quanto tempo? Ou da empresa que construiu as casas (a Delta)? Ou do Banco Mundial? Mais algum órgão ou pessoa?
- 37 Você participa do orçamento participativo — O P? O que acha?
- 38 Referente ao Programa PROMETRÓPOLE, vocês tem sido consultados? Quem consultou? Estado 1 Prefeitura 2 Outros 3 ? Quais?
- 39 Você sabe de alguém que reformou a casa: fez garagem, alguma puxada: terraço, muro ou vendeu a escada etc.? Comente. Ou teve algum problema de construção: rachaduras nas paredes, no piso etc.? Comente.
- 40 Você conhece alguma pessoa que quer alugar (ou alugou), a casa? Quem? Por quanto? Por quê? Foi morar aonde?
- 41 Quantos moradores já venderam ou saiu das casas nessa rua ou aqui próximas (quantos %)?
- 42 Tem alguma liderança ou associação local, partido ou político que ajuda a vocês (quem ou qual)? Como? Quem é responsável (o síndico) aqui pela administração do conjunto?
- 43 Como vocês são visto pelos moradores dos bairros vizinhos? Acha discriminado por mora aqui?
- 44 Qual o tamanho dos lotes e das casas dos conjuntos Aderbal jurema e Ovídio ferreira? As portas e janelas eram de madeira? As casas vieram rebocadas? (solicitar que faça um croqui – mapa)
- 45 Qual a importância da rádio comunitária para você? Ela influência na sua vida? Você utiliza a rádio para divulgação das reuniões da COMUL?
- 46 Como estão os relacionamentos com os filhos, parentes e amigos decorrentes da nova moradia?
- 47 A nova moradia alterou na educação escolar dos membros da família e no trabalho?
- 48 Em relação à chegada de vocês aqui nos conjuntos como esta hoje? Mais violento? Mais calmo? Está gostando daqui?
- 49 Qual o projeto de vida de vocês (como vocês pensam o futuro) morando aqui no conjunto?
- 50 Existem pontos (necessidades) que permanecem dificultando as conquistas das melhorias (cidadania)? Quais?
- 51 Qual a perspectiva de futuro daqui do conjunto para você? Vai torna-se favela de novo?

Recife/PE; _____/_____/_____

ENTREVISTADOR: Augusto Antonio Campelo Cabral – Fone: (81): 96.32.17.64

E-mail: acampelocabral@uol.com.br acampelocabral@bol.com.br augustoceegp@yahoo.com.br

APÊNDICE: C — Exemplar do Roteiro de Entrevistas Realizadas com as Representações do Gestor ou da Empresa que Executa as Obras Hoje (Os de cima)

ENTREVISTA PARA SER APLICADA COM O REPRESENTANTE DO GESTOR OU DA EMPRESA QUE EXECUTA AS OBRAS NA LOCALIDADE EM ESTUDO:

Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Outro ☐ Qual? _____

Sec/Órgão/Departamento: _____

Identificação do Entrevistado:

Nome Completo: _____

Sexo: _____ Cargo/Função: _____

É servidor efetivo ☐ CLT ☐ Cargo Comissionado ☐ Prestador de Serviços ☐

1. Quais as ações que desenvolveram, desenvolve ou pretende desenvolver na UE 21, particularmente no Bairro de Campina do Barreto: Jacarezinho e Comunidade de Chão de Estrelas?
2. Qual a finalidade (o objetivo) do projeto?
3. Este projeto incorpora outros? Quais? Se sim, como um projeto pode incorporar outros (projeto como: de esgotos, urbanização etc.), não fica inviável?
4. Como fizeram para entrar na comunidade, ou com quem vocês entraram?
5. O projeto foi concluído em sua totalidade? Se não, o que falta? Vai ser feito?
6. Qual o nome da estrada as margens do canal jacarezinho?
7. Refere à remoção dos moradores do canal Jacarezinho como foi feita a avaliação dos barracos? Houve negociação com os proprietários? A negociação foi em conjunto ou individual? Todos os moradores foram indenizados? Com casa ou dinheiro? Porque a negociação foi individual (com cada morador)?
8. Houve oficinas com os futuros moradores das casas para escolha do modelo? Foi alterado o modelo original com essas oficinas? A entrega das casas foi através de sorteio? De que tipo?
9. Quais os modelos e tamanhos dos imóveis doados? Foi para todos? Quantos imóveis doados aqui no Conj. Res. Jacarezinho e próximo das margens do canal? Todos os moradores residiam anteriormente em Jacarezinho? As casas foram entregues a fundo perdidos, não tendo pagamento de prestações? As casas foram entregues em nome das mulheres ou de que se cadastrou? Houve alguém que não recebeu nem casa, nem dinheiro, não recebeu nada? Se sim, por quê?
10. Sobre o novo conjunto vocês sabem quais os motivos ou opiniões dos moradores que venderam, alugaram ou cederam? Quantidade de imóveis que ocorreram isso? Para onde foram essas

pessoas? Qual o procedimento agora de vocês? (solicitar o último censo do habitacional do Jacarezinho)

11. Houve participação da COMUL ou das associações local nas negociações? A atuação deles interfere na negociação?
12. Como vocês vão fazer para evitar moradores que receberam casas ou indenizações, e voltaram a ocupar outras áreas que passarão por ações para que não haja repetição de recebimento ou de pagamento?
13. Qual o procedimento de vocês (prefeitura) referente o fato das novas moradias vir acompanhadas de custo financeiro (taxas de luz, água etc.), que orientações foram dadas aos moradores?
14. No que se referem aos quatro Conjuntos Residenciais quais ações foi e estão sendo desenvolvidas ou pretende desenvolver em:
 - a. Chão de Estrelas –
 - b. Conjunto Senador Aderbal Jurema –
 - c. Conjunto Ovídio Ferreira de Paula –
 - d. Conjunto Jacarezinho –
 - e. Há alguma(s) meta(s) mais precisa(s)?
15. Os moradores locais (beneficiados) e associações locais têm participado das discussões para escolhas das ações? Cite quais associações.
16. Você acha que a participação dos moradores e das associações locais é imprescindível ao seu trabalho?
 Sim ☐ Não ☐ Por quê? _____
17. Quais seriam no seu campo de trabalho as ações mais prioritárias para área descrita acima? Cite.
18. Essas resultam de reivindicações dos moradores ou das associações?

Dos moradores:

Sim ☐ Não ☐ Em parte ☐

Das associações:

Sim ☐ Não ☐ Em parte ☐

Iniciativa do Gestor:

Sim ☐ Não ☐ Em parte ☐

19. Existe influência no seu trabalho de outros canais representativos?
 Vereador ☐ Deputado ☐ Partido ☐

20. Quais críticas você faria à participação dos moradores, em particular dos conjuntos residenciais citados e a vida associativa em Campina do Barreto?

Moradores Conj. Res. Chão de Estrelas:

- ☐ Pouco participativa
☐ Participativa
☐ Muito participativa

Associações:

- ☐ Muito dividida

Conj. Res. Senador Aderbal Jurema:

- ☐ Pouco participativa
☐ Participativa
☐ Muito participativa

Associações:

- ☐ Muito dividida

- ☐ Muito esporádica
☐ Muito personalista

Moradores Conj. Res. Ovídio F. de Paula

- ☐ Pouco participativa
☐ Participativa
☐ Muito participativa

Associações:

- ☐ Muito dividida
☐ Muito esporádica
☐ Muito personalista

- ☐ Muito esporádica
☐ Muito personalista

Conj. Res. Jacarezinho:

- ☐ Pouco participativa
☐ Participativa
☐ Muito participativa

Associações:

- ☐ Muito dividida
☐ Muito esporádica
☐ Muito personalista

21. Foi implantado o Plano de Gestão do Conjunto Habitacional do Jacarezinho? Quem é o administrador (síndico) responsável?
22. O que levou em sua opinião o Jacarezinho ser executado antes dos planos pilotos?
23. Referentes aos vídeos educativos (de Educação Ambiental) constantes no produto 14 do programa PROMETRÓPOLE, como podemos ter acesso?
24. Como é que a Prefeitura identifica quais as prioridades (necessidades) dos moradores locais para levar a votação no dia da plenária regional do O P?
25. Como você vê a participação dos moradores, COMUL e lideranças locais no OP?
35. Quais são as maiores dificuldades que você encontra para desenvolver suas ações na área citada? Descreva as dificuldades que provêm do poder público, e as dificuldades que provêm da comunidade?
- Poder Público:**
- Comunidade:**
36. Com a doação das casas e demais ações realizadas pelo poder público nessas comunidades podem dizer que os moradores são agora cidadãos? Comente.
37. Qual o tamanho do terreno do conjunto habitacional jacarezinho (curtume carioca)? Último censo do conjunto (vendas aluguéis das casas etc.).
38. Qual o valor total das obras do jacarezinho? Quantos aditivos a lei permite? E quanto jacarezinho teve? Qual o valor final pós-obras?
39. Quem decide o limite do tamanho das casas e cômodos?
40. O que falta ser executado do Programa do Jacarezinho referente às intervenções físicas, econômicas, sociais e ambientais? Vai ser feito?
41. O que já foi executado no programa PROMETRÓPOLE para os conjuntos habitacionais em estudo referentes os grupos vulneráveis? O desenvolvimento comunitário e ambiental?
42. O que levou o projeto do Jacarezinho ser executado antes dos planos pilotos?

Recife/PE; _____/_____/_____

ENTREVISTADOR: Augusto Antonio Campelo Cabral

E-mail: acampelocabral@uol.com.br acampelocabral@bol.com.br augustoceegp@yahoo.com.br

Fone: (81) 34.43.06.38 Celular: 96.32.17.64

APÊNDICE: D — Exemplar da Relação de Todos os Entrevistados

1. Edson Ferreira de Araújo, entrevista, n. 01, 30/08/2009 (morador – Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula)
2. Licicleide Porto Caroba (irmã de Ceça), entrevista, n. 02, 30/08/2009 (moradora – Conj. Res. Ovídio Ferreira de Paula)
3. Sr^a. Olga Maria Lins, entrevista, n. 03, 31/08/2009 (moradora – Conj. Res. Senador Aderbal Jurema).
4. **Marcos**, Mônica e **Gilma**, entrevista, n. 04, 05/11/2009. (Funcionários da Rocha/Delta – REC 009).
5. Maria de Fátima dos Santos Silva, entrevista, n. 05, 26/01/2010 (representante do gestor municipal, do OP – Coord. Da microrregião 2.1 e Coord. Do Escritório local da UE 21 e 21))
6. Admir Lourenço de Lima (Admir da Pipoca), entrevista, n. 06, 13/03/2010 (morador – Conj. Res. Senador Aderbal Jurema).
7. **Armando** Luz Negromonte e **Ovídio** Ferreira de Paula, entrevista, 07, 21/04/2010 (morador – Comunidade Chão de Estrelas)
8. Mônica Maria Cesar Albuquerque, entrevista, n. 08, 16/04/2010 (Funcionária da Delta)
9. Marcos Antonio Ferreira, Entrevista, n. 09, 07/05/2010 (Funcionário da Delta);
10. Alaíde Maria da Conceição, entrevista, n. 10, 14/05/2010 (moradora – Conj. Senador Aderbal Jurema);

11. Dinilda Ferreira Cavalcanti, entrevista, n. 11, 14/05/2010 (moradora – Conj. Senador Aderbal Jurema);
12. **Ivolette** Correia Sales, e **Gleice** entrevista, n. 12, 14/05/2010 (moradora – Conj. Senador Aderbal Jurema);
13. Ovídio Ferreira de Paula, entrevista, n. 13, 22.05.2010 (morador – Comunidade Chão de Estrelas).
14. Mônica Valéria dos Santos Cabral, entrevista, n. 14, 05/06/2010 (moradora – Comunidade Chão de Estrelas – Delegada do OP)
15. Degenildo Trajando da Silva, entrevista, n. 15, 16/07/2010 (representante da COMUL). Segunda entrevista, 12/04/2012, na URB-Recife.
16. Creuza Nascimento da Silva, entrevista, n. 16, 31/07/2010 (liderança local).
17. Sônia Maria de Souza, entrevista, n. 17, 06/11/2010 (moradora – Conj. Habitacional Jacarezinho).
18. Alexandra Vieira da Silva, entrevista, n. 18, 06/11/2010 (moradora – Conj. Habitacional Jacarezinho).
19. Fabiana Maria da Silva, n. 19, 06/11/2010 (moradora – Conj. Habitacional Jacarezinho).
20. Maria de Fátima Alves da Silva, n. 20, 02/02/2011 (Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas).

APÊNDICE: E — Exemplar do Memorial Descritivo do Autor:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Curso de Doutorado em Geografia – CDG

AUGUSTO ANTONIO CAMPELO CABRAL

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMÓRIAS VIVIDAS NO LUGAR (OBJETO EMPÍRICO)
ENQUANTO CONTINGÊNCIA A ESTÍMULOS/MANIFESTAÇÕES
DAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS

Memorial Descritivo para o Processo de Qualificação do Projeto de Tese "Reassentamentos de moradias populares: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012). O caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)", submetido ao exame do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado), Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação do Prof. Dr. **Jan Bitoun** e coorientação da Prof^a. Dr^a. **Monique Nuijten**.

Recife, Outubro de 2012

“O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, muito menos, ‘sente’. (...). O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa ‘saber’ sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as, e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada circunstância histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico)”.

(GRAMSCI, 1986, p. 138-9)

SUMÁRIO

1	MEMORIAL DESCRITIVO: ferramenta de revelação da caminhada	336
2	A VIVÊNCIA COM O OBJETO EMPÍRICO E ALGUNS EVENTOS PERCEBIDOS AO LONGO DO CAMINHO	337
3	ANALISANDO MINHA CAMINHADA DE FORMAÇÃO ACADÊMICO- PROFISSIONAL E A PERMANÊNCIA COM O OBJETO EMPÍRICO: caminhando com a ciência	340
4	O OBJETO EMPÍRICO COMO EVENTO DE PESQUISA DO MOMENTO ATUAL	348
5	REFERÊNCIAS	350
6	APÊNDICES: Currículo Lattes do Autor	355

1 MEMORIAL DESCRITIVO: ferramenta de revelação da caminhada

Este Memorial foi elaborado com o objetivo, primeiramente, de atender a exigência da qualificação da tese de doutorado em Geografia da UFPE; segundo, mostrar a minha trajetória de existência, em particular, o contexto acadêmico-profissional. Expondo, cronologicamente, informações contidas no meu Curriculum Vitae, de maneira a permitir compreender como se deu a chegada a esta fase atual.

Na elaboração do presente Memorial levei em conta as condições, situações e contingências que envolveram o desenvolvimento de minha vida profissional/acadêmica aqui exposta. A vivência no lugar permitiu conhecer o objeto empírico de pesquisa em suas minúcias, aquelas destacadas por Michel Maffesoli em “A conquista do presente”. Isto estimulou já a partir da Pós-Graduação (a nível de especialização), a procurar entender a dinâmica sociopolítica que se dá no território dos bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos, Recife. Além dos dados descritos neste Memorial permitirem a quem ler conhecer o porquê da opção do tema da pesquisa.

Segundo Severino (2002, p.175), entre as várias utilidades que o autor relaciona em torno desse instrumento, pode-se destacar que “[...] o Memorial tem uma finalidade intrínseca que é a de inserir o projeto de trabalho que o motivou no projeto pessoal mais amplo do estudioso. Objetiva assim explicitar a intencionalidade que perpassa e norteia esses projetos.”

Sendo assim, os registros aqui presentes permitem, em sua maioria, constatar através da vivência no território dos bairros citados, mesmo ainda naquele momento sem a preocupação de aclarar nenhuma investigação científica, identificar os germes dos futuros direcionamentos das diversas temáticas as quais propus a estudar desde 1998.

Com a proposta de estudo acerca do **"Reassentamentos de moradias populares: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012). O caso da Comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)"**, procuro demonstrar meu interesse pelos aspectos sociopolíticos no que diz respeito à dialética nas relações entre os “de baixo” (moradores) e os “de cima” (governos) na produção do espaço em apreço, principalmente, quando inserido no cotidiano do nosso bairro. Ou seja, a relevância da pesquisa deve-se à elaboração de uma reflexão político-geográfica dessas relações assimétricas na produção de justiça social-territorial e cidadania da construção do espaço urbano cotidiano dos pobres, no contexto do urbano-político da ciência geográfica.

Como diz Souza (2011, p. 3-4):

Deste modo, este Memorial, ao trazer as experiências vivenciadas por mim, procura mostrar os rumos que me conduziram à etapa atual, recuperando, assim, um histórico de vida, mais voltado ao desvendamento de momentos acadêmicos que foram, em certa medida, forjando minhas preferências, embora sendo, de vez em quando, amoldadas, pelas intervenções diretas ou indiretas, do conhecimento repassado por outros indivíduos que cruzaram minhas trajetórias de vida.

2 A VIVÊNCIA COM O OBJETO EMPÍRICO E ALGUNS EVENTOS PERCEBIDOS AO LONGO DO CAMINHO

De um total de cinco filhos, eu junto com meu irmão nascemos quando do golpe militar em 15/06/1964, em casa. A parteira foi dona Benedita, a esposa de Cabo Gato; somos os mais velhos dos homens, depois das duas mulheres. Filho de um pai migrante do município do Bonito, Agreste Pernambucano, decorrente da crise do café de 1929, e de uma mãe órfão dos pais aos cinco anos, natural do bairro de Campo Grande Recife. Meu pai foi operário da Indústria Fosforita Olinda S/A, no bairro dos Peixinhos, Olinda/PE – última empresa a trabalhar, sem escolaridade, mesmo sabendo assinar o nome e contar, já que era “serralheiro”, faleceu em 1987. Minha mãe é “do lar” e possui apenas a 3ª série primária (final da década de 1930 do século passado). Ao se casar em 1958, meu pai que já residia na Rua Nádia, no bairro do Cajueiro (freguesia de Beberibe) em Recife desde 1954, limite com o bairro dos Peixinhos, foi morar em uma transversal, na Rua Hercília de Medeiros no mesmo bairro, 2ª paralela ao rio Beberibe. Da nossa casa até a Fosforita ou a feira dos Peixinhos, a qual íamos todos os domingos a pé, meu pai gastava em torno de trinta minutos. Atravessava-se o rio Beberibe pela ponte ou de bote, conhecida por Cabo Gato (ao lado da residência do mesmo) e cortava toda a várzea ocupada por uma favela denominada de Cabo Gato, já no bairro de Peixinhos Olinda/PE.

Neste período, o rio Beberibe era limpo com as águas cristalinas cheio de peixes e camarões, onde existiam os famosos banhos de rio de que fala Andrade (1970). Os banhos conhecidos na área eram: os de Cabo Gato e o da Portuguesa; este último ficava próximo onde é hoje a estação de tratamento de esgoto da COMPESA. Aproximadamente do início da década de 1970, com a construção das industriais de Bebida Antártica, de Papel Minerva e do processo de urbanização nos bairros ao longo de seu percurso que despejam seus resíduos e esgotos em suas águas, deu sinais de estar morrendo. Hoje (outubro/2012) está totalmente morto.

Morando em uma casa alugada a aproximadamente uns quarenta metros do Rio Beberibe, vivenciei diversas enchentes ocorridas e todos os transtornos delas decorrentes, como também as reconstruções das pontes. Em janeiro de 1975, quando nos mudamos para uma casa própria na Rua dos Craveiros, no bairro da Campina do Barreto, em frente à antiga rua e agora vizinho a casa de Cabo Gato, minha aproximação aumentou tanto com o rio (o lote que morávamos estava a menos de trinta e cinco metros do rio) como dos dois personagens que vão marcar a história do futuro objeto de minha pesquisa.

O primeiro, antigo morador, de nome Severino Pereira de Moraes, cabo da polícia Militar, que combateu Lampião e participou da Revolução de 1930. Conhecido por sua combatividade e agilidade na luta, defendeu diversos oficiais que se encontravam presos. Este fato o consagrou como Cabo Gato. Residia na margem direita do rio Beberibe, desde a década de 1940, na esquina da Rua dos Craveiros com a Rua Hercília de Medeiros no bairro de Campina do Barreto (Foto 1); construiu uma ponte de troncos de coqueiro sobre o rio que passou a ligar este bairro a dos Peixinhos (Olinda). Ao mesmo tempo em que oferecia proteção à população que ali começava a residir, ele, pela consciência do seu

poder e às vezes impondo a violência, fazia valer sempre a sua vontade e seus desejos. Sua esposa era Dona Benedita, parteira e enfermeira da redondeza, que quando solicitada ia montada a cavalo, com sua maletinha e um chicote na mão, para atender o chamado. Era considerada uma mulher valente pelos moradores e todos a respeitavam. Dessa forma, a nova localidade (favela²) povoada foi se tornando conhecida como Cabo Gato (CABRAL, 2004, 2011).

Foto 1: Casa de Cabo Gato³



Fonte: Foto de Augusto Cabral, 2004.

O segundo é o Sr. Ovídio Ferreira de Paula, morador da favela de Cabo Gato, Embalo ou Decida do Embalo⁴, como também era conhecida. Dois de seus filhos tornaram-se alunos de uma das minhas irmãs, que nessa época tinha entre doze e treze anos. Ele foi o responsável pela construção de uma ponte que livrou o usuário de pagar pela travessia, já que um morador local (da favela) conhecido como “Mané de Rita” ou “Mané da Ponte”, tinha se apossado da ponte por cerca de quinze anos e cobrava taxa de pedágio pela travessia⁵. Ele também foi o principal líder responsável pela remoção e conquista da moradia (da casa própria) que deu origem em 1981 a Comunidade Chão de Estrelas (CABRAL, 2004, 2011; ARAÚJO, 1993; LIMA, 1992). Minha aproximação com o Sr. Ovídio vai ocorrer com maior intensidade a partir de 2002, quando iniciei o Mestrado em Geografia pela UFPE.

Outro acontecimento foi a enchente que ocorreu em 1975, destruindo a ponte que foi levada pelas águas. Os moradores que estavam iniciando um processo de organização comunitária decidiram

² Ver o filme: “A Nossa História é a História de Cabo Gato”. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Espia Vídeo, setembro de 1988.

³ Residência onde morava Cabo Gato, hoje reside um de seus filhos. No fundo passa o Rio Beberibe, onde havia os famosos banhos de Rio (de Cabo Gato). Ao lado, ficava a ponte que ligava Campina do Barreto ao Embalo (Cabo Gato Peixinhos — Olinda).

⁴ “Já a designação de “Embalo” ou “Descida do Embalo” era outra denominação dada à ocupação do “Cabo Gato” por alguns moradores, em referência a um morador (chamado Mané da Ponte ou Mané de Rita) que tinha uma gafeira sobre uma palafita na cabeça da ponte com um salão de dança. Todos que atravessassem aquela ponte teriam que passar por dentro da gafeira, já que de um lado ficava o balcão do bar e na frente do balcão o salão de dança com as mesas e cadeiras para os clientes, era coberto e fechado, com duas entradas, uma para ponte e outra para a Descida do Embalo, uma antiga várzea que foi invadida de casebres, barracos de tábuas, de folhas de zinco ou coqueiros formando a favela” (CABRAL et. al., 2011, p. 34).

⁵ No período de inverno, finais de semana, as mulheres grávidas e as pessoas que carregavam água, pagavam o dobro do valor; fato confirmado por CABRAL, 2004, 2011; ARAÚJO, 1993; LIMA, 1992 e pelo autor deste Memorial.

reconstruir a ponte, chamando-a de “Ponte da Amizade” (Foto 2), para que servisse a todos, sem fins lucrativos (CABRAL, 2004, 2011; ARAÚJO, 1993).

FOTO 2: Construção da Primeira Ponte da Amizade



Fonte: Jornal: O Chão de Estrelas, junho, 1996. n. 00, p.4.

Em 1978, a Comunidade (favela) de Cabo Gato recebeu a notícia através da COHAB-PE⁶ que a comunidade seria urbanizada, e no ano seguinte o DNOS⁷ em parceria com o governo do Estado de Pernambuco, passou a atuar nas áreas para evitar as inundações. Sem que houvesse uma proposta clara de relocação para essas famílias e com promessa apenas de indenização que não atendia às reais necessidades das mesmas. Os moradores liderados pelo Sr. Ovídio constituíram uma comissão denominada “Comissão Pró-Remoção”, que logo rejeitou a proposta, iniciando uma luta em prol da moradia, que culminou com a construção das casas pelo processo de autoconstrução, segundo o Projeto PROMORAR/BEBERIBE, removendo 872 famílias das margens do rio Beberibe a partir de 1981, para um sítio de coqueiros nos bairros de Campina do Barreto e Peixinhos – Recife, onde é hoje a Comunidade Chão de Estrelas. Posteriormente, segundo Cabral (1999, p. 43 – Grifo no original):

A partir de 1987, ocorreram invasões na comunidade, acarretando a seguinte divisão: Chão de Estrelas Antigo – formada pelas primeiras casas construídas e de melhor qualidade; e Chão de Estrelas Novo – formada por duas comunidades que têm a seguinte denominação: Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema⁸ e Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula. Em relação à questão da moradia, a área hoje é considerada Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Em agosto de 1989 comprei e fui morar com minha esposa em uma casa situada no lote 19, quadra “U” do “Loteamento do Projeto Beberibe”, doravante denominado de “Comunidade Chão de Estrelas”, o imóvel pertence ao antigo DNOS, órgão do Governo Federal. Fui o terceiro “proprietário”⁹, sendo que o primeiro recebeu o imóvel em fevereiro de 1986 do DNOS, vendendo-o em agosto do mesmo ano.

⁶ COHAB-PE. — Companhia de Habitação Popular de Pernambuco.

⁷ Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

⁸ Também conhecido como Vila Jorge Pimenta.

⁹ As aspas são por que o imóvel é uma “concessão de benfeitoria”. O referido imóvel situa-se à Rua João Bezerra de Menezes, 13, no bairro dos Peixinhos Recife. CEP: 52.121-330 (observação: os moradores não aceitam a divisão política e Administrativa e se identificam como morador do bairro da Campina do Barreto). Para o

Residindo agora na Comunidade, passei a assistir as diversas apresentações culturais realizadas por alguns moradores. Eram apresentações de quadrilhas juninas, reisados, pastoris, teatro de bonecos etc., este último representava as histórias de lutas dos próprios moradores pela conquista da moradia (DUTRA, 1998; CABRAL, 2004, 2011)¹⁰.

Em dezembro de 1997 repassei o imóvel, indo residir em outro na mesma comunidade, permanecendo até maio de 2002, quando mais uma vez mudei-me e fui residir na Rua Glauber Rocha, 027, na mesma Comunidade, no bairro de Campina do Barreto – Recife, onde moro até o momento.

No transcorrer de 1981 até hoje (outubro/2012), novos acontecimentos foram se dando, ocorreu a dragagem do rio, o fim das apresentações culturais pelo menos o dos pastoris e teatro de boneco. Talvez decorrente do aprofundamento das crises econômicas brasileiras, não só das crises, teve como consequência nas áreas descritas acima, a uma proliferação de novas invasões nas margens do rio e canais que limitam a área, e também a proliferação das entidades de representação com participação de agentes externos (ONGs, por exemplo). Por parte do poder público, apesar da alegação da falta de recursos foram entregues algumas obras. Mas a população da comunidade ainda hoje não possui os documentos de regularização fundiária das casas nem dos terrenos, além de conviver com a falta de vários serviços sociais e de infraestrutura (LIMA, 1992; CABRAL, 1999, 2004, 2011).

Estes moradores que vieram da favela que residiam ao longo das margens do rio Beberibe e dos Canais do Arruda e do Jacarezinho ou seus filhos e parentes são os que em sua maioria constituem hoje os habitantes da Comunidade Chão de Estrelas, que é o nosso objeto de estudo desde 1996, mais enfaticamente a partir de 1998. Esses e outros acontecimentos ocorridos na localidade em que resido foi o que vivenciei durante toda a minha infância, adolescência e até o momento.

3 ANALISANDO MINHA CAMINHADA DE FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL E A PERMANÊNCIA COM O OBJETO EMPÍRICO: caminhando com a ciência

Iniciei minha vida escolar em 1971 (Foto: 03), na *Escola Djalma Trindade*, que ensinava do Jardim à 4ª Série Primária, próximo de casa, na mesma rua que residia. Era uma escola particular, da professora Dona Alina Josefa de Melo (minha primeira professora) onde fiz a alfabetização, estudei por dois anos. A sala de aula era espaçosa, as mesas eram grandes com os pés em “X” e um banco longo de madeira em cada lado, no canto da sala havia um filtro d’água grande de barro para os alunos, o pátio era amplo com algumas fruteiras, além das casas vizinhas de ambos os lados terem duas mangueiras enormes: uma de manga rosa e outra de manga espada. Recordo-me sempre de dois fatos curiosos: primeiro, na sexta-feira tinha a sabatina e o aluno que respondia correto tinha de dar bolo com a palmatória nas mãos do outro e se errassem ambos levavam da professora. Segundo, existia um seixo grande que ficava em cima do birô e quando íamos ao sanitário tínhamos de levá-lo

cadastro da Empresa de Correios o endereço pertence ao bairro da campina do Barreto, em Recife/PE. Site: <http://www.buscacep.correios.com.br/servicos/dnec/consultaLogradouroAction.do> Acessado em 09/11/2011.

¹⁰ Ver o filme: “A Nossa História é a História de Cabo Gato”. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Espia Vídeo, setembro de 1988.

pôr junto à porta e trazê-lo colocando no mesmo lugar, de forma que só poderíamos pedir à professora para irmos ao sanitário quando o seixo estivesse ali; mesmo com estes fatos recordo-me com alegria e saudades.

Em 1973, passei a estudar na *Escola Jarbas Pernambuco de Ensino de 1º e 2º Graus*, na Rua Marquês de Tamandaré, S/N – Cajueiro, Recife/PE, pertencente à Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco. Ingressei na 2ª Série primária, pois não existia vaga para a 1ª Série, minha mãe falou com a professora Alina Josefa que forneceu o documento comprobatório da 1ª série. Estudei na referida escola até o 2º anos do Curso de 2ª Grau, não existia ainda o 3º ano (na época o incentivo por parte das políticas de educação era fazer cursos profissionalizantes). Fui obrigado ir para o *Centro Interescolar Almirante Soares Dutra*, localizado na Praça General Abreu e Lima S/N, no bairro de Santo Amaro – Recife/PE, de 2º Grau profissionalizante. Cursei o “Assistente Técnico em Administração”. Como o curso era técnico as disciplinas lecionadas não constavam e não constam no vestibular, apesar na época e ainda hoje o incentivo por parte da sociedade (poder público) para os estudantes fazerem o vestibular. Existia o incentivo da família e o interesse meu próprio de realizar um curso superior. Decorrente desse fato de não cursar no último ano do 2º Grau as disciplinas específicas do concurso contribuiu para as duas primeiras experiências no vestibular não alcançar êxito, que foram para ciências da administração.

FOTO 03: Jardim da Infância¹¹



Fonte: acervo do autor: 28/julho/1971.

Em 1978, passei a trabalhar e no ano seguinte transferi os estudos para o turno da noite. O serviço era de cobrança da mensalidade de dois condomínios de veraneio na cidade de Gravatá no Agreste Pernambucano. A cobrança era realizada em várias residências ou ambientes de trabalhos dos condôminos localizados em bairros de classe média e rica da cidade do Recife. Trabalhei por dois anos sem carteira assinada. Em junho de 1980 deixei o serviço de cobranças e fui trabalhar em uma

¹¹ Esta foto foi tirada quando íamos para a “Escola Djalma Trindade” de jardim da infância a 4ª série na Rua Hercília de Medeiros, no bairro do Cajueiro – zona Norte do Recife (hoje o imóvel é um centro espírita kardecista) – encontro-me do lado esquerdo com a malinha.

indústria metalúrgica, próximo do pátio da feira dos Peixinhos (Olinda/PE.), onde passei um semestre e após ter caxumba fui demitido. Voltei a ajudar meu pai nos biscates (coisa que nós filhos homens já fazíamos desde pequenos e, principalmente quando ele aposentou-se, em 1975) para ajudar nas despesas de casa.

No final de 1981, fui trabalhar em uma indústria de confecções, onde fiquei até março de 1983. No segundo semestre deste ano entrei no Exército Brasileiro, onde fiquei até o final de novembro do mesmo ano, adoeci, sai como se não tivesse servido – dispensa de incorporação (Foto: 04). A partir de setembro de 1985, ano que conclui meu ensino de 2º Grau, hoje Educação Básica, passei a trabalhar em um banco até fevereiro de 1989. Em junho do mesmo ano fui trabalhar em uma financeira, de onde pedi demissão em fevereiro de 1990 para ir trabalhar em outro banco, ficando até março de 1993.

FOTO 04: Na 2ª CIA de Guardas¹²



Fonte: acervo do autor: Agosto/1983.

Em março de 1982 conheci a minha futura esposa (foto acima) e em julho de 1986 nos casamos. Em fevereiro do ano seguinte veio o primeiro filho e no segundo semestre de 1987 fui aprovado no vestibular da *Fundação de Ensino Superior de Olinda* (FUNESO), para o Curso de Licenciatura Plena em Geografia, da qual me desliguei, quando da conclusão do Curso, colando grau em janeiro 1992. No ano anterior, em agosto de 1991 nasceu o meu segundo filho, e em agosto de 1990 tive minha primeira experiência como docente, assumi por trinta dias as aulas de uma professora que estava de licença na *Escola Clóvis Beviláqua* de Ensino de 1º e 2º Graus, da rede estadual de ensino, localizada na Praça Tertuliano Feitosa, s/n – Hipódromo Recife/PE, como professor estagiário. Ainda em 1992, fui aprovado no concurso público para professor da Secretaria de Educação do Município de São Lourenço da Mata, em décimo oitavo lugar.

¹² Esta foto foi tirada em comemoração ao dia do soldado e a conclusão do Curso de recruta depois trinta dias de caserna, após uma apresentação nas dependências do quartel da 2ª Cia de Guardas para os familiares dos soldados/recrutas do ano de 1983, que ficava na Av. Suassuna, próximo ao Parque 13 de maio – Recife/PE.

Em 1993 participei do concurso público para provimento de cargo de professor do Ensino Fundamental e Médio, promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, sendo aprovado em quadragésimo quarto colocado. No segundo semestre do ano seguinte fui nomeado e passei a lecionar a disciplina de Geografia na *Escola Aníbal Fernandes* de Ensino Fundamental e Médio, situada na Rua do Pombal, no bairro de Santo Amaro; ainda em agosto de 1994 fui aprovado em nonagésimo sexto colocado no concurso público para professores da Prefeitura da Cidade do Recife. Já no início do ano de 1995, aumentei minha carga horária e fui também lecionar no *Centro Interescolar Almirante Soares Dutra*, onde permaneci até setembro de 1997, quando transferimo-nos para a *Escola Aníbal Fernandes*. Com aprovação em outro concurso em oitava colocação no ano de 1998 passei também a trabalhar no *Centro Interescolar Luiz Delgado*, hoje Escola Luiz Delgado de Ensino Fundamental e Médio, permanecendo até o mês de março do ano seguinte, quando transferi as regências para a primeira unidade educacional (Escola Aníbal Fernandes).

A partir da minha nova ocupação profissional – como professor – procurei participar de tudo que foi oferecido na área pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, de forma que pudesse melhor qualificar-me. Passei a vivenciar vários encontros, seminários, capacitações etc., sendo assim, em agosto de 1995 participei do “Encontro de Professores de Ciências e Geografia” no Espaço Ciência, com carga horária de quatro horas. Em dezembro de 1996 participei da “Capacitação em Educação Fundamental para Professores de Geografia”, oferecido pela DERE¹³ Recife Norte, sob a orientação da professora Dr^a. Marlene Maria da Silva da UFPE, com duração de 48 horas aulas. A capacitação foi muito proveitosa, pois a atividade de conclusão do encontro sugerida foi a elaboração de um projeto, o grupo de professores do qual fiz parte escolheu a temática da educação ambiental no entorno da escola (as escolas escolhidas foram o Aníbal Fernandes e o São Judas Tadeu), essa atividade foi o germe para minha especialização dois anos depois. Ainda no mesmo ano, participei dos eventos “Parada Pedagógica: novas técnicas para o ensino e avaliação de geografia”, promovido pela Editora Scipione, e da “IV Semana de Estudos Geográficos”, oferecido pela UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco), no período de 11 a 13/11/1996.

Nos dias 3 e 7/02/1997, participei do Programa de Extensão VERÃO NO CAMPUS da UFPE, no curso “Metodologia do Ensino de Geografia Física”, com o professor Lucivânio Jatobá. Em setembro do mesmo ano, participei do “II Seminário Nacional de Tecnologia e Educação”, realizado nos dias 11 e 12/09/1997, promovido pelo Sistema Fecomércio – Senac; em julho do corrente ano fui Capacitador na “Preparação da Capacitação em Rede”, nos dias 30/06 e 01/07/1997 em horário integral, promovido pela DERE Recife Norte; e de fevereiro a dezembro desse mesmo ano, também atuei no “Programa de Progressão Parcial”, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, como Orientador dos monitores; mesmo não sendo da equipe de ensino participei das discussões e colaboração da implantação da Política de Ensino e atualização do currículo – Construção dos

¹³ DERE – Diretoria Executiva Regionais de Educação da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

Indicadores de Desempenho e Critérios de Avaliação da Aprendizagem –, na Rede de Ensino do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 1998, p. 38). Ainda no ano de 1997, em novembro fui aprovado em décimo quarto colocado¹⁴ na seleção para o Curso de “Especialização em Ensino de Geografia”, promovido pelo Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, sendo realizado no período de janeiro/1998 a outubro/1999, com um total de 410 horas. Como trabalho final, apresentei a monografia intitulada “A Educação Ambiental na Escola de Ensino Fundamental: uma experiência na Comunidade de Campina do Barreto” (CABRAL, 1999), uma vez que nós fomos orientados a trabalhar com temáticas vinculadas ao ensino, como a própria especialização já indicava. Nesse momento, o trabalho me fez debruçar sobre pensadores inseridos na questão da educação, particularmente a educação ambiental. Por vivenciar o problema ambiental na área que resido e já ter desenvolvido um projeto semelhante, como mencionei acima, optei em estudar o referido bairro na perspectiva ambiental com os alunos da Escola São Judas Tadeu, pertencente à rede pública estadual. Esse momento foi importante para mim, pois me estimulou a dar mais um passo, em minha vida acadêmico-profissional. Logo após a conclusão da minha especialização, passei a participar de um grupo de filosofia, o qual se reúne a cada quinze dias sempre aos sábados¹⁵, onde lemos e discutimos sobre a História da filosofia, pensadores e algumas de suas obras, temas e obras diversas. Ainda em maio de 1998, participei do “Encontro Estadual de Jovens e Adultos – Paulo Freire em Maio”, realizado no período de 28 a 30/05/1998, pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

Entre o período de dezembro de 2000 a julho de 2001, participei da equipe de elaboração dos “Descritores de Geografia” para o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), nos níveis de Ensino Fundamental e Médio, promovido pela Diretoria de Política e Programas Educacionais da Secretaria de Educação de Pernambuco (CABRAL, 2001). Em janeiro de 2001 participei do programa “Paz nas Escolas”, na formação de agentes multiplicadores, com carga horária de 120 horas realizada pela Secretaria de Educação de Pernambuco. Ainda em agosto do corrente ano participei também pela Secretaria de Educação da “I Oficina de Ciências Humanas e suas Tecnologias – PCN em Ação – Ensino Médio”, oferecido pela Diretoria Executiva de Educação Média e Tecnológica, com carga horária de 40 horas. Também participei em setembro da “Oficina Pedagógica de Educação Fiscal”, com carga horária de oito horas, oferecido pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), como apoio da Secretaria de Educação de Pernambuco.

A experiência com a especialização e a entrada no grupo de filosofia, aliado as minhas posições políticas e o conhecimento cada dia maior dos problemas da comunidade na qual resido motivaram-me a realizar o curso de mestrado em Geografia. Após algumas reflexões defini na elaboração do pré-projeto que o objeto/objetivo de estudo seria o bairro de Campina do Barreto e de

¹⁴ A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco comprou vinte vagas para os professores da rede, fiquei em oitava colocação entre as vagas.

¹⁵ O grupo, apesar de não ter denominação poderia ser chamado de “Sábados Filosóficos”, é resultado de um grupo que passa a se encontrar em meados de 1998, que já resulta de outro do início da década de 1980, restando apenas dois participantes deste último, um dos quais é o irmão do autor desse memorial.

sua hinterlândia a Comunidade Chão de Estrelas, que incorpora todo o território do bairro dos Peixinhos – Recife, na porção Norte do Município do Recife, onde já existia essa comunidade fruto da luta pela moradia e com uma História de organização comunitária.

No final de 2001, fui aprovado na seleção de mestrado, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na qual realizei o curso no período de março de 2002 a junho de 2005, quando obtive a colação de grau. Para a efetivação desse momento pude contar com o apoio parcial da Secretaria de Educação ao me liberar nos dois anos de apenas cinquenta por cento da carga horária de regência. A dissertação teve como título: “Os Gestores Públicos e suas Ações no Bairro de Campina do Barreto: o vivido e o instituído” (CABRAL, 2004).

Logo no início do mestrado, publiquei na Revista de Geografia, do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, um pequeno artigo intitulado: “Campina do Barreto: periferia, intervenções urbanas e movimentos sociais” (CABRAL, 2002), no qual procurei apresentar o caminho teórico-metodológico de minha pesquisa. Adotei com outros mestrandos do Curso uma orientação teórica baseada nas obras do prof. Milton Santos; sendo assim, pude organizar a estrutura da dissertação, acatada pelo orientador, professor Dr. Jan Bitoun. Nessa estrutura, aceitei como instrumento de análise que abrangesse as duas dimensões políticas de nossa preocupação, concebida a partir de um ponto de vista sociogeográfico as categorias norteadoras: as verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1997, 1997a, 2000, 2000a), pois o espaço se compõe desses recortes inseparáveis.

A pesquisa do mestrado procurou responder a seguinte questão: “em que medida as representações das necessidades dos moradores e moradoras construídas no cotidiano se relacionam com as iniciativas dos gestores e questionam o não cumprimento de direitos básicos constitucionais dos cidadãos e cidadãs locais” (CABRAL, 2004). Constatamos como resultados da análise geográfica, “que as mudanças no cenário político social do País e Local, levaram os movimentos sociais, em particular, o movimento popular de bairro a uma crise, que teve como consequência, pelo menos em nossa área de pesquisa, a profissionalização de líderes individualistas, com ações clientelistas e assistencialistas” (CABRAL, 2004).

Ainda durante o mestrado, participei em abril de 2003 da Conferência intitulada “Democracia e a Questão do Pluralismo”, promovida pelo programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE. No mesmo ano em julho, apresentei na 55ª Reunião Anual da SBPC, realizada na UFPE, o trabalho “Matriz Curricular por Competências: uma proposta de indicadores de desempenho de geografia para a rede de ensino do estado de Pernambuco”¹⁶. Em outubro do corrente ano, participei do Seminário “Por uma Educação Planetária: momento de reflexão com Edgar Morin”, promovido pela OMEP (Organização Mundial para Educação Pré-Escolar), SOET (Sociedade Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia) e o GRECOM (Grupo de Estudos da Complexidade UFRN-RN), totalizando 10 horas,

¹⁶ O trabalho foi realizado coletivamente pelo professor Augusto Antonio Campelo Cabral e pelas professoras Marilene Acioly de Matos, Sônia Magali Alves de Souza, Miriam Moreira de Melo e Cleide Brasil Rodrigues; apresentado na 55ª Reunião Anual da SBPC/Exposição de Pôsteres, 14.07.2003.

realizado no Centro de Convenções – Teatro da UFPE. Em setembro do corrente ano fui selecionado para participar do “Programa de Formação Continuada: Construindo o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano – CEEGP”, realizado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, no período de 29/09 a 30/12/2003, das 13h30 às 17h30, nas instalações do Centro, de segunda à sexta-feira, onde passei a lecionar a partir de janeiro de 2004 até maio de 2006, quando retornei à Escola Aníbal Fernandes. No mês de novembro de 2003, participei e apresentei o trabalho: “Campina do Barreto: a seletividade do espaço urbano periférico”, no “VIII Simpósio de Geografia Urbana – Cidade, Espaço, Tempo, Civilização: por ‘uma transformação radical da sociedade como sociedade política’”, no período de 10 a 14/11/2003 na UFPE, em Recife – Pernambuco; o objetivo do artigo era identificar a seletividade do espaço urbano periférico, que é produção tanto dos gestores (Poder Público: Estados e Municípios) como do vivido (população local), seja nas classes mais “privilegiadas” como nas mais pobres, esta última foi meu enfoque; o referido trabalho também foi publicado em CD-ROM (CABRAL, 2003).

Em outubro de 2004, enviei para o III Congresso Nacional de Meio Ambiente na Bahia, um resumo expandindo (CABRAL, 2004a) “O Rio Capibaribe e sua Degradação: uma visão interdisciplinar”¹⁷, que foi publicado nos ANAIS, volume I, realizado em Salvador/BA, e promovido UFBA. O trabalho tinha como objetivo mostrar a prática interdisciplinar desenvolvidas nas oficinas interdisciplinares com os alunos do 1º Ano do Ensino Médio, do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), primeira escola de ensino integral do governo de Pernambuco.

No ano de 2005, apresentei dois trabalhos na 57ª Reunião Anual da SBPC, realizada de 17 a 22 de julho, na Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – CE, Brasil. O primeiro, intitulado “Proposta Interdisciplinar: perfil socioeconômico da cidade do Recife”¹⁸; o segundo, “Buscando a Interdisciplinaridade e Contextualizando na Temática Rio Capibaribe X Ecossistema Modificado”¹⁹, ambos os trabalhos foram frutos das aulas/oficinas interdisciplinares desenvolvidas com os alunos dos 1º e 2º Anos do Ensino Médio, que se realizavam todas as quinta-feira no Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP). Ainda no mês de julho do corrente ano, leccionei a disciplina “Meio Ambiente e Recursos Renováveis”, no curso de Especialização em Educação Ambiental, com carga horária de 30 horas, oferecido pela AESET (Autarquia Educacional de Serra Talhada) e FAFOPST (Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada) – PE. Em setembro de 2005, participei da Palestra “A Interdisciplinaridade no Ensino de Geografia”, com o professor Levon Boligian, com carga horária de 03 horas, oferecido pela Editora Saraiva/Atual, no Recife. No

¹⁷ O Resumo foi fruto das oficinas interdisciplinares que envolviam todas as disciplinas. Sendo um trabalho coletivo, construído pelos professores: Augusto Antonio Campelo Cabral, Mércia Maria dos santos, Alex Lins Ferreira, Mônica Medeiros de A. e Mello, e Suely Maris Saldanha.

¹⁸ O trabalho foi fruto das oficinas interdisciplinares que envolviam todas as disciplinas. Sendo um produto coletivo, construído pelos professores: Augusto Antonio Campelo Cabral, Mércia Maria dos Santos, Antônio José B. dos Santos, Mônica Medeiros de Albuquerque e Mello, e José Roberto L. Miranda.

¹⁹ O trabalho também foi fruto das oficinas interdisciplinares que envolviam todas as disciplinas. Sendo um produto coletivo, de autoria dos professores: Augusto Antonio Campelo Cabral, João Rufino de Freitas Filho, Maria do Socorro Lopes Pina, Ilza Zirpoli, Maria da Luz Lourentino e Conceição Xavier.

mês de novembro do corrente ano, ministrei as disciplinas “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável I” e “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável II”, com carga horária de 30 horas cada, no Curso de Especialização em Educação Ambiental, oferecido pela AESET (Autarquia Educacional de Serra Talhada) e FAFOPST (Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada) – PE. Ainda no mês de novembro fui aprovado em quadragésimo primeiro lugar no concurso público para professores da rede municipal da Prefeitura da Cidade do Recife.

Em abril de 2007, participei do Concurso Público de Provas e Títulos, do Grupo Docente de Ensino Superior da Universidade de Pernambuco (UPE) para o cargo de Professor Assistente, sendo aprovado em 5º lugar na disciplina Geografia. Ainda no mês de abril, participei do encontro “Educação para a Vida: aprendizagem significativa em Geografia”, com o professor Anselmo Lázaro, com carga horária de 04 horas, oferecido pela Editora Saraiva/Atual, no Recife. Em julho do corrente ano passei a lecionar também na Faculdade Decisão – FADE, sendo responsável pelas disciplinas: “Globalização e Desenvolvimento” (no Curso de Administração), “Gestão Ambiental” (no Curso de Ciências Contábeis) – disciplinas eletivas, “Educação Ambiental”, “Educação e Trabalho” e “Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia” (no Curso de Pedagogia), todas as disciplinas com carga horária de 60 horas aulas, onde permaneci até dois de janeiro de 2012. E no mês de dezembro (2007), fui aprovado no Processo de Seleção Interna para Complementação das Equipes Técnicas das Gerências da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE), para a equipe do Ensino Médio.

Em maio de 2008, participei do encontro “Os Novos Desafios para a Educação no Ensino Médio: conteúdos e competências”, com o professor Levon Boligian, com carga horária de 03 horas, oferecido pela Editora Saraiva/Atual, no Recife. Em junho do corrente ano, participei da “V Semana do Meio ambiente: mudanças climáticas e o Nordeste Brasileiro”, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, realizado em Recife/PE, no período de 3 a 5 de junho. Ainda no mesmo mês fui membro da Comissão Avaliadora do Processo Seletivo Externo para Docentes da Faculdade Decisão (FADE), realizado no período de 25 a 27 de junho de 2008, nas dependências da instituição, no bairro do Janga, município de Paulista – PE.

Em 2009, passei a compor a equipe do Conselho Editorial–Científico da *Revista Ágora*²⁰, publicação semestral do Instituto Superior de Educação de Salgueiro-ISES, direcionada a colaboradores que desenvolvam trabalhos científicos nas ciências humanas, com ênfase em reflexões filosóficas, estudos sociológicos, antropológicos e da ciência política. Ainda no corrente ano, no volume 26, nº 3, do ano de 2009, na Revista de Geografia da UFPE (eletrônica) (CABRAL, 2009), foi publicado um artigo intitulado “Os Movimentos Sociais Urbanos e suas Manifestações Concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva”, com a coautoria do professor Dr. Alcindo José de Sá. Nesse artigo apresentei uma síntese retrospectiva dos chamados movimentos sociais urbanos ocorridos no

²⁰ REVISTA ÁGORA - nº 04 – 2009, ISSN: 1984-185x, Para torná-la mais interativa, a revista possui uma versão impressa e uma digital. <http://www.iseseduca.com.br/normas20091.html> Acessado em 22/09/2012.

Brasil. Tem como objetivo principal mostrar de forma bastante resumida como se deu alguns momentos desses eventos na América Latina, particularmente, no Brasil e no Recife, e sua importância para as classes menos favorecidas. Sua realização se deu com vistas à finalização da disciplina “Tópicos Especiais em Geografia Humana: Espaço e modernidade – novos paradigmas à abordagem geográfica”, ministrado pelo professor Alcindo José de Sá, no primeiro semestre de 2009. Também foi publicado nesse corrente ano em coautoria com o professor Ms. Eurico Jorge Campelo Cabral, no livro “Possibilidades: prática pedagógica no ensino superior”, o artigo “Os Elementos do Quadro Natural como Recursos: uma reflexão epistemológica” (CABRAL, 2009). O texto origina-se da nossa prática pedagógica em sala de aula, na vivência das disciplinas Geografia e Educação Ambiental com os alunos, procuramos mostrar que na sociedade moderna os elementos do quadro natural só são recursos quando utilizado pelo homem, no sentido de possuir um valor monetário. No mês de outubro participei como Coordenado de Palestra na “VI Semana Científica FADE: a ética profissional na formação Contemporânea”, no período de 27 a 30/10/2009, na Faculdade Decisão em Paulista-PE. Ainda nos meses de outubro e novembro do corrente ano, ministrei a Capacitação para os professores da Escola Municipal Irmã Marie Armelle Falguières – Goiana – PE, na Disciplina de Geografia, com carga horária total de 16 horas aulas, nos dias 29/10/2009 e 09/11/2009, respectivamente; promovido pelo Instituto Superior de Goiana (ISEG), nas dependências da Faculdade de Formação de Professores de Goiana (FFPG) – PE.

A partir de fevereiro de 2010, fui transferido para lecionar na Escola São Judas Tadeu de Ensino Fundamental e Médio, na Comunidade Chão de Estrelas, no bairro da Campina do Barreto – Recife (localidade objeto/objetivo das minhas pesquisas – Especialização, Mestrado e Doutorado). Aproximadamente em abril do corrente ano fui solicitado pelo Sr. Ovídio e pela Senhorita Janusy para escrever o livro sobre a história da formação da comunidade; convite que já tinha sido recusado quando eu estava fazendo o mestrado, e, agora aceito. Em março do ano seguinte (2011), publiquei o livro *O DIREITO DE MORAR, O DIREITO DE VIVER DO CABO GATO A CHÃO DE ESTRELAS: A História de Luta de um Povo pela Conquista da Moradia* (CABRAL et al., 2011), em coautoria com Janusy Mara de Alencar Almeida e Ovídio Ferreira de Paula. O livro tem o objetivo de mostrar a trajetória de luta pela moradia dos ocupantes da favela de Cabo Gato, nas margens do Rio Beberibe, no bairro de Peixinhos – Olinda/PE, onde seu Ovídio residia, e que foi um dos/ou principal representante dos moradores local nesta luta. Estes foram transferidos para o bairro da Campina do Barreto – Recife/PE, constituindo a “Comunidade Chão de Estrelas”, que desde 1996 é objeto/objetivo de minhas pesquisas.

4 O OBJETO EMPÍRICO COMO EVENTO DE PESQUISA DO MOMENTO ATUAL

Como fruto de toda essa minha caminhada, isto me permitiu formar um acervo de informações e materiais (em sua maioria são monografias e dissertações sobre a localidade em estudo) que após a realização do mestrado, deu-me uma maior compreensão do meu objeto/objetivo de pesquisa e novos

questionamentos que levaram a intenção de continuar investigando os eventos locais. Surge assim, o intuito de realizar o doutorado em Geografia.

No ano de 2008, após um encontro com o meu orientador do mestrado, o Professor Dr. Jan Bitoun (do Departamento de Pós-Graduação em Geografia da UFPE) e com a Professora Dr^a. Monique Nuijten (do Departamento de Antropologia da Universidade Wageningen UR – Holanda – NL) convidei-lhes e obtive a confirmação de caso aprovado na seleção para o doutorado em Geografia da UFPE, tê-los-iam como orientadores.

Aprovado no Curso de Doutorado e ingresso em 2009, após discussões com os orientadores sobre a melhor maneira de encaminhar os trabalhos, definimos as diretrizes. Deste modo, a pesquisa partiu para analisar a problemática: “em que medida o processo de reassentamentos de moradias populares permite compreender a produção de justiça social-territorial e cidadania e sua relação como forma de controle social na produção do espaço urbano dos pobres, em particular da Comunidade Chão de Estrelas, que decorrem das relações (de mediações assimétricas) de poder e das lutas populares”.

Sendo assim, a pesquisa diz respeito aos processos de reassentamentos de moradias populares e suas contradições, em escala microlocal, melhor chamarmos, “nanoescala” ou “nanoterritório” (o território dos conjuntos residenciais) existentes nos bairros de Campina do Barreto e dos Peixinhos — Recife/PE. Bairros que sofreram intervenções dos poderes públicos (Federal, Estado e Município), através das construções de conjuntos habitacionais a fundo perdidos (a Comunidade Chão de Estrelas²¹ – 1981, o Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema – 1986, o Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula – 1988, e o Conjunto Habitacional do Jacarezinho – 2008, para famílias que viviam nas ocupações (favelas) nas margens do rio Beberibe e dos canais do Arruda e do Jacarezinho. Tendo como escala temporal o período que vai das ações do PLANASA, com as obras de retificação do rio Beberibe no final da década 1970, mais precisamente em 1980, até meados do ano de 2012, quando poderemos compreender como se deu o amadurecimento da dinâmica social-territorial e a cidadania dos moradores locais, particularmente do Conjunto Habitacional do Jacarezinho, último construído e entregue aos “favelados” do riacho de mesmo nome, também por nós estudado.

Como vemos, a partir do lugar de nosso estudo a tese trata de um tema que interessa a todos: moradores beneficiados, governos (Federal, Estadual e Municipal) e a sociedade em geral, pois se realiza no momento que se multiplicam as relações no âmbito da Política de Habitação de Interesse Social (reativada no segundo governo do presidente Lula e tendo continuidade no governo Dilma) e nas ampliações das obras de infraestruturas do PAC. Entretanto, os imóveis que compõe os quatro conjuntos habitacionais objeto de pesquisa, não são frutos dessa política de habitação (PAC Minha Casa Minha Vida e PAC Urbanização de Favelas). Em nosso caso, o conjunto mais recente construído os recursos vieram da parcela da prefeitura da cidade do Recife no programa PROMETRÓPOLE. Já o

²¹ Denominação do primeiro conjunto habitacional. A área é de aproximadamente 30 hectares, onde se encontram também os dois conjuntos, os construídos em 1986 e 1988. O construído em 2008 é vizinho.

governo Federal participa através do PAC Urbanização de Favelas, contribuindo com recursos para obras do PROMETRÓPOLE, na Bacia do Beberibe, mais especificamente as do “rio Beberibe”, que se encontra em fase inicial, nas imediações da área objeto da pesquisa.

Deste modo, a pesquisa procura investigar temas relativos à produção do espaço urbano periférico, moradia dos pobres, projetos governamentais de reassentamentos, processos de exclusão/inclusão política e social e consequência da segregação para a população reassentada. Tendo como embasamento teórico para nossos questionamentos que se encontra no campo da dimensão política da ciência geográfica e não só dela, autores como Souza (1995, 2002, 2006), Raffestin (1993), Santos (1996, 1997), Harvey (1980, 2002), Rawls (2002), Gomes (2002), Castro (2005), Sen (2000, 2001), Vila Nova (2006), Leal (2003), Gohn (1985, 1982, 2001, 2002), Coutinho (s/d), Teixeira (2002) entre muitos outros.

Para uma maior elucidação do objeto/objetivo de pesquisa, este trabalho traz uma proposta teórico-metodológica *interdisciplinar*, na qual utilizará procedimentos (técnicas) das ciências geográficas e antropológicas. Esses elementos ajudarão a identificar e compreender a relação entre os objetos tomados como referencial político/espacial de análise.

Por fim, nesta etapa atual, lembramos que as pesquisas em escalas microlocal (nanoescala) ou (nanoterritorialidade) denominado por Souza (2006) são ainda pouco exploradas na geografia²². Além de, no recorte espacial, tratar-se de modalidades de participação sociopolítica que articulam moradores, lideranças locais, membros do poder público e privado em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. Sendo assim, esse estudo trata de uma problemática relacional na qual fica clara a dimensão espacial entre o local e o global, os dominantes e os dominados, o capital e o trabalho, os “de cima” e os “de baixo”, o vivido e o instituído.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Recife**: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1979.

ARAÚJO, Maria do Socorro Santos de Souza, CUNHA, Maria Magnólia Leal da e MUSSER, Rosimar dos Santos. **Chão de Estrelas**: o brilho das histórias de luta de um povo - uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife. 1993. Monografia (Especialização em Associativismo) UFRPE: Universidade de SHERBROOK – IRECUS – Canadá, Recife.

CABRAL, Augusto Antonio Campelo; ALMEIDA, Janusy Mara de Alencar e PAULA, Ovídio Ferreira de. **O direito de morar, o direito de viver do Cabo Gato a Chão de Estrelas**: a história de luta de um povo pela conquista da moradia. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. 208 p.: il.

_____. **Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife**: síntese retrospectiva. In: *Revista de Geografia*, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n.3, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/213/173>>

²² Ver Marcelo Lopes de SOUZA, **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades, p. 317.

_____. **Capacitação dos Educadores da Escola Municipal Irmã Marie Armelle Falguières.** Faculdade de Formação de Professores de Goiana – PE. 2009. 16 h (Curso de curta duração ministrado/Capacitador).

_____.; CABRAL, Eurico Jorge Campelo. Os Elementos do Quadro Natural como Recursos: uma reflexão epistemológica. In: PUENTES, Cláudia Cristina; SOUZA, Sônia Magali Alves (Org.). **Possibilidades:** prática pedagógica no ensino superior. Recife: Baraúna, 2009. p. 65-80. (Capítulo de Livro Publicado).

_____. **VI Semana Científica FADE:** a ética profissional na formação Contemporânea. Faculdade Decisão – Paulista/PE. Coordenador de Palestra. 2009. (Encontro/Coordenador de Palestra).

_____. Conselho Editorial-Científico. **REVISTA ÁGORA** - nº 04 – 2009, ISSN: 1984-185x. <<http://www.iseseduca.com.br/normas20091.html>> Acessado em 22/09/2012. (Membro do Conselho Editorial-Científico).

_____. Seleção Pública para o Doutorado em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Aprovado. Classificado: 7º lugar (Média: 7,16), 22/12/2008.

_____. Comissão Avaliadora do Processo Seletivo Externo para Docentes. Realizado no período de 25 a 27 de junho de 2008. Faculdade decisão (FADE) – Paulista/PE. 2008. (Membro da Comissão).

_____. **V Semana do Meio Ambiente:** Mudanças Climáticas e o Nordeste Brasileiro. Fundação Joaquim Nabuco – Recife/PE. 2008. (Seminário).

_____. **Os Novos Desafios para a Educação no Ensino Médio** - Conteúdos e Competências. Editora Saraiva/Atual – Recife/PE. 2008. (Encontro).

_____. Seleção Interna para Complementação das Equipes Técnicas das Gerências da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE) – Ensino Médio. 2007. Recife. 2007. Aprovado. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco 15/12/2007. p. 8).

_____. **Educação para a Vida:** Aprendizagem significativa em Geografia. Editora Saraiva/Atual – Recife/PE. 2007. (Encontro).

_____. Concurso Público de Provas e Títulos para o Grupo Docente de Ensino Superior da Universidade de Pernambuco (UPE) / Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns para o cargo de Professor Assistente. Disciplina: Geografia. Campus Garanhuns, abril/2007. Aprovado. Classificado: 5º lugar (Média: 7,23).

_____. Concurso Público para Cargo de Professor Regente B (Disciplina Geografia) da Prefeitura da Cidade do Recife. Recife, Aprovado. Classificação: 41º. Média: 57,4 p. 19 a 69. Recife de 07/novembro/2005.

<<http://www.upenet.com.br/concluido/2005/prefeituradorecife05/arquivos/PCRCLASSIFICADOSEA PROVADOSALFA.PDF>> Acessado em 22/09/2012.

_____. **A Interdisciplinaridade no Ensino de geografia.** Editora Saraiva/Atual – Recife/PE. 2005. (Encontro).

_____. 57ª Reunião Anual da SBPC. **Proposta interdisciplinar:** perfil socioeconômico da cidade do Recife. Realizada de 17 a 22 de julho de 2005. Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza/CE. (Congresso).

_____. 57ª Reunião Anual da SBPC. **Buscando a interdisciplinaridade e contextualização na temática:** Rio Capibaribe x Ecossistema. Realizada de 17 a 22 de julho de 2005. Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza/CE. (Apresentação de Trabalho/Outra).

_____. **O Rio Capibaribe e Sua Degradação:** Uma Visão Interdisciplinar. ANAIS do III Congresso de Meio Ambiente, Salvador/BA, v. I, p. 181-182, 2004. (Resumo publicado em Anais).

_____. **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto:** O vivido e o instituído. 2004. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.

_____. **Campina do Barreto:** a seletividade do espaço urbano periférico. In: VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Tempo, Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política, 2003, Recife. Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Tempo,

Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política, 2003. (Resumo publicado em Anais). CD-ROM.

_____. **Campina do Barreto:** a seletividade do espaço urbano periférico. In: VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Tempo, Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política, 2003, Recife. Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Tempo, Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política, 2003. (Apresentação de Trabalho).

_____. **Campina do Barreto:** a seletividade do espaço urbano periférico. In: VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Tempo, Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política, 2003, Recife. Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Tempo, Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política, 2003. (Participante).

_____. Seleção Interna para o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP) da Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco. Para Professor Regente. Nível: Ensino Médio. Disciplina: Geografia. 2003. Aprovado. (Diário Oficial do estado de Pernambuco de 23/setembro/2003. p. 14).

_____. **Programa de Formação Continuada:** Construindo o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano – CEEGP, realizado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, no período de 29/09 a 30/12/2003, das 13h30 às 17h30, nas instalações do Centro, de segunda à sexta-feira. (Programa de Formação Continuada).

_____. **Por uma educação planetária:** momentos de reflexão com Edgar Morin. Promovido pela OMEP, SOET, GRECOM, Recife, 09/10/2003. (Seminário).

_____. 55ª Reunião anual da SBPC. **Matriz curricular por competências:** uma proposta de indicadores de desempenho de geografia para a rede de ensino do estado de Pernambuco. Realizada de 13 a 18 de julho de 2003. Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE. (Congresso/Apresentação de Trabalho).

_____. **Democracia e a questão do pluralismo.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política – Recife/PE. 2003. (Conferência).

_____. Campina do Barreto: periferia, intervenções urbanas e movimentos sociais. **Revista de Geografia.** Recife: UFPE-DCG/NAPA, v. 18, n. 1, p. 5-8, jan./jun. 2002.

_____. Seleção Pública para o Mestrado em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Aprovado, 12/2001.

_____. **Oficina pedagógica de educação fiscal.** ESAF – Recife/PE. 2001. (Oficina).

_____. **I Oficina de ciências humanas e suas tecnologias:** PCN em Ação – Ensino Médio. Diretoria Executiva de Educação Média e Tecnológica/Secretaria de Educação – Recife/PE. 2001. 40h. (Formação Complementar).

_____. **Formação de agentes multiplicadores:** paz nas escolas. Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco – Recife/PE. 2001. 120h. (Formação Complementar).

_____. **Descritores de Geografia do SAEPE:** Ensino Fundamental e Médio. Período de 07/12/2000 a 31/07/2001. Diretoria de Política e Programas Educacionais. Secretaria de Educação do Pernambuco – Recife/PE. 2001. (Participou da Equipe de Elaboração).

_____. **O Ensino da História nos 500 anos de Descobrimento.** Diretoria Executiva de Educação Recife Norte. Secretaria de Educação do Pernambuco – Recife/PE. 1999. 4h (Participações em eventos/Outra)

_____. **Educação ambiental na escola de ensino fundamental:** uma experiência na comunidade de Campina do Barreto. 1999. Monografia (Especialização em Ensino da Geografia) — UFPE: Recife.

_____. Concurso Público para Cargo de Professor Regente (Disciplina Geografia) da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Recife. Aprovado. Classificação: 08º. Média: 68,40 (Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 28/março/1998, p. 19).

_____. **Encontro Estadual de Jovens e Adultos:** Paulo Freire em maio. Período de 28 a 30/05/1998. Diretoria de Educação Escolar. Secretaria de Educação do Pernambuco – Recife/PE. 1998. (Encontro/Capacitador).

_____. **Política de Ensino e escolarização Básica.** Diretoria de Educação Escolar. Secretaria de Educação e Esportes do Pernambuco – Recife/PE. 1998. (Col. Prof. Paulo Freire; Série: Política de Ensino — Participou da equipe de Elaboração).

_____. **Programa de Progressão Parcial do Estado de Pernambuco.** Diretoria de Coordenação e Organização Escolar/DERE Recife Norte. Secretaria de Educação e Esportes do Pernambuco – Recife/PE. 1997. (Orientador dos Monitores).

_____. Seleção Pública para o Curso de Especialização em Ensino de Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Aprovado, 12/1997. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 20/12/1997, p. 7).

_____. **II Seminário Nacional de Tecnologia e Educação:** o desafio brasileiro do 3º milênio. Realizado nos dias 11 e 12/09/1997. Teatro Guararapes do Centro de Convenções de Pernambuco. FECOMÉRCIO/SENAC – Olinda/PE. 1997. (Participante).

_____. **Capacitação em Rede** – DERE Recife Norte. Período de 30/06 e 01/07/1997 – horário integral. Diretoria de Educação Escolar. Secretaria de Educação e Esportes do Pernambuco – Recife/PE. 1997. (Capacitador).

_____. **Curso de Curta Duração em Metodologia do Ensino da Geografia Física.** Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil. 1997. 20 h (Formação Complementar).

_____. **Capacitação em Educação Fundamental:** Geografia. Divisão de Ensino/DERE Recife Norte. Secretaria de Educação e Esportes do Pernambuco – Recife/PE. 1997. 48 h (Participante).

_____. **IV Semana de Estudos Geográficos.** Período de 11 a 14/11/1996. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) – Recife/PE. 1996. (Participações em eventos/Outra).

_____. **Parada Pedagógica:** novas técnicas para o ensino e avaliação de Geografia, 1996. Editora Scipione – Recife/PE. 1996. (Participações em eventos/Outra)

_____. **Encontro de Professores de Ciências e Geografia no Espaço Ciência.** Secretaria de Ciência, tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco. 1995. 4 h (Encontro).

_____. Concurso Público para Cargo de Professor Regente B (Disciplina Geografia) da Prefeitura da Cidade do Recife. Recife, Aprovado. Classificação: 96º. Média: 55,41 (Diário Oficial da Cidade do Recife de 21/setembro/1994, p. 31).

_____. **I Encontro de História e Geografia.** Período de 24 a 26/10/1988. Faculdade Olindense de Formação de Professores. Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO) – Olinda/PE. 1988. 12 h (Encontro).

_____. Concurso Público para Cargo de Professor Regente (Disciplina Geografia) da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Recife, Aprovado. Classificação: 44º. Média: 5,40 (Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 13/abril/1993, p. 15).

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DUTRA, Patrícia Angélica. **Trajetórias de criação do mamulengo do Profº Benedito em Chão de Estrelas e mais além** – ato, ritual, arte e cultura popular. 1998. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social — UFSC: Florianópolis.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HARVEY, David. **A justiça social e acidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa**. Ed. Objetiva, 2007. CD-ROM.

JORNAL. **O CHÃO DE ESTRELAS**: Instrumento de cidadania e ação cultural. Ano I. Recife, junho, 1996. n. 00.

LIMA, Maria José de. **Movimentos populares**: uma questão de cidadania. 1992. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), FAFIRE-UFPE: Recife.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Natal (RN): Argos, 2001.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES. Diretoria de Educação Escolar. **Política de ensino de escolarização**. Recife, 1998. (Coleção Professor Paulo Freire; Série: Política de Ensino).

PREFEITURA, da Cidade do Recife. **Lei 16.176/96, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife**: atualizada com as alterações introduzidas pela Lei 16.289, D.O.M. de 29/01/1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1996. (Col. Espaços).

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e Emoção. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997a.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT — São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Roberto Silva de. **Diversidade dos espaços urbanos e parcelamento do solo na Região Metropolitana do Recife**: o caso do território municipal de Olinda (PE). 2011. 23 f. Memorial Descritivo apresentado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como pré-requisito para o Processo de Qualificação do Projeto de Tese, submetido ao exame do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Recife, 2011. (Digitado).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3.ed. São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 6.ed. ver. aum. — São Paulo: Atlas, 2006.

VÍDEO (Filmes):

A nossa História é a História de Cabo Gato. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Recife: Espia Vídeo, setembro de 1988. (00h26min: 07). DVD-ROM.

6 APÊNDICES: Currículo Lattes do Autor

ANEXOS

“... seja um novo meio de instruir-me que acrescentarei àqueles de que costumo servir-me.”

(Descartes apud Salomon, 1977, p. 17)

ANEXO: A**Quadro 2 – Relação dos Produtos Específicos do Programa PROMETRÓPOLE:**

Nº	Produto
1.	Programa de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR PROMETRÓPOLE – Documento Síntese;
2.	Plano Estratégico de Intervenções Integradas em Áreas de Baixa Renda da RMR;
3.	Política de Reassentamento Involuntário;
4.	Processo de Elaboração de Planos de Intervenção sob o Enfoque Participativo;
5.	Avaliação dos Impactos Ambientais dos Equipamentos Metropolitanos Localizados na Bacia do Rio Beberibe;
6.	Fichas Síntese dos Estudos, Planos e Projetos Existentes;
7.	Caracterização da Pobreza Urbana na RMR;
8.	Banco de Dados Georreferenciados sobre a Pobreza Urbana na RMR;
9.	Termos de Referência para o Modelo de Financiamento e Manutenção das Infra-Estruturas Locais;
10.	Termo de Referência para o Plano de Gestão Ambiental para a RMR;
11.	Relatório de Avaliação da Capacidade Organizacional dos Agentes;
12.	Projeto Executivo de Desenvolvimento Organizacional;
13.	Projeto Executivo para o Fortalecimento de Organizações Comunitárias;
14.	Plano Detalhado de Educação Ambiental;
15.	Plano Financeiro por Componente e Instituição;
16.	Sistema de Gerenciamento Detalhado;
17.	Sistemas de Metas e Parâmetros;
18.	Sistema de Monitoramento;
19.	Relatório de Avaliação Econômico-Financeira do Programa;
20.	Análise Financeira dos Agentes Participantes do Projeto;
21.	Análise Social dos Benefícios do Programa e do Enfoque Participativo;
22.	Relatório de Avaliação dos Impactos Ambientais;
23.	Plano de Implementação do Programa;
24.	Plano de Intervenção na UE-23 Campo Grande – Recife;
25.	Plano de Intervenção na UE – 17 Passarinho – Olinda;
26.	Áreas de Intervenção do Programa;
27.	Plano de Reassentamento na UE-23 Campo Grande – Recife;
28.	Plano de Reassentamento na UE-17 Passarinho – Olinda;
29.	Termo de Referência para Elaboração de Projetos Básicos na UE-23 Campo Grande – Recife;
30.	Termos de Referência para a Elaboração de Projetos Básicos na UE-17 Passarinho- Olinda;
31.	Projeto Básico de Reabilitação da ETE-Peixinhos;
32.	Termo de Referência para Diagnóstico Técnico e Projeto Básico do Sistema de Transporte de Esgotos da ETE-Peixinhos;
33.	Projeto Executivo para as Ações de Educação Ambiental para a UE – 23 Campo Grande – Recife;
34.	Projeto Executivo para as Ações de Educação Ambiental para a UE – 17 Passarinho – Olinda;
35.	Projeto Executivo das Ações Participativas a Serem Desenvolvidas na UE – 23 Campo Grande – Recife;
36.	Projeto Executivo de Ações Participativas para a UE – 17 Passarinho – Olinda;
37.	Relatório de Avaliação de Impactos Ambientais para as Intervenções Previstas na UE – 23 Campo Grande – Recife;
38.	Relatório de Avaliação de Impactos Ambientais para as Intervenções Previstas na UE – 17 Passarinho – Olinda;
39.	Projeto de Desenvolvimento Organizacional para as Entidades Envolvidas na Implementação dos Projetos Piloto.

Fonte: PERNAMBUCO, 2001a, p. 148.

ANEXO: B — Exemplar do Questionário de Solicitação da Linha de Ônibus Complementar para a Comunidade Chão de Estrelas Via Shopping Center Tacaruna:

QUESTIONÁRIO

GRUPO UNIÃO CHÃO DE ESTRELAS

1. O povo reclama da demora dos ônibus da linha Campina do Barreto, nos horários comerciais e nos finais de semana.
A EMTU e Empresa São Paulo, respondem que a demora dos ônibus é por causa dos ramais: Pombal, Cruz Cabugá.
Você concorda com isto? () Sim () Não
 2. Você é favorável de um único ramal? () Sim () Não
Se você é favorável qual você prefere? () Pombal () Cruz Cabugá
 3. Os moradores de Chão de Estrelas pediram uma linha de ônibus, Olinda - Chão de Estrelas beneficiando os bairros Campina do Barreto, Largo de Água Fria, Arruda, Encruzilhada seguindo pela Estrada de Belém, Salgadinho até Rio Doce.
Você concorda com esta linha Olinda - Chão de Estrelas? () Sim () Não
 4. Os moradores do Conjunto Chão de Estrelas pedem o ônibus Bacurau de Dois Unidos para fazer o percurso até a Rua das Moças, Urbano de Sena, retornando ao percurso normal.
Você concorda? () Sim () Não
 5. Os moradores da Rua São João, e de Chão de Estrelas e muitas outras pessoas que fazem compras no Mercado de São José e Cais de Santa Rita pedem que nos sábados, exista um ônibus de Campina do Barreto até estes locais comerciais. Você acha que deva existir este ônibus nos sábados, num horário combinado com a população.
Você concorda? () Sim () Não
 6. Toda e qualquer ação do povo, é preciso que exista uma organização. Você acha que deva existir uma representação destas ruas, para facilitar os benefícios que vamos ter, no setor de transporte coletivo?
() Sim () Não
- Quem você indicaria para ser representante desta rua?
- _____
7. O aumento das passagens tem sido constantes, e prejudicando o povo. Qual a sua opinião sobre estes aumentos.
- | | | |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Congelar os preços das passagens. | () Sim | () Não |
| O governo subsidiar as passagens. | () Sim | () Não |
- E o que você sugere?

Fonte: CABRAL; ALMEIDA; PAULA, 2011. p. 182-83.

ANEXO: C — Exemplares dos DVDs-ROM com os Filmes Citados na Tese
(Ver dados na Página de Referência, p. 320):